

Sociedade e Estado

Volume 37 – Número 1

Copyright © 2022
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Chefe do Departamento de Sociologia: Fabrício Monteiro Neves

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Tiago Ribeiro Duarte

Editora responsável: Tânia Mara Campos de Almeida

Editores-adjuntos: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Berenice Bento

e Ricardo Colturato Festi

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Anderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão, produção de arte e diagramação: F. Soudant

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

[facebook.com/Sociedade e Estado](https://www.facebook.com/Sociedade.e.Estado)

FONTES DE INDEXAÇÃO

A revista é indexada nas seguintes Bases:

Cababstracts; Clase – citas latino-americanas de sociologia y economia;

Crossref; Diadorim – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras;

Dataíndice – Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro-Luperj; Doaj – Directory of Open Access Journals;

Ebsco Publishing EuroPub Database; Google Acadêmico;

Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América

Latina, el Caribe, España y Portugal; OJS/PKP – Open Journal System / Public Knowledge

Project; ProQuest; Redalyc – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe,

España y Portugal; Researching Brazil – Indiana University;

Road – Directory of Open Access Scholarly Resources;

SciELO- Scientific Electronic Library Online; Scopus (Elsevier); The Keepers.

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso) - ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

CDU 301:321(05)

Sociedade e Estado

Volume 37 – Número 1

Comitê Editorial:

Ana Cristina Murta Collares (UnB), Carlos Benedito Martins (UnB), Débora Messenberg Guimarães (UnB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Sergio Barreira de Faria Tavoraro (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Christiane Girard Nunes (UnB),
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Fernanda Beigel (Conicet/UNSJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (Iesp/Uerj),
Gabriel Cohn (USP),
Gerard Delanty (Universidade de Sussex/UK),
Hélgio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Lourdes Maria Bandeira (UnB),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sari Hanafi (American University of Beirut/AUB),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp).

Pareceristas do Volume:

Christiane Machado Coêlho, Daniela Félix Martins, Eduardo Dimitrov, Euclides Santos Mendes, Eurico Antonio Gonzalez dos Santos, Gabriela Junqueira Calazans, Glucia Kruse Villas Bôas, Hayeska Costa Barroso, Igor Fonseca, Jainara Gomes de Oliveira, Lisabete Coradini, Luis Reyes Galindo, Maria Celeste Mira, Milene de Cássia Silveira Gusmão, Paulo Fonseca, Thales Haddad Novaes de Andrade e Vicente de Paula Faleiros.

Apoio:



Sumário

Editorial

Guerra, socioantropologia audiovisual,
negacionismo e outras sociologias 9
Maria Francisca Pinheiro Coelho

Dossiê:

Caminhos de uma socioantropologia
das escrituras do audiovisual

Apresentação 17
Luís Felipe Kojima Hirano

The Brazilian popular in
cinematographic audiovisual culture 25
Edson Farias & Andréa Borges Leão

Afetos e sentidos no filme *Girimunho* (2011),
de Clarissa Campolina e Helvécio Marins 53
Carolina Rodrigues Freitas

Simbolização e análise sociológica:
fronteiras sociais, classificações e mobilidade
a partir do longa-metragem *Parasita* 75
Salette Nery

Metodologías audiovisuales participativas. 101
Un desafío epistémico, ético y político
Mariano Báez Landa

Metamorfoses da imagem nas ciências sociais: três experiências com o filme etnográfico <i>Ana Lúcia Ferraz</i>	111
Imagem, imaginário e memória: um percurso antropológico (entrevista com Cornelia Eckert) <i>Edson Farias & Luis Felipe Kojima Hirano</i>	127
Artigos	
Escalas infantis na cidade modernista: como crianças vivem e exploram Brasília <i>Rhaisa Naiade Pael Farias, Wivian Weller & Ingrid Dittrich Wiggers</i>	163
Between visibility and listening: access of the LGBTI+ population to primary healthcare <i>Richard Miskolci & Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	193
A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018 <i>Marília Luz David, Adriano Premebida, Lorena Cândido Fleury & Jalcione Almeida</i>	217
Da tutela à cidadania: construção social das imagens dos usuários da Política de Assistência Social <i>Priscilla Ribeiro dos Santos, Soraya Vargas Côrtes & Gustavo Conde Margarites</i>	245
Werner Sombart: um estrangeiro na tradição sociológica? <i>João Carlos Graça</i>	271

A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil 293
Jean Carlos Hochsprung Miguel

Tradução

O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras 317
Raoni Rajão, Antonio Donato Nobre, Evandro L. T. P. Cunha, Tiago Ribeiro Duarte, Camilla Marcolino, Britaldo Soares Filho, Gerd Sparovekd, Ricardo R. Rodrigues, Carlos Valera, Mercedes Bustamante, Carlos Nobre & Leticia Santos de Lima

Resenhas

Interpretações múltiplas para um fenômeno complexo: explorando as multifacetadas da origem do bolsonarismo 355
PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
Sergio Schargel

Os desafios contemporâneos para a democratização em países em desenvolvimento: a classe média autoritária 361
ROSENFELD, Bryn. *The autocratic middle class: how state dependency reduces the demand for democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2021.
Laura Pimentel Barbosa

Variações à direita: 367
Steven Bannon, Alexander Dugim e Olavo de Carvalho
TEITELBAUM, Benjamim. *War for eternity: inside Bannon's far right circle of global power brokers*. New York: Harper Collins, 2020.
Gabriel Guimarães

Resumos teses e dissertações

375

Normas

389

Editorial

Guerra, socioantropologia audiovisual, negacionismo e outras sociologias

Maria Francisca Pinheiro Coelho*

Mesmo a Guerra deve ter como objetivo a Paz, porque senão é uma Guerra de Extermínio.

Immanuel Kant (*A paz perpétua*).

* Maria Francisca Pinheiro Coelho é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e da equipe editorial de *Sociedade e Estado*.

1. Immanuel Kant, *A paz perpétua*, in *A paz perpetua e outros opúsculos. Textos filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 119-171.

Para Kant, a mentalidade alargada é a condição *sine qua non* do juízo. Só podemos exercer a comunicação se somos capazes de pensar a partir da perspectiva da outra pessoa, pois o pensamento crítico adota a posição de cidadão do mundo. De acordo com o filósofo, pensar com mentalidade alargada significa treinar a própria imaginação para sair em visita. A crítica significa um esforço para descobrir “as fontes e os limites” da razão. A posição crítica reconhece limites, não é dogmática¹.

Introduzimos este número da *Sociedade e Estado* com uma breve menção sobre o fenômeno da Guerra, tema relevante e atual nas ciências sociais. Enquanto a revista busca compreender os problemas e os desafios das sociedades atuais, ao produzir conhecimento plural sobre múltiplas e variadas questões, o mundo se surpreende com uma Guerra do Leste Europeu, provocada pela invasão de tropas russas no país vizinho, a Ucrânia, que insiste em reivindicar seu *status* de Estado soberano.

Quais as reais razões dessa guerra que destrói vidas, cidades, patrimônio histórico e cultural? Questões presentes nas duas guerras mundiais voltam a ameaçar o mundo e a soberania dos Estados-nações, uma conquista do século XIX. Como essa guerra reatualiza o complexo problema da *paz mundial*? Como reedita crimes como preconceitos de cor, de gênero, tão observados em áudios e imagens dessa guerra? Vemos cenas de refugiados de cor negra sofrerem discriminação e tentativas de exclusão nos trens, ao tentarem o refúgio em países vizinhos. É sofrido ver como a humanidade está longe de conviver com as diferenças e os direitos de todos os seres humanos à igualdade, independente de cor, gênero e etnia.

Ainda no século XVIII, Kant se referia à importância da formação da opinião na esfera pública compartilhada. Em seu célebre ensaio sobre a *Paz perpétua*, o filósofo assevera que mesmo em plena guerra deve ainda existir alguma confiança no modo de pensar do inimigo já que, caso contrário, não se poderia negociar paz alguma e as hostilidades resultariam em uma guerra-extermínio. Pelo visto, o século XXI não aprendeu muito com as experiências passadas e a cultura das guerras.

A única saída é a preservação das liberdades individuais, dos direitos individuais e coletivos, com respeito às diferenças culturais como única solução para um mundo que possa conviver em paz. Mas isso é um ideal, não uma realidade. Dizia Freud que as tensões entre Eros e Tânatos estão na raiz dos conflitos pessoais e sociais, sendo a guerra um deles. Em tempo real, essa guerra surpreende a todos e quebra o ritmo dos acontecimentos. Preocupa a todos, devendo ser objeto de estudos e reflexões sociológicas.

Este número da Sociedade e Estado traz reflexões sobre temas importantes e atuais. Contém o dossiê “Caminhos de uma socioantropologia da estrutura do audiovisual”, organizado pelos professores Edson de Farias (UnB) e Luís Felipe Kojima Hirano (UFG), composto de cinco artigos. Luís Felipe Hirano faz a apresentação do dossiê, ressaltando que este faz parte de um intenso diálogo entre os organizadores e autores da proposta, desde 2018, em diferentes fóruns e colóquios da Comissão de Imagem e Som nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e nos Seminários de Pesquisa do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento do Departamento de Sociologia da UnB. Nesses espaços acadêmicos de discussão privilegiada sobre a escritura audiovisual, ensejou-se a publicação de um balanço sobre o tema em tela nos últimos anos, que cruzasse as áreas da antropologia social e da sociologia.

Abre o dossiê o artigo “The Brazilian popular in cinematographic audiovisual culture”, de Edson Farias e Andrea Borges Leão, que tem foco na cultura audiovisual, notadamente o filme de longa metragem, no Brasil. Duas intuições informam o ponto de partida dos autores: de um lado, o popular participa da constituição de campos epistemológicos e artísticos no país; de outro, torna-se subsídios às designações do sistema sociotécnico audiovisual no país. Segundo os autores, o sistema audiovisual no Brasil oferece uma alternativa de atribuições de sentido calcadas no seu código ótico, gráfico e oral.

O artigo “Afetos e sentidos no filme *Girimunho* (2011), de Clarissa Campolina e Helvécio Marins”, de Carolina Rodrigues de Freitas, traz uma reflexão sobre a experiência sensível como impulso à criação intelectual. Esse movimento analítico-reflexivo

lança mão da análise fílmica como procedimento de leitura que possibilita a experiência sensível e leva a reflexões sobre a dimensão criativa do trabalho intelectual.

O texto “Simbolização e análise sociológica: fronteiras sociais, classificações e mobilidade a partir do longa-metragem *Parasita*”, de Salete Nery, analisa como as simbolizações nessa película são expressivas e orientadoras de condutas. A autora utiliza e se apoia, como foco de análise, em duas categorias sociológicas consideradas fundamentais: a classificação e a mobilidade social.

O trabalho “Metodologías audiovisuales participativas. Un desafío epistémico, ético y político”, de Mariano Báez Landa, procura discutir o estatuto epistemológico e os desafios de carácter ético e político da construção do campo disciplinar da antropologia audiovisual. Apresenta aportes de uma rede de investigações e de ativistas mexicanos que utilizam meios audiovisuais na investigação, docência e produção científica.

O artigo “Metamorfoses da imagem nas ciências sociais: três experiências com o filme etnográfico”, de Ana Lúcia Ferraz, é uma reflexão acerca da imagem no estudo dos processos sociais, baseado no trabalho com vídeo na pesquisa etnográfica com diferentes grupos. A autora observa que o processo de realização de um vídeo tem a ver com a relação estabelecida em campo com o dispositivo vídeo, que mobiliza um espaço performático do dar-se a ver.

Compõe ainda o dossiê, o texto “Metamorfoses da imagem nas ciências sociais: três experiências com o filme etnográfico”, de Ana Lúcia Ferraz, que examina três experiências etnográficas realizadas em diferentes contextos, com o objetivo de pensar três distintos regimes de imagem que se configuram quando as formas sociais exercem suas influências sobre as formas estéticas elaboradas no campo do filme etnográfico. Destaca que em todos estes processos, apreender os pontos de vista dos sujeitos estudados configura a possibilidade da compreensão antropológica.

Por fim, os organizadores do dossiê, Luís Felipe Kojima Hirano e Edson Farias, entrevistam Cornelia Eckert que tem uma produção bibliográfica e audiovisual obrigatória para qualquer um que queira conhecer mais a fundo aquilo que este dossiê chama de socioantropologia das escrituras audiovisuais. A entrevista tem como título “Imagem, imaginário e memória: um percurso antropológico”.

Neste número, *Sociedade e Estado*, publica também seis artigos sobre temas diversos, no espaço do fluxo contínuo. O artigo “Escalas infantis na cidade modernista: como crianças vivem e exploram Brasília”, de autoria de Rhaisa Naiade Pael

Farias, Wivian Weller e Ingrid Dittrich Wiggers, analisa formas de sociabilidade de crianças em espaços públicos de Brasília. Baseia-se em uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico com referência nos estudos sociológicos da infância. O foco da pesquisa é na forma como os profissionais veem a entrada desse segmento na atenção básica.

O artigo de Richard Miskolci e Pedro Paulo Gomes Pereira, “Between visibility and listening: access of the LGBTI+ population to primary healthcare”, visa identificar e analisar a forma como os profissionais de saúde atuam na atenção básica com foco no acesso à saúde de pessoas LGBTI+, na cidade de São Paulo. A pesquisa abrangeu as seis regionais de saúde paulistanas e o artigo centra-se na análise das entrevistas em profundidade com especialistas das regionais. Os autores concluem que a superação do enquadramento visual por uma estratégia de escuta poderia contribuir para o acesso mais efetivo das pessoas LGBTI+ à saúde integral.

O texto “A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018”, de Marília Luz David, Adriano Premibida, Lorena Cândido Fleury e Jalcione Almeida, aborda a produção em sociologia da ciência e da tecnologia, publicada no Brasil entre 2010 e 2018, em periódicos nacionais Qualis A1, em sociologia. Foram examinados dados sobre o volume, o tipo e a distribuição das publicações, além das temáticas, objetos empíricos e conceitos mais frequentes.

O artigo “Da tutela à cidadania: construção social das imagens dos usuários da Política de Assistência Social”, de Priscilla Ribeiro dos Santos, Soraya Vargas Côrtes e Gustavo Conde Margarites, examina as imagens socialmente construídas da população-alvo da assistência social no Brasil. Empreende um estudo qualitativo com base na análise documental a fim de identificar os enquadramentos e as referências utilizadas nos documentos legais e administrativos para designar os grupos contemplados pelas ações de assistência social em diferentes períodos.

O trabalho “Werner Sombart: um estrangeiro na tradição sociológica?”, de autoria de João Carlos Graça, analisa a contribuição de Sombart para a teoria sociológica, indagando sobre seu eventual esquecimento nos dias atuais. Entre as contribuições de Sombart à teoria sociológica, o texto ressalta as considerações sobre a relação do capitalismo com a guerra, o luxo e a ética religiosa, a dualidade valorativa da mentalidade capitalista (como a antinomia burguês-empresário), entre outras. Para o autor, Sombart seria, em mais de um ponto de vista, plenamente nosso contemporâneo.

O artigo “A ‘meada’ do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil”, de Jean Carlos Hochsprung Miguel, contribui com uma reflexão crítica a respeito do fenômeno do negacionismo científico e da chamada “política de pós-verdade”, investigando as condições específicas de emergência, existência e ação do negacionismo climático no Brasil. Destaca o papel estratégico do negacionismo climático na visão liberal conservadora e suas consequências para o Brasil.

O texto “O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras”, versão traduzida do artigo “*The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies*”, publicado no periódico *Biological Conservation* em janeiro de 2022, aborda falsas controvérsias sobre a elaboração de políticas em questões ambientais e de saúde pública no país, que resulta em grandes retrocessos na implementação dessas políticas, particularmente em questões relacionadas ao desmatamento e às mudanças climáticas.

Três resenhas compõem também esse número. Uma resenha intitulada “Interpretações múltiplas para um fenômeno complexo: explorando as multifacetadas da origem do bolsonarismo”, do livro de Rosana Pinheiro-Machado e Adriano de Freixo (Orgs.), *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. O autor da resenha é Sergio Schargel, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

A resenha de Gabriel Guimarães, doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), tem por título “Variações à direita: Steven Bannon, Alexander Dugim, e Olavo de Carvalho”, do livro de Benjamin Teitelbaum, *War for eternity: Inside Bannon’s far right circle of global power brokers*. Guimarães ressalta que o livro de Teitelbaum trata de um tema que, no Novo Século, parece ganhar cada vez mais importância.

Por fim, a resenha “Os desafios contemporâneos para a democratização em países em desenvolvimento: a classe média autoritária”, de Laura Pimentel Barbosa, doutoranda em ciência política pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O livro resenhado é de Bryn Rosenfeld: *The autocratic middle class: how state dependency reduces the demand for democracy*, de 2021.

Boa leitura!



Dossiê:
Caminhos de
uma socioantropologia
das escrituras do audiovisual

Dossiê:

Caminhos de uma socioantropologia das escrituras do audiovisual

Recebido: 16.02.21
Aprovado: 05.03.22

Luís Felipe Kojima Hirano (<https://orcid.org/0000-0002-9889-4967>)
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasilⁱ

i. Luís Felipe Kojima Hirano é professor de antropologia da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenador do Núcleo de Antropologia do Corpo, Percepção e Saúde (Corpora UFG). Além disso, coordena a coleção “Antropologia Hoje”, do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo, faz parte do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Comissão de Imagem e Som da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). <lfhirano@ufg.br>

Este dossiê é fruto de um intenso diálogo entre os organizadores e os autores dessa proposta desde 2018, em fóruns e colóquios da Comissão de Imagem e Som nos diferentes Encontros Anuais da Anpocs e Seminários de Pesquisa do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Nesses espaços acadêmicos de discussão privilegiada sobre a escritura audiovisual, seja na realização de filmes etnográficos e socioantropológicos, seja na análise sobre a produção cinematográfica, ensejou-se a publicação de um balanço dos últimos anos sobre o tema em tela, levantamento esse que cruzasse as áreas de antropologia social e sociologia.

Afora os trabalhos pioneiros que reuniram as produções de meados da década de 1990 e início dos anos 2000 sobre o tema da imagem nas ciências sociais (Feldman-Bianco & Moreira Leite, 1998; Martins, Eckert & Cauby Novaes, 2005)¹, carecemos de dossiês e coletâneas mais recentes, que visem cruzar as perspectivas antropológicas e sociológicas. Essa ausência, nos últimos anos, quiçá se explique pela própria consolidação e especialização da antropologia visual no Brasil, com um comitê permanente na Associação Brasileira de Antropologia (ABA)², diversos núcleos de produção audiovisual nas cinco regiões administrativas do Brasil³, festivais de filme etnográfico⁴ e revistas especializadas sobre o tema⁵, que surgiram nos últimos 30 anos (Cauby Novaes, 2010; Eckert, 2016; Ferraz & Mendonça, 2014). Do lado da sociologia, o tema da imagem e, mais especificamente, do audiovisual, tem se desenvolvido dentro das áreas da sociologia da cultura, sociologia da arte e pensamento social. Se, por um lado, a sociologia desenvolveu um arcabouço teórico-metodológico de análise crítica singular, articulando dimensões internas e externas da produção audiovisual, em relação aos estudos de cinema e comunicação (Menezes, 1996; 2017; 2018; Ramos, 2004; Rossi, 2021a; 2021b), por outro, com algumas raras exceções, tem realizado poucos filmes como instrumento de pesquisa e divulgação científica⁶. Ainda que titubeante, nas últimas edições do Encontro da Associação Brasileira de Sociologia (SBS) ocorreram mostras de vídeos,

1. É importante lembrar que essas coletâneas são frutos de Grupos de Trabalhos na Anpocs, que visaram discutir o estatuto da imagem nas ciências sociais. O grupo de trabalho sobre esse tema na Anpocs ocorreu em 1993, sob a coordenação de Bela Feldman-Bianco e Ana Maria Galano.
2. O Comitê de Antropologia Visual da ABA foi criado

em 2000 e teve como primeira coordenadora Clarice Peixoto.

3. Existem cerca de 30 grupos, núcleos e laboratórios de pesquisa em antropologia visual no Brasil. Disponível em: <<https://cavantropologiavis.wixsite.com/cavaba/laboratorios-e-grupos>>.

4. Mostra Internacional do Filme Etnográfico do Rio de Janeiro, Festival do Filme Etnográfico de Recife, Festival do Filme Etnográfico do Pará, Mostra do Prêmio Pierre Verger e Mostra de Filmes da Anpocs.

5. Cito as revistas *Cadernos de Antropologia e Imagem*, *Iluminuras*, *Gesto*, *Imagem e Som (GIS)*, *Visagem*, *Fotocronografias*, *Antropológicas Visual*.

6. Mesmo que incipiente, uma tendência que se revela é como, nesses trabalhos, se buscam alternativas ao modelo do filme etnográfico que, de alguma maneira, domine o esquema de conceber e realizar o audiovisual nas ciências sociais. Entre outras produções, constam realizações do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento da Universidade de Brasília (CMD-UnB) à maneira do

com um número crescente de participações, promovendo-se mesmo debates sobre as inter-relações do audiovisual com a produção e circulação do conhecimento sociológico⁷.

O cenário atual de conjuntura política e descrédito no fazer científico tem demandado uma ciência de fato pública, como vem sendo destacado em diversos fóruns. Novamente, os recursos audiovisuais, hoje tão disseminados e acessíveis, voltam à baila como uma espécie de veneno-remédio para os dilemas contemporâneos de comunicação democrática em áreas e subáreas acadêmicas, que até então davam pouca atenção a esses meios. A adesão ao audiovisual, às tecnologias da informação e comunicação por cientistas sociais, ainda que ocupe um espaço importante, não deve vir desvinculada do acúmulo de análises críticas e experiências de pesquisa sobre o audiovisual na antropologia e sociologia, por um lado; de uma transformação nos espaços de ensino-pesquisa em vista de uma pedagogia multimodal, na qual a produção audiovisual tenha o mesmo estatuto da linguagem verbal e escrita, por outro.

Os artigos desse dossiê, produzidos por sociólogos e antropólogos, além da entrevista com a antropóloga Cornelia Eckert, mostram a riqueza de experiências e perspectivas de produção e análise audiovisual, que, em seu conjunto, podem trazer pistas para uma articulação mais potente e duradoura daquilo que estamos chamando de uma socioantropologia das escrituras audiovisuais com vistas a criar caminhos de ensino e pesquisa diante da atual conjuntura.

Nesse sentido, o texto de Edson Farias e Andréa Borges Leão intitulado “The Brazilian popular in cinematographic audiovisual culture” traça um amplo panorama, que, de uma forma ou outra, dialoga com todos os autores do dossiê. Ao deslindarem a categoria de popular na cultura audiovisual brasileira, Farias e Leão explicitam os nexos entre essa categoria e a constituição de campos epistemológicos e artísticos, bem como o sistema sociotécnico audiovisual em relação a outros sistemas que compõem a esfera cultural no Brasil, a partir de um exame sócio-histórico do cinema brasileiro dos anos de 1930 até o Cinema Novo e os desdobramentos contemporâneos da televisão, com o domínio institucional do audiovisual no Brasil.

Esse amplo panorama fornece pistas, por analogia, para uma compreensão do lugar do audiovisual na pesquisa acadêmica contemporânea, bem como sobre os paradigmas de análise e produção de filmes nas ciências sociais. A análise do filme *Girimunho* (2011), no artigo de Carolina Rodrigues de Freitas, expressa bem o momento do cinema brasileiro pós-retomada, ressoando questões do Cinema Novo diante do domínio de fitas estrangeiras e televisivas. Como analisa Freitas, ante a

escassez de recursos, *Girimunho* “se caracteriza por uma estética da contenção, do mínimo e da delicadeza”. Em uma análise fina, que busca numa espécie de autor-reflexão sobre os modos como a experiência sensível da luz, da cor e do silêncio afetam o pensamento, Freitas propõe como forma de análise o ensaio, no sentido de expressar a reciprocidade entre o sensível e o inteligível.

Em outro contexto cinematográfico, bastante diferente do brasileiro, a análise do filme sul-coreano *Parasita*, por Salette Nery, revela como o cinema de gênero consolidado por Hollywood ressoa nesse filme premiado e sucesso de público, justamente ao narrar um tema de mobilidade e fronteiras sociais, recorrente nas abordagens sobre o capitalismo tardio, a partir de um filme que justapõe diferentes gêneros cinematográficos. Tal como Freitas, que aposta nas dimensões sensíveis da linguagem cinematográfica, Nery examina o filme a partir da linguagem dos odores na construção narrativa do filme. O cheiro surge como signo da classificação social e vetor das relações entre as personagens.

É interessante notar como Freitas e Nery propõem formas de análise inovadoras ao apostarem na dimensão sensível extradiegética e diegética dos filmes para além da consolidada decupagem fílmica pelos elementos da montagem e edição, que estaria mais associada à dimensão do inteligível. Esse tipo de análise vem a somar com outras que privilegiam a dimensão do corpo e da performance do filme, como se verifica nos últimos anos, nos estudos de cinema e ciências sociais (Baron & Carnicke, 2008; Hirano, 2013; 2019; 2020). Ao fazerem isso, trazem pistas para um tipo de interpretação do social em que a dimensão dos “perceptos” e “afectos” tenham o mesmo estatuto do que o “concepto”, para falarmos em termos deleuzianos.

Esse tipo de análise aproxima-se do esforço de antropólogos que vêm trabalhando na realização de filmes etnográficos dentro de um paradigma compartilhado da antropologia. Nesses termos, a produção audiovisual, desde Jean Rouch, tem buscado modos de restituição dos resultados da pesquisa por meio de uma linguagem mais consonante aos regimes de conhecimentos dos sujeitos pesquisados, nos quais as dimensões orais, aurais, sensíveis para além da escrita são privilegiados. Essa é a aposta da orientação epistêmica, ética e política das metodologias audiovisuais participativas apresentadas por Mariano Baez Landa, calcado em sua experiência na Taller Miradas Antropológicas no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas), Golfo-Xalapa, México. Como argumenta Landa, as metodologias audiovisuais participativas possibilitam um diálogo interdisciplinar e intercultural trazendo outros saberes em uma perspectiva epistemológica do Sul, em contraposição ao predomínio epistêmico do Norte nas produções acadêmicas. Ao fazer um sobrevoo sobre o tema do audiovisual na antropologia mexicana, per-

webdocumentário do projeto de pesquisa *Memórias e identidades da Metrópole: cartografando espaços de significações no DF*, coordenado por Edson Farias e Bruno Gontyo do Couto, sob direção artística de Maurício Chade e Renato Perotto. O filme de média metragem sobre o Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, dirigido e roteirizado por Rogério Silva de Oliveira, do projeto coordenado por Edson Farias. O filme compôs o dossiê avaliado pela Câmara de Conselheiros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no reconhecimento do complexo como patrimônio cultural do Brasil, em 2018.

7. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=788>.

cebemos o quanto nossa realidade estrutural não está tão distante em relação à produção audiovisual cinematográfica e acadêmica do México.

Igualmente, à luz da experiência de mais de duas décadas trabalhando com imagem, seja com vídeo etnográfico seja com hipermídia, em diferentes contextos, que Ana Lúcia Ferraz analisa três situações etnográficas nas quais são efetivados três regimes de imagem:

- i.* a produção de dois filmes sobre as relações entre trabalhadores, sindicato e indústria, nos anos 1990;
- ii.* a realização de uma cartografia em hipermídia para etnografar trabalhadores em situação precária ou de desemprego, visto pelo poder público como corpos abjetos; e
- iii.* o trabalho de oficinas de vídeos em comunidades indígenas Guarani e na produção do filme *Nhande Ywy (Nosso território)*.

Grosso modo, no primeiro caso, a imagem surge como representação política de trabalhadores sindicalizados contra o processo de demissões em massa, que reenchem sua luta no filme *Feliz ano novo, véio!* No segundo caso, de “uma classe trabalhadora precária lumpenizada [...] [a] imagem se fragmenta em pontos e não há uma narrativa com introdução, desenvolvimento e conclusão”. Por esse motivo, recorre-se à apresentação em forma de hipermídia na rede de Internet e não a produção de um vídeo. Por fim, a experiência de vídeo com os Guarani, que trouxe o regime de imagem chamado por Ferraz de “imagem-afecção”, ou seja, “que parte da alteração provocada pelo saber-se imagem, produzir uma performance de si para o outro, a partir das relações com todos os outros presentes no território.” As ricas experiências de Ferraz trazem um importante aprendizado no trabalho com a imagem: “Não postular o que seja o vídeo ou o que sejam os elementos fotografados, deixar a compreensão ampliar-se pelo encontro verdadeiro e compreensivo” com os nossos interlocutores.

A experiência sobre o trabalho com mineiros, imagem e memória estão presentes na entrevista com Cornelia Ercket, mais conhecida como Chica, que narra sua rica trajetória pessoal e acadêmica como professora titular aposentada da UFRGS. Por intermédio de Ercket, conhecemos um pouco da história da institucionalização do tema da imagem nas ciências sociais, especialmente na antropologia e em seu trabalho como coordenadora tanto do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) quanto do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual). Além disso, Chica traz reflexões sobre a conjuntura política atual em diálogo com o audiovisual e em seu trabalho como vice-presidenta da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Há quase 30 anos, mais precisamente desde 1995, no primeiro número da *Revista Cadernos de Antropologia e Imagem*, Clarice Peixoto e Patrícia Monte-Mór (*in memoriam*) falavam do desmonte do cinema brasileiro pelo Plano Collor e da dificuldade de distribuição e exibição de filmes brasileiros e etnográficos. Nesse meio tempo, a nossa produção audiovisual presenciou a sua retomada e pós-retomada, assim como os estudos de imagem floresceram e vêm se institucionalizando nas ciências sociais. Contudo, os desafios permanecem ainda grandes. Em 2010, Sylvia Caiuby Novaes (2010), em um balanço sobre a área de antropologia visual, destacava os grandes ganhos das últimas décadas, mas apontava para as dificuldades de financiamento de material audiovisual pelas agências de fomento e na circulação e exibição dos filmes produzidos por cientistas sociais.

A conjuntura atual ensina que a história não é cumulativa e ascendente. Como se a farsa pudesse ser repetida duplamente depois da tragédia, o cinema brasileiro encontra-se paralisado pela falta de financiamento público e os imensos cortes de verba para pesquisa restringem ainda mais as investigações de cunho audiovisual. Concomitantemente, os recursos audiovisuais surgem como frentes importantes seja para grupos subalternizados reivindicarem seus direitos, seja para divulgar a produção científica para além dos muros das universidades. Acreditamos que esse dossiê possa dar pistas e incentivar outras produções que visem articular imagem e ciências sociais frente aos desafios contemporâneos.

Referências

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. *Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BARON, Cynthia; CARNICKE, Cynthia. *Reframing screen performance*. Michigan, MI: Michigan University Press, 2008.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O Brasil em imagens: caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Horizontes das ciências sociais no Brasil – Antropologia*. São Paulo: Barcarola, 2010.

CAIUBY NOVAES, Sylvia; ECKERT, Cornélia; SOUZA, José (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP: Editora USC, 2005.

CAIUBY NOVAES, Sylvia; BARBOSA, Andréa; CUNHA Edgar Teodoro; FERRARI, Florencia; SZTUTAM, Renato; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana (Orgs.). *Escrituras da imagem*. São Paulo: Editora USP; Fapesp, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza. Antropologia da imagem no Brasil. *Revista Iluminuras*, v. 17, n. 41, 2016.

FELDMAN-BIANCO, Bela; MOREIRA LEITE, Míriam (Orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 2005 [1998].

FERRAZ, Ana Lúcia Camargo; MENDONÇA, João Martinho de (Orgs.). *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa*. Brasília: ABA, 2014.

GONÇALVES, Marco Antonio. *O real imaginado – etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. O antropólogo-cineasta e o nativo-a(u)tor: as transformações de Oumarou Ganda e Petit Touré em *Eu, um negro*, de Jean Rouch. *Gesto, Imagem e Som (GIS) – Revista de Antropologia*, v. 5, n. 1, 2020.

_____. *Grande Otelo: um intérprete do cinema e do racismo no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2019.

_____. *Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica (1917-1993)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. Arts and imagination: the Constitution of social interpretation. In: SCHULZ, Markus S. (Ed.). *Frontiers of global sociology: research perspectives for the 21st Century*. Berlin; New York: ISA, 2018.

_____. Sociologia e Cinema – aproximações teórico-metodológicas. *Teoria e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 17-36, 2017.

_____. Cinema: imagem e interpretação. *Tempo Social*, v. 8, p. 83-104, 1996.

MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2005.

MONTE-MÓR, Patrícia. Descrevendo culturas: etnografia e cinema no Brasil. *Revista Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 1, n. 1, 1995.

PEIXOTO, Clarice. Antropologia e filme etnográfico: um travelling no cenário literário da antropologia. In: RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Antropologia visual no Brasil. *Revista Cadernos de Antropologia e Imagem*, v. 1, n. 1, 1995.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

ROSSI, Túlio Cunha. Olhares digitais: aportes metodológicos para uma sociologia das imagens em mídias digitais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, 2021a.

_____. O povo enquanto categoria fílmica: análise sociológica de Terra em Transe (1967) e Manhã Cinzenta (1969). *Estudos de Sociologia*, v. 26, n. 51, 2021b.



The Brazilian popular in cinematographic audiovisual cultureⁱ

Recebido: 31.01.21
Aprovado: 11.03.22

Edson Farias (<https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>),
Postgraduate Program in Sociology at Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, DF, Brazil; Postgraduate Program in Memory:
Society and Language at Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),
Vitória da Conquista, BA, Brazilⁱⁱ.

Andréa Borges Leão (<https://orcid.org/0000-0001-8404-6767>),
Department of Social Sciences and at the Postgraduate Program in Sociology of
Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brazilⁱⁱⁱ.

Abstract: This paper's object consists of the problematizations regarding the popular which are internal to the expressive formats (in this case, the feature film) specific to the audiovisual culture in Brazil. The goals of correlating the Brazilian popular with audiovisual culture result from these two crossed intuitions: a) we understand that the popular, when defined as an object, participates in the constitution of epistemological and artistic fields in the country, mediating them to some extent; b) the popular also becomes subsidies to the designations of the socio-technical audiovisual system in the country. From the cinematographic authorial tradition that emerged between the 1950s and 1960s, we understand that the examination of the historical-empirical resummptions of the problematization regarding the popular, in the interrelationships of the audiovisual system with the other systems that make up the cultural sphere in Brazil, offers an opportunity to reflect on how this system is inserted in the modes of perception and cognition in the arrangement of the modern societal complex, when it offers an alternative of meaning attributions based on its optical, graphic and oral code.

Keywords: Problematizations of the popular. Audiovisual system. Expressive formats. Cultural sphere. Brazil.

O popular brasileiro na cultura audiovisual cinematográfica

Resumo: Neste artigo, o objeto de conhecimento consiste nas problematizações do popular internas aos formatos expressivos (no caso, o filme de longa metragem) próprios à cultura audiovisual no Brasil. As metas relacionadas à correlação entre popular brasileiro e cultura audiovisual vêm a reboque das duas seguintes intuições cruzadas que informam o nosso ponto de partida: a) de um lado, entendemos que, ao ser definido como objeto, o popular participa da constituição de campos epistemológicos e artísticos no país, em alguma medida, mediando-os; b) o popular, igualmente, torna-se subsídios às designações do sistema sociotécnico audiovisual no país. A partir da tradição autoral cinematográfica que emerge entre as décadas de 1950 e 1960, entendemos que o exame das retomadas histórico-empíricas da problematização sobre o popular, nas inter-rela-

i. This paper results from the research and teaching activities of the project *Triangulação razão neoliberal, financeirização e circulação transnacional da cultura/conhecimento* (Triangulation neoliberal reason, financialization and transnational circulation of culture/knowledge), carried out within the Postgraduate Program in Sociology of Universidade Federal do Ceará, funded by Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) with a visiting professor scholarship, with the participation of professors/researchers from UFC, UnB – and IV Paris – Sorbonne.

ii. Edson Farias is a researcher at Brazilian National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), professor at Postgraduate Program in Sociology (PGSOL) at UnB and at the Postgraduate Program in Memory: Society and Language at State University of Southwestern Bahia (Uesb). Leader of the research group

Culture, Memory and Development (CMD/UnB). Coordinator of the Research Committee on Sociology of Culture at Brazilian Society of Sociology (SBS). Editor of the scientific journal *Arquivos do CMD*. <nilosed@gmail.com>.

iii. Andréa Borges Leão is a researcher at CNPq. Professor at the Department of Social Sciences and at the Postgraduate Program in Sociology of UFC. Leader of Study Group on Culture, Communication and Art (GECCA/NE). Assistant editor of the journal *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. Participant of the Research Groups: a. Civilizing Processes (Proc), on the sociology of Norbert Elias; b. Culture, Memory and Development (CMD/UnB); 3. Creative Economy, Culture and Society. <aborgesleao@gmail.com>.

1. In another paper, we proposed an analytical description of this sphere in the following terms: “[...] a social topology (Weber, 1974: 379), that is, a differentiated social form because in it the problem regarding the sense (i.e. meanings, directions, values, etc.) is continuously replenished. However, it takes place in fields

ções do sistema audiovisual com os demais sistemas que compõem a esfera cultural no Brasil, oferece uma oportunidade para a reflexão de como este sistema se insere nos modos de percepção e cognição no arranjo do complexo societário moderno, quando oferece uma alternativa de atribuições de sentido calcadas no seu código ótico, gráfico e oral.

Palavras-chave: Problematizações do popular. Sistema audiovisual. Formatos expressivos. Esfera cultural. Brasil.

Due to its direct and profound relationship with the debate on the issue of the national in Brazil – in line with other Latin American socio-discursive contexts –, the theme of the popular already displays a considerable accumulation of knowledge produced in the field of Humanities. In this paper, the aim is not to retake this considerable ballast, which is discursively stocked with knowledge, but to selectively return to some of its aspects with the expectation of examining the contribution of the same popular theme to the constitution of the audiovisual’s socio-symbolic space in the country. As it is referred to the nation-people figure, the use of the idea of the Brazilian popular responds to the scope of Humanities’ literary and analytical-conceptual transfigurations of what is understood, in its many modulations, as the semantic reserve of mentalities, signs and emblems, in addition to behavioral typification of conduct and ways of living related to subaltern segments in Brazil. Therefore, the Brazilian popular consists of a chaining of compositions of concepts, images and intellectual-artistic imaginaries that develops in the rhythm of the secular cultural sphere’s formation and unfolding. On the other side of the coin, but in the course of this same dynamic, this chaining has been established as a structuring resource for new assemblages and artistic-intellectual designations.

From this perspective, the goals of correlating the Brazilian popular and audiovisual culture result from these two crossed intuitions that inform this paper:

i. on the one hand, we understand that the popular, when defined as an object, participates in the constitution of epistemological and artistic fields in the country, mediating them to some extent;

ii. therefore, if the popular also composes the assembly of the audiovisual culture’s symbolic and institutional space in Brazil, something like this requires considering this presence in the light of other problematizations regarding this same theme in other socio-symbolic spaces that integrate the secular cultural sphere¹.

This is because, due to its later insertion in this broad symbolic and institutional arrangement, we believe that the audiovisual culture’s perspectives are synthetic of the problematizations that preceded them.

Therefore, this paper's object consists of the problematizations regarding the popular which are internal to the expressive format of feature film², typical of the audiovisual culture in Brazil between the 1950s and 1960s and which circulated in cinema and television. The notion of problematization retakes Michel Foucault's concerns about what he calls an "ontology of the present", that is, the questioning about the actuality of an event which manifests the "philosophical ethos appropriate to the critical ontology of ourselves as a historic-practical test of the limits that we may go beyond, and thus as work carried out by ourselves upon ourselves as free beings" (Foucault, 1984: 47). The philosophical enunciative context in which the author evokes the notion of problematization refers to the "relations of powers, of the truth and of the subject" (Foucault, 1981: 48-78, translated by us). For the purposes pursued here, the emphasis is withdrawn on the ethical dimension, but maintains the practices; thus, the same notion is used in reference to the presentation/reflection on the popular which interrogates a certain actuality. It is worth mentioning that questioning does not concern the enunciation of questions; but the thought that emerges from these presentations/reflections, understood as entanglement of practices. From the analytical-interpretative perspective adopted, the interest lies in the different artistic and institutional-systemic figurations acquired by the formal specificity of organizing the expressive materiality of this presentation, which we call audiovisual culture (Ramos, 2004; Ramos & Bueno, 2001: 10-17).

Although, in the sociological exercise concerned with the relations between artistic-cultural forms and social structures, we recognize the importance of paying attention either to the producing agents' socio-biographical paths, or to immersing in the works' internalist plane, throughout this paper we leave both planes as complementary to the incidence of the analytical focus on the problem regarding the nexus established between expressive formats and institutionalization. Expressive formats comprise conventions with implications for communicative processes; largely tacit, such conventions govern the agreements established between production and reception regarding the uses of significant signs in the composition of messages in the control of the flow of discourses, images, audiolitues, as they are modulated by normatizations, moralities, arrangements of interests (ideal and material ones) and socio-technical bases. The choice for artistic expressive formats means that we neglect those oriented to the practices of reporting the episodes, nodal to many journalistic genres. The mimetic key in the definition of the artistic, in turn, emphasizes the function of transmuting experiences into images, but these are not limited to mere duplication, but rather comprise the formal re-elaboration of the historical-real contents according to the dialectic between tradition and authorial creation. Although we are aware of the controversies surrounding the boundaries between fiction and non-fiction (Menezes, 1996: 83-104), the option

whose irreducibility between them concerns the different levels of relative autonomy and professionalization. Mainly, these fields correspond to the different historicities of the sublimations of values shaped in the respective rationalities that underlie the criteria for recruiting and identifying the elements inscribed in their orbits and also in the beliefs that move them (Bourdieu, 2001: 120). Contrary to the functional-structuralist prerogative, however, when we discuss the cultural sphere [...] we are not referring to a pre-established normative arrangement, capable of prescribing the limits of human conduct and, at the same time, of designating deviations from its model and, thus, reiterating its own systemic territoriality. Supported by what Bauman (2001: 43) calls a "matrix of possible permutations", we understand this sphere as a socio-human dimension always tending towards totalization, but remaining a sketch subject to completion in an endless becoming. Since then the question regarding the differentiation itself is imposed as a drama as it unfolds, as in other spheres of social life, after

all, the definition of its contents remains continually precarious, insofar as the very quality of its nature as form and factor of formation of human relationships is in a changing state” (Farias, 2017: 4, translated by us).

2. The corpus that supports this paper belongs to the project *Cultura Audiovisual e as Problematizações do Popular na Montagem da Esfera Cultural no Brasil* (Audiovisual Culture and the Problematizations of the Popular in the Assembly of the Cultural Sphere in Brazil), funded by CNPq with a Research Productivity Grant. In assembling this corpus, we consulted documents collected from the archives of the *Agência Nacional do Cinema (Ancine)* (Brazilian Film Agency) and of *Secretaria Federal de Cultura* (Brazilian Federal Secretariat of Culture), in Brasília; *Centro de Documentação e Arquivamento da Rede Globo de Televisão*, *Biblioteca Nacional* (Brazilian National Library) and the libraries of *Banco do Brasil*, *Instituto Moreira Sales* and *Escola de Cinema Darcy Ribeiro*, in addition to *Arquivo Nacional* (Brazilian National Archive) and *Museu da Imagem e do Som* (Museum of Image and Sound), in Rio de Janeiro.

for focusing on the analysis of fictional expressive formats in audiovisual culture is due, on the one hand, to the categorization specific to the context of the study that supports this paper, in which there is great volume of works defined as being “imaginative creation”. On the other hand, due to the fictional’s characteristic way of portraying the world – that is, the transposition of the barriers among the imagined, the imaginary and the empirical (Saer, 2012: 320-325) –, we believe it is the best means to assess the significant intertextual and intermedia complex of the Brazilian popular.

The focus given on the issue of problematizations regarding the Brazilian popular in fictional expressive formats responds to the ultimate goal of examining and reflecting on the different stages in the institutionalization of the audiovisual system in Brazil. When we refer to institutionalization here, what is at issue is the process of statutory organization by which, at the same time, the differential of a body of principles aimed at coordinating/normalizing the behaviors of a given socio-symbolic space, in relation to other social systems, is affirmed and updated. Thus, we use Niklas Luhmann’s concept that social systems are operations and procedures admits communicational processes (Luhmann, 1997a: 77). In his view, social systems are able to face the multiple experiential possibilities placed on the horizon of modernity, as they are “polycontextual” systems, that is, capable of enabling multiple descriptions of the world and of themselves (Luhmann, 1997b: 46). The term audiovisual sociotechnical systems is used to highlight the design of procedural units whose operations are guided by the annulment of extraneous interference on their decision-making capacity to manage their referrals. Something like this occurs as the selection of possibilities intrinsic to the self-adaptive dynamics of these systems concerns the operability by which the margins of their variations are selectively limited, in the light of the optical, graphic and oral synthetic code, with which aspects chosen to compose its systemic closure are selected and valued.

Given this analytical description of what we call audiovisual sociotechnical systems, our sociological postulate is that, in societal arrangements, marked by the complex and diversified polychromy of social forms, in the relationship between form and surroundings, it is possible to suggest the existence of systems characterized by the operations of making visible/legitimizing/designating the means of signification or, in the Eliasian repertoire, mimetic artifacts (Elias & Dunning, 1992). The audiovisual sociotechnical system is inscribed in this same institutional territory. If, since then, the mediations of the secular cultural sphere with other societal domains are integrated to the problem of social differentiation, simultaneously, it brings up the problem of the adjustments, cleavages, mergers and adhesions among the internal systems of the cultural sphere. The examination of the historical-empirical resump-

tions of the problematizations regarding the popular, in the interrelationships of the audiovisual system with the other systems that make up the cultural sphere in Brazil, offers an opportunity to reflect on how this system fits into the modes of perception and cognition about the Brazilian popular, when it offers an alternative of meaning designation based on its operational code.

As figurations, the expressive formats – the feature film, here – are apprehended as plasmas of sociotechnical interdependencies in the differentiation dynamics of the audiovisual social system in Brazil, but in specific socio-historical stages. Thus, this paper is divided into two argumentative parts. The first one focuses on the establishment of the structural tension between aesthetic-critique and entertainment in the path of the feature film's recognition as an aesthetic-cultural asset linked to the artistic authorship problem. Later, this paper discusses how this same problem takes shape in the foundation of a Brazilian cinematographic authorial tradition that recycles and recodes the Brazilian popular aiming to artistically intervene in the country's sociopolitical context in the 1960s.

Between art/critique and entertainment, polar axis of a sociogenesis sketch

A phenomenon of the 20th century, the audiovisual sector comes in tow with the consequences of intertwining visual and audiovisual symbolic forms with media that are typical of industrialization (Benjamin, 2012: 9-40), a convergence that achieved a very wide reach. The systemic and historical setting of the audiovisual resulted from the synthesis aggregating the intermedia weave (graphic-printed, radiophonic/phonographic, cinematic and televisual ones) with the inter-institutional register of the modalities of symbolization (literary, dramaturgical, journalistic, plastic-visual, choreographic ones etc.), with the popularization of screens. Since the middle of the last century, audiovisual imagery flows have moved from the collective scenarios of movie theaters, through the advent of television, to immersing in people's intimacy with the use of mobile phones, supporting important interpenetrations between private and public life, but also of the symbolic and of commodification (Lipovetsky & Serroy, 2009).

In the scope of this historical dynamics, in the European context the struggles in favor of the consensus building regarding granting the status of art to cinema were opposed by the ideological platform that arised with romanticism, that is, the range of narratives having as their object the opposition of the singular subjective unities and collective-community bases to the systemic expansion of the socio-technical articulation, in particular with the scale expansion of bureaucratic control by mass industrial states. In other words, the problem regarding technological replication

Also, *Cinemateca Brasileira* (the Brazilian Cinematheque) and *Museu da Imagem e do Som*, in São Paulo. On the other hand, the study consulted videos posted on the YouTube Platform.

is established as the nucleus for an agenda that is both political and intellectual at the same time, because technical reproduction would confront the requirement of identity singularity, leaving in question the authenticity of the self and of reality itself (Farias, 2020).

Some of Benjamin's inferences about a philosophy of the modern metropolitan everyday life are opportune to speculate on the basis on which the advocacy of the aesthetic and artistic nature of cinematography is built. It is worth noting that Benjamin's proposal is closely linked to his critique of the epistemic lineage that has unfolded since Descartes. In his view, this entire lineage has left a consciousness devoid of history, memory and experiential context. In his doctoral thesis (Benjamin, 1999), he turns to the German romantic literary critique in order to draw attention to the way in which the symbolic conception of art, evoking transcendence, devalued the aesthetic experience as a mundane experience. The project of his theory of history was founded on the motion of an allegorical critique, which would take place as it examined the means by which the contents of life are transformed into philosophical categories (of thought) through literary intervention. Culture documents would then be "documents of barbarism" and the deconstruction of their exemplary monumentality would form the core of the project of a salvific critique that, by rescuing the "shards" of history, would correlate languages and memory with the purpose of dismantling a history conceived as the victory of the dominant and the defeat and oppression of the losers (Kang, 2009: 215-233).

Marked by the theme of random reminiscences in Proust, Benjamin sets himself the task of a philosophy incarnated in the world and nourished by bodily sensations. Thus, he asks about the feasibility of rescuing the experience in the "barbaric" conditions imposed by modernity. One of the alternatives would be the intensification of the oblivion to which people are subjected. It would not be the return to a totalizing identity, but the exercise of recognizing the identity plurality underlying the disintegration itself. He is not very clear about which are, concretely, the instruments for the recomposition of the coordinate axis combining past, present and future, but in his writings, the detailed illations referring to technique stand out, precisely, with its consequences that uproot experience (Benjamin, 1986: 36-49). The author understands, as it could not be otherwise, that the human psychic-physical materiality is embodied in the modern condition and in it, intertwined with the rationality of the expansion of the economic surplus (both without historical precedents); therefore, if the technical structuring confronts human perception, at the same time, it reveals another sensibility whose agency would be that of the "aesthetic man" (Bolz, 1992: 92-98).

Therefore, the aesthetic and technical nexus enjoys centrality insofar as Benjamin chooses the technicism of the surrealists' "collage art" to unfurl his theses. But it is in his conception of cinematographic art that we can notice the dialectical combination of violence, aesthetics and emancipation (Benjamin, 1975: 9-34). Thus, the author becomes the first to question the statute of reproducibility in industrial society and to insert it in discussions about aesthetics. He recalls that, if art has always coexisted with its reproduction, what the 20th century inaugurated was the autonomization of the reproduction technique itself, to the point of being recognized as art as well. By developing the concept of "aura", which is central to understand the process of technical desacralization of art, in the essay *The work of art in the age of its technological reproducibility*, he returns to the problem of symbolic art as he conceives the work of art's "aura" as what gives it distance and ensures its cultic value. The exemplary case of cinematography would imply the dissolution of the "aura" – in this art – by concatenating the ecstatic-corporeal anonymity of the metropolitan masses to the machinery in counterpart to the advance of capitalist relations of production and reproduction of material life, now also engendering the spiritual plane (Rochlitz, 2003: 69-303). If the concept of experience he proposes is inseparable from the combination of human feelings, woven in the course of a reciprocally shared time, and from the externalization they achieve in such significant objects and formats, Benjamin notes in modernity the affirmation of a highly aesthetic experience, placed in the playful and sensual content of the random game of perceptions. Thus, Benjamin finds in the "evasive" situation of fun another locus for the reaffirmation of the experience.

Benjamin's formulations anticipate many tensions and dilemmas that later composed the agenda of the aesthetic debate focused on the cinematographic object that, at first, would hurt the prerogative of the transcendence of art, of the artistic and of the artist, as prescribed by the Western canon of history of art (Belting, 2006). How to grant the status of art to a technical work devoid of transcendence, when it is confined in the condition of an instrument at the service of utility? Would there be a possible conciliation between the collective trait of filmmaking with the primacy of the artistic exercise whose efforts result in pleasure extracted from the activity performed, which would make this agency impermeable to the imperatives of the interest driven by the fulfillment of external needs?

On the obverse of the process of technical reproducibility, different equations are also fostered to the feeling of ontological instability that is instigated by the wide penetrability of the industrialized duplication in ways of life and, thus, with repercussions in the frameworks of human perceptions. The discussions focused on the

effects of the multiplication of technological doubles as they affected the statute of reality founded on the disjunction between the representation and the referent. Some concluded: ultimately, the cognitive divisions that ensured the limits of the genuine and of otherness are compromised, insofar there is the absorption of experience and history by models whose bases are in applying means of quantitative control of the inconstancies and uncertainties of the real. In the world that unfolds after the Second World War, interpreters increasingly pay attention to the dizzying mobility of the aestheticizing modernist *ethos'* traces to social organization scopes, political-bureaucratic spheres and everyday life. The intersection of audiovisual reproduction techniques with mass media, backed by the institutional discursive dynamics of advertising, grants the image the condition of an inorganic double that, as autonomous, subverts and submits the living referent. Interpreters strive to elucidate what is identified as the idolatrous secular cult of images. In the light of Adorno's and Horkheimer's (1985) critique of the technical-enlightened totalitarianism of mass industrial society, Eduardo Subirats notices an aesthetic domain with the quotidianization of art in all planes of human existence. It was an unprecedented situation enabled by the aggressive escalation of audiovisual reproduction techniques. Thus, what he calls "culture as spectacle" consists in the metamorphosis of the world into a representation and, therefore, in the dilution of any individual experience as a source that generates value and transformation (Subirats, 1989: 31). Baudrillard's interpretation is no different; autonomous from the real-referent, in the flow of the technical-scientific project of total transparency, the representation is the narcissistic and circumferential self-reference. After all, he concludes, it would be

[...] unreal, but a simulacrum, that is to say never exchanged for the real, but exchanged for itself, in an uninterrupted circuit without reference or circumference. [...] The circumference starts from the [...] sign as the reversion and death sentence of every reference [...]. it has no relation to any reality whatsoever: it is its own pure simulacrum (Baudrillard, 1994: 6).

When considered as items – which are already manifested in Benjamin's pioneering essay on the technical reproducibility of the symbolic and which are updated in later discussions –, similarly to the tensions between the creation or manipulation of realities with the proliferation of simulacra, likewise the debates regarding "serious art" in the face of entertainment and/or, even, the favorable or contrary positions to the appeal to aestheticization as spectacularization as a totalizing project, the properties that accompany the assembly of the audiovisual as a sociotechnical system with an extraordinary presence in contemporary cultures and societies stand out.

For now, it is important to underline the incisive favorable position to recognizing cinema as an artistic and critical artifact taken by intellectual circles (directors, screenwriters, photographers and critics) concerned with the problem of the rise of the technical image, but positioned as representatives of different national cinematographies, in particular from Europe. Something like this happened in time with the centrality obtained by the fictional expressive format of the feature film³, which was established as the flagship of the dizzying expansion of the Hollywood audio imaging industry. Resulting from the compilation of literary genres (drama, epic, comedy) from the romantic one (Mira, 2003: 13-38; Rossi, 2014), the Hollywood “feature film” uses the marketing strategy of ratifying certain typifications of themes and characters to attract, mainly for the purpose of setting up audiences/ticket sales. Already sound and colorful, especially from the 1930s onwards, this production reflected the transformation of some of the American studios into business corporations, soon establishing themselves as labels with broad and growing global dominance in film distribution, which was expanded in the 1950s with the production of television series. The flow in the circulation of these products was later extended with the advent of television. Criticisms regarding this North American audiovisual hegemony were mostly associated with the Marxist Left’s beliefs; it was understood that the Hollywood production was responsible for the pejorative label of “entertainment” (Adorno, 1986: 100-107; 2020: 121).

At the same time, what is striking in the same critical positions is the following: the interpreters reclassify as positive many of the objections – as we have seen – to cinema. In particular, through the ideology of socio-cultural transformation, they made what used to consist of accusations of image manipulation of the real aiming at domination strategic for the formation of new consciences. The formulations about the film montage resulting from the innovative experiments of the Russian Sergei Eisenstein, in communion with the interventionist aspirations of the aesthetic-artistic avant-gardes in the historical-real, in favor of the revolutionary acceleration⁴, gave support to conceptions about the establishment of a gaze non-trained by naturalized conventionalisms, through the lens of the cameras. Therefore, to the detriment of mimetic illusionism, the focus of the camera shots, the cuts, the montages, the use of tones of light and sound modulations, the choices of location, the costumes and the scenery, among other artifices, are summoned in the name of the production of audio images that circumvent the verisimilar realism of Hollywood filmography (Xavier, 2021: 46-51 e 99-171; Francastel, 1983: 191-206). The rebuke of serving as an alibi for the *status quo* of the bourgeois society, as it would offer a mere portrait of capitalist ideals, weighed heavily on it. Among the artistic circles against the large US industry, the key proposal was to make the intellectual and emotional dimensions accomplices, resuming Kracauer’s (2009: 192) illation.

3. In terms of length, there are controversies regarding the delimitation of the feature film. While the Academy of Motion Picture Arts and Sciences and the American Film Institute share the minimum duration policy of 40 minutes, the Screen Actors Guild imposes 80 minutes. On the other hand, in France, the minimum duration is 58 minutes (Grazinoli, 2014).

4. A representative of the avant-garde in the plastic and visual arts, the Hungarian Lázló Moholy-Nagy was part of the Bauhaus movement in Berlin in the 1920s. In his view, the “new humanity” would result from new forms of representation. He proposes a formative pedagogy for the masses, to be exercised with the education of the senses, by valuing visibility. Color, figuration, rhythms and direction, he says, are the crucial elements of this revolution against the bourgeois logocentrism (Neiva, 1986: 17).

An important inflection point in the affirmation of this filmography committed to the artistic-critical exercise is the advent of the so-called *Italian Neorealism*, whose landmark is the release of the film *Roma Città Aperta* (by Rossellini, 1944). The decision to film when Nazi troops were being expelled from the city by Allied soldiers highlights a certain neorealist cinematography's affinity with a documentary perspective, that is, the employment of historical-real aspects in the composition of its fictional ambiances. However, such employment responds to the aim of proposing an interpretive look at the Italian socioeconomic situation during the post-World War II. Thus, in the neorealist cinematographic poetics, in the unfolding of the narrative plots, multiple stories are linked together, making use of the switch of camera shots. That is, at the end of a drama, with the camera remaining motionless or its slight movement, the focus on one character is replaced by that on another, who emerges from the background and takes over the frame.

The techno-artistic solutions in the materialization of the aesthetic-political stance of the circuits taken over by the *Italian Neorealism* had repercussions in other European cinematographic niches. The launch of *Cahiers du Cinéma*, in March 1951, is perhaps the most significant emblem of the confluences of interests, ideas and aspirations related to the making of functional interdependencies on which a social space was built, with a strong impact on the visibility and recognition of the artistic *status* of film making on an international scale. Published in Paris, with the intervention of the critics Jacques Doniol-Valcroze, André Bazin and Lo Duca, the publication hoisted the flag of the "authors' policy", that is, it defended the idea of a production in which individualized authorship is central (Bazin, 1985). In order to ensure cinema the *status* of art, in 1948, Alexandre Astruc – later a contributor to the magazine – even mentioned a specific writing, when he reflected on the emergence of an avant-garde that would have its "pen" in the camera:

To come to the point: the cinema is quite simply becoming a means of expression, just as all the other arts have been before it, and in particular painting and the novel. After having been successively a fairground attraction, an amusement analogous to boulevard theatre, or a means of preserving the images of an era, it is gradually becoming a language. By language, I mean a form in which and by which an artist can express his thoughts, however abstract they may be, or translate his obsessions exactly as he does in the contemporary essay or novel. That is why I would like to call this new age of cinema the age of camera-stylo (camera-pen). This metaphor has a very precise sense. By it I mean that the cinema will gradually break free from the tyranny of what is visual, from the image for its own sake, from the immediate and concrete demands of the narrative, to become a means of writing just as flexible and subtle as written language. This art, although

blessed with an enormous potential, is an easy prey to prejudice; it cannot go on for ever ploughing the same field of realism and social fantasy which has been bequeathed to it by the popular novel. It can tackle any subject, any genre. The most philosophical meditations on human production, psychology, metaphysics, ideas, and passions lie well within its province. I will even go so far as to say that contemporary ideas and philosophies of life are such that only the cinema can do justice to them. Maurice Nadeau wrote in an article in the newspaper *Combat*: “If Descartes lived today, he would write novels.” With all due respect to Nadeau, a Descartes of today would already have shut himself up in his bedroom with a 16mm camera and some film, and would be writing his philosophy on film: for his *Discours de la Methods* would today be of such a kind that only the cinema could express it satisfactorily (Astruc, 2009 [1948]).

Therefore, it is not surprising that the *Cahiers du Cinéma* had among their collaborators names like Jacques Rivette, Jean-Luc Godard, Claude Chabrol and François Truffaut, who moved from the role of screenwriters to that of directors. If all of them stood out as representatives of auteur cinema, echoing one of the axes of art history that is supported by Kantian formulations on the post-Renaissance figure of the genius, the requirement of authorial individuality concatenates, in the aesthetic-artistic exercise, the work of thought with the critical-political stance, more frontally against the reduction of art to commercial purposes (Bernadet, 1989). The resumption of an auratic seal paves the way for the conjunction of these artistic circles and critics with representatives of the branches of French language sciences, at that time based on structuralism, reinforcing research and formal experimentalism in the establishment of this filmic tradition named *nouvelle vague*. Gilles Deleuze’s (1997: 9-36) thesis, which recognizes in cinema its own type of thinking, seems to give a philosophical finish to the postulations of this artistic-intellectual plot, when the author identifies precisely at the turn of the 1950s to the 1960s the emergence in European cinematography of “modern cinema” works. In his view, with these works the “movement-image” (or “action-image”) was abandoned in favor of the “time-image”. What Deleuze calls “mental-image” comprises the enterprise of going beyond a finished real that is only up to being shown; it would be about deciphering that real in its relations. Defined as a creative act, the modern cinema’s singularity would be to establish something in the world and this would correspond to reasoning; according to Deleuze, forged by sounds and visual images, audiovisual thinking proposes on screen the search for relationships that intercept, whilst penetrating, the actions, making them “symbolic acts” through the effort of reasoning.

The magazine *Cahiers du Cinéma* achieved prestige among many other circles of filmmakers, consumers and thinkers/researchers of cinema around the world. The

extension of film festival circuits was one of the main factors that contributed to this circulation. They emerged in the 1930s with the holding of the Venice Film Festival, whose initial purpose was to publicize laudatory films of Mussolini's fascist regime; gradually, the ideological orientation of many of these events' curations shifted to the Left (Mazdon, 2007). Denunciations against cultural imperialism on the obverse of calls for attention to the situation of peoples subjected to underdevelopment, allied to the focus on the life of oppressed groups and, recently, the support to cultural diversity and post-colonial agendas have been making up the promotion of causes supported by the decisions of these film shows' curators and have been considered at the time of awarding the competing works (De Valck, 2007; De Valck; Kredell & Loist, 2016).

If, throughout its existence, the Cannes Festival (1939) in France consecrated the cinematographic avant-garde movements (Italian neorealism, *Nouvelle Vague* and *Cinema Novo*, for example), it also inspired the creation of a cosmopolitan space in which, in addition to making names and works visible by legitimizing them, such international meetings imposed themselves as plasmas of transit of ideas, techniques, production and projection tools and equipment, ideologies, languages, among other aspects validated as resources of reflection and motivations inputs to practices in the cinematographic universe. Thus, festivals would later constitute essential subsidies for the reflexive monitoring of situations by people and institutions, triggering similar regularities of conduct in places in countries of different continents, increasingly intertwined with the interdependencies of the film production, dissemination and consumption chain.

Tensions regarding a common topic

Likewise literature, also made possible by the circulation of culture and knowledge increased with the Atlantic routes established with the expansion of European colonial empires, but already in a phase in which the international system took the lead in the regulation of planetary life, the use of image production and consumption techniques in Brazil took place at the turn of the 19th to the 20th century, in the wake of international exhibitions and fairs publicizing the technoscientific wonders of industrial modernity (Morettin, 2019: 85-103). The operation of the first cinematographers in the then national capital – Rio de Janeiro – meant the initial interference of the problem regarding technical reproducibility of cinematic images in the subjective and collective planes in the country, following the paths of photography use by individuals and institutions to record themselves and the episodes that made up their daily lives (Süssekind, 1987). In the following decades,

in the same rhythm in which new production and projection tools were imported from Europe and from the United States, there was a dizzying expansion of the audience interested in attending the then nascent movie theaters. Both aspects animated the first ventures that culminated, during the 1930s, in the founding of the studios *Cinédia* and *Atlântida*, aimed at the production of colored and sounded tapes identified with the burlesque genre of *chanchadas* – a musical genre inspired by musical theater, initially supported by the already ostensible audience success of combining samba and carnival promoted by the commercial radio system with the phonographic industry (Augusto, 1989; Hirano, 2008: 153-168). Around the 1940s, when other regional musical genres were added, the *chanchada* formula, based on carnivalization, was solidified by the complexification of the plots, but always reiterating the satire to Hollywood cinema in the midst of the unfolding of the comedy of manners related to the social issues of Brazilian urban daily life. The use of catchphrases and stereotyped traits in the characters' characterization contributed to making these fictional productions popular (Johnson & Stam, 1995; Hirano, 2009).

Although the premiere screening of *Limite*, an experimental film with existentialist pretensions, conceived and directed by Mário Peixoto, occurred in the *Cinelândia* square in downtown Rio de Janeiro in 1931, it was only in the mid-1950s that the debates regarding the recognition of cinema's artistic status emerged. A turning point for it was the inauguration of *Companhia Cinematográfica Vera Cruz*, in 1949. Within the same context in which important cultural facilities emerged in the city of São Paulo, such as the Museum of Art and the Museum of Modern Art, based on the prestige obtained by *Companhia do Teatro Brasileiro de Comédia*, the purpose of the entrepreneur Franco Zampari was to enable great productions, with notorious inspiration in the American film industry, guided by the production model obedient to conventions (genres) capable of being recognized by the audience and of promoting its identification with the plots and characters. Regarding the content, the aspects were guided, in their sources, by the canons of the history of Brazilian literature. The aim of forging an operational base suitable for the scale of large productions motivated the hiring of foreign technicians to work in the immense studio occupying an area of 100 thousand meters in the municipality of São Bernardo do Campo. When it ceased its activities in 1954, *Vera Cruz* left as a legacy twenty-two works, including short, medium and feature films, some with audience success in Brazil and even in international circuits- the most famous case was that of *O Cangaceiro*, written and directed by Lima Barreto, awarded in Cannes (1954). The company's rapid decline combined the author of the project's business inexperience in the field with the structural insufficiencies of cinema in Brazil, in terms of distribution, inexistence of internal production of equipment necessary for filming

and projections, besides the lack of state and private funding, to face the competition of the imported product, especially the one produced in Hollywood.

5. Although devoid of doctrinal guidance, the social criticism stance precedes the landmark of these cinematographic fractions. Directed by Humberto Mauro and written by Humberto Pongeti, *Favela dos meus amores*, by *Atlântida*, was released in 1935. The musical narrates the story of two young people who, coming from Paris, at first evoke civilizing ideas, but due to their precarious economic situation, they search for alternatives for surviving, culminating in the opening of a cabaret in *Morro da Providência*, in downtown Rio de Janeiro. The proposal was to have as clientele foreign tourists attracted by the exotic ways of life in a *favela*. The film's images record and bring to the scene, in a pioneering way, the extremely poor situation of the residents of that city zone. Praised by the critics of the time, the film is considered an icon of a national identity construction based on the popular culture of Rio de Janeiro. Later, Humberto Mauro stated that, with this work, he could be recognized as the first to make neorealist cinema (Napolitano, 2009: 137-157).

The circles of technicians (screenwriters, directors, photographers, cameramen, gaffers, sound designers, scenographers, among others), alongside the increasingly active circles of critics (Altman, 2010) mainly located on the Rio de Janeiro-São Paulo axis, in their debates took the sum of the reasons that precipitated the failure of Zampari's project as emblematic of more general issues that afflicted not only cinema and the other arts in the country. These discussions were inserted in an atmosphere in which the questions about national identities and cultures were equated by the duet established between the evocation of a national developmental project and the fight against cultural imperialism of great military economic powerhouses such as the United States. Thus, together with the diagnosis of the infrastructural deficiencies for the implementation of an integrated industrial park, the possibility of implementing the cinematographic industry in Brazil raised questions about the existence of an aesthetics specific to Brazilian cinema and its relationship with socioeconomic underdevelopment, which would leave its marks in most areas of society (Salles Gomes, 1980; 2021; Ramos, 1983).

The aesthetic-political equation proposed with *Cinema Novo* carries the consequences of these discussions in many ways. On the one hand, the movement updated some of the legacies of literary modernism and of the visual arts aimed at historical-anthropological research on the "deep" Brazil. It is worth reminding that such aesthetic-cultural proposals are aligned with revolutionary aspirations, but that does not mean they turned their backs on the colonial legacy with its many traditions. The Brazilian modernists, in general, understood that they could only make critique viable when they based it on popular manifestations, which were detracted from by the orthodoxy of the country's intellectual elite in the period within the establishment of the republican regime and the 1920s. On the other hand, because they were inserted in the networks of international cinema circulation, as they participated in festival circuits, they adapted the solutions of the European cinematographic vanguards in the consolidation of a Brazilian authorial cinema. Directors, screenwriters, photographers, producers, actors, critics, among others, set themselves the task of studying artistic alternatives to express the socio-economic contradictions of urban and rural life in the country, but in accordance with the initiative to diversify the range of voices and faces presented on the cinematographic screen, thus making other versions about the same national contradictions expressive⁵.

Because of its pioneering nature, let us summarize the film *Rio 40 Graus*, just to illustrate some few points. Released in 1955, written and directed by Nelson Pereira

dos Santos, celebrated as the inspiring work of *Cinema Novo*, this film stands out for its proposal of leading the camera across the *favela* in *Morro do Cabuçú*, tourist attractions such as the Sugar Loaf, Maracanã football stadium, Quinta da Boa Vista Park, among other places in Rio de Janeiro. The goal was much more than portraying the residents' daily lives; by interspersing professional and non-professional actors/actresses, the motivation was to encourage anonymous voices and gestures to express joys and dramas, thus building the staging. Bold for the time, the execution of the project responded to the goal of artistically exposing the disparities among social classes that ferment the contradictions and conflicts in the daily life of the *carioca* metropolis. Football fans and players, washerwomen with cans on their heads going up the *favela*, members of samba schools during rehearsals in the *terreiro*, boys selling peanuts on the streets, the lives of northeastern migrants, among others, make up the mosaic of this tense urban plurality. Inspired by both thematic and aesthetic solutions in Italian neorealism, without the melodramatic summoning of feelings, the film's direction opts for a tone that intersperses lyricism and a certain rawness consistent with the experience riddled with suffering in the narrative conduction.

Investments committed to *Cinema Novo* took place on a board of interdependent positions in which the political-ideological fermentation in the country affected the redefinitions underway in the secular cultural sphere. Loyalty to the revolutionary beliefs supported the motivation to implement a popularly mobilized agenda. The effort to overcome the national "backwardness" and, thereby, the stage of colonial subservience and socioeconomic underdevelopment, was obedient to the task of de-alienating the masses. To a certain extent, the intellectual circles inscribed in the Cinema Novo movement ratified the conceptions for culture supported, among others, by the Popular Center for Culture of the National Union of Students (CPC/UNE – *Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes*) (Ridenti, 2016). Therefore, the thoughts of Carlos Estevan Martins, the ideologue of CPC/UNE's cultural production experiences at that same period, resonated in these circles. Against the premise of considering, for example, popular manifestations as "alienated", the awareness-raising work of the political and intellectual vanguards with the masses urged, thereby reiterating the image of the revolutionary elites as agents of emancipation and almost naturally assigned to command (Berlinck, 1984). An unquestionable emblem regarding this posture is the carrying out of the proposal *Cinco vezes favela* (1962)⁶. The de-alienation and the subaltern situation, for popular mobilization, occurs throughout the film's narrative, which is distributed in five episodes, in charge of young directors: *Um favelado* (Marcos Farias); *Zé da Cachorra* (Miguel Borges); *Couro de gato* (Carlos Diegues); *Escola de samba, alegria de viver* (Joaquim Pedro de Andrade) and *Pedreira de São Diogo* (Leon Hirszman).

6. *Cinco vezes favela* pioneered the series of films focused on the epic of the nation-people's heroism, but narrated from the "ordinary man's" point of view; although present, the ethnic-racial issue is just a trait in the formal composition of the works. It is also worth noting that many of the directors of *Cinco vezes favela's* episodes are ahead of these later works: *Ganga Zumba* (Carlos Diegues, 1963), *Chica da Silva* (Carlos Diegues, 1976), *Eles não usam black tie* (Leon Hirszman, 1981), *Quilombo* (Carlos Diegues, 1984), *Chico Rei* (Walter Lima Júnior, 1985), among others.

Certainly Glauber Rocha's filmography contains the neuralgic points of *Cinema Novo's* critical aesthetic-political stance. *Manifesto da estética da fome* vocalizes the updating of the modernist posture of attuning the local to the cosmopolitan, of reciprocating the temporality of the machinic civilization with the structural temporality of the colony formed on contradictions and mixtures (Farias & Mira, 2014: 11), so as not to lose sight of the value attributed to the genuine trait of the Brazilian social being, but in line with a critical attitude towards colonialism, whether the one exercised by imperialism or the one referring to the collaboration of social strata whose privilege maintenance was responsible for the ratification of national underdevelopment. The fight against alienation in the construction of a popular national identity lies in the motivation to use baroque elements in the composition of its visual language allied to the cinematography's narrative axis articulating the Marxist revolutionary promise with the Jewish-Christian messianism. Therefore, the emphasis placed by different modernist trends in the identification of the most elementary forms of Brazilian culture referring to the colonial period is echoed (Xavier, 2019: 209-226). The adoption, however, would be a consequence of the insurgency of an "aesthetics of violence", as the filmmaker assures. This last statement is a revolutionary gesture: "an aesthetics of violence, instead of being primitive, is revolutionary, here is the starting point for the colonizer to understand the existence of the colonized; only by becoming aware of his/her sole possibility, violence, can the colonizer understand, through horror, the strength of the culture he/she exploits. As long as the colonized does not raise his/her weapons, he/she is a slave" (apud *Portal Vermelho*, 2019, translated by us).

Certainly, the dramaturgical solutions matching the style imposed on the visual narrative in *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969) acquired greater notoriety in the illustration of the allegorical form adopted in Glauberian cinematography. In its audiovisual movement, the plot sews *cordel* to opera, in a textuality in which musical and scenic-choreographic aspects typical of some Northeastern revelries are not a backdrop, but expressive elements that contextualize as they do the meta-reading of the mystical-theological and secular-historical fight between the archetypes of good and evil. But it is in *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) that the filmmaker's efforts to circumvent the centrality of the action, in favor of examining the relationships that make it possible, gain prominence. The characters are personified concepts, as they shape and objectify in their gestures and speeches the crossing of different conditions that move them and/or make them passive. The film plot translates, in a dramaturgical register, the dubiousness of the dyad coastline *versus sertão*, which was literarily initiated in Euclides da Cunha's debate about the nation in *Os sertões*. By focusing on the conflict in Canudos, Cunha's willingness was to reveal the bowels of the country: the countryside and the coast-

line would share both “civilization” and “barbarism” in a much more complex way. The Glauberian lens, in turn, scrutinizes the drama of the *sertanejo* subaltern man who, afflicted by the drought and, above all, being the target of the injustice committed by latifundium owners, lets the revolt to potentiate in hatred, ending in the brutal act. Later, this ordinary man, impelled by a messianic mystical imaginary in the search for salvation in the midst of mundane suffering, surrenders to the solution of employing the use of force against state legality as a means of transforming the unequal and unjust socio-historical reality. In this case, “Manoel” (Geraldo Del Rey) is faced with the farmer’s attempt to deceive him, by imposing on him the loss of the few resources he managed to save from the long drought. In a fury, the small farmer kills the owner of the land on which he and his wife lives. Disillusioned, he joins the followers of Sebastião, a kind of prophet who announces paradise in the afterlife and denounces the landowners’ excesses. The couple comes across one of the members of the horns cangaceiras loyal to Captain Virgulino (“Lampião”), the metaphysical and brutal “Corisco” that evokes the powers of the people to transform the situation of misery in that area of Northeast Brazil.

At the turn of the 1950s to 1960s, when internationally prestigious awards are won by films that are also focused on the popular theme, other facets of cinematography in Brazil raised even more questions about the identity and the function of this same cinematography in the scope of national culture. In 1962 *O pagador de promessas*, directed by Anselmo Duarte with a script based on Dias Gomes’ play, won the Palme d’Or at the Cannes Festival. Before that, *Orfeu negro*⁷, released in 1959, was consecrated as the Oscar winner for best foreign language film (1960). In 1959, this film had also won an award at Cannes. This French-Italian and Brazilian film, directed by Marcel Camus, tells the tragedy of the *sambista* Orfeu da Conceição (Breno Mello), during the days of Momo Revelry in Rio de Janeiro. The action is triggered by his meeting with the northeastern migrant Eurídice (Marpessa Dawn), who had recently arrived in the *favela* located in *Morro da Babilônia* and who was staying at her cousin’s, Serafina (Léa Garcia). In the three festive days, they both walk the path that leads them from the discovery of love to death. In the sequence that precedes the end of the plot, the *sambista*, wearing a costume, returns to the *favela* with his dead lover in his arms. Moved by the fury of jealousy, Mira (Lourdes de Oliveira) – Orfeu’s despised ex-girlfriend – pushes them off the cliff. The background is the same in which three children dance the samba, ending the film: the Sugar Loaf contoured by the waters of the Guanabara Bay, in the Botafogo Beach Cove, in the South Zone of the city.

7. Another film version of the same play is directed by Carlos Diegues, in 1998: *Orfeu*.

If the image combining the idyllic city landscape with the popular samba culture anticipates the postcard that dominated the advertisement of Rio de Janeiro, in

8. Certainly, *Orfeu do Carnaval* indirectly cites Cinédia's cinematographic chanchadas and these, in turn, as we have seen, cites Rio's musical theater of the first decades of the 20th century. In fact, it is the same theater cited in the musicals starring Carmem Miranda, during the period in which the "good neighbor policy" with Latin America prevailed, carried out by the United States government, interested in preventing the expansion of the German influence in the region during World War II (Dias, 1993).

9. The use of the idea of intertextuality is aligned with Roland Barthes' conception. As this author says: "[...] any text is an intertext; other texts are present in it, at varying levels, in more or less recognizable forms [...]. Any text is a new tissue of past quotations. Bits of code, formulae, rhythmic models, fragments of social languages, etc., pass into the text and are redistributed within it [...]. Intertextuality, the condition of any text whatsoever, cannot, of course, be reduced to a problem of sources or influences" (Barthes, 1981: 39).

10. Although in a different and lesser degree, the play *Orfeu da Conceição*

subsequent years and decades, in turn, the songs by Tom Jobim, Luís Bonfá, Vinícius de Moraes and Antônio Maria for the film's soundtrack gives prominence to *bossa nova*, since then one of the most solid trademarks of Brazilian musical identity and the country's unmistakable international icon. The screenplay by Camus and Jacques Viot adapts the theatrical play *Orfeu da Conceição*, by Vinícius de Moraes, to cinematography⁸. With a scenario designed by Oscar Niemeyer, this show was put on by TEN – *Teatro Experimental do Negro* (Black Experimental Theater group), led by Abdias do Nascimento, at the municipal theater in Rio in 1956. It was an unprecedented occasion in Brazil: a cast of black actresses and black actors only. There was also the meeting between Vinícius de Moraes and Tom Jobim, who composed the songs accompanied by Luís Bonfá's guitar.

The triangulation among cinema, theater and popular music in the episode of the film *Orfeu do Carnaval* evidences the intertextuality⁹ of the mestizo Brazil through which, since the 1960s, the urban popular culture, composed in the duet samba and carnival, occupied the position of true totem of the Brazilian nation. This intertextuality was also anticipated by visual arts and literature (in addition to social thought) which, in the weaving of the different aesthetic modernism strands left as legacy, as we have seen, aesthetic matrices to the figuration of the Brazilian-ness that gave support to a certain frame of national identity and Brazilian culture throughout the 20th century. As a counterpart to this intertextuality of the mestizo Brazil, different processes of institutional consolidation of these same different socio-symbolic artistic-cultural spaces in the country were taking place. In the mutual intersection in which the silhouette of the Brazilian secular cultural sphere was delineated, something in common crossed and established homologues between such spheres, namely, the problematizations regarding the actuality of the national issue. Apparently, this intersection took place in the different topicalizations of the popular. Thus, considering the two aspects last mentioned, the following developments in the exhibition of *Orfeu Negro* are emblematic. On the one hand, much more significant than the trend of Franco-Brazilian films that had a certain importance in the 1960s, after the play and the film came the afrosambas of Vinícius de Moraes, and also the parade of the samba school *Acadêmicos do Salgueiro* and the theatrical production (directed by Augusto Boal) addressing the fights led by Zumbi de Palmares and many other playful-artistic manifestations whose traces have been contouring this same Afro-Brazilian popular culture. Its symbols and practices increasingly made not only the contents complex, but above all, they twisted the founding terms of the miscegenation narrative in the design of the Brazilian self-image. On the other hand, before its release and screening at the Cannes exhibition, *Orfeu Negro* did not reach full consensus in Brazil¹⁰: Itamaraty diplomats vetoed the film from being included in the Brazilian exhibition, as they feared that the

cast consisted of black people who inhabited a *favela* could damage the country's image (Fléchet, 2009: 48). Later, there were criticisms denouncing both the illicit attitudes that its director would have had and the film's mediocrity, which would betray the creative Brazilianness contained in Vinícius de Moraes' play, in the name of an overwhelming exoticism. In 1966, seven years after the work's release, Walter da Silveira, a film critic from Bahia, took a vehement stance: for him, Camus' direction displayed the good intentions of a foreigner whose appeal to stereotypes covered his ignorance regarding Brazilian issues. He particularly disliked the way in which Camus' camera would suggest a symmetrical country, a vibrant community of equals, devoid of deep social conflicts. The *favela* would be, in the film, a domain of black people defined by the resistance attitude not to class disparities – which would be important to emphasize – but rather to the otherness condition of the popular to the imperatives of modern civilization.

When Vincenzo Boccia (2012) identifies the narrative use of analogies between the characters of the Brazilian popular culture and the Olympian gods of Ancient Greek in *Orfeu do Carnaval*, he sees these different “Orphic” resources in Brazilian culture¹¹ as being in the wake of the profound socio-structural changes that took place in the country after 1930. He understands that, in contrast to the class and ethnic-racial complexification that took over the urban context, this context is established as the stage where the main socio-political and cultural struggles and conquests were incarnated (and performed). In his view, the evocation of music's mythical structure offered the alternative of dealing with such contradictions that increasingly took shape in everyday life and were translated into dramatic plays, novels, films, songs and even in ludic-sports performances such as football. The sociological emphasis placed on the structure of national society, at that time marked by the cross-increment of industrialization and urbanization processes, is very suggestive. Yet, it is important to point out a neglected aspect in Boccia's interpretation. In the dialectic proposed in his analytical scheme, the symbolic plane is incited by these transformations and, in responding, it acts on the possible unfoldings of the same socio-structural arrangement. When he argues that the means by which the countless contradictions related to Brazilian modernization found expressive forms – without mutilating it – are in the Orphic ludic-artistic formations, one could extrapolate his reasoning to conclude that the Apollonian and Dionysian notions were defined, at that moment, as categories of thought and, at the same time, mental habits and artistic coding modes enabling communicative situations were affirmed. Finally, the archetypal polarity between both mythical Greek entities fostered artistic languages through which one could express the dilemmas resulting from the complexity of the society-nation.

11. It is worth reminding that Vinícius de Moraes was not the only one who used Greek mythology to artistically delineate characters of the Brazilian popular culture. In the same decade (1950s), Nelson Rodrigues, in his football chronicles, started using references either to Apollo or Dionysus to emphasize the combination, in the Brazilian player, of the disconcerting swing improvisation with the ability to materialize fantasy in a beautiful body move; for him, the sportsman's body would thus be able to achieve a balance between the Dionysian aesthetic of excesses and that of Apollonian self-regulation. Much earlier, in the 1930s, when the newspaper *Jornal Mundo Esportivo* announced the first samba school competition in Rio de Janeiro, promoted by it, it urged its

11. It is worth reminding that Vinícius de Moraes was not the only one who used Greek mythology to artistically delineate characters of the Brazilian popular culture. In the same decade (1950s), Nelson Rodrigues, in his football chronicles, started using references either to Apollo or Dionysus to emphasize the combination, in the Brazilian player, of the disconcerting swing improvisation with the ability to materialize fantasy in a beautiful body move; for him, the sportsman's body would thus be able to achieve a balance between the Dionysian aesthetic of excesses and that of Apollonian self-regulation. Much earlier, in the 1930s, when the newspaper *Jornal Mundo Esportivo* announced the first samba school competition in Rio de Janeiro, promoted by it, it urged its

readers to go to Praça XI (XI Square) to contemplate the Dionysian choir incited by the drums percussions from the slums and outskirts of the city (Farias, 1998).

12. The film *Macunaíma* (1968), by Joaquim Pedro de Andrade, promotes the meeting between these two strands of Brazilian cinematography when it gives the actor Grande Otelo the protagonist role. He, who built his career in the transition from musical theater to the *chanchadas*, composing a legendary duo with Oscarito, proved himself to be adequate to incorporate the character's playfulness into the director's aesthetic-critical project – an exponent of the *Cinema Novo* tradition. They were both committed to the film translation of the homonymous literary work which was already praised for its author's, Mario de Andrade, effort in profiling the popular despicable hero, exemplary of the Brazilian nation-people (Hirano, 2019).

Conclusion

For this paper's purposes, it is important to underline how the different problematizations on the popular contributed to equate, both thematically and aesthetically, in the late 20th century, the institutionalization of the different socio-symbolic spaces constituting the secular cultural sphere in Brazil. The cinema, at the same time, was integrated in the scope of these equations, not only complementing it, but solving it in the light of the synthesis it was able to carry out of the already sedimented collective knowledge funds and symbolization records.

From this last point of view, the differentiation of cinema in Brazil imposed a shift in favor of audio-image as a social system and symbolic record of presenting and describing the world, mainly of designating meaning, particularly in relation to literature and journalism, with their printed supports. From the point of view of its institutionalization as a socio-symbolic space, the "big screen"'s attractiveness was manifested in the formation and reach of audiences, but also in the attainment of means of funding, recruiting and engaging staff in the composition and functioning of a labor division of its own. However, the ascending historical trajectory of the audiovisual, when it comes to cinema, needs to be considered taking into account the bifurcation that characterizes it in the Brazilian case. In terms of the restricted dimension of the production and circulation of cultural goods (Bourdieu, 1992), especially with *Cinema Novo*, cinematography established itself as a symbolic art, gaining prestige to the point of being an important agency in the forums in which the national issue was taken as an object of discussion and reflection. The attainment of relative autonomy from other related domains – literature, theater, journalism – was also shown in the act of not taking direct orders from different sectors of national society, but rather converting them to its own normative and aesthetic criteria. Even more: it proposed questions and elaborated elucidations aiming at integrating agendas with impacts beyond the institutional boundaries of cinematography. Therefore, *Cinema Novo* and its critical fortune traveled (and continue to circulate) among intellectualized sectors, linked or not to university circuits. They were consecrated in festivals, gained admirers and followers in Brazil and abroad, were taken up in new films and perpetuated in academic theses, parts of a very wide bibliography on this Brazilian cinematographic authorial tradition.

The artistic aura assured by this cinematography was given a distinct status compared, for example, to the entertainment attribute of the *chanchada*, even though the later was capable of mobilizing an incomparably larger audience and of leaving its traces in the propagation of its characters' jargons and mannerisms in the everyday life across the country¹². Thus, the mimeses that re-signified the silhouette of

the popular in its cinemanovist critical-reflective exercises, guided by revolutionary aspiration, were contrasted with the popular carnivalesque of plots aimed at entertaining low, medium or non-literate consumers. The distinction between entertainment and auteur artistic cinema (committed to an aesthetic-political project of intervention in the socio-historical reality), which structured the socio-symbolic audiovisual system, is exacerbated in the period of the 1960s and 1980s. In the meantime, the disjunction became emblematic of a situation in which a range of factors did not favor the transformation of cinema into an industry focused on popular mass culture. The disproportionate competition with the US imported product and the irregularity in the state and private funding were two major difficulties among others. The obstacles were and remain contemporaneous with the diversification of aesthetic postures manifested in the emergence of strands such as the marginal cinema, the phase of productions financed by Embrafilme, the *pornochanchada*, the “resumption” phase and the contemporary versions of authorial cinema parallel to the advent of a filmography aimed at being a blockbuster and going on television (Ramos & Autran, 2018; Amancio, 2018; Gamo & Melo, 2018; Ramos, 2018a; 2018b; 2018c; 2018d; Schvarzman, 2018; Eduardo, 2018).

In this same interval, the television, already dissociated from cinema since its advent in the early 1950s, is established as the business arm par excellence of the institutional domain of audiovisual in Brazil. Since then, another chapter in the sociogenesis of the audiovisual sociotechnical system has been written on the modes of presentation/description, therefore, on the problematization of the popular with the consecration of the *telenovela* (TV soapopera), an expressive format of great audience reach and advertiser catalyst since the 1970s.

References

ADORNO, Theodor W. Para uma crítica social da música no rádio. _____. *Indústria Cultural*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

_____. Notas sobre o filme. In: COHN, Gabriel (Org.): *Adorno*, p. 100-107. São Paulo: Ática, 1986.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGUIAR, João Henrique Catraio Monteiro. A inserção internacional do cinema brasileiro e interfaces com temporadas culturais e festivais. In: *Anais do III Seminário Internacional de Políticas Culturais*, Rio de Janeiro, 2012.

AHMED, Sara. *Strange encounters: embodied others in post-coloniality*. London; New York: Routledge, 2000.

ALTMANN, Eliska. *O Brasil imaginado na América Latina: a crítica de filmes de Glauber Rocha e Walter Salles*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2010.

AMANCIO, Tunico. Sob a sombra do Estado: Embrafilme, política e desejo de indústria. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.): *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018.

ASTRUC, Alexandre. The birth of a new avant-garde: la caméra-stylo. In: GRAHAM, Peter; VINCENDEAU, Ginette (Orgs.). *The french new wave: critical landmarks*. London: Palgrave Macmillan. 2009.

AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Companhia das Letras; Cinem

ateca Brasileira, 1989.

BARTHES, Roland. Theory of the text. In: YOUNG, Robert. *Untying the text: a post-structuralist reader*, p. 31-47. Boston; London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacra and simulation*. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press. 1994.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAZIN, André. L'évolution du langage cinématographique. In: _____. *Qu'est-ce que le cinéma?* Paris: Éditions du Cerf, 1985.

BELTING, Hans. *O fim da história da arte*. São Paulo: Cosac Nayf, 2006.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte no tempo da sua reprodutibilidade técnica. In: Benjamin et al. (Orgs.), p. 9-40. *Tadeu Capistrano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

_____. *A imagem de Proust*. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *A obra de arte no tempo da sua reprodutibilidade técnica. "Os Pensadores"*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BERLINCK, Manoel T. *O centro popular de cultura da UNE*. Campinas, SP: Papyrus, 1984.

BERNARDET, Jean Claude. *Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia*. São Paulo: Annablume, 1995.

BOCCIA, Leonardo Vincenzo. A chave de Orfeu: cinema brasileiro no espírito da música. *Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 6, n. 1, p. 82-104, 2012.

BOLZ, Norbert. É preciso teologia para pensar a história? *Revista da USP*, n. 15, p. 92-98, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2. The image and time*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 1997.

DE VALCK, Marijke. *Film festivals: from european geopolitics to global cinephilia*. Amsterdam, NE: Amsterdam University Press, 2007.

DE VALCK, Marijke; KREDELL, Brendan; LOIST, Skadi (Orgs.). *Film festivals – history, theory, method, practice*. London; New York: Routledge, 2016.

DIAS, Rosângela O. *O mundo como chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

EDUARDO, Cléber. Continuidade expandida e o novo cinema autoral (2005-2016). In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México; Madrid: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

FARIAS, Edson. A duplicação audiovisual na cultura contemporânea: uma leitura sociológica do filme *Um toque de rosa*. In: GUSMÃO, Milene Silveira; NERY, Salete (Orgs.): *Memória e imagens: entre filmes, séries, fotografias e significados*, p.11-42. Jundiaí, SP: Paco, 2020.

_____. Sociologia e a esfera cultural contemporânea. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, n. 1, p. 3-14, 2017.

_____. Orfeu em tempo de modernidade no desfile de carnaval carioca. *Estudos AfroAsiáticos*, n. 34, p. 49-79, 1998.

FARIAS, Edson; MIRA, Maria Celeste. Mensagens do pós-nacional-popular (Introdução). In: _____ (Orgs.). *Faces contemporâneas da cultura popular*. Jundiaí, SP: Paco, 2014.

FLÉCHET, Anaís. Um mito exótico? A recepção crítica de Orfeu Negro de Marcel Camus (1959-2008). *Significação*, n. 32, 2009.

FOUCAULT, Michel. What is Enlightenment? In: RABINOW, Paul. *The Foucault reader*, p. 32-50. New York: Pantheon Books, 1984.

_____. The order of discourse. In: YOUNG, Robert (Ed.). *Untying the text: a post-structuralist reader*. Boston; London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

FRANCASTEL, Pierre. Les mécanismes de l'illusion filmique. In: FRANCASTEL, Pierre. *L'image, la vision et l'imagination*, p. 191-206. Paris: Denöel; Gonthier, 1983.

GAMO, Alessandro; MELO, Luís A. R. Histórias da boca e do beco. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018.

GRAZINOLI, Henry. Produções curtas, médias e longas. Arquivado em 25 de janeiro de 2014, *aybackMachine*. Tela Brasil.

HIRANO, Luís Felipe Kojima. *Grande Otelo: um intérprete do cinema e do racismo no Brasil (1917-1993)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

_____. Cinema em verde amarelo: Gilberto Freyre e Mário de Andrade na obra de José Carlos Burle. 33º Encontro Anual da Anpocs. Trabalho apresentado no GT 30: Pensamento Social no Brasil – Caxambu (MG), Out. 2009.

_____. Atlântida: carnavalizando o cinema brasileiro. *Humanidades em Diálogo*, v. 2, n. 1, p. 153-168, 2008.

JAHNSON, Randal; STAM, Robert. *Brazilian cinema – expanded edition*. New York: Columbia, 1995.

KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. *Novos Estudos Cebrap*, n. 84, p. 215-233, 2009.

KRACAUER, Siegfried. *Ornamento da massa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A tela global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna*. Porto Alegre: Salinas, 2009.

LUHMANN, Niklas. Por que uma “teoria dos sistemas?” In: NEVES, Clarissa Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Orgs.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut/ICBA, 1997a.

_____. Novos desenvolvimentos na teoria dos sistemas. In: NEVES, Clarissa Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (Orgs.). *Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut/ICBA, 1997b.

MAZDON, Lucy. Transnational “French” cinema: the Cannes Film Festival. *Modern & Contemporary France*, v. 15, n. 1, p. 9-20, 2007.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. Cinema: imagem e interpretação. *Tempo Social*, v. 8, p. 83-104, 1996.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. *Cadernos Pagu*, v. 21, p. 13-38, 2003.

MORETTIN, Eduardo. O cinema em perspectiva transatlântica: práticas históricas e culturais nas exposições universais. *Revista USP*, n. 123, p. 85-103, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. “O fantasma de um clássico”: recepção e reminiscências de Favela dos Meus Amores (H. Mauro, 1935). *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, v. 36, n. 32, p. 137-157, 2009.

NEIVA, Eduardo C. *A imagem*. São Paulo: Ática, 1986.

NICHOLS, Bill. Discovering form, inferring meaning: new cinemas and the film festival circuit. *Film Quarterly*, v. 47, n. 3, p. 16-30, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1212956>>. Acesso em: 10 Out. 2021.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Sertão e narração: Guimarães Rosa, Glauber Rocha e seus desenredos. *Sociedade e Estado*, v. 23, n. 1, p. 51-87, Jan.-Abr. 2008.

RAMOS, Fernando P. A ascensão do novo jovem cinema. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018a.

_____. Cinema novo/cinema curtição. Entre curtição e exasperação. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018b.

_____. A grande crise: modernismo, fim da embrafilme e da pornochanchada. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018c.

_____. A retomada: nação inviável, narcisismo às avessas e má consciência. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018d.

RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Cultura audiovisual e cultura contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 10-17, 2001.

_____. *Cinema, estado e lutas culturais – anos 50/60/70*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

RAMOS, José Mário Ortiz; AUTRAN, Arthur. O cinema brasileiro das décadas de 1870 e 1980. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018.

RAMOS, José M. O.; BUENO, Maria L. Cultura audiovisual e cultura contemporânea. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 3, p. 10-17, 2001.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ROCHA, Glauber. Uma estética da fome. *Portal Vermelho*. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/leia-a-integra-do-manifesto-uma-estetica-da-fome-de-glauber-rocha/>>. Acessado em: 24 Jan. 2022.

ROCHLITZ, Rainer. *A Filosofia de Walter Benjamin*. Bauru (SP): Edusc, 2003.

ROSSI, Túlio Cunha. Problematizando a indústria dos sonhos: questões sociológicas para analisar o cinema de entretenimento estadunidense. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 50, n. 2, p. 137-145, São Leopoldo, RS, mai/ago 2014.

SAER, Juan José. O conceito de ficção. *Revista Fronteira Z*, n. 9, p. 320-325, São Paulo, Dez. 2012.

SALLES GOMES, Paulo Emilio. *Cinema e política*. São Paulo: Peguin; Companhia das Letras, 2021.

_____. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Embrafilmes, 1980.

SCHVARZMAN, Sheila. Cinema brasileiro de grande bilheteria. In: RAMOS, Fernando Pessoa; SCHVARZMAN, Sheila (Orgs.). *Nova história do cinema brasileiro*. São Paulo: Sesc, 2018.

SIMMIS, Anita. *Estado e cinema no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, José Inácio de Mello. *Imagens do passado: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema*. São Paulo: Senac, 2004.

SUBIRATS, Eduardo. *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel, 1989.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VALCK, Marijke de. As várias faces dos festivais de cinema europeus. In: MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado – Europa V*. São Paulo: Escrituras, 2007.

VIANY, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alhambra; Embrafilme, 1987.

WEBER, Max. Rejeições religiosas mundo e suas direções. In: GERTH, H.; MILLS, C. W. (Orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*, p. 371-412. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

_____. *Sociologia das religiões*. Lisboa: Relógio D'Água, 1974.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

_____. *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Editora 34, 2019.



Afetos e sentidos no filme *Girimunho* (2011), de Clarissa Campolina e Helvécio Marins

Recebido: 17.01.22
Aprovado: 25.02.22

Carolina Rodrigues Freitas (<https://orcid.org/0000-0002-8961-4468>),
Universidade de Boston, Boston, Massachusetts, Estados Unidos da Américaⁱ.

i. Carolina Rodrigues Freitas é pesquisadora de pós-doutorado na Universidade de Boston, integrante do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD), mestre em comunicação pela Universidade Federal de Goiás, doutora em sociologia pela Universidade de Brasília. <carolinarofre@gmail.com>.

Resumo: O principal objetivo deste ensaio é analisar o filme *Girimunho* (2011), de Clarissa Campolina e Helvécio Marins, como uma experiência em si mesma. O filme é analisado em diálogo com análises fílmicas recentes que relacionam afeto e linguagem. O foco recai sobre o roteiro do filme, assim como sobre a luz, o som, a cor, o plano, os movimentos de câmera e a montagem. O esforço analítico mobiliza uma bibliografia relacionada à filosofia, à sociologia, aos estudos do afeto, do cinema e da literatura. A análise mostra que o filme é uma experiência sensível que afeta o espectador/analista por meio de um trabalho com a linguagem cinematográfica que o instiga à leitura atenta e à criação de sentidos.

Palavras-chave: Afeto. Linguagem. Filme. Criação. Sentido.

Affect and meanings in the film Swirl (2011), by Clarissa Campolina and Helvécio Marins

Abstract: The main objective of this essay is to analyze the film Swirl (2011), by Clarissa Campolina and Helvécio Marins, as an experience in itself. The film is analyzed in dialogue with recent film analyzes that relate affect and language. The focus is on the film's script, as well as on its light, sound, color, shot, camera movements, and montage. The analytical effort mobilizes a bibliography connected to philosophy, sociology, studies of affect, film, and literature. The analysis shows that the film is a sensitive experience that affects the spectator/analyst through a work with cinematographic language that instigates both the attentive reading and the creation of meanings.

Keywords: Affect. Language. Film. Creation. Meaning.

Introdução

Este ensaio faz parte de um percurso de pesquisa que tem como objetivo investigar modos de análise de expressões artísticas que as tomem não apenas como representações de contextos histórico-sociais ou modos de vida, mas também como experiências que devem ser analisadas em si mesmas. O filme *Girimunho* (2011), de Clarissa Campolina e Helvécio Marins, cuja análise apresento neste ensaio, é uma das expressões artísticas examinadas nesse percurso. O ensaio é escrito em diálogo com análises fílmicas recentes informadas pela teoria do afeto produzida entre o final dos anos 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000, no

bojo do que foi chamado de a “virada afetiva”. Essa teoria retoma em especial a filosofia de Baruch Spinoza (2009), que define afetos como “afecções do corpo pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (Spinoza, 2009: 163). Ainda que múltipla e diversa, essa teoria tem em comum o entendimento do afeto como fenômeno que surge entre corpos e provoca mudanças sensíveis e cognoscíveis sutis. A partir desse entendimento, o afeto se torna um artefato analítico que possibilita perceber essas mudanças e suas consequências em diferentes circunstâncias e situações (Clough, 2007; Gregg & Seigworth, 2010; Hardt, 2007; Massumi, 2002).

O interesse pelo afeto como via para a análise fílmica não é novo. Nas primeiras tentativas de análise do cinema, já havia um interesse por observar como “suas imagens e sons [...] conseguem a mobilização poderosa dos afetos” (Xavier, 2018: 10). O que as análises fílmicas recentes trazem de novo é a abordagem. No encaixe da trilha deixada pela “virada cultural” dos anos 1980, na qual a experiência aparece como categoria central, essas análises buscam abordar o filme como uma experiência para os sentidos. Nesse sentido, a análise fílmica não busca desvendar o que está oculto no filme, em sua origem ou para além dele, mas a microfísica que o anima e afeta os sentidos do espectador/analista. Em análises como as de Steve Shavero em *The cinematic body*, o filme é examinado como uma mídia vívida que enseja relações entre o corpo cinematográfico e o corpo espectador. Esse modo de análise parte do pressuposto enunciado por Patrícia Clough (2007) de que os afetos surgem não apenas entre corpos humanos, mas também entre corpos humanos e não humanos,

em relação às tecnologias que nos permitem tanto “olhar” o afeto como produzir capacidades afetivas incorporadas para além das restrições orgânico-fisiológicas do corpo [humano] (Clough, 2007: 2, tradução livre)¹.

1. “In relation to the technologies that are allowing us both to “see” affect and to produce affective bodily capacities beyond the body’s organic-physiological constraints.”

Sob a influência da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari e das premissas pós-estruturalistas, análises fílmicas, como a realizada por Shavero, buscam afastar a experiência fílmica do domínio do sujeito e aproximá-la do corpo, o que as aproximam de teorias feministas, antirracistas e pós-coloniais, nas quais o corpo aparece como heurística para a crítica cultural. Nessas análises fílmicas, o interesse se volta para as reações corpóreas ou “respostas pré-reflexivas”. A tarefa do espectador/analista é descrever os efeitos do filme no seu corpo ou a experiência sensível que advém de sua relação com o filme. A análise é justificada como um modo de se opor ao medo e à desconfiança em relação às imagens próprias ao pensamento ocidental. Como explica Shavero (1993),

desde Platão, os filósofos nos advertem contra a sedução de reflexos e sombras. A metafísica prefere o verbal ao visual, o inteligível

ao sensível, o texto à imagem e as articulações rigorosas da significação às ambiguidades da percepção não ensinada” (Shaviro, 1993: 14, tradução livre)².

Em análises como a de Shaviro (1993), o afeto é considerado como força plenamente autônoma que existe sem qualquer tipo de mediação. Isso fica explícito em frases como “um filme é inescapavelmente literal. Imagens confrontam o espectador diretamente, sem mediação”³ (Shaviro, 1993: 26, tradução livre). No extremo, o afeto aparece como uma espécie de ente selvagem, que escapa a qualquer tentativa de apreensão cognitiva. Em *The cinematic body redux*, Shaviro (2008) explica que, em seu primeiro texto, procurou rejeitar a suposição de que a experiência humana é original e fundamentalmente cognitiva. Nesse afã, ainda que implicitamente, ele acabou reproduzindo a dicotomia entre o sensível e o cognoscível que fundamenta as abordagens tradicionais que ele queria justamente criticar (Shaviro, 2008).

Em *The form of the affects*, Eugenie Brinkema (2014) apresenta uma crítica incisiva a análises fílmicas como a de Shaviro. Brinkema aponta que o problema com esse tipo de abordagem é que ela nos leva de volta a um significado transcendental, como se esquecêssemos tudo o que a “virada linguística” e, antes dela, o próprio estruturalismo nos ensinou. Em contraposição, a autora argumenta que o afeto precisa ser estudado em sua relação com a linguagem. O modo de análise fílmica que ela propõe nos lembra que não existe um reino puro do sentir acima dos códigos culturais, porque qualquer experiência é sempre mediada pela linguagem, entendida como produtora de afetos organizados como “sucessões da sintaxe”. Tomar o afeto assim é uma “tentativa de aproveitar a paixão dos estudos dos afetos para a interpretação textual e a leitura atentas”⁴ (Brinkema, 2014: XIV e XVI, tradução livre).

Este ensaio é movido pelo interesse de analisar o filme *Girimunho* como um corpo cinematográfico que afeta o corpo espectador/analista, sem esquecer que a experiência sensível proporcionada por esse encontro se dá por meio da linguagem cinematográfica, que instiga a leitura atenta e a produção de sentidos. De fato, já em Spinoza (2009) encontramos o entendimento de que o sensível e o cognoscível, o corpo e a mente são um *continuum*. Como nos conta Ismail Xavier (2018), já há um bom tempo que encontramos nos estudos do cinema o entendimento de que “atualizando determinados processos e operações mentais, o cinema se torna experiência inteligível e, ao mesmo tempo, vai ao encontro de uma demanda afetiva que o espectador traz consigo” (Xavier, 2018: 10).

A leitura de um filme sempre mobiliza um referencial teórico-metodológico que informa e direciona a leitura. Contudo, a leitura de um filme à luz desse referencial

2. “Ever since Plato, philosophers have warned us against being seduced by reflections and shadows. Metaphysics prefers the verbal to the visual, the intelligible to the sensible, the text to the picture, and the rigorous articulations of signification to the ambiguities of untutored perception.”

3. “[...] film is inescapably literal. Images confront the viewer directly, without mediation.”

4. “[...] attempt to seize the passions of affects studies for textual interpretation and close readings.”

deve ter o cuidado de não o transformar em mera ilustração daquele referencial. Como expressão artística, um filme é uma singularidade que não pode ser totalmente iluminada por um referencial teórico-metodológico. A leitura de um filme à luz de um referencial deve buscar não iluminar o filme completamente com esse referencial, mas propor diálogos entre o filme e o referencial e, a partir desses diálogos, ver tanto um como o outro com outros olhos. A partir dessa compreensão, a análise de *Girimunho* mobiliza referências teórico-metodológicas associadas à filosofia, à sociologia, aos estudos do cinema, do afeto e da literatura em uma abordagem interdisciplinar que se esforça por fazer da experiência fílmica um exercício de leitura dos afetos e de criação de sentidos.

Um filme opaco, distendido e dialógico

Deleuze e Guattari (2007) explicam que uma expressão artística é construída com afetos e percepções de seu autor, mas ela não apenas os reproduz. Mais do que comunicação, a arte é expressão. Ela não é tampouco somente um meio para veicular uma história ou uma ideia. A criação artística consiste justamente em trazer ao mundo o que não existia nele antes da obra. Essa é a ontologia artística. Como ato expressivo, a arte cria afetos e percepções novos, o que os autores chamam de “afectos” e “perceptos”. Esses afectos e perceptos compõem um “bloco de sensação”, “um ser em si mesmo” (Deleuze & Guattari, 2007). Em se tratando de um filme, esse “bloco de sensação” ou “ser em si mesmo” é construído com elementos da linguagem cinematográfica, como o roteiro, a luz, o som, a cor, os planos, os movimentos de câmera e a montagem. Os autores ressaltam que, embora seja feita para um público, a arte não depende dele para existir. Ela existe por ela mesma e o público somente a experiencia. Ainda que o espectador não se atente para isso, é a linguagem cinematográfica que cria as condições para a experiência fílmica.

Como define Xavier (2005), um filme é uma janela. *Girimunho* oferece uma imagem cinematográfica para essa metáfora literária na sequência de cenas filmadas a partir da janela do ônibus que Bastú, protagonista do filme, pega para ir ao oftalmologista. Contudo, como enfatiza Xavier (2005), um filme não é uma janela transparente. Ainda que desenvolva uma narrativa ficcional com aspiração realista, o filme é uma construção de linguagem, e como tal, superfície opaca. Não por acaso, em *Girimunho*, à medida que o ônibus passa pela estrada de chão, a sua janela vai ficando cada vez mais coberta de poeira. Quanto mais nos envolvemos com o filme mais nos tornamos capazes de realizar uma leitura que permite a substituição de uma visão pragmática longitudinal por uma visão complexa e em profundidade, lançando um olhar que “extraí” da materialidade fílmica “excessos” significativos.

Clarissa Campolina e Helvécio Marins pertencem a uma nova geração de cineastas brasileiros que se caracteriza pela busca incessante de meios para fazer filmes autorais, tendo à sua disposição um orçamento limitado. *Girimunho* foi realizado com recursos financeiros advindos de leis de incentivo nacionais e parcerias com a iniciativa privada e com fundos internacionais⁵. Desde a retomada do cinema nacional, nos anos 1990, esses têm sido os principais recursos financeiros para a produção de filmes. Contudo, desde o início do milênio, esses recursos têm diminuído⁶. Nessa conjuntura, podemos cogitar que a falta de recursos tem impulsionado a criação, ao se colocar como desafio a ser superado pela criatividade. Na contramão das estéticas do excesso, do exagero e do grotesco, que caracterizam os produtos audiovisuais que predominam na grande mídia e o cinema inserido na lógica de produção estandardizada, o filme de Campolina e Marins se caracteriza por uma estética da contenção, da sutileza e da delicadeza. Isso faz do filme um objeto privilegiado para a análise a partir da perspectiva afetiva, cujo foco é dirigido para mudanças mínimas.

Girimunho segue uma tendência estética contemporânea nomeada pela crítica “cinema de fluxo”. Essa tendência teria surgido no início do milênio, tendo conquistado maior atenção da crítica com a publicação e a repercussão de “Que plano é esse?”, de Jean-Marc Lalanne, na revista *Cahiers du Cinéma*, no início dos anos 2000. Como analisa o autor, essa tendência faz uso principalmente do plano cinematográfico para proporcionar ao espectador uma experiência de imersão. O plano longo faz com que cada plano tome a forma de “um fluxo esticado, contínuo, um escorrer de imagens” (Lalane, 2002: 1). Observamos esse cinema do plano em *Girimunho*, que alia essa tendência à influência do cinema do pós-guerra, em especial do neorealismo italiano e do cinema de Yasujiro Ozu. Nesse cinema, o plano longo, associado à câmera imóvel e à montagem lenta, constituem um olhar atento e demorado para a banalidade cotidiana. Desse modo, esse cinema se distancia da narrativa dramática clássica, cujo interesse é direcionado para os momentos decisivos para a trama do filme, que são destacados dos demais momentos por meio de um trabalho dinâmico com o plano e o contraplano realizado pela montagem. Em *Girimunho*, esse olhar atento e demorado para a banalidade cotidiana se volta para a vida sertaneja. O plano longo, a câmera imóvel e a montagem lenta proporcionam um olhar contemplativo da simplicidade e da beleza da vida cotidiana sertaneja, que se apresenta como o que deve ser olhado sem pressa, em seus detalhes, seus pormenores, em suas nuances, que poderiam passar despercebidos a olhares desatentos e apressados. Esse modo de olhar oportuniza um trabalho minucioso e delicado com elementos da linguagem cinematográfica, como a luz, o som e a cor, que vai na contramão da produção cinematográfica estandardizada.

5. O filme contou com recursos da quarta edição do Programa de Estímulo ao Audiovisual – Filme em Minas, promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O filme contou ainda com incentivos da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e do Programa Ibermedia; bem como apoios do Fundo Hubert Bals, do Festival Internacional de Cinema de Rotterdam, e do Fundo de Cinema Mundial do Festival Internacional de Cinema de Berlin.

6. Um relatório de 2019 mostrou que os recursos financeiros para a produção de filmes têm diminuído em todo o mundo desde o início do milênio (Koljonen, 2019). No Brasil, os recursos diminuíram muito, principalmente a partir de 2019, com o governo Jair Bolsonaro. Entre outras ações, este governo extinguiu o Ministério da Cultura; promoveu reformas na Lei Rouanet, que prejudicaram a produção cinematográfica brasileira; não renovou o patrocínio da Petrobras a projetos relacionados ao

cinema; suspendeu o repasse da Ancine, principal fonte de financiamento público do cinema no país e de verbas para a produção; e suspendeu o programa de exportação de filmes brasileiros pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Girimunho faz parte da seara de filmes brasileiros contemporâneos que tem apostado no retorno a um “Brasil profundo” como um movimento criativo que busca inspiração nas histórias do cinema e da literatura brasileiras, resgatando a tradição de fazer do sertão o mote para criações artísticas. O filme tem semelhanças tanto de roteiro como estéticas com outros filmes brasileiros que pertencem à essa mesma seara, como *Histórias que só existem quando lembradas* (2011), de Julia Murat, e *A história da eternidade* (2015), de Camilo Cavalcante, os quais também têm sido objetos do esforço analítico da pesquisa supracitada. Todavia, ainda que semelhante a esses filmes, *Girimunho* desenvolve um estilo próprio, advindo de sua capacidade de traduzir para a linguagem cinematográfica o imaginário sertanejo como ele aparece na obra literária de João Guimarães Rosa, especialmente em *Grande sertão: veredas* (Guimarães Rosa, 1956) e também de sua capacidade de dialogar com elementos artísticos e culturais diversos. Além dos elementos já citados, cabe mencionar ainda os diálogos que o filme estabelece com o gênero documentário, o realismo mágico e a cultura popular.

O filme gira em torno de duas personagens protagonistas, Bastú e Maria. Os desenhos dessas personagens são traçados no tecido de suas vidas cotidianas, de seus encontros e de suas conversas com os netos, o sobrinho e os vizinhos, e seus momentos de solidão e reflexão sobre a vida. A partir do cotidiano dessas mulheres, o filme recorta certos aspectos da realidade sertaneja contemporânea, tais como a vida simples, o senso de comunidade, os relacionamentos próximos entre as pessoas e com a natureza, a aceitação da morte, a permanência da tradição e os traços de modernidade. O universo fílmico é fundado em tensões de significado e sentido, como aquelas estabelecidas entre vida e morte, natural e sobrenatural, tradicional e moderno, filme e espectador. Essas tensões são trabalhadas tanto por meio do roteiro como por meio de distensões significantes e formais, com destaque para os trabalhos com a luz, o som, a cor, a câmera, o plano e a montagem.

Um mundo feito de luz, silêncio e cor

Girimunho é construído com a luz. Isso pode passar despercebido aos olhos de um espectador desatento e apressado, mas, quando olhamos bem, a luz surge como um afeto que fascina o olhar e instiga a leitura do filme. Ao contrário de filmes expressionistas, que fazem uso da luz para reforçar a narrativa dramática que se desenrola por meio do roteiro, o filme faz uso da luz para criar um universo peculiar e fascinante, no qual somos convidados a entrar. Ao fazer esse uso da luz, o filme dialoga com o neorrealismo italiano, que se constituiu como reação radical ao expressionismo alemão pelo uso de uma luz “sem ângulos e pouco contrastada, se-

gundo um estilo de jornal de atualidades, manifestando uma recusa total de qualquer dramatização artificial da luz” (Martin, 2013: 75). *Girimunho* não é tão radical. O filme se permite brincar com a luz, desenhando na tela um teatro de sombras que tem algo de espetacular, recriando a própria ambiência do cinema, descrita por Marcel Martin (2013) como uma ambiência de

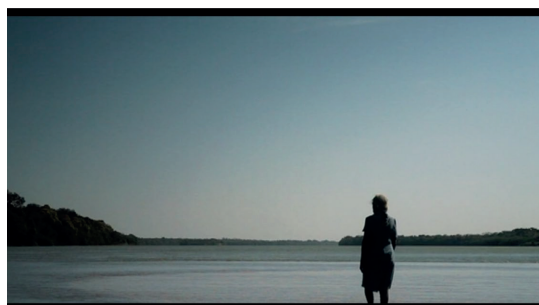
[...] obscuridade, fascínio da luz, o universo fechado e protetor, um clima maravilhoso e infantil que constitui o domínio, essencialmente regressivo (quer dizer, voltado para o interior e para a contemplação) da hipnose fílmica (Martin, 2013: 75).

Em *Girimunho*, a luz é um afeto que nos envolve e nos faz querer ficar olhando para a tela. O fascínio começa já na primeira cena do filme, quando a tela escura dá lugar a um movimento de câmera lento e transversal na direção de silhuetas formadas das sombras de uma iluminação escassa. Nessa primeira cena, não somente a luz como também a sombra chama atenção. As silhuetas são formadas de sombras, mas só podem ser vistas porque existe luz. A sombra surge diante de nós não como o oposto da luz, mas aquilo que, com ela, compõe um universo intrigante. Luz e sombra criam a imagem de um mundo realista, que se prolonga na tela por meio do plano longo e da montagem lenta, como nos filmes associados ao neorealismo italiano. Todavia, essa imagem transmite uma atmosfera mágica, como a que encontramos nos mundos criados por obras vinculadas ao realismo mágico e no mundo sertanejo, tal como criado em *Grande sertão: veredas* (1956). O plano longo que, como descreve Lalane (2002), dá a esse tipo de filme uma forma esticada, contínua, um escorrer de imagens, bifurca-se, adquirindo uma forma alongada pendular, que nos remete ao modo de vida sertanejo descrito em *Grande sertão*. Nesse mundo realista e mágico, a vida oscila entre polos opostos e complementares. Bastú está sempre às voltas com sua máquina de costura, porque sabe que a vida é abertura, “rasgar-se”, e fechamento, “remendar-se”. Todavia, como Eduardo Coutinho (2003) percebe no universo do livro de Rosa, o filme de Campolina e Marins não é fundado em uma lógica dicotômica. O plano longo dá ao filme uma forma alongada que se enrola sobre si mesma como um grande emaranhamento, daí a importância da imagem do redemoinho para o filme.

A luz suave, pouco contrastada, cria uma ambiência propícia ao olhar contemplativo. O rio é a principal paisagem para esse olhar. Por isso, os planos são estendidos nas cenas que mostram Bastú diante do rio. Como em *Grande sertão*, em *Girimunho*, o rio é a imagem de uma vida longa e fluida que, por sua extensão e no seu correr, permite a coexistência de opostos em tensão. Como na leitura que Coutinho (2003) faz da obra de Rosa, nesse universo, posição alguma se sustenta como única e excludente das demais. Sua complexidade desconstrói qualquer tipo de visão mo-

nolítica e instaura em seu centro uma indagação profunda. Como Bastú, vemo-nos diante do rio, superfície vasta e recortada, macia e rugosa, que do fundo de sua ambiguidade nos interpela, nos desafia e nos faz questionar os nossos esquemas perceptivos, analíticos e teóricos. A luz suave permite que vejamos as águas correrem pelo rio; elas são vastas e macias, mas, se olharmos bem, percebemos que são atravessadas por sombras que as delimitam e fazem delas uma superfície rugosa. A vida é travessia que se forma entre uma margem e outra do rio, do sertão. É preciso

PRINT DO FILME 1
CENA DE *GIRIMUNHO* (2011)



Fonte: autora.

atravessar, viver a vida, uma travessia perigosa, porque repleta de tensões e ambiguidades. A travessia não está lá, pronta, esperando para ser atravessada; ela só se forma no atravessar. Por isso, é preciso calma, para parar, para olhar. É assim que Bastú encara o fantasma do marido morto, em outro diálogo do filme com o realismo mágico.

Em *Girimunho*, passado e presente não são tempos separados, mas camadas da vida que se interconectam. Isso pode ser visto na seguinte sequência de cenas. Primeiro, Bastú conversa com o fantasma do marido morto. Depois, vemos e ouvimos o rio fluindo. Sobre ele, a incidência de uma luz solar forte cria uma margem sombreada. Na sequência, vemos, em plano aberto, uma mulher atravessar a tela puxando uma canoa pelo rio. Ela usa o mesmo corte de cabelo e se veste como Bastú, mas é mais nova. Seria Bastú no passado? A câmera, em primeiro plano, mostra as pernas da mulher imersas na água do rio. Em seguida, a mulher aparece de costas para câmera, diante do rio. Na cena subsequente, fogos de artifícios explodem na tela. Ao fundo, ouvimos Bastú dizer: “já andei em todo canto do mundo e não tenho medo, de nada”. A tela escura é seguida do reflexo dos fogos de artifício cintilando na água. Bastú aparece de costas para a câmera, diante do rio, na mesma posição que a mulher mais nova aparecera algumas cenas antes. Nesse jogo de cenas, o filme apresenta uma concepção de tempo na qual passado e presente se misturam em um mundo fluido. Como Deleuze e Guattari (2013) veem no cinema moderno, as imagens possibilitam explorar camadas do tempo que não se sucedem, mas coexistem. É como se essas imagens dissessem: ainda que pendular, a vida se desenrola em fluxos não lineares com grandes emaranhamentos, como os rios do sertão, especialmente o do norte de Minas Gerais, região onde o filme foi filmado, ou os redemoinhos de vento que se formam com frequência naquela região. Ainda que viver seja encarar contrastes, luz e sombra, vida e morte, natural

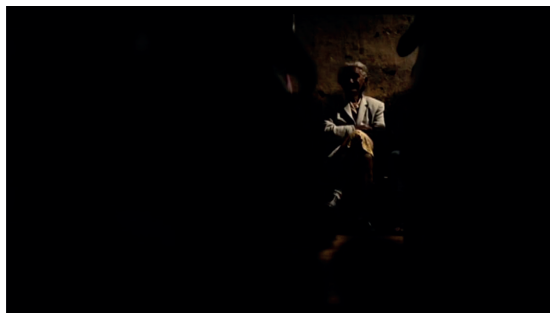
e sobrenatural; a vida é longa, fluida e emaranhada e a gente nunca sabe o que vai encontrar na vida. Como ensina Bastú, nesses grandes emaranhamentos, “a gente não começa nem acaba, a gente não é nem véi nem novo, a gente vive”.

No filme, o rio aparece não somente como representação da vida, mas como espaço natural que se faz paisagem para um olhar que projeta, na vastidão do espaço aberto e no movimento da água corrente, suas lembranças passadas e seus devaneios futuros. O rio tem algo em comum com a ruína, imagem que também está presente no filme. Walter Benjamin (2009) afirma que a ruína remete não apenas ao passado, mas ao elo que vincula o passado ao presente. A ruína é vestígio, traço, índice do que do passado permanece presente. Como o rio, a ruína faz do universo fílmico uma oportunidade para atualizar o que parecia abandonado, isolado, esquecido no passado, mas que ainda vive na virtualidade da lembrança. Depois de encontrar o marido morto na cama pela manhã, Bastú passa pelas ruínas a caminho de um encontro com o neto para contar-lhe que o avô havia morrido. A luz que incide sobre as fachadas dos velhos prédios em ruínas cria profundidade e perspectiva por meio do jogo com as sombras. Todo um mundo de portas, janelas, corredores e fundos se abre por trás do primeiro plano. Ao som do sino, Bastú caminha devagar como quem sabe que ainda há muito o que ser olhado. É essa calma para olhar, para voltar a olhar, que faz do filme um lugar de encontros entre corpos vivos e mortos, jovens e velhos, fílmicos e espectadores; de coexistência entre eles que ativa uma memória que se apresenta como oportunidade para imaginar. Bastú formula isso em palavras em uma sequência na qual, depois de conversar com o fantasma do marido morto, ela se senta na porta de casa, de onde escuta a neta perguntar: “vó, que que cê tá fazendo aí, pegando esse sereno?” e ela responde: “imaginando a vida”.

Girimunho é um filme silencioso. O silêncio que impregna o universo fílmico pode até causar certo desconforto aos ouvidos habituados à sonoridade gritante dos filmes estandardizados. A esses ouvidos pode parecer que falta som no filme. Todavia, se ouvimos bem, percebemos que o silêncio no filme não existe sob o signo da falta. Existe uma tensão entre o silêncio e o som. Nas cenas iniciais, olhamos para a tela escura e escutamos a cantoria taciturna dos grilos, que é logo substituída pela voz marcante de Maria a cantar. A tela ainda está escura quando uma profusão de palmas prepara, em meio às sombras, a passagem para a próxima cena. O batuque e o coro vêm acentuar a impressão de que estamos diante de um ritual de iniciação, que marca a entrada em um mundo onde, para falar, se cala. O som é a porta de entrada, mas o uso dele ao longo do filme é contido, porque é o silêncio que mais tem o que dizer.

O batuque no quintal, a cantoria na porta de casa, o show no centro da cidade são rituais, momentos intercalares, nos quais o cotidiano erode com uma força sonora adormecida. Contudo, o cotidiano que o filme nos mostra é preenchido por aquele tipo de silêncio que experimentamos quando estamos diante de uma pintura. Segundo Maurice Merleau-Ponty (1960), o uso criativo da linguagem liberta o silêncio de uma existência sem sentido. Na cena inicial da festa, enquanto os

PRINT DO FILME 2
CENA DE *GIRIMUNHO* (2011)



Fonte: autora.

corpos feitos de sombra dançam e cantam, vemos Bastú, sentada, imóvel, em silêncio. Ao seu modo, pelo olhar, ela participa da festa. Para parafrasear Merleau-Ponty (1960), esse fundo de silêncio ou fios de silêncio tecidos por Bastú se entremeiam com o som da festa e o sacodem, arrancando-lhe um som novo. O silêncio de Bastú é uma fala tácita que fala ao seu modo. Na cena seguinte, a vemos caminhar lentamente, em silêncio, com a neta. A câmera imóvel as acompanha fazendo uso da profundidade de campo. A mesma técnica é utilizada para mostrar avó e neta entrando na casa, cujo interior é visível graças à luz suave que se espalha à direita da tela, cortada à esquerda por um extenso quadro escuro. Poucas palavras são ditas, nem tudo precisa ou pode ser dito com palavras. Por meio do jogo entre câmera imóvel e profundidade de campo, o plano se estende permitindo a permanência do olhar. Como a sombra, o silêncio é um meio para que o filme fale e deixe falar. Ele enfatiza o que Merleau-Ponty (1960) descreve como os espaços vazios entre as palavras que existem em toda linguagem. Essas lacunas de silêncio abrem espaços para que outras falas se insiram no filme. São nesses espaços que o espectador/analista vem habitar.

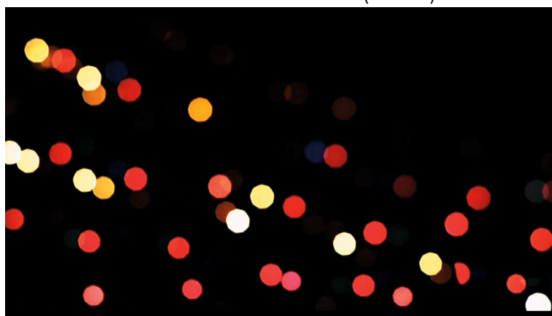
O trabalho com a cor é fundamental em *Girimunho*. Nesse sentido, o filme vai na contramão da tendência do espectador de dar pouca atenção às cores utilizadas em um filme. O uso da cor em *Girimunho* não é apenas um modo de aumentar o realismo das imagens, mas também de instaurar uma relação mais interessante com o espectador/analista. Especialmente nas imagens de paisagens naturais, como as do rio, a cor adquire um valor pictórico e fotográfico, o que é reforçado pelo trabalho com a luz e o ritmo lento do filme. Merleau-Ponty explica que a pintura “quer ser tão convincente como as coisas e não pensa poder atingir-nos a não ser como elas: impondo a nossos sentidos um espetáculo irrecusável” (Merleau-Ponty, 1960: 48). A paisagem do rio faz lembrar as paisagens do pintor Paul Cézanne. Essas paisagens

tornam a coisa – o rio – presente por si mesma, o que reforça o vínculo do filme com a estética realista. Todavia, quanto mais nos embrenhamos no universo fílmico mais percebemos que o que temos diante de nós não é uma paisagem, mas uma imagem, ou seja, uma linguagem. A imagem do rio aparece não somente como elemento da narrativa dramática, o rio diante do qual Bastú reflete sobre a vida e a morte; o passado, o presente e o futuro; nem apenas como representação da vida da protagonista, longa, fluida, emaranhada; a imagem do rio é também aquilo mesmo que aparece como o que deve ser lido. A imagem do rio, com sua aparente imobilidade e homogeneidade, contém um movimento sutil, que faz com que muitos e diferentes tons de azuis se entrelacem. Esse movimento faz da imagem do rio um mundo de cor e forma dinâmico que vem compor a microfísica do universo fílmico.

Girimunho usa uma paleta de cores na qual se destacam os tons pastéis. Essa paleta se diferencia das cores gritantes que caracterizam a produção audiovisual empreendida especialmente sob a influência da publicidade. Essa paleta de cores em tons pastéis é geralmente usada em filmes brasileiros sobre o sertão para criar uma aparência interiorana em contraste com o colorido das metrópoles. No filme, a tonalidade pastel se une ao plano longo, à luz suave e ao silêncio para criar uma sensação de quietude. Todavia, como a luz, que se compõe com a sombra, e o silêncio que fala, o tom pastel divide o espaço com cores vibrantes. Esse colorido aparece de maneira marcante na cena que mostra a explosão de fogos de artifício. Na sequência, o reflexo das luzes cintilando na água anima o rio com uma vida espectral.

Essa vida vai tomando conta da tela na medida em que a câmera se movimenta lentamente de baixo para cima, subindo da terra para o céu. Vemos a vida cotidiana sertaneja em suas cores de tons pastéis ser interrompida pela festa dos círculos de luz coloridos piscando. De fato, a festa é um elemento que chama atenção no filme. Ela ganha espaço especialmente por meio

PRINT DO FILME 3
CENA DE *GIRIMUNHO* (2011)



Fonte: autora.

de Maria, a personagem que divide o protagonismo do filme com Bastú. Seja no quintal da casa, onde Maria faz a festa, ou no centro da cidade, onde os netos e o sobrinho dançam e paqueram; a festa é um evento de luzes, som e cores vivas que interrompe a monotonia silenciosa do cotidiano. Contudo, a festa não se opõe ao cotidiano. Na verdade, ela é o cotidiano que interrompe a si mesmo para se mostrar em outra face. O cotidiano, em sua monotonia, é apolíneo; em sua faceta festiva, é

dionisíaco. Com ela, o silêncio dá lugar ao batuque de Maria ou à banda pop brega, a quietude cede espaço para quem quer dançar sozinho ou a dois. A festa duplica o cotidiano, mostrando que *Girimunho* é um filme vasto e denso, que não cansa o olhar, movendo-o à leitura e à criação de sentidos.

Uma imagem vazia, atípica e circular

PRINT DO FILME 4
CENA DE *GIRIMUNHO* (2011)



Fonte: autora.

A câmera repousa por 18 segundos sobre o chão de terra batida, no qual sombras grandes vibram e folhas pequenininhas de árvore caem e rolam. A cena se soma a uma sequência de cenas construídas com a câmera imóvel e planos longos. A longa cena do rio que a antecede ajuda a criar a sensação de vazio, como a que Deleuze e Guattari (2007) percebem nos filmes de Ozu e nas pinturas de Cézanne.

No filme, as cenas do chão e do rio são antecidas por uma sequência na qual Bastú conta ao neto que o avô havia morrido na noite anterior. No primeiro momento podemos pensar que o vazio nas cenas do rio e do chão funciona como um pano de fundo para o drama das personagens ou como um símbolo da morte, o vazio que ela deixa, também de sentido, mas ele é mais do que isso. Como Deleuze e Guattari (2007) veem nas imagens de Ozu e de Cézanne, o espaço vazio no filme não é apenas uma paisagem ou um símbolo para os dramas humanos que se desenrolam no filme, ele se constitui como uma imagem em si mesma, um “bloco de sensação”, para lembrar a expressão de Deleuze e Guattari (2007). Vemos uma imagem vazia e sentimos que ela quer nos dizer algo, por isso a câmera parada e o plano prolongado, que se constituem como condições ideais para ouvir o que essa imagem tem a dizer.

Deleuze e Guattari (2007) explicam que Cézanne fez da pintura de paisagem um meio para o estudo da sensação. Os estudos e as pinturas que realizou no final do século XIX influenciaram movimentos de vanguarda, como o cubismo. As pinturas de Cézanne mostram que mesmo imagens consideradas banais, como a de uma maçã, podem provocar sensações. Para “arrancar” a sensação dessas imagens, o pintor trabalha a cor e a forma de maneira a pintar não a maçã, mas a sensação que provoca. Em seus estudos, Cézanne enfatiza que sempre buscou perceber a paisagem a partir de outro lugar que não aquele criado pela relação convencional

entre um sujeito e um objeto. O pintor busca estabelecer uma nova relação com a paisagem que pinta, uma relação movida não apenas pelo interesse de conhecer a paisagem, mas também pelo desejo de ser transformado por essa relação. O pintor quer não apenas conhecer a paisagem, mas ser a paisagem, por isso Cézanne diz que “há um minuto do mundo que passa, não o conservaremos sem nos transformarmos nele” (Deleuze & Guatarri, 2007: 219). As paisagens se tornam assim devires. Ser paisagem é ser capaz não apenas de reproduzir a paisagem percebida, mas de expressar uma experiência com a paisagem. Por isso, as paisagens têm um caráter visionário, porque tornam visível o invisível.

A imagem do chão de terra batida de *Girimunho* oferece-nos uma experiência do tempo diferente daquela que vivemos nas cidades grandes, onde o tempo é mais uma das moedas de troca constantemente mensuradas por seu potencial de ganho e perda de capital. Aos corpos acostumados ao ritmo acelerado dos filmes estandardizados, essa imagem pode parecer sem sentido. Dezoito segundos podem ser sentidos como tempo demais para uma imagem aparentemente tão banal. Ao olhar para o chão de terra batida, por 18 segundos, sentimos que perdemos tempo. A sensação de perda gera angústia e ansiedade, o que revela o hábito do corpo de se submeter ao fluxo do tempo acelerado.

Ainda que antecedida de um conteúdo importante da narrativa dramática, o anúncio da morte do avô, a imagem do chão de terra batida não se comunica ou se vincula diretamente a esse conteúdo. Então, como justificar sua existência? A imagem é atípica, como definem Deleuze e Guattari (2007). Uma imagem atípica interrompe o fluxo cotidiano dos sentidos e é, por isso, sentida como incômodo. No dia a dia, o corpo recorre ao hábito como forma de se defender do incômodo causado por expressões atípicas (Deleuze & Guattari, 2007). O ritmo lento da cena na qual vemos a imagem do chão de terra batida pode ser sentido como incômodo; temos a sensação de um tempo que demora a passar. Desse modo, o filme não apenas retrata a vida cotidiana do sertão mineiro em ruínas, onde a modernidade é apenas um traço em um cotidiano organizado ainda pelo modo de vida tradicional. Por meio do plano longo e da câmera imóvel, o filme converte esse modo de vida em experiência sensível. Olhamos um tempo que se estende e se desdobra sobre si mesmo, criando muitas camadas de sentido. Um tempo que passa, mas que também se prolonga e permanece, como a cidade que fica como ruína e o morto que sobrevive como fantasma.

Mesmo que evoque as paisagens de Ozu e Cézanne, a imagem do chão de terra batida não as reproduz. Ela tem mais a dizer. Antes dela, na cena da conversa de Bastú com o neto, os dois estão sentados debaixo da árvore e olham para o rio,

7. Essa relação com a morte é comum em outros países da América Latina, como o México, onde o dia dos mortos é celebrado com alegria, sendo um momento para celebrar tanto a vida como a morte.

8. Desde pelo menos Cícero – e disso nos lembra Montaigne –, a filosofia é uma forma de aprender a morrer.

enquanto conversam sobre a morte do avô. A conversa é intercalada por muitos silêncios. O neto chora. A avó tenta dizer-lhe que a morte não é para ser chorada. Bastú fez um trato com o marido de não chorar quando ele morresse. Ao invés de chorar, daria a ele uma garrafa de cachaça para alegrar⁷. Depois de um longo silêncio, vemos um barquinho longe no rio e ouvimos Bastú dizer: “o tempo não para quem para somos nós”. Na cena seguinte vemos o chão de terra batida que contrasta com a imagem anterior do rio de águas fluidas. A junção dos planos pela montagem sugere associações entre o rio e a vida, o chão e a morte. O plano é estendido para que o olhar se detenha, primeiro, no rio, o que muda, depois, no chão, o que permanece. Enquanto olhamos para o chão de terra batida, o som de Maria preparando o café invade a cena. Como o café, a morte faz parte da vida. O

PRINT DO FILME 5
CENA DE *GIRIMUNHO* (2011)



Fonte: autora.

que interrompe o fluxo da vida não é a morte, mas a ilusão de eternidade que o ritmo de vida acelerado cria ao não nos permitir parar e olhar⁸.

Evento circular, a imagem do chão de terra batida volta a aparecer quase no final do filme, como se insistisse em ser olhada e lida. Mas o que mais há para olhar e ler em uma imagem tão banal? Em sua segunda aparição, a imagem está diferente. É manhã e Maria varre o chão. Bastú, no canto direito, caminha em sua direção. O uso da profundidade de campo cria uma imagem labiríntica, com muitas vias de apreensão e criação de sentido. As mulheres se cumprimentam. O corte do plano é seco. Na sequência, as mesmas folhas pequenininhas de árvore que vimos algumas cenas atrás voltam à tela, mas agora sem sombras e em maior quantidade. Uma vassoura tenta varrê-las para o canto da tela, mas a câmera se movimenta em direção a elas. Uma fumaça fina as encobre. A vassoura é batida no chão e retirada da cena. Em tela, vemos, por dez segundos, somente as folhinhas amontoadas que cobrem parte do chão de terra batida de cor amarela. Depois de varrer o chão, Maria conversa com Bastú, quem está de partida. Ela vai se desfazer das roupas e das ferramentas do marido morto que não quer ir embora. Se o chão, o lugar, a lembrança é o que fica; o rio, o tempo, a imaginação não param.

A imagem do chão de terra batida excede qualquer justificativa, narrativa ou pragmática. Como imagem vazia, como percebem Deleuze e Guattari, ela “vale antes de mais nada pela ausência de conteúdo possível” (Deleuze & Guattari, 2013: 27). A imagem é vazia não tanto porque representa um lugar desabitado, uma zona morta, uma ausência de conteúdo e de pessoas, mas porque ela ensaja “uma rela-

ção onírica, por intermédio dos órgãos dos sentidos, libertos” (Deleuze & Guattari, 2013: 13). A função dessa imagem é suspender a presença humana, permitindo a passagem do humano ao inanimado e à plenitude da imagem. Na ausência das personagens, o que nos resta é a imagem, uma imagem atípica e que, como tal, força o corpo a pensar.

Às vezes, olhamos para o chão ou para um rio para pensar, organizar as ideias, refletir sobre a vida. Ao olhar para essas superfícies planas, aparentemente estáticas, mas vivas, lembramos o que vivemos e imaginamos a vida. Em *Girimunho*, a imagem do chão de terra batida e o seu duplo, a imagem do rio de águas fluidas, abrem um buraco na narrativa dramática, fazendo com que suas personagens vivam e falem com vagueza. Essa fratura é sentida em especial nas cenas posteriores às do rio e do chão. Se nas cenas anteriores Bastú e o neto estão engajados em uma conversa importante para a narrativa dramática do filme – a morte do avô –, nas cenas posteriores Maria e o sobrinho recitam versos cantados um para o outro, evocando a tradição de trovas própria do sertão. A conversa parece vazia porque não se vincula à narrativa dramática do filme, tal como observam Deleuze e Guattari (2013), quando, nos filmes de Ozu, o drama é substituído por conversas banais que mostram o cotidiano da família tradicional japonesa. Em *Girimunho*, a conversa entre Maria e o sobrinho parece mais um pretexto para que a imagem vazia continue trabalhando em outro nível que não aquele no qual se passa a narrativa dramática. É como se as ações e as palavras das personagens se perdessem no vazio à medida que o filme nos convida a prestar atenção em uma imagem vazia, atípica e circular.

Ozu costumava dizer que os espaços desdramatizados que criava eram uma forma de oferecer ao público um sabor diferente daquele oferecido pelo drama (Inoue, 1983). Degustar um espaço desdramatizado liberta os sentidos do hábito. Benjamin (1987) diz algo parecido ao analisar fotografias de espaços vazios de Eugène Atget, que viveu em Paris entre o final do século XIX e o início do século XX, período em que os fotógrafos se ocupavam principalmente de retratos. Atget inovou ao dirigir a câmera para os espaços vazios da cidade. O caráter documental de suas fotografias de espaços vazios não impediu que elas influenciassem artistas surrealistas, que as consideravam altamente sugestivas. Como observa Benjamin (1987), nessas fotografias, a imagem vazia “liberta para o olhar [...] o espaço em que toda intimidade cede lugar à iluminação dos pormenores” (Benjamin, 1987: 102). Uma paisagem vazia não requer que nos identifiquemos com ela como quer uma personagem; essa imagem enseja outra forma de relação com o espectador/analista. Benjamin (1987) percebe que, diferentemente do retrato, no qual o rosto humano aparece como o último refúgio da aura, nas fotografias de paisagens vazias a imagem começa a se

libertar da aura. Embora contemplar essas paisagens nos leve a respirar a sua aura, a imagem já não estabelece uma distância, como faz a pintura; ela se aproxima de nós, permitindo que a analisemos em sua microfísica.

Nas duas vezes em que aparece, a sensação é que a imagem do chão de terra batida observa as personagens. Temos a mesma sensação todas as vezes que o rio aparece. Ao discorrer sobre a aura, Benjamin (apud Buck-Morss, 2012) diz que vivenciar a aura de um fenômeno “significa investi-lo da capacidade de retribuir o olhar” (Buck-Morss, 2012: 213). Todavia, a imagem fílmica não encerra a aura que a pintura e o retrato possuem. Essa imagem não quer restaurar a totalidade de um mundo fraturado, desencantado, como define Max Weber (2005). Podemos até lê-la como tentativa de restabelecer a ordem perturbada pelas tensões entre tradicional e moderno, vida e morte, natural e sobrenatural, filme e espectador. A paisagem natural lembra a ordem com seu aspecto imutável e regular. Contudo, ao trabalhar essas tensões não somente por meio do roteiro, mas também por meio da câmera imóvel e do plano longo, o filme nos oferece outras vias de leitura. Benjamin (apud Hansen, 2012) prevê a possibilidade de uma experiência aurática no cinema. Isso seria possível se essa experiência fosse convertida em uma modalidade cognitiva que preservasse seu “sedimento utópico”, “redimindo-a do culto religioso”. Para isso, seria preciso não buscar restaurar uma experiência anterior à modernidade, mas ser capaz de “ler o que nunca foi escrito, rememorando o passado a partir de uma situação presente que abre um porvir” (Hansen, 2012: 217 e 240).

Considerações finais

Este ensaio é o resultado de uma busca por analisar o filme *Girimunho* como uma experiência em si mesma, que não pode ser tomada apenas como representação de um contexto histórico-social ou um modo de vida. Essa busca levou o ensaio a estabelecer um diálogo com análises fílmicas recentes informadas pela teoria do afeto, nas quais o filme é analisado a partir de um interesse pela relação entre afeto e linguagem. A partir dessa perspectiva, a análise focou nos elementos de linguagem que levam o filme a afetar o espectador/analista, instigando-o à leitura atenta e à busca de sentidos. O enfoque recaiu sobre o roteiro e outros elementos de linguagem, como a luz, o som, a cor, o plano, os movimentos de câmera e a montagem, que foram lidos à luz de uma bibliografia relacionada à filosofia, à sociologia, aos estudos do afeto, do cinema e da literatura.

Na “Introdução”, o ensaio apresenta uma revisão da discussão teórica recente sobre a relação entre afeto e linguagem, mostrando suas implicações para a análise fílmica. A primeira seção do ensaio – “Um filme opaco, distendido e dialógico” –

traz um panorama do filme que prepara o terreno para a sua análise. Na segunda parte – “Um mundo feito de luz, silêncio e cor” –, o ensaio se profunde na análise se atentando para como o filme é construído como um universo singular por meio de um trabalho criativo realizado principalmente com o roteiro, a luz, o silêncio e a cor. Nessa seção, o ensaio apresenta uma leitura das distensões formais ou significantes entre luz e sombra, som e silêncio, cores em tons pastéis e vivas, associando-as a tensões de significado e sentidos entre tradicional e moderno, vida e morte, natural e sobrenatural, filme e espectador. Na terceira parte, nomeada “Uma imagem vazia, atípica e circular”, o ensaio se aprofunda ainda mais no filme, limitando a análise a uma imagem particular. Nessa parte, o texto se concentra na leitura dessa imagem em especial se atentando para como o roteiro se alia principalmente ao plano longo e à câmera imóvel na criação de uma imagem vazia, atípica e circular que fascina o olhar e instiga a leitura atenta e a criação de sentidos.

A análise apresentada neste ensaio mostrou que *Girimunho* empreende um retorno singular ao sertão brasileiro. O filme cria imagens cinematográficas originais ao dialogar com elementos artísticos e culturais diversos, como as tendências cinematográficas contemporâneas, em especial o cinema de fluxo; o cinema do pós-guerra, especialmente o neorealismo italiano e o cinema de Ozu; o imaginário sertanejo, como ele aparece em *Grande sertão: veredas*; o gênero documentário; o realismo mágico; e a cultura popular. Por sua singularidade, o filme se impôs como uma materialidade complexa que desafia os nossos esquemas perceptivos, teóricos e analíticos. A análise não buscou compreender completamente o filme, mas se atentar para alguns de seus elementos e algumas de suas imagens. O esforço analítico se deu no sentido de descrever essas imagens e colocá-las em diálogo com outras imagens fílmicas, fotográficas, pictóricas e literárias que encontramos na bibliografia utilizada.

A experiência com o filme, o modo de análise que ela enseja, aproxima-se da definição de contemporâneo elaborada por Giorgio Agamben (2009), para quem ser contemporâneo é ser capaz de “olhar para o que se tem diante dos olhos e ver mais do que é dado a ver” (Agamben, 2009: 60). Benjamin (1969) percebe na experiência fílmica o potencial para novas formas de olhar, perceber e pensar. Para ele, essa experiência oferece um novo olhar na medida em que sublinha “detalhes ocultos nos acessórios familiares [...] perscrutando as ambiências banais” (Benjamin, 1969: 28). Se, por um lado, o cinema sintetiza o declínio da capacidade de retribuir o olhar, se com ele há a perda definitiva da aura “dada a temporalidade compulsória do código do movimento” (Benjamin, 1987: 94), por outro, o cinema “enriqueceu a nossa atenção [...] alargando o mundo dos objetos dos quais tomamos conhecimento, tanto no sentido visual como no auditivo, [acarretando] um aprofundamento da

percepção” (Benjamin, 1969: 29). Este ensaio mostrou como essa potencialidade da experiência fílmica pode ser explorada em um exercício analítico.

A análise buscou valorizar a dimensão sensível envolvida no processo de produção do conhecimento, o que não significou negligenciar o aspecto cognoscível envolvido nesse processo. O enfoque no sensível partiu do pressuposto recorrente na teoria do afeto de que as ciências humanas e sociais têm preterido esse aspecto em favor de um culto à razão, entendida como desvinculada de um corpo sensível⁹, e que as abordagens tradicionais costumam isolar seus objetos de estudo, estabelecendo uma base para a análise hermenêutica que exclui a resposta afetiva a eles (Ahern, 2019). Essa compreensão pode parecer generalizante e, por isso mesmo, arriscada quanto ao alcance da sua proposição. Todavia, ela se espelha no exemplo de Weber, que, segundo Gabriel Cohn (1995), em sua formulação do tipo ideal, lança mão do exagero para destacar certos aspectos do fenômeno em estudo.

As questões epistemológicas levantadas neste ensaio o colocam em diálogo com desenvolvimentos recentes da sociologia da arte, que têm procurado construir outro ponto de vista para o estudo sociológico da arte. Uma sociologia que seja capaz de lidar com a arte como criação. Nesse sentido, seguindo os passos de Friedrich Nietzsche, Georg Simmel e Wilhelm Dilthey, este ensaio buscou escapar da obsessão das ciências sociais pela neutralidade axiológica, transformando a necessidade de controle dos objetos em um interesse pelos efeitos da experiência sensível na produção intelectual. A sociologia de Simmel já aponta para isso, especialmente em seus ensaios em que ele apresenta análises de obras de arte que buscam lê-las como experiências criadoras que provocam efeitos sensíveis em seu público¹⁰.

Este ensaio aponta caminhos alternativos às análises que predominam na sociologia da arte. Orientadas pelo paradigma representativo, essas análises tendem a tomar a arte como mera representação do social. Nessas análises, o social aparece como o significado último, ao qual elas buscam remeter significantes diversos, como a arte. O domínio do paradigma representativo na sociologia da arte transforma a arte em mero significante, representação ou alegoria de uma realidade social. É como se o social fosse uma espécie de ente transcendente, ao qual se busca alcançar por meio de objetos empíricos diversos, como a arte. O social se aproxima assim do que Platão chamou de Ideia, a qual pode ser alcançada na medida em que nos libertamos do teatro de sombras do mundo empírico. Na contramão dessa tendência, este ensaio mostrou como o filme *Girimunho* é um universo singular, que nos fascina com sua luz, seu silêncio e sua cor, e no qual o plano longo e a montagem lenta criam uma imagem vazia, atípica e circular, que desafia nossos referenciais e nos impele a analisá-la como experiência em si mesma.

9. As formulações acerca do saber incorporado têm muitos desdobramentos na filosofia com Henri Bergson e Edmund Husserl, por exemplo. Na sociologia, essas formulações aparecem nos esquemas teórico-analíticos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, por exemplo.

10. Ver especialmente a análise que Simmel realiza da escultura de Rodin.

Este ensaio foi escrito a partir do interesse de investigar modos de analisar expressões artísticas, como o filme *Girimunho*, que se atentem para o seu caráter de experiência sensível e criativa, que tanto restitua a ontologia artística dessas expressões como se inspire nela em seu próprio fazer. A análise não seguiu um modelo teórico-metodológico previamente definido, mas foi sendo traçada a partir da experiência com o filme e do esforço por analisá-la, o que caracteriza este ensaio como um exercício analítico experimental. De fato, Deleuze e Guattari (2007) ensinam que, como na filosofia e na arte, na ciência a produção de conhecimento também é uma prática criativa que envolve um trabalho com o sensível. Análises fílmicas informadas pela teoria do afeto demonstram que o interesse pelas relações entre afeto e linguagem possibilita uma análise sensível e criativa de filmes com implicações para a teoria e a análise sociais. Este ensaio é uma contribuição nesse sentido.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AHERN, Stephen. Introduction: a fell for the text. In: _____. *Affect theory and literary critical practice: a feel for the text*. Wolfville, CA: Acadia University, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Pequena história da fotografia. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 1. "Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura". São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: GRÜNNEWALD, José. *A ideia do cinema*, p. 55-95. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

BRINKEMA, Eugenie. *The form of the affects*. Durham, NC: Duke University Press, 2014.

BUCK-MORSS, Susan. Estética e anestética: uma reconsideração de *A obra de arte de Walter Benjamin*. In: CAPISTRANO, Tadeu (Org.). *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*, p. 155-204. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

COUTINHO, Eduardo F. La desconstrucción de la mirada dicotómica en Grande sertão veredas. *Cuadernos Literarios*, v. 1, n. 2, p. 49-58, 2003. Disponível em: <<https://ucss.edu.pe/images/fondo-editorial/revista-cuadernos-literarios-02/desconstruccion-mirada-dicotonica-eduardo-coutinho.pdf>>. Acesso em: 06 Mar. 2022.

CLOUGH, Patricia. Introduction. In: CLOUGH, Patricia; HALLEY, J. (Orgs.). *The affective turn: theorizing the social*, p. 1-33. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

COHN, Gabriel. *Weber. Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Cinema II: a imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2007.

GREGG, Melissa; SEIGWORTH, Gregory. An inventory of shimmers. In: _____. *The affect theory reader*, p. 1-28. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

HANSEN, Miriam. Benjamin, cinema e experiência: a flor azul na terra da tecnologia. In: BENJAMIN, Walter [et al.]. *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*, p. 205-255. Organização de Tadeu Capistrano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

HARDT, Michael. Foreword: what affects are good for. In: CLOUGH, Patricia. *Affect turn: theorizing the social*, p. IV-XIII. Durham, NC: Duke University, 2007.

INOUE, Kazuo. *Eu vivi, mas... Uma biografia de Yasujiro Ozu*. Tokyo: IMDB, 1983.

KOLJONEN, Johanna. *Nostradamus Report: relevance in a new reality*. Göteborg, SE: Göteborg Film Festival, 2019. Disponível em: <https://www.efm-berlinale.de/media/pdf_word/efm/69_efm/horizon/reports/nostradamus2019.pdf>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

LALANE, Jean-Marc. Que plano é esse? *Cahiers du cinéma*, n. 569, Jun. 2002. Disponível em: <<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fruygardnier%2Flalannequeplanoeeesse.doc&wdOrigin=BROWSELINK>>. Acesso em: 06 Mar. 2022.

MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MASSUMI, Brian. *Parables for the virtual: movement, affect, sensation*. Durham, NC: Duke University Press, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *A linguagem indireta e as vozes do silêncio*. "Signos". São Paulo: Martins Fontes, 1991 [1960].

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [1956].

SHAVIRO, Steve. *The cinematic body redux*, 2008. Disponível em: <<http://www.shaviro.com/Othertexts/Cinematic.pdf>>

_____. *The cinematic body*. Minnesota, MN: University of Minnesota Press, 1993.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

WEBER, Max. A ciência como vocação: In: _____. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

XAVIER, Ismail. *A experiência do cinema*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 2005.



Simbolização e análise sociológica: fronteiras sociais, classificações e mobilidade a partir do longa-metragem *Parasita*

Recebido: 07.01.22
Aprovado: 24.02.22

Salete Nery (<https://orcid.org/0000-0002-7723-2243>),
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB),
Vitória da Conquista, BA, Brasilⁱ.

i. Salete Nery é professora do Colegiado de Ciências Sociais da UFRB, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb); líder do Grupo de Pesquisa “Corpo, Socialização e Expressões Culturais” (Eccos/UFRB) e pesquisadora do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD) da Universidade de Brasília (UnB). <saletenery@uol.com.br>.

Resumo: Simbolizações são expressivas e orientadoras de condutas. A partir desta afirmação, buscamos analisar o longa-metragem *Parasita*, produção sul-coreana de 2019 e vencedora de diferentes prêmios internacionais, a partir do tema das fronteiras sociais, analisado mediante sua relação com duas categorias sociológicas fundamentais: classificação e mobilidade social. Buscamos compreender a aparente inflexibilidade das barreiras sociais e o modo como a estigmatização pela distinção entre cheiros corpóreos atribuídos a partir do recorte de pertencimento socioeconômico é acionado como recurso, complementando o debate sobre fronteiras sociais. Tomamos por referência a concepção de que as simbolizações têm seus significados constituídos na totalidade forma-conteúdo. Deste modo, concluímos o debate com a retomada do tema sobre as fronteiras sociais na observância da estratégia de seu diretor e roteirista, Bong Joon-ho, de ter sua obra não facilmente classificável em termos de um gênero específico.

Palavras-chave: Fronteiras sociais. Classificação social. Mobilidade social. Cheiros. *Parasita*.

Symbolization and sociological analysis: social boundaries, classifications and mobility from the feature film Parasite

Abstract: Symbolizations are expressive and they guide conducts. From this affirmation, we seek to analyze the feature film Parasite, a South Korean production of 2019 and winner of different international awards, based on the theme of social borders, analyzed through its relationship with two fundamental sociological categories: classification and social mobility. We seek to understand the apparent inflexibility of social barriers and the way in which the stigmatization by the distinction between bodily smells attributed from the cut of socioeconomic belonging is activated as a resource complementing the debate on social boundaries. We take as reference the conception that symbolizations have their meanings constituted in the form-content totality. In this way, we conclude the debate with the resumption of the theme of social boundaries in compliance with the strategy of its director and screenwriter, Bong Joon-ho of having his work not easily classifiable in terms of a specific genre.

Keywords: Social boundaries. Social classification. Social mobility. Odors. Parasite.

Introdução

O objetivo que norteia este trabalho é a discussão sobre fronteiras sociais na relação com os esquemas de classificação e a mobilidade social, a partir das sugestões trazidas pelo longa-metragem *Gisaengchung* (2019), do diretor sul-coreano Bong Joon-ho – intitulado *Parasita*, em sua versão para língua portuguesa. O filme recebeu diversas premiações, como no Festival de Cinema de Cannes, na Chunsa Film Art Awards, na International Cinephile Society Cannes Awards, no Oscar, dentre outros.

Apesar de as premiações evidenciarem aceitação, por um lado, e, por outro, a perspectiva de que o filme traz um inusitado, valorado positivamente, às produções cinematográficas, a intenção neste artigo não é perseguir os motes que levaram à sua aclamação, mas tratar de uma temática circunscrita, aquela já anunciada, no modo como seu comparecimento na obra poderia nos ajudar a pensá-la em sua existência para além da obra.

Assumimos, de partida, a afirmação de que as simbolizações, a exemplo das produções audiovisuais, são totalidades enquanto objetos discretos, mas, simultaneamente, tentativas de totalização de mundo que, como tais, contribuem no realce de aspectos do nós, portanto, de nossa existência; assim, servem-nos como referência para a compreensão do mundo e ao delineamento de nossas ações na vida cotidiana (Nery, 2020), ao mesmo tempo em que servem à tarefa sociológica de compreender as relações sociais.

Enquanto tentativas de totalização, entendemos a parcialidade das simbolizações duplamente: como o que nos impede de tomá-las como revelação de uma suposta verdade absoluta, mas, igualmente, como aquilo que fundamenta e constitui sua plasticidade e, portanto, sua adaptabilidade e possibilidade de sobrevivência em diversos contextos, mesmo que na forma de base para novas simbolizações, em um processo definidor constante de nossa existência enquanto seres sociais e históricos. Como participantes do mundo, enfim, as obras nos ajudam a dizer sobre o mundo de que participam no agora e no passado, mesmo que a verossimilhança seja comumente diferente para criador e interpretantes, e entre interpretantes entre si. Como afirma Luiz Costa Lima (1995: 307), “a obra não é recebida a partir da refeitura do quadro de verossimilhança que existiu para o autor, mas sim na medida em que permite a alocação doutra verossimilhança”. Por outro lado, cada um de nós funciona como um sismógrafo específico – imagem utilizada por Aby Warburg para falar a respeito de Burckhardt e Nietzsche (apud Didi-Huberman, 2013) –, ou seja, somos criaturas com diferentes experiências arraigadas e graus de abertura

e preparação e, por isso, somos também diferentemente afetados pela força energética das simbolizações, cuja participação em nossa vida, enquanto herança, pode se dar, pois, por variados caminhos e intensidades. A vontade de rir, de chorar, o sentimento de repulsa, a inquietação intelectual, a indiferença, a discordância, o posicionamento crítico ou pouco crítico, a inspiração são apenas alguns desses caminhos que envolvem, em alguma medida, um possível aprendizado que se dá de modo não apenas mentalista (o sentido das interpretações aqui é ampliado), e que torna a observância das simbolizações em suas reticulações (as ligações simbólicas) sempre fecunda seara às investigações socioantropológicas – processos de constituição, trânsitos (espaciais e históricos), modos sociopsíquicos de recepção, mecanismos de sobrevivências em renovadas e, portanto, singulares obras e práticas, dentre outros.

É dessa forma que a produção audiovisual *Parasita* nos traz a possibilidade de discutir fronteiras sociais entre segmentos estandardizados e as condições e possibilidades de alteração dos lugares socialmente ocupados, mesmo tendo sido obra produzida na Coreia do Sul e que resulte, em grande medida, de sua específica história nos percalços das relações de dominação que viveu e vive e seus desdobramentos sociais, econômicos, culturais e educacionais – isso porque há, simultaneamente, diferenças e semelhanças com aquilo que é vivido em diferentes partes do mundo, em especial com o estreitamento das relações globais a partir do século XX¹.

Abordaremos, a partir dessa narrativa, os mecanismos de manutenção de tais fronteiras e de objetivação das classificações sociais delas derivados. No entanto, o que especialmente nos interessa é o simultâneo debate sobre transposição de fronteiras, afinal a obra se ergue a partir das tentativas de ascensão feitas pela família Kim (pobre) na relação com a família Park (rica), e tem seu clímax na explosão violenta de tensões quando estas chegam ao limite do insuportável. Como esse momento foi possível? Como compreendê-lo em um sistema regulado para sua autorreprodução?

Curiosamente, *Parasita* toma a ambivalência dos cheiros para tratar da questão. Os odores corporais são apresentados como evidência de determinado pertencimento social, uma marca classificatória, portanto, rastro em princípio inescapável. Ao mesmo tempo, tais cheiros não são domesticáveis e não consideram os limites impostos por lugares sociais de convivência. Os cheiros invadem os espaços socialmente proibidos, impõem-se e rebelam-se. Enquanto marcas, mantêm-se obedientes a um esquema classificatório que os enquadra e delimita, porém, simultaneamente, sua característica de evanescente os faz constantemente fugazes e móveis. Kim Ki-taek (Song Kang-ho) compreende as dinâmicas sociais em jogo

1. Apesar de considerarmos a relevância de compreender o contexto sul-coreano e o cinema asiático para a abordagem mais ampla do filme, escapa-nos esta possibilidade neste texto pelo recorte estabelecido.

quando é levado a refletir sobre o modo como os Park se relacionam com a família Kim e tudo que ela representa socioeconomicamente – a partir da ambivalência de seus odores corporais e do modo como os Park reagem a tais emanções.

Estrategicamente, tomaremos, na obra, os cheiros como caminho de acesso ao debate sobre fronteiras, classificações e trânsitos sociais (Bourdieu, 2007; 2020; Elias, 1994a). Enfim, as classificações a partir dos odores corporais são interpretadas, a partir do filme, como simbolizações sociais que nos permitem vislumbrar aspectos da relação fronteira-mobilidade no modo como tal relação foi apresentada. No entanto, se os cheiros são tornados eixo da trama, não podemos esquecer tratar-se de uma obra audiovisual. É larga a bibliografia que trata da desconsideração em relação a o olfativo, em comparação com os demais sentidos, na chamada história ocidental (Ackerman, 1996; Classen, Howes & Synnot, 1996; Corbin, 1987; Jaquet, 2014; Le Breton, 2016; Malnic, 2008; dentre outros). Nossa atenção é razoavelmente precária às informações olfativas, o que certamente se acentua em uma narrativa audiovisual. Deste modo, a partir de uma breve discussão a respeito do simbólico e a relação entre estrutura social, desenho urbanístico e arquitetura no filme, partiremos para uma espécie de descrição da casa da família Kim, justamente a partir de suas pistas olfativas. Faremos isso atentando não apenas para os aspectos apresentados discursivamente, mas, também, imagetivamente, para fins de uma nova leitura do filme em que a atenção ao olfativo seja posta desde o princípio, ao mesmo tempo em que apresentaremos a família Park, duplo simetricamente oposto à família Kim. Assumimos, para tanto, a relação entre atmosfera fílmica – pautada na associação entre ambiência e clima – e o sensorio – aqui como efeito e tema, decisivo para o esforço empreendido (Santos & Mello, 2019). Na verdade, a trama obriga essa segunda visada, em especial a partir de uma cena em específico, a do menino Da-song (Jung Hyun-jun), ao revelar, em sua ingenuidade infantil, a importância dos cheiros como marca classificatória. A partir dessa cena, seguiremos as pegadas de Kim Ki-taek até o desfecho da trama e o retorno à temática do simbólico, tomada através da relação entre duas características fundamentais dos símbolos e que conformam a base do debate sociológico a respeito do tema: expressividade e orientação de condutas.

Fronteiras e símbolos

Como já indicado, em *Parasita* ganha visibilidade, como elemento estruturador da narrativa, a temática das fronteiras sociais e algumas de suas expressões simbólicas. De pronto, somos confrontados com a replicação da hierarquia social na distribuição espacial das habitações no contexto urbano: os de cima (ricos) habitam mansões na parte alta da cidade; os de baixo (pobres), por sua vez, habitam os lugares

geograficamente mais baixos da cidade. Ricos e pobres são continuamente apresentados dentro de um jogo de espelhos através das famílias Park (pai, mãe, filha e filho) e Kim (pai, mãe, filha e filho) de modo a evidenciar simetria entre os opostos, continuamente agregando e separando, aproximando e distanciando as famílias.

Ao seguirmos a abordagem desenvolvida por Pierre Bourdieu (2009), falaríamos numa homologia entre estrutura social e configuração urbana. A mesma homologia é apresentada nos espaços demarcados e destinados a cada específico segmento social. A família Park (rica) habita uma mansão situada na parte alta da cidade, mas que inclui em na edificação um porão, uma espécie de *bunker* construído por seu antigo morador, mas que passou a ser motivo de sua vergonha – razão de os Park desconhecerem sua existência, apesar de serem os atuais proprietários da casa. Por sua vez, a família Kim (pobre) mora num apartamento que fica no subsolo de um prédio da parte baixa (zona pobre) da cidade. Ou seja, são moradores do porão dos pobres, constituindo-se, deste modo, como pertencentes a uma das camadas dos mais pobres dentre os pobres. Se retirarmos, portanto, o caráter de oposição estabelecido no par rico-pobre, o que resta como saldo é a similaridade estrutural entre os mundos, o que os aproxima apesar das diferenças.

Por outro lado, as hierarquias sociais não se simplificam na divisão ricos e pobres. O desenho da lógica hierárquica se propaga em hierarquias ao interior de hierarquias. Do mesmo modo que o porão dos ricos é lugar pouco acessado e esquecido – ou, no caso, sequer conhecido pelos Park –, não parece haver proximidade ou solidariedade entre os segmentos mais empobrecidos, afinal os moradores dos andares superiores do prédio da zona pobre da cidade não têm conhecimento aparente de que a família Kim utiliza seu sinal privado de Internet – ou mudaram a senha quando desconfiaram ou tomaram conhecimento disso. Em acréscimo, o esforço que a família Park faz para pertencer ao mundo norte-americano, através de objetos de consumo, expressões em inglês usadas no cotidiano, codinomes em inglês para alguns de seus funcionários, viagens, aulas de inglês e imitação de gostos (como o apreço pelas narrativas de faroeste) são uma evidência de que, em âmbito internacional, são ricos, mas não estariam nos andares mais superiores da estratificação, que, portanto, extrapola as fronteiras de uma cidade qualquer, posto que se trata de relações de dominação em cascata de escala global. Deste modo, mais que um desenho, as relações sociais reverberam uma lógica similar em suas diferentes ondas de propagação. E, deste modo, as simbolizações que apresentam estrutura homóloga às hierarquias arbitrariamente construídas contribuem ao processo de reafirmação da validade e legitimidade das divisões sociais no modo de estratificação em que se dão, tendo por consequência possível a desconsideração de que tal modo de organização que se replica nas obras é tributário de uma longa história de

relações e disputas que implicam aproximações, distanciamentos e hierarquizações entre grupos.

E a distância entre ricos e pobres, na obra cinematográfica em questão, se faz com muitas escadas e ladeiras de distância, conformando experiências muito distintas em situações similares. De acordo com o *designer* de produção do filme, Lee Ha-jun, a elaboração cênica de tantas escadas foi desafiadora, mas elas são, juntamente com as janelas, elemento de grande importância. Ambas são objetos que, somados aos cantos, permitem a infiltração (ideia acionada por Bong), ou seja, a ligação, invasão de espaços e a possibilidade de estar sorrateiramente à espreita do outro (O’Falt, 2019).

A mesma chuva que inunda casas com água de esgoto, deixando várias pessoas pobres desabrigadas, proporciona a brincadeira do menino rico, de dormir no jardim numa barraca (trazida dos Estados Unidos), que permanece firme a noite toda, inabalada, apesar da chuva. Enquanto os pobres veem na chuva forte motivo de preocupação, os ricos agradecem a bênção da chuva. Enquanto os Kim buscam roupas em meio às doações feitas a uma multidão desabrigada por conta da inundação causada pela chuva, a Sra. Park (Cho Yeo-jeong) escolhe sua roupa do dia num imenso closet. Como afirma repetidas vezes ao longo da trama o jovem Kim Ki-Woo/Kevin (Choi Woo-shik), o filho da pobre família Kim, tudo é sempre muito metafórico, e é, nesta narrativa ambientada na Coreia do Sul, algo denunciado pelo fenótipo das personagens e pela língua original do filme, mas, ao mesmo tempo, muito familiar a quem assiste, mesmo que esteja geograficamente distante daquele país asiático. Os lugares apresentados, no modo como são apresentados, poderiam ser muitos lugares do mundo; do mesmo modo, os tipos de relações a que testemunhamos. Somos lançados continuamente do estranhamento à familiaridade ao longo da obra, igualmente como somos lançados do cômico ao terror, ao trágico, ao drama, ao suspense. As fronteiras que demarcam o mundo social apresentado na trama parecem, nestes momentos, desaparecerem em sua nitidez.

Ao lado dessas fronteiras, a trama se desenrola a partir das contínuas tentativas de ascensão da família Kim, tensionando a rigidez das barreiras fortemente instituídas e buscando construir caminhos através da porosidade relativa que percebem à sua frente. Se o esquema de lutas acionado pela família, por um lado, busca “ferir” as delimitações de grupo, por outro, não parece questionar essas mesmas delimitações em sua legitimidade. Ainda assim, êxitos são obtidos. Como menciona Kim Ki-taek, “em uma época como a nossa, quando uma vaga para segurança atrai 500 universitários graduados, nossa família é contratada!” Em outros termos, a estra-

tégia de ampliação do acesso às instituições de ensino superior não foram garantia suficiente de ascensão, pois não houve mecanismos de absorção dessas pessoas pelo mercado de trabalho. Como consequência, para além do sonho frustrado, gerou-se uma massa de pessoas altamente qualificadas a disputar vagas de baixos salários que, a rigor, não precisam de qualificação elevada para o desempenho das atividades. E talvez, na perspectiva dos Kim, o recurso que restaria, neste contexto, aos que, como eles, pertencem às camadas mais baixas dos estratos mais baixos seria a burla, o que exige grande capacidade perceptiva quanto às oportunidades e racionalizadora para a arquitetura dos planos de ascensão com menor risco de perda do controle da situação. A racionalidade teleológica deixa de ser pontual, pois é necessário seu uso mais frequente a fim de manter o monitoramento da situação para contornar os problemas que surgem. Tal astúcia, presente na família Kim, é frequentemente contraposta à chamada ingenuidade dos Park, de onde advém o tom cômico inicial da trama.

Os planos mirabolantes dos Kim surtem efeito, mas apenas na medida em que os Park podem ser ingênuos por terem a certeza do lugar social que ocupam como seguro. E é essa segurança que permite a necessária relação entre os grupos: a rigor, os Kim (e pessoas como eles) parecem não ameaçar os Park. A confiança é depositada no funcionamento eficiente de um sistema que tende à sua reprodução na proteção daqueles que já são os privilegiados. Ou seja, o esquecimento da arbitrariedade das fronteiras não parece ser atributo apenas dos Kim (de pessoas como os Kim), sendo fundamental ao modo como os Park (as pessoas como os Park) garantem sua tranquilidade cotidiana ou, poderíamos dizer, sua segurança ontológica. Nesses termos, a grande ingenuidade parece ser dos Kim, em acreditar na possibilidade de mudança de sua condição pelos ardis que tecem ou pela tentativa de acreditar que uma pedra mágica da fortuna poderá realmente mudar positivamente seu destino. Kim Ki-taek descobre ao final que não há planos possíveis, pois não há como controlar todas as variáveis de uma situação a fim de evitar consequências impremeditadas, mas seu filho permanece agarrado à pedra da fortuna que seu amigo universitário Min-hyuk (Park Seo-joon) lhe dá nos momentos iniciais da narrativa, ao mesmo tempo que afirma que é ela, a pedra, tornada fetiche, que não o deixa. Esquece-se Kim Ki-woo/Kevin, o jovem filho da família, que fortuna é sorte e sorte é instável. Do mesmo modo que o presente recebido marca o início de um processo de mudança, porque a crença na magia é também fonte de ação, é a pedra da fortuna que, ao cair dos braços de Kim Ki-woo/Kevin no topo das escadas do porão da mansão Park, permite que Geun-sae (Park Myung-hoon), que lá habita por anos por não ter onde morar, possa sair enquanto ocorre a festa pelo aniversário de Da-song, filho caçula da família Park.

Desde a concepção romântica, forjada entre os séculos XVIII e XIX, entendemos o simbólico como expressão de um “eu”, inicialmente do artista, e depois transposto a um “eu” fazedor em geral, seja ele individual ou coletivo. Em outras palavras, os símbolos constituídos funcionam como rastros e objetivações que permitem entrever características de quem os fez e, ao mesmo tempo, considerando que este fazedor participa de uma rede de relações historicamente tecida e que define, dentro de certos limites, as disposições e possibilidades contextuais de seu fazer, as simbolizações igualmente permitem dar conta dessa coletividade que os produziu e/ou se utiliza deles. Deste modo, o cientista social as usa, por seu caráter expressivo, como lentes a partir das quais pode realizar leituras de mundo em interpretações de segundo grau – as simbolizações se tornam meios de acesso a formas de vida. No entanto, símbolos não existem socialmente apenas como expressões, mas simultaneamente como orientadores de conduta (Bourdieu, 2006; Cassirer, 2001; Elias, 1994a; 2002; Warburg, 2018). Isto significa dizer que tomamos os símbolos como referência para ações – o que torna uma analítica centrada em uma expressividade insuficiente frente à complexidade simbólica.

Por outro lado, apesar de ser corrente a concepção de os símbolos serem totalidades sintéticas, devemos considerar que, por se tratar de objetivações interpretativas (materiais ou não) feitas em determinados contextos, tais símbolos são igualmente tentativas não necessariamente racionalizadas de totalização, portanto, esforço sintético não plenamente cumprido e que, por não alcançar o devido fechamento, mais se aproximaria de uma concepção de síncrize do que de uma síntese plenamente fechada e organizada. Tal abertura é o que permite a cadeia de ligações entre símbolos discretos em relações de contiguidade – portanto, metonímicas e processual-históricas –, ao mesmo tempo em que se dão os transportes de sentido metafóricos (ligações de similitude entre diferentes). A concepção de síncrize parece possibilitar melhor tratamento, pois, à questão da processualidade das simbolizações em uma rede histórica, em contraposição à ideia de estabilidade que, por muito tempo, caminhou ao lado da aceção de simbólico.

Elucidar interpretações é construir possibilidades à luz de contextos específicos. Se nossos símbolos são tentativas de totalização, do mesmo modo são nossas interpretações a respeito e a partir deles. É essa abertura – ou se se preferir, essa plasticidade – que permite sua permanência, mas às custas de renovação em significados e usos. Deste modo, aquilo que apreendemos e aprendemos, apesar de subjetivado, não é individual, conjugando-se – remodelando e sendo remodelado – às disposições pregressas em um *habitus* integrado (não apenas mental), mas dotado da plasticidade necessária ao ajustamento da ação às suas condições. Uma vez que as interpretações simbólicas, aliadas à faculdade da memória, estão

na base das condutas, em seu sentido de referência, e mesmo da possibilidade de história social humana, definida pelas simbolizações de simbolizações, como trata Norbert Elias (2002), o controle da produção simbólica se torna importante mecanismo de dominação social (Bourdieu, 2006). Deste modo, a figura que se apresenta a partir do desenho urbano, da planta das casas e seu modo de ocupação não apresenta aquilo que simplesmente é, mas aquilo que é feito acontecer. É expressivo, mas é parcial, portanto não conforma uma perfeita miniatura de mundo – como no período romântico se chegou a compreender as simbolizações (Todorov, 1977). Nossas elaborações, mesmo não reflexivamente, estão relacionadas às nossas imagens de mundo, autoimagens, desejos e medos – aqui fazendo uso da provocativa interpretação de Elias (1994b) sobre a história da teoria social. Em contraponto, as simbolizações são usadas para orientação das condutas, mas isso não significa que, através delas, é possível obter pleno controle dos comportamentos, isso porque:

i. outras simbolizações coexistem, mesmo em condições diferenciadas na dinâmica das disputas, permitindo acessar outros prismas que desafiam a ideia de uma homogeneidade de interpretação, subjetivação e de ação no mundo;

ii. os modos de apreensão de um mesmo objeto são distintos, uma vez que se deve considerar que interpretação é um processo que envolve uma relação (não apenas mentalista) da qual o interpretante participa, com sua visão de mundo, seus interesses, desejos, medos, costumes; e,

iii. para além de tudo isso, há os graus de reflexividade mais ou menos crítica implicados no processo interpretativo; ou seja, sismógrafos têm sensibilidades distintas, pois reagem de formas diferentes à potência das imagens simbólicas.

Apesar de existir uma diversidade de visões e simbolizações, do mesmo modo que há uma diversidade de *habitus* e de condições para ação, estamos longe de afirmar qualquer estabilidade ou equilíbrio em termos de produções simbólicas, pois os pesos de tais produções em quantidade e legitimidade são diversos e seu lugar enquanto referência de conduta depende diretamente de seu lugar na rede interdependente de figuras/simbolizações. Ou seja, é parcial também na medida em que modelos de casas e cidades são construídos a partir de visões de mundo de grupo e como simbolizações que se replicam em um espaço geográfico relativamente grande, podemos pensar no peso diferenciado que simbolizações podem ter enquanto possíveis referências na constituição de visões de mundo do mesmo e de outros

grupos. Em suma, se, por um lado, não coadunamos com a ideia de passividade que negaria a existência de interpretantes e da possibilidade de múltiplas interpretações, formas de subjetivação e exteriorização dos *habitus*, por outro não negamos que as simbolizações participam dos recursos de poder utilizados em processos de dominação, tanto no amparo dos próprios esquemas de dominação, como na condição de recurso de enfrentamento a eles. Mas, o que pensar a respeito das fronteiras no modo como são tematizadas na narrativa fílmica?

À promessa liberal de ascensão socioeconômica a partir dos esforços particulares, observamos o contraponto de simbolizações aparentemente rígidas em suas demarcações: há o mundo dos de cima e o mundo dos de baixo. A família Kim parece pouco acreditar no caminho dos esforços pelas vias legitimadas: Kim Chung-sook (Jang Hye-jin) (mãe) recebeu medalha de prata em atividade esportiva; Kim Ki-jung/Jessica (Park So-dam) tem talento artístico; Kim Ki-woo/Kevin sabe inglês. Tanto Ki-jung como Ki-woo estão fora da universidade, que seria o caminho ascensional legitimado. A medalha de Kim Chung-sook não lhe trouxe vida confortável. O grupo familiar, então, se articula no uso da astúcia no aproveitamento das brechas relacionais percebidas nos momentos de virada da sorte. Metaforicamente, como diria Ki-woo/Kevin, a oportunidade chega pelas mãos do conhecido Min-hyuk no dia em que lhe presenteia com a pedra da fortuna. Mas emblematicamente percebemos que as brechas se abrem porque as relações entre diferentes são necessárias, afinal os ricos dependem dos serviços que os pobres lhes prestam, uma vez que aqueles se recusam a desempenhar determinadas atividades. É assim que eles, como Min-hyuk, descem para se relacionarem com quem está mais abaixo. Min-hyuk é um estudante universitário e que estava se preparando para estudar no exterior. Ele confia a Ki-woo/Kevin a tarefa de ministrar, em seu lugar, quando viajasse, aulas de inglês a Da-hye (Jung Ji-so), filha da família Park. Apesar de estar visivelmente em melhor condição socioeconômica do que Ki-woo, Min-hyuk tem plano semelhante àquele que embalará Ki-woo: o de se casar com Da-hye. “Por que está pedindo isso a um perdedor feito eu?”, pergunta Ki-woo a Min-hyuk, que responde: “Se você for [ministrar as aulas], eu posso ir em paz [à viagem de estudos no exterior].”

Não se trata de confiança na pessoa, e sim, mais uma vez, na rigidez das fronteiras e/ou em seus mecanismos de controle. Ki-woo é um desqualificado, portanto, não constituiria ameaça efetiva. O que logicamente caberia a Ki-woo e a seus familiares seria forjar a qualidade que não têm, o que é feito pela falsificação de documentos (sua irmã forja diploma universitário), mudança de roupas e de cabelo, controle de fala e de gestos. É montada uma espécie de cena teatral em que os elementos da aparência da família pobre, dentro dos limites do possível, são ajustados para corresponderem a algo que seria aceitável à família Park. Não cabe à família Kim

passar-se por rica, mas sim fingirem estar em condição superior em relação àquela na qual realmente se encontra. É perceptível que a facilidade/dificuldade em manejar o jogo de manutenção de face difere para cada um de seus membros. Ki-woo questiona, especialmente em dois momentos, a esse respeito. Ele percebe em sua irmã alguém que se ajusta com maior facilidade: ela internalizou importantes senhas de acesso e consegue manipulá-las com maior espontaneidade. Ele a olha tomar banho de espuma na banheira enquanto simultaneamente assiste TV. Em outra cena, ele pergunta a Park Da-hye se ele se encaixa naquele mundo que observa de fora. Neste momento, ele está na janela admirando a festa a Park Da-song e como as pessoas estavam bonitas e espontâneas mesmo em uma festa improvisada. Nos dois momentos, ele é um observador externo e que se reconhece como alguém de fora. O que Ki-woo percebe é que existe um modo de existência particular, um *habitus*, que demarca o mundo dos ricos e envolve o relacionamento entre diferentes elementos que se retroalimentam. Não se trata apenas de quantidade de dinheiro, mas é fundamentalmente um modo de dispor das coisas, de se relacionar com os outros, com as situações e consigo próprio, um estilo de vida e que é vivido sem esforço, com *sprezzatura* (Castiglione, 1997)², por aqueles que dele efetivamente participam, em especial quando crescem nesse meio, dispensando a preparação para estar bonito, porque simplesmente se é bonito. O que inquieta Ki-woo é a distância (fronteira) de difícil transposição entre aqueles que nasceram nessa condição e os aspirantes, como ele. A distância física, modo de evidenciar a diferença social, é conjugada a outros mecanismos simbólicos de manutenção de fronteira, que mantêm os distanciamentos sociais, mesmo com a proximidade física e as tentativas de aproximações simbólicas a partir de recursos que se limitam à superficialidade das aparências. Mais do que serem julgados falsos pelos outros, os portadores dos recursos falseadores se percebem como enganadores, reforçando a ideia, para eles próprios, de que aquele não é o seu lugar. Poderíamos perguntar: como manter a face diante de tamanha espontaneidade e segurança de sua condição de superioridade social?

Toda a família Kim obtém emprego na mansão da família Park. Uma relação de afeto evidentemente se estabelece na direção daqueles para com estes. O apreço aos Park é evidenciado nas ideias de que são legais, gentis e mesmo ingênuos. O laço que se estabelece parece rebaixar ainda mais a família Kim que, no anverso, seria de astutos, aproveitadores, enganadores. Como percebido através da obra, a afetividade parece estruturar a relação familiar dos Kim, mas não a dos Park – ou não do mesmo modo. O mundo dos ricos é apresentado como de maior frieza. A concepção de civilidade, no modo como foi sendo historicamente gestado, nos expõe Elias (1994a; 2001), está na relação direta com o autocontrole dos afetos, portanto, com a criação de mecanismos de regulação das expressões emotivas e

2. Segundo Baldassare Castiglione (1997: 42), “[o cortesão deve] evitar ao máximo, e como áspero e perigoso escolho, a afetação; e, talvez [...] usar em cada coisa uma certa *sprezzatura* [indiferença] que oculte a arte e demonstre que o que se faz e diz é feito sem esforço e quase sem pensar”.

dos gestos a partir da internalização de técnicas corporais específicas na direção da recusa ao toque e supervalorização da distância entre os corpos e, consequentemente, do sentido da visão em detrimento do tátil e do olfativo. Da-hye se queixa de não ter a atenção dos pais, enquanto o Sr. Park (Lee Sun-kyun) (pai) demonstra inquietação quando o Sr. Kim, em dois momentos distintos, fala em amor na relação entre ele (Sr. Park) e sua esposa. Ou seja, o controle dos afetos parece ir além de suas possibilidades de expressão, podendo culminar propriamente em seu recalque, em um retraimento quanto à experimentação de afetos propriamente dita. Ao mesmo tempo, não é percebida grande solidariedade entre grupos pobres. A cena no porão da mansão dos Park é emblemática. Requisita-se solidariedade apenas em proveito próprio e o que domina é a concorrência – o que se justificaria pela grande quantidade de desejosos por acesso e a diminuta quantidade de vagas disponíveis. Em suma, os pobres precisam lutar, mesmo entre si, por espaço e, enquanto lutam entre si, mantêm protegido o lugar daqueles que estão socialmente acima (Elias, 2001). Em um momento, na sala da mansão, o Sr. Kim chega a perguntar sobre o destino de Yoon (Park Keun-rok), o antigo motorista da casa, demitido em função de manobras executadas por Kim Ki-jung. Esta responde: “Foda-se. Nós precisamos de ajuda. Vamos pensar em nós, está bem?”

As iniciativas de tensionamento das fronteiras acabam por se tornar ações de pessoas e grupos pontuais – na verdade, restritas às famílias nucleares –, lutando fragmentariamente para derrubar o muro simbólico de um grupo restrito, mas que se protege como grupo. Importante observar que o momento trágico do filme se instala a partir da disputa entre as duas famílias pobres, que lutam entre si pela manutenção do lugar degradado em que se encontram. As pessoas que participam da condição de pobreza guerreiam entre si desde as artimanhas dos Kim na busca por aproximação com os Park, mediante a demissão do motorista e da governanta anteriores da família. No entanto, as lutas eram invisíveis aos Park. E mesmo quando a disputa que ocorre no porão da mansão transborda para a área externa da casa, subindo pelas escadas e tornando-se visível aos Park, ainda se tratava de uma luta restrita à ala pobre da narrativa. O Sr. Kim se volta ao Sr. Park apenas quando este, para pegar as chaves do carro, ignorando o estado de Ki-jung/Jessica, ferida por Geun-sae, vê o Sr. Park torcer o nariz evidenciando estar incomodado com o cheiro de Geun-sae. É neste momento da trama que o Sr. Kim completa o esquema interpretativo que se desenha a partir do pequeno Da-song.

Classificações e cheiros

Não à toa é Park Da-song quem tem esse papel. O Sr. Park, na cozinha da mansão, chama o filho para receber presentes. Estão na cozinha o senhor e a senhora Park, o motorista Kim Ki-taek e a nova governanta Sra. Kim Chung-sook, esposa do Sr. Kim. A família Park desconhece os laços familiares dos Kim. O pequeno Da-song, ao entrar na cozinha, enfia o nariz, sem qualquer pudor, nas roupas do senhor e da senhora Kim e dispara: “É o mesmo cheiro! Eles cheiram iguais!” A Sra. Park então diz: “Do que está falando? Vá lá pra cima com a Jessica.” Ele retruca: “Jessica cheira igual também.” E sai. Da-song é apresentado na narrativa como um menino de difícil controle, o que é normalizado pelos pais a partir da ideia de que ele seria um gênio artístico. Aliado ao temperamento particular de Da-song estaria sua condição mesmo de criança, cuja regulação das possibilidades de ação é ainda mais externa do que propriamente interna, estando ele a passar ainda pelo aprendizado de como se comportar socialmente do modo esperado. Dessa maneira, trata-se de alguém que está aprendendo as normas de conduta, mas não as domina plenamente, o que lhe faculta a possibilidade da gafe de explicitar abertamente uma importante senha de acesso ao reconhecimento de classificações sociais: o cheiro. As menores travas de Da-song permitem a ele a aproximação física com os demais para testar a sua percepção de que se trata de cheiros similares. Ele não chega a expressar valoração a respeito do cheiro que sente, pois os valores associados aos cheiros também são tributários de um aprendizado, que, talvez, Da-song ainda não tenha obtido, afinal ele encosta o nariz nas roupas dos Kim sem o receio de quem sabe que o odor pode não ser agradável. Como criança ainda, portanto, a meio caminho entre o selvagem e o civilizado, ele cheira tudo e não mantém a distância de corpos esperada de seu grupo social.

Por exemplo, não é facultado aos Kim tocar os Park. Distância social e distância física não se conjugam apenas na segmentação do espaço urbano. Conforme foi anunciado a partir de Elias, há limites estabelecidos entre os corpos, ainda que tais linhas sejam invisíveis. Apenas as tentativas de aproximação dos Kim (em sua condição de grupo dominado, o que significaria serem os menos civilizados) leva a que momentaneamente avanços sejam feitos na direção dos corpos dos Park, o que é especialmente percebido pela mãe, a Sra. Park, que, em seu papel de guardiã da família, por conseguinte, da moral, já que os dois elementos se confundem, está especialmente atenta à questão. São ela e a filha, as duas mulheres, que acabam sendo o objeto dos avanços, muito pontuais, do Sr. Kim e de Ki-woo. Eles avançam no gesto de Ki-woo de medir o pulso de Da-hye, e do Sr. Kim, um aperto de mão com a Sra. Park, afinal, por sua condição de gênero, o acesso a elas seria mais fácil aos homens da família Kim, mesmo que tais ações não tenham resultado de qualquer orquestração reflexiva. A

reação da Sra. Park em ambos os momentos foi de grande espanto, evidenciando que algo inusitado e indesejado estava a ocorrer. A fronteira havia sido ultrapassada em ambos os momentos na direção de uma ameaçadora maior intimidade. O gesto do Sr. Kim era de agradecimento, mas também expressão de cumplicidade quanto ao caso da antiga governanta, a Sra. Gook Moon-gwang (Lee Jung-eun); o gesto de Ki-woo avançaria na direção de uma relação amorosa com Da-hye.

Mais do que evidenciar a existência de fronteiras tão sutis, como por meio de cheiros corpóreos específicos, a cena de Da-song sublinha que o aprendizado das classificações sociais se dá muito cedo, estando já parcialmente internalizado no garoto, uma vez que ele consegue reconhecer as diferenças. Eles não cheiram igual a nós é o passo inicial. O segundo passo é o de definir que eles têm o mesmo cheiro, portanto, pertencem a um mesmo grupo, que não é o nosso. Por fim, o nosso cheiro é bom e o deles, ruim; logo/porque somos melhores do que eles. Assim, a mudança de cabelos, de roupas, de linguagem falada e mesmo o difícil controle dos gestos parece ser insuficiente diante daquilo que se apresenta. Pergunta o Sr. Kim: “Então teremos que usar sabonetes diferentes agora?” Ki-woo/Kevin acrescenta: “Pai, precisaremos usar sabão em pó diferente também. E amaciante.” Por fim, diz Ki-jung/Jessica: “É o cheiro deste porão. Precisamos sair desta casa para perder esse cheiro.” No entanto, qual cheiro? Há uma potente insinuação pelos Kim: seu cheiro é similar porque compartilham dos mesmos produtos de higiene e limpeza e da mesma habitação. Mas como dar conta do cheiro da família Kim a partir de uma produção audiovisual? É certo que a tentativa de descrição feita pelo Sr. Park é importante, mas não é completa.

Claude-Laurence Lacassagne e Neil Davie, a partir da narrativa de ficção *Os mistérios de Londres*, de Paul Féval, publicada em 1848, acompanham os registros olfativos do cego Tyrrell em seus passeios na Londres do século XIX:

Se os bairros nobres têm quase o mesmo odor civilizado e neutro em Londres e em Paris, os bairros comerciais e, principalmente, os bairros populares não poderiam ser confundidos (Lacassagne & Davie, 1993: 49).

Tyrrel esquadrinha as demarcações de bairros de Londres a partir das diferenças em seus odores. Os cheiros das ruas evidenciam os modos e as condições de vida de seus habitantes, permitindo identificar no ar a distribuição socioeconômica dos bairros. E a Londres profunda é marcada por sua pestilência, “parece que o ar está ‘envenenado com os miasmas da sujeira’ (Gissing)” (Lacassagne & Davie, 1993: 51). Se não podemos fechar os olhos para aspirar o que seriam os cheiros presentes na

rua, na casa e nas roupas da família Kim... nossa sugestão é abrir os olhos em busca das pistas discursivas e visuais apresentadas pelo diretor Bong Joon-ho e sua equipe. As cenas iniciais do filme são especialmente elucidativas.

A primeira cena é um exercício de como se traduz ser um membro da família Kim, ser morador de um porão em bairro pobre de uma dentre tantas possíveis cidades similares espalhadas pelo mundo. O espectador é levado a olhar a rua em um dia claro, ensolarado. Há gente passando, há sacos de lixo pelo chão. Mas, para isso, o espectador é obrigado a ver a partir de um lugar. Ele olha através de uma pequena janela retangular que está a rés do chão da rua. Ou se está deitado na calçada mirando a partir de uma janela que está a rés do chão ou se está em um porão (na verdade, um porão intermediário) e aquilo que se avista na rua está à altura de sua cabeça e perto de suas narinas. O espectador olha a partir da perspectiva de quem está no porão onde reside a família Kim. O lugar está escuro, em contraste com a rua clara. A fim de que o olhar alcance a rua, o espectador enfrenta alguns obstáculos ainda: um conjunto de meias penduradas em um pequeno varal preso ao teto perto da janela; a escuridão que emoldura a janela; as divisões da janela que a fatiam em quatro pedaços; o vidro da janela; e, por fim, as grades. As fronteiras estão postas. Elementos adicionais vão sendo oferecidos para a composição do quadro. A casa é escura, não tem ventilação, pois aquela parece ser a única janela (ao menos é a única que nos é apresentada em todo o filme), e que é pequena e está no alto. Há muitos objetos pela casa e destaca-se o vaso sanitário, que fica perto do teto de um dos cômodos, de graus acima do nível do chão, como o grande trono da casa, o que significa que o cheiro que vem do vaso sanitário emana na altura dos narizes dos moradores, o que facilita sua percepção olfativa. A casa tem muitos insetos, como afirmam o senhor e a senhora Kim. Por isso a janela é deixada aberta quando desinsetizam a rua. Ou seja, o problema com os insetos diz respeito a toda rua, mas certamente se agrava nas condições de um porão. A habitação é tomada pela névoa da desinsetização com seu odor peculiar. Eles tosse. “Deus, esse cheiro!”, brada Kim Chung-sook. O Sr. Kim permanece impassível em sua tarefa de dobrar caixas de pizza, com seu rosto sempre avermelhado, talvez por conta do calor de sua moradia. Em outro momento, a família está reunida comendo e bebendo na sala, quando um homem bêbado urina no chão perto da janela do porão dos Kim. “Por que não colocam um aviso de ‘Não urinar’?” “Eles fariam ainda mais.” Ou seja, trata-se de situação rotineira, que causa indignação, mas não reação. Cheiros que emanam de vaso sanitário fixado em lugar alto dentro da casa se misturam aos cheiros das meias na janela, da desinsetização, da urina do bêbado e do lixo na calçada nessa espécie de estufa quente, escura, infestada de insetos e sem ventilação suficiente para dissipar o cheiro.

No caso da cena do homem urinando junto à janela dos Kim, é o elemento externo e superior quem assume o papel da reação – no caso, Min-hyuk, que havia chegado para propor a Kim-woo ministrar as aulas de inglês a Dae-hye em seu lugar. Ele expulsa o homem. Há uma aceitação relativa do que se vive e uma espécie de acomodação. Quando Geun-sae, que mora no porão da mansão da família Park é descoberto, o Sr. Kim pergunta a ele: “Como consegue viver aqui?.” Geun-sae responde: “Muita gente vive no subsolo. Principalmente, em porões intermediários.” A condição de vida do Sr. Kim não era, em verdade, muito diferente em comparação com a de Geun-sae: ambos estavam no porão. Apesar do evidente desconforto, também há uma acomodação olfativa aos cheiros rotineiros. Os Kim não percebem o cheiro que exalam, mas ele não passa despercebido aos Park. As condições de vida levam àquele odor, junto com o sabonete, o sabão em pó e o amaciante a que esses cheiros se misturam. Por isso, Ki-jung/Jessica menciona a necessidade de sair do porão. Produtos usados em comum pela família não justificariam um cheiro compartilhado por todos.

Em oposição, temos a mansão da família Park. Em lugar alto, a casa é cercada por grama, árvores e arbustos, é ampla e visivelmente iluminada e arejada. Organizada e limpa, está em compasso com sua senhoria, que, em sua primeira aparição, veste branco, segura um cachorro branco e vai ao encontro de sua filha, vestida com uma roupa branca. A casa dos Park usa uma paleta com poucas cores e junto com a madeira escura dos móveis e a luz interna amarela criam contraste com o ambiente externo da casa, tomado pelo verde das plantas, que vislumbramos através da imensa parede de vidro (sua janela), através da qual penetra a luz do sol que, em suas diferentes gradações, embala as cenas domésticas, algo que foi cuidadosamente pensado para o filme (O’Falt, 2019). Em contraposição, a casa dos Kim, é marcada pela restrição de espaço, amontoamento de coisas e heterogeneidade cromática, ainda que sem um tom prevalecente. Luz, pouca heterogeneidade e amplitude definem a sensação de organização, limpeza e conforto sofisticado da casa dos Park. O branco, as características da casa, a ausência de dobras, como mencionam o senhor e a senhora Kim a respeito de os ricos parecerem sempre gentis e sem ressentimentos, a pretensa ingenuidade dos Park, tudo isso se combina na montagem de uma imagem de pureza quase celestial, mas certamente moral, e que seria manchada pela presença imunda moralmente, malcheirosa e maliciosa da família Kim, saída das profundezas da miséria para invadir um espaço que não seria o seu, como fazem ao usufruir da mansão quando os Park saem para acampar, mas, na verdade, como tentam fazer continuamente, conduzidos pelo sonho de mudar de vida. Como disse Geun-sae: “O Sr. Park dá comida e moradia. Respeito!” Ou seja, deve-se ainda gratidão e afeto aos superiores.

No entanto, a questão vai além. E isso se explicita a partir do Sr. Park. Ele racionaliza a relação entre odores corporais e fronteiras sociais, enquanto conversa com a esposa, ignorando o fato de os Kim estarem escondidos ouvindo a conversa. Neste momento, a chuva já havia iniciado e o pequeno Da-song está acampado no jardim da mansão, enquanto seus pais estão deitados no sofá da sala a vigiá-lo. É nesse instante que o Sr. Park afirma estar sentindo o cheiro do Sr. Kim, enquanto este está escondido, com seu filho e sua filha, embaixo da mesa que está junto ao sofá: “Aquele cheiro que flutua no carro”, “um [cheiro de] rabanete velho. Sabe quando você cozinha um pano? É como isso.” O Sr. Kim puxa a camisa que veste para tentar sentir o cheiro. Continua o Sr. Park: “Enfim, mesmo que ele sempre pareça cruzar o limite, ele nunca cruza. Isso é bom. Tenho que dar crédito a ele. Mas esse cheiro cruza o limite. Consegue chegar até o banco de trás.” A Sra. Park pergunta: “Que ruim pode ser?” Ele responde que é difícil descrever, “mas às vezes sentimos esse cheiro no metrô.” A Sra. Park responde: “Faz anos desde que eu andei de metrô.” O Sr. Park então prossegue: “As pessoas que andam de metrô têm um cheiro especial.” É quando o Sr. Park começa a acariciar a esposa no sofá. Prossegue: “Não parece o banco de trás do carro? [...] Você ainda tem aquela calcinha barata? Aquela que a garota do Yoon esqueceu? Se você a usar, me deixará mais excitado.” Ela responde: “Mesmo? Então, me compre drogas. Eu quero drogas!” Enquanto isso, Da-song permanece em seu acampamento no gramado da casa.

Uma série de associações mnêmicas são realizadas aqui pelo Sr. Park. Falar do cheiro do Sr. Kim aciona sua memória a respeito da ação de outro provável usuário de metrô, Sr. Yoon, o antigo motorista. Em seu plano de empregar o pai como motorista da família Park, Kim Ki-jung/Jessica deixa sua calcinha próxima ao banco de trás do carro na tentativa – bem-sucedida, diga-se de passagem – de que o Sr. Park a encontrasse com facilidade e imaginasse que o motorista, Sr. Yoon, tivesse feito sexo com alguma mulher no banco de trás do carro, o que seria justificativa para uma demissão imediata e sem maiores possibilidades de discussão. O plano obteve êxito, e o motorista foi demitido. Na ocasião, em conversa com a esposa, após encontrar a calcinha, o Sr. Park questiona: “Mas por que no meu carro? E por que não no banco dele? Por que ir tão longe? [...] Pingar esperma dele no meu banco o excita?” No jogo de espelhos, o outro e o si próprio se confundem. O problema acionado pelo Sr. Park é o da fronteira. Ele mede a qualidade de seus funcionários a partir do respeito que eles têm na existência de uma distância que não poderia ser transposta e que, portanto, deve ser de conhecimento de todos e de aceitação consensual como realidade não passível de questionamentos. É assim com o antigo motorista, com o Sr. Kim e com a antiga governanta: “Ela mantinha a casa em ordem e nunca cruzava o limite. Não suporto pessoas que cruzam o

limite.” E cruzar o limite significa invadir o espaço que pertenceria a outro. Não se trata apenas do reconhecimento da diferença, mas de aceitação da legitimidade hierárquica que faz com que a classificação do outro seja mecanismo de autotransclassificação (Bourdieu, 2020). Fazer sexo no carro do patrão é cruzar o limite. Usar o banco do patrão para o sexo é cruzar ainda mais o limite – um limite social, mas cujo desenho aparece em diversas situações e formatos. E ultrapassar o limite seria uma transgressão prazerosa passível de ser confundida com o prazer do próprio sexo, ou mesmo potencializando-o.

O Sr. Kim começa a perceber agora: não se trata apenas de cheiro de produtos de limpeza e higiene compartilhados pela família, não se trata apenas, ou em adição, das específicas condições de vida de sua família naquele porão específico daquela rua específica. É o cheiro das pessoas que usam o metrô que é tratado como similar. É de cheiro de pobre que se trata aqui, de um grupo classificado como diferente e inferior e que torna o julgador diferente por superioridade. E o cheiro de pobre faz torcer o nariz, é incômodo, é repugnante – como expressa o modo como a Sra. Park pega a calcinha barata deixada no carro e põe em um saco plástico. É cheiro de diferença, de inferioridade, um cheiro que vai além dos corpos individuais, um cheiro que diz respeito a condições de existência, já que pobreza/riqueza são questões sociais, mas que se tornam questão sensorial. O nojo social converte-se em sensação física de nojo e parece, com isso, ganhar mais força e materialidade. Como sensação física, não dependente de julgamento de valor, ao contrário, tem-se uma inversão: é como se a sensação física levasse à valoração negativa do cheiro.

Em outros termos, a valoração social do odor, como coisa boa ou ruim, é naturalizada, esquecida de sua condição social e histórica, e tornada uma inescapável (ou quase inescapável) essência humana, a anunciar e a denunciar o seu portador: como denuncia a presença do Sr. Kim ao Sr. Park, quando aquele estava escondido embaixo da mesa com a filha e o filho. É nesse sentido que é marca classificatória. O cheiro valorado socialmente classifica, ou ajuda a classificar, o bom e o ruim, o superior e o inferior; e é marca, pois não há como apagar o cheiro próprio – no máximo, ele pode apenas ser artificialmente mascarado. Cheiro de pobre, cheiro de trabalhador, cheiro de negro são instrumentos de estigmatização relatados em diferentes estudos (Classen, Howes & Synnot, 1996; Le Breton, 2016; Reinartz, 2014) e que buscam ferir a própria condição humana de determinados grupos, pois o social naturalizado redonda em uma hierarquização social disfarçada em diferença biológica, usada como justificativa para a existência em condição subalterna, em especial quando o traço da diferença está na superfície dos corpos, ao alcance cristalino dos olhos ou, no caso, dos narizes (Goffman, 2008; Elias & Scotson, 2000).

Mais uma vez, moralidade, corpo, classificações hierarquizadas e simbolizações se confundem. Isso porque o inferior não é apenas o sujo por questões de higiene, mas também porque seria sujo moralmente (Vigarello, 1985). Lembremos da ingenuidade dos Park contraposta à astúcia e falsidade dos Kim.

É deste modo que as associações feitas pelo Sr. Park ganham sentido e coerência. As fronteiras são coisa social, assim os limites só permanecem garantidos enquanto forem devidamente administrados por aqueles que deles se beneficiam. Portanto, não são rígidos em si, posto que não se trata de qualquer essência. Eles são acreditados e tornados enrijecidos por uma série de ações, apenas em alguns momentos reflexivos, de defesa de sua existência. Aos Kim é permitido sonhar ou mesmo se agarrar a uma pedra da fortuna que só faz sentido em seu apelo mágico a partir da crença na quase impossibilidade de ultrapassar barreiras tão fortes. O momento oportuno e a interpretação de que o presente recebido (a pedra da fortuna) eram um anúncio metafórico da possibilidade de mudança os fazem sair da condição de aceitação e os levam a agir, evidenciando as tensões de fronteira. Ver cotidianamente as hierarquias sociais representadas de diferentes maneiras é uma repetida lembrança de que as fronteiras existem e estão por todos os lugares, porque são pretensamente naturais, porque “as coisas são assim”, e isso é fundamental à compreensão das (in)ações.

O diálogo se dá entre o Sr. e a Sra. Park em um momento de intimidade que não deveria ser compartilhado com o Sr. Kim, que estaria ali, infiltrado e escondido à espreita, indevidamente escutando a conversa. A fofoca e a maledicência são potentes estratégias de classificação e estabelecimento de fronteiras. Com elas, cria-se senso de compartilhamento e cumplicidade, ao mesmo tempo em que o julgador evita ser julgado por aquele a quem está julgando, por não haver confronto direto de ideias, como em um insulto feito verbalmente pelo Sr. Park ao Sr. Kim se aquele o interpelasse como pessoa suja ou malcheirosa. O sugestivo no contexto do filme é que, pelo fato de se tratar de conversa indevidamente escutada, a reação do Sr. Kim é tentar verificar a validade do dito, buscando cheirar a própria roupa. O mesmo ocorre quando ele percebe o incômodo da Sra. Park com seu cheiro dentro do carro. Igualmente, ela não se dirige diretamente ao Sr. Kim. Displícemente, ao decorrer de uma conversa ao celular, ela expressa o nojo no gesto de tapar o nariz e de, na sequência, abrir a janela do carro, enquanto o Sr. Kim dirige. O insulto direto abre espaço à resposta imediata que pode promover a inversão de lugar. O modo aparentemente espontâneo do comentário entre casais e do gesto displicente aparece como discurso de uma verdadeira percepção por parte de quem o profere, abalando mais fortemente a estima de quem é seu alvo, que, acreditando na verdade do discurso, pode sentir vergonha de si e, acreditando em sua condição humana

inferior, aceitar o lugar social que ocupa como coisa legítima – o que diminuiria as possibilidades de tentar abalar as fronteiras estabelecidas.

Por sua vez, é o respeito às fronteiras o critério de avaliação do Sr. Park. Ele sabe o quanto é atrativo ultrapassá-la: opostos simétricos se atraem. Do cheiro do Sr. Kim até a associação generalizante de que se trata do cheiro de uma determinada categoria social entendida como inferior, não desejada, repugnante, à lembrança do antigo motorista, pertencente à mesma categoria social do Sr. Kim, em seu desejo de gente inferior de fazer sexo no carro do patrão, especificamente no banco do patrão, assumindo fantasiosamente seu lugar de poder para maximização de seu prazer sexual, banco este associado, por contiguidade, ao sofá no qual ele, o Sr. Park, e a sua esposa estão agora deitados, vem sua vontade de fantasiosamente se abrir a um desejo sexual que ele entende ser dos inferiores, menos controlados e mais animalescos, fantasia que seria melhor alimentada se sua esposa, a Sra. Park, usasse a calcinha barata (a adjetivação sublinhada pelo Sr. Park é importante) da parceira do motorista precedente, o Sr. Yoon, enquanto a esposa pede por drogas também na direção da tentativa de maior explosão sexual a partir da aproximação com o universo daqueles que eles qualificam como inferiores, afinal eles cogitaram que o motorista e a parceira teriam feito uso de drogas no carro. A reconstituição do que teria acontecido no veículo se confunde, portanto, com as fantasias eróticas de ambos, reforçando seu lugar de gente emocionalmente mais distante, em oposição àquilo que seria da ordem do modo de vida dos subalternos, mais afetivo, quente, sexual. A partir da ação sexual-erótica, o casal Park também ultrapassa a fronteira, mesmo que apenas na fantasia. Enquanto isso, o pequeno Da-song tem ação similar: fantasia, no seguro jardim da mansão, um mundo de aventuras não reservado a ele. Em suma, a fronteira é respeitada; e o é quando Ki-woo sonha em estudar, ganhar muito dinheiro e comprar a mansão dos Park para libertar seu pai de sua prisão no porão.

Considerações finais

Quando o Sr. Kim, com sua filha ferida nos braços, percebe que a única preocupação do Sr. Park é salvar seu filho desmaiado, mesmo assim ele joga a chave do carro na direção do patrão. O nojo dos Park já era evidente, bem como o sentido da disfarçada gentileza que, camuflada em sorrisos e bônus salariais, impede a recusa de Kim Ki-jung/Jessica em participar da festa e do Sr. Kim em se fantasiar de índio e participar da encenação infantil para agrado de Da-song, sua família e convidados. A preocupação do Sr. Park com o filho desacordado é compreensível da parte de outro pai, que está com a filha desacordada. O problema é que a chave do carro acaba ficando embaixo do corpo de Geun-sae, ferido. Quando o Sr. Park vai buscar

a chave, mais uma vez ele torce o nariz e vira o rosto, evidenciando todo o seu nojo. Um nojo que não diz respeito apenas a Geun-sae, mas também ao Sr. Kim e toda sua família, a todos aqueles que participam de sua mesma condição. A reação do Sr. Kim, que, aos poucos, vai percebendo, sem uma busca crítica ou dom especial, a degradação das relações, é emocional e isolada: ele mata o Sr. Park. Se, por um lado, o resultado disso é ele retornar a um porão, descendo as escadas de sua condição social, e lá ficar enclausurado, ciente de seu lugar e degradação, por outro lado o filme busca apresentar a perspectiva de que o sistema de dominação não é perfeito. O que o filme não traz é a perfeita solução ao enigma. Ele não traz o final feliz, que dificilmente seria possível a partir da ação isolada de uma pessoa. Por outro lado, se a reação do Sr. Kim é violenta por um transbordamento emocional dos fortes abalos que ele vinha sofrendo, também não é possível afirmar que o filme traga a perspectiva de que a luta física seja a solução às lutas simbólicas e nem que a guinada de Ki-woo na tentativa de ascensão pela via legitimada do trabalho e do estudo seja o caso.

Contudo, há uma importante questão no filme, que aqui foi apenas insinuada, e que precisa ser novamente trazida para reflexão mais cuidadosa. Conforme pontuamos no início deste percurso, interessava-nos discutir a questão das fronteiras sociais, classificações e possibilidades de mobilidade (trânsitos) a partir da obra audiovisual *Parasita* enquanto simbolização. Apesar de usarmos em diferentes momentos a palavra símbolo, a utilização mais frequente da categoria simbolização advém do desejo e intenção de lidarmos com a parcialidade e processualidade do fazer simbólico. Não entendemos que as produções simbólicas revelem a realidade tal como é em sua totalidade; do mesmo modo, não compactuamos com a concepção de que se trata de construções sociais apartadas do mundo – apenas uma perspectiva dentre outras. Refigurar o mundo – isto é, apresentá-lo em nova figura – significa, de qualquer modo, apresentá-lo. Nesse sentido, o caráter expressivo do simbólico é aqui reafirmado, apesar de sublinharmos sua plasticidade, condição, em nosso entender, da processualidade do fazer simbólico em uma rede histórica e maleável de fazeres.

Todavia, os símbolos não se prestam a serem apenas expressivos. Uma vez que apresentam, de alguma forma, possibilidades de existência e fazeres, há um duplo movimento de externalização-internalização. Refiguramos possibilidades humanas em obras. De igual modo, aprendemos, através de nosso contato com as obras, a respeito dessas possibilidades. O resultado desse movimento não é a mecânica reprodução de ações, nem na externalização, que negaria o caráter criativo do fazer; nem na internalização, uma vez que internalizar significa reter e organizar imagens de memória que se relacionam a outras hierárquica e valorativamente e que con-

tribuiriam à constituição de disposições de conduta, que serão filtradas e ajustadas às condições de ação (*habitus*). Não repetimos o que vemos, e sim aprendemos, em diferentes caminhos e intensidades. Desse modo, os fazeres humanos se interligam reticular e historicamente. Nossa especificidade, enquanto seres sociais e históricos, está na direta relação com nossa faculdade simbólica, possível pelo desenvolvimento em certa direção de nossos recursos e potencialidades biológicas, como diria Elias (2002). Os símbolos constituídos são, portanto, importante fonte de compreensão dos modos de vida humanos por seu duplo caráter de expressivos e de orientadores de condutas. Seu entendimento deve se dar pela inserção dos mesmos nas malhas relacionais interdependentes humanas, nas quais são feitos e utilizados. No entanto, para fazer jus à complexidade simbólica, eles precisam ser tomados na totalidade forma-conteúdo (Ricoeur, 2000).

Acionar os cheiros como elemento deflagrador do reposicionamento do Sr. Kim na relação com os Park é significativo, uma vez que o olfato é entendido como parte ainda misteriosa do funcionamento do organismo humano (Malnic, 2008). A valorização da visão e a associação do olfato como um sentido mais primitivo e inferior levaram a uma menor parcela de estudos quanto ao tema. No entanto, segundo Philippe Perrot (1996), outra questão se coloca como inquietante quanto aos cheiros: seu caráter evanescente. Do mesmo modo que não podemos parar de sentir cheiros, a não ser por uma condição orgânica específica, por não podemos parar de respirar, não podemos controlá-lo plenamente. Isso torna a estigmatização potente ao acionar o mau odor corporal como argumento, como faz a família Park, mas, ao mesmo tempo, torna incontornável que a família Park sinta o cheiro dos Kim e seja obrigada a se relacionar com isso de alguma forma, mesmo que através de caretas e maledicências. Não importa o quanto o Sr. Kim respeite a fronteira da distância física e relacional, o seu cheiro, portanto, a sua existência e condição ultrapassam a linha demarcatória e se impõem, invadindo o suposto espaço da família Park. Mas, se o cheiro ultrapassa o limite é porque ele é, de algum modo, ultrapassável – e, então, tornam-se ainda mais incômodos.

Paralelamente, a escolha do formato do filme atravessando diferentes gêneros em uma mesma composição – ao apresentar elementos de comédia, tragédia, drama, suspense, terror – parece coadunar-se com essa impertinência dos odores. *Parasita* tem difícil enquadramento nos sistemas classificatórios mais convencionais. Não se trata do enquadramento em um gênero particular apenas, posto que o filme também não se apresenta como mosaico de gêneros. Talvez seja mais próximo dizer que seu funcionamento se dá em camadas que, ao longo da narrativa, vão se apresentando com maior nitidez em certos momentos, mas cada uma delas já estaria presente, ou sendo anunciada, desde o início da obra, como em um *conti-*

nuum. A nossa surpresa vem de nossa acomodação a um formato tornado convencional. Se, novamente, tomarmos a cena inicial do filme, observaremos que seus aspectos dramáticos já estão desde lá. Assim, a estrutura do filme, juntamente com a narrativa que apresenta, nos ajuda a assumir que a tônica posta a respeito das fronteiras classificatórias talvez deva ser mais pertinentemente posta em sua arbitrariedade e, portanto, flexibilidade. Deste modo, a questão posta não diz respeito à mobilidade social, enquanto trânsito entre compartimentos que mantêm erguidas as fronteiras das classificação atuais. Tomar o arbitrário das fronteiras é ter em mira de que sua existência e modo de existência dependem do que fazemos com elas, o que não significa ausência de lutas em seu processo de transformação.

Referências

ACKERMAN, Diane. *Uma história natural dos sentidos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia geral*. v. 1: “Lutas de classificação: curso no Collège de France (1981-1982).” Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

_____. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Porto Alegre: Editora USP; Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas*. Primeira parte: “A linguagem.” “Coleção tópicos.” São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTIGLIONE, Baldassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CLASSEN, Constance; HOWES, Davis; SYNNOT, Anthony. *Aroma: a história cultural dos odores*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ELIAS, Norbert. *Teoria simbólica*. Lisboa: Celta, 2002.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador*, v. 1: “Uma história dos costumes.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JAQUET, Chantal. *Filosofia do odor*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LACASSAGNE, Claude-Laurence; DAVIE, Neil. Luxo, algazarra e mau cheiro. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (Orgs.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LIMA, Luiz Costa. *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

MALNIC, Bettina. *O cheiro das coisas: o sentido do olfato: paladar, emoções e comportamentos*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2008.

NERY, Salete. Sobrevivências como memória e as imagens: os Grenouilles e os perfumes. In: GUSMÃO, Milene; NERY, Salete (Orgs.). *Memória e imagens: entre filmes, séries, fotografias e significações*, p. 43-74. Jundiaí, SP: Paco, 2020.

O’FALT, Cris. *Building the “Parasite” house: how Bong Joon Ho and his team made the year’s best set*, 29 Out. 2019. Disponível em: <<https://www.indiewire.com/2019/10/parasite-house-set-design-bong-joon-ho-1202185829/>>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

PARASITA. Direção: Bong Joon-ho. Produção: Kwak Sin-ae; Moon Yang-Kwon. Roteiro: Bong Joon-Ho; Han Jin Won. Direção de fotografia: Hong Kyung-Pyo. Designer de Produção: Lee Ha-jun. Música: Jung Jae-il. Coreia do Sul: Pandora Filmes, c2019. 1 DVD (131 min).

PERROT, Philippe. *Fashioning the bourgeoisie: a history of clothing in the nineteenth century*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.

REINARZ, Jonathan. *Past scents: historical perspectives on smell*. Chicago, IL: University of Illinois Press, 2014.

RICŒUR, Paul. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

SANTOS, Fernanda Sales Rocha; MELLO, Cecília Antakly de. Insegurança perceptual e atmosferas do medo: conexões entre realismo e horror no cinema contemporâneo. *Revista Ícone*, v. 17, n. 3, p. 319-334, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.34176/icone.v17i3.242262>>. Acesso em: 20 Fev. 2022.

TODOROV, Tzvetan. *Teorias do símbolo*. Campinas, SP: Papirus, 1977.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1985.

WARBURG, Aby. *A presença do antigo: escritos inéditos*, v. 1. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.



Metodologías audiovisuales participativas. Un desafío epistémico, ético y político

Recibido: 21.01.21
Aprovado: 03.03.22

Mariano Báez Landa (<https://orcid.org/0000-0002-8354-3785>),
Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social,
Ciudad de México, México¹.

i. 1 Mariano Báez Landa es profesor investigador titular en el Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas), México. Coordinador del Taller Miradas Antropológicas, miembro de la Red de Investigadores en Antropología Audiovisual (Riaa). <baezmariano@gmail.com>.

Resumen: Este trabajo busca discutir el estatus epistemológico y los desafíos de carácter ético y político en la construcción del campo disciplinar de la antropología audiovisual. Presenta algunos aportes en este sentido de una red de investigadores y activistas en México que utilizan los medios audiovisuales en la investigación, docencia, divulgación científica y proyectos colaborativo-participativos que contribuyan a la reapropiación de objetos, imágenes, sonidos, memoria y patrimonio de culturas originarias y grupos humanos subalternos y en condición de vulnerabilidad.

Palabras-clave: Antropología. Medios audiovisuales. Metodologías participativas.

Metodologias audiovisuais participativas. Um desafio epistêmico, ético e político

Resumo: Este trabalho busca discutir o estatuto epistemológico e os desafios éticos e políticos na construção do campo disciplinar da antropologia audiovisual. Apresenta algumas contribuições neste sentido de uma rede de pesquisadores e ativistas no México que utilizam meios audiovisuais para a pesquisa, o ensino, a divulgação científica e projetos colaborativo-participativos que contribuem para a reapropriação de objetos, imagens, sons, memória e patrimônio de culturas originais e grupos humanos subalternos e em condição de vulnerabilidade.

Palavras chave: Antropologia. Mídia audiovisual. Metodologias participativas.

Antropología audiovisual como campo disciplinar en tensión

La etnografía es la base empírica y metodológica fundamental de la antropología para el estudio de los grupos humanos y sus culturas. La práctica etnográfica trabajó originalmente con imágenes producidas por los sentidos del investigador. Rápidamente nuestra disciplina incorporó tecnologías audiovisuales para escalar su capacidad de registro etnográfico como una verdadera extensión y expansión de sus sentidos. Así antropólogos, etnógrafos, viajeros y documentalistas comenzamos a utilizar el grabador de sonidos junto con las primeras cámaras de cine y fotografía ya desde finales del siglo XIX. Alfred C. Haddon registró imágenes

en fotografía y cine de nativos en la Expedición Antropológica de Cambridge al Estrecho de Torres y Sarawak (1898-1899); Flaherty filmó, bajo demanda de una compañía minera de la bahía del río Hudson, material etnográfico entre Inuits de Canadá (1920-1922) para producir el controvertido filme *Nanook of the North* (1922); Baldwin Spencer (1899) filma y fotografía aborígenes del centro-norte australiano entre 1890 y 1930; Mead y Bateson en su trabajo de campo en Bali y Nueva Guinea, entre 1933 y 1939, coleccionan cerca de 33 mil fotos y poco más de 33 mil pies de cinta en 16 mm. dando origen a varias series fotográficas y al menos seis filmes (Jacknis, 2020); Miguel Covarrubias lanza un filme etnográfico en 1926 en 16 mm. sobre el sureste de México como prolegómeno de su libro *El Sur de México* (1946).

La construcción y desarrollo del campo audiovisual en la práctica de la antropología constituye la ampliación y fortalecimiento de su capacidad para representar la diversidad humana. El problema es que esa capacidad se ha desplegado, casi siempre, desde una posición que representa intereses, es decir, la utilización de filtros subjetivos y culturales que norman esa práctica de observación, descripción y explicación de los fenómenos de la vida humana. Scott Robinson (1998) ha planteado que el oficio tradicional de la antropología visual ha sido ser cómplice de la expropiación de las imágenes de los otros utilizando un marco interpretativo de matriz colonial. Dicha expropiación se lleva a cabo mediante la violación de la intimidad cultural de los diferentes. Todo registro cultural de los otros es agresivo por su base hegemónica y los representados-interpretados muchas veces no llegan a comprender su fin último.

Antropología audiovisual, conocimiento y prácticas anticoloniales

Desde un *Sur* epistémico y geopolítico anticolonial, Silvia Rivera Cusicanqui (2010) habla de la importancia de las culturas visuales de los pueblos originarios, frente a las culturas literales coloniales y neocoloniales que utilizan la escritura para encubrir y velar la realidad, baste aquí imaginar una confrontación entre códigos prehistóricos y crónicas de la conquista ibérica en México.

El conocimiento que se produce a partir de los países centrales se posiciona desde un Norte situado en la cima del mundo que, muchas veces, es aceptado sin una reflexión adecuada y sobre todo sin tomar en cuenta la diversidad de las realidades locales, la práctica cotidiana de sus territorios y sus culturas, así como el ejercicio de hegemonías y relaciones de poder. Los referentes creados por miradas e ideologías del Norte hacia el Sur involucran aspectos raciales, étnicos, religiosos, sociales, económicos, culturales y estéticos.

Existen y se afirman desigualdades marcadas por la polaridad entre los dos hemisferios. Los globos terráqueos son artefactos contruidos a partir de la verticalidad del Norte con el mundo, por eso se instala en ellos una base o pie que no tiene sentido sino para enfatizar la posición superior del Norte, de tal suerte que quienes habitan en el hemisferio Sur aparecen en una posición inferior, abajo del Ecuador (Benedetti, 2016; Campos, 1997; 2015). Los proyectos y construcción de museos norteros sobre las culturas del Sur testimonian una mirada vertical y racista, en contraste con las producciones museográficas concebidas a partir de un modelo de curaduría compartida y participativa, donde se puede constatar la importancia de adoptar un punto de vista diferente en el diseño y función de la labor museográfica que tenga como punto de partida la mirada de los propios pueblos y sus culturas en la concepción y montaje de sus propias exposiciones para ser miradas de otra forma.

El Norte más allá de una georeferenciación espacial es toda una categoría que integra una epistemología dominante y hegemónica, un rumbo de lo correcto, desarrollado y civilizado. Paradójicamente los mexicanos hablan de *nortearse* o *nortear* a la situación de haber perdido la orientación, el sentido, el rumbo; existe una acepción del término diferente en Brasil donde *nortearse* o *nortear* corresponde a una situación correcta, con rumbo, orientada.

El Sur como referente histórico y geopolítico, puede convertirse en la base de un sistema cognitivo que produzca conocimientos diferentes y relaciones sociales, interculturales, simétricas y emancipatorias dentro de la diversidad humana. Un Sur que no sólo ubica pueblos enteros geográficamente, sino que engloba también aquellos que viven una condición marginal y sometida dentro del propio hemisferio norte.

SURear ó SULear es una propuesta metodológica concebida por Marcio D’Oliveira Campos (1991) para pensar y representar al mundo de forma diferente, alternativa a la hegemonía global de los Nortes raciales, étnicos, socio-económicos, geopolíticos y culturales.

Para poder SURear, es decir, trazar trayectorias interculturales e interétnicas procurando referentes no hegemónicos, emancipadores y que fomenten reconocimiento, respeto y convivencia entre *todos* los mundos posibles, se necesitan nuevas formas de pensar, que pongan al mundo de cabeza y se reconozcan todos los SURES posibles.

SURear, en consecuencia, nos lleva a promover relaciones sociales básicamente interculturales e interétnicas que procuren la negociación entre diversas estrategias de control cultural (Bonfil, 1987) que se han expresado originalmente en tensión y

con un grado de asimetría cuyo origen está en la naturaleza misma de las relaciones sociales en el capitalismo.

SURear no es mediar y/o traducir las relaciones entre contextos culturales y mentales diferentes. Es montar procesos comunicativos abiertos, francos, transparentes y amigables, que garanticen la convivencia basada en el respeto a la diversidad humana.

Las imágenes y las miradas desde el Sur nos ofrecen interpretaciones y narrativas sociales con sentidos no censurados por las lenguas oficiales que iluminan un trasfondo a contrapelo del orden social y nos ofrecen perspectivas alternas para una comprensión crítica de la realidad textualizada por los colonizadores (Rivera Cusicanqui, 2010).

Trabajar con imágenes no es tratar con pedazos de la realidad, sino entrar a una dimensión poliédrica y compleja donde somos impactados por sonidos, luces, espejos, filtros y millones de ojos que nos miran y nos obligan a mirar *otras imágenes*, como en la pantalla del cinema, la televisión o el computador.

Las maneras de representar y construir la diversidad humana responden a racionalidades también diversas y muchas veces en tensión. Esto representa un imperativo ético-político que nos obliga a distinguir las estrategias de representación encaminadas a mantener las jerarquías y asimetrías en una sociedad, y aquellas que pretenden contribuir a la transformación del sistema de relaciones sociales basado en la reproducción de la desigualdad, la injusticia, la violencia y el poder. El trabajo científico, académico y artístico no escapa a las influencias de la teoría, la ideología, la posición política, los intereses y los valores del sujeto científico o artístico. Es por ello que se precisa ensayar metodologías que permitan producir *interconocimientos*, es decir, lograr experiencias disciplinares y prácticas sociales colaborativas que logren trazar mapas de conocimientos interculturales e interepistémicos, es aquí donde surge la propuesta del audiovisual participativo como un género y una narrativa de comunicación audiovisual que apunta directamente a la democratización de los medios y al fortalecimiento de procesos de autoreconocimiento, autogestión y revitalización étnica y sociocultural.

Audiovisual participativo, práctica autonómica y liberadora

El audiovisual participativo utiliza la etnografía como parte de una estrategia de reapropiación y control cultural utilizando las nuevas tecnologías de comunicación y la utilización de la fotografía, el video, redes sociales y plataformas digitales como

sus principales canales de expresión. Como recurso narrativo ha sido utilizado por equipos de realizadores étnica y culturalmente diferenciados, que usan la etnografía desde su propio campo epistémico y dotan al audiovisual de un carácter democrático y liberador que busca promover espacios y experiencias de carácter autónomo. El fundamento de las metodologías audiovisuales participativas lo encontramos en la propuesta de Investigación-Acción Participativa (IAP) de Orlando Fals Borda (1973; 1999) que propone básicamente convertir la investigación social en un instrumento de conocimiento y autoconocimiento para incidir en políticas públicas con la participación de las propias comunidades y pueblos; en el paradigma de Paulo Freire (1970; 1992) que plantea la educación como un proceso autoreflexivo y liberador, resultado de la concientización de los individuos como actores centrales de su liberación mediante el autoconocimiento; en la propuesta de la gestión del control cultural de Guillermo Bonfil (1987) que sostiene que los procesos de soberanía y autonomía de los pueblos y culturas colonizadas solo pueden lograrse en la medida que recuperen el control sobre su propio bagaje cultural y la apropiación de elementos ajenos a sus culturas y, finalmente, la metodología de Foto-Voz/ Photovoice (Wang & Burris, 1997) relativa al uso de la fotografía desde una perspectiva ciudadana para la producción de conocimiento y la participación social en la difusión de sus demandas y necesidades así como en la solución de las mismas. Las metodologías audiovisuales participativas impulsan procesos de reciprocidad simétrica entre investigadores e investigados para superar la arrogancia académica y entablar compromisos de solidaridad, cambio social y producción de interconocimientos que se expresen a través de nuevas y/o diferentes narrativas de corte intercultural. El audiovisual participativo modifica la propuesta de la investigación-acción participativa (IAP) planteando una ruta metodológica de acción-reflexión-acción para darle el papel central a los propios individuos y colectivos que, mediante una autoexploración de su condición sociocultural a través de imágenes, sonidos y objetos propios, identifican problemas, reflexionan sobre causas y plantean soluciones.

Imágenes, objetos y sonidos pueden aportar interpretaciones y narrativas sociales con sentidos no censurados por los lenguajes oficiales y pueden ofrecer perspectivas alternas para una comprensión crítica de la realidad textualizada hegemónicamente por los procesos de colonización (Rivera Cusicanqui, 2010).

Hace más de dos décadas, una buena cantidad de investigadores del Ciesas en México ha estado realizando proyectos con medios audiovisuales en el terreno de la investigación, la docencia, la metodología colaborativa/participativa y la difusión/divulgación en acciones relacionadas con demandas y necesidades académicas y sociales.

México, tejiendo una red

El Ciesas cuenta con un patrimonio audiovisual de gran importancia generado por colegas en casi la totalidad de sus sedes. Debe mencionarse el trabajo pionero de Victoria Novelo en CDMX con la colección *AntropoVisiones* que inicia en 1999; el Proyecto *Videoastas Indígenas de la Frontera Sur* (PVIFS) en 2000 a cargo de Xóchitl Leyva Solano en la sede Sureste; la creación del *Taller Miradas Antropológicas* en 2001 en la sede Golfo a cargo de Mariano Báez Landa; la organización del *Laboratorio Audiovisual* (LAV) del Ciesas en 2006 a cargo de Ricardo Pérez Montfort donde destaca la serie *Palabra del Ciesas*, la serie videográfica *Las Presidentas* de Margarita Dalton Palomo en la sede Pacífico Sur y el proyecto *Comunicarte ciencia* promovido por Susan Street en Occidente en el cual se montaron distintas exposiciones de fotoetnografía a partir de 2010. Lo audiovisual en el Ciesas incluye trabajos en fotografía, fonograma, video, radio, audiovisuales y multimedia acerca de la historia de las ciencias sociales, producción de audiolibros, libros de fotografías, estudios acerca de la imagen, realización de *Encuentros de Cine y Video Etnográfico y Testimonial* (2002-2014), el *Primer Festival Artístico Audiovisual sobre Afrodescendencias* (2021) y la producción de *podcast* para divulgación científica y la formación comunitaria en medio de la pandemia.

Los aportes en este campo de investigación audiovisual también incluyen el estudio y divulgación de *Códices Prehispánicos y Coloniales* de Luz María Mohar en la sede CDMX; el estudio, catalogación y enseñanza de las tradiciones musicales orales y escritas de Sergio Navarrete en la sede Pacífico Sur; la formación de videoastas indígenas, afros, campesinos y populares en la sede Sureste a cargo de Xóchitl Leyva Solano y Axel Köhler; programas de revitalización lingüística a cargo de José Antonio Flores Farfán, a través de la producción de animación en lenguas originarias, documentales y música desde la sede CDMX; el proyecto *Etno Narrativas Visuales en Salud en comunidades Maya-hablantes* con fondos Conacyt y el Instituto de Salud Pública de Sergio Lerín sede CDMX; Daniel Murillo de la sede CDMX con la realización y edición de videos del *Seminario Permanente Agua y Cultura* (2020-2021), el programa *Conversatorio Realidades, desafíos y visiones del agua en los pueblos indígenas de México*, en colaboración con el Instituto Mexicano de Tecnología del Agua (2018), y los talleres de producción de video para población indígena, a invitación de Unicef Guatemala (2015); también en la sede CDMX desde el Análisis de Discurso y la Semiótica Social, Teresa Carbó ha analizado la escena política nacional en fotografías de prensa así como una etnografía visual de las formas de habitar en los pueblos del Ajusco de la Alcaldía Tlalpan. Debe mencionarse también la creación de la revista multimedia *Encartes Antropológicos* a cargo de Reneé de la Torre

de la sede Occidente y la co-creación desde el PVIFS (en Sureste) de la Pluriversidad Yutsilal Bahlumilal cuyo epicentro es la creación agroecovisual.

La producción audiovisual y su difusión por canales digitales ha escalado su importancia en tiempos de la sociedad del conocimiento y de la sociedad red y, a partir de la pandemia Covid-19, ha crecido su demanda para desarrollar investigación, apoyar los programas docentes y un sinnúmero de actividades académicas vinculadas con la difusión/divulgación de resultados de investigación, así como proyectos colaborativo-participativos en espacios de movimientos y luchas populares que han generado nuevas metodologías y conocimientos antropológicos originales y solidarios.

La experiencia del Taller Miradas Antropológicas

Nuestra experiencia en el campo del audiovisual participativo se remite a la confección de guiones y argumentos para producir video, resultantes de diálogos interétnicos e interculturales mediados por procesos de comunicación audiovisual, integrando grupos focales y foros temáticos de análisis de materiales audiovisuales que destaquen problemas y temas generadores, para después montar talleres de producción multimedia basados en el uso de teléfonos celulares, redes sociales y plataformas abiertas de intercambio y colaboración de información preferentemente de tipo audiovisual, enmarcados en las metodologías de foto-voz y video participativo. Con ello se pretende impulsar y conservar la ocupación de espacios de comunicación por colectivos étnica y culturalmente diferenciados que han experimentado un considerable distanciamiento y marginación de las prácticas comunicativas de nuestra sociedad, a pesar de contar hoy con un creciente índice de digitalización a través del uso de la telefonía celular y las llamadas redes sociales.

Desde el año 2001 funciona en la sede Golfo del Ciesas (Xalapa Ver. México) el Taller Miradas Antropológicas (TMA), una de sus principales líneas de trabajo es la producción de materiales audiovisuales que contribuyan a generar ejercicios de reconocimiento de la diversidad sociocultural, empleando para ello foto-voz y video participativo (Ciesas-TMA Xalapa 2003 y Mérida 2006-2007). En estas primeras producciones se integraron varios equipos de trabajo compuestos en forma interdisciplinaria y se buscó la participación de poblaciones involucradas en los registros audiovisuales mediante grupos focales que permitieron posteriormente desarrollar entrevistas semiestructuradas con participantes destacados y registros en campo de las localidades donde provenían los entrevistados. Posteriormente los equipos de producción trabajaron conjuntamente con los entrevistados para armar las se-

cuencias y el guion de posproducción. Las experiencias de exhibición y circulación de los materiales concluídos englobaron reacciones del público de la mas diversa índole, desde quienes consideraron los videos como una manipulación mediática hasta aquellos que externaron tristeza, pesar y lágrimas al verse identificados de alguna manera con los hechos presentados en pantalla. El objetivo se consiguió al generar esos planos de ejercicio del reconocimiento de la diversidad humana en sentido positivo como también a través de la negación a reconocerla.

Recuperando el control.

Autonomía, soberanía, memoria y patrimonio
audiovisual de pueblos y culturas originarias

El video participativo es la puesta en escena de saberes, creencias, mitos, leyendas, historias que al ser recuperados por sus verdaderos dueños, mediante una serie de estrategias de control cultural que combinan los ámbitos autónomos con los de apropiación de elementos de otras culturas (Bonfil 1987), produce narrativas con un alto poder de autoreconocimiento y revaloración de los pueblos. Esta puesta en escena se hace presente mediante documentales, testimonios, dramatizaciones o creando verdaderas obras de ficción que permiten revitalizar la tradición oral y fortalecer las lenguas originarias. El audiovisual participativo, como un ejercicio cultural autónomo, puede contribuir a un amplio esfuerzo de revitalización étnica, lingüística y de comunicación intercultural. Es la posibilidad de retomar la capacidad de un pueblo para “escribir” su propia historia, de “contar” de nuevo y creativamente sus cuentos y leyendas, de fortalecer su lengua y de autoreconocerse en los espacios y plataformas de la comunicación digital.

El audiovisual participativo es producto de una etnografía audiovisual profunda, es una historia autónoma, un ejercicio de reproducción cultural y una innovación en las formas de lucha de los pueblos.

En todo este proceso la producción y circulación de imágenes, a través de múltiples plataformas comunicativas, constituye sin duda la mejor forma de responder a los retos de la intolerancia, la discriminación, la violencia, la convivencia humana y los laberintos de la memoria.

Referencias

BÁEZ LANDA, Mariano. Etnografía audiovisual participativa. Una propuesta metodológica de acción-reflexión-acción. *Ichan Tecólotl*, Año 32, n. 342, Sección Experiencias Colaborativas, Ciesas CDMX, 2020.

_____. SUReando al Norte, migraciones mexico-centroamericanas re-colonizando el Gabacho. *Revista Interdisciplinar Sulear*, Año 2, n. 2, Belo Horizonte, Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Acadêmica Ibirité, Set. 2019.

BENEDETTI, Mario. El Sur también existe, 2017. Disponible em: <<http://www.poesmas-del-alma.com/mario-benedetti-el-sur-tambien-existe.htm>>. Acceso em: 13 Mar. 2016.

BONFIL BATALLA, Guillermo. *La teoría del control cultural en el estudio de los procesos étnicos, en Papeles de la Casa Chata*. México: Ciesas, 1987.

CAMPOS, Marcio D’Olne. SURear, NORTEar Y ORIENTar: Puntos de vista desde los hemisferios, la hegemonía y los indígenas. In: XÓCHITL, Leyva et al. (Orgs.). *Prácticas otras de conocimiento(s): entre crisis, entre guerras*, p. 433-458. San Cristóbal de Las Casas, MX: Cooperativa Editorial Retos, 2015.

_____. SULEar vs NORTEar: representações e apropriações do espaço entre emoção, empiria e ideologia. *Série Documenta*, Año VI, n. 8, p. 41-70. Eicos, Cátedra Unesco de Desenvolvimento Durável, Unirio, Rio de Janeiro, 1997. Disponible em: <<http://www.sulear.com.br/texto03.pdf>>. Acceso em: 14 Mar. 2016.

_____. A arte de sulear-se. In: SCHEINER, Teresa Cristina (Coord.). *Interação museu-comunidade pela educação ambiental*, p. 56-91. Rio de Janeiro: Unirio, 1991 (mimeo).

COVARRUBIAS, Miguel. *Mexico South. The istmus of Tehuantepec*. New York: Alfred A. Knopf Ed., 1946.

DOMINGUEZ FIGAREDO, Daniel. Escenarios híbridos, narrativas transmedia, etnografía expandida. *Revista de Antropología Social*, n. 21, p. 197-215, España, 2012.

FALS-BORDA, Orlando. Reflexiones sobre la aplicación del método de investigación-acción en Colombia. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 35, n. 1, 1973.

_____. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. *Análisis Político*, n. 38, Set.-Dez. 1999. Disponible em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/colombia/assets/own/analisis%20politico%203%208.pdf>>. Acceso em: 31 Jul. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogía del oprimido*. Montevideo: Tierra Nueva, 1970.

_____. *Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HADDON, Alfred C. Reports of Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1935 [1901].

JACKNIS, Ira. (2020) *Margaret Mead, Gregory Bateson, and visual anthropology*. Oxford, UK: Oxford Bibliographies, 2020.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Chixinakax Utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROBINSON, Scott. Dilemas de la antropología visual mexicana. *Cuicuilco*, v. 5, n. 13, México, 1998.

ROIG, Arturo Andrés. Pensar la mundialización desde el sur. *Huellas: Búsquedas en Artes y Diseño*, n. 2, p. 15-20, 2002. Disponible em: <http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/1271/roighuellas2.pdf>. Acceso em: 13 Mar. 2016.

SPENCER, Baldwin; GILLEN, Francis James. *Natives tribes of Central Australia*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010 [1899].

WANG, Caroline; BURRIS, Mary. Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Education & Behavior*, v. 24, n. 3, p. 369-387, 1997.



Metamorfoses da imagem nas ciências sociais: três experiências com o filme etnográfico

Recebido: 16.02.21
Aprovado: 05.03.22

Ana Lúcia Ferraz (<https://orcid.org/0000-0003-3672-8784>),
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasilⁱ.

i. Ana Lúcia Ferraz é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Laboratório do Filme Etnográfico (ICHF-UFF). Fez o pós-doutorado em antropologia na USP. <analuo1@uol.com.br>.

Resumo: Retomo aqui três experiências etnográficas realizadas em diferentes contextos, com o objetivo de pensar três diferentes regimes de imagem que se configuram quando as formas sociais exercem suas influências sobre as formas estéticas elaboradas no campo do filme etnográfico. No primeiro caso, uma pesquisa sobre o trabalho e o contexto da desindustrialização produz um filme etnográfico sobre 2.800 demissões; no segundo, a investigação dos modos de vida das classes trabalhadoras precárias culmina em uma cartografia de suas redes de relações; no terceiro, a etnografia da luta pela terra entre os povos Guarani revela outros sujeitos de agência política. Em todos estes processos, apreender os pontos de vista dos sujeitos estudados configura a possibilidade da compreensão antropológica.

Palavras-chave: Filme etnográfico. Imagem. *Performance*. Política

Image metamorphoses in the social sciences: three experiences with ethnographic film

Abstract: I describe here three ethnographic experiences carried out in different contexts, with the objective of thinking about three different image regimes that are configured when social forms exert their influences on the aesthetic forms elaborated in the field of ethnographic film. In the first case, a research on work in the context of deindustrialization produces an ethnographic film about 2800 layoffs; in the second, the investigation of the ways of life of precarious working classes culminates in a cartography of their networks of relationships; in the third, the ethnography of the struggle for land among the Guarani peoples reveals other subjects of political agency. In all these processes, apprehending the views of the studied subjects configures the possibility of anthropological understanding.

Keywords: Ethnographic film. Image. *Performance*. Politics.

O objetivo do presente artigo é analisar diferentes regimes da imagem que se configuraram em distintos instantes de nossa história recente, impactando sobre as políticas da visibilidade em que sujeitos políticos demandam reconhecimento. Do ponto de vista teórico, recuperamos os debates acerca dos “regimes de imagem” em Jacques Rancière (1996; 2009; 2014), pensando as formas sociais e suas apresentações na pesquisa etnográfica mediada por processos de produção de conhecimento em vídeo (Ferraz, 2013). O filme etnográfico configura-se, neste trabalho, como recurso heurístico capaz de compartilhar com os sujeitos e os processos estudados as formas do tempo. Tal como defende Judith

Butler (2012; 2015a; 2015b), as relações entre visibilidade e política são inerentes e necessárias na construção de um campo do público, onde nossas personagens se apresentam como sujeitos de direitos. As ciências sociais operam nesse processo de dar a ver os que apresentam suas posições publicizando-as.

Gostaria de produzir aqui uma reflexão acerca da imagem no estudo dos processos sociais, como venho praticando durante minha trajetória como cientista social. Formada nos anos 1990, na Universidade de São Paulo, trabalho com o vídeo na pesquisa etnográfica com diferentes grupos, ao longo dessas décadas. Observo que o processo de realização de vídeo tem a ver com a relação estabelecida em campo com o dispositivo vídeo que mobiliza um espaço performático do dar-se a ver.

Esse processo se deu nas negociações e na abertura ao diálogo entre os participantes das relações de produção de conhecimento dadas nas pesquisas etnográficas realizadas nessa trajetória. A imagem muda de lugar na pesquisa, a depender do contexto e do interlocutor. Estudar as metamorfoses da imagem ao longo do tempo é o objetivo do presente artigo, analisando como as formas estéticas são produto das formas sociais, configurando diferentes regimes da imagem (Rancière, 2009).

Assim, dos anos 1990, quando trabalhadores de uma multinacional se configuravam como sujeitos políticos questionando as grandes demissões que se deram desde então, aos anos 2010, quando trabalhadores precários pensam o problema da subsistência, muda o regime da imagem da representação para a fragmentação, não sem impactos sobre a escrita etnográfica. Um terceiro quadro vem a ampliar o escopo de nossa reflexão, quando o estudo de outros povos e formas de existência transforma o conceito mesmo de imagem, como veremos.

Apresento então neste artigo três relatos de experiências de pesquisa, realizadas em diferentes contextos, nos quais diferentes regimes de imagem se configuraram. Em cada caso analisado é o próprio conceito de imagem que se metamorfoseia. Meu objetivo é pensar como, nos distintos contextos, diferentes metodologias foram elaboradas para pesquisas em que a imagem atuou em processos sociais de disputa pela representação legítima.

O dispositivo do ver-se, pensar a sua presença e o impacto de sua performance, a criação de um espaço reflexivo para pensar a vida cotidiana podem aprofundar o debate sobre o problema do reconhecimento, tomado neste artigo a partir do olhar para diferentes conjunturas. Acompanhei como diferentes soluções formais dialogam com os temas, os problemas e os contextos vividos na experiência realizada ante os meus interlocutores.

A etnografia visual pautou-se por muito tempo nas referências da antropologia moderna e de seu uso breve da imagem fotográfica. Elizabeth Edwards (2016) comenta, de maneira muito feliz, o lugar que essa técnica que aprofundava as virtudes descritivas da etnografia teve na história da antropologia. Inicialmente trabalhada a partir da pose, de uma construção para a câmera, a fotografia foi sendo abandonada na disciplina quando um cientificismo positivista se impôs, no momento da institucionalização de nossas disciplinas como ciências nas universidades, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Os diferentes contextos impõem diferenças de abordagem que se fazem ver na etnografia.

Sobre o uso da fotografia em Malinowski, como bem demonstrou Etienne Samain (1995), há sempre ideias que estruturam o olhar do antropólogo. O funcionalismo malinowskiano se fazia ver no modo como o autor organizava as correlações entre imagens e texto e entre uma imagem e outra, um detalhe e seu contexto. Ou em Margareth Mead e Gregory Bateson, na escolha dos temas a serem estudados, nas omissões das discussões metodológicas sobre a introdução de elementos exteriores ao mundo estudado ou o pagamento pela encenação de rituais; e, igualmente, a correlação entre imagens e texto.

Há processos sociais em que estamos imersos – tanto os antropólogos como os mundos sociais estudados – que alteram o que é necessário pensar a cada instante. Aprender a pensar com o instante, entendendo como as potências das imagens são disputadas e redefinidas a cada momento num novo regime da imagem é o que propomos aqui.

Faço antropologia social em processos mediados pelo vídeo porque penso que a produção audiovisual contribui nos processos de democratização do conhecimento produzido nas ciências sociais, ampliando as possibilidades do diálogo entre o conhecimento acadêmico e os sujeitos sociais. Este diálogo mediado pelas imagens e sua restituição no processo de pesquisa aos grupos estudados amplia a compreensão e aprofunda os vínculos compartilhados em campo.

A proposição de uma ciência pública deve materializar-se em ações, desenvolvendo metodologias para ampliar a compreensão em diálogos para a produção de conhecimento. O filme etnográfico atua nos processos sociais, visibilizando pontos de vista, lugares de experiência, formas de vida, trazendo à discussão os temas dos momentos vividos em processos de produção de conhecimento. O filme etnográfico amplia as possibilidades de diálogo com o público para fora dos muros da academia, amplificando as vozes dos sujeitos, disputando as imagens dos sujeitos

com a visibilidade hegemônica, filmados a partir de seus territórios, de suas formas de existência e das próprias lógicas.

As reflexões de Butler acerca das relações entre visibilidade e política permitem aprofundar um giro no debate posto na antropologia visual, que nos faz ir do visual ao (in)visível. O problema da visibilidade na obra da autora aparece no debate com Hannah Arendt, em torno precisamente do problema da constituição do espaço da política, entre o *oikos* e a *ágora*; constituir-se como imagem, dar-se a ver para o outro implica passar a existir no espaço público. Em *Corpos em aliança e a política das ruas*, Butler (2012) analisa um movimento social e a constituição de sujeitos políticos que só pode se dar ao se constituir esse “espaço de aparição”, que é a imagem a circular publicamente.

Em *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*, Butler (2015a) estuda os problemas éticos de existir diante da norma e em relação aos outros sociais; o dar-se a ver para o outro põe o problema do reconhecimento e o da necessária dinamização da norma, que se transforma por reconhecer o outro. Em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, Butler (2015b) nota uma transformação na sensibilidade, um novo regime de imagem, que admite o outro como insignificante. Em suas reflexões, a autora devolve-nos uma provocação, que nos obriga a pensar as diferentes durações em que os processos sociais que acompanhamos com a câmera, produzindo etnografias visuais, configuram possibilidades. A reflexão possível a cada quadro, relacionada com o instante que a produziu, intervém no próprio processo que analisa. Compartilhar os espaços de vida e trabalho de meus interlocutores é o que permitiu lançar perspectivas a partir desses pontos de vista, conhecer a experiência vivida e compartilhar a análise dos processos sociais.

Caso 1: Filmar as relações entre trabalhadores, sindicato e indústria, nos anos 1990

Em minha trajetória, aprendi a filmar primeiro fazendo pesquisa entre trabalhadores e sindicato, depois estudando, para além do discurso oficial das representações institucionais, a vida cotidiana e os processos sociais. Minhas teses de mestrado e doutorado se ativeram no desfazimento do mundo do trabalho industrial na região operária de São Paulo nas últimas décadas (Ferraz, 2009).

Ao ler Sylvain Maresca, que veio ao Brasil a convite de Etienne Samain nos anos 1990, penso nas políticas da imagem, como variam a depender do ponto de vista de quem produz essa imagem. No caso estudado, o ato de passar a câmera para os interlocutores é a medida capaz de ir além da representação oficial produzida

institucionalmente e encontrar o mundo mesmo vivido pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. Em meu caso, e nas experiências analisadas aqui, embora em algumas situações tenha trabalhado com oficinas de produção de imagem, busquei conhecer e adotar o ponto de vista dos sujeitos.

Por estar em campo já há alguns anos, estudando as transformações no trabalho industrial, fui convocada por meus interlocutores a ir a campo com a câmera para registrar a resistência dos trabalhadores a 2.800 demissões na Ford de São Bernardo do Campo. Em *Feliz ano novo, véio!* (Ferraz, 1999) narrei as experiências de trabalhadores em luta contra este acontecimento que mudaria suas vidas.

Ao analisar os processos vigentes na indústria, testemunho o grande impacto da desfiliação que então já se faz ver, com importante encolhimento nas bases dos sindicatos e crescente desemprego. Na fábrica, observo a produção social do espaço na apropriação dos chãos de fábrica por uma linguagem dos trabalhadores. O corpo é de uma só vez espaço de resistência e de sujeição, quando o ritmo da produção intensifica o trabalho de muitos. Em campo entre trabalhadores metalúrgicos, um *ethos* se faz ver no ser parte de um coletivo que se afirma pela atividade. A experiência de inserção social pelo trabalho funda uma experiência comum para a classe trabalhadora.

Nessa pesquisa, o produtivismo vigente, que se aprofunda como forma de controle desde este instante nos anos 1990, e a lógica da mercadoria e da extração do valor que a acompanha se opõem à autonomia dos trabalhadores nos espaços de trabalho, quando a disputa se dá sobre a intensidade do trabalho, a saúde e a produtividade, a partir das organizações constituídas pelos trabalhadores ao longo de décadas de história do movimento operário no ABC paulista.

O vídeo¹ (Ferraz, 1999) atuou em defesa do trabalho, visibilizando a resistência dos trabalhadores às demissões na multinacional. Não só o momento das gravações era de imenso aprendizado, como ainda nas devoluções do material filmado. Neste momento, a experiência de ver-se propicia o prazer de saber-se sujeito coletivo. As imagens puderam circular em campo, fiz cópias em VHS para muitos trabalhadores, que reproduziam eles mesmos o material e intercambiavam entre colegas. Pude também exibir o filme etnográfico no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em sessão para os trabalhadores demitidos pela multinacional.

Durante os muitos meses em que durou a resistência dos trabalhadores estive em campo ouvindo diferentes vozes. *Feliz ano novo, véio!* narra o cotidiano da resistência dos trabalhadores e o desenlace da história, um acordo que mantém os trabalhadores por alguns meses recebendo os seus salários para depois finalizar os seus

1. Para assistir ao filme etnográfico, acesar <<https://vimeo.com/channels/filme-etnografico/26306666>>.

2. Para assistir ao filme etnográfico, acessar <<https://vimeo.com/hannels/filme-etnografico/26268437filme-etnografico/26306666>>.

contratos. A lógica que se impõe para esta resolução é a empresarial, que justifica este expediente em função de um “excedente de pessoal”.

Em outro caso, acompanhando movimentos por moradia e realizando oficinas de vídeo, passando a câmera para os sujeitos estudados, no início dos anos 2000, realizei *Foi através da necessidade. Uma história do movimento por moradia em Osasco*² (Ferraz, 2002). Escrevi com dois colegas, refletindo metodologicamente sobre essa experiência, o artigo “O vídeo e o encontro etnográfico” (Ferraz, Hikiji & Cunha, 2012). O cotidiano do movimento social e suas relações com o Estado são o foco que se definiu ao longo das relações com o grupo.

Tanto em *Feliz ano novo, véio!* (1999), quanto em *Foi através da necessidade* (2002) há personagens trabalhadoras que vivem um conflito e um desenlace, e há uma decepção, uma crítica. A representação, no primeiro caso, é um dos elementos enfocados no filme. A representação sindical, que negocia os 2.800 postos de trabalho, submete-se à lógica da gestão que reconhece um excedente de mão de obra. No segundo caso, um movimento por moradia negocia com o Estado algum espaço na cidade; o município oferece o campo de futebol no bairro periférico, a ocupação se faz bairro e cria a alternativa de trabalho da reciclagem, fundando uma cooperativa. As personagens desses enredos são a própria classe trabalhadora, que vive um conflito com seus outros, a indústria, o Estado. A imagem opera em processos políticos de disputa por reconhecimento de direitos aos trabalhadores por seus outros sociais. Num caso a empresa, no outro o Estado.

Um regime da imagem atento à representação caracteriza essas experiências e suas formas sensíveis: o valor da classe trabalhadora, seus saberes, suas experiências, seu lugar como sujeito político a quem compete direitos. Em *Feliz ano novo, véio!*, o reconhecimento do valor da classe trabalhadora opera como armadilha e, apesar de todas as organizações constituídas na história recente da organização dos trabalhadores industriais no Brasil, boa parte dos 2.800 trabalhadores demitidos perde o emprego. Nessas experiências, realizadas entre os anos de 1998 e 2002, as formas sociais estudadas incluem a organização da classe trabalhadora.

Caso 2: Cartografar as margens populosas da metrópole do Rio de Janeiro

Em outro contexto, as personagens da etnografia são ainda trabalhadores, mas já estão marcados pela experiência do desemprego ou do trabalho precário – o que é o mesmo –, há décadas. Nos anos 2010, pensei os processos em que a imagem

ainda atuava no reconhecimento social de sujeitos políticos, mas já contra um contexto em que categorias como genocídio começavam a tomar forma no debate público. Naquele momento, conduzi uma pesquisa entre moradores de rua, favelas e cortiços no Rio de Janeiro, o projeto Cartografias da Margem.

Produzir imagem, nesse caso, implicava atuar na construção da visibilidade dos sujeitos. O problema da visibilidade dos membros das franjas precárias da classe trabalhadora, que aparecem sob as categorias moradores de rua, ocupantes de cortiços, favelados, moradores das comunidades da região da Grande Rio de Janeiro, colocava-se na disputa pelo simples direito à existência, à presença no espaço público, sem ser preso, violado, assassinado. Esse trabalho foi realizado durante os anos 2010, anos marcados pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, pela militarização dos espaços de moradia das classes trabalhadoras, os choques de ordem, as muitas intervenções militares que se sucederam e não terminaram ainda.

Nesse tempo de acirramento da guerra cotidiana, disputamos a visibilidade, garantindo o direito à performance para a câmera aos interlocutores da pesquisa. A metodologia criada passava por abrir espaços de exibição de imagens em praça pública, em associações de moradores, ocupações, organizando cineclubes, mas também oficinas de teatro, de stencil, sempre com o comprometimento de devolução do material gravado aos interlocutores. Esses momentos de ver-se são criadores de uma consciência amplificada pelo saber-se filmado, saber-se visto por outros. Ser reconhecido como sujeito social. Tomar a palavra, atuar, representar-se. No projeto Cartografias da Margem havia circuitos restritos, onde a imagem podia ou não circular.

Em “Etnografia e hipermídia: a cidade como hipertexto e as redes de relações nas ruas em Niterói/RJ” (Ferraz, 2016), discuti as possibilidades da imagem e da questão do ponto de vista que é sempre um ponto num conjunto de coordenadas. A concepção de que é sempre possível ver mais de perto faz o elogio da possibilidade monadológica na reconstrução dos lugares de vida e existência da classe trabalhadora precarizada por décadas de desemprego.

Nessa pesquisa, os dados mostram uma classe dividida que se diferencia e disputa entre si nichos de vida e de trabalho, espaços separados pelos poderes armados que reterritorializam o espaço. A forma da cartografia, adotada como metodologia para configurar tais espaços, encontra pontos de vista múltiplos, que primam por se diferenciarem de todos os demais existentes no território.

A desfiliação nesse quadro é um fato e o filme etnográfico deve lidar com o fenômeno da invisibilidade e a crise da política, num trabalho mínimo de dar a ver que

a vida (re)existe apesar de tudo. A solução da escrita etnográfica em website ocupa esta esfera ampla e etérea da Internet; a imagem circulou e foi devolvida em partes a cada um dos sujeitos filmados e a seus próximos, foi discutida em apresentações e distintos fóruns acadêmicos; a forma do site apresenta os fragmentos de imagem tecidos a partir do território.

Duas soluções foram elaboradas para a apresentação da cartografia, uma primeira em uma plataforma gratuita na Internet; e uma segunda, com provedor pago, que a cada ano retirava o material da rede. Nenhuma delas satisfazia a proposta de permitir a experiência do ver mais de perto que a pesquisa concebeu. Problemas de programação abriam a questão de trabalhar com outros profissionais para materializar as ideias elaboradas na pesquisa; a primeira forma elaborada sem a participação de designers ou programadores foi a que sobreviveu na rede (Ferraz et al., 2019).

Devo ainda observar que do filme etnográfico à narrativa hipermídia, sob a forma de website, a forma elaborada para dar conta do mundo estudado foi modificada. Essa mudança deve ser questionada: por que não mais a forma do filme, de 2015? As negativas à presença da câmera em determinados espaços, a tensão reveladora nos momentos de exibição das imagens na praça pública, os poderes armados que reterritorializam o espaço, o processo social de abjeção de tais corpos, a judicialização das relações entre diferenças sociais fazem-nos ver que já não se trata simplesmente de outro espaço, de outro campo etnográfico, o que muda entre as duas pesquisas é a qualidade política do momento.

Nesse sentido, é sobre a invisibilidade desses sujeitos que a pesquisa atua. Invisibilidade construída pelo discurso hegemônico que prepara a cidade para o turismo e transforma as franjas precárias da classe trabalhadora em indesejáveis, num processo social de produção de abjeção. Mas, a classe trabalhadora, fora das relações formais de emprego, reproduz-se independentemente dos processos de reprodução ampliada do capital, baseada em suas relações de socialidade.

Butler discute as relações entre a política e a visibilidade, ampliando a noção do político e incorporando uma reflexão acerca da noção de precariedade da vida, do necessário reconhecimento dessa precariedade como tema ético, portanto político. Por outro lado, no debate com Hannah Arendt, recoloca a questão da política, para além da dicotomia clássica entre o público e o privado – o *oikos* –, a vida reprodutiva põe um problema político que deve ser tratado na arena pública. Assim, o espaço da política é redefinido como espaço da visibilidade, espaço a ser construído, ocupado, com o tema da precariedade de vida.

Mas, ao pensar sobre os processos sociais de abjeção das classes trabalhadoras, postas à margem dos processos de reprodução ampliada do capital, esse espaço de visibilidade não chega a se constituir. O sujeito se sabe desprezível, abjeito segundo a norma social, cada vez mais baseada no mero acesso ao consumo, produto dos processos de “cidadanização” sem ampliação do trabalho formal das últimas décadas. O outro social passa a ser temido, visto como ameaça à vida pública, que não chega a constituir-se nas ruas da cidade. Triste *ágora*, a do espetáculo capitalista.

Rancière caracteriza a política como um determinado regime do sensível, aquele que parte de um comum, onde se negociam as diferenças, todas legítimas. Um novo regime de imagem denota, se não o fim, a crise da política. Em seu livro intitulado *Ódio à democracia* (Rancière, 2014), o filósofo francês critica os “Estados de direito oligárquicos”, que se caracterizam cada vez mais pelo “ódio ao povo e a seus costumes”. Delineamos, assim, a força da ideia de democracia como potência irrealizada de maneira particular em nossa experiência brasileira.

Ao condensar o tema do visual para chegar ao problema da visibilidade, introduzo o problema do poder na reflexão sobre a imagem. Sondar a questão da (in)visibilidade, para pensar o Estado de exceção que é a regra (falando com Walter Benjamin), ou pensar como as políticas da imagem podem fazer frente ao genocídio que se normaliza, seriam as consequências necessárias deste trabalho. A partir da investigação etnográfica, localizar o ponto de vista a partir do qual os sujeitos concebem suas posições e linguagens para nomear a história que vivem. Ao interrogar, por outro lado, os processos de invisibilização de meus interlocutores, encontro a agência de moradores de rua que toma suas próprias formas, revelando mundos, relações e ontologias particulares. Podemos, finalmente, pôr o problema do ponto de vista que deve ser entendido da maneira mais incorporada possível, como “saberes localizados”, diria Donna Haraway (1995).

Nesse caso, um regime da imagem fragmentada, do detalhe da vida em cada uma das infinitas experiências da cidade que armam diferentes pontos de vista, que se disputam entre todos e se apoiam entre alguns, vai-se definindo como reverso da possibilidade narrativa; é o mapa que apresenta os lugares de vida e trabalho construídos pela classe trabalhadora precária. Neste caso, fica clara a forma como a disputa se dá contra as categorias do simbólico hegemônico que constrói as categorias de “favelado”, “bandido”, “criminoso” como base para o extermínio com o endereço das classes trabalhadoras. O que podemos observar, quando vemos mais de perto e podemos assumir o ponto de vista construído pela experiência da vida nas ruas, é que tais personagens vivem de suas relações.

Caso 3: O ponto de vista Guarani sobre a questão da terra

O incrível momento de descolonização que vivemos nas últimas décadas, e que visibilizou novos sujeitos e suas pautas, culminou no protagonismo da produção de imagens pelos próprios sujeitos tradicionalmente estudados pela antropologia. A democratização do acesso à imagem e às ciências sociais pelos sujeitos sociais constitui a existência de indígenas cineastas e antropólogos nativos, nossos contemporâneos. Como podemos ver, por exemplo, no caso do Projeto Vídeo nas Aldeias, o mais antigo projeto que atua na formação de um cinema indígena no Brasil, a partir dos trabalhos de Vincent Carelli, Virgínia Valadão, Dominique Gallois e outros, numa intervenção audiovisual que contribuiu para a tomada de consciência do fazer parte de um coletivo “povos indígenas” na sociedade brasileira, na década de 1980, tempo em que antropólogos se mobilizavam pelo reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988. A experiência derivou, nas décadas seguintes, em um trabalho de formação audiovisual no qual os indivíduos participam de oficinas de audiovisual em processos de realização de filmes com a equipe do Vídeo nas Aldeias, contribuindo com a existência de um cinema indígena hoje disseminado no Brasil. As imagens de autoria dos sujeitos estudados apresentam pontos de vista armados por outras ontologias, ampliando mesmo nossa compreensão sobre o que pode ser a imagem.

Entre os anos de 2012 e 2016, realizei oficinas de vídeo em diferentes comunidades Guarani, compartilhando as técnicas do vídeo e a infraestrutura necessárias para produzir imagens. Ao longo de anos atuamos passando a câmera para as mãos dos jovens Guarani, que realizaram alguns trabalhos em vídeo³. Depois de haver refletido sobre essas experiências e analisado a filmografia produzida, volto a filmar agora entre os povos Guarani das Retomadas.

No estudo dos processos sociais, e pensando no contexto em que outros povos dotados de outras concepções ontológicas se afirmam como sujeitos políticos propondo outras formas de entendimento das dualidades clássicas do pensamento moderno, para além das cisões estruturantes de nossas disciplinas que separam natureza e cultura (Latour, 1999), armando as (di)visões estruturantes de nossa forma de pensar, tecemos a investigação.

Desde as primeiras experiências de formação em vídeo com povos Guarani pude observar a habilidade, o interesse e a atenção que a imagem despertava. Seu caráter mobilizador. A exibição de registros de canto-dança gravados por Vincent Carelli

3. Ver Série Ta'anga pu japoá/Oficinas de imagem e som, do Laboratório do Filme Etnográfico da UFF, realizado com o apoio do Programa de Extensão Universitária Vídeo e Transmissão de Conhecimento entre os Povos Guarani, Mbya e Kaiowá (PROEXT/MEC), sob minha coordenação.

décadas antes na região, durante uma oficina na fronteira paraguaia, apresentava os mais velhos Nhandeva em seu *Jeroky*; a experiência de visionamento do registro em vídeo produziu a mobilização do canto-dança noite adentro, conferindo imensa participação na oficina.

A pesquisa então se deteve em, primeiro, estudar as formas da percepção formada pela cosmologia dos Guarani, para então construir a abordagem para o filme etnográfico. Na situação estudada nas retomadas, o conflito pela terra não está resolvido, mas o que se chama terra é outro ser, povoado de presenças e de agências. Diferente do objeto inerte, a terra animada, conhecida pela experiência guarani, manifesta-se, envia mensagens, tem sua linguagem própria.

Diferentes conceitos de imagem se justapõem neste momento. Para dar conta da experiência dos Guarani, partimos da luta pela terra com as Retomadas, para então chegar aos saberes sobre as plantas, os remédios, os pássaros, aproximando-nos de noções de corpos e de pessoas específicas.

Ao refletir sobre a questão da imagem para os Guarani, encontrei alguns interlocutores que pensavam categorias próprias aos povos tupi-guarani na etnologia indígena. Primeiro, Eduardo Viveiros de Castro (1986), em sua tese de doutorado, *Araweté, os deuses canibais*; depois, a colega Alice Villela (2012), pensando sobre sua experiência entre os Assurini do Xingu. E, na sequência, um trabalho de Dominique Gallois (2008), que me foi gentilmente oferecido pela autora, realizado entre os Wayapi. Todos esses trabalhos permitiram-me aprofundar uma reflexão sobre o conceito de imagem.

Pude discutir essas concepções cosmológicas buscando construir uma abordagem que possibilitasse o diálogo e a compreensão do que fazem os Guarani em suas performances de canto-dança para as câmeras. Em outros artigos, pude aproximar-me de sua concepção cosmológica de imagem e das noções próximas a esta (Ferraz, 2017; 2019). Em *Aprendendo a ver com os Guarani* (Ferraz, 2020), discuti essa noção de imagem-afecção, que parte da alteração provocada pelo saber-se imagem, produzir uma performance de si para o outro, a partir das relações com todos os outros presentes no território. A noção de pessoa característica dos povos Guarani e a ideia de transformação que dialoga com o universo mítico tecido nas relações com o território são as chaves de compreensão do que importa conhecer neste caso.

Pensar as relações entre etnografia e imagem depende então de quais sejam os interlocutores e do regime de imagem posto em determinada situação. No filme etnográfico *Nhande Ywy/Nosso Território* (Ferraz & Pires, 2019)⁴, procuramos ado-

4. Disponível em: <<https://vimeo.com/338318496>>.

tar o ponto de vista do cacique de uma Retomada para narrar o problema da terra na região do cone sul do Mato Grosso do Sul. As retomadas são muitas e falam do processo de descolonização e recuperação da terra-cultura sob o protagonismo da vigorosa cosmovisão guarani. É a percepção da força da terra, de sua agência o que anima os homens e as mulheres que recuperam suas terras ancestrais no Mato Grosso do Sul.

Outras concepções de imagem devem ser compreendidas pela ciência que se propõe a dialogar com outras lógicas. Na antropologia social, Marilyn Strathern (2013), em “Learning to see in Melanesia”, aponta como os elementos que postulamos a partir de nossas compreensões e categorizamos como “arte” ou “estética”, são, em lugar disso, no material melanésio, índices de relações. Elementos que são entendidos desde nossas categorias prévias objetificantes impedem ver o que realmente importa para a vida social estudada, nesse caso a própria concepção de pessoa que sublinha as alianças como parte constituinte da vida estudada. O processo de aprender a ver com os outros é fundamental na pesquisa etnográfica.

Não postular o que seja o vídeo ou o que sejam os elementos fotografados, deixar a compreensão ampliar-se pelo encontro verdadeiro e compreensivo com a lógica do povo estudado. Meu principal interlocutor de pesquisa entre os Guarani Nhandeva da fronteira paraguaia narra a visão que ele teve em um sonho em que “o meu avô estava vestido em mim”, diz ele. Entender essa afirmação leva-nos a compreender as presenças invisíveis que habitam esse território, da pluralidade de seres que podem habitar um corpo e da agência das potências invisíveis que se fazem ver no mundo onírico.

O movimento de reconceitualizar imagem, entendendo o caráter agentivo desta, e a maneira como atualiza presenças do passado em sua exibição, evidencia o grande processo de descolonização que vivemos nas últimas décadas, do protagonismo Guarani ao redefinir não apenas epistemologicamente os conceitos, mas também quais são os sujeitos políticos no processo de luta pela terra. Reconhecer a presença dos Nhanderus na vida e na cosmologia guarani, sua ação e participação, leva-nos a acompanhar um giro ontológico na antropologia. Estamos interessados em aprofundar a compreensão nessa escuta dos seres da terra que estão sinalizando que o planeta é um ser vivo e que precisa de cuidados.

A configuração de um regime guarani da imagem ou do audiovisual leva-nos a afinar a percepção para poder ver-ouvir tais presenças, a agência das águas, da mata, dos ventos, dos animais, todos antigos humanos criados pelos Nhanderus. Uma imagem que guarda presenças e por isso afeta, contém as qualidades do mundo

filmado. Ampliar de tal forma nossa percepção incluiria aprender a cuidar da Terra, nossa ancestral que nos oferece tudo o que há. O desafio proposto por Isabelle Stengers (2010) de incluir os não humanos na política é realizado de forma categórica pelos povos Guarani.

Conclusões

Três regimes de imagem em três contextos distintos fizeram-nos pensar em como se reconfiguram os processos sociais, as experiências em que a operação de compartilhar a produção de imagens para conhecer e atuar no vivido vai se tornando consciente. A produção de conhecimento antropológico propõe uma reflexão sobre a vida no ato performático que é afirmar-se frente a outros. Atuar como si mesmo para a câmera, nos contextos estudados, articulava sempre a relação entre a visibilidade dos sujeitos e as formas da política em diferentes processos sociais.

Se, no primeiro caso, as formas da política falavam da representação, da delegação do poder ao representante, e também de trabalho, emprego, filiação sindical, e temos o filme etnográfico, montado a partir da reconstrução de um evento (as 2.800 demissões na Ford de São Bernardo do Campo) que é narrado, vivido e tem um desenlace; no segundo caso, temos a cartografia de uma rede de relações entre diferenças que vivem e apresentam a cidade a partir de seus pontos de vista e lugares de experiência, que toma a forma de um website que localiza pontos, que podem ser visto mais de perto, permitindo que conheçamos a vida daqueles que são pensados como vidas matáveis (Agamben, 2007) pelo olhar hegemônico. No caso do projeto Cartografias da Margem, temos uma classe trabalhadora precária lumpenizada que disputa o direito à existência num contexto de guerra. A imagem se fragmenta em pontos e não há uma narrativa com introdução, desenvolvimento e conclusão, há vizinhanças, disputas, perigo. Entre um quadro e outro duas décadas de encolhimento do emprego e desfiliação, crescimento do tráfico de drogas e da população carcerária, militarização da cidade, fascismo.

O terceiro caso abre as perspectivas num panorama amplo da terra devastada pela lógica do agronegócio que vê nela um recurso extraível. Mas inverte as posições protagonizantes quando encontra os povos Guarani com sua imensa sabedoria do diálogo interespecífico em defesa da vida na Terra. Um novo regime da imagem se configura quando aprendemos a ler a semiologia armada pelo ponto de vista da cosmologia animando o território com presenças não humanas.

Nesse caso, um primeiro filme etnográfico – *Nhande Ywy/Nosso território* –, que narra o conflito agrário na região a partir da lógica guarani, antecede o desafio

de mostrar o grande território do Aquífero Guarani, umbigo do mundo em que as águas conectam vilas, com suas presenças e agências, ainda em processo.

Em todos os casos aqui discutidos, o vídeo etnográfico propõe em campo o dispositivo de fazer-se imagem, dar-se a ver para os seus outros sociais. Meus interlocutores, em diferentes contextos temporais e espaciais, apropriam-se da pesquisa antropológica mediada pela produção audiovisual apostando na visibilidade como forma da política. A câmera passa a ser uma forma de produzir presenças e falar para fora do grupo, quando a imagem circula e ensina as formas da vida a outros mundos.

As políticas da imagem no filme etnográfico atuam na produção social da visibilidade, que implica a constituição de um espaço de aparição que põe a questão do reconhecimento como sujeitos de direitos. Contra a invisibilidade que opera no processo social de abjeção de toda uma população, transformando-a em vidas malditas, o vídeo, transformado em website, presentifica as linguagens dos diferentes mundos sociais.

Ao pensar as relações entre a ontologia, os discursos sobre o sujeito e a questão do poder, reconstituímos pontos de vista que dão a ver diferentes experiências de mundo. Ao acompanhar a virada ontológica proposta no campo da etnologia indígena, aprendemos a ver com os povos Guarani a presença de infinitos sujeitos de agência. A centralidade das relações de alteridade vividas nestes campos ensina que as relações com os outros são tudo o que interessa pensar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

_____. Cuerpos aliados y la política de la calle. *Transversales*, n. 26. 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Arde la imagen*. Oaxaca de Juárez, MX: SerieVe, 2012.

_____. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo, Editora 34, 2010.

EDWARDS, Elizabeth. Rastreado a fotografia. In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana; CAIUBY NOVAES, Sylvia (Orgs.). *A experiência da imagem na etnografia*. São Paulo: Terceiro Nome; Fapesp, 2016.

FERRAZ, Ana Lúcia M. C. Aprendendo a ver com os povos Guarani. *Revista Teoria & Cultura*, v. 15, n. 3, p. 41-51, Dez 2020.

_____. Cosmopolíticas Guarani: pistas sobre a relação entre imagem e alteridade. *Iluminuras*, v. 20, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/80384/pdf%5D>>.

_____. Imagem, visão e cosmovisão entre os povos guarani. *Vivencia – Revista de Antropologia*, n. 50, p. 117-132, 2017.

_____. Etnografia e hipermídia: a cidade como hipertexto e as redes de relações nas ruas em Niterói/RJ In: BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana; CAIUBY NOVAES, Sylvia. *A experiência da imagem na etnografia*, p. 307-323. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

_____. Passado-presente na memória de trabalhadores: imagem e presença no filme etnográfico. *Revista Iluminuras*, v. 14, p. 145-166, 2013.

_____. Morar na praça pública: redes e fluxos entre habitantes de rua. *Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política*, v. 2, p. 22-41, 2012.

_____. *Dramaturgias da autonomia. A pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERRAZ, Ana Lúcia M. C. et al. “Projeto Cartografias da Margem”, Rio de Janeiro: LAB/UFF, 2015. Disponível em: <<https://alferraz0.wixsite.com/cartografiasmargem>>.

FERRAZ, Ana Lúcia; CUNHA, Edgar Teodoro; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. O vídeo e o encontro etnográfico. *Cadernos de Campo*, v. 15, p. 287-298, 2006.

GALLOIS, Dominique et al. *Íã. Para nós não existe só imagem*. Wajãpi, AP: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé); Conselho das Aldeias Wajãpi (Apina), 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 1995.

LATOUR, Bruno. *Diante de Gaia: oito conferencias sobre o antropoceno*. São Paulo: Ubu; Atelier de Humanidades, 2020.

MARESCA, Sylvain. *L'autoportrait. Six agricultrices en quête d'image*. Toulouse, FR: Presses Universitaires du Mirail, 1998.

RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *El desacuerdo. Política e filosofia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

SAMAIN, Etienne. Ver e dizer na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. *Horizontes Antropológicos*, Ano 1, n. 2, p. 23-60, 1995.

STENGERS, Isabelle. Including non-humans in political theory: Opening Pandora's box. In: BROWN, Bruce; WHATMORE, Sarah (Orgs.). *Political matter. Technoscience, democracy and public life*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.

STRATHERN, Marilyn. Learning to see in Melanesia. *RAU Masterclass Series*, v. 2. 2013.

VILLELA, Alice. Narrativas que fazem existir. Aproximações entre a produção de imagens no xamanismo e no audiovisual. *Anais do EIAP*. São Paulo, Napedra/USP, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araeweté. Os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Anpocs, 1986.

_____. Floresta de cristal. Notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. *Cadernos de Campo*, n.14-15, p. 319-338, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; TAYLOR, Anne-Christine. Um corpo feito de olhares. *Revista de Antropologia*, v. 62, n. 3, p. 769-818; 2019.

Filmografia citada

FERRAZ, Ana Lúcia M. C. *Foi através da necessidade. História do movimento por moradia em Osasco/SP*. São Paulo: Lisa/USP,, 2002.

_____. *Feliz ano novo, véio! O facão na indústria automobilística do ABC*. São Paulo: Lisa/USP, 1999.

FERRAZ, Ana Lúcia M. C.; PIRES, Elpídio. *Nhande Ywy/Nosso Território*. Niterói, LAB/UFF, 2019.

Website citado

FERRAZ, Ana Lúcia M. C. et al. *Cartografias da margem*. Wixsite, 2016.



Imagem, imaginário e memória: um percurso antropológico (entrevista com Cornelia Eckert)ⁱ

Recebido: 10.01.22
Aprovado: 17.02.22

Edson Farias (<https://orcid.org/0000-0002-9406-3269>)ⁱ
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasilⁱⁱ.

Luis Felipe Kojima Hirano (<https://orcid.org/0000-0002-9889-4967>)
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasilⁱⁱⁱ.

Resumo: Nesta entrevista, concedida em 16 de setembro de 2021, por mais de duas horas, via Googlemeet, Cornélia Ercket fala da graduação em ciências sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para iniciar o relato sobre a trajetória intelectual construída ao longo de mais de 30 anos. Voltou às condições em que realizou sua dissertação de mestrado, com foco nos mineiros de carvão, sob a orientação de Rubem Olivem, ainda na UFRGS. Do doutorado na França, relembrou como continuou sua pesquisa sobre os mineiros, o que a levou a La Grand-Combe – cidade do interior onde viveu por quatro anos e onde pôde examinar o “luto” de toda uma comunidade com o desativação de sua principal atividade econômica, com o fechamento da mina de carvão. Como ela lembra, aquele foi um momento especial no despertar do interesse pela correlação entre narrativas, imagens, imaginários e memórias. Quadrangulação tão decisiva para o desenrolar de sua obra, inicialmente seguindo tanto os traços da antropologia simbólica francesa quanto as pesquisas e reflexões de antropólogos brasileiros sobre a questão urbana. Assim, na continuidade da entrevista, Cornelia combina o percurso de sua produção acadêmica com projetos de pesquisa na constituição do Núcleo de Antropologia Visual do PPGAS na UFRGS. Pode, então, explicar contribuições, temas, divisões disciplinares, referenciais teóricos e esquemas metodológicos específicos ao *design* da antropologia visual no Brasil. A inclusão da reflexão sobre a imagem permite comentar a situação política à luz dos impactos das *fake news*. A entrevista se completa na forma como Cornelia situa sua experiência religiosa, bem como seu trabalho na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em comissões, diretorias e atualmente como vice-presidente da ABA, no diagnóstico que propõe sobre o presente e o futuro das ciências sociais do país.

Palavras-chave: Trajetória intelectual. Narrativas. Imagens. Memória. Antropologia visual. Brasil.

Image, Imaginary and memory: an anthropological trajectory (with Cornelia Eckert)

Abstract: In this interview, given on September 16, 2021, over two hours, via Googlemeet, Cornelia Ercket talks about graduation in Social Sciences, at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), to start the report about the intellectual trajectory built over more than 30 years. She returned to the conditions in which she carried out her master's thesis focusing on coal mine workers, under the guidance of Rubem Olivem, still at UFRGS. From his doctorate in France, he

i. Entrevista transcrita por Luz Gonçalves Brito e editada por Tatiana Lotierzo, a quem agradecemos pelo trabalho cuidadoso de ambas. Para realizar a transcrição, contamos com o auxílio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

ii. Edson Farias é pesquisador do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PGSOL/UnB) e do PPG em Memória: Sociedade e Linguagem, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Líder do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UnB). Coordenador do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Cultura da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Editor da revista Arquivos do CMD (UnB). <nilosed@gmail>.

iii. Luis Felipe Kojima Hirano é professor

de antropologia na Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). É coordenador do Corpora (UFG), núcleo de antropologia do corpo, percepção e saúde. Além disso, coordena a “Coleção Antropologia Hoje”, do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo. Faz parte do Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Comissão de Imagem e Som da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). <lfhirano@ufg.br>

recalled how he continued his research on the miners, which led her to La Grand-Combe – a country town where he lived for four years and where he could examine the “mourning” of an entire community with the deactivation of its main economic activity, with the closing of the coal mine. As she remembers, that was a special moment in the awakening of interest in the correlation between narratives, images, imaginaries and memories. Quadriangular so decisive for the



Cornelia Eckert. Foto de Marielen Baldissera, pesquisadora do Navisual, UFRGS, em saída ao campo para o projeto “Narradores urbanos”, no Mercado Público de Porto Alegre, 2018. Acervo Navisual.

unfolding of her work, at first following both the traces of French symbolic anthropology and the research and reflections of Brazilian anthropologists on the urban issue. Thus, in the continuity of the interview, Cornelia combines the course taken by her academic production with research projects in the setting up of the Visual Anthropology Nucleus of the PPGAS at UFRGS. It can then explain contributions, themes, disciplinary divisions, theoretical frameworks and methodological schemes specific to the design of visual anthropology in Brazil. The inclusion of reflection about on the image allows you to comment on the political situation in light of the impacts of Fakenews. The interview is completed in the way she locates her religious experience, as well as her work at the Brazilian Association of Anthropology (ABA), in commissions, directorates and currently as vice president of the ABA, in the

diagnosis she proposes about the present and the future. of social sciences in the country.

Keywords: Intellectual trajectory. Narratives. Images. Memory. Visual anthropology. Brazil.

Cornelia Eckert, mais conhecida como Chica, é uma das principais referências da antropologia no Brasil, com produção bibliográfica e audiovisual obrigatórias para qualquer um que queira conhecer mais a fundo aquilo que este dossiê chama de socioantropologia das escrituras audiovisuais. Chica é formada em história (1981), mestre em antropologia social (1985), ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em antropologia social pela Paris V (Sorbonne, Université René Descartes), em 1991. Atualmente Cornelia é professora titular aposentada da UFRGS e docente convidada do PPGAS-UFRGS, coordena o Banco de Imagens e Efeitos Visuais e o Núcleo de Antropologia Visual (Navisual). Além disso, edita a *Revista Eletrônica Iluminuras*, a *Revista Fotocronografia* e participa da comissão editorial da *Revista Horizontes Antropológicos*. Em 2018, recebeu a Medalha Roquette Pinto da Associação Brasileira de Antropologia, mais alta condecoração brasileira na área da antropologia, por suas contribuições inestimáveis no ensino, na pesquisa e extensão acadêmica.

De sua vasta produção de mais de 100 artigos, 40 livros e dossiês, que tecem sobre diversos temas como imagem, fotografia, audiovisual, cidades, imaginários, patrimônios e trabalho, destacamos *O Imaginário e o poético nas ciências sociais*, junto com

Sylvia Caiuby Novaes e José de Souza Martins (2005), *Etnografia da duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas* (2013) e *Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas* (2021), ambos com Ana Luiza Carvalho da Rocha. Recentemente, ganhou menção honrosa no Prêmio Pierre Verger da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) pelo filme “Loss e Renam: etnobiografias de artistas urbanos”, em parceria com Leonardo Palhano, Débora Wobeto e Thyanne Freitas. Além disso, dentro da produção audiovisual, destacamos a série de filmes “Narradores urbanos” realizada com Ruth Cardoso, Eunice Durham, Ruben George Oliven, Gilberto Velho, Antonio Augusto Arantes, José Guilherme Cantor Magnani, entre outros. Bastante atenta no modo como as novas tecnologias podem favorecer o ensino e a divulgação científica visando uma ciência mais pública, Chica criou o *podcast* “Bievcast”, onde compartilha informações sobre pesquisas e entrevista pesquisadores importantes que passaram pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) da UFRGS, entre outros temas.



Cornelia Eckert. Foto de estudante e pesquisador do Navisual, durante aula da disciplina Pesquisa metodológica, no campus do Vale da UFRGS. Porto Alegre, 2012. Acervo Navisual.

Foi numa tarde do dia 16 de setembro de 2021, via Googlemeet, que Chica concedeu uma entrevista de mais de duas horas, falando sobre sua trajetória intelectual, sua produção acadêmica, seus projetos de pesquisa, a conjuntura atual do Brasil, a experiência religiosa, o tema da imagem e as *fake news*, bem como seu trabalho na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em comissões, diretorias e atualmente como vice-presidenta.

Ouvir a sua trajetória é conhecer um pouco mais da história recente das ciências sociais no Brasil, desde a redemocratização, passando pela temática das relações de trabalho, seu primeiro tema de pesquisa, etnografias urbanas, imagem e imaginário, espacialidades e temporalidades, a partir de um olhar singular, bastante criativo e inovador em termos de metodologias audiovisuais em nossa prática de pesquisa.

Entrevista

— **Luís:** Gostaria que você nos contasse sobre a sua trajetória, com a formação em história, a passagem para a antropologia e, depois, o doutorado na França: uma trajetória completa.

— **Chica:** Chica é um apelido dado por meu pai por que eu sempre pedia um ChicaBon, um picolé de chocolate da Kibon. Ele começou a me chamar de ChicaBon e depois ficou só Chica. Meu nome é Cornelia Eckert. Nasci em Ijuí, no Rio Grande do Sul, mas morei, desde os 11 meses de idade, na cidade de Cachoeira do Sul, que é uma cidade de produção agrícola, em especial de arroz. Meu pai era pastor luterano, minha mãe tinha formação em contabilidade, mas acabou assumindo também o papel de esposa de pastor. Eles trabalharam muito, muito durante todas as suas vidas nessa cidade, onde eu me formei no ensino médio. Mas sempre quis fazer arqueologia. Meu pai tinha muitos livros sobre o Egito, sobre a Mesopotâmia, enfim... eram livros que me fascinavam. Primeiro, tentei psicologia, mais por uma questão de modismo, mas logo fui para a história, que era o caminho para chegar à arqueologia. Mas não me saí muito bem na disciplina de arqueologia. Ali já comecei a me desanimar. Mas, mesmo assim, dei uma insistida, porque já tinha um curso de mestrado pelo curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, e tinha dois professores na área da arqueologia muito requisitados, muito respeitados internacionalmente, em especial o professor Pedro Ignácio Schmitz, padre anchietano e grande referência da arqueologia no Brasil. Assim, eu investi nesse mestrado, buscando esse caminho para, em seguida, me apaixonar pelos movimentos sociais, em especial, os movimentos sociais rurais. Na época era crescente os movimentos dos sem-terra. No que tange ao nosso programa de pós-graduação, naquele momento (1983) não havia separação entre antropologia, sociologia e ciência política, de modo que optei mais pela sociologia. Mas o professor Ruben Oliven retornou, naquele período, de seu doutorado na Inglaterra, e eu fiquei absolutamente encantada com o campo da antropologia urbana. Então, mais uma vez, mudei de intenção e apresentei um projeto ao professor Ruben, comunicando que gostaria de trabalhar com os trabalhadores sem-terra, sobre simbolismos em torno de suas lutas religiosas, enfim, com símbolos religiosos. Ruben respondeu que não gostaria de orientar nada da área rural, porque vários colegas eram muito mais competentes do que ele e que ele era especializado em antropologia urbana. Disse ainda que se meus camponeses viessem para a cidade, ele me orientaria. Por acaso, eu estava lendo, naquele exato momento, o livro de Émile Zola, *Germinal*, e estava muito emocionada. Por várias coincidências, que não vou reportar agora, acabei optando por essa temática. Construí um projeto sobre os mineiros de carvão, aqui no Rio Grande do Sul, na cidade de Charqueadas, onde havia uma empresa de extração privada, uma companhia privada. Mostrei o projeto para o Ruben, ele disse: “Ok. Agora eu te oriento, porque tu conseguistes de alguma maneira trazer os camponeses para a cidade”. Foi assim que fiz quatro anos de mestrado com pesquisa de campo, portanto sobre as condições de trabalho dos mineiros de carvão nesse contexto, nessa cidade. Era um trabalho no subsolo ainda, a 110 metros de profundidade. Tive a oportunidade, acompanhando uma juíza do trabalho, de descer e conferir essas condições *in loco*.

Bom, essa dissertação me deixou muito feliz. Eu segui à risca as orientações de minha leitura de *O vapor do diabo*, de José Sérgio Leite Lopes, e outros livros que já estavam sendo publicados, como o do Luiz Fernando Dias Duarte, sua tese sobre a vida nervosa e a classe trabalhadora. E também era um momento em que essa linha de pesquisa, de estudos da antropologia da classe operária, era muito forte. No mestrado eu já havia realizado algumas tomadas fotográficas, mas, ainda assim, muito ingenuamente, usando uma câmera fotográfica Kodak do meu pai.

Em 1985, passei no concurso em segundo lugar na UFRGS, e, em seguida, uma das perspectivas desse novo docente no nosso Programa era realizar imediatamente um curso num programa de pós-graduação na França, cumprindo o projeto Capes-Cofecub. Meio receosa, meio sem ter ainda o domínio da língua, fui para a França, onde realizei um curso gratuito de francês, por iniciativa do Cofecub, o lado francês nesse acordo. Tinha por projeto seguir estudando o mesmo grupo, mas numa perspectiva mais do passado, ou seja, os primeiros anos do século XIX de extração do carvão, e tendo por tema as memórias do trabalho. Ingressei na Université Paris V, em 1987. Um de meus orientadores, Antoine Prost, historiador, já no primeiro encontro disse que não achava nada interessante eu dar continuidade à minha pesquisa no Brasil, mas que eu tentasse desenvolver algo na França. Eu tinha dois orientadores, o antropólogo Jacques Gutwirth e esse historiador, especializado em trabalhadores sindicalistas, que eles chamam de “em cima do muro”, os “amarelos”. Aceitei o desafio de Prost e tentei articular um modo de fazer minha tese na França, buscando informações sobre comunidades onde eu poderia desenvolver essa tese. Acabei encontrando essa pequena cidade no sul da França, que tinha sido criada por uma companhia de mineração chamada La Grand-Combe. Criada pela companhia de extração, a cidade se configurou com esse mesmo nome, La Grand-Combe. Nessa cidade morei, digamos assim, com interrupções, por quase quatro anos, com idas e vindas a Paris; eram 800 quilômetros de distância. Em Paris, tive o privilégio de fazer disciplinas de antropologia na Sorbonne e também na École des Hautes Études en Sciences Sociales, com mestres como Alain Touraine, Pierre Bourdieu e antropólogos de bastante peso, Marc Augé, Maurice Godelier, entre outros.

Defendi a tese sobre o que seria essa cidade que, na realidade, vivenciou um processo de desativação de todo processo econômico ativo de extração mineral para tornar-se uma comunidade inteira em luto, em total desaceleração de uma atividade econômica, de uma atividade profissional que é a mineração de carvão no subsolo. Na França, isso tem um grande impacto, muito mais do que eu esperava. Nunca imaginei que, todos os dias, eu fosse comprar o *Le Monde* ou o *Libération* e ter notícias sobre mineiros de carvão. Impressionante o potencial desta temática. Acho que *Germinal* mostra bem a importância dessa categoria anterior à Segunda

Guerra e mesmo pós-Segunda Guerra Mundial, que perdura até a soberania do petróleo, quando, enfim, deixam de explorar carvão no subsolo, que é muito caro. Na França, todas as minas de carvão estão desativadas. Eu trabalho sobre essa cidade em crise e essa população que se despede dessa atividade profissional com muita saudade, com uma narrativa muito heroica que eu tento acompanhar. É também interessante dizer que, nesse momento, eu tinha recebido uma câmera fotográfica do Cofecub, após minha demanda e pude então tirar muitas fotografias na pesquisa de campo. Não tinha nenhuma condição e nenhuma formação para trabalhar com vídeo, mas trabalhei muito com fotografia e com acervo fotográfico, já naquela ocasião. Ainda não sabia que isso se chamava antropologia visual e tive poucas referências. Naquele momento, estava mais tentando me qualificar em antropologia urbana e antropologia do trabalho, que eram minhas referências principais. Mas também já conseguia entender a riqueza da imagem devolvida, a restituição de uma imagem, por isso, sempre trazia a duplicação da imagem. Eu devolvia as fotos, e isso estabelecia muita confiança, mais narrativas e mais convites para a continuidade dessas relações. Foram quatro anos muito intensos, de muito aprendizado. Fui muito bem recebida por essa comunidade e, digamos assim, com despedidas difíceis. Muitas pessoas me ajudaram. Despedidas difíceis, mas, ao mesmo tempo, o esforço de tentar compreender o que foi toda essa experiência de sair de um país com o objetivo de explorar uma temática ainda nacional e me dispor a fazer uma pesquisa – aquela antropóloga que vem ali da periferia, do Sul, fazendo agora uma pesquisa num contexto de Primeiro Mundo. Tudo isso me levou a escrever alguns textos sobre essa subversão de papéis. Poucos antropólogos franceses haviam trabalhado com cidades francesas. De modo geral, estudavam nas ou sobre cidades africanas, talvez pela influência de estudos de redes sociais da escola de Manchester. A maioria da bibliografia encontrada tratava de estudos na África, alguma coisa no México, ou mais ao sul da América Latina. Mas um olhar antropológico propriamente para Paris, um olhar para as cidades francesas interioranas, era quase inexistente. Tinha dois grupos fortes de antropologia urbana, e o coordenador de um desses grupos era Jacques Gutwirth. Nesse grupo estava a Colette Pétonnet, entre outros grandes nomes. E, claro, tinha Isaac Joseph, uma grande referência internacional, um seguidor da Escola de Chicago, de quem fui aluna. Fui muito cuidadosa ao tentar não inventar a roda, ao fazer uma etnografia em contexto urbano na França. Mas também, de certa forma, recebi todo o apoio de meus orientadores. Jacques era um amigo, uma pessoa que recebeu minha família. Aqui, ele também esteve hospedado por minha família. E Antoine Prost desapareceu, foi assumir um cargo no governo durante esses quatro anos, e praticamente não tive mais nenhum contato com ele. Apenas na entrega da tese. Entreguei a tese praticamente pronta. É importante dizer que tive um grupo de estudos com colegas brasileiras lá, como a professora Carmem Rial e a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha. Nós três já

tínhamos um grupo de estudos no mestrado: o Grupo de Estudos em Antropologia Simbólica. E lá, nos reunimos novamente e aceleramos um processo de formação teórica que nos interessava. Nesse sentido, eu me senti também confortável psicologicamente, acompanhada por essas amigas. Mas o Prost, só fui encontrá-lo no final. A tese, ele leu e disse: “Tudo bem, vamos à defesa”.

— **Luís:** Queria saber, Chica, de que maneira essa antropologia urbana nascente no Brasil, do Gilberto Velho, da Ruth Cardoso e da Eunice Durham ajudaram a pensar um campo na França.

— **Chica:** Fui orientada pelo professor Ruben Oliven, a grande referência em antropologia urbana naquele momento – na verdade, ele chamava de antropologia de grupos urbanos ou com grupos urbanos, e não antropologia urbana, e Gilberto Velho passou a chamar de antropologia das sociedades complexas. Eu também tinha muita proximidade com Gilberto, porque ele foi orientador de minha colega Ana Luiza Carvalho da Rocha. No mestrado, tínhamos um grupo de estudos, o Geas, esse grupo de alunas, incluindo aí a professora Ondina Fachel Leal e a professora Carmem Rial, estava sempre atento para as novidades bibliográficas, indo às Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBAs), bem como da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) – de ônibus, é claro. Naquela época, não tínhamos bolsa de estudos, com exceção de Ondina que, generosamente, a cada mês, dava um pouco de dinheiro para cada uma das colegas. É algo que nunca vou esquecer. Mas fizemos quatro anos de mestrado sem bolsa, trabalhando. Eu dava aulas de metodologia ou cultura nas sextas e sábados na Pós-Graduação em Folclore. Nosso grupo de estudos era muito dinâmico e organizamos vários eventos com o título Encontros de Cultura e Ideologia. Trouxemos Gilberto Velho, Eunice Durham, Antonio Augusto Arantes, Lia Zanotta Machado, Klaas Woortman, Renato Ortiz, Luiz Fernando Dias Duarte entre outros/as, vários intelectuais daquele momento, em especial Eunice, que era a mãe da antropologia urbana junto com Ruth Cardoso. Ruth, não chegamos a convidar naquela ocasião, mas acho que ela devia estar no Chile nesse período, exilada. Com isso, tivemos um *up* em termos de formação em antropologia urbana. Por isso, eu tinha esse tema mais consolidado ao objetivar a pesquisa etnográfica, não apenas sobre a classe operária, mas sobre essa cidade construída para ser uma cidade industrial que, finalmente, estava praticamente órfã dessa referência econômica e tinha que achar algum substituto econômico. Essa cidade, La Grand-Combe, era considerada um dos maiores centros produtores de carvão da França. Ela praticamente diminuiu sua população, digamos assim, de 25 mil habitantes para oito mil habitantes. As famílias partiram em busca de trabalho. Ficaram apenas as famílias que recebiam a aposentadoria técnica do Estado. Muitos jovens, filhos dessas famílias que ficaram, não encontravam o que

fazer depois do curso secundário e entravam em depressão. Começou o consumo de drogas ilícitas e todos os problemas que vocês podem imaginar. Pesquisei, assim, com essas famílias que permaneceram na cidade em crise, graças a aposentadoria técnica, quer dizer, ainda em idade ativa embora muitos acometidos de doenças decorrentes do trabalho na mina. Fiz uma tese em três tomos, sendo o terceiro tomo todo ele já em imagens. Imagens fotografadas, imagens pesquisadas em arquivos e também muitos mapas. Então, aos poucos, eu também estava ali, entendendo que existia uma antropologia visual. Foi uma época de descobertas da antropologia visual. Conheci Jean Rouch, Claudine de France, entre outras tantas pessoas já de referência na França. Adoeci, tive um esgotamento, na ânsia de finalizar a tese. Tive que retornar ao Brasil para assumir como professora na UFRGS, sem defender a tese. Então, assumi minhas disciplinas na graduação, o quinto ano sem bolsa. Terminei então de escrever a minha tese, que já estava gigantesca, com mais de mil páginas, e isso me deu muito trabalho. Era a época daquelas impressoras com barulho irritante. Fiquei um mês sozinha trancada na casa da minha irmã com ar-condicionado ligado para não superaquecer a máquina que não parava de imprimir. Rapidamente, voltei à França para a defesa. Nesta ocasião, voltei para La Grand-Combe para agradecer, para restituir. Entreguei cópias de minha tese a várias instituições, entre as quais, naquele momento, para o museu dos mineiros de carvão, para a biblioteca da escola e para a prefeitura. Bem, quando retornei para o Brasil, agora definitivamente, digamos assim, já existia o Laboratório de Antropologia Social, criado no nosso PPGAS pelos colegas Ruben, Ondina e pelo professor Ari Oro. E tinha alguns alunos interessados em antropologia visual, ou seja, em trabalhar com fotografia e com filme na antropologia. Uma dessas pessoas foi o Nuno Godolphim, que era então bolsista de iniciação científica. Quando cheguei, ainda muito tímida, ele estava organizando sozinho a primeira Jornada de Antropologia Visual na UFRGS. Eu me engajei e disse “olha, estou aqui, posso te ajudar”. Então foi assim que a gente criou uma amizade e que me deram de presente a coordenação do Núcleo de Antropologia Visual. Tipo assim, “ah, tu tá interessada, pega que o filho é teu”. Fiquei 30 anos coordenando esse núcleo, sempre com muito apoio de todos os colegas. Um grupo muito solidário e todo mundo buscando colaborar de alguma maneira com o outro. Isso é uma característica que eu sempre atribuo ao professor Sergio Teixeira e ao professor Ruben Oliven, diplomatas das relações solidárias no Departamento e no PPGAS. Eram colegas muito generosos e criaram esse clima de solidariedade, que eu acho que ainda nos caracteriza hoje. Pois bem, aí segui como coordenadora da antropologia visual e nada mais eu fazia do que abrir as portas. A quantidade enorme de alunos, de estudantes de graduação, alguns da pós, querendo saber o que é antropologia visual. E aí você tentando ser um pouco maestra disso tudo. Em seguida, alguns destaques, alunos como Rogerio Rosa, Alfredo Barros. Naquela época, a gente começou a ter também bolsistas formados na

graduação. Era uma bolsa bastante significativa. Eu tive várias antropólogas como bolsistas: Liliane Guterres, Adriane Rodolfo e muitos/as pesquisadores/as voluntários/as. Abraçamos juntas esta aventura, essa tentativa de descobrir afinal que o que fazíamos era antropologia visual. Enfrentamos a escassez de referências bibliográficas. Certo, tínhamos os clássicos Malinowski, Margareth Mead e Bateson, mas tivemos que correr atrás de quem fazia antropologia visual e das referências possíveis. Aí descobrimos Milton Guran, chamamos ele para dar um curso de uma semana conosco. Chamamos Fernando de Tacca, que já era mais ou menos conhecido, Etienne Samain e finalmente Marc Piault. Ele veio ao Brasil dar um curso também para nós. E aí foi revolucionário. A partir de Marc Piault e Etienne Samain, já tínhamos total compreensão da história da antropologia visual, da história do cinema, da história da fotografia. Ao mesmo tempo, já tínhamos alguma competência para a produção cinematográfica, ainda com equipamentos VHS – mais uma vez, Ondina, muito generosamente, doou um maquinário para o nosso laboratório, a partir de um projeto dela com o tema “Corpo e saúde”. Assim, produzimos nossos primeiros filmes, assinados por Godolphim, por Rogerio Rosa, por Claudia Turra Magni, por Claudia Fonseca. Eu mesma produzi alguma coisa, junto com Alfredo Barros. E quando nos demos por conta, éramos um núcleo de pesquisa do PPGAS. Não o meu núcleo, da professora Cornelia, o Núcleo de Antropologia Visual sempre foi diretamente vinculado ao PPGAS. Desde sua fundação, é um núcleo do Laboratório de Antropologia Social, que tem por característica apoiar a todos os professores e a todos os alunos, em todos os níveis de formação. Abracei essa causa, que deu muito certo porque os/as alunos/as queriam fazer cinema, queriam tirar fotografias, queriam efetivamente fazer parte dessa civilização da imagem neste contexto contemporâneo (crítico e interpretativo) do fazer antropológico.

As referências eram cada vez mais constantes, como o “Vídeo nas aldeias”, um projeto absolutamente fantástico. Então tinha Virginia Valadão, Sylvia Caiuby, Clarice Peixoto e, já na primeira reunião da Anpocs, após o meu doutorado, participei da Anpocs em Caxambu (MG) onde Bela Bianco e Ana Galano fundaram uma rede de pesquisadores em ciências sociais e imagem. Neste congresso, Patrícia Montemor organizou a exibição de filmes etnográficos que ela generosamente emprestava a partir dos festivais organizados por ela e seu marido e sua empresa Interior Produções. Enquanto Bela e Ana nos reuniram numa sala e disseram: “Bom, a partir de hoje somos uma rede”, Mauro Koury se ofereceu para coordenar a construção de um mapa dessa rede. E ele efetivamente fez um levantamento no Brasil e publicou quem, naquele momento, fazia essa articulação entre ciências sociais e imagem. A antropologia, na realidade, deu um salto em relação à sociologia, mas, na Anpocs, essas áreas sempre foram muito próximas. Patrícia Montemor criou, no Rio de Janeiro, o Festival Internacional de Cinema Etnográfico, trazendo nomes mundiais.

O próprio Jean Rouch veio ao Rio e a São Paulo. A partir daí, íamos todos os anos ao Rio de Janeiro para conhecer os grandes cineastas que já se tornavam nossas referências, foi algo incrível. Em relação à minha colega Ana Luiza, ela retornou da França, e eu disse: “Ana, vem comigo trabalhar no Navisual”. E ela disse “Não. Não me considero antropóloga visual”. Mas, ao mesmo tempo, ela estava trabalhando no museu da UFRGS com o acervo fotográfico e o acervo de filmes. Nós já éramos muito amigas e, em seguida, 1995-1996, minha irmã Clarissa Baeta Neves, sempre muito ativa e bem informada, nos aconselhou a pedirmos uma bolsa CNPq. Resolvemos apostar num projeto na área de construção de coleções etnográficas com imagens, objetivando um banco de imagens no formato de museu virtual. Ana tinha sido orientada por Michel Maffesoli que, por sua vez, tinha sido orientado por Gilbert Durand, e as influências ali se misturaram rapidamente. Escrevemos muito para elaborar a parte teórica de construção de um museu virtual. Com a ajuda também do conhecimento de Internet do irmão da Ana Luiza, professor Luís Antônio Rocha. E com isso, a gente começou os primeiros passos para tentar esse projeto no CNPq, integrando projetos individuais. O meu era um projeto sobre vida cotidiana em Porto Alegre, tratando de conceitos como crise, sociabilidade e medo. Ana tinha um projeto sobre coleções etnográficas. Fomos contempladas, em 1997, com a bolsa CNPq e também recebemos um significativo financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa aqui do Rio Grande do Sul. Com isso, montamos um excelente centro de pesquisa que constituiu o Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Isso paralelo ao Navisual, que era um núcleo aberto a todos e a todas. Agora, eu coordenava também o Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) junto com Ana Luiza. E esses dois projetos, eu coordenei pelo resto de minha vida acadêmica, sempre simultaneamente. Vou falar mais do Navisual. Quando vi, já tínhamos o curso de doutorado e os alunos já nos seguiam desde a iniciação, na especialização, no mestrado, no doutorado e, não demorou muito, também no pós-doutorado. Orientandos/as já estavam fazendo praticamente a nossa trajetória, indo para a França, os Estados Unidos, retornando e se vinculando ao Núcleo de Antropologia Visual. Desde então, o núcleo foi sempre muito produtivo nessa perspectiva de formação. A gente acabou especializando o Núcleo de Antropologia Visual em formação e apoio à pesquisa, nesse aprendizado do fazer etnográfico com imagens, com equipamento, produção de fotografia, vídeo, som, desenhos, desde cedo. O ensino se caracteriza pela estrutura de oficinas e disciplinas de graduação e de pós-graduação. No Banco de Imagens e Efeitos Visuais, tínhamos um grupo de pesquisa voltado especificamente para a produção etnográfica sobre o tema da memória coletiva da cidade de Porto Alegre, que segue sendo nosso tema até hoje.

— Luís: Eu queria que você falasse um pouco, Chica, sobre essa diferença que você e a Ana Luiza estabeleceram e que eu acho que tem a ver com essa diferença entre

Navisual e Biev, se eu não estiver enganado, entre uma disciplina que é de antropologia visual e outra que é de antropologia da imagem. Se você puder falar um pouco da diferença entre as disciplinas e as perspectivas...

— **Chica:** Falando especificamente do Banco de Imagens e Efeitos Visuais: trata-se de um projeto que deu muito certo, porque com dinheiro, você faz uma excelente pesquisa. Isso se deve à Fapergs, ao CNPq e também à Capes, que pagou nossa formação no doutorado e no pós-doutorado, em 2001, na França. Em nossas teses de doutorado, defendidas em 1992 e 1994, o tema da cidade e o tempo são centrais, e o projeto Biev foi uma continuidade dessa perspectiva: ter a cidade como objeto temporal. Na França, os laboratórios de antropologia urbana tratavam sobretudo da espacialidade e da sociabilidade no espaço da vida cotidiana. O que era, claro, um enorme aprendizado. Mas nossas teses privilegiaram o tema da memória, tanto na minha tese como na tese da Ana. A tese da Ana trata especificamente da problematização do tempo de emergência e da consolidação da cidade de Porto Alegre. E eu estudei a morte de uma comunidade do trabalho, o luto de uma população que perdia a referência de uma atividade central por tantos séculos. Pude escutar o que e como narravam estas experiências de perda e também sua reinvenção como grupo, como cidade. Seguimos nessa linha, sempre apoiadas em Gaston Bachelard, sobretudo na obra *A dialética da duração e a rítmica dos instantes*, que é sua teoria sobre o tempo, a memória e a metodologia da ritmanálise. Ana também é muito especializada em Gilbert Durand (2002), sobre as estruturas simbólicas. É o fundamento teórico do banco de imagens. Desde então, trabalhamos com a metodologia de convergência, produzindo imagens, digamos assim, em todos os suportes, mas sempre tendo por base uma pesquisa etnográfica. Tínhamos então um grupo de estudo em fotografia, um grupo de estudo em vídeo, um grupo de estudo em som, um grupo de estudo em tecnologia e um grupo de estudo de escrita no Banco de Imagens e Efeitos Visuais, com uma possível circulação. Você poderia estar num núcleo e estar em outro, eventualmente, passar de um ao outro para absorver as diferentes metodologias. A ênfase metodológica de pesquisa se opunha à perspectiva historicista, de uma ideia linear do tempo sem rupturas. O Biev se tornou assim um banco de imagens que conta as experiências temporais dos/as habitantes, suas trajetórias e projetos de vida, contextualizadas/os em Porto Alegre. Cada vez mais, tentávamos elaborar um museu virtual, um museu de imagens que tivesse essa perspectiva do tempo descontínuo, do tempo rítmico e que se apoiasse, em primeiro lugar, nas narrativas desses habitantes, ou nas narrativas dos almanaques, das revistas de época e das imagens que eram produzidas para contar essa memória da cidade de Porto Alegre. Isso foi e exigiu também muito avanço tecnológico. Tínhamos que ter o acompanhamento de estudiosos nessa área dos programas, de toda a inteligência e de toda a engenharia dos computadores e da

Internet. Elaboramos, naquele primeiro momento, um banco de imagens ainda em sistema fechado. E aconteceu de o rapaz responsável desaparecer e não nos deixar a senha, zerando a nossa pesquisa. Tivemos que começar tudo do zero, mas, por sorte, isso já no momento em que a questão da abertura da Internet, do uso livre e comum, foi permitida. Então passamos a seguir determinados programas e atualmente estamos com o Tainacan, programa desenvolvido pela Biblioteca Nacional e disponibilizado pela Universidade de Brasília. Tínhamos um grande embate, um grande conflito com o Departamento de Informática, que queria nos impor determinadas estruturas extremamente lineares, como todos fazem em qualquer museu, qualquer site. Coloca lá historicamente numa linha cronológica as suas imagens, seus eventos, suas palestras etc. Era algo que nós então tínhamos, nesses mais de 20 anos do Banco de Imagens, esse esforço de nos contrapormos e tentarmos criar uma lógica narrativa, uma estrutura que nos permitisse essa conjugação de convergência de imagens por homologia, orientadas por Durand. Com o avanço do projeto em diferentes dimensões de produção fílmica, sonora, fotográfica, hipertextos, multimídia e, sobretudo, publicações, ousamos criar uma revista, com apoio institucional (CNPq, PPGAS, IFCH, Propesq, Fapergs etc.). Nossa intenção era divulgar nossa produção na Internet. Mas, em seguida, veio a exigência da Universidade de nos adaptarmos ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer) nos padrões de revista científica. Essa revista chama-se *Iluminuras* e, oficialmente, começou a circular em 2000. Temos aí 22 anos de revista *Iluminuras*. Criamos, também, há cerca de cinco anos, a revista *Fotocronografia*, inicialmente como uma espécie de acervo, uma etnografia da etnografia, ou seja, tudo aquilo que nós queríamos que se tornasse um pouco o registro de nossas próprias atividades, e que acabou se transformando numa revista de ensaios de imagens, ou de ensaios de fotografia. Ela é especificamente dedicada ao suporte fotográfico. Temos ainda outras possibilidades, divulgadas em nosso próprio site do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, que contemplam diários de campo, ou seja, contemplam a escrita, os desenhos e esses outros suportes e, sobretudo, a produção de vídeos etnográficos, já com uma certa experiência, a exemplo de uma bela coleção chamada “Narradores urbanos”, com nove entrevistas realizadas com Eunice Durham, Ruben Oliven, Antônio Augusto Arantes, Ruth Cardoso, Helio R. Silva, José Guilherme C. Magnani, Gilberto Velho, Alba Zaluar. É um material pedagógico, para sala de aula, não só com câmera fixa, mas também se deslocando nas cidades e nos contextos de pesquisa etnográfica de nossos narradores. Nosso desafio era: “vamos caminhar na cidade, em contextos e lugares que conceitualmente te afetam”. Então, Magnani levou-nos para lugares que ele considera o pedaço em contrastes com contextos que sustentam o conceito de mancha. Ruben levou-nos para o que ele considera a homogeneidade e a heterogeneidade nos espaços urbanos. Arantes caminhou conosco refletindo sobre lugares e prédios que embasam memórias e patrimônios de

São Paulo. Caminhos que o fizeram lembrar sua militância acadêmica e seu engajamento pela cultura em São Paulo. É uma coleção fantástica, que está aí disponível no nosso site. Teoricamente, o que chamamos de uma antropologia da imagem tem um recorte, mesmo com outras influências, mas sempre “emponderada”, digamos, pela perspectiva durandiana e bachelardiana sobre a teoria do símbolo. Já o Navisual, nesses 30 anos, manteve-se num processo de formação muito mais aberto, democrático, ou seja, aderindo às novidades sistemáticas. Uma hora era teoria da identidade, em seguida já era teoria de gênero, logo depois já era teoria *queer*, em seguida já era teoria ecológica e teoria dos não humanos. Então cada turma vinha com suas demandas e convicções conceituais. Mas é verdade que a gente instituiu uma tradição, que é a de formação de oficinas, oficinas temáticas a cada semestre ou a cada ano (algumas duraram dois anos), onde nos concentrávamos coletivamente num trabalho colaborativo. Vou dar um exemplo: em 2013, decidimos, sempre conversando, que “iríamos pesquisar o impacto das transformações urbanas provocadas pela política da Copa do Mundo em Porto Alegre”. Em 2013 e 2014, pesquisa etnográfica com equipamentos, saídas de campo, traçando trajetórias, traçando itinerários, tentando entender esse mapeamento, os contextos, as políticas, e o impacto da política de gentrificação resultante do empreendimento Copa do Mundo etc. Os resultados desses, digamos, mais de um ano de pesquisa, são narrativas visuais com fotografias e vídeos. Isso teve por resultado várias exposições e instalações nos mais diversos lugares, congresso ou simplesmente nas paredes de nossa universidade. A gente ocupou as paredes, botou umas luzes, chamou de galeria, e pronto, é o nosso grande centro de cultura, centro de arte. E tentando publicar em catálogos, tentando publicar em artigos etc. Mas nessa perspectiva de que seria um trabalho coletivo, com divisão das tarefas, divisão sobretudo do conhecimento. Quem sabe mais ensina o outro. Você sabe fotografia, vai dar aula de fotografia. Você sabe vídeo, vai dar aula de vídeo. Você conhece som, vai dar aula de som. E isso funcionou o tempo todo, graças a essa tradição de transmissão de saberes dos/as alunos/as e de vários/as ex-alunos/as que se formam e retornam com toda generosidade. Nuno, que hoje é cineasta no Rio de Janeiro, com filmes, documentarista, agora retornou à casa, após quase 30 anos. E foi muito bacana, foi muito emocionante ver a referência cinematográfica que ele se tornou. Tem um filme sobre o Amazonas. Tem filmes também sobre favelas. É uma grande referência. A gente continua então com esse esquema. Por exemplo, no ano passado, a nossa dedicação de formação de nossa oficina foi sobre a pandemia. Chegamos em março de 2020. “E aí? O que nós vamos fazer?”, “Primeiro, vamos continuar nos encontrando, já que a universidade nos oferece uma plataforma”. Então, todas as terças-feiras a tarde – os alunos acham muita graça que eu repita e diga o tempo todo, “todas as terças à tarde”, isso há trinta anos – nos reunimos para a formação em antropologia visual. Pois, durante a pandemia e as regras de distan-

ciamento social, produzimos uma etnografia do confinamento. Produzimos uma reflexão sobre esse etnografar a intimidade, etnografar sua própria família, estranhar o familiar, que nem dizia o querido Gilberto Velho. Ficou extraordinário, os alunos foram incríveis. Também esse exercício de olhar pela janela, de olhar pela sacada, de olhar para a exterioridade com um certo, digamos assim, voyeurismo, mas, ao mesmo tempo, refletindo sobre a questão ética. Isso está publicado na revista *Fotocronografia*, e deu mais de 300 páginas. Seguimos esse ano com um estudo coordenado pela professora Vi Grunvald, que trabalhou conosco essa relação entre arte e antropologia visual. Em seguida, uma oficina sobre fotofilme, e a gente aproveitou toda a experiência do ano passado e estamos transformando em fotofilme. Em seguida, nossa professora Fabiane Gama, da antropologia visual, concordou comigo de organizarmos uma oficina sobre acessibilidade com todas essas grandes referências na antropologia da acessibilidade, e juntamos gente do Brasil inteiro para esse curso. Agora estamos numa fase de curso de cinema, dado por dois sociólogos e cineastas que estão cursando estudos em Lisboa, o grupo do Núcleo de Produção e Pesquisa em Audiovisual (Nupepa/USP). Eles já deram esse curso em São Paulo, e agora, e agora para nós. Somos normalmente 20, 30, às vezes chegamos a 35 pesquisadores, mas para este curso tivemos 120 inscritos e 60 chegaram até o final, com a produção de curtas e todos os filmes disponíveis no YouTube. Abrimos para todo mundo. Então você vê a diferença entre o que você chamou de uma formação em antropologia da imagem, que é uma teoria muito específica, e a formação aberta e mais democrática possível da antropologia audiovisual.

— **Luís:** Vocês têm trabalhado com a fotografia, com vídeo, tem um *podcast*, sites multimídia. Eu queria que você dissesse um pouco como essa experiência pedagógica e teórico-metodológica tem contribuído para a formação do cientista social sobre a necessidade de ele pensar em múltiplas linguagens.

— **Chica:** Eu acho que o Biev, Luís, foi um pouco pioneiro nessa perspectiva de tentar fazer uma etnografia explorando as novas tecnologias, como a chamávamos então, mas politicamente ainda com muita resistência. Creio que esse tempo pandêmico colocou finalmente em evidência que essa civilização de imagens, essa civilização de Web é irreversível, de forma que, finalmente, as teses estão sendo entregues em pdf, não se exige mais papel. O que coincide também com um processo e uma caminhada lenta, mas importante, da consciência ambiental, da construção da pessoa ecológica no século XX, adentrando aí o século XXI. Tim Ingold (2012) e Bruno Latour (1994; 2004) também contribuíram muito para a compreensão dessa autopoiesis que é viver neste planeta, ou a construção de uma carta planetária, inspirados/as em Edgar Morin (1999) etc. Quem não produz senão a partir dessas

plataformas? Dependemos hoje totalmente desta tela, desse novo formato de livro, que nunca será o papel ou o livro que a gente guarda com muito carinho. No mais acadêmico, mais profundo, temos total consciência de que o ensino à distância veio também para ficar, não só por questões pandêmicas, mas também por questões de igualdade (apesar da desigualdade de acesso a computadores e à Internet). Mas se economiza em deslocamento, em combustível, economia de tempo, e também a possibilidade de você chegar a contextos mais distantes a partir do acesso à Internet. Uma coisa importante também é a inovação da etnografia no contexto do ciberespaço. Nós temos, no Brasil, essa linha de pesquisa bem consolidada, em conjugação com as próprias redes sociais e redes da área da cibercultura, que está muito bem encaminhada, por exemplo, pelo professor Theofilos Rifiotis, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e pelo professor Jean Segata, da UFRGS, também pelo pessoal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e por tantas outras referências nessa área. Você hoje não encontrará dissertação ou tese que não contemple, que não se refira ao quanto foi necessária uma etnografia no sistema Web ou nas redes sociais. É muito comum também esse lançamento de novos tipos de plataforma como o *podcast*. Nós criamos o Bievcast, que é somente uma forma de talvez fazer isso que vocês estão fazendo comigo aqui, tentar reconhecer e tornar pública a trajetória de alunos/as formados/as pelo Biev e pelo Navisual, que estão aí mundo afora, com essa desculpa de saber “Bom, como é que você está durante a pandemia?”, “Como a pesquisa pode continuar nestes tempos de distanciamento?”, e assim a gente já está na segunda temporada, no oitavo episódio. Você tem hoje uma rede de *podcast* da antropologia. O mais importante dessas tecnologias é a possibilidade de uma antropologia mais comprometida e de uma etnografia mais colaborativa. O que temos é uma possibilidade, que não existia há 20, 30 anos, de tornar os nossos interlocutores parceiros na pesquisa. É claro que tem ainda toda uma questão autoral e de política autoral propriamente dita, mas temos indígenas e quilombolas produzindo seus próprios documentários e, sobretudo, adentrando a universidade e defendendo seus direitos. Como agora, com a questão do marco temporal, temos vários antropólogos indígenas defendendo a luta contra essa política negacionista. Mesmo as políticas de bibliotecas, políticas de promoção da ciência, todas elas têm sido investidas, têm sido orientadas a um investimento nas tecnologias. O que antes era algo impensável, era inacreditável que não exigissem a cópia impressa de tua tese e que a cópia dessa tese deveria estar na biblioteca. Hoje você é proibido de entregar algo impresso. É proibido de entregar mais um volume à biblioteca, porque ela não tem mais espaço. Só virtual.

— **Edson:** Eu tenho a impressão, mas posso estar equivocado, que a ideia de sociedade, de civilização das imagens, tal como ela apareceu nos anos 1960, ficou muito

aquém. Quando se pensa no que havia nos anos 1960 e no que há hoje, a ideia de civilização das imagens, de sociedade das imagens ganha, acho, contornos e conteúdos muito mais dramáticos, se a gente pensar no quanto todo o tempo somos atravessados por fluxos audiovisuais. Queria te perguntar como você entende a função do intelectual, a função política e intelectual das ciências sociais diante dessa situação. Você deu alguns exemplos. Mas eu queria uma síntese, considerando que você é uma cientista social que tem um trabalho há muito tempo consolidado a respeito desse tema.

— Chica: Eu acho que, mesmo intelectualmente formados para dar conta dessas questões, ficamos sempre surpreendidos pela velocidade do processo de renovação tecnológica. Ela se transforma e o processo para chegar a um uso prático, a política, digamos, cultural, é lenta. Você tem a Internet há quantos anos? E a pandemia, como evento crítico, leva as pessoas a perceber importância de tornar esse equipamento democrático, permitir que todos tenham acesso. O que implica investimento em tecnologia. Mas, ao mesmo tempo, somos sempre assolados por questões da própria natureza, que nos impedem determinados avanços. Não adianta avançar muito na Internet, ela não vai dar água, também não vai dar luz. Então, imediatamente, a gente tem que se dar conta de que, se não chover, não adianta ter o desenvolvimento tecnológico mais moderno do mundo. Assim, há essa dificuldade de democratização desses processos tecnológicos, que são de uma velocidade incrível. Eles sempre vêm acompanhados por uma perversidade do capitalismo. Ainda mais agora, transformado nesse chamado neoliberalismo, que sempre buscou esse controle e poder em torno do conteúdo tecnológico, como estratégia de controle de um conhecimento universal, o que está bem claro em todas as teorias da comunicação. O rádio foi isso. O rádio primeiro é dominado por uma grande potência, alemã. A televisão, a mesma coisa. Na época, a Escola de Frankfurt se constituiu na grande janela para dar conta afinal sobre o que era essa loucura dos meios de comunicação, dos *mass media*, do que é essa televisão capaz de adentrar todos os lares no mundo. Há várias teorias também sobre a perda de valores de referência, sobre a perda da narrativa espontânea. Então isso é a cara do capitalismo, cheio de contradições, cheio de dicotomias. A gente tenta acalmar essa vertigem do tempo a partir de um movimento dos conceitos. Um conceito que não dava conta de uma coisa num determinado momento ressurge reformado, recolocado. Então, eu não sei te responder muito mais do que isso, mas eu considero essa decalagem, claro, muito pior em países ditatoriais, no Afeganistão, por exemplo, onde as mulheres estão se mostrando totalmente invadidas em seus corpos, por não poderem estudar, por não poderem praticar esportes, por não poderem, nos preceitos muçulmanos, atuar como atoras sociais. O que não implica dizer que tem que se ocidentalizar, não, mas poder, no âmbito da cultura muçulmana, uma cultura em princípio extre-

mamente hierárquica e holista, poder atuar como sujeitas da história. Mas o que mais me alegra como intelectual, e não sei se isso é uma questão muito pessoal minha, é que o campo conceitual, o campo do conhecimento. Quando entrei no curso de história, foi libertador. Quando descobri o que era mais-valia, acho que chorei de emoção, porque consegui entender enfim como vivemos nesse mundo. Lembro-me de ser uma pessoa estudiosa, mas muito deprimida, porque tinha algo que estava me incomodando. O viver interiorano me incomodava, me sufocava. Então assim, uma certa perspectiva de “Vou fazer uma faculdade”, algo do tipo projeto familiar. E quando descobri que não era só um projeto familiar, mas um projeto pessoal, fiquei muito feliz. E não acho que só pela universidade você consegue ter esse acesso. Você convivendo aí com as cosmopolíticas, com grupos Kaingang, Guarani, com os quilombolas você observa que no ambiente de suas próprias cosmologias, esse campo conceitual, ele também é oferecido. Numa outra forma, mas também é oferecido. O que acho mais interessante no mundo ocidental moderno, desse mundo contemporâneo, é o acesso ao conhecimento, é esse o acesso à possibilidade de você se reconstruir como pessoa cognoscente, pessoa com sabedoria, capaz de refletir sobre seus próprios atos e os atos dos outros. E o que mais me assusta, Edson, é esse momento político que tenta e consegue – pior é que consegue – negar esse acesso, negar esse direito, que não deixa de ser um direito individual no mundo moderno, contemporâneo, como Georg Simmel, Michel Foucault e tantos outros nos mostraram. Somos atravessados por essa biopolítica e temos que entender como ela nos impacta, como podemos ser pessoas, apesar disso. Bom, você pode colocar uma prótese, colocar uma orelha como prótese e mesmo assim, não necessariamente ser atravessado ou dominado pela política do biopoder. Mas hoje, infelizmente, o que a gente está vendo é um grande retrocesso, e estou muito preocupada com as novas gerações. Estou muito preocupada com os novos alunos. Um grande desânimo, com toda essa tecnologia oferecida. Não necessariamente ela vai ser benéfica, sobretudo para, digamos, a ausência de uma orientação, seja escolar, seja familiar, sobre o papel específico dessas redes sociais e como elas não devem ser o culto e o objeto sagrado, mas simplesmente um instrumento de comunicação e de acesso à democracia e à igualdade. Ao mesmo tempo, pode indicar saídas para um processo, aliás, para um retrocesso político. Essa ganância política, essa obscuridade política, eu te confesso, considero assustadora. Nesse momento, prefiro escutar o Luís Felipe, que é um pouco mais jovem, para tentar entender qual seria a porta, qual seria a via possível para tentar dar uma injeção de ânimo nessa geração que está aí. Sou professora aposentada, mas continuo a dar aula e fico pensando. Bom, começam as minhas aulas semana que vem, eu não posso mais dar a minha aula com a mesma paixão e o mesmo entusiasmo que eu tinha dizendo “Olha, é muito lindo ser antropólogo”. É muito lindo, mas mudou muito, o nosso ofício, mudou extremamente e você não pode mais fazer uma etnografia

apenas para se construir como antropólogo, como antropóloga. Mas você tem que fazer uma etnografia que estabeleça algum projeto, algum destino e algum laço de solidariedade, algum laço de confiança para que a coisa não esmoreça. Eu estou num momento de grande preocupação com essa situação, muito galgada nisso que vocês estão me permitindo falar, em minha própria trajetória, que considero uma trajetória de libertação. Claro, essa libertação poderia vir por outras vias. Eu poderia ter me construído, diria o Luiz Fernando Dias Duarte, como pessoa religiosa, como pessoa histórica... tem algumas terminologias que ele usa, pessoa psicológica... mas eu acho que ser esse sujeito político com acesso ao campo de conhecimento, entender como esses conceitos são construídos e como eles não devem nos manipular, como Foucault nos ensinou, eu entendo como sendo a grande virtude de nossa civilização. E aí a civilização das imagens. As imagens também devem nos informar, mas também permitir que a gente compreenda como lidar com nossas subjetividades. Até onde queremos que ela seja parte de nosso corpo, parte de nossa ciência, parte de nossos afetos. É bem complicado. Por isso eu te digo: você fez uma pergunta filosófica. Ou eu vou para a filosofia, ou eu vou para a religião, mas se eu ficar na própria ciência, eu só posso te dizer isso. Agradeço imensamente ter feito o curso de história. Sem o curso de história, eu não teria descoberto o que é a perversidade do capitalismo e o que eu sou nesse processo capitalista.

— **Edson:** Sua trajetória, e agora você reconstruiu o percurso, vai caminhando e uma das estações que você vai parar é essa que diz respeito à problematização do tempo. Daí o teu interesse pela memória, pela duração. Memória é um tema que me interessa muito de perto. Eu queria que você especificasse mais. Por exemplo, você fala que fez uma tese falando dos mineiros e, quando foi fazer o doutorado, sua ideia era, na verdade, sair do presente e mergulhar no passado dessa categoria profissional aí no Rio Grande do Sul, em Charqueadas. Mas o que levou a esse desvio para a memória?

— **Chica:** Eu acho que essa perspectiva de fazer o curso de história, quer dizer, toda uma preocupação com o legado do passado foi o que me mobilizou para o estudo da memória coletiva num outro campo de conhecimento, a antropologia. Por sorte, grandes autores, como Maurice Halbwachs (1952; 2004) e Walter Benjamin (1989; 2012) permitiram-me compreender como, em cada campo histórico, em cada campo conjuntural da construção da antropologia, o tema da memória se colocava. Então, ao mesmo tempo que você lia *As formas elementares da vida religiosa*, de Émile Durkheim (1989), em torno do conceito de representação, de identidade, e Claude Lévi-Strauss, tinha Halbwachs dizendo “olha, o tema da memória”. E de forma pioneira tem Henri Bergson (1999), que consegue fazer um trabalho absolutamente revolucionário, opondo-se à toda uma perspectiva cartesiana para esse con-

ceito de memória. Você não conseguia talvez, em termos de senso comum, perceber que essa memória tem uma espessura, que essa memória não é só uma memória do acontecimento e da cronologia. Halbwachs faz isso para dizer “olha, a classe operária tem memória. Ela tem uma memória coletiva. Ela tem uma cultura operária”. E não é simplesmente você optar por outro regime político, por outra estrutura, organicidade estrutural diferenciada. Essa memória tem vibração, esse tempo vibra. A descoberta desse tempo cósmico é genial. É o mesmo quando você entende o que é o pensamento mitológico, como mostra *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss (1989). Eu ficava absolutamente emocionada. E Marcel Mauss, mostrando o movimento do conceito de pessoa, o movimento do conceito da dádiva, isso era para mim absolutamente genial. Sem dúvida, importante para trabalhar com uma comunidade que estava o tempo todo enfrentando a crise do desaparecimento. Eu percebi que estava trabalhando com a morte de uma profissão, mas não com a morte de qualquer profissão. Não era o cara que acendia os lampiões, não era o guarda noturno que soprava um assovio para dizer que ele estava presente e que estava atento aos perigos noturnos, que hoje você tem um Whatsapp, você tem um app para controle do sistema de segurança. Era uma classe operária que construiu o mundo ocidental moderno, não era pouca coisa. Essa estrutura capitalista estava mudando para um sistema, para uma lógica financeira absolutamente diferenciada. Eu fiquei muito comovida com esse entendimento. Ao mesmo tempo, um interesse muito grande por essa classe operária, pela emoção que José Leite Lopes, que Luiz Fernando Dias Duarte, que Halbwachs sentiam ao trabalhar com essas categorias. Entendendo ainda que são os camponeses, como aqueles de *A caminho da cidade*, de Eunice Durham (1973), camponeses que agora estão sendo configurados como sujeitos do valor trabalho. Tudo isso me emocionava imensamente. No doutorado, junto com meu grupo de estudos, com Ana Luiza e Carmen, fui estudar Gaston Bachelard. Uma perspectiva de um novo espírito científico, ou seja, uma ciência atenta agora a essa temporalidade que não é só a temporalidade do relógio, não é só a temporalidade do capital, e sim uma temporalidade dessa vivência subjetiva, uma temporalidade que te constrói nas experiências vividas pelos sujeitos em diferentes ritmos históricos. Aí eu fiquei muito deslumbrada com essa descoberta da teoria dos instantes. Isso estava se dando no cinema, estava se dando na arte, estava se dando na arquitetura, mas ali vivendo cotidianamente, estava se dando para mim também no fazer etnográfico, no fazer antropológico. O que implicava trabalhar com esse tempo coletivo, essa memória coletiva? Trabalhar com a narrativa, narrativa sobretudo de pessoas idosas, pessoas com essa capacidade de narrar a sua trajetória e, ao mesmo tempo, elaborar suas rupturas, perceber essas transformações nas experiências geracionais. A teoria de Paul Ricœur (1994) foi absolutamente fantástica, em *Tempo e narrativa*, sobre como nossa vida só é construída a partir do tempo narrado. Só faz sentido a partir dessa perspectiva.

Aí eu me atirei, dediquei-me a trabalhar com essa voz, essa narrativa a la Edward P. Thompson (1987a; 1987b; 1987c) também, essa voz dos idosos narrando suas vidas. O que não quer dizer que eu não escutei jovens, não quer dizer que eu não tenha trabalhado com vozes femininas. Trabalhei no Brasil, talvez muito mais do que na França, porque, de um modo geral, as mulheres se tornavam mais minhas amigas e minhas mediadoras do que as vozes masculinas. Elas também, muitas vezes, participavam dessa situação. Agora, o conhecimento do trabalho mineiro era muito uma voz do antigo trabalhador. Essa voz, sobretudo agora na França, era uma narrativa sobre a morte, uma narrativa sobre o luto, sobre o desaparecimento da cidade, sobre o desaparecimento do trabalho, sobre a proximidade da finitude. E, sobretudo, não diria do medo, mas da decepção. Tanto é que a grande maioria dos mineiros que entrevistei foram, a vida toda, de esquerda e, naquele momento, estavam votando em Le Pen, estavam votando na extrema direita. Por quê? Pela decepção do pós-Segunda Guerra, quando eles são chamados para salvar a pátria, chamados como soldados à batalha do carvão. Era isso. Não tinham mais padrão. Eles se organizaram no interior de um movimento sindical internacional acelerado e a promessa de um mundo totalmente igualitário. O neocapitalismo chegou e eles viram que não era nada do que haviam imaginado. Tem uma declaração de um mineiro que eu acho incrível, ele diz assim: “A modernidade nos traiu”. Então era isso. Não foi só uma traição, mas uma traição que trouxe também a morte. Uma comunidade que desaparece. Claro que tinha que desaparecer, ela não tinha mais condições de sobreviver. Só que essa política ambiental, a necessidade do desaparecimento de determinadas tecnologias e de determinados processos de extração, não vêm assim claramente para esses sujeitos. A traição significava também mudanças de política ambiental. Vivemos uma conjuntura em que o descuido com o ambiente, o descaso com os elementos da natureza que garantem uma solidariedade ecossistêmica, ameaçam tanto quanto nos séculos das explorações, com derrubada de mata nativa. O Brasil está jogado às traças com este poder negativista e à mercê do agronegócio. “Produtores, queimem e poluam os rios que tudo é possível”. Bem, a Europa, como carro-chefe do movimento ecológico, fechou as minas no mundo ocidental, mas manteve o mundo oriental como fornecedor de lenha e de carvão. Passaram a importar da China, importar da África, enquanto a Europa agora tinha que ser limpa, tinha que passar uma tinta rosa, como eles diziam, para esquecer o “já fomos um país poluidor, hoje temos que nos tornar referência”. Agora, essa referência explorando o Brasil, explorando a África, explorando a China. Claro que isso meus interlocutores idosos não entendiam, eles não tinham ainda essa compreensão. A única coisa que eles viam, diante de seus olhos, era a destruição da cidade, o desaparecimento de sua profissão, portanto, a não continuidade de um culto de pai para filho, aquele amor ao trabalho transmitido de geração em geração, convictos de ser uma transmissão do valor ao trabalho, aquele amor ao

trabalho operário que era passado de pai para filho, como ajuste da masculinidade, da honra, quase que passando pelo sangue. Por isso, a questão da temporalidade foi tão fundamental. Entender como é que esse tempo, agora, a partir da ausência dessas referências, é reconstruído. Como se dá a duração? Como se dá a continuidade, como se dão as rupturas sobre essas descontinuidades, sobre a vertigem e a ausência de referências simbólicas, de referências afetivas. É muito incrível como políticas culturais, avanços tecnológicos vão acomodando essa nova realidade. Como entra uma Internet na vida de idosos, como entram políticas ecológicas na vida de um idoso. Então, no fundo, o que tinha ali no final de minha pesquisa, após quatro anos de campo, era a inserção de novas políticas de Estado, operando a partir de políticas de valorização do idoso, finalmente. Então eles viam “Ah, existe a possibilidade de uma continuidade”. “Ah, pertencendo àquele grupo de lazer, eu posso ter uma permanência, minha vida pode ter sentido”. “Ah, aquele outro organismo não governamental que está promovendo teatro para idosos. Quem sabe eu vou lá. Quem sabe eu encontro outra forma de sociabilidade...”. Além da importância de se considerar a sociabilidade promovida pela vida religiosa. Novas religiões entrando, inclusive na França. Religiões fundamentalistas se apropriando desses vazios de sentido. Mas essa narrativa muda quando está em questão as novas gerações de filhos e filhas desses últimos mineiros. As crianças, os jovens, que não partiram em busca de novos horizontes, estavam completamente desmotivados. Quem ficou na cidade em crise? De modo geral, os filhos de imigrantes árabes que, sem perspectiva profissional, se sentiam perdidos, porque não são nem franceses nem árabes. Ninguém as queria nem na França, nem na Argélia, nem no Marrocos, nem em lugar nenhum. A proliferação de consumo de drogas, a elaboração e estruturação de gangues é imensa. Até que políticas de Estado cheguem a essas crianças, muitas vezes, tarde demais. Claro que eu refleti sobre esse tempo dessa sociedade, sobre essa saga desses operários que vinham do Marrocos, da Tunísia, da Argélia, sempre tão excluídos. Eles chegam excluídos e quando o cidadão francês é finalmente assegurado pela política de Estado, aqueles jovens descendentes dessa saga de africanos perambulando pelo mundo seguem esse destino de submissão, de sofrimento, que as culturas muçulmanas conhecem muito bem. Enfim, já estou fazendo um devaneio.

— **Luís:** Essa perspectiva da etnografia da duração, você e Ana Luiza produziram um livro sobre isso, é um ponto de vista diferencial na maneira como vocês pensam a antropologia urbana e como pensam a imagem. Quando você está orientando outras pesquisas em antropologia visual, que não sejam sobre as cidades ou a memória, de que maneira essa sua perspectiva traz contribuições para pesquisas que estão pensando gênero, sexualidade, pesquisas que estão pensando a questão do meio ambiente? Já que a antropologia visual tem essa abertura temática para

pensar de maneira mais metodológica a etnografia visual, de que maneira esse olhar específico que você tem na cidade e na imagem pela ideia de duração traz contribuições?

— **Chica:** Essa é uma área muito livre. O que é mais interessante, não a respeito da etnografia da duração propriamente dita, mas da antropologia da imagem, é a criatividade. Quanto mais criativo é o aluno, melhor. Ele não pode ser tão criativo de modo a passar das arestas, das arenas científicas. Se o cara vai fazer pura poesia, eu digo “olha, meu amor, você é poeta. Vai firme”, ou faz só um lindo filme e não quer pensar a partir de um campo antropológico, “olha, meu amor, teu destino como cineasta tá marcado”. Ou teatro, ou poesia, ou cinema. Agora, a conjugação dessas criatividades no âmbito da antropologia é super possível. Ter uma defesa de tese sobre teoria da performance e dançar na hora da defesa, é um capítulo com dança. Ou uma performance. Eu tenho defesas de alunos com exposição de fotografias, com instalações, com capítulos em ensaios fotográficos, sonoros ou vídeos etnográficos. A banca tem que sair, assiste à exposição de fotografia ou assiste ao filme. É um capítulo. Ou uma instalação. Quer dizer, essa criatividade, eu acho que a antropologia visual ou audiovisual ou da imagem permite. Claro que a gente tem que cuidar da banca que vai chamar. Porque às vezes, também a pessoa quer porque quer alguém que tenha uma certa rejeição ainda, um certo preconceito, aí fica difícil. Mas então é muito lindo esse aluno que diz, de repente, “eu não tenho mais nada a dizer na conclusão, talvez imagens”. Eu digo “isso, faz uma conclusão com imagens”. É uma abertura dentro da antropologia, é a nossa ciência aquela que mais permite isso, fora a própria arte, em todos os seus sentidos – poesia, música, teatro, enfim. Mas sem dúvida nenhuma, a antropologia é muito pioneira nesse favorecimento a trabalhar os sentidos e as sensibilidades. Até mesmo teorizar sobre isso. A la Tim Ingold, como não? E tantos outros. Bom, portanto, eu posso perfeitamente orientar. De um modo geral, eu digo não domino a teoria de gênero ou saúde, eu digo “olha, tem o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs), tem o Núcleo de Antropologia e Cidadania (Naci), aqui mesmo, na UFRGS”, tem as colegas da UFSC. Se é religião, tem o Núcleo de Estudos da Religião (NER). Eu, por exemplo, não aceito coorientação na UFRGS. São duas entradas diferentes. Então, de um modo geral, quando não tem orientações que sejam muito específicas, mas do que eu considero mais especializada, essa liberdade de poder entrar no Núcleo, num outro núcleo, num terceiro núcleo, circular entre eles, ter um processo de aprendizado interdisciplinar neste sentido, e a liberdade de criar. Nós tivemos um menino que fez pesquisa na área da antropologia da ciência, com um filme muito muito delicado junto a essas populações que ainda se encontram em hospitais psiquiátricos, filmando o aprendizados nas oficinas. Então é isso. Um orientando nosso vai buscar o Biev para sua formação, para entender o que é et-

nografia da duração, porque é uma etnografia muito coletiva, ela não é só o que você produz. É todo o legado em torno do teu tema, por exemplo, arte urbana. Todo um legado em torno do que essa antropologia da arte urbana e da cidade produziu, todo o acervo fotográfico sobre essa temática já produzido. São as imagens do mundo, desde o grafite lá na Caverna de Platão, o que foi produzido. O texto que ele produz tem que circular, de modo que ele encontre todo esse legado, que dialogue com outras etnografias visuais, com documentários, com a arte, e nesse diálogo traga sua própria contribuição, isso é a etnografia da duração. É o fato de ter uma vibração do tempo e não o fim da tese, acabou, mas que ela vibre de alguma forma. Numa exposição. Num filme seu ou em diálogo. E, digamos assim, o chamado sonho nosso de um... Gilbert Durand vai chamar de “museu do mundo”. Seria justamente dispor essas imagens para uma circulação o mais aberta possível, no interior de um campo conceitual. A gente constrói esse campo semântico para que essas imagens tenham esse movimento formando múltiplas constelações. Uma constelação pode orbitar em torno do conceito de trabalho, outra orbitar em torno do conceito de gerações etc. E assim por diante com o conceito de política ou o conceito de cultura. Aí depende de como você vai arranjar esse campo conceitual, essas montagens, como dizia Benjamin. Quando o aluno entende, “então quer dizer que estou fazendo etnografia da duração?”. “Olha, faço isso há muito tempo. Só que não tinha sacado ainda”. Mas etnografia da duração é só um movimento das imagens. Só uma circulação dessas imagens. O que implica em muito o trabalho-pesquisa coletivo, em parceria, pensando na produção do colega que deixou seu legado e no legado que você vai produzir nessa circulação de imagens, bem a la Paul Ricœur. Restituição. Restituição o tempo todo. Para que haja uma nova interpretação, uma nova narrativa. Então, essa liberdade de narrar o mundo. Bom, isso é etnografia da duração. A pessoa quer ou não quer trabalhar com imagem, quer ou não quer trabalhar com coleções, são as mais diversas experiências nesse sentido. O mais interessante, e isso é mais possível quando a pessoa começa com a iniciação científica com a gente, e tem uma trajetória de pesquisa com essa perspectiva autopoietica. Eu sei que fica um pouco endogâmico, quando começa na iniciação científica, faz o mestrado, faz o doutorado, faz o pós-doutorado, aí ele consegue ter realmente uma coleção de etnografia com imagens, nos diferentes suportes, nas diferentes expressões, nas diferentes formas de circulação. Mas não estou alegando que a etnografia da duração é um tipo ideal. Só digo que isso é muito satisfatório.

— Luís: Agora, isso também estava lá numa das perguntas, que é a gente pensar nesse momento. A gente tem uma democratização enorme dos meios de produção fotográfica e vídeos, via celular etc., qual tem sido o desafio para os alunos desnaturalizarem esse automatismo de produção de imagens que a gente vê no Instagram, nas redes sociais. Também fiquei pensando muito no que seria fazer

uma restituição, hoje, no quanto foi importante para você tirar fotos dos mineiros e entregar as fotos. Quer dizer, hoje em dia a gente tem que pensar a restituição de outras maneiras, porque talvez os mineiros ou os filhos dos mineiros tenham seus celulares e tirem as próprias fotos. Então, como você vê esse desafio hoje em dia? Num momento em que a gente tem uma democratização, que é salutar, boa, mas, ao mesmo tempo, a imagem deixou de ser privilégio dos antropólogos visuais, digamos assim.

— **Chica:** Por sorte. Acho que eu te respondi um pouco antes, quando disse que hoje temos, cada vez mais, a partir das políticas de ações afirmativas, essa possibilidade primeiro de ter um índio como colega, um negro descendente de quilombola como colega, uma pessoa trans como colega, uma pessoa com questões de acessibilidade como colega, e você perceber que existe necessariamente um trabalho coletivo a ser feito. De diferentes formas, seja pela antropologia, seja por políticas públicas, seja pela simples militância, mas é fundamental que seja um trabalho colaborativo. E eu vejo assim... Tenho uma menina que vai defender sua tese semana que vem e que passou todo o processo da pandemia militando contra a fome. E eu perguntei: “Bom, agora vamos ao doutorado?”, porque foi absolutamente fantástico o seu trabalho. Ela disse: “Não, eu vou fazer serviço social porque eu preciso ajudar mais as pessoas”. É esse tipo de atitude que considero colaborativa, mas que pode ser também um projeto de doutorado onde ela siga naquela vila, siga militando e, ao mesmo tempo, produzindo etnografia com eles, produzindo oficinas. Até a tese dela é sobre oficinas que ela dá para esses jovens na periferia. E, de alguma forma, sendo parceira nessas situações de vulnerabilidade. Eu acho que para nós, o mais promissor é esse esforço de não só fechar a tese, mas que tenha algum impacto sobre uma política pública, de alguma maneira. Veja o quanto foi absolutamente genial a colaboração de nossa colega Deborah Macedo Duprat, procuradora de Justiça, o quanto ela nos ajudou, o quanto ela ajudou a Associação Brasileira de Antropologia, o tanto que ela ajudou a causa para deter essa ânsia de abusos sobre indígenas, de abusos sobre quilombolas, de abusos sobre povos tradicionais, que não cessam de ser ameaçados em seus direitos. Hoje de manhã, falou nossa colega Andrea Zhouri, no Senado, contra a nova lei ambiental que favorece o agronegócio. Andrea e o grupo da ABA chamado Grandes Projetos e Meio Ambiente quase não têm mais vida pessoal. Eles estão o tempo todo elaborando notas técnicas e documentos para orientar nossos políticos, enfim, o Senado etc., sobre os perigos de uma continuidade dos grupos sociais afetados por projetos na área ambiental. Essa é, para mim, hoje, a causa antropológica. Espalhar essa energia solidária. Exatamente como essa minha aluna. Para mim isso equivale a um prêmio Anpocs, prêmio Capes para ela (Nicole Rigon). É o que precisamos hoje, uma antropologia mais pública. No meu tempo, não tinha tanto isso. Você já foi formado numa perspectiva

de uma antropologia mais politizada, engajada por causas que valorizam os direitos humanos (e não humanos), os valores democráticos. A restituição hoje tem esse formato, o que implica uma transformação da antropologia, mais aberta, mais fluida, mais engajada e, sobretudo, mais crítica em relação ao colonialismo em todas as suas consequências, em todas as suas faces, evidentes ou obscuras.

— **Edson:** É. Então eu queria perguntar o seguinte: tecnologias, como a inteligência artificial, produzem cada vez mais efeitos muito expressivos na maneira como a gente elabora nossas percepções. Com isso, elas impactam as concepções acerca da verdade, da certeza e coisas afins. A imagem audiovisual acaba se tornando muito estratégica nesse sentido. As ciências sociais estão aptas para lidar com essa situação?

— **Chica:** Com certeza, sim. Talvez, tenha uma decalagem entre o processo da inteligibilidade da construção dessa inteligência artificial e a repercussão e o acesso a esse conhecimento. Essa decalagem, acho que existe. Mas, por exemplo, se tu pensar assim: em 1992, houve a Rio-92, no Rio de Janeiro, a favor de uma ecologia humanista. Mas até que isso chegue como um programa de educação ambiental, até que se criem os mestrados em meio ambiente, até que isso se torne uma política pública é muito lento. Por falar em questão climática, é mais conflito ainda, porque os interesses econômicos nunca deixarão de ser contemplados. Mas acho que, de um modo geral, as ciências humanas, em especial a filosofia, têm todas as condições de dar conta desse processo, dessa ciência, dessa antropologia da ciência que se tornou, nos últimos anos, uma das grandes referências mundiais em termos de pensamento, de produção de novas teorias. É uma pergunta difícil e eu tenho impressão de que a filosofia nos ajudaria a processar a perspectiva do que é esse pensamento, do que seja essa inteligibilidade. Esse robô que substitui a mão de obra humana, essa engenharia do computador que nos oferece já o próximo amigo na rede social: alguém que a gente nem lembrava e a inteligência artificial já nos oferece novo encontro. Quem sabe você pode ser amigo dessa guria que você conheceu quando você tinha cinco anos de idade? É só não mergulhar no espelho, não confundir esse espelho da água com o limite do próprio espelho, como Narciso, que morreu afogado. Hoje foi lançado um foguete para passeios turísticos. O quanto isso polui o universo? Estão discutindo? Não, estão discutindo apenas o empreendimento em turismo espacial. A gente está percebendo o que está por trás disso, a gente está sabendo o que isso vai provocar de desestabilização para o universo. Não há ingenuidade nesse sentido. Acho que ingênuos já não somos mais. O que há são erros políticos, erros de encaminhamento político para determinados avanços tecnológicos, produções de inteligência artificial. Sem dúvida nenhuma, o maior impacto foi para a cultura do trabalho operário, as mudanças vieram a galope e muito perversas com os que já têm tão pouco. E não apenas para as classes

menos favorecidas, para a classe trabalhadora, mas também para a classe média e assim por diante. Mas voltando para as produções audiovisuais e seu avanço nas ciências sociais, espero que, de um modo cada vez mais competente, o projeto das humanidades seja pela escrita, seja pelos recursos eletrônicos e digitais, como formas de denúncia das injustiças abissais. Ficou claro, com esta pandemia, que o negacionismo e as *fake news* são muito destrutivos e provocaram situações de genocídio. As desinformações usaram as mídias para alcançar e convencer por uma ideologia fascista. Mas é através destes mesmos meios de mídia, que foi possível trazer narrativas de esclarecimento baseados em dados científicos. Aos poucos, existe um pouco mais de controle e rigor, de julgamento das *fake news* como crime. E, apesar da desvalorização das ciências sociais por este governo negacionista, estamos mobilizados em batalhas diversas que visam o bem-estar e o bem viver de todos/as. As inovações tecnológicas, e, repito, já perdemos nossa ingenuidade, servem tanto para o bem quanto para o mal. Onde encontrar o limite? Não sei responder mais do que isso.

— **Edson:** Acho que trabalhar com audiovisual é trabalhar com duplicações. O tema da duplicação, com o duplo. Em algum momento do livro *Simulacros e simulação*, entre muitas provocações, muito irônicas, Jean Baudrillard usa o filme *O estudante de Praga* (Paul Wegener, 1913) para sinalizar que o real teria sido assassinado pelas imagens. Considerando que você é uma intelectual que trabalha com audiovisual, eu primeiro te perguntaria se você enxerga esse assassinato. Depois, como, em seu trabalho, você equaciona essa relação, entre referência e duplicação, real e representação?

— **Chica:** Se Baudrillard estivesse escrevendo hoje, super ativo como foi, não sei se ainda estaria com essa mesma perspectiva, que reproduz um pouco o mal-estar da Escola de Frankfurt – extremamente importante, extremamente necessário, apontando para os perigos dessas técnicas e dessa reprodutibilidade. Nós estamos vendo isso muito bem, por exemplo, com essa ausência do livro, trocado hoje por uma tela, e o quanto é fácil a reprodução do que você produz, o quanto é rápida também a circulação do que é elaborado, na forma de um pensamento, na escrita, num filme, na foto, em qualquer outra forma, qualquer outro suporte. Talvez Baudrillard dissesse “bom, essa morte do livro é absolutamente assustadora, em face dessa civilização narcisista querendo ver a si mesma o tempo todo nas redes sociais.” Mas, ao mesmo tempo, você tem o *open access*, uma política de abertura para a questão autoral, autorias participativas, por exemplo, que antes eram praticamente impossíveis. Você pode abrir um livro e ter a participação autoral de outras pessoas. Então é tudo, por sorte, antropológicamente relacional. Tem todos os perigos, por isso a psiquiatria tem também suas salas de clínica recheadas, con-

tinuam ganhando muito dinheiro com essa tensão entre o real e a ficção. Vejo os bolsonaristas fanáticos muito tomados por essa religiosidade, por esse culto mítico completamente narcisista e completamente doentio, que é realmente um embaalhamento dessas imagens, um híbrido de sentidos. A meu ver, é uma questão de saúde pública. Não tem outra explicação, a não ser deitar num divã e reconstituir todos os fragmentos de sua vida, os sentidos de sua vida, para ver o que aconteceu, quando é que houve esse trauma, de modo a ter tamanha confusão mental. Mas é isso. Acho que as novas tecnologias estão aí, para o bem e para o mal. A questão entra no tema da ética, que também é muito importante para a antropologia da ciência. A questão é saber os modos dessa reprodutibilidade, em termos da verdade, ou em termos do *fake news*, da enganação, e de um processo fascistoide, de um processo de desconstrução total da subjetividade – “dessubjetivação”, como diria a Tania Salem –, que é sempre uma ameaça, a tragédia da cultura. Acho que em todos os processos civilizatórios isso era colocado. Mas a forma como hoje a gente entende a estruturação da construção da imagem está muito mais lúcida, afinal a Internet nos dá livre acesso a uma ampla gama de informações, estas podendo ser corretas ou perversas. Mas essa liberdade nos dá mais autonomia, mais acesso aos direitos de cidadania. Como eu dizia ao Luís Felipe, a gente vê a imagem mais como um processo de vida, de existência, de criatividade, de experimentação, do que realmente de achatamento e de engodo sobre esses sujeitos que se relacionam com a tela.

— **Luís:** Nas suas entrevistas, você fala muito sobre seu pai, que foi pastor. Acho que você deve se perguntar como ele estaria vendo determinadas correntes do neopentecostalismo que têm apoiado o Bolsonaro. Como ele estaria vendo essa situação? E com isso, como essa formação religiosa faz parte de sua ética e de sua vida? Claro, são perguntas de ordem pessoal. Fique à vontade para responder da maneira que você achar melhor.

— **Chica:** a figura do meu pai, a trajetória dele é muito interessante, porque ele vem de um ambiente católico, mas de resistência. Do que eu conheci da história da família dele, eles vinham desse contexto do que viria a ser a Alemanha Oriental e tinham uma igreja, que era tanto de luteranos como de católicos. Meu pai era de família católica. Eles se uniram em torno de um processo de resistência às perseguições religiosas. Assim, resumidamente, esta experiência do meu avô de convivência muito próxima de católicos e luteranos que, certamente, influenciou o meu pai. Mas, de todo modo, até entrar no segundo grau, ele era católico e se converteu ao luteranismo após frequentar uma qualificada escola luterana. Isso foi tão radical, que ele acabou por fazer um curso de teologia e se tornou pastor. Atuando como pastor, ele primeiro teve que substituir pastores alemães presos

durante o período de guerra e do integralismo, no Brasil. Assim ele já iniciou a prática profissional a partir dessa experiência de solidariedade, num momento em que as Igrejas eram ainda muito separadas. Meu pai, ao contrário, sempre buscou o diálogo com demais teologias cristãs, procurando sempre essa colaboração com o outro, o que vai torná-lo um dos pioneiros do movimento ecumênico, dessa conjugação de religiões, que ele sempre buscou, aproximando padres, pastores, pastores das tendências anglicanas, das tendências metodistas, da tendência luterana norte-americana, e esse ecumenismo era muito forte na cidade onde ele trabalhou por 30 anos, até se aposentar. Tinha uma narrativa bíblica e uma narrativa da vida extremamente afetiva. Tinha uma grande erudição em história, sobretudo em história bíblica, mas também história em geral. Então essa sua sabedoria, esse conhecimento em torno de um mundo melhor, de um mundo mais solidário e ecumênico, para mim, era muito claro. Com tendências também conservadoras, em relação às filhas, a gente protestava contra isso. “Gostaria muito de ter uma filha que fizesse medicina”. Nenhuma fez. Todas foram para as ciências humanas e sociais. Esses desejos de influenciar o projeto de vida numa perspectiva da honra acadêmica, mais conservadora ou elitista, a gente quebrou totalmente, mas sempre com muita qualidade afetiva. Eu penso que ele estaria bastante perturbado hoje. Ele conheceu o fundamentalismo. Eu me lembro exatamente de quando começou esse movimento fundamentalista, e de como esse movimento, em seu formato americano, adentra nossa Igreja. Por sorte, ocorreu uma Teologia da Libertação durante essa mesma conjuntura histórica. Quando a Igreja luterana daqui se dá conta, ela já começa a colocar um limite nesse processo no interior do luteranismo. E no meu caso, eu vou dizer assim: eu sou luterana, muito em função de um capital cultural. Eu sigo luterana e tenho muita sorte, porque essa Teologia da Libertação é predominante na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A igreja é favorável ao ensinamento cristão em sua opção pelos mais vulneráveis, sem, contudo, entrar necessariamente em conflito com aquele membro da Igreja bolsonarista. Claro que também há os padre Júlio Lancellotti, ativistas declarados pelo bem-estar dos pobres e dos excluídos, pastores que eu admiro tanto. O que eu escuto em alguns sermões não chega a ser explícito – as questões são colocadas como metáforas, você entende ou não. Se o bolsonarista entendeu ou não entendeu, eu também não sei. Há ainda manifestações políticas por parte da hierarquia da Igreja, absolutamente em convergência com o que eu penso e com o que eu pratico. Muitos colegas pastores aliás são antropólogos, e a gente troca muito, são militantes do bem viver de indígenas, são militantes da área infantil, da área geriátrica, e que seguem na luta, a partir dessa opção, de serem antropólogos e pastores ao mesmo tempo, ou pastoras. Então, acho que meu pai, no alto dessa sabedoria, já na velhice, estaria muito decepcionado, muito triste. Eu me lembro muito bem que ele estava com medo do que seria o governo do Lula. Depois, ele estava muito feliz pela forma de-

mocrática com que Lula estava encaminhando sua gestão. Não chegou a entender os erros, os processos de corrupção no interior da gestão. Ele não chegou a presenciar isso, muito menos a virada nessa direita fascistoide. Já tinha falecido. Mas eu o vejo muito próximo desses princípios do luteranismo, o que ele foi durante à vida: resistente ao que seria difamação, ao que seria uma corrupção do próprio projeto cristão. Mas, é importante dizer que minha mãe foi fundamental nessa trajetória do casal cristão. Ela tinha uma força e sabedoria incríveis e assumiu com muita competência a profissão “esposa de pastor” ou mulher-referência na comunidade. Minha mãe foi uma pessoa, como vou te dizer, absolutamente lúcida. Clara. E muito afetiva. Então, ela tem um dom de amar o outro que foi uma coisa que muito me impactou, era sempre um pensamento pelo outro. Lá em casa, tinha sempre uma fila de pessoas pedindo comida, toda minha infância foi isso, eu demorei um pouco para entender o que era esse ato de dividir a comida. A casa sempre estava cheia de gente sem grana, sem ter para onde ir, a casa sempre recebendo alguém para dividir as refeições ou mesmo morar conosco. Então são coisas muito da minha mãe, do meu pai. Uma sorte de ter tido essa orientação. Eu tenho colegas que caem para trás, quando descobrem que sou cristã. “Não acredito, Chica, não é possível. Você não tem um discurso luterano”. Respondo sempre com muita risada de que não sou uma Igreja. Apenas uma cristã cheia de defeitos. Mas os temas Igreja, religião não se tornaram minha escolha temática, embora os sistemas de crenças sempre tangenciaram as narrativas de meus/minhas interlocutores/as.

— **Luís:** Você fez parte da diretoria da ABA e hoje é vice-presidenta. O que você vê que mudou, dessa época até hoje?

— **Chica:** Eu sempre fui muito dedicada aos encontros coletivos da nossa profissão, muito. Durante muitos anos, fui de ônibus para a Anpocs, fui de ônibus para as Reuniões Brasileiras de Antropologia. Era Brasília, era São Paulo, Rio. Cheguei a ir à Bahia de ônibus. No mestrado, eu não tive bolsa de estudos. Dinheiro para avião, nem pensar. Sempre tive essa coisa de poder conhecer a Ruth Cardoso em pessoa. Poder conhecer Gilberto Velho. Isso, para mim, era absolutamente fantástico, ouvir a construção do conceito da cultura dinâmica, em plena Anpocs. Incrível. Aí me tornei militante também, de uma certa rede de antropologia, como aluna, depois como docente. Bela Feldman Bianco e Ana Galano foram extremamente gentis ao juntar todo mundo interessado em torno de uma rede e, em seguida, me senti incluída numa rede de antropologia visual. A gente tinha com quem dialogar. Em seguida, veio essa formação de núcleos, e os núcleos também dialogando entre si. E um apoiando o outro. E competindo também um pouquinho um com o outro, claro. E aí fui convidada, em várias ocasiões, por Gustavo Lins Ribeiro, para ser coordenadora da antropologia visual, convidada pela Mariza Peirano, para assumir uma

função na diretoria. Eu não entendia muito bem por que eu, mas me sentia muito honrada. Também tinha muita admiração pela ABA. Tu tens a Manuela Carneiro da Cunha atuando na Constituição de 88, coisas incríveis que a gente pôde presenciar, que a gente pôde acompanhar. João Pacheco atuando na causa indígena, Mariza Corrêa com a questão de gênero. Quando a Miriam Grossi foi indicada para ser a presidenta da ABA, ela disse “olha, estou te convidando para ser minha secretária”, e eu disse “mas de jeito nenhum. Não tenho nenhuma competência para isso. Além do que, nossos colegas não vão apoiar”. Ela ligou para todo mundo e todo mundo apoiou. “Agora eu não escapo”. E aí minha grande amiga Ana Luiza, que eu sempre escutava para essas decisões, foi tirar um tarot e ver no que dava. Ana disse “vai firme, vai firme, porque eu acho que se o grupo está confiando em ti, é porque tu tens competência”. E foi muito trabalho naquele momento, sem uma sede fixa que somente depois conquistou, em Brasília. Na nossa gestão (2005-2006) a sede foi toda transferida para Florianópolis e depois voltou para Brasília, definitivamente. Estávamos ainda tentando atender o mais gentilmente possível as causas e as pessoas em tensão, o papel de ser associado/a, a abertura para estudantes associados/as etc. Hoje está tudo bem mais claro, uma organização em comitês que atuam incansavelmente, pois a demanda é enorme. Também destaco a experiência de organizar uma RBA, em 2006. Foi muito bacana. Tivemos um apoio muito grande da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e foi possível realizar uma Reunião Brasileira de Antropologia com muita dinâmica, com muita vibração. Ao longo dos dois anos, também teve um processo de reconstrução da história da Associação em seus 50 anos, com Miriam, a partir do legado do trabalho de Gustavo Lins Ribeiro, de Patrícia Monte-Mor, da Mariza Corrêa. Foram dois anos de muita vivência com essa geração que construiu a antropologia no Brasil, acho que foi um *boom* para a ABA, nesse sentido de ter uma comunidade cada vez mais reflexiva, cada vez mais se considerando como uma comunidade de pertença comprometida com as políticas afirmativas. A ABA herdou, da gestão do Rubem, uma preocupação com o estatuto da ética, o estatuto da antropologia. Nas gestões seguintes, o tema continua central, de modo especial a ética na pesquisa. Luiz Fernando Dias Duarte e Cynthia Sarti abraçaram essa causa, sobretudo a partir da presidência da Bela e Gustavo. Gustavo criou uma revista internacional. Então, foram dois anos em que eu me transformei, aprendi demais e, sobretudo, tive esse sentimento de não estar sozinha, o Programa de Pós da UFRGS não está sozinho, é realmente uma comunidade e uma comunidade com impacto internacional, o que não é pouca coisa. Uma sequência de presidentes apagando literalmente incêndios, mil problemas e injustiças a serem enfrentadas diariamente. A ABA virou um lugar de denúncia, com a Débora Diniz e todos os outros trazendo essas questões. Afastei-me para o pós-doutorado e, na volta, segui super engajada na ABA e recebi esse convite, sucedendo a gestão muito bacana da Bibia Gregori e do Sérgio Carrara. A

Bibia me convidando para presidente. Eu disse: “eu não sei ser presidente de jeito nenhum. No máximo, sei ser secretária”. As conversações avançaram e aceitei ser vice. Aí foi esse arranjo, por sorte, a Patrícia Birman, apesar de situações pessoais muito complexas, nos deu esse fôlego. A gente teve uma sorte incrível, de montar uma equipe super comprometida, e a gente está fazendo um trabalho de oposição ao que está acontecendo no Brasil. Os Yanomami sendo atacados, sendo mortos, não só pela pandemia, assassinados por grileiros. Quilombolas expulsos de suas terras. Queimadas deslocando populações tradicionais, matando peixes, matando os animais na floresta. É uma responsabilidade enorme, mas, por sorte, a ABA também se estruturou em comitês e comissões, ou seja, pequenos grupos especializados em diferentes temáticas, que conseguem ajudar a Associação a superar uma determinada crise. Seja no formato da denúncia, do alerta, seja no formato efetivo, que nem a Andrea Zhouri, de participar de uma nota técnica apresentada para os senadores. E uma secretaria muito competente e atualizada com a experiente Carla Costa Teixeira, e com Andrea Lobo na tesouraria. Também temos uma sorte incrível em ter três funcionários excelentes e isso é muito importante para uma associação científica. Então, a gente está mais atenta a esses movimentos políticos, porque antes, os presidentes precisavam organizar a própria comunidade antropológica primeiro e tentar construir um projeto para a antropologia brasileira. Roberto Cardoso de Oliveira foi fundamental, neste sentido, ao produzir teoria antropológica brasileira. Vamos tentar, este ano, entregar um trabalho o mais sincero possível, com todo cuidado para não ferir interesses. Nós temos um momento legal, finalmente, antropólogos/as indígenas, com o Comitê de Antropólogos Indígenas. A ABA precisa muito dessa transformação. Tem lideranças, pelo menos pessoas com maior abertura, e que estão extremamente sensíveis para essa busca. O Comitê de Quilombolas, o Comitê de Antropólogos/as Negros e Negras, o Comitê de Acessibilidade, o Comitê de Antropologia Visual também; trata-se de um momento muito rico para a antropologia brasileira. Graças à atuação de Gustavo e Carmen Rial, pela primeira vez na história, recebemos da American Anthropological Association (AAA) uma carta em português: foi um momento histórico. Esse ativismo, acho que está amadurecendo a ABA rumo a uma tendência de descolonização dos pensamentos e das ações, com debates sistemáticos. Sinto-me muito privilegiada em ajudar a ABA e deixar o campo aberto ao diálogo e quiçá, a mudanças importantes.

— Luís: Obrigada, acho que finalizamos.

— Chica: Eu que agradeço a vocês esta oportunidade de narrar uma experiência acadêmica.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Olho D'Água, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*, v. I. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. *Obras escolhidas*, v. III, “Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo”. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DURKEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulínea, 1989.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da (Orgs.). *Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas*. Brasília: ABA, 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- _____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (Orgs.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MORIN, Edgar. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*, v. 1. Campinas, SP: Papirus, 1994.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. *A formação da classe operária inglesa*, v. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.



Artigos

Escalas infantis na cidade modernista: como crianças vivem e exploram Brasíliaⁱ

Recebido: 22.01.21
Aprovado: 19.10.22

Rhaisa Naiade Pael Farias (<https://orcid.org/0000-0002-3952-8422>),
Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasilⁱⁱ.

Wivian Weller (<https://orcid.org/0000-0003-1450-2004>),
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasilⁱⁱⁱ.

Ingrid Dittrich Wiggers (<http://orcid.org/0000-0001-5412-7021>),
Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (UnB),
Brasília, DF, Brasil^{iv}.

i. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da pesquisa que deu origem a este artigo, bem como o financiamento destinado ao período do estágio de doutorado sanduiche no exterior na Queensland University of Technology (QUT).

ii. Rhaisa Naiade Pael Farias é doutora em educação pela Universidade de Brasília, professora assistente no Núcleo de Educação a Distância do UniCEUB e pesquisadora colaboradora assistente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB). <rhaisapael@gmail.com>.

iii. Wivian Weller é doutora em sociologia pela Freie Universität Berlin, professora associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), líder do grupo de pesquisa Gerações e Juventude (Geraju) e bolsista produtividade em

Resumo: O presente artigo analisa formas de sociabilidade de crianças em espaços públicos de Brasília. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico com referência nos estudos sociológicos da infância. Nesse estudo, as crianças são consideradas agentes ativos e reconhecidas como participantes centrais do mesmo. As análises foram elaboradas por meio da codificação de dados, com base na teoria fundamentada. Os resultados evidenciam que a sociabilidade ocorre por meio de distintos usos que as crianças fazem dos espaços públicos, significando-os como lugares onde podem conviver entre pares, sem a necessidade da presença do seu responsável direto. Essa sociabilidade está intrinsecamente relacionada às suas ações na superquadra, como brincar, fazer amizade e criar regras próprias de convívio. As discussões apresentadas apontam o reconhecimento da criança como cidadã e agente social, que tem direito à vida em comunidade.

Palavras-chave: Criança. Infância. Cidade. Sociabilidade. Brasília

Children's scales in the modernist city: how children live and explore Brasilia

Abstract: *The main aim of this article is to analyze how children's sociability happens in public spaces in Brasilia, for this purpose, qualitative research draws on the theoretical framework on sociological studies of children and childhood, positioning children as active agents. Data analysis was carried out using Grounded Theory. The results show that children's sociability takes place in the way they use the spaces when they play with peers without their parents. Above all, their sociability is linked to their actions in the superblock, such as making friends and creating their own rules of living. The discussions presented point to the recognition of the child as a citizen and social agent, who has the right to live in the community.*

Keywords: *Child. Childhood. City. Sociability. Brasilia.*

iv. Ingrid Dittrich Wiggers é doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora titular da Universidade de Brasília (UnB) e líder do Imagem – Grupo de Pesquisa sobre Corpo e Educação. <ingridwiggers@gmail.com>.

1. Em 1956, Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil, decidiu efetuar a transferência da capital do país. Para tanto, foi publicado, o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital. Desde então, tornou-se usual nominar a capital de “Plano Piloto”, termo técnico utilizado a princípio para a referência do projeto urbanístico. No entanto, Brasília foi o nome oficial desse projeto de cidade. Com o passar dos anos, a nomenclatura oficial sofreu algumas mudanças e, desde a Lei Distrital nº 1.648 de 1997, a capital que os brasileiros chamam de Brasília, é reconhecida legalmente como Região Administrativa I (RA I) Plano Piloto. Assim, utilizamos ao longo deste artigo diferentes termos para nos referirmos à localidade da RA I Plano Piloto, tais como: Brasília, Plano Piloto, Cidade Modernista e cidade.

Introdução

Em 2020, Brasília¹ completou 60 anos. Desde os seus primórdios até hoje a cidade causa sentimentos contraditórios aos que a conhecem, alguns a amam, outros a odeiam. Na crônica “Nos começos de Brasília”, de 1962, Clarice Lispector enaltece a nova capital federal do país e fala de seu espanto ao visitá-la: “Brasília é construída na linha do horizonte. Brasília é artificial. Tão artificial como devia ter sido o mundo quando foi criado” (Lispector, 2009, s/p). A cidade teve seu desenho traçado à mão e sua “criação não é uma compreensão, é um novo mistério”, ao passo que seu passado extraordinário “já não existe mais” (Lispector, 2009, s/p). A autora expressa toda a sua admiração e estranhamento ao deparar-se com a ordenação e magnitude da nova capital do país. Em suas ideias, aparentemente desordenadas, encontramos aforismos que interpretam Brasília como uma cidade singular, cheia de vazios e cores contrastantes, de silêncios e ausência de pessoas nas ruas. Essas impressões ainda se perpetuam até os dias de hoje, afinal, o espaço planejado, de inspiração modernista, exibe vários traços que o tornam único.

Lucio Costa (1991) – criador do projeto urbanístico da capital, afirma que seus zoneamentos, com as respectivas funções de habitação, trabalho, saúde, educação, cultura, recreação, circulação e administração – propunha não só definir uma nova morfologia da cidade, mas ainda reestruturar a organização da sociedade. A integração de elementos urbanos distintos, como jardins, parques, vias sinuosas à vida cotidiana, tornaria a cidade viva, congregando seus moradores com comodidade, eficiência e intimismo.

Por toda a sua excentricidade, Brasília tem sido motivo de curiosidade e objeto de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento, em nível nacional e internacional. Brasilmar Nunes (2014) aponta que no processo de consolidação da capital federal, dois distintos grupos de migrantes e de funcionários públicos fortaleceram e polarizaram seu espaço social, político e econômico. Isso repercutiu em desigualdades e diferenciações entre a área central, de um lado, constituída pela Região Administrativa I – Plano Piloto, que se caracteriza por seu desenho modernista e que abriga uma grande concentração de renda; e, de outro, a periferia, formada pelas demais Regiões Administrativas do Distrito Federal e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), com outras características urbanas e socioeconômicas (Paviani, 1988).

Para além das pesquisas que contestam a utopia de Brasília e tratam de seu crescimento econômico e populacional, um conjunto de estudos dedica especial atenção às relações dialéticas entre seu espaço e os atores sociais que nele vivem (Holston,

1989; Branco, 2006). No entanto, o eixo analítico dessas investigações ainda se concentra em uma perspectiva do adulto (Duarte, 2012). O olhar de outros grupos geracionais sobre Brasília, especialmente as crianças, não aparece com frequência na literatura disponível sobre o tema, apesar de algumas exceções serem encontradas (Müller & Farias, 2016; Farias & Müller, 2017; Lopes, Fernandes & Barbosa, 2019; Marques, Kanegae, Müller & Salgado, 2019), o que indica uma lacuna nessa área.

Desse modo, perguntamo-nos: quais as práticas sociais desenvolvidas por crianças em espaços públicos de Brasília? Motivado por essa e outras questões, o presente artigo tem como objetivo principal analisar formas de sociabilidade de crianças nos espaços públicos de Brasília. O texto compreende mais quatro seções, que se articulam a partir dessa Introdução. A primeira discute os conceitos teóricos que balizaram a investigação, colocando em foco a criança como agente social no meio urbano. Na segunda seção apresenta-se a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico desenvolvida com crianças residentes no Plano Piloto, região central da capital, tombada pela Unesco e formada pelas asas Norte e Sul. A terceira seção, por sua vez, destaca os resultados e as análises empreendidas a partir dos dados obtidos; e, em conclusão, são tecidas algumas considerações finais.

Cidade, sociabilidade e infância: breve contextualização

O conceito de cidade é polissêmico e complexo, contudo, na Modernidade, podemos defini-la como sendo essencialmente a consequência das interações humanas em um espaço. Segundo Barbara Freitag (2002) a cidade é (re)criada e (re)vivida nos cruzamentos de suas vias e na materialidade de suas construções por aqueles que nela transitam e vivem. Dessa maneira, a todo instante, compartilham significados pluralmente e criam para si sentidos singulares. Nessa perspectiva, não negamos a relevância do aspecto morfológico da cidade, ao contrário, salientamos essa relação entre a organização do espaço e a sociedade, entre o coletivo e o individual, entre a agência e a estrutura.

Após o século XIX, a sociedade ocidental passou a ocupar cada vez mais o meio urbano, aglomerando-se em determinados núcleos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Devido à alta densidade e a heterogeneidade cultural dos habitantes das cidades na Modernidade, Robert Ezra Park (1979) afirma que a vida social nos centros urbanos tende a ser impessoal, as relações face a face e diretas são substituídas por relações indiretas e superficiais, tornando-as breves e instáveis. Georg Simmel (1979) argumenta ainda que o distanciamento entre os indivíduos na metrópole leva à impessoalidade e confere o caráter de anonimato às pessoas.

De acordo com Park (1979), é exatamente o anonimato e a possibilidade de estar em meio à multidão que propicia a sensação de liberdade ao indivíduo que pode, assim, expressar e viver seus desejos mais íntimos, longe de julgamentos de pessoas conhecidas e tradições familiares. Nesse espaço de tensão do meio urbano, entre o individualismo e a vida em comunidade, ocorrem processos de socialização conforme afirma Nunes (2003).

Em uma perspectiva tradicional da socialização, Durkheim (1973) acredita que a ordem social seria mantida a partir da transmissão pelos adultos de valores e normas vigentes na sociedade para os mais jovens. Desde este ponto de vista, as crianças são tratadas como seres passivos que receberiam ensinamentos e caberia às instituições sociais – família, escola e comunidade – dar a forma que desejassem a elas. Nessa corrente teórica, as crianças são tomadas como seres incapazes e incompletos. No âmbito dos estudos sociológicos da infância, Manuel Sarmiento e Manuel Pinto (1997) afirmam que a perspectiva da incompletude posiciona a criança em detrimento do adulto, tomando por base suas características físicas e biológicas, como a baixa estatura, a falta de características sexuais secundárias, a capacidade de raciocínio ainda em desenvolvimento, a pouca idade e a não maturidade de suas habilidades cognitivas. A visão tradicional também foi questionada pelo “novo paradigma da infância”, introduzido por Alan Prout e Allison James (1990), que reconhecem as crianças como “atores sociais”, ou seja, agentes que possuem agência. Desse modo, a noção de que somente os adultos atuariam como sujeitos plenos e, por isso, seriam os únicos responsáveis pelo processo de socialização das crianças, tornou-se objeto de crítica.

Em consonância a essa compreensão, Patrícia Prado (2012) desenvolveu uma análise sobre as múltiplas relações que a temporalidade da infância provoca. Ela tomou como base a noção de sociabilidade elaborada por Simmel (2006: 65), que a destaca como “a forma lúdica de sociação, e – *mutatis mutandis* – algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade”. Essa noção, por sua vez, se apresenta como heurística no contexto da vida moderna, onde a diferenciação social não se caracteriza pelas hierarquias, situando os seres humanos na interseção das esferas sociais. Em outras palavras, a capacidade de sociabilidade das crianças repercute numa elaboração e transformação constantes da realidade da vida, especialmente na produção das culturas infantis.

Assim, as crianças são assumidas como membros ativos, agentes sociais e construtoras de seus mundos sociais (Corsaro, 1997; Danby & Farrell, 2004). A agência das crianças refere-se a suas capacidades de construir e criar significados além de

tomar decisões sobre o que lhe diz respeito. Essa perspectiva supera a ideia de que elas seriam apenas passivas em processos de socialização, ou integrantes incompetentes da sociedade. Com efeito, elas são capazes de negociar com outros indivíduos, sejam seus pares ou adultos (Mayall, 2002). As crianças dinamizam a estrutura social à qual pertencem e, a partir de suas interações, escolhem o que fazer de modo autêntico e atribuem sentidos às suas ações. Por isso, as crianças não imitam simplesmente modelos adultos, elas os elaboram e os enriquecem continuamente para atender a seus próprios interesses, desafiando, criando e reconfigurando as situações das quais participam em seu cotidiano (Corsaro, 1997). As crianças se apropriam dos conceitos do mundo adulto para produzirem suas próprias culturas de forma criativa e coletiva (Corsaro, 1990).

Assim, o conceito de infância também foi reelaborado no paradigma de Prout e James (1990), passando a ser considerado como construção social que fornece uma estrutura interpretativa para a compreensão da vida e das experiências das crianças. Por conseguinte, varia entre culturas, ou seja, diferentes práticas socioculturais produzem distintas infâncias, cada uma delas real em seu próprio ambiente sociocultural. Em razão de seu caráter sociocultural, não haverá uma vivência única da infância; essa variável social não pode ser totalmente separada de outras, como gênero, classe, raça e etnia (Prout & James, 1990). Enfim, as construções sociais das crianças nas experiências da infância não são homogêneas.

A adoção da sociologia da infância como referencial teórico para tratar da temática das crianças na cidade demanda, como afirmam Fernanda Müller e Brasilmar Nunes:

[...] retomar o que está na base do pensamento sociológico, que é a relação indivíduo *versus* sociedade, mas também a tocar em outra variável, igualmente complexa, agência *versus* estrutura. Tentando escapar dos binarismos, que sempre são reducionistas, preferimos lidar com a relação entre um e outro. O emergente paradigma defendido por James e Prout ajuda-nos a superar ideias binárias e, principalmente naquilo que nos interessa mais de perto, favorece conexões com os principais argumentos dos estudos urbanos (Müller & Nunes, 2014: 665).

Diante da alta densidade populacional, do isolamento, do distanciamento das relações sociais com os vizinhos e do individualismo em meios urbanos, a violência também cresceu e a cidade tornou-se hostil e passou a ser percebida como perigosa para as crianças (Ward, 1978; Rissotto & Tonucci, 2002; Tonucci, 2005). Em decorrência da percepção da cidade como espaço de anonimato e da fragilidade das relações entre vizinhos e suas comunidades houve um progressivo cerceamento da liberdade infantil no acesso aos espaços públicos. Como afirma Colin Ward

(1978) e, em trabalhos mais recentes, como a participação de Kim Rasmussen e Søren Smidt (2003) na coletânea *Children in the city*, além de artigo de Trine Fotel e Uth Thomsen (2004), parece que cada vez mais as crianças não têm tido a oportunidade de vivenciar espaços públicos de sua cidade, permanecendo segregadas em lugares privados como a casa familiar e a instituição educativa. Dessa forma, as atividades infantis tendem a ser reguladas em espaços especializados, os quais acabam sendo mercantilizados, como as escolinhas de futebol, as escolinhas de natação, os *play centers* e os clubes. Esse aspecto foi observado, igualmente, em uma pesquisa realizada com crianças na Região Administrativa IX – Ceilândia, onde as escolas foram apontadas pelas crianças como espaços onde têm acesso às brincadeiras, uma vez que em casa passam muito tempo sozinhas, ao passo que as ruas e praças não são consideradas seguras para o convívio entre elas, diante da crescente violência urbana (Machado & Wiggers, 2012).

Jane Jacobs (1961) destaca o quão importante é a vida em comunidade e a utilização dos espaços públicos pelos habitantes da cidade. Contudo, a autora, condena o uso de *playgrounds* e defende que as crianças devam ocupar as ruas e calçadas, onde há grande circulação de pedestres e um sentimento de vizinhança. Nesses espaços públicos, as crianças teriam mais liberdade para brincar e aprender, suas atividades não teriam um fim específico e elas poderiam movimentar-se, explorar a cidade, escolher por elas mesmas o quê, como e em quanto tempo querem realizar tais atividades.

Contudo, estar nas ruas e calçadas não é a única maneira de experimentar a cidade. De acordo com Marina Saraiva (2009), mesmo que as crianças passem muito tempo em espaços privados, elas continuam tendo uma experiência “com” e “no” espaço urbano. Suas relações com a cidade se dão por meio de seus deslocamentos, quando conversam sobre assuntos a ela relacionados, assistem televisão ou participam de outras atividades. Assim, podemos apontar a capacidade criativa e social das crianças, razão pela qual o presente artigo lança luz sobre a ação das crianças em Brasília, buscando evidenciar seus modos de viver a cidade modernista, planejada, mediante a utopia do convívio harmônico em suas famosas superquadras.

A cidade modernista: Brasília e sua organização

O plano urbanístico de Brasília pode ser entendido por meio de escalas, não só no sentido das dimensões representativas de métricas e proporções, mas também da funcionalidade e simbologia que apresenta. É importante fazermos aqui uma digressão para refletirmos a respeito do que significa a escala em Brasília:

Numa acepção básica, escala poderia ser definida como a relação entre as dimensões de um desenho e o objeto por ele representado [...]. No entanto, quando nos apropriamos desse conceito em termos arquitetônicos e urbanísticos – notadamente quanto às escalas urbanísticas de Brasília – o entendimento se amplia. Desse modo, não se trata apenas da relação geométrica entre as dimensões de objetos relacionados, nem se confunde com a noção pura e simples de proporção. As escalas urbanísticas passam a ser entendidas como referência para a relação entre a forma de determinado espaço e sua função e mesmo sua simbologia (Iphan, 2015: 27-28).

Nesse sentido, a escala assume outra significação dentro do território estudado. Ela não é mais a métrica proporcional das dimensões de um espaço, mas a relação que as pessoas estabelecem entre a forma do espaço, sua funcionalidade e representação. Produzir escalas significa, assim, atribuir ao espaço uma referência que articula aspectos do plano físico ao simbólico. Portanto, não são somente arquitetos e urbanistas que definem as escalas, pois elas podem ser criadas por qualquer pessoa. De acordo com essa acepção, podemos aceitar a produção de escalas até mesmo pelas próprias crianças.

Conforme o plano urbanístico de Brasília, a cidade é composta pela escala monumental, que abrange o eixo vertical de Brasília, de leste a oeste, desde a Praça dos Três Poderes à Praça do Buriti, que tem sua simbologia diretamente relacionada à função política de capital do Brasil. A escala gregária, que se refere aos setores Comercial, Bancário, de Diversões, Cultural, Hoteleiro, Médico-Hospitalar, de Autarquias, bem como de Rádio e TV, com a função de reunir, aproximar o povo, para seu convívio e circulação. A escala bucólica, que não pode ser definida em uma região específica, uma vez que permeia todas as outras escalas, refere-se às áreas verdes de valor paisagístico (árvores, gramados, jardins etc.), destinando-se ao lazer das pessoas. Por fim, a escala residencial, que está disposta ao longo do eixo rodoviário, no sentido norte e sul, abarca as chamadas superquadras residenciais e suas entrequadras, de uso cotidiano, que dispõem de espaços livres para a circulação das pessoas. “É assim que sendo monumental, é também cômoda, eficiente e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional” (Costa, 1991: 34).

As escalas representam uma peculiaridade marcante de Brasília. A monumental é a mais conhecida e pode ser considerada o “cartão de visita” da cidade, por reunir o conjunto mais significativo da arquitetura moderna brasileira, cujos principais edifícios foram projetados por Oscar Niemeyer. Contudo, neste trabalho, vamos nos deter a apresentar alguns elementos urbanísticos e arquitetônicos no planejamen-

to da escala residencial, que foi inspirada na Unidade de Vizinhança (UV), uma vez que foi nela que pudemos observar e registrar a ação das crianças participantes em seu cotidiano (Farias, 2019).

Cada um dos conjuntos de quatro superquadras forma uma UV, que compreende, além das edificações residenciais, as áreas comerciais, o cinturão verde, os equipamentos culturais e institucionais, um templo religioso, os jardins de infância, bem como as escolas primárias e secundárias. O conceito de UV foi formulado originalmente por Clarence Arthur Perry, em 1929, no contexto do planejamento urbano da cidade de Nova York (Barcellos, 1993; Ferreira & Gorovitz, 2009). A UV foi por ele definida como área residencial que deve garantir habitação com autossuficiência para a população de uma cidade. Como extensão do lar, a UV seria uma área de abrangência da habitação que oferece instalações de interesse geral, bem como condições necessárias à família média para o seu conforto e desenvolvimento (Perry, 1929). Interessante ressaltar que a escola primária foi tratada como equipamento central e delimitador espacial de uma UV, ou seja, esta se estenderia até o limite de um grupo populacional que não ultrapasse a capacidade de uma escola primária.

As superquadras, também chamadas de quadras, contém prédios residenciais, denominados de blocos que se distribuem no terreno em meio à vegetação de grandes árvores e espaços vazios de chão gramado. Além das escolas, elas contam ainda, em seu interior, com equipamentos comunitários, como parques infantis e bancas de jornal, e suas vias sinuosas que regulam a velocidade do trânsito dos automóveis. Os blocos residenciais são construídos sobre pilotis e têm o gabarito máximo de seis andares. Os pilotis, outra peculiaridade da paisagem urbana de Brasília, são um conjunto de pilares que suspendem os blocos residenciais, criando um espaço de livre circulação dos pedestres. Esse vão no térreo dos blocos alinhado ao espaçamento interno entre os edifícios de cada superquadra produz uma ambiência climática agradável, uma vez que propicia a circulação de ar e a entrada de luz (Correia, 2017). Também torna possível uma ampla visão do ambiente e agrega a possibilidade de convivência social aos moradores do bloco residencial e da superquadra (Iphan, 2015). Os pilotis em Brasília extrapolam sua função na arquitetura de colunas, assumindo caráter de “área total”, ou seja, toda a parte térrea dos prédios residenciais é denominada pilotis. Nessa perspectiva, utilizaremos a expressão “nos pilotis”, na análise dos dados.

É de se ressaltar, portanto, no contexto do modelo urbanístico e arquitetônico, a sua relação com a organização da vida familiar, mas sobretudo com o espaço destinado à infância. A escola é representada como equipamento central das UV, onde as crianças têm o conforto de percorrer curtas distâncias para seu acesso. Suas

vias internas favorecem a mobilidade infantil, uma vez que o tráfego de veículos é baixo e com velocidade reduzida. Por fim, se destacam os pilotis e as áreas de convívio coletivo, como parques infantis e generosos espaços arborizados, que se oferecem para as interações entre pares, especialmente as brincadeiras. Nesse sentido, observa-se que o desenho urbanístico da região administrativa do Plano Piloto favorece a sociabilidade das crianças nos espaços públicos, conforme observado na pesquisa empírica que será apresentada a seguir.

O campo da pesquisa e a pesquisa de campo

Esta é uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico com referência nos estudos sociológicos da infância (Prout & James, 1990; Corsaro, 1997; Danby & Farrell, 2004). Segundo Bernadete Gatti e Marli André (2013: 30), as pesquisas qualitativas se estabeleceram como modalidade investigativa “[...] para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais”, e exigem, como apontam Wivian Weller e Nicolle Pfaff (2013), o constante aperfeiçoamento e padrões de qualidade que a legitimem.

O método etnográfico, por sua vez, tem como características principais as técnicas de observação participante, entrevistas, filmagens, entre outras (Pfaff, 2013). Como explica José Guilherme Magnani (2002), a etnografia proporciona uma aproximação com o campo de pesquisa que possibilita um olhar “de perto e de dentro”, ou seja, direciona seu foco à ação dos indivíduos enquanto atores. Nesse sentido, é possível aproximar-se do “ponto de vista dos nativos” (Geertz, 1997), e ao pesquisador cabe a tarefa de articular aquilo que o outro sabe/vive (experiência distante) e o que ele próprio sabe/vive (experiência próxima).

Conforme anteriormente assinalado, neste estudo, as crianças são consideradas agentes ativos e reconhecidas como participantes centrais do processo investigativo (Prout & James, 1990; Danby & Farrell, 2004). Isso significa que suas práticas, opiniões e representações foram respeitadas, a partir das quais buscamos adotar métodos e procedimentos pertinentes. Ao mesmo tempo em que foi aprovada pelo Comitê de Ética (processo CAAE n. 68978117.3.0000.5540), observamos e respeitamos princípios éticos mais específicos que envolvem a pesquisa com crianças, como indicam Virginia Morrow e Martin Richards (1996), Gill Valentine (1999) e Priscilla Alderson e Virginia Morrow (1995), e o marco legal brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990). Dentre esses princípios, destacamos: a realização da consulta pessoal a todos os participantes sobre o interesse em participar

da investigação; a abertura para que os participantes pudessem desistir a qualquer momento se assim o desejassem; o desenvolvimento de um tratamento adequado e honesto junto às crianças e a suas famílias durante todo o processo da pesquisa e sua divulgação; a adoção de cuidados específicos com o armazenamento dos dados gerados e sua divulgação; a preservação da imagem, da autonomia e das ideias. Nesse sentido, destacamos que a ética na pesquisa com crianças deve ser vivenciada a partir do respeito à experiência do outro como um compromisso em todos os momentos, em campo e fora dele, com todos os seus participantes diretos e indiretos.

A pesquisa empírica com crianças é distinta daquela realizada com adultos, uma vez que estamos lidando com um grupo geracional específico (Punch, 2002). Tal afirmativa implica em estabelecer três pontos que balizam a escolha dos procedimentos de pesquisa. O primeiro se refere a minimizar a relação de poder entre adultos e crianças, ou seja, entre pesquisador e interlocutores; o segundo, a reconhecer as capacidades infantis de participar e expressar-se; e o terceiro, a lançar mão de mais de uma técnica para gerar dados.

Esse conjunto de pressupostos levou-nos a um desenho da pesquisa de campo, estabelecida em duas etapas. Na primeira etapa, foi realizada a observação direta dos deslocamentos cotidianos das crianças em Brasília ao longo de uma semana, de segunda-feira a domingo, sobre cada participante. O registro desse período ocorreu por meio de notas de campo e do aplicativo Google Maps, que funcionou como um *Global Positioning System* (GPS). Nesse período, às sextas-feiras, as crianças foram convidadas a gravar com uma câmera GoPro um vídeo de um dos trajetos realizados naquele dia. O período de sete dias de acompanhamento presencial das crianças possibilitou o registro e a compreensão das variações e constâncias das rotinas infantis. Na segunda etapa da pesquisa, cada criança foi convidada a desenvolver um exercício de *photo-elicitation* e construir um *on-line participatory mapping* da cidade de Brasília no aplicativo Google Earth. Esse momento foi audiogravado e o resultado do *on-line participatory mapping* foi salvo, sendo, posteriormente, convertido em arquivo em formato de imagem.

Notas sobre o campo e a pesquisa com as crianças

Por se tratar de um estudo qualitativo e de cunho etnográfico, buscamos alcançar densidade e detalhamento das vivências cotidianas das crianças participantes por meio de uma observação ativa e participativa de suas rotinas e, assim, obter, como aponta Daniel Bin (2018), a vantagem de um tipo de experiência de pertencimento, mesmo que não duradoura. A pesquisa de campo aconteceu ao longo de 2017 e

decidimos acompanhar de modo intensivo quatro crianças residentes na Região Administrativa I – Plano Piloto, em suas interações com outras crianças e, em alguma medida, as interações com suas próprias famílias. Embora o quantitativo de crianças pareça pequeno, destacamos que, de forma indireta, o estudo abrangeu um número maior de crianças, tendo em vista que cada interlocutor interagiu ao longo da semana em que realizamos as observações com pelo menos dez crianças que fazem parte de seu convívio diário nos espaços públicos e com as quais também tivemos contato na condição de observadores. Por conseguinte, ainda que um estudo de cunho etnográfico não tenha como propósito o estabelecimento de uma representatividade estatística, nossa pesquisa abrangeu um quantitativo de cerca de 40 crianças que compõem a amostra maior da pesquisa. Ressaltamos ainda que, no escopo deste artigo e em função da metodologia adotada na análise dos dados que será apresentada na sequência, selecionamos dados referentes à sociabilidade em espaços públicos de duas crianças. A faixa etária dos participantes do estudo se situa entre nove e dez anos, por entendermos que nessa idade poderiam ter mais liberdade de mobilidade do que as de idade inferior. Preliminarmente, o contato estabelecido com as famílias ocorreu a partir de indicações de pais e de profissionais de escolas. Acrescente-se que a participação de cada uma das crianças na pesquisa aconteceu na época de maior conveniência para elas e suas famílias. Importa ainda destacar que os nomes inscritos neste trabalho são fictícios, tanto das crianças como dos familiares, e foram escolhidos por elas mesmas. A seguir, apresentamos os interlocutores diretos da pesquisa que receberam os nomes Jolie e Bil.

Jolie tem 9 anos de idade, mora no Distrito Federal há pouco menos de um ano, estuda em uma escola pública que não pertence à sua UV e que fica a 2,4km de distância de sua residência; seu pai e sua mãe se revezam na tarefa de levá-la e buscá-la de automóvel à escola. O pai de Jolie, Pedro, e sua mãe, Karen, são do Rio de Janeiro e, ao longo dos anos, moraram em diferentes estados. Pedro trabalha no Exército Brasileiro e Karen atua como estagiária na Educação Infantil de uma instituição privada de ensino. A irmã mais velha de Jolie, de 14 anos, Paula, frequenta uma instituição pública de ensino e a irmã mais nova, de 5 anos, Luiza, frequenta uma pré-escola da rede pública.

Bil tem dez anos de idade, mora na mesma residência desde que nasceu e frequenta a escola pública pertencente à sua UV, a 500 m de distância de sua residência. O trajeto de ida e volta à escola, Bil o realiza caminhando. Seus pais, Maria e Francisco, são do Piauí e, há mais de 15 anos, moram no Distrito Federal. O irmão de Bil, Rodrigo, 13 anos, frequenta uma escola pública próxima de sua casa. A família mora em um apartamento funcional no prédio onde Francisco trabalha na portaria. A ocupação de Maria é de diarista em diferentes apartamentos do Plano Piloto.

A teoria fundamentada como método de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada de forma indutiva, em um processo de constante comparação inspirado na teoria fundamentada, tendo como principais referências Kathy Charmaz (2009) e Antony Bryant e Kathy Charmaz (2007). Para Charmaz (2009: 68) “codificar significa nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente, categoriza, resume e representa cada parte dos dados”.

Na perspectiva construtivista de Charmaz (2009), a teoria fundamentada conta com duas etapas principais, a codificação inicial e a codificação focalizada. Na etapa da codificação inicial, os dados podem ser analisados a partir das palavras, linha por linha, ou por segmento de dados com a intenção de conceituar as ideias presentes nos dados transformando-as em códigos. Nesse momento, os códigos devem estar no gerúndio, indicando e chamando atenção para as ações e processos em curso. É nesse primeiro estágio que começamos a elaborar interpretações analíticas a partir dos enunciados existentes nos dados empíricos. Na fase focalizada, por sua vez, o pesquisador deve utilizar os códigos iniciais mais relevantes para classificar, reduzir e organizar os dados e desenvolver as categorias que mais se destacam para, então, prosseguir com a etapa analítica. Em ambas as fases, é pela codificação que observamos o que acontece com os dados e começamos a nos questionar sobre o que significam.

O que fazem as crianças na cidade modernista?

Ao atender ao desenho da pesquisa na etapa inicial, Rhaisa Pael, coautora deste artigo, acompanhou os trajetos percorridos por Jolie, de ida e volta à escola, bem como os passeios com seu cachorro pela superquadra. No sábado, foram realizadas observações do período em que Jolie brincava com sua irmã nos pilotis e jardins de seu prédio e, no domingo, a família permitiu o acompanhamento dos percursos de ida e volta à Igreja. O cronograma da pesquisa foi realizado conforme indicado no Quadro 1:

QUADRO 1
INFORMAÇÕES SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA COM JOLIE

Primeira etapa	Data da observação participante	De 21 a 27 Ago. 2017
	Data da gravação do percurso	25 Ago. 2017
	Tempo de duração do vídeo do percurso	27min 53s
Segunda etapa	Data da entrevista com <i>photo-elicitation</i> e <i>on-line participatory mapping</i>	09 Set. 2017
	Tempo de duração da entrevista	1h 09min

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Em relação à primeira etapa da pesquisa com Bil, os trajetos percorridos envolveram a ida e volta da escola, a ida e a volta para a quadra esportiva, bem como passeios de bicicleta pela Asa Norte. No sábado, a pesquisadora acompanhou a ida de Bil à catequese e, no domingo, foi com ele e sua família para a casa que possuem na Região Administrativa XXVIII – Itapoã. O Quadro 2 indica o cronograma da etapa inicial, bem como das demais atividades realizadas com Bil.

QUADRO 2
INFORMAÇÕES SOBRE AS ETAPAS DA PESQUISA COM BIL

Primeira etapa	Data da observação participante	De 14 a 20 Ago. 2017
	Data da gravação do percurso	18 Ago. 2017
	Tempo de duração do vídeo do percurso	1h 3min 45s
Segunda etapa	Data da entrevista com <i>photo-elicitation</i> e on-line <i>participatory mapping</i>	04 Set. 2017
	Tempo de duração da entrevista	1h 32min

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Processo de codificação

Ao observar as orientações da teoria fundamentada, de posse de todos os dados gerados em ambas as etapas da pesquisa, elaboramos a “codificação inicial” dos mesmos. Utilizamos a codificação aberta do tipo linha por linha, tanto para os re-

QUADRO 3
EXEMPLIFICAÇÃO DA CODIFICAÇÃO LINHA POR LINHA

Notas de campo de Jolie – 26 Ago. 2017	Codificação
Quando cheguei ao bloco de Jolie no sábado à tarde, logo a vi com sua irmã mais nova, correndo de um lado para o outro no pilotis. Ao mesmo tempo, vi várias outras crianças brincando por lá também. Algumas crianças jogavam futebol na calçada do prédio, outras estavam no parquinho, algumas divertiam-se na grama, além daquelas que estavam subindo em uma amoreira e comendo os frutos. Alguns adultos estavam sentados nos bancos públicos conversando e olhando as crianças brincarem. Depois de observar a cena, dirigi-me até Jolie e sua irmã. Um tempo depois que eu estava no pilotis com Jolie e sua irmã, uma vizinha, chamada Celina, de 9 anos, aproximou-se. Depois que Celina conversou com Jolie, as duas decidiram revelar-me um segredo, o “Clubinho da Árvore”. As meninas levaram-me para ver uma árvore no jardim público ao lado de seu edifício. Explicaram-me que o clube era onde elas e outras meninas se reuniam para falar sobre “coisas importantes” e que era um “segredo”, nem os pais de Jolie sabiam disso. As meninas disseram ainda que escondiam objetos entre as folhas e os galhos das árvores. Esses eram objetos que encontravam no chão nas proximidades do prédio, como bonecas quebradas, pequenos brinquedos e pedaços de papel. Ao falar sobre essas coisas, as meninas mostraram-me, apontando do dedo, os objetos escondidos mais recentemente. Fiquei surpresa e feliz por ter conquistado a confiança das meninas e, a partir de então, poder observar o seu lugar especial. Pedi permis-	Estavam sozinhas sem um adulto responsável. Brincando no pilotis. Ressignificando o espaço do pilotis. Ocupando os espaços na superquadra: especializados e livres. Estavam sentados vizinhos adultos. Olhando as crianças. Conversando entre si. Decidiram contar um segredo. Segredo das crianças, natureza, o que importa para as crianças, decisões e combinações entre pares. Adultos não sabiam desse lugar. Escondendo objetos na árvore, segredo. Reunindo as amigas. Reinventando o uso do espaço, outro significado para a árvore. Objetos do chão sem valor viraram segredos importantes. Aproximando pesquisadora e crianças, confiança e ética. Crianças decidindo.

<p>são para tirar fotos e escrever sobre ele em minha pesquisa. Jolie e sua vizinha disseram que eu precisaria conversar com uma terceira menina para pedir a autorização, uma vez que era essa outra criança a responsável pelo Clubinho. Rapidamente, elas trouxeram a garota para falar comigo e, depois que expliquei toda a situação, ela me deu sua permissão.</p>	<p>Organização das crianças. Criando regras. Explicando a pesquisa. Permissão, autorização.</p>
<p>Entrevista com Jolie – 09 Set. 2017</p>	<p>Codificação</p>
<p>Pesquisadora: Mas esse [Clubinho] aqui, vocês fizeram juntas ou já tinha?</p> <p>J: Não. Uma, primeiro foi uma que lembrou, passou pra outra e passou pra mim.</p> <p>P: Ah tá, tipo assim já tinha?</p> <p>J: Não! É! É! Tinha, mas.</p> <p>P: Aí depois vocês foram fazer esses outros? Descobrimo esses outros lugares?</p> <p>J: É!</p> <p>P: Tá. E daí, quando vocês vão lá? No sábado que tá todo mundo junto?</p> <p>J: É. Tipo feriado.</p> <p>P: Mas se você tá sozinha, você vai lá?</p> <p>J: Quando tipo... sozinha às vezes só sento aqui, sabe? Esperando a gente descer.</p>	<p>Segredo das crianças. Relações entre pares. Lugares distintos. Existência do Clubinho em outra árvore. Coletividade infantil, grupo de pares. Diferente significado para a árvore. O significado é partilhado em grupo.</p>
<p>Notas de campo de Bil- 15 Ago. 2017</p>	<p>Codificação</p>
<p>Na terça-feira, quando cheguei ao prédio de Bil para irmos à quadra esportiva, ele e seu irmão estavam em uma partida de futebol em frente à porta de seu apartamento, estavam no pilotis. A bola era pequena, os gols eram representados por dois chinelos no chão e os irmãos jogavam um contra o outro. Ao me ver, Bil parou de jogar e fomos andando para a quadra onde faz aulas de futebol. Enquanto caminhávamos por sua superquadra, ao passarmos pelo bloco E, Bil disse que tinha dois amigos que moravam ali e que haviam se conhecido porque um dia ele estava passando de bicicleta e os viu jogando bola nos pilotis. Ele parou e conversou com os meninos, pediu para jogar bola também, um disse não e outro o deixou brincar. Bil disse ainda que desde então tornaram-se amigos e Bil volta sempre ao bloco E para brincar.</p>	<p>Brincando no pilotis. Estavam sozinhos sem um adulto responsável. Ressignificando o espaço. Improvisando os gols. Escolhendo como e do quê brincar. Caminhando pela superquadra, mobilidade. Amigos em outro bloco. Fazendo amizade. Brincando no pilotis. Ressignificando o espaço do pilotis. Conhecendo pessoas novas. Estava sozinho sem um adulto responsável.</p>
<p>Entrevista com Bil- 04 Set. 2017</p>	<p>Codificação</p>
<p>Pesquisadora: Aqui no seu bloco pode brincar com bola, aqui no pilotis?</p> <p>Bil: Só bola pequena, não pode bola grande.</p> <p>P: E aqui não pode também andar...</p> <p>B: De bicicleta.</p> <p>P: De bicicleta debaixo do pilotis, né?</p> <p>B: Só pode de patins e triciclo, também pode.</p> <p>P: Ah fala dessas regras que tem aqui para usar o pilotis, então as crianças não podem brincar de bola grande, não podem andar de bicicleta, mas aí pode andar de patins e de triciclo.</p> <p>B: Uhum.</p> <p>P: Aí o que mais pode e não pode aqui no pilotis?</p> <p>B: Não pode... fazer barulho à noite porque os moradores briga, não pode gritar tão alto porque tem pessoa que é doente, pode brincar aqui no pilotis, ali no passeio, aqui embaixo.</p>	<p>Permissão, regra tamanho bola. Regra sobre andar de bicicleta. Permissões de brinquedos no pilotis. Concordando com as permissões. Restrições ao barulho a noite. Reclamações dos moradores. Permissões dos lugares para brincar.</p>

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

gistros realizados em formato de notas de campo, quanto para a transcrição das entrevistas com as crianças. O processo de codificação inicial se encontra representado no Quadro 3, que ilustra o mesmo por meio de quatro excertos, que se caracterizam como os mais relevantes para as análises elaboradas neste artigo. Res salvamos que há outros, contudo, em razão de sua grande extensão e de sua menor significância, não serão aqui apresentados.

Na fase de codificação inicial, como vimos acima, geramos uma enorme quantidade de códigos. Embora tenham sido considerados provisórios, estes nos indicaram os primeiros apontamentos para o desenvolvimento e aprofundamento da análise dos dados. Além disso, esta fase inicial de codificação já nos instigou a questionar os significados dos mesmos, conforme previsto.

No processo de continuidade da análise, elaboramos a “codificação focalizada”, que permitiu separar, classificar e reorganizar os códigos obtidos, formando subcategorias, como representado no Quadro 4.

QUADRO 4
CÓDIGOS INICIAIS E SUBCATEGORIAS
EMERGENTES DOS EXCERTOS DO QUADRO 3

Códigos iniciais gerados nas notas de campo de 26 Ago. 2017 de Jolie	Subcategorias eleitas
Estavam sozinhas sem um adulto responsável. Brincando no pilotis. Ressignificando o espaço do pilotis. Ocupando os espaços na superquadra: especializados e livres. Estavam sentados vizinhos adultos. Olhando as crianças. Conversando entre si. Decidiram contar um segredo. Segredo das crianças, natureza, o que importa para as crianças, decisões e combinações entre pares. Adultos não sabiam desse lugar. Escondendo objetos na árvore, segredo. Reunindo as amigas. Reinventando o uso do espaço, outro significado para a árvore. Objetos do chão sem valor viraram segredos importantes. Aproximando pesquisadora e crianças, confiança e ética. Crianças decidindo. Organização das crianças. Criando regras. Explicando a pesquisa. Permissão, autorização.	Brincar. Estar com pares sem seu responsável. Converter espaços em lugares. Criar as próprias regras. Fazer amizade.

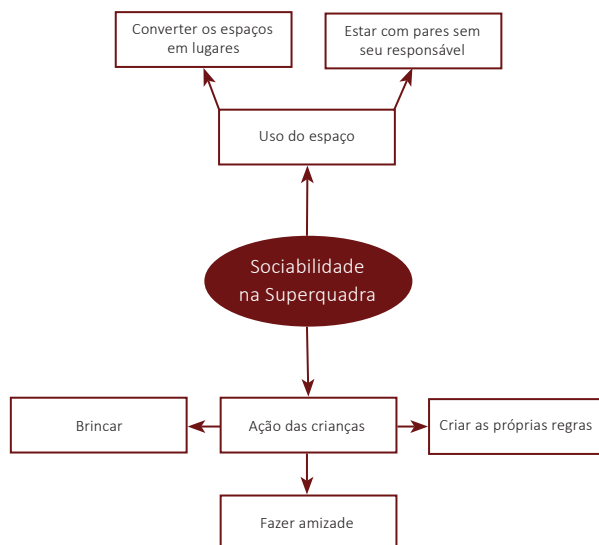
Códigos iniciais gerados nas notas de campo de 09 Set. 2017 de Jolie	Subcategorias eleitas
Segredo das crianças. Relações entre pares. Lugares distintos. Existência do Clubinho em outra árvore. Coletividade infantil, grupo de pares. Diferente significado para a árvore. O significado é partilhado em grupo.	Estar com pares sem seu responsável. Converter espaços em lugares. Criar as próprias regras. Fazer amizade.
Códigos iniciais gerados nas notas de campo de 15 Ago. 2017 de Bil	Subcategorias eleitas
Brincando no pilotis. Estavam sozinhos sem um adulto responsável. Ressignificando o espaço. Improvisando os gols. Escolhendo como e do quê brincar. Caminhando pela superquadra, mobilidade. Amigos em outro bloco. Fazendo amizade. Brincando no pilotis. Ressignificando o espaço do pilotis. Conhecendo pessoas novas. Estava sozinho sem um adulto responsável.	Brincar. Estar com pares sem seu responsável. Converter espaços em lugares. Criar as próprias regras. Fazer amizade.
Códigos iniciais gerados na entrevista de 04 Set. 2017 com Bil	Subcategorias eleitas
Permissão, regra tamanho bola. Regra sobre andar de bicicleta. Permissões de brinquedos no pilotis. Concordando com as permissões. Restrições ao barulho a noite. Reclamações dos moradores. Permissões dos lugares para brincar, regras.	Respeito das regras sociais. Brincar.

Fonte: Elaboração das autoras (2020).

Após a identificação das subcategorias, foi possível associá-las às categorias centrais que fundamentam nossa análise, quais sejam: “uso do espaço” e “ação das crianças”. A categoria “uso do espaço” está relacionada a duas subcategorias: “converter espaços em lugares” e “estar com pares sem seu responsável”. A categoria “ação das crianças”, por sua vez, está associada a mais três subcategorias: “brincar”, “fazer amizade” e “criar as próprias regras”.

Destaca-se que as categorias e subcategorias foram identificadas tanto no material empírico relativo à Jolie quanto àquele específico de Bil, o que gera uma desejável coesão das informações e análises produzidas. Nesse processo, construímos a configuração de nosso objeto de estudo, isto é, a “sociabilidade de crianças na superquadra”, ilustrado no diagrama abaixo (Figura 1):

FIGURA 1
CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DA PESQUISA



Fonte: Elaboração das autoras (2020).

A sociabilidade das crianças na superquadra

Conforme anteriormente mencionado, o presente artigo tem como objetivo principal investigar formas de sociabilidade de crianças nos espaços públicos de Brasília, em especial na superquadra. Esta análise, por sua vez, foi articulada por meio de duas categorias: uso do espaço e ação das crianças, que são evidenciadas a seguir.

O uso do espaço

O “uso do espaço” diz respeito à apropriação do mesmo pelas crianças, que, por sua vez, é desdobrado em duas subcategorias, ou seja, “converter os espaços em lugares” e “estar com pares sem seu responsável”. A subcategoria “converter os espaços em lugares” manifesta-se na capacidade de as crianças ressignificarem os espaços. Para esta compreensão, faz-se mister apontar a diferença entre os conceitos de “espaço” e “lugar”. Tim Cresswell (2004) afirma que o espaço é um conceito mais abstrato do que o de lugar. O “espaço” se relaciona a uma superfície e seu volume, ou seja, não há nada pessoal sobre ele, sendo amplo e abstrato. Em contrapartida, o lugar sugere posse ou algum tipo de conexão entre a pessoa e aquela localização em particular. O “lugar” sugere uma noção de privacidade e pertencimento (Cresswell, 2004). Existe um lugar para todas as coisas e esse lugar está no espaço.

A esse respeito, registramos que para Jolie e suas amigas – notas de campo (26 Ago. 2017) no Quadro 3 –, a árvore do jardim de seu bloco é onde elas se reúnem para falar sobre “coisas importantes”, em “segredo”, pois nem os pais dela sabiam disso. As meninas disseram, também, que escondem objetos entre as folhas e os galhos das árvores. Esses eram encontrados no chão nas proximidades do prédio, como bonecas quebradas, pequenos brinquedos e pedaços de papel.

Podemos afirmar ainda que, juntas, Jolie e suas amigas compartilham um significado sobre o espaço da árvore, o que é reforçado pela atribuição de um nome a ele, o “Clubinho da Árvore”. Nele, o grupo de amigas se organiza de um modo próprio para brincar, expressando o sentido que tinha para estarem neste “clube”. Jolie, em sua entrevista, ainda acrescenta que, quando estava sozinha, a árvore é apenas uma árvore onde ela senta e espera suas amigas chegarem. Percebemos, desse modo, como o espaço da árvore foi ressignificado, tornando-se o lugar do “clube”, dando àquele espaço um sentido de lugar.

Bil, igualmente, faz do espaço vazio dos pilotis o lugar para jogar futebol com o irmão – notas de campo (15 Ago. 2017) no Quadro 3. Ele ressignifica, assim, o espaço planejado no desenho urbanístico, *a priori* como passagem de pessoas, dando-lhe um novo sentido, o de “lugar” da brincadeira. Esta ação de jogar futebol no pilotis, expressa a maneira como Bil usa o espaço a partir de suas escolhas e com o propósito que atribui ao mesmo.

Como vimos, as crianças de nossa pesquisa demonstram que fazem uso dos espaços públicos de diferentes formas. Elas valorizam suas experiências coletivas nos espaços e os utilizam de maneira distinta dos adultos. Além disso, imaginam e apropriam-se deles de forma peculiar, escolhendo seus lugares favoritos e dando a eles um nome próprio. As crianças são, portanto, competentes para atribuir sentido aos espaços, para que eles se tornem lugares dentro de sua própria lógica de pensamento e sua capacidade de concatenar o mundo. A partir de suas vivências e imaginação, elas atribuem aos espaços públicos um significado particular.

Nos excertos do Quadro 3 percebemos ainda o caráter de convivência e a presença de grupos geracionais distintos nas superquadras em atividades não dirigidas e de lazer; esta permanência no espaço público estimula as relações sociais e fortalece vínculos afetivos. É nesse contexto que a subcategoria “estar com pares sem seu responsável” foi estabelecida. Por exemplo, Jolie “desce” sozinha para caminhar com seu cachorro todos os dias e aos finais de semana brincar “embaixo” do bloco, ou seja, no pilotis. Bil, por sua vez, caminha diariamente para a escola com seu irmão e, duas vezes por semana, volta acompanhado de um amigo. Ele também

vai para o futebol sozinho. Desse modo, as crianças têm autorização e liberdade para realizar deslocamentos curtos no terreno da superquadra, brincando ou caminhando livremente, sem a vigilância de um adulto. Estar com pares no espaço público sem a presença direta de seu responsável foi algo que observamos em vários momentos da pesquisa de campo, tanto com Jolie quanto com Bil.

Nas observações registradas nas notas de campo do Quadro 3, as pessoas presentes na superquadra parecem formar uma rede de apoio e de segurança, o que permite a Jolie descer com sua irmã mais nova, assim como permite a Bil deslocar-se para a escola em companhia de seu irmão e brincar no pilotis. Contudo, percebemos que o ambiente físico da superquadra é apenas uma das condições necessárias para que essa liberdade das crianças seja por elas vivida. Tão importante quanto o espaço é a companhia de pares, dos irmãos, das irmãs, bem como das demais crianças e adultos que se encontram no pilotis. É a partir da presença das pessoas da vizinhança que Jolie e a irmã ganham mais liberdade em suas brincadeiras e Bil tem maior mobilidade. A superquadra apresenta-se, com isso, como espaço de coexistência. Tal como uma comunidade, a superquadra conjuga inúmeros indivíduos com histórias, costumes e modos de existir peculiares, mas que são capazes de partilhar o espaço público em harmonia.

Observamos, portanto, que as crianças significam os espaços de maneira peculiar, convertendo-os em lugares singulares. O uso do espaço acontece entre pares, sem, necessariamente, o acompanhamento direto de adultos responsáveis. Nessas vivências cotidianas, as crianças evidenciam que fazem parte do contexto urbano, revelando o quanto este é importante para seu desenvolvimento e sua aprendizagem.

A ação das crianças

A “ação das crianças” relaciona-se, especificamente neste trabalho, ao que elas fazem quando estão convivendo na superquadra, fazendo valer sua autonomia e capacidade de decisão sobre suas atividades, bem como a importância do grupo de pares nesse processo. Conforme assinalado anteriormente, este aspecto é constituído por três subcategorias: brincar, fazer amizade e criar as próprias regras.

Ao “brincar” com seus pares, observamos que Jolie tem a oportunidade de desempenhar um papel ativo e central na tomada de decisão, na condução de suas ações, na administração, manutenção e permanência de suas brincadeiras. Como registrado nas notas de campo (26 Ago. 2017) no Quadro 3, ela brinca de diferentes formas nos jardins e também nos pilotis. Ao brincar sem uma constante vigilância, assim como das regras e das determinações impostas por pais, responsáveis e professores, as meninas experimentam uma atividade prazerosa e livre, com um fim em si mes-

mo. Como vimos nas notas de campo (15 Ago. 2017), no Quadro 3, Bil, igualmente, brinca no pilotis com seu irmão, adaptando o espaço para que tenha o tamanho “ideal” para um jogo de futebol e colocando chinelos como balizas do gol.

É assim que Jolie, Bil e as demais crianças subvertem a ordem adulta, transformando o pilotis – para os adultos um espaço de passagem e para as crianças um lugar de brincadeira –, bem como o jardim – para os adultos um espaço ornamental e para as crianças um “Clubinho da Árvore”. Desse modo, as crianças reconfiguram os usos e significados da superquadra, por meio de suas brincadeiras, de suas regras e de seu jeito próprio de nela estar.

Um mesmo ambiente pode ser o cenário para as mais diversas brincadeiras, como observado na pesquisa de campo. O modo como as crianças adaptam suas brincadeiras, conforme os espaços, sugere que estão exigindo sua parte da cidade e pedindo sua aceitação no mundo. As brincadeiras infantis observadas são de grande engenhosidade, e não exigem o uso de muitos equipamentos ou instrumentos, e duram enquanto as crianças tiverem disposição para tal. As características da paisagem urbana são exploradas ao máximo, conforme descritas nas notas de campo do Quadro 3.

Como desdobramento do “brincar”, observamos entre as crianças a ação de “criar as próprias regras”. No excerto de Jolie, quando ela e sua vizinha chamam outra menina para dar a autorização de publicação sobre o “Clubinho da Árvore”, isso demonstra a capacidade de organização entre pares, reinterpretando a cultura adulta das regras de como associações devem ser organizadas por uma hierarquia que determina quem é responsável pelo quê. Elas decidem e estabelecem papéis e ordem dentro do clube, uma vez que este era um lugar secreto, pois os adultos não sabiam dele, conforme informação revelada por Jolie durante a entrevista.

Esta atitude de criar regras foi percebida, igualmente, no jogo de futebol, regras estabelecidas entre Bil e o irmão. Como observado nas notas de campo no Quadro 3, eles decidiram onde seriam localizados os gols, representados por chinelos, bem como qual seria o sistema válido para que a brincadeira acontecesse.

Nesse movimento que parte das crianças, percebemos suas ações sem necessariamente estarem relacionadas às instruções dos adultos. Na brincadeira, ao estabelecerem suas próprias regras, fica claro que as crianças são autônomas e criativas, capazes de construir, reconstruir e criar significados, de decidir, organizar e ordenar sobre aquilo que lhes pertence.

Por fim, a sociabilidade das crianças na superquadra é marcada por “fazer amizade”, evidenciando de forma clara a agência das crianças no espaço público.

Jolie, em outro momento da entrevista (09 Set. 2017), conta-nos que:

Pesquisadora: E como é que você conheceu essas pessoas?

Jolie: Primeiro, é por que eu desci com o Floquinho, sabe? Pra ele fazer xixi. Aí, a Celina apareceu, aí depois ela... a gente nunca mais tinha se visto assim, eu nunca sabia o nome dela. Aí, eu perguntei o nome dela, aí às vezes ela descia com uma amiga, aí com ela, ela mostrou outro amigo e ele me mostrou outro amigo e foi indo.

Ao conhecer as pessoas que moram em sua vizinhança, Jolie inicia novas amizades. Notamos que há uma independência dela neste momento, pois quando desce com seu cachorro, chamado Floquinho, está sem o responsável adulto. A partir da amizade estabelecida com uma criança do prédio, outras crianças lhe são apresentadas e Jolie é capaz de ampliar sua rede de amizade.

Da mesma forma, quando Bil conta como conheceu seus vizinhos do bloco E, sabemos que esse encontro aconteceu de forma espontânea e não planejada. Isso foi possível justamente pelas características físicas da superquadra. Como dito anteriormente, não há muros entre os prédios e os vãos dos pilotis propiciam uma ampla visão do espaço. Pelo fato de Bil poder circular de bicicleta pelas vias internas de sua superquadra, ele viu outros meninos jogando bola no vão livre dos pilotis e, movido por seu interesse pessoal, decidiu ir ao encontro dessas crianças, que até aquele momento eram desconhecidas, mas que estavam próximas de sua residência. O episódio narrado por Bil, descrito nas notas de campo (15 Ago. 2017) no Quadro 3, evidencia o espaço de sua superquadra como facilitador no seu engajamento com pares e no desenvolvimento de sua autonomia em decidir brincar e falar com desconhecidos que se tornaram amigos.

Vale ressaltar que Jolie destacou sua amizade entre um grupo de meninas e Bil entre um grupo de meninos. Contudo, salientamos que o vão livre dos pilotis garante não só a permeabilidade de circulação dos pedestres como também a ampliação da visão do ambiente, o que favorece encontros e oportunidades de novas amizades, vínculos relacionais importantes para o ser humano que se desenvolve e aprende com o outro. Enfim, o espaço público da superquadra pode ser entendido como espaço de possibilidades e de relevância para o desenvolvimento infantil.

*Reflexões sobre a sociabilidade das crianças,
considerando a literatura*

A teoria fundamentada permitiu-nos realizar a análise dos dados em um nível micro e criar nossa própria teoria a respeito do observado. Contudo, sentimos a necessi-

dade de atrelar os achados a outras pesquisas desenvolvidas na área, assim, observamos nexos e semelhanças, ao mesmo tempo que identificamos peculiaridades e diferenças.

O “uso do espaço” pelas crianças é destaque em diferentes trabalhos sobre infâncias urbanas. Como afirma Ward (1978), a apropriação da cidade pelas crianças dá-se por meio de seus sentidos, à medida que percorrem e experimentam lugares, elas constroem, percebem e conectam-se a eles emocional, física e socialmente. No livro clássico de Mayumi Lima (1989), a autora aponta que as crianças mesclam sentimentos, imaginação e experiências empíricas para imprimirem sentidos aos espaços vividos. Contudo, o uso do espaço urbano pelas crianças varia de acordo com sua localidade e classe social. Ana Tereza Penteado (2012), ao pesquisar crianças em situação de rua, observou que as movimentações realizadas por elas faziam parte de estratégias para atender suas necessidades de sobrevivência. Nessa lógica, as crianças estabeleciam territorialidades e redes de relacionamento com diferentes atores, o que lhes permitia realizar pequenos furtos, mendigar, passar a noite em segurança, além de outras ações.

Sarah Holloway e Gill Valentine (2000) chamam nossa atenção para o quanto os espaços cotidianos, nos quais as crianças vivem e se inserem, fazem parte da construção de sua identidade, onde suas vidas são feitas e refeitas. Roger Hart (1979) mostra em sua pesquisa o quanto as crianças valorizam suas experiências nos espaços coletivos e como os entendem de maneira diferente dos adultos. O autor notou que existem modos particulares pelos quais as crianças se apropriam dos espaços públicos, fazendo deles seus lugares favoritos, até mesmo nominando-os.

Tão importante quanto se ter um espaço ao ar livre para brincar, segundo Lia Karsten e Willem Van Vliet (2006), é preciso que a criança tenha companhia de pares, isso porque a brincadeira ao ar livre é essencialmente social e deve contar com a presença de outras crianças. Assim, os pais tornam-se mais propensos a deixar seus filhos brincarem em espaços públicos. Karsten e Van Vliet (2006), a partir do sábio provérbio africano “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, discutem o quão importante é as famílias urbanas se apoiarem umas às outras para a educação de seus filhos. Francesco Tonucci (2005) argumenta que esse apoio é fundamental e materializa o sentimento de concidadãos entre os habitantes da cidade que, ao verem crianças nas calçadas e ruas, sentem-se responsáveis em olhá-las e delas cuidarem.

Conforme assinalado anteriormente, a categoria “ação das crianças” relaciona-se diretamente à sua capacidade de atuar como agentes sociais. Ao entender que me-

ninos e meninas se afetam e são afetados por seus contextos, em um processo de contínua construção de sua vida social, Christensen e O'Brien (2003) corroboram a ideia de que a sociabilidade da criança acontece nos espaços em que circulam, habitam, visitam e descobrem. Portanto, a ação das crianças não se limita àqueles espaços e tempos institucionalizados.

O encontro infantil no espaço público é apontado por Hugh Matthews, Melanie Limb e Mark Taylor (1999) como importante instrumento para ocupação da cidade. Esse encontro promove a convivência das crianças com as diferenças, possibilitando que as competências sociais se ampliem para além do âmbito familiar. A cidade tem, portanto, a capacidade de tornar-se um mundo de possibilidades para as crianças. Segundo Allison James e Adrian James (2012: 91, tradução livre) brincar “oferece conjunturas favoráveis para a resolução de problemas cognitivos, desempenha um papel importante no desenvolvimento de habilidades motoras e, por meio de exercícios, melhora a saúde”.

Outra característica do brincar destacada por Corsaro (1997) é a de que no ato de brincar as crianças aprendem sobre seu mundo social, reinterpretam a cultura adulta e produzem a sua própria. Florestan Fernandes (1979) analisa a estrutura, a composição e a sistematização de grupos infantis na cidade de São Paulo e destaca como a brincadeira entre pares, desenvolvida no espaço público da rua, contribui para que as crianças aprendam, socializem, desenvolvam sua autonomia e criem uma cultura infantil. As crianças em Brasília usam o espaço público, que contribui para que participem e promovam ações lúdicas e autônomas.

Por fim, como apontam Agnaldo Garcia e Paula Pereira (2008), a amizade infantil é uma relação com características próprias e compõe um vasto campo de investigação, que se debruça frente a diferentes aspectos, por exemplo, sociais, emocionais, cognitivos etc. Os autores apontam que a atividade mais relevante desenvolvida pelas crianças com seus amigos é o brincar, e a comunicação entre pares dá-se especialmente em função desta atividade. Percebemos a ação das crianças em conhecer outras crianças e, a partir de então, estabelecer vínculos que se desdobram em brincadeiras no espaço público.

Considerações finais

Se para Clarice Lispector (2009), em sua crônica, os prédios, o *design* e a organização de Brasília causa espanto, admiração e estranhamento, descobrir os segredos das crianças nos jardins das superquadras, como se relacionam, agem e usam o espaço também nos surpreende e causa fascínio. Ao mesmo tempo, a imagem da

artificialidade exposta pela autora é desconstruída ao observarmos “de perto e de dentro” o *continuum* da vida infantil, suas brincadeiras, suas conversas, seus relacionamentos e deslocamentos.

Ao retornarmos à nossa questão inicial sobre as práticas sociais desenvolvidas pelas crianças nos espaços públicos de Brasília – especialmente na Região Administrativa I – Plano Piloto –, percebemos que sua sociabilidade está intrinsecamente relacionada aos distintos usos que fazem dos espaços, significando-os como lugares onde podem conviver entre pares, sem a necessidade da presença de seu responsável direto. Essa sociabilidade está relacionada às suas ações na superquadra, como brincar, fazer amizades e criar regras próprias de convívio. Os pilotis e os jardins são tomados criativamente pelas crianças, que neles se fazem presentes constantemente. É no cotidiano de sua superquadra e nas relações de vizinhança com aqueles que por ali transitam que elas produzem a cidade e criam suas escalas. Há aqui uma importante consideração, a escala infantil proposta é o resultado da articulação das dimensões do plano físico e simbólico, portanto apresenta questões individuais da maneira autoral como cada criança usa e dá sentido ao espaço. Ela transcende as dimensões geográfica e urbanística da métrica e da proporcionalidade do monumental ou residencial.

Como sabemos, Lucio Costa, projetou que na escala residencial do Plano Piloto as crianças poderiam caminhar um percurso curto entre a residência e a escola, sem interferência de tráfego intenso de automóveis, gerando segurança e, por conseguinte, conforto aos responsáveis em relação ao dia a dia dos filhos. Nas palavras de Lucio Costa, “as mães, distantes seis mil milhas de Harlow, poderão ver os filhos correr sem risco para a escola” (Costa, 1962: 306). Embora esta conjuntura urbana tenha sofrido modificações, em nossa pesquisa evidenciamos que as crianças de hoje nem sempre frequentam a escola pertencente a sua UV ou caminham nesse trajeto.

Apontamos ainda que as crianças criam escalas para além das quatro estabelecidas por Lucio Costa. Elas produzem outro sentido entre as formas que os espaços da superquadra têm e sua função. Na escala residencial e bucólica de Lucio Costa, os pilotis são um vão livre, os jardins servem para o embelezamento; na escala infantil, esses são espaços de brincar e fazer amizades. Essa é uma análise significativa e original na interpretação de Brasília e da dimensão da infância vivida na cidade que completou, em 2020, 60 anos de existência.

É possível ainda considerar que as escalas definidas por Lucio Costa são constantemente reinventadas pelos habitantes da cidade: crianças, jovens, adultos e anciãos.

Nesse sentido, identificamos no planejamento urbanístico de Brasília uma nova categoria para análise das relações entre espaço e convívio social, a da sensibilidade urbana geracional, que torna a cidade acessível e próxima das pessoas de um modo peculiar.

Sobretudo ao evidenciarmos as ações das crianças no meio urbano, fortalecemos o reconhecimento das mesmas como cidadãs, que têm direito à vida em comunidade e, ao mesmo tempo, reivindicamos cidades e comunidades sustentáveis e acolhedoras para atender, em seu planejamento urbano, às necessidades e demandas dos modos de vida de diferentes grupos geracionais que habitam esse espaço. Sugerimos, assim, a elaboração de outros estudos com esta perspectiva.

Referências

ALDERSON, Priscilla; MORROW, Virginia. *Ethics, social research and consulting with children and young people*. London: Barnardo's, 1995.

BRYANT, Antony; CHARMAZ, Kathy. *The Sage handbook of grounded theory*. London: Sage Publications, 2007.

BARCELLOS, Vicente Quintella. *A clientela escolar no conceito de unidade de vizinhança*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

BIN, Daniel. O global e o local na pesquisa sociológica. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, p. 541-564, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302013>>. Acesso em: 16 Jan. 2021.

BRANCO, Maria Cecília Campos Castello. *Brasília narrativas urbanas*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, 7. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed; 2009.

CORREIA, Luciana de Araújo. Barreiras e permeabilidades nas superquadras de Brasília. *Anais XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, São Paulo Enanpur, 2017, p. 1-16. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/download/1688/1667/>>. Acesso em: 18 Ago. 2019.

- CORSARO, Willian. *The sociology of childhood*. California: Pine Forge Press, 1997.
- _____. Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, v. 16, p. 197-220, 1990. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.so.16.080190.001213>>. Acessado em: 06 Abr. 2014.
- COSTA, Lucio. *Brasília, cidade que inventei: relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Codeplan, 1991 [1956].
- _____. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- CRESWELL, Tim. *Place: a short introduction*. Oxford (UK): Blackwell, 2004.
- CHRISTENSEN, Pia; O'BRIEN, Margaret. Children in the city: introducing new perspectives. In: _____ (Orgs.). *Children in the city: home, neighbourhood and community*, p. 1-12. London: Falmer Press, 2003.
- DANBY, Susan; FARRELL, Ann. Accounting for young children's competence in educational research: new perspectives in research ethics. *Australian Educational Researcher*, v. 31, n. 3, p. 35-49, 2004.
- DUARTE, Claudio Quapper. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. *Ultima Décad*, v. 20, n. 36, p. 99-125, 2012.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- FARIAS, Rhaisa Naiade Pael. *Crianças na cidade: mobilidade e sociabilidade nas superquadras de Brasília*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- FARIAS, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLER, Fernanda. A Cidade como espaço da infância. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 261-282, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. *A invenção da superquadra*. Brasília: Iphan, 2009.
- FOTEL, Trine; THOMSEN, Uth. The surveillance of children's mobility. *Surveillance & Society*, v. 1, n. 4, p. 535-554, 2004.
- FREITAG, Barbara. *A cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GARCIA, Agnaldo; PEREIRA, Paula Coimbra da Costa. Amizade na infância: um estudo empírico. *Psicologia*, v. 9, n. 1, p. 25-34, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142008000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 Nov. 2020.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*, p.29-38. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HART, Roger. *Children's experience of place*. New York: Irvington, 1979.

HOLSTON, James. *The modernist city: an anthropological critique of Brasilia*. Chicago, Il: The University of Chicago Press, 1989.

HOLLOWAY, Sarah Lynn; VALENTINE, Gill. Children's geographies and the new social studies of childhood. In: _____ (Orgs.). *Children's geographies: playing, living, learning*, p. 1-26. London: Routledge, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Superquadra de Brasília: preservando um lugar de viver*. Brasília: Iphan, 2015.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York: Random House, 1961.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian. *Key concepts in childhood studies*. London: Sage, 2012.

KARSTEN, Lia; VAN VLIET, Willem. Increasing children's freedom of movement introduction. *Journal of Children, Youth and Environments*, v. 16, n. 1, p. 69-73, 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.7721/chilyouten-vi.16.1.0069>>. Acesso em: 03 Fev. 2013.

LIMA, Mayumi. *A criança e a cidade*. São Paulo: Nobel, 1989.

LISPECTOR, Clarice. Nos começos de Brasília. *Jornal do Brasil*, 2009 [1962]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_info.php?idVerbebe=1257&idMaisInfo=140>. Acesso em: 10 Set. 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno; BARBOSA, Maria Andreza Costa. Crianças cidadeiras: vivências nos espaços tempos brasileiros. *CADERNOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, v. 49, p. 38-59, 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MACHADO, Sheila da Silva; WIGGERS, Ingrid Dittrich. Imagens da infância: mídias e suas representações em práticas corporais infantis. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 4, p. 821-1113, 2012.

MAYALL, Berry. *Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives*. Maidenhead (UK): Open University Press, 2002.

MARQUES, Rafaela Nunes; KANEGAE, Mayumi; MÜLLER, Fernanda; MORGAGE, Marta. Narrativas de percursos e percursos narrados na superquadra modelo e na Vila do Boa: utopias e distopias em Brasília. *Ponto Urbe*, v. 21, p. 1-25, 2017.

MATTHEWS, Hugh, LIMB, Melanie; TAYLOR, Mark. Young people's participation and representation in society. *Geoforum*, v. 30, n. 2, p. 135-144, 1999.

MORROW, Virginia; RICHARDS, Martin. The ethics of social research with children: an over-view. *Children and Society*, v. 10, p. 90-105, 1996.

MÜLLER, Fernanda; FARIAS, Rhaisa Naiade Pael. Geographies of contemporary childhoods in Brasilia/Brazil. *Infancia Contemporânea*, v. 15, p. 1-15, 2016. Disponível em: <encurtador.com.br/kPT27>. Acesso em: 07 Nov. 2020.

MÜLLER, Fernanda; NUNES, Brasilmar Ferreira. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 128, p. 659-674, 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 3, p. 941-961, 2014.

_____. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2003.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*, p. 26-67. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. *Urbanização e usos do território: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2012.

PERRY, Clarence Arthur. Neighborhood unit: a scheme of arrangement for the family-life community. In: Committee on Regional Plan of New York and its Environs: neighborhood and community planning. *Regional Survey VII*. New York: Regional Plan of New York and its Environs, 1929.

PFAFF, Nicolle. Etnografia em contextos escolares: pressupostos gerais e experiências interculturais no Brasil e Alemanha. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*, p. 254-270. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PRADO, Patrícia Dias. Os três porquinhos e as temporalidades da infância. *Cadernos Cedex*, v. 32, n. 86, p. 81-96, 2012.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood*, p. 7-33. London: Falmer Press, 1990.

PUNCH, Samantha. Research with children: the same or different from research with adults? *Childhood*, v. 9, n. 3, p. 321-341, 2002.

RASMUSSEN, Kim; SMIDT, Søren. Children in the neighbourhood: the neighbourhood in the city. In: CHRISTENSEN, Pia; O'BRIEN, Margaret (Orgs.). *Children in the city: home, neighbourhood and community*, p. 82-100. London: Falmer Press, 2003.

RISSOTTO; Antonella; TONUCCI, Francesco. Freedom of movement and environmental knowledge in elementary school children. *Journal of Environmental Psychology*, n. 22, p. 65-77, 2002.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. A fábula da metrópole: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coords.). *As crianças: contextos e identidades*, p. 33-73. Braga, PT: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*, p. 11-25. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

TONUCCI, Francesco. Citizen child: play as welfare parameter for urban life. *Topoi*, n. 24, p. 183-195, 2005.

VALENTINE, Gill. Being seen and heard? The ethical complexities of working with children and young people at home and at school. *Ethics, Place and Environment*, v. 2, n. 2, p. 141-155, 1999.

WARD, Colin. *The child in the city*. London: Bedford Square Press, 1978.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle. Pesquisa qualitativa em educação: origens e desenvolvimentos. In: _____ (Orgs.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*, p. 12-28. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Between visibility and listening: access of the LGBTI+ population to primary healthcareⁱ

Recebido: 09.04.21
Aprovado: 13.12.21

Richard Miskolci (<https://orcid.org/0000-0002-6405-5591>),
Department of Preventive Medicine and Graduate Program in
Public Health, Federal University of São Paulo (Unifesp), São Paulo, SP, Brazilⁱⁱ.

Pedro Paulo Gomes Pereira (<https://orcid.org/0000-0002-0298-2138>),
Department of Preventive Medicine and Graduate Program in
Public Health, Federal University of São Paulo (Unifesp), São Paulo, SP, Brazilⁱⁱⁱ.

Abstract: This article aims to identify and analyze how health professionals working in primary care in the city of São Paulo understand LGBTI+ people access to health. The research covered the six administrative regions of the city and this paper analyses in depth interviews with specialists of the administrative regions, and also with managers, physicians, nurses and nursing technicians/assistants in Basic Health Clinics trying to understand how they see the access of this segment of people into primary care. The access of LGBTI+ people to primary care tends to prioritize those visually recognizable and whose health demands can be understood in the frame of health centered on illness. This keeps many segments and health demands without attention. The results of the investigation point toward the need of switching the visual frame for a listening strategy to promote access of LGBTI+ people to integral health.

Key-words: Sexual and reproductive health and rights. LGBTI people. Access to healthcare. Health professionals. Listening.

Entre a visibilidade e a escuta: o acesso da população LGBTI+ à atenção básica de saúde

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar e analisar como os profissionais de saúde, que atuam na atenção básica na cidade de São Paulo, percebem o acesso à saúde de pessoas LGBTI+. A pesquisa abrangeu as seis regionais de saúde paulistanas e o artigo centra-se na análise das entrevistas em profundidade com especialistas nas regionais, além de gerentes, médicos, enfermeiros e técnicos/auxiliares de enfermagem nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) focando na forma como os profissionais veem a entrada desse segmento na atenção básica. Conclui-se que a forma atual de acolhimento tende a priorizar aquelas e aqueles reconhecíveis visualmente e cujas demandas envolvem uma concepção de saúde centrada na doença, o que mantém vários segmentos e demandas de saúde sem atenção. Sugere-se que a superação do enquadramento visual por uma estratégia de escuta poderia contribuir para o acesso das pessoas LGBTI+ à saúde integral.

Palavras-chave: Direitos sexuais e reprodutivos. Pessoas LGBTI. Acesso à saúde. Profissionais de saúde. Escuta.

i. The authors are grateful to the support of the São Paulo State Research Foundation (Fapesp) for its financing, Process 2018/09642-9. The study was approved by the Ethics Committee of Unifesp and the São Paulo Municipal Secretariat of Health, under report number 4.842.078.

ii. Richard Miskolci, professor in the Department of Preventive Medicine and in the Graduate Program in Public Health, Federal University of São Paulo (Unifesp). <richard.miskolci@unifesp.br>.

iii. Pedro Paulo Gomes Pereira, professor in the Department of Preventive Medicine and in the Graduate Program in Public Health professor, Federal University of São Paulo (Unifesp). <pedro.paulo@unifesp.br>.

1. Throughout the text, both the acronyms LGBT and LGBTI+ will be used since the acronym has been expanded to include more social segments. The National LGBT Comprehensive Health Policy dates from the early 2010s, but currently the social movement has also given visibility to the intersex segment, which led us to incorporate it into the study.

2. In this article, Richard Miskolci, the first author, conducted the research, concept development and drafting of the article. Pedro Paulo Gomes Pereira participated in the theoretical conception, the general planning of the article, as well as its writing and final editing. However, first-person singular verbs and pronouns were used to emphasize the research experiences of the first author, which are important to the general composition of the article.

3. The names of all of the interlocutors have been changed to preserve their anonymity.

4. The Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE in Portuguese) uses a skin color classification for “racial” self-

In December 2019, on a hot, sunny day, I was heading to a primary healthcare clinic [Unidade Básica de Saúde (UBS) in Portuguese] in the western zone of the city of São Paulo. It was one of the last interviews for the study on the access of the lesbian, gay, bisexual, *travesti*, transsexual, intersexual, and other (LGBTI+) population to primary health care¹. I encountered a poor region, but surrounded by one of the richest neighborhoods in the city, which revealed to me yet another landscape of Brazilian contrasts and inequalities. Soon I saw a well-kept primary healthcare clinic, clean, organized and with new paint².

After being greeted by the manager, who let me use her office, I received the first professional to interview, Inês³, a nurse, 43. She declared herself *parda* [racially mixed]⁴, heterosexual, divorced and the mother of two children. She said she was a Spiritist and had conducted graduate level studies. Inês was friendly and interested in the research subject. She said that there was a group at the clinic created by a psychologist that sought to improve access to healthcare for LGBTI+ people. This was the only initiative of its kind that I found in the twenty-four primary healthcare clinics visited in this city of more than ten million inhabitants. According to Inês:

They [LGBTI+ people] don't identify themselves when speaking, but they identify themselves by the way they dress, the way they act and, every once in a while, they say: "I don't have relations with men, but I'd like to have a Pap smear. I don't have relations with men, but I have a gynecological problem," that's how it appears. In the same way that, for example, men arrive who are homosexuals, homoaffectives, they show up with long hair, dressed as women, but they still do not have information on their social name⁵. So, this causes a certain amount of embarrassment when we call them by their name and they get up, the other people stare.

In her formulation, there is an effort to define gender and sexuality through a visual framing. Thus, the health professional observes clothing and gestures to also envision forms of care and specificities.

On the other side of the city, in May of the same year, I met Carla, at a primary healthcare clinic in a lower-income neighborhood in the eastern zone. She was thirty-seven years old at the time and described herself as *parda* [racially mixed]. She was hetero, married and the mother of three children. When asked, she said she practiced Umbanda [an Afro-diasporic religion]. She studied nursing at a Catholic university and, despite not having contact with gender issues, said she had taken courses on ethics and sociology that discussed the topic. At one point, when asked how she recognized the need for healthcare by LGBTI+ people, she pondered:

“When we don’t know, we treat them according to the image they show us, but normally those that we see are lesbians and gays.”

identification in the Census and people adopt it in everyday life as well.

Thus, in one more region of the city I encountered the formulation that the “figure shows itself to us”. In this way, these narratives indicated something about how healthcare professionals view LGBTI+ people who seek primary healthcare – the so-called entry point into Brazil’s Unified Healthcare System [Sistema Único de Saúde (SUS) in Portuguese] – in the city of São Paulo.

5. Social names are names trans people adopt for themselves. In Brazil, trans people have the right to use their social names in official administrative records.

These nurses were among the twenty-nine people interviewed who comprised the empirical body of the study of the perceptions of healthcare professionals regarding sexual and reproductive rights, conducted in 2019 and 2020. In my searches for bibliographic material about a similar topic, I discovered that this study was one of the few to include all the regions of the city, and one of the first to question different types of professionals. The studies I found addressed issues such as: the experience of implementing the Comprehensive Healthcare Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, *Travestis* and Transsexuals (LGBT) in the municipality of São Paulo (Calazans et al., 2019); advances and challenges in the implementation of the National Comprehensive LGBT Healthcare Policy (Sena & Souto, 2017); the history of public policies concerning the LGBTI+ population in Brazil (Mello et al., 2012) and of rights (Lionço, 2008); LGBTI+ health in primary healthcare (Santos et al., 2019); access to sex reassignment surgery in the Unified Healthcare System (Popadiuk et al., 2017); dialog between healthcare professionals and LGBTI+ people (Moscheta et al., 2016); humanization of care given to trans and *travesti* individuals (Ramos et al., 2020), and others.

One of the objectives of the study was to identify and analyze what professionals understood hindered these individuals’ access to healthcare, as well as what could offer stronger and more effective ways of receiving them. To this end, this article begins by discussing the research path. It then presents a brief history of the recent recognition and inclusion of the LGBTI+ population in the Brazilian healthcare system. Next the analysis focuses on the entrance of these people into primary care, seeking to understand how healthcare professionals view this delicate moment, and what strategies and measures they use and construct.

The entrance to a primary healthcare clinic is one of the most important moments in the care process, according to healthcare professionals, who see the moment as an opportunity to “create bonds”. In an effort to analyze the regime of visibility at play in the reception to primary healthcare clinics, the following section describes and analyzes how the current form of reception tends to prioritize those in the

LGBTI+ population, who are visibly recognizable and whose needs involve a disease-centered conception of health. The questions formulated throughout the text may serve to identify obstacles and possible solutions to achieve the comprehensiveness proposed in the National Comprehensive LGBT Healthcare Program.

Research paths

The research encompassed the entire city of São Paulo, which was administratively divided into six regions by the Municipal Secretariat of Health. Semi-structured interviews were conducted with professionals specialized in issues of sexuality, gender and reproduction in the six São Paulo regional healthcare offices and with four different types of professionals from one primary healthcare clinic in each of the regions: administrators, doctors, nurses, and nursing technicians/assistants, none of whom had any special education or experience necessarily involving reproductive issues or the healthcare needs of LGBTI+ people.

At first, the regional coordinators indicated a professional to be interviewed from their offices based on the criteria that they have experience or familiarity with the research issues. This procedure was used to get to know the perception of the professionals who, in some manner, led or coordinated the regional clinics work in this field. The other interviewees were professionals from primary healthcare clinics – selected at random, one from each region – the administrator of the clinic was interviewed and in turn designated a doctor, a nurse and a nurse technician or assistant.

Health professionals' perceptions of sexual and reproductive rights involve their sociodemographic characteristics such as age, gender, and religious affiliation, as well as special education, sources of information and legal/professional regulations. These perceptions enable accessing relationships between subjectivity, intersubjectivity and objectivity (Merleau-Ponty, 1962; Ingold, 2000) in such a way that the concept of perception helps to comprehend how the agency of healthcare professionals is shaped by these professionals' situated perspectives regarding gender and sexuality (Butler, 2003; 2014).

The interviews were conducted between March 2019 and January 2020, in the professionals' work locations (regional headquarters or primary healthcare clinic), at a time agreed to by their superiors and administrators. They began with questions that allowed tracing the professional's sociodemographic profile including their gender identification and sexual orientation. They then addressed issues of health and sexual and reproductive rights in the healthcare service. All of the interviews

were recorded, lasted an average of thirty minutes and were transcribed for analysis. The group of interviewees was comprised predominantly of women from the city of São Paulo who were older than thirty (the average age was 45), white, middle class, with higher education; who, in general, had received a medical or nursing degree within the last two decades, and included a preponderance of married or divorced women who were also mothers⁶.

6. This data helps to explain the profile of the interviewees and provide elements for future analyses of the relationship between sociodemographic profile and perceptions.

The investigation, its methods, and techniques combined with years of experience by the researcher in the field of gender and sexuality (Miskolci, 2013; Pelúcio & Miskolci, 2009; Polidoro et al., 2020; Signorelli et al., 2020). The previous experience was internalized and facts experienced in the field over the years could be remembered or reinterpreted (Peirano, 2008; 2014) generating a sharp look at healthcare sites, reports on patient itineraries, as well as forms of interaction.

A brief history of LGBTI+ health: from the Aids epidemic to the implementation of the National Comprehensive LGBT Healthcare Policy

The LGBTI+ population has only a recent history of inclusion into Brazilian public healthcare policy. To a large degree, as analyzed by Gabriela Calazans (2020), this incorporation was realized thanks to pressure by the LGBTI+ social movement as well as its articulation with institutions such as the Federal Council of Medicine and the state. According to Calazans (2020: 463), seeking to understand public policies that deal with sexual and gender diversity lead us to recognize that these policies – and even the healthcare policies of the national Unified Healthcare System – are the product of the social movement's action and of its articulation with administration.

In 1985, the Federal Council of Medicine released a report affirming that homosexuality could not be considered a pathology, and at the deadly peak of the HIV/Aids epidemic, the National STD/Aids Program was created and was consolidated in the late 1990s. It was through the sexual panic of Aids that public policy for the LGBTI+ population was contemplated, more in the sense of understanding the group as agents of disease transmission, than to actually protect it (Pelúcio & Miskolci, 2009; Pereira, 2004). This dimension will be important to all healthcare, as the article will show.

LGBTI+ needs were more broadly introduced into the political agenda beginning with the mention of the category of homosexual in the First National Human Rights Plan (1996), during the Fernando Henrique Cardoso government. In 2004, during the first Lula administration, the *National Comprehensive Women's Healthcare Pol-*

icy: principles and guidelines was released which recognized the need, in health-care, to attend to the particularities of different segments of the female population – such as Blacks, the Indigenous and lesbians. Also in 2004, the federal government launched the *Brazil without Homophobia Program – Program to Combat Violence and Discrimination against GLTB and to Promote Homosexual Citizenship*. In the same period, the ministry of Health formed the “Technical Committee for Gay, Lesbian, Transgender and Bisexual Population Healthcare,” which was designated to establish a national healthcare policy for this group.

Another initiative that contemplated the LGBT population was the *Healthcare Users’ Charter of Rights*, approved under decree nº 675 of March 30, 2006, which detailed the right to care, treatment and service within the Unified Healthcare System free of discrimination by sexual orientation and gender identity. This Charter also affirmed that everyone has the right to be identified by the name they prefer, regardless of the name on their birth certificate and official identification card, creating an opportunity for the institutionalization in the Unified Healthcare System of a “social name,” a demand of trans people⁷.

7. For a critical analysis of the limits of the “social name”, see the article by Bento (2014).

In 2007, the 13th National Healthcare Conference was held, whose final report included proposals regarding the LGBT population, emphasizing: the recommendation to revoke the National Health Oversight Agency (Anvisa) decree that prohibited gays and other men who have sex with men from donating blood; encouraged research and the production of knowledge about this population; guaranteed access to the Unified Healthcare System, and promotion of a comprehensive national healthcare policy for the LGBT population.

A national healthcare policy began to materialize in 2008, with the release of the preliminary version of the document entitled National Comprehensive LGBT Healthcare Policy, whose final version was published in 2010. The centrality of healthcare among the demands by the Brazilian LGBT movement appeared in the annals of the First National LGBT Conference, held in 2008. In 2009, the federal government published the National Plan for the Promotion of Lesbian, Gay, Bisexual, *Travesti* and Transsexual Citizenship and Human Rights, whose objective was to systematize the proposals approved at the Conference.

Another key document, released in 2009, was the Third National Program on Human Rights, at which healthcare for the LGBT population was also present in the set of proposed actions including the expansion and consolidation of primary health-care services and home care services, as well as the recognition of “sexual orientation” as a specification to be contemplated in women’s comprehensive healthcare

programs. This was an historic demand of lesbian and bisexual women already covered in the *National Comprehensive Women's Healthcare Policy*.

Demands from transsexuals were included in decree nº 1.707, of August 18, 2008, through which the Health Ministry included sex reassignment surgery in the Unified Healthcare System. The right to use the chosen or "social name" in healthcare services was guaranteed in 2009 by Health ministry decree nº 1.820.

The *National Comprehensive LGBT Healthcare Policy* was approved in 2011. Its objective was to promote comprehensive healthcare for this segment, and eliminate discrimination and institutional prejudice. It also contributed to a reduction in inequalities and the consolidation of the Unified Healthcare System as a universal, integral and equitable system. According to Mônica Angonese and Mara Lago:

This initiative began with the recognition of the discrimination and exclusion of the LGBT population, and sought to prepare the Unified Healthcare System to respond to needs and guarantee their rights (Angonese & Lago, 2017: 260).

The *National Comprehensive LGBT Healthcare Policy* included specific objectives, implementation guidelines, as well as responsibilities and attributions for the Health Ministry, and state and municipal secretariats of health. It also included an operational plan for its implementation between 2012 and 2015.

Some studies have analyzed healthcare policies aimed at sexual and gender diversity in general, and the *National Comprehensive LGBT Healthcare Policy*, in particular (for example, Calazans, 2020; Paulino, Rasera & Teixeira 2019; Ferreira & Bonan, 2021). Calazans warns, however, that policies are only materialized in action (Calazans, 2020); the effectuation of rights established by the policy depends on its translation into concrete actions, and local administrators and healthcare professionals need to be engaged. This study sought to identify the perceptions of primary healthcare professionals as a means to comprehend their action and the healthcare provided to the LGBTI+ population to help determine how the *National Comprehensive Healthcare Policy* is implemented in practice in the largest city in the country.

Having already approved this national policy, it is important to recall that, in May 2013, the Federal Council of Medicine approved a resolution that guaranteed same-sex couples access to assisted reproduction to have children, prohibiting so-called surrogate motherhood and restricting the "substitute uterus" within the family, to the fourth degree of kinship. In relation to the trans population, decree nº 2.803,

of November 19, 2013, revoked the 2008 decree, with the result that the Health Ministry included sex reassignment procedures in the Unified Healthcare System to be carried out in qualified established services. The decree regulated the guidelines which cover transsexuals from pre-operational clinical and outpatient care to surgery, assistance, and post-operative care.

The investigation that gave rise to this article took place during a historic moment, in which healthcare activities aimed at homosexual men, lesbian women, bisexuals, intersexuals, *travestis* and trans persons remained incipient, and thus required identification and analysis to evaluate their effectiveness and reflect on how to improve them. The next section will address this aspect, beginning with a look at entry into primary care.

Entry into primary care

In the winter of 2019, I was in front of a primary healthcare clinic in a poor neighborhood in São Paulo's southern zone. At the appointed time, I met Joana: a nurse, graduate of the Universidade de São Paulo, thirty-four years old, white, heterosexual, married without children, whose mother was a small business owner and father an automotive welder. Joana lived in a small house behind the home of her now retired parents.

In considering who were the LGBTI+ users who came to the primary care clinic, Joana stated: "Usually, they come from outside their coverage area. They are not registered here, it's very rare for them to come here with a record. They come from other places, outside of their region, outside of the coverage area." Thus, Joana maintained that LGBTI+ people sought out primary healthcare clinics far from where they lived. Inês, the nurse who works in the western zone whose narrative opened this article, when reflecting upon the entries into primary healthcare clinics, commented: "*These people, when they come to us, it is usually because of some sexually transmitted disease that they observe, that they notice.*"

Thus, LGBTI+ people do not enter these clinics for preventive care, as healthcare professionals assume and work towards. The chosen paths (for example, opting for a clinic far from their residence) seem to be guided by an attempt to respond to a heterosexist visibility regime marked by family disapproval and prying neighbors. This regime emerged during the analysis of interviews and proved to be central to understanding the performance of primary care health professionals. Everything seems to converge into a regime of visibility of difference that is inseparable from the role that the healthcare system performed historically, which Michel Foucault

(2020), more than four decades ago, defined as an apparatus of sexuality. One of its elements was to identify as pathological behaviors those that are outside the heterosexual reproductive standard.

Sérgio Carrara (2015) analyzes the emergence of the notion of sexual rights as an aspect that is central to the transformation of sexual policies and which influences the apparatus of sexuality. Carrara affirms that these rights indicate an emergence of changes in the secular regime of sexuality that is accompanied by a kind of moral regulation. Carrara indicates the possibility that biopolitical effects are now felt in more subtle and indirect ways, for example, over the control of the vulnerable.

In the case under analysis, according to the professionals interviewed, entry into a primary healthcare clinic doesn't occur because of an alteration in blood pressure or other chronic diseases, but mainly because of sexually transmitted infections (STIs). This fact suggests that the health needs of this segment of the population are only specifically recognized by professionals when they bring their sexual orientation into the discussion – which appears to be more common in relation to STIs than in the case of other needs.

The review study by Elizabeth Prado and Maria Fátima de Souza (2017) – conducted between 2011 and 2016, and, therefore, when the National Comprehensive LGBT Healthcare program was already in effect – indicated that this history of care for this population continued to be associated with the issue of STIs. In addition, other issues arose that have challenged healthcare professionals. The interviews conducted during the present study permit recognizing that, at least in the context of São Paulo in the mid-2010s, an inflection took place that brought healthcare professionals' focus to the issue of recognition of the "social name" and to the requests for hormone therapy and sex reassignment procedures.

In another primary healthcare clinic in São Paulo's western zone, Andreia – a forty-six-year-old nurse, racially mixed, hetero, married with two children and graduate studies in family health – commented that the LGBTI+ people who come to the clinic do not always identify themselves: "It's very difficult, because usually someone else from the community is here. These needier people are more oppressed. I still feel this. She feels cornered, right?! Not by the professional, but by the neighbors."

The search for a healthcare clinic far from home and the practice of not identifying themselves were important issues in the care given to LGBTI+ people during the study. In this case, the access to healthcare required recognition and reflection about what restricts the healthcare professionals' visibility (such as the lack of ed-

ucation and/or information about this population segment). Although the heterosexism of family and neighbors seems to reside outside the healthcare system, it can actually be understood to be internal as well, since it has been revealed to be a barrier for access to primary care.

In the view of Antônio, a doctor at a primary healthcare clinic in the southern zone, who is forty-three, white, a Spiritist and a separated father of two sons, who currently self-identifies as gay: “I think that primary care is the entryway for these patients and we need to train the clinics to receive them. They are not trained, there are no professionals trained [in this field], and there is no real, current influx of these patients, in my opinion”. In addition to indicating the importance of the clinics and criticizing the care given to LGBTI+ people, Antônio also describes how the typical itinerary of an LGBTI+ patient, before arriving at the doctor, involves three people: the community healthcare worker, the administrative representative and the healthcare professional. According to him “we should all be trained and have this understanding of this public”.

However, in the itinerary outlined by Antônio, I identified during this study an educational inequality among healthcare professionals in terms of comprehension of the specificities of LGBTI+ people. This prevents them from facing the challenge of limiting their exposure to prejudice and discrimination, towards access to a primary healthcare clinic. This fact helps to explain why many seek primary healthcare clinics far from where they live, or those which have a reputation for caring for this segment, even if they aren't officially reference centers [as clinics offering specialized care for complex issues are known]. Carlos is a doctor who works in one of the few clinics regarded by users as a reference center. He is gay, white, forty years old, single, childless, and a non-practicing Catholic. He commented that this population segment needs to have access to the Unified Healthcare System from any point within the system: “If the person is there in the extreme periphery, then they need to receive care in the extreme periphery. She comes to a reference center, if she has a specific health condition that warrants the reference center, whether a sexually transmitted disease, or any other issue.”

The formulations of healthcare professionals seem to be directed at the forms of access, the lack of preparedness (or unequal access to knowledge) of professionals, the forms of perception and to the ways of framing. This refers to what I have called the visibility regime, which will be discussed in more depth later. First I will present how administrators, nursing technicians and assistants, nurses and doctors describe the reception of the LGBTI+ segment in primary care, especially at primary healthcare clinics.

Professionals' perceptions about the LGBTI+ population's access to healthcare

As previously mentioned, since the 1980s, the Aids epidemic increased attention by the healthcare field to the LGBTI+ segment, especially, at the time, to gay men who were seen as more vulnerable to HIV infection. Regina is a sixty-year-old doctor. She is white, Catholic, hetero, married with two children and works in the eastern region. Reflecting on the above, she emphasized that her work during the most dramatic period of the Aids pandemic was what made her better informed and prepared to deal with this population: "For a long time, for eight years, I participated in a specific service, which was in the AIDs and HIV testing center. This was at the height of the epidemic." Her statement suggests that this experience contributed to her getting to know the LGBTI+ public, especially the homosexual segment, which contrasts with interviews with recently graduated and active professionals, who emphasized a change of focus to the "T segment" (that is, *travestis* and transsexuals).

Aline is a forty-two-year-old psychologist. She is white, non-religious, hetero, married, and a mother with one daughter whose work focuses on the LGBTI+ population at a regional office. She commented on this focus: "I think that in the case of *travestis* and transsexuals there was a political issue at the time that encouraged us to pay more attention to them." According to her, this began around the middle of the 2010s. However, Antonio – who was cited earlier – stressed that "today LGBTI+ may be thought of as being synonymous with trans" because of the nature of their needs:

I think it is because this trans issue had something very specific in its need for hormone therapy and to have a specific treatment. Homosexual issues don't present demands as specific as the trans issue that requires a specific treatment.

Both narratives help to explain a certain equivalency in the perception of the LGBTI+ population as transsexual and *travesti* people but keep open the issue of the consequences for the other segments regarding their access to primary healthcare and if, and how, they are being effectively received. The current regime of visibility of the healthcare system regarding LGBTI+ people seems to be based on a form of visual identification and demands that relegate gays, lesbians, bisexuals and intersex people to invisibility or to being squeezed into the T category, as the first narratives by professionals in this article indicated.

Addressing this issue of invisibility that undermines care, Aline commented "I think there are lesbians that leave with birth control prescribed by the doctor." Her narrative aligns with information from international literature which indicates that les-

bian women have a lower frequency of gynecological exams, Pap smears and breast cancer prevention tests (Aaron et al., 2001; Almeida, 2009; Marrazzo et al., 2000). They also indicate that these women do not always seek care when necessary or only do so when serious problems emerge and in periods of worsened health (and that healthcare professionals request fewer of these exams for these women). Research has shown that healthcare is limited to the dimensions of reproduction, despite the Comprehensive Women's Healthcare Assistance Program.

In addition, a lack of awareness of the existence of intersex people predominated among interviewees. This lack of knowledge attests to the lack of preparation for meeting the healthcare needs of these people. Investigators such as Lima and team (2017) have shown that, when an intersex person decides to go to a health service (for example, to question the sexual designation they were given at birth), they pass through different sectors and paths. All routes present difficulties and violence. In the healthcare apparatus, the interventions available are almost exclusively surgical or drug-based. In this way, intersexuality tends to become invisible and, when recognized, encompassed in the sphere of disease.

In general, the perceptions of the professionals indicate the persistence of a binary understanding of gender in the healthcare field. Physical and subjective ambiguities tend to be ignored or read only in the light of transsexuality (a regime of visibility is in operation here in which visible diacritical signals are evaluated and indicate the need for attention), or, in the case of intersex people, treated as pathological. This fact contrasts with the need, for LGBTI+ people's access to healthcare, to recognize specificities, which cannot be substituted by syntheses or stereotypes.

The current focus of care, regarding the trans segment and its demands, operates through a reification of presumed trans and *travesti* characteristics. That is, the visibility regime precedes the encounter and implies certain options (such as focus on STIs). Thus, even with the T group, the access is inadequate, since there isn't a relationship in which the trans people and *travestis* are listened to, in order to know who they really are.

This focus also leads to inattention to the general or specific problems of the other segments, such as segments B (bisexuals) and G (gays). This inattention, however, encounters an increasing number of gays who are seropositive for HIV. In a recent study, Kerr and team (Colucci, 2018) showed that the prevalence of positive HIV tests in men who have sex with men was higher in 2016 than in 2009. These authors attribute the increase in HIV prevalence among men who have sex with men to the reduction in public campaigns.

In reality, a context exists that involves the entire LGBTI+ population. Many researchers believe that the main health problem of the LGBTI+ population is the violence to which it is subjected and its consequences. Studies recognize that this social segment frequently has its mental health shaken by the effects of continuous exposure to prejudice and discrimination. Some denominate this as “minority stress” (Freitas et al., 2017). This condition explains the greater vulnerability of LGBTI+ people to depression and, ultimately, suicide (Russel & Joyner, 2001). This is associated with a greater vulnerability to physical attacks that range from family violence – related to the refusal of family members to accept the person’s sexual orientation and/or gender identification – to beatings and attacks by strangers, which sadly often culminate in homicides (Pinto et al., 2020).

The pressure of “minority stress” associated to few structural sources of support that would help develop forms of resilience, increases the propensity for chemical dependence (Bryan et al., 2017), both on legal drugs, such as antidepressants, and on illegal ones. Without proper assistance and support, individuals left to their own devices have a limited range of alternatives to bear the accumulated emotional pain. According to the interviews, there is little or no perception that the needs of LGBTI+ people involve the psychosocial consequences of prejudice and discrimination.

During the interviews, I noted that prejudice and discrimination tend to appear in the narratives of healthcare professionals as something “external” to the health system, or located in the neighborhood, or in mediations before the patient reaches the doctor. According to Regina (a doctor with broad professional experience in the eastern zone), dealing with this involves much more than just the healthcare service itself: “The doctor alone is not enough, if the person won’t come here, it’s useless. There must be a response, there must be a change in overall behavior.” To which the positions of other doctors are added, like Antônio, who identified barriers in primary care itself to the reception of LGBTI+ people: “A small complication exists in relation to community healthcare workers, because, at times, they [LGBTI+ people] feel constrained, mainly those who are not openly gay, to seek this access.” At the primary healthcare clinic Antônio affirmed:

The big difficulty is that the arrival of this patient generates a murmur inside the clinic, involving the community healthcare worker, involving the administrative representative, involving the nursing assistant. When a chart arrives either they report that the patient is trans, or any LGBT, so the whole stereotyping about this patient begins.

In summary, in the doctor’s view, what predominates is the recognition, identification and insertion of the patient into a stereotype, from the contact in the community with the healthcare worker⁸, to arrival at the primary healthcare clinic under the

8. Due to the territorial scope of the research, it was decided to divide the data collection into four professional profiles. In future studies, we plan to focus the analysis on community healthcare workers because of our interests in comprehensiveness and in the care.

9. The professionals showed an ability to search for protocols when necessary, such as those they (directly or indirectly) mentioned most, the Protocol for the Care of Transsexual and Travesti People in the Municipality of São Paulo.

gaze of the security guard and the evaluation of the person who fills in the admission form, until reception by a nursing assistant or technician. In fact, the doctors' interviews also revealed that, though with possibly less prejudice or stereotype, their consultations and referrals seem to fit the framing in the protocols⁹ established for this population. As a result, and always according to the interviewer's formulations, it is worth asking about obstacles and solutions in primary healthcare.

Obstacles to entry into primary care and possible solutions

There are many obstacles to entry into primary care for the LGBTI+ population, and, therefore, to their access to the comprehensive healthcare proposed in the National Comprehensive LGBT Healthcare Program. The investigation identified an inequality of education and information among different healthcare professionals. It also identified that mid-level professionals – such as community healthcare workers, nursing assistants and technicians – are simultaneously those most involved with admissions but the least prepared to receive patients. Although higher level professionals have declared an interest in welcoming the segments that comprise the LGBTI+ collective, they had, as mentioned, a predominant tendency to synthesize them with the T segment. Additionally, a consensus existed that the problem was basically to get the person to the primary healthcare clinic, that is – in the view of healthcare professionals – the obstacles to healthcare access can be summed up to getting this population into the system to provide them with what, in theory, would be at their disposition.

From a historical perspective, what stands out among the findings provided by discussions with healthcare professionals is that, in fulfilling the needs of the LGBTI+ population, there has been a focus on one segment or another, instead of advancing the inclusion of the population's entire internal diversity. If the concern about STIs led to a broader perspective that involves the needs of the trans and *travesti* segment, which could be seen as progress, this wound up taking place with a reification of trans people (which distances them from healthcare access, since it is far from their reality) and, also, in detriment to recognizing specific needs of the other segments that compose this population. If there is continuity in the way care is given to the LGBTI+ population, beyond the healthcare system addressing what each era defines as urgent, it also continues to only recognize needs that are based on a disease-centered conception of health, on its physical aspects, with little or no attention paid to psychological or social aspects.

In the interviews, the criticism of an incipient professional education was almost unanimous for its failure to provide information about the LGBTI+ segment or about

gender and sexuality issues in general. “I don’t remember having anything, not a single conversation about this specific subject,” said one forty-one-year-old doctor who worked in [São Paulo’s] western region. She was white, hetero, a Spiritist, and married with two children. A thirty-nine-year-old nursing graduate and manager of a primary healthcare clinic – who was white, Catholic, hetero, and a divorced mother of one – said: “At nursing college, zero. I tell you, at college it was zero. I graduated a while ago, but there were no classes, nothing specific. I ended up having training when I worked there, in downtown.”

The few people who reported having any training or information about the topic said that it was addressed in a contingent way, or secondarily in a class or specialization course. This corroborates studies about curricula, such as that mentioned by Adriana Lemos (2014), which found few courses with a bibliography about gender and sexuality in healthcare education in Rio de Janeiro. This tends to be corroborated in contexts such as São Paulo, which is discussed here.

Most of the professionals interviewed, in addition to describing their education as deficient, believed that college courses could incorporate this content. Antônio commented, “A discipline involving either psychology or even the field of psychiatry.” He also suggested that improving primary healthcare services would require “technical training, so that we can absorb these patients and bring them to us. It’s no use being trained if we can’t manage to actively seek them out and bring them into our midst.”

While doctors and nurses emphasized educational deficiencies as something to correct to improve care, most of the administrators said in the interviews that services also need to be improved. Asked by the researcher whether they believed the LGBTI+ segment should be treated in reference centers, or in any health clinic, the responses tended to recognize the importance of reference centers, but, that ideally the entire healthcare system would be able to treat LGBTI+ people. One administrator of a primary healthcare clinic that is considered a kind of reference center for the trans and *travesti* population, a forty-two-year-old white male, with a degree in business administration and a graduate degree in health administration, with no religion, hetero, and a married father of two affirmed:

I think that the reference center is important, it’s empowering, but I think that it should be instituted in the clinics, because the population will be throughout the territory in all of the municipality [...]. This is the only reference center. We receive patients from everywhere. So, the patient comes from the eastern zone, comes from the southern zone, and they come here because it’s the only

reference center. Perhaps this exclusive empowerment could happen in their own region, if this possibility existed, this entry point.

In other words, improvements to the healthcare system for LGBTI+ healthcare imply, in the view of the workers themselves, improvements in the education of professionals and in the organization of the reception system. There is a clear openness among most of the professionals interviewed to the issue of LGBTI+ healthcare, and a comprehension of healthcare related to sexual and reproductive rights among those with higher education¹⁰. A continuing education policy on these topics is still lacking and their inclusion in curricula for courses such as medicine and nursing would possibly be more effective in the long run. Without this educational foundation, and without specialization or similar courses, there are few spontaneous initiatives to improve the care given to the LGBTI+ population within the primary care network. As stated at the beginning of this article, of the twenty-four primary healthcare clinics visited, only one had its own initiative – a group for reflection and education to improve this segment’s access to the clinic and improve its care.

Ultimately, the perceptions of healthcare professionals – as well as the obstacles they mentioned, the paths they indicated – highlight a regime of visibility. What does the research reveal about this regime of visibility? How is it constituted and how does it operate in healthcare services? Does the conception of health and care that shapes it inhibit access, or allow it only according to certain standards?

Regime of visibility and healthcare: debating the research findings

Despite the changes that have led to what is now known as LGBTI+ healthcare, the visibility regime that I found during the research indicated the maintenance of the historical medical classification of peripheral sexualities, which Foucault (2020) described as part of the sexuality apparatus. Identified by gender, they were described by classical sexology as escaping the heterosexual-reproductive standard and are now presented new techniques and therapies that signal possible bodily changes¹¹.

In the field, “LGBT people” was a term that emerged from professional experiences that combine knowledge, protocols, and information in the identification of these individuals based on their gender, displayed in the way they present themselves publicly. This recognition process makes it possible to recognize them, always in contrast to the model of “normality”, as people who veer away from this model. In this process, people who displayed visual characteristics (mainly *travestis* and trans people) were designated as LGBT. It is a visibility regime accustomed to the hyper

10. According to the analysis of the transcribed interviews using R software, it is possible to assert that the professionals’ responses are made in terms of the law and not morality or religion.

11. Historically, medicine identified sexualities outside the heterosexual and reproductive standard, associating them with gender. According to historians of sexuality, the article by the German psychiatrist Carl Westphal [“Contrary sexual feeling” (1870)] can be seen as consolidating a linear association between desire and gender that classifies desire for people of the same sex as a type of “inversion”. The association between gender and desire within a heterosexual matrix (Butler, 2003) has continued since then as a presupposition that shapes medical thought and psychiatric and psychological analyses, as well as forms of self-understanding and demands for recognition (Sedgwick, 2007).

visibility of gender identifications that differ from socially expected ones. This visibility regime maintains the apparatus of sexuality that is based on treating dissident sexualities as pathologies.

Thus, in this regime based on hypervisibility, intersex people are unknown and invisible but when, for example, I described or mentioned them in primary healthcare clinics, they generated a positive reaction that tended towards reception that would route them to procedures viewed as similar to those made available to trans people. The healthcare professionals rarely spontaneously mentioned bisexuals, gays and lesbians. When asked, most responded that “they were received like everyone else.” This affirmation revealed that, when the way the patient presents themselves publicly does not clearly contrast with a socially expected and standardized category of gender, they are no longer recognized as needing special attention. Only if their health need involves a sexually transmitted infection and, therefore, if their desire is expressed, will the person come to be recognized.

Lesbians, bisexuals, gays, *travestis*, trans and intersex people are only perceived, and simultaneously seen and understood through a visibility regime that revises the historical association between what Foucault defined as peripheral sexualities and a perceptible gender “inadequacy” (Butler, 2014). STIs are added to this gendering perspective which brings sexual orientation to the discourse, to corroborate an anatomicopathological understanding of this population segment that is rarely recognized in any other way, nor seen as having other health needs (Brasil, 2010; Ferreira & Miskolci, 2020).

The result is that, when lacking or seeking to shed prejudices, professionals tend to contribute to universality of access and, to a lesser extent, to equity, but this does little or nothing to approach the comprehensiveness that governs the National Comprehensive LGBT Healthcare Program which is one of the principles of the Unified Healthcare System. According to the interviews, the visibility regime active in primary healthcare maintains an understanding of LGBTI+ healthcare based on pathologies, on needs that involve diagnosis, care and treatment, which is materialized in interventions using medicine and surgery. Thus, it tends to erase differences between segments of the LGBTI+ population, failing to recognize their specificities and range of needs. It also doesn't help the care, attention and bonding process because it is anchored in visual recognition, in the re-updating of the anatomicopathological clinical gaze which, according to Foucault (1977), founded contemporary medicine.

In a manner only apparently contradictory, this visibility regime associates itself, even with mixed signals at the primary healthcare clinic, to that which generates

fears in subjects in relation to their families and neighbors, leading some to seek care in another neighborhood. In the primary clinic, wherever it may be, the treatable bodies tend to be recognized solely by a visual contrast to the apparent norm. In other words, it is more likely that the feminine boy, the masculine lesbian, trans individuals and *travestis* will receive care, while the “discreet” (possible bisexuals, gays or lesbians) or the “invisible” (such as intersex people) will not. Many are excluded or receive care only when their needs fit the system’s expectations, meaning that their right to equity and comprehensive care is denied.

The professionals interviewed in primary healthcare clinics are trying to find and take in this population, but haven’t received education or ongoing training; they work in less than ideal circumstances and are led by the protocols to use stereotypes and fixed identities to identify those who enter the public health system. The result is an admission into the Unified Healthcare System structured around a narrow conception of health, based on an updated version of the clinical gaze capable of recognizing only certain patients, diseases and conditions. The promotion of healthcare is compromised by the reifications engendered by this visibility regime, briefly outlined here, such as guiding professionals to read diverse gender identities as if they were fixed, perhaps capable of being consolidated anatomically.

Thus, healthcare that wants to promote itself stops being preventative and ends up limited to the needs of treating STIs, or therapeutic or surgical procedures. A partial (non-integral) notion of healthcare is preserved, centered on disease and illness, which also fails to incorporate all of the segments of the LGBTI+ population. Therefore, from a historical perspective, the shift in focus from STIs to hormonal therapy and other procedures for trans people, not only indicates a prioritization of one segment over another in the LGBTI+ population – or attention to one to the detriment of another – but, also, a focus on healthcare needs emerging from an understanding invariably based on pathology and/or needs which involve interventions with drugs or surgery. So that, in addition to distancing itself from the principle of equity, it is also far from comprehensive, because it erases the psychic and social aspects of health, such as the phenomena of stress felt by minorities mentioned previously or greater vulnerability to everyday violence.

Final notes

During the study, the healthcare professionals themselves indicated the need for information for education and improvement, as well as the establishment of more effective protocols and practices. Additionally, the interviews showed an unequal distribution of knowledge in the primary healthcare clinics. A visibility regime was

also encountered that maintained an anatomicopathological clinical gaze towards primary healthcare. I hope to have demonstrated that this visibility regime acts against the reception and care of LGBTI+ people. Moreover, despite good intentions and a goal of following the National Comprehensive LGBT Healthcare Program, it is important to insist on the persistence of a visibility regime that is part of the historic apparatus of sexuality, which treats as pathological those who differ from the heterosexual reproductive model.

Admission into primary healthcare clinics and the perceptions of healthcare professionals are based on this visibility regime. This framework leads to thinking about alternatives that escape the visibility regime, which undermines universal and comprehensive healthcare for the LGBTI+ population. This is because comprehensive care will only be achieved if there is an effort to overcome external classifications of individuals that reify their forms of self-understanding and identification, squeezing them into fixed identities and known necessities.

The results of the study warn of the need for more listening and less anticipated visual framing, because, as Foucault previously warned, visibility is a trap. Listening must be well developed, offering opportunities for people to speak, without expecting them to confess (for example, when an individual is only heard through the report of an STI, which returns to confessions of the flesh and, once again, to pathology). Replacing this flawed and damaging visibility regime with a pedagogy of listening can enable practices that offer universal, equitable and comprehensive healthcare to the LGBTI+ segment.

The “pedagogy of listening” is a proposal to think and act in conversation, making oneself available to Others. This movement would be realized through the construction of pedagogical situations, quite different from those that establish a superiority of the healthcare professional. That is, the goal would be to elide the dissymmetry between those seeking care and the caregiver. As such, it is a pedagogy of bonds, with a stake in the community (Segato, 2018; Freire, 2010).

References

AARON, Deborah et al. Behavioral risk factors for disease and preventive health practices among lesbians. *Am J Public Health*, v. 91, p. 972-975, 2001.

ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis*, v. 19, n. 2, p. 301-331, 2009.

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.

ATKINSON, Sarah. Antropologia e pesquisa sobre qualidade dos serviços de saúde. *Cad Saúde Pública*, v. 9, n. 3, p. 283-299, 1993. Available at: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300016>>. Accessed on Feb 9, 2021.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BRASIL. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRYAN, Amanda et al. Factors associated with high-risk alcohol consumption among LGB older adults: the roles of gender, social support, perceived stress, discrimination, and stigma he. *Gerontologist*, v. 57, suppl. 1, p. S95-S104, 2017. Available at: <<https://doi.org/10.1093/geront/gnw100Published>>. Accessed on Jan. 13, 2017.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 249-274, 2014. Available at: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>>. Accessed on Oct. 13, 2020.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALAZANS, Gabriela Junqueira. Políticas de saúde voltadas à diversidade sexual e de gênero. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*, p. 439-470. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

CALAZANS, Gabriela Junqueira et al. A experiência de implantação da Política de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no município de São Paulo. *BIS – Boletim do Instituto de Saúde*, v. 19, p. 105, 2019.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n.2, p. 323-345, 2015. Available at: <<https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>>. Accessed on Jan. 10, 2021.

COLLUCCI, Cláudia. Em SP, 1 a cada 4 homens que transam com homens tem HIV. *Folha de São Paulo*, 06 Jun. 2018. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2018/06/em-sp-1-a-cada-4-homens-que-transam-com-homens-tem-hiv-revela-estudo.shtml>>. Accessed on Jan. 10, 2021.

FERREIRA, João Paulo; MISKOLCI, Richard. Homosexuality and biomarkers of aging in the production of gerontological knowledge in US, British and Brazilian authors. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, 2020.

FERREIRA, Breno de Oliveira; BONAN, Claudia. Vários tons de “não”: relatos de profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT). *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I. “A vontade de saber”*. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FREITAS, Daniela Fonseca et al. Resilience in LGB Youths: a systematic review of protection mechanisms. *Paidéia*, v. 27, n. 66, p. 69-79, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

INGOLD, Tim. *The perception of the environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London; New York: Routledge; 2000.

LE MOS, Adriana. Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais de atenção primária em saúde. *Saúde em Debate*, v. 38, n. 101, p. 244-253, 2014. Available at: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000200244>. Accessed on May 10, 2020.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de et al. (Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo. *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017. Available at: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000100506&lng=en&nrm=iso>. Accessed on Jan. 10, 2021.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde Soc*, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008.

MARRAZZO, Jeanne et al. Genital human papillomavirus infection in women who have sex with women: a review. *Am J Obstet Gynecol*, n. 183, p. 770-774, 2000.

MELLO, Luiz et al. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 403-429, 2012.

MEARLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of perception*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1962.

MISKOLCI, Richard. Networks of desire: the specter of Aids and the use of digital media in the suest for secret same-sex relations in São Paulo. *Vibrant*, v. 10, p. 40-70, 2013.

MOSCHETA, Murilo et al. Health care provision in Brazil: A dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. *J Health Psychol*, v. 21, n. 3, p. 369-378, 2016.

PAULINO, Danilo; RASERA, Emerson; TEIXEIRA, Flávia. Discursos sobre o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT) entre médicas(os) da estratégia Saúde da Família. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

_____. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, n. 2, p. 2-9, 2008.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da Aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 1, p. 125-157, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *O terror e a dádiva*. Goiânia: Editora Vieira; Cânone Editorial, 2004.

PINTO, Isabella Vitral et al. Perfil das notificações de violência em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informações de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. *Rev Bras Epidemiol*, v. 23, n. 1, 2020.

POLIDORO, Maurício; KAUSS, Bruno ; MISKOLCI, Richard; OLIVEIRA, Daniel Canavese de. O panorama atual da estratégia de profilaxia pré-exposição (PrEP) no Brasil e os caminhos possíveis para a equidade em saúde. *Saúde & Transformação Social*, v. 11, p. 1-11, 2020.

POPADIUK, Gianna Schreiber et al. A política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (lgbt) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Colet*, v. 22, n. 5, p.1509-1520, 2017.

PRADO, Elizabeth Alves de Jesus; SOUSA Maria Fátima de. Políticas públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. *Tempus, Actas de Saúde Colet*, v. 11, n. 1, p. 69, 2017. Available at: <<http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1895>>. Accessed on July 17, 2019.

RAMOS, Lázaro Saluci et al. A humanização da atenção básica a saúde brasileira no atendimento de travestis e transsexuais: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 44, 2020. Available at: <<https://doi.org/10.25248/reas.e2770.2020>>. Accessed on Jan. 10, 2021.

RUSSEL, Stephen Thomas; JOYNER, Kara. Adolescent sexual orientation and suicide risk: evidence from a national study. *Am J Public Health*, v. 91, n. 8, p. 1276-1281, 2001.

SANTOS, Juliana Spinula dos et al. Saúde da população LGBTI+ na atenção primária à saúde e a inserção da enfermagem. *Esc Anna Nery*, v. 23, n. 4, 2019.

SANTOS, Luís Eduardo Soares dos et al. O acesso ao Sistema Único de Saúde na percepção de homossexuais masculinos. *Rev Bras Enferm*; v. 73, n. 2, 2020.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogias de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SENA, Ana Gabriela Nascimento; SOUTO, Kátia Maria Barreto. Avanços e desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. *Tempus, Actas de Saúde Colet*; v. 11, n. 1, 2017. Available at: <<http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1923>>. Accessed on May 10, 2020.

SIGNORELLI, Marcos; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otavio; OLIVEIRA, Daniel Canavese de; MISKOLCI, Richard; POLIDORO, Mauricio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. The health of LGBTI+ people and the COVID-19 pandemic: A call for visibility and health responses in Latin America. *Sexualities*, v. 23, 2020.



A sociologia da ciência e da tecnologia no Brasil: uma análise a partir da produção em periódicos A1 entre 2010 e 2018

Recebido: 28.05.21
Aprovado: 22.07.21

Marília Luz David (<https://orcid.org/0000-0001-8264-2813>),
Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Porto Alegre, RS, Brasilⁱ.

i. Marília Luz David é professora do Departamento de Sociologia da UFRGS. <marilia.david@ufrgs.br>.

Adriano Premebida (<https://orcid.org/0000-0001-5120-0449>),
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱ.

ii. Adriano Premebida é pesquisador do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (Temas/UFRGS). <premebida@hotmail.com>.

Lorena Cândido Fleury (<https://orcid.org/0000-0001-9659-8630>),
Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱⁱ.

iii. Lorena Cândido Fleury é professora do Departamento de Sociologia da UFRGS. <lorena.fleury@ufrgs.br>.

Jalcione Almeida (<https://orcid.org/0000-0002-8915-0579>),
Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
Porto Alegre, RS, Brasil^{iv}.

iv. Jalcione Almeida é professor do Departamento de Sociologia da UFRGS. <jal@ufrgs.br>.

Resumo: Este trabalho analisa a produção em sociologia da ciência e da tecnologia publicada no Brasil entre 2010 e 2018 em periódicos nacionais Qualis A1 em sociologia. Foram examinados dados sobre o volume, tipo e distribuição das publicações, além das temáticas, objetos empíricos e conceitos mais frequentes. Analisou-se ainda o conteúdo das cinco temáticas a concentrarem o maior número de publicações. Com isso, espera-se *i.* esboçar um panorama sobre o perfil dos artigos; *ii.* identificar como estão distribuídos entre as revistas e instituições de pesquisa; *iii.* examinar tendências em relação às temáticas; e *iv.* traçar paralelos com a sociologia brasileira. Concluímos que este é um campo em expansão, cuja produção concentra-se em certas temáticas, objetos empíricos, revistas e instituições. Questionamos ainda por que temáticas importantes para os estudos sociais das ciências e das tecnologias (ESCT) encontram dificuldade em acessar periódicos desse estrato e quais questões em sociologia da ciência e da tecnologia (SCT) poderiam ser mais bem exploradas em pesquisas futuras.

Palavras-chave: Sociologia da ciência e da tecnologia. Estudos sociais das ciências e das tecnologias. Levantamento bibliográfico. Periódicos científicos. Produção acadêmica.

Sociology of science and technology in Brazil: an analysis of articles in A1 sociology journals published between 2010 and 2018

Abstract: This article analyzes articles in Sociology of Science and Technology (SST) published in Brazilian academic journals classified as Qualis A1 in Sociology between 2010 and 2018. To do so we examine data on the volume, type, and distribution of publications, as well as its most frequent themes, empirical objects and concepts. By doing so, we expect i. to describe articles' profile; ii. to identify how they are distributed among journals and research institutions, iii. to examine trends in relation to the most frequent themes and iv. to draw parallels with Brazilian Sociology. We conclude that SST is a growing field, whose production focuses on certain themes, empirical objects, academic journals, and institutions. We also question why important themes for social studies of science and technology (ESCT) have difficulty accessing journals in this stratum and which issues in sociology of science and technology (SCT) could be better explored in future research.

Keywords: Sociology of science and technology. Social studies of sciences and technology. Bibliographic survey. Scientific journals. Academic production.

Introdução

Este trabalho busca analisar a produção acadêmica em sociologia da ciência e da tecnologia (SCT) publicada no Brasil entre 2010 e 2018 em periódicos nacionais do estrato Qualis A1 na área de sociologia. Para tanto, foram examinados dados sobre o volume, tipo e distribuição das publicações, bem como as temáticas, objetos empíricos e conceitos mais frequentes. Ademais, analisou-se o conteúdo das cinco temáticas a concentrar o maior número de publicações. Com isso, espera-se *i.* esboçar um panorama sobre o perfil dos artigos; *ii.* identificar como estes se distribuem entre os periódicos do estrato A1 em sociologia e entre instituições de pesquisa. *iii.* examinar tendências, sobretudo em relação às temáticas e aos assuntos nelas mais estudados; e *iv.* traçar paralelos com o campo mais amplo da sociologia brasileira.

Inicialmente, é importante dizer que o período histórico selecionado (entre 2010 e 2018) foi marcado por políticas públicas de expansão e de financiamento da pós-graduação no Brasil, no qual o Estado se posicionou como agente indutor desse processo via destinação de recursos públicos e criação de regulamentações jurídicas que visaram gerir a relação entre instituições de pesquisa e o ambiente externo. Esse também foi um período de expansão e institucionalização dos estudos sociais das ciências e das tecnologias (ESCT) no país, com a consequente consolidação de grupos de trabalhos (GTs) vinculados a esta temática nos principais eventos das ciências sociais no Brasil, criação de cursos de pós-graduação com perfil nos ESCT, a fundação da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências

e das Tecnologias (Esocite.Br), em 2010, e a organização de simpósios nacionais, a partir de 2011.

Apesar desse processo de consolidação do campo, ainda se carece de um levantamento sobre a produção sociológica dos ESCT no Brasil¹. Isso se torna um desafio ainda mais relevante diante do levantamento produzido recentemente por Fabíola Rohden e Marko Monteiro (2020) para o campo da antropologia da ciência e da tecnologia (ACT). Comparativamente, não há estudo semelhante para o campo da SCT no Brasil. É nesta lacuna que este trabalho se insere. Sendo assim, aqui se oferece uma análise de parte dos ESCT no Brasil e de seus avanços mais recentes no domínio das publicações em periódicos A1. Com a intenção de, futuramente, comparar dados com o diagnóstico produzido para o campo da ACT (Rohden & Monteiro, 2020), é reproduzido o mesmo recorte temporal (2010-2018) e parte dos critérios metodológicos utilizados naquele estudo, detalhados a seguir.

Para os fins deste trabalho, o termo “sociologia da ciência e da tecnologia” é utilizado como categoria guarda-chuva. Assim, não se trata de examinar toda a produção dos ESCT no Brasil, mas apenas aquela filiada à sociologia, de acordo com dois critérios: *i*. institucionais, em especial, através da divisão disciplinar prevista pela classificação Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e *ii*. teórico-metodológicos, definidos anteriormente para o levantamento sobre o campo da antropologia (Rohden & Monteiro, 2020) e detalhados adiante. Com isso, delimita-se o escopo da proposta e emprega-se o termo “sociologia da ciência e da tecnologia” como categoria fluida com a intenção de dialogar com os pares nos ESCT e das ciências humanas, além de facilitar a comunicação com o público não especialista interessado no tema.

Este artigo está organizado em três partes, além desta Introdução e das Considerações finais: na primeira, apresenta-se o percurso metodológico para a análise das publicações; na segunda, um panorama quantitativo; e, na terceira, as cinco temáticas com o maior volume de artigos entre 2010 e 2018.

Percurso metodológico

A primeira etapa da pesquisa mapeou os periódicos brasileiros classificados como Qualis A1 pela Capes na área de sociologia no quadriênio 2013-2016². Dezoito periódicos atendem a este critério: *Cadernos Pagu*, *Cadernos de Saúde Pública*, *Caderno Metrópole*, *Caderno CRH*, *Ciência e Saúde Coletiva*, *Civitas*, *Dados*, *Educação e Sociedade*, *Horizontes Antropológicos*, *Lua Nova*, *Mana*, *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Sociologia e*

1. Os poucos levantamentos encontrados concentram-se na área de ensino de ciências (Abreu, Fernandes & Martins, 2013) e no mapeamento de grupos de pesquisa a partir do censo 2006 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Araujo, 2009).

2. Optamos por selecionar apenas a classificação referente ao quadriênio 2013-2016, reproduzindo, assim, o mesmo critério metodológico de Rohden & Monteiro (2020).

3. Para uma discussão mais aprofundada sobre o sistema Qualis e a proposta mais recente de sua reformulação, ver Luiz Augusto Campos (2020).

4. Entendem-se os ESCT como um campo de estudos no qual são reunidas diversas abordagens e metodologias cujo ponto comum situa-se na análise da prática científica enquanto imersa em processos de socialização e aprendizagem formal e informal, e no qual as abordagens teóricas pretendem dar conta de ao menos um dentre três objetivos: *i.* analisar o “social” no conhecimento científico, incluindo o seu conteúdo; *ii.* discutir os múltiplos interesses relacionados aos grupos sociais que compõem as redes tecnocientíficas; e, por último, *iii.* os estudos que procuram analisar as disputas e legitimações decorrentes das definições de problemáticas e enunciados científicos (Premebida, Neves & Almeida, 2011).

5. O recorte temporal foi mantido e selecionado os periódicos brasileiros do mesmo estrato, com pequenas diferenças em relação aos termos de busca: *i. gerais* – a única alteração foi a substituição de

Antropologia, Revista de Antropologia, Sociedade e Estado, Sociologias e Tempo Social. Em seguida, foi realizado o levantamento dos artigos na base SciELO em uma busca que combinou termos gerais e específicos (Quadro 1). Esta etapa produziu um primeiro conjunto com 602 resumos de artigos publicados entre 2010 e 2018, catalogados por periódico e por tipo de busca (termos gerais ou específicos).

A seleção de periódicos do estrato A1 reproduz os critérios do levantamento sobre a ACT no Brasil, com o intuito de produzir dados que possam ser comparados. No entanto, reconhece-se que a seleção de artigos desse estrato é um recorte bastante particular, condicionando a análise apresentada neste trabalho. Além disso, é importante reconhecer que os critérios do sistema Qualis resultam de disputas no interior da comunidade acadêmica sobre como avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação no país, tendo em vista que essa avaliação influencia a distribuição de recursos financeiros, promove prestígio e reconhecimento dos pares. Sendo assim, os critérios de avaliação que hierarquizam os periódicos certamente não são artefatos puramente “técnicos”. Como bem mostram as pesquisas dos ESCT sobre normas e sistemas de classificação, tecnologias de avaliação e ordenamento traduzem relações de poder e lutas por definição do campo de estudo e do universo social, segundo interesses de diferentes grupos. A partir desse olhar crítico, ressalta-se que a escolha do recorte pelas revistas A1 não implica dizer que se pretende analisar as “melhores” revistas e publicações em SCT no país. A utilização dessas classificações institucionais como a avaliação Qualis, por um lado, instrumentaliza o levantamento sobre a produção intelectual e, por outro, impõe critérios de avaliação e divisões disciplinares³.

Estabelecer estratégias para operacionalizar a seleção dos artigos certamente foi um desafio diante de fronteiras disciplinares crescentemente fluidas. Na etapa seguinte, a leitura dos resumos buscou identificar textos que atendessem aos seguintes critérios: *i.* presença de perspectiva teórico-metodológica e bibliografias associadas à SCT/ESCT⁴ e/ou *ii.* consideração de práticas tecnocientíficas como objetos empíricos, isto é, pesquisas que investigam a produção de ciência e tecnologia e/ou como estas estão entrelaçadas com a (re)produção e transformação da ordem social (Felt et al., 2017). Posteriormente, foi decidido suprimir os trabalhos em filosofia, resenhas, ensaios de opinião/comentários livres, editoriais e apresentações de dossiês. Essa filtragem resultou em um conjunto final com 147 artigos, lidos na íntegra. A seleção e construção do *corpus* de análise até aqui reproduziu parcialmente a metodologia de Rohden e Monteiro (2020)⁵.

A organização e o tratamento dos dados foram realizados com a ajuda dos programas Mendeley e NVIVO. Neste, codificamos os artigos em três grandes eixos: *i.*

QUADRO 1

TERMOS DE BUSCA PARA PRODUÇÃO EM PERIÓDICOS

Termos gerais	Termos específicos (busca booleana)
"Sociologia da ciência" OR "ciência" OR "tecnociência" OR "tecnologia" OR "sociotécnica"	<p>Busca 1. Controvérsia OR meio ambiente OR internet OR risco OR biotecnologia OR inovação.</p> <p>Busca 2. Conflito AND (ambiental OR socioambiental).</p> <p>Busca 3. Mudanças AND (climáticas OR ambientais).</p> <p>Busca 4. Saúde AND (ciência OR tecno\$).</p> <p>Busca 5. Nanotecnologia.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

"temáticas", *ii.* "objetos empíricos" e *iii.* "conceitos centrais"⁶. Além dos metadados fornecidos pela SciELO e exportados para o NVIVO com auxílio do Mendeley, foram acrescentadas manualmente as informações sobre a filiação institucional e o gênero do primeiro autor e classificados os artigos em três categorias: *i.* análise com base empírica, *ii.* ensaio teórico e *iii.* revisão bibliográfica.

A leitura dos artigos e sua codificação resultaram em três conjuntos de nós com as "temáticas", os "objetos empíricos" e os "conceitos centrais" mais frequentes. Com a finalização das leituras, a constatação foi de que, em decorrência do grande número e provável proximidade de certas categorias, os nós das "temáticas" e "objetos empíricos" poderiam ser revisados. Para tanto, foram realizados dois tipos de testes: *i.* análises de *clusters* por similaridade de codificação para cada conjunto de nós (temáticas; objetos empíricos; conceitos); e *ii.* matrizes de codificação que cruzaram os nós das "temáticas" e os dos "objetos empíricos" entre si (i.e., temáticas *versus* temáticas; objetos empíricos *versus* objetos empíricos). Na matriz de codificação, a frequência de cruzamento entre os nós indicou sobreposições e, com isso, eventuais redundâncias, indicando que poderiam ser agrupados. A partir da análise qualitativa dos nós foi possível identificar tais casos, o que permitiu revisar a codificação e sintetizá-la.

Em seguida, foi realizada a análise em profundidade das temáticas levando em conta os assuntos mais frequentes e sua distribuição no tempo. A partir de então, foram definidos os eixos de assuntos para organizar e caracterizar cada temática e atentou-se para eventuais padrões no modo como cada um emerge no tempo. A partir dessas temáticas foram selecionados artigos como produções exemplares. Essas foram definidas pela clareza e coerência dos argumentos e a originalidade e rigor da contribuição.

"sociologia" no lugar de "antropologia da ciência"; *b.* *específicos* – foi utilizado o mesmo princípio de seleção de Rohden & Monteiro (2020), ou seja, o de identificar termos que impactaram o campo da SCT, no período referido, a partir da experiência profissional dos autores deste artigo. Além disso, via e-mail, foram solicitadas a uma rede de 32 pesquisadores brasileiros dos ESCT informações sobre sua produção acadêmica entre 2010-2018, o que possibilitou checar e identificar outros termos não selecionados. Para fins de comparação, Rohden & Monteiro (2020) utilizaram os seguintes termos específicos: técnica, (bio)medicalização, medicina, cibercultura, Internet, gênero, animais, clima e ambiente.

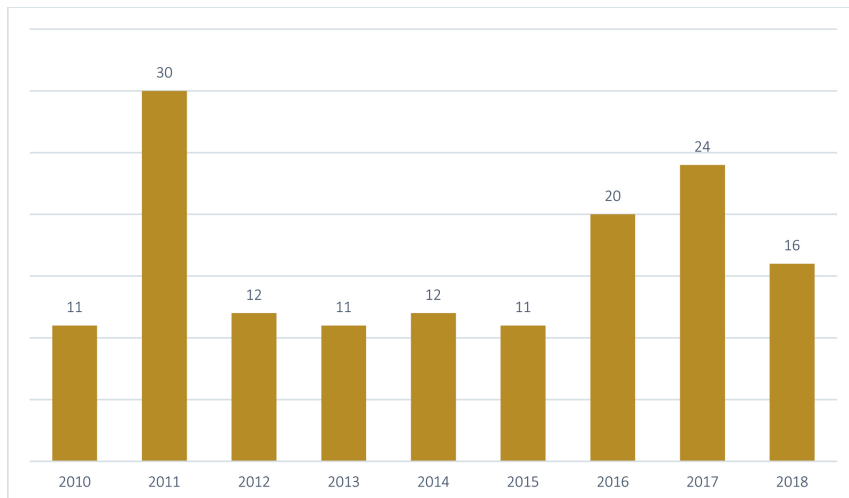
6. Em relação aos conceitos, inicialmente foi planejada a codificação das perspectivas teóricas dos artigos. No entanto, visto que muitas publicações não situavam explicitamente o seu referencial teórico ou eram meramente descritivas desde o ponto de vista empírico, optou-se

por uma organização do material que buscasse identificar os conceitos centrais de cada artigo.

Panorama quantitativo da produção em SCT no estrato A1

No período entre 2010 e 2018, a produção em SCT no Brasil no estrato A1 concentra-se nos anos de 2011 (com 30 artigos), 2016 (20) e 2017 (24), com média anual de 11 artigos (ver Gráfico 1). Esses anos reúnem 11 dossiês temáticos publicados nas revistas *Cadernos Pagu*, *Horizontes Antropológicos*, *Sociologias*, *Caderno CRH* e *Civitas*. No que diz respeito às modalidades dos artigos, disponíveis no Gráfico 2, predominam análises com base empírica (94 artigos – 64%), seguidas por ensaios teóricos (30 artigos – 21%) e revisões bibliográficas (23 artigos – 15%). Em relação à distribuição temporal das publicações por modalidade, há variações importantes: enquanto as análises empíricas estão presentes sobretudo em 2011 (19 artigos) e novamente em 2016 (12 artigos) e 2017 (16 artigos), em outros períodos, como entre 2013 e 2015, tem-se em média apenas sete artigos anuais. Comparativamente, os ensaios teóricos apresentam uma variação menor, concentrando-se em 2011 (oito artigos), 2016 e 2017 (cinco artigos em cada). As revisões bibliográficas, a modalidade com menor volume, têm média anual de três artigos.

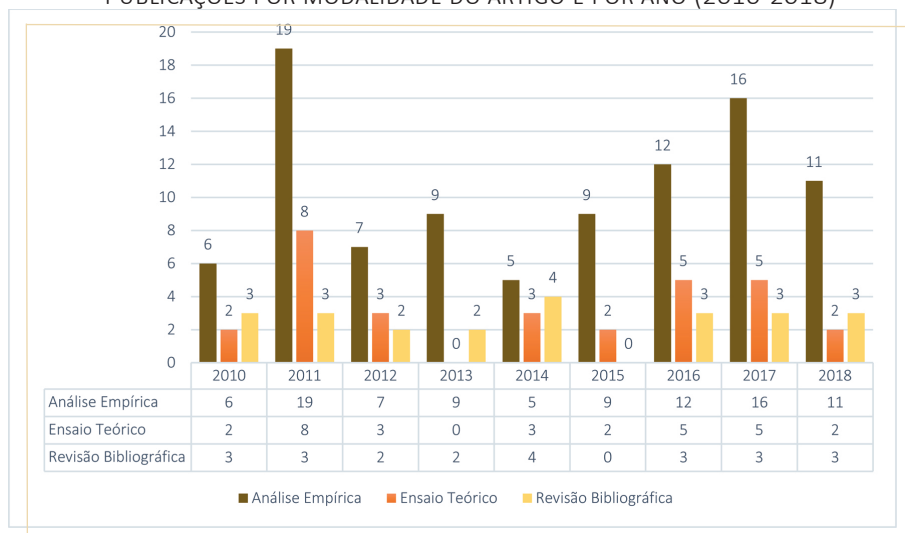
GRÁFICO 1
PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS A1 POR ANO (2010-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 apresenta os periódicos A1 que agrupam o maior número de publicações, ocorrendo uma importante concentração no topo desse *ranking*: embora as dez primeiras revistas sejam responsáveis por 83% da produção (123 artigos), as quatro primeiras reúnem 51% (75 artigos) do conjunto total. Com isso, a revista *Manguinhos* (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz), *Horizontes Antropológicos* (Uni-

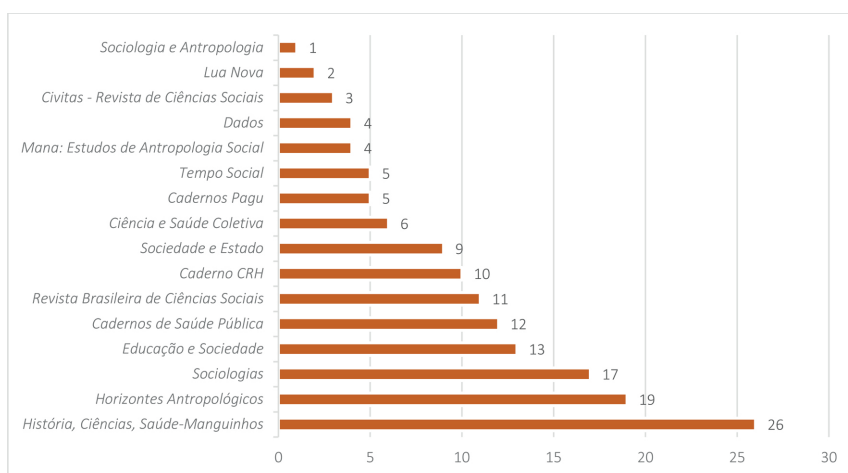
GRÁFICO 2
PUBLICAÇÕES POR MODALIDADE DO ARTIGO E POR ANO (2010-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores.

versidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), *Sociologias* (UFRGS) e *Educação e Sociedade* (Centro de Estudos de Educação e Sociedade – Cedes) despontam como referências em SCT no Brasil entre os periódicos A1 na área de sociologia em termos de número de publicações. Estes dados sugerem ainda que a SCT brasileira segue a tendência das ciências sociais no Brasil, com uma concentração das revistas com o maior número de publicações no eixo Sul-Sudeste. Quando se observa a

GRÁFICO 3
PUBLICAÇÕES POR PERIÓDICO (2010-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores.

TABELA 1
PUBLICAÇÕES POR PERIÓDICO E POR ANO (2010-2018)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total de artigos (periódico)
<i>História, Ciências, Saúde-Manguinhos</i>	2	2	4	4	1	3	3	6	1	26
<i>Horizontes Antropológicos</i>	1	6	0	1	1	0	2	7	1	19
<i>Sociologias</i>	0	7	1	0	2	0	2	4	1	17
<i>Educação e Sociedade</i>	2	1	2	2	2	0	2	0	2	13
<i>Cadernos de Saúde Pública</i>	2	1	0	0	0	1	5	1	2	12
<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	1	2	1	2	2	0	1	0	2	11
<i>Caderno CRH</i>	0	7	1	1	1	0	0	0	0	10
<i>Sociedade e Estado</i>	0	2	2	1	0	1	2	0	1	9
<i>Ciência e Saúde Coletiva</i>	0	1	0	0	0	1	0	2	2	6
<i>Cadernos Pagu</i>	0	0	0	0	0	1	2	2	0	5
<i>Tempo Social</i>	0	0	0	0	2	1	0	1	1	5
<i>Mana: Estudos de Antropologia Social</i>	2	0	1	0	0	0	1	0	0	4
<i>Dados</i>	1	1	0	0	0	0	0	1	1	4
<i>Civitas - Revista de Ciências Sociais</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	2	3
<i>Lua Nova</i>	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
<i>Sociologia e Antropologia</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total de artigos (ano)	11	30	12	11	12	11	20	24	16	147

Fonte: Elaborado pelos autores.

7. Conforme mencionado, a classificação e análise das temáticas mais frequentes foram realizadas por meio da organização do conteúdo dos artigos por “nós” no NVivo. Neste tipo de codificação, um mesmo conteúdo pode ser atribuído a diferentes nós simultaneamente – e.g. um mesmo trecho de um artigo pode ser codificado nos nós “saúde” e “controvérsia científica”. Assim, um mesmo arquivo é contabilizado mais de uma vez quando é codificado em dois nós simultaneamente. Em razão disso, ao se somarem os arquivos

distribuição temporal dos artigos publicados nesses quatro periódicos (ver Tabela 1), a revista *Manguinhos* é a mais consistente, com cerca de três artigos anuais. As revistas *Horizontes Antropológicos* e *Sociologias* concentram artigos nos anos de 2011 e 2017, quando houve lançamentos de múltiplos dossiês temáticos sobre gênero, políticas em CTI e debates teóricos dos ESCT.

A Tabela 2 apresenta o *ranking* das dez temáticas, objetos empíricos e conceitos mais frequentes na amostra analisada. No total, foram mapeadas 20 temáticas⁷. Entretanto, ocorre uma concentração entre as cinco primeiras que correspondem a cerca de 62% do total de codificações. Em relação aos objetos empíricos, foram identificados 77 itens, organizados posteriormente em 16 nós. As quatro primeiras categorias de objetos empíricos – políticas em saúde (15 artigos), políticas em ciência e tecnologia (13 artigos), controvérsias e história da ciência (12 artigos), tecnologias diversas (nove artigos) – correspondem a cerca de 50% do total de codificações. Em relação aos conceitos, foram mapeadas 185 categorias organizadas em 106 nós. Os dez conceitos mais frequentes representam 44% do total de codificações, o que indica que comparativamente há uma maior pluralidade conceitual em relação aos níveis de concentração que foram observados entre as temáticas e os objetos empíricos. Estes conceitos também sugerem preliminarmente algumas

TABELA 2
RANKING DAS 10 TEMÁTICAS, OBJETOS EMPÍRICOS
E CONCEITOS EM PERIÓDICOS MAIS FREQUENTES (2010-2018)

Temáticas	Total de artigos	Objetos Empíricos	Total de artigos	Conceitos	Total de artigos
Saúde	31	Políticas em Saúde	15	Inovação	20
Políticas em Ciência, Tecnologia e Inovação	30	Políticas em Ciência e Tecnologia	13	Tecnociência e redes sociotécnicas	19
Gênero	18	Controvérsias e história da ciência	12	Ator-rede	19
Controvérsias científicas e disputas públicas	18	Tecnologias diversas	9	Política	18
Debates teóricos dos ESCT	17	Corpo e saúde	8	Tecnologia	17
Internet e mídias digitais	8	Representações da ciência na mídia	8	Controvérsia científica	16
Práticas científicas e a atuação de experts	8	Internet e TICs	6	Prática	13
Educação e C&T	8	Universidades e inovação	5	Dispositivo	9
Percepção pública da ciência	7	Biotecnologias	5	Biopolítica	9
Divulgação científica e periódicos	7	Públicos e CT	4	Comunidade científica	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

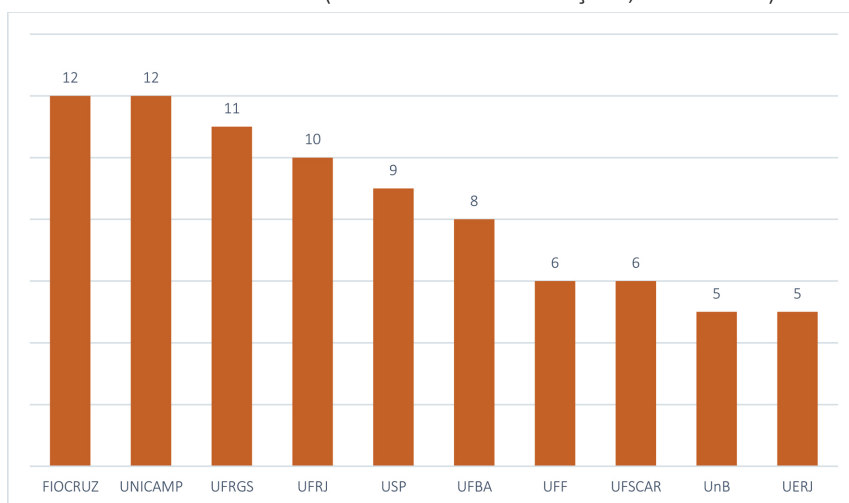
orientações teóricas mais frequentes em pesquisas em SCT no Brasil, a exemplo dos conceitos relacionados à teoria ator-rede (e.g. redes sociotécnicas, ator-rede) e à obra de Foucault (e.g. biopolítica, dispositivos). No entanto, não foi realizada uma análise mais aprofundada sobre como estes conceitos informam as pesquisas.

Para mapear os centros de pesquisa responsáveis pelo maior número de artigos foi utilizado como indicador a informação sobre a filiação institucional do primeiro autor (ver Gráfico 4). Os artigos estão distribuídos em 62 instituições – 35 nacionais e 27 internacionais. Os dez centros de pesquisa responsáveis pela maior frequência de publicações em periódicos A1 são: Fiocruz (12 artigos), Unicamp (12 artigos), UFRGS (11 artigos), UFRJ (10 artigos), USP (nove artigos), UFBA (oito artigos), UFF (seis artigos), UFSCar (seis artigos), UnB (cinco artigos) e UERJ (cinco artigos). É interessante observar que, com exceção da UFBA e da UnB, a distribuição dos artigos por centros de pesquisa também segue a tendência de concentração no eixo Sudeste-Sul encontrada entre os periódicos com o maior número de publicações.

Como indicado anteriormente, além da filiação institucional, adicionamos manualmente dados sobre o gênero do/a primeiro/a autor/a. No espaço das publicações A1 em sociologia, a maior parte dos autores é composta por homens (76 autores, o

codificados nos “nós” do conjunto das temáticas, o resultado excede o número de artigos que compõem o *corpus* de 147 publicações.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO DAS PUBLICAÇÕES POR FILIAÇÃO INSTITUCIONAL
DO PRIMEIRO AUTOR (10 PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES, 2010-2018)

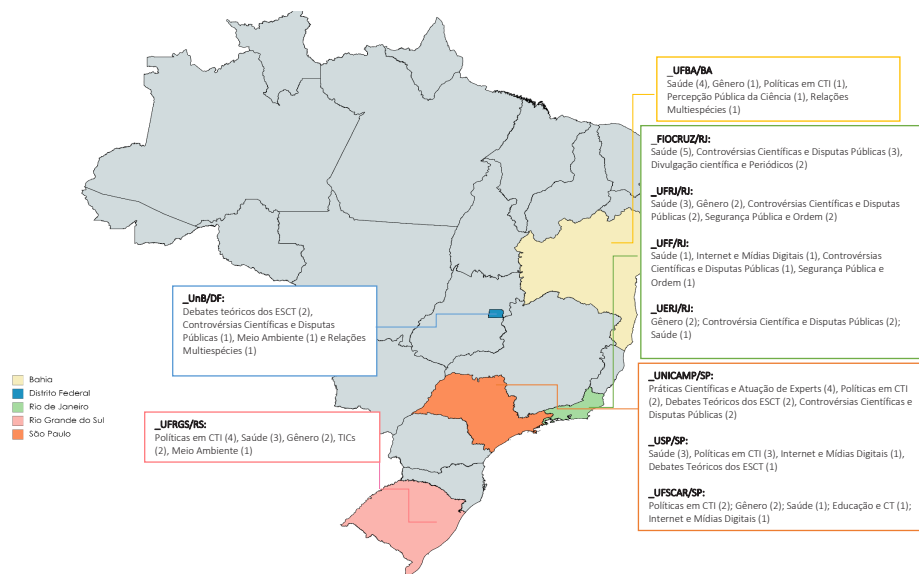


Fonte: Elaborado pelos autores

equivalente a 52%), enquanto as 71 autoras correspondem a 48%. Neste trabalho não foi mapeado o gênero do restante dos coautores.

O Mapa 1 apresenta os centros de pesquisa com o maior número de publicações e suas temáticas mais frequentes. A região Sudeste reúne o maior número de instituições, com sete centros de pesquisa no *ranking* das mais frequentes. Embora existam variações no foco de cada instituição, as temáticas das controvérsias científicas e disputas públicas estão presentes em todas as instituições no estado do Rio de Janeiro e o mesmo ocorre em São Paulo, com a temática de políticas em CTI. Fora do eixo Sul-Sudeste, não surpreende a presença da UnB, mas é interessante observar que a UFBA emerge como referência em número de publicações, sobretudo associada à temática da “saúde”. Além disso, observou-se outros eixos que não aparecem no *ranking* das dez temáticas mais frequentes, como o da segurança pública e ordem (UFF e UFRJ), educação e ciência e tecnologia (UFSCar), tecnologias da comunicação e informação (UFRGS), relações multiespécies (UnB e UFBA) e meio ambiente (UnB e UFRGS).

MAPA 1
TOP 10 ENTRE OS CENTROS DE PESQUISA
NO BRASIL E SUAS TEMÁTICAS PREDOMINANTES



Fonte: Elaborado pelos autores

Created with mapchart.net

Temáticas mais frequentes nas publicações

Saúde

“Saúde” é a temática a coligir o maior número de publicações, com 31 artigos. Sem dúvida, a observação consagrada de que progressivamente diferentes dimensões da vida se tornam objeto do saber e da intervenção biomédica é a marca desse conjunto de artigos. Os assuntos abordados nessa temática estão reunidos em dois grandes eixos. O primeiro reúne pesquisas sobre mercado, governança de inovações e tecnologias em saúde e suas respectivas disputas. Os campos de análise deste eixo compreendem a medicina regenerativa (Acero, 2015), os diferentes sistemas de inovação em saúde (Delgado, 2016) e a governança da propriedade intelectual no mercado de medicamentos (Lima, 2017). Neste conjunto de publicações, o artigo de Adriana Petryna (2011) é exemplar, analisando a formação de um mercado global de ensaios clínicos, marcado pelo deslocamento dos experimentos para países de média e baixa renda (e.g. Leste Europeu e Brasil). A autora ressalta a eficiência das grandes corporações farmacêuticas em formular estudos cujo *design* produz resultados que tendem a favorecer a aprovação de novos medicamentos.

Isso ocorre em um contexto em que os riscos associados à participação nesses experimentos são muitas vezes omitidos ou não são adequadamente comunicados aos participantes.

O segundo eixo reúne pesquisas que abordam questões relacionadas ao “corpo” e à “corporeidade” em interface com outras agendas de pesquisa, desdobrando-se em diferentes frentes. A primeira delas relaciona-se a pesquisas que estão na intersecção entre as temáticas de saúde e gênero. Concentrada principalmente nos anos de 2011 e 2017, essa produção dedicou-se a investigar a relação entre o surgimento de novos diagnósticos médicos e tecnologias, sobretudo as hormonais, a expansão do mercado da medicina sexual e reprodutiva e as transformações em processos de subjetivação e do cuidado de si (Silva, Paiva & Costa, 2017; Rohden, 2017). O seu campo empírico abrange desde investigações sobre novas condições médicas associadas ao envelhecimento de homens e mulheres (Rohden, 2011; Faro & Russo, 2017); a utilização de hormônios no esporte e a desestabilização de normas de gênero e de sexualidade (Camargo & Kessler, 2017); e as tecnologias hormonais, como implantes subcutâneos (Pimentel et al., 2017; Manica & Nucci, 2017), que servem a tratamentos de saúde, demandas de novos estilos de vida e interrupção do ciclo menstrual (Manica, 2011). Esses trabalhos serão discutidos mais detidamente a seguir, na temática de “gênero”.

Uma segunda frente de trabalhos é composta por etnografias a respeito de diferentes concepções de “cuidado” em serviços públicos de saúde e a regulação da vida que emerge dessas práticas, sobretudo dos corpos de mulheres. Informados por conceitos como o de *enactment*, essas pesquisas analisam o cuidado em saúde em termos de práticas sociomateriais privilegiando a descrição do conhecimento clínico em ação, dos instrumentos utilizados e das performances – de médicos, pacientes – que emergem nas consultas (Calvo-Gonzalez, 2011). Tais pesquisas também destacam as negociações e as resistências que existem entre o que é prescrito pelo dispositivo de saúde e os/as usuários/as (Biehl, 2011; Robles, 2015). Isso conflui com outros estudos internacionais que destacam as negociações locais e a inventividade dos atores, argumentando que dispositivos e normas não disciplinam as práticas rigidamente (Timmermans & Berg, 2010). Na mesma linha argumentativa, Biehl (2011) trata da política brasileira de tratamento do HIV/Aids e aponta que políticas *top-down*, pautadas exclusivamente por intervenções farmacêuticas, são problemáticas ao desconsiderarem os demais fatores que influenciam processos de saúde-doença. Diante das tensões entre o que prevê a biopolítica e as formas que as pessoas encontram para prosseguir com suas vidas, o autor argumenta que as soluções criadas por tais pessoas para conviver com a doença podem trazer respostas importantes para a formulação de políticas de atenção primária em saúde.

Políticas em ciência, tecnologia e inovação

Políticas em CTI é temática importante na tradição de estudos sobre ciência e tecnologia na América Latina (Kreimer & Vessuri, 2018) e é o segundo tópico a concentrar o maior número de publicações, com 30 artigos. Entre as linhas de investigação mais frequentes estão as possíveis contribuições que ciência e tecnologia podem trazer para o desenvolvimento de países emergentes e as dificuldades em se estabelecer sinergias entre os desenvolvimentos tecnocientíficos e os processos de inovação. Os assuntos desta temática foram organizados em três conjuntos principais.

O primeiro deles trata de políticas públicas em CTI, com diversos trabalhos discutindo o perfil das políticas públicas em CTI e sua relação com visões de ciência, seja em termos institucionais (Velho, 2011; Dagnino, 2014; Vasen, 2016) ou desde a perspectiva de gestores (Carneiro & Sandroni, 2018). Nessa linha argumentativa, Léa Velho (2011) é referência para pensar a interdependência entre o perfil de políticas de CTI e os modelos de ciência; seu artigo se insere no debate mais recente que problematiza a existência de semelhanças entre essas políticas em nível internacional. As perspectivas sobre o fenômeno são distintas: enquanto alguns autores discordam da tese da convergência internacional, outros afirmam a sua existência e questionam o porquê dessas semelhanças mesmo entre países com trajetórias de formação e tradições institucionais distintas. Velho (2011) se alinha a esta segunda vertente ao argumentar que as semelhanças entre políticas em CTI se correlacionam com visões historicamente dominantes de ciência. Além de caracterizar as visões dominantes de ciência a partir do Pós-Guerra⁸, a autora desenvolve o conceito de “paradigma da política científica e tecnológica” para designar essa correlação.

Renato Dagnino (2014) é outro autor a problematizar a tese da convergência internacional desde a perspectiva de países latino-americanos. Para o autor, embora políticas em CTI possam contribuir para o enfrentamento de problemas sociais e o estímulo à inovação, esse projeto não se traduziu em agendas de CTI desses países. Esse fracasso ocorre porque, ao não problematizar a visão hegemônica de que a tecnociência é neutra, governos latino-americanos de esquerda não conseguiram traduzir seu projeto político em uma agenda de políticas públicas de CTI apropriadas ao seu contexto.

Outro trabalho a pensar o perfil de políticas em CTI discute a emergência de novos marcos conceituais que deslocam o crescimento econômico e a competitividade como valores centrais a legitimar o investimento público em CTI (Vasen, 2016). Essas metas dão lugar à inovação orientada para inclusão social e a novos desafios

8. Estas visões seriam: ciência como motor do progresso, ciência como solução e causa de problemas, ciência como fonte de oportunidade estratégica e ciência para o bem da sociedade.

(e.g. mudanças climáticas), e à inovação responsável no caso de tecnologias emergentes. Isso não significaria que esses novos marcos rompem por completo com políticas convencionais ou que sejam incompatíveis com finalidades mais tradicionais (e.g. as oportunidades de negócios no enfrentamento de grandes desafios, assim como a mediação de potenciais conflitos frente a tecnologias emergentes podem facilitar as inovações). Assim, o que Federico Vasen (2016) denomina de “giro pós-competitivo” em políticas públicas em CTI não implica uma ruptura completa, mas ofereceria respostas a temas que políticas convencionais não dão conta.

Outros autores investigam o direcionamento de investimentos públicos (Moser & Theis, 2014) e examinam parcerias entre governos federal e estaduais orientadas à descentralização de recursos (Botelho & Almeida, 2012). Entre os principais desafios dessas parcerias estão a demora na implementação dos recursos por efeito de problemas organizacionais e no repasse aos estados, além de problemas no marco institucional a reger o relacionamento entre pesquisadores, empresas e parceiros institucionais. Algumas análises setoriais, na área de células a combustível, educação e nanotecnologia também foram encontradas (e.g. Foladori et al., 2012).

O segundo conjunto de trabalhos na temática de políticas em CTI compreende pesquisas que tratam de cooperação e modelos de parceria. Uma parte examina parcerias público-privadas e modelos de gestão a partir de experiências nacionais e internacionais. Isto é tópico em artigo referencial sobre os modelos de contrato e parcerias entre laboratórios ligados ao Departamento de Energia dos Estados Unidos e empresas privadas (Keller, Block & Negoita, 2017). Outros trabalhos examinam redes de cooperação em análises setoriais e se interessam por entender e avaliar as interações que emergem em grandes projetos. Nesses casos, a cooperação não se dá entre pesquisadores individuais, mas entre equipes em projetos que contam com grande volume de recursos. Na área da saúde, o artigo de Márcia Teixeira e equipe (2011) é centrado na Fiocruz e no Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos em Saúde (PDTIS). Assim como sinalizam outras pesquisas, a avaliação dos autores é a de que o conceito e as práticas de redes de pesquisa colaborativa ainda não se consolidaram no Brasil; a cultura de projetos individuais ainda desarticula a potencialidade de redes cooperativas, e as redes acabam sendo utilizadas para a coordenação de projetos individuais, de acordo com as relações de poder de cada coordenação.

O terceiro conjunto a concentrar trabalhos nesta temática se refere às discussões sobre a relação entre inovação, ensino superior e o ambiente externo (ou sistema produtivo), a partir da consideração de que o conhecimento se torna central para

a produção de riquezas. Uma primeira frente é formada por estudos que abordam a articulação entre ensino superior e sistema nacional de inovação no Brasil e em perspectiva internacional comparada (Castro, 2011; Arbix & Consoni, 2011; Balbachevsky, 2017; Neves & Neves, 2011). Esses estudos ressaltam as transformações significativas no contexto brasileiro, sobretudo com a Lei de Inovação, de 2004, que facilitou a interação entre universidades e empresas ao regulamentar juridicamente a transferência de tecnologia e a gestão da propriedade intelectual, respaldando legalmente a comercialização dos resultados de pesquisas. Contudo, subsistem dificuldades, especialmente no que concerne aos sistemas de proteção do conhecimento, licenciamento de patentes e de tecnologias nas universidades e sua operacionalidade (Arbix & Consoni, 2011); à articulação entre os diferentes atores (pesquisadores, universidade, empresariado, Estado) e relacionados à permanência de um modelo centralizado e linear (Castro, 2011); e ainda atinentes à resistência de universidades e pesquisadores para a criação de espaços que possibilitem novas formas de interação com atores externos (Balbachevsky, 2017).

Outra frente sobre a relação entre inovação, ensino superior e ambiente externo é composta por trabalhos que examinam valores e estratégias de pesquisadores em instituições de ensino superior para estabelecer parcerias externas e atrair recursos. A elaboração de tipologias que caracterizam perfis de pesquisadores com orientações que variam entre os mais tradicionais até os mais empreendedores/táticos/estratégicos tem mobilizado importante esforço (Barcelos & Mocelim, 2016; Balbachevsky, 2017). Em comum, essas tipologias ressaltam a presença de pesquisadores universitários cuja interação com atores externos é orientada pela busca por recursos – sobretudo financeiros, para pesquisas, para si –, a preocupação em incorporar demandas e problemas da sociedade a suas agendas de pesquisa, e que percebem que estas interações também podem fomentar a sua produção acadêmica.

Apesar de indicar avanços importantes, os principais desafios para a inovação e a cooperação destacados por esta literatura na temática em questão são: *i.* a prevalência de interesses acadêmicos endógenos, em detrimento de demandas externas, embora existam variações entre países e disciplinas (Beigel, 2017); *ii.* a necessidade de as interações entre pesquisadores e ambiente externo não dependerem apenas da vontade individual, mas de as oportunidades serem institucionalmente formuladas (Balbachevsky, 2017). Instituições com políticas ativas, que incentivam a colaboração estratégica, contam com mecanismos de avaliação de reconhecimento das atividades de colaboração e criam diretrizes sobre o que se espera dessas colaborações são fundamentais para isso.

Gênero

É notável a crescente interface dos estudos de gênero com os ESCT, o que também é observado por algumas publicações (Freitas & Luz, 2017; Ibáñez Martin, Ortega Arjonilla & Pérez Sedeño, 2017). Assim, não é surpreendente que “gênero” seja uma das temáticas mais frequentes, ocupando o terceiro lugar, com 18 artigos. Três conjuntos de trabalhos são destacados em relação aos tópicos abordados.

O primeiro conjunto é formado por trabalhos que discutem como novas tecnologias, intervenções e diagnósticos em saúde têm transformado definições de gênero e sexualidade, reformulando concepções biológicas e de essencialidades (Rohden, 2011; 2017; Faro & Russo, 2017; Camargo & Kessler, 2017). Esses autores e autoras destacam ainda que inovações em diagnósticos e terapias têm sido instrumentalizadas pela indústria de produtos e serviços em saúde para criar e expandir mercados. Nessa linha de investigação, Fabíola Rohden (2011) examina a emergência da andropausa, uma nova “doença” relacionada à medicalização da sexualidade e do envelhecimento do homem, que expande o mercado de medicamentos ao incorporar novas preocupações com beleza, juventude e sexualidade, tanto no nível do cuidado de si quanto no das políticas públicas em saúde.

A partir da análise de inovações no setor de hormônios sexuais e de intervenções nos corpos de mulheres (e.g. “embelezamento íntimo”), diversas pesquisas examinam como as preocupações com o cuidado de si são intensificadas pela constante redefinição de certas condições médicas (Manica & Nucci, 2017; Faro & Russo, 2017; Silva, Paiva & Costa, 2017). Essas pesquisas ressaltam as estratégias da indústria para a progressiva expansão do público consumidor e examinam novas frentes de medicalização do corpo das mulheres, assim como novas formas de subjetivação e do cuidado de si agenciadas por essas tecnologias. Isto ocorre na medida em que essas tecnologias cumprem não apenas funções terapêuticas (e.g. tratamentos para endometriose, aumento do desejo feminino), mas gradualmente passam a ser prescritas para a melhoria da saúde e do bem-estar de mulheres cada vez mais jovens. O Intrinsic, por exemplo, um adesivo de testosterona inicialmente indicado para mulheres que entravam em menopausa cirúrgica, foi progressivamente estendido para pacientes diagnosticadas com baixo desejo sexual e, posteriormente, como terapia para melhorar o “bem-estar” (Faro & Russo, 2017). As autoras ainda mostram como a indústria farmacêutica não apenas financia ensaios clínicos e ajusta o seu *design* para que produzam resultados mais “favoráveis” aos novos medicamentos, mas também se alia a médicos que assinam publicações em periódicos consolidados e que têm o potencial de influenciar seus pares – via palestras, conferências – a prescreverem seus produtos.

O segundo conjunto de trabalhos nesta temática é formado por publicações sobre o uso da Internet e das mídias digitais em interface com questões de gênero, sexualidade e identidade. Um fio comum desses artigos é a ideia de que a Internet e as mídias digitais não são tecnologias inertes, mas agenciam novas socialidades e identidades. Assim, trabalhos sobre a busca de parceiros amorosos e sexuais via Internet observam o surgimento de uma nova economia do desejo (Miskolci, 2014; Grau-Muñoz et al., 2015), marcada por uma ética sexual que se afasta do horizonte da monogamia à medida em que as oportunidades e o número de parceiros potenciais aumentam e o comprometimento diminui. O uso de aplicativos ainda racionaliza a busca amorosa com a utilização de algoritmos que indicam parceiros com potencial de maior afinidade e controle dos usuários nas interações (e.g. seleção de fotos do perfil e de critérios de busca por parceiros). Nesse conjunto de trabalhos também estão publicações que focam as experimentações de gênero, de desejos e prazeres relacionados à sexualidade viabilizadas por plataformas digitais, bem como a criação de avatares (e.g. *Second life*) (Leitão & Gomes, 2018). Com isso, essas publicações expandem o leque de artefatos que participa da transição para novas identidades, de modo a incluir plataformas digitais a outros mais frequentemente mencionados nesta literatura (e.g. vestuário, cirurgias, hormônios).

O terceiro conjunto de trabalhos reúne pesquisas sobre questões de gênero no contexto de instituições científicas, examinando e buscando valorizar a produção científica e a trajetória profissional de mulheres nas ciências. Tais pesquisas se inserem na trajetória de estudos de gênero que, desde as décadas de 1960-1970, problematizam a predominância masculina e a sub-representação das mulheres em instituições científicas. É referência central o dossiê “Gênero e ciências: histórias e políticas no contexto ibero-americano”, organizado por Maria Margaret Lopes e Mariana Sombrio em *Cadernos Pagu* (2016-2017). Os artigos tratam da contribuição de mulheres em diferentes campos disciplinares (e.g., linguística, oceanografia, medicina, em expedições científicas); apresentam balanços sobre estudos de gênero nas ciências, deslocando o foco da produção do Norte para o Sul global (Ibáñez Martín, Ortega Arjonilla & Pérez Sedeño, 2017; Freitas & Luz, 2017); e examinam o efeito de políticas públicas brasileiras no acesso de mulheres a bolsas de pesquisa e a áreas prioritárias de maior prestígio e de concentração masculina (Feltrin, Costa & Velho, 2016; Lima & Costa, 2016). O “teto de vidro” é outro fenômeno observado com frequência. A partir do caso de pesquisadoras da Fiocruz, Jeorgina Rodrigues e Maria Cristina Guimarães (2016) mostram que a velocidade da ascensão profissional de mulheres é menor em comparação à dos homens, o que resulta em sua sub-representação em posições de decisão e de maior prestígio na instituição.

Controvérsias científicas e disputas públicas

Trabalhos sobre controvérsias científicas e disputas públicas também ocupam o terceiro lugar entre as temáticas mais frequentes, com 18 artigos, sendo a atenção à processualidade do conhecimento marca importante dessa temática. As análises de controvérsias convergem ao ressaltarem a heterogeneidade de alianças, retóricas e recursos mobilizados durante essas disputas, além da participação de não especialistas. Com isso, esses trabalhos contribuem para desfazer uma percepção de senso comum sobre a autonomia do conhecimento em relação a fatores sociais, como se este pudesse ser produzido a partir de um lugar de “pureza intelectual”.

A produção de artigos nesta temática foi organizada em três grandes conjuntos. O primeiro grupo é formado por estudos sobre controvérsias em saúde, que reúnem o maior número de publicações. Uma parcela significativa, concentrada em 2017, trata de hormônios sexuais (Manica & Nucci, 2017; Faro & Russo, 2017; Pimentel et al., 2017), mencionada previamente. Ana Pimentel e equipe (2017) investigam a chegada do Norplant, o primeiro implante hormonal subcutâneo do Brasil, e as disputas que emergem com a contestação de seus estudos clínicos no país. A partir da década de 1980, movimentos feministas e sanitários questionam o rigor e a ética de pesquisas clínicas nas quais, por exemplo, mulheres participavam sem a autorização prévia de órgãos públicos ou não eram disponibilizados dados que permitissem ao Estado e aos grupos interessados acompanhar eventuais efeitos colaterais do uso do medicamento. Tais movimentos ganharam força no contexto da redemocratização brasileira e conseguiram subverter a lógica da política de planejamento familiar segundo a qual o risco da gravidez não planejada, sobretudo para a população mais pobre, sobrepujava o respeito à autonomia e à integridade física das mulheres. Com isso, em 1986 os estudos clínicos foram encerrados e o medicamento proibido no Brasil.

Outros trabalhos sobre controvérsias em saúde compreendem análises históricas publicadas na revista *Manguinhos* entre os anos de 2011 e 2013 em tópicos como o campo da bacteriologia no começo do século XX no Brasil (Carreta, 2011) e as disputas sobre quais medidas tomar para conter a chegada da peste bubônica ao país no final do século XIX (Nascimento & Silva, 2013). Esses trabalhos compartilham a atenção com aspectos sociais que compõem a produção de conhecimento.

Controvérsias em torno da utilização de células-tronco em pesquisas no Brasil é tema emergente em 2010 e novamente em 2013, constituindo o segundo grupo de trabalhos nesta temática. A Igreja Católica se contrapôs à questão em 2008, partici-

pando, simultaneamente, de distintas controvérsias que envolveram a comunidade científica e setores do Ministério da Saúde (Luna, 2010). As formas de conceituação da “vida” são centrais para compreender as disputas: enquanto o embrião utilizado em pesquisas é chamado de blastocisto por cientistas favoráveis, a Igreja Católica e movimentos pró-vida o classificam como “criança não nascida” ou cidadão. Em virtude da economia linguística da esfera pública, os atores envolvidos nessas controvérsias mobilizam e entrelaçam continuamente discursos de ordem biológica e jurídica para conferir legitimidade às suas demandas.

Ainda em 2010, a utilização de células tronco em pesquisas é tema de estudo comparativo entre Brasil e Reino Unido. Liliana Acero (2010) observa divergências significativas entre os dois casos, em especial a ausência de marco regulatório específico para o assunto no Brasil, diferentemente do Reino Unido, cuja regulação é feita por uma agência específica e foi desenvolvida no decorrer de 20 anos. Assim como na controvérsia examinada por Naara Luna (2010), o “embrião” é um recurso interpretativo importante e atores de ambos os países elaboram uma perspectiva utilitária de seus possíveis usos. A autora também aponta diferentes formas de inserção dos públicos nos debates: no Brasil, o *lobby* foi temporário e pontual, liderado sobretudo pela comunidade científica e lobistas influentes, diferentemente do Reino Unido, onde houve experiências de participação pública em processos e decisões ao longo do tempo.

O último grupo de trabalhos é formado por ensaios teóricos que se propõem a refletir sobre como aprimorar a análise de controvérsias. O ensaio de Marcos Mattedi (2017), sobre os debates em torno de análises sociológicas de desastres, indica que a sociologia dos desastres não é exclusividade de sociólogos, tampouco há um conjunto de abordagens específicas a caracterizar o estudo deste fenômeno. O autor propõe que o desastre seja entendido como processo de dissolução de uma rede sociotécnica e argumenta que o seu estudo permite entender – a partir da atenção ao que é “rompido” – a composição do contexto social afetado.

Em outra produção de referência, a participação do público não especialista em controvérsias de saúde ambiental é tópico de Yannick Barthe, Madeleine Akrich e Catherine Rémy (2011). Aqui o pressuposto é o de que, nesse tipo de controvérsia, a participação de “leigos” relaciona-se frequentemente à produção de pesquisas para visibilizar riscos sanitários relacionados ao meio ambiente. Essas pesquisas “leigas” contribuem, em um nível, para converter pessoas doentes em vítimas e, em outro, para construir uma relação de causalidade entre certas patologias e fatores ambientais. A partir desses dois processos – a “vitimização” e a construção da relação de causalidade –, os autores formulam uma tipologia com quatro situações para caracterizar as controvérsias em saúde ambiental.

Debates teóricos dos ESCT

Reflexões sobre teorias e métodos ocupam o quarto lugar entre as temáticas mais frequentes, com 17 publicações. Esses trabalhos foram organizados em dois grandes conjuntos. O primeiro integra artigos de revisão da literatura internacional dos ESCT e suas principais vertentes, sobretudo no início da década de 2010. Nesse grupo destaca-se o dossiê “Estudos sociais em ciência e tecnologia”, organizado por Adriano Premebida, Fabrício Neves e Jalcione Almeida e publicado na revista *Sociologias*, em 2011. Neste dossiê, os trabalhos de Premebida, Neves e Almeida (2011) e de Marcelo Fetz, Fabrício Defacci e Lerisson Nascimento (2011) apresentam um breve histórico do campo da sociologia do conhecimento e dos ESCT, destacando suas principais tradições e inovações teórico-metodológicas no século XX. Os autores enfatizam o surgimento de reflexões sobre o caráter construído do conhecimento, nessa conformidade considerada como “verdade” ou “boa” tecnologia decorrente do resultado de processos históricos e de relações de poder e não de reflexões “objetivas” e “neutras”. Nesse debate, as controvérsias emergem como um período privilegiado para o estudo da construção do conhecimento, pois permitem observar o que está em disputa e “estranhar” o que posteriormente será considerado “evidente”.

Lorena Fleury, Jalcione Almeida e Adriano Premebida (2014) buscam contextualizar o ambiente como domínio de análise sociológica, com vistas a situar os conflitos ambientais como um de seus desdobramentos. Este é um dos poucos artigos que tratam da “questão ambiental” nos periódicos A1 avaliados, desenvolvendo-se na interface com os ESCT, na medida em que tenta evidenciar como algumas abordagens na temática são reforçadas por este campo de estudos. Para tanto, os autores fazem uma revisão de autores e pesquisas em sociologia ambiental com seus distintos enfoques, acompanhada da consideração de outras áreas da sociologia que se debruçam sobre a relação sociedade-natureza no cenário internacional. Concluem que a formulação do ambiente como questão sociológica trata não apenas da incorporação de um objeto novo a de uma disciplina estabilizada, mas de um processo contínuo de reflexão e de reelaboração das cartografias disciplinares, no qual os próprios termos da análise são colocados em jogo e reformulados de forma a abarcar a complexidade das questões em pauta.

O segundo conjunto de trabalhos, que emerge, principalmente a partir de 2014, reúne artigos que oferecem interpretações críticas de teorias e abordagens de referência dos ESCT. Frequentemente tais críticas estão direcionadas a diferentes aspectos da teoria ator-rede (TAR), com o rigor da etnografia de laboratório de Bruno Latour e Steve Woolgar (apud Gusmão, 2017) e a proposta de simetria generalizada

(Maia, 2017). Este autor critica Latour por considerar que ele conferiria, de modo injustificado, agência e interesses aos não humanos, além de situar em um mesmo plano ontológico organismos vivos complexos e objetos inanimados. Carlos Maia propõe pensar a agência material em termos dos efeitos – as coações e sugestões – que entidades não humanas produzem nos humanos a partir da noção de prática discursiva (Barad, 2003). O autor conclui que não é possível pensar a produção de conhecimento sem levar em conta as relações que os humanos estabelecem com elementos materiais e como são afetados por eles – o que não significa dizer que elementos materiais têm “interesses”, “subjetividade” e “moralidade”.

Outra frente de críticas questiona o alcance de teorias do Norte global a partir de perspectivas decoloniais. Neste eixo, Renata Motta (2014) argumenta que a centralidade do “risco” na obra de Ulrich Beck, enquanto categoria sociológica a orientar um diagnóstico das transformações da modernidade, seria teoricamente frágil, pois estaria fundamentada na generalização do contexto sócio-histórico particular da Alemanha Ocidental pré-reunificação. Para a autora, Beck adota uma perspectiva de progresso linear, segundo a qual riscos passam a ser tematizados somente em sociedades que conquistaram certo nível de industrialização, seguridade social, democracia parlamentar e independência da mídia. Com isso, Motta questiona a possibilidade de a teoria ser estendida a contextos nos quais, diferentemente da Alemanha, a garantia de direitos sociais não se efetivou da mesma maneira e onde a desigualdade social ainda é questão premente. Em contrapartida à perspectiva de Beck, ela situa a análise sociológica do risco como questão moral e política que deve considerar as condições nas quais uma decisão passa a ser considerada ilegítima e, assim, contestada na linguagem do risco.

Considerações finais: reflexões e desafios futuros

Este trabalho apresenta uma análise do campo da SCT no Brasil no período entre 2010 e 2018, com foco na produção em periódicos A1. A SCT brasileira se constitui como um campo de estudos – com suas respectivas e múltiplas abordagens – em processo de consolidação. Isto é sinalizado não somente pelo volume expressivo de 147 artigos avaliados, mas também pelo número de periódicos afeitos ao campo (apenas o *Caderno Metrópole* e a *Revista de Antropologia* não apresentaram artigos na área entre as 18 revistas A1 brasileiras). Ainda assim, a concentração de 51% de publicações entre as quatro primeiras revistas – *Manguinhos* (Fiocruz), *Horizontes Antropológicos* (UFRGS), *Sociologias* (UFRGS) e *Educação e Sociedade* (Cedes) – indica que são poucos os periódicos que vêm refletindo a expansão do campo de estudos em suas publicações.

A produção da SCT em periódicos A1 em sociologia é predominantemente formada por análises com base empírica (64%), com menor investimento em ensaios teóricos (21%) e revisões bibliográficas (15%). Nesse espaço particular de publicações, a SCT constitui um conjunto de estudos na intersecção de outras disciplinas e que estabelecem debates multidisciplinares, sobretudo com questões relativas à gênero, e nas áreas da sociologia e antropologia da saúde, história da ciência, saúde pública, economia e na comunicação e sociologia digital. Ressalva-se, ainda, quer seja em termos da distribuição dos artigos entre os periódicos A1 ou entre as instituições responsáveis por sua produção, os dados mostram uma importante desigualdade regional, com tendência à concentração no eixo Sul-Sudeste. Tal concentração não é eventual, mas tende a reproduzir uma desigualdade que se identifica nas ciências sociais brasileiras de forma mais ampla. Em pesquisas futuras há espaço para se conhecer mais amplamente o perfil desta produção em termos de gênero, raça, diferenças geracionais e filiação institucional dos autores.

A partir da leitura dos artigos na íntegra foi inicialmente mapeada uma grande diversidade de temáticas, objetos empíricos e conceitos, o que sinaliza as distintas possibilidades de inserção no campo e seus horizontes teóricos. No entanto, a análise das frequências dos conjuntos de temáticas e objetos empíricos mostra que, apesar da aparente diversidade, as cinco temáticas mais frequentes coligem 62% do total do conteúdo codificado, enquanto os quatro primeiros objetos empíricos são responsáveis por 50% das abordagens. Com isso, no espaço das publicações em periódicos brasileiros do estrato A1, a SCT no Brasil é marcada por algumas áreas de concentração. Em particular, faz-se referência a artigos relacionados às discussões em saúde, políticas em CTI, gênero, controvérsias científicas e disputas públicas, bem como o interesse por debates teóricos dos ESCT.

As 185 categorias mapeadas sugerem uma dispersão teórica da SCT no Brasil e a frequência de certos conceitos (e.g. ator-rede, biopolítica) apontam para o diálogo e para a relevância da literatura internacional. Uma análise rigorosa da interface entre a SCT no Brasil e a literatura internacional pode ser interpretada como uma lacuna deste trabalho, que indicaria um escopo a ser contemplado em outra publicação. Futuramente, seria interessante explorar como essas categorias informam as análises, como são problematizadas e reinterpretadas desde o ponto de vista do Sul global, como se interconectam e quais autores são referenciados. Isto permitiria conhecer melhor os enfoques teóricos e o diálogo com a literatura internacional, bem como responder à observação de que há uma tendência entre os pesquisadores latino-americanos a incorporar agendas de pesquisa internacionais com pouca perspectiva crítica (Kreimer & Vessuri, 2018; Da Costa Marques, 2016). Preliminarmente, cabe indicar que as publicações sobre políticas em CTI, gênero na ciência

e ensaios teóricos que contestam abordagens de referência dos ESCT se destacam pelo diálogo crítico com a literatura internacional e por pensar as especificidades locais, seja em termos nacionais e/ou do Sul global.

Os dados apresentados neste trabalho evidenciam a inserção da SCT em revistas do estrato A1 em sociologia. Por um lado, as temáticas mais frequentes, sobretudo as cinco primeiras, indicam quais pesquisas têm conseguido acessar as revistas do estrato mais elevado. As temáticas de gênero (sete dossiês), políticas em CTI (quatro dossiês) e saúde (seis dossiês), em particular, se destacam pelo número de dossiês, o que sugere a maior aceitabilidade dessas temáticas por revistas desse estrato e a capacidade de articulação de pesquisadores nestas áreas para a produção de publicações conjuntas. Por outro lado, temáticas importantes para o campo dos ESCT (e.g. meio ambiente, percepção pública da ciência, biotecnologias, etnografias de laboratório) não estão entre as mais frequentes. Isso coloca a questão do porquê parte dos resultados de pesquisas dos ESCT não ser encontrada em periódicos A1 em sociologia. O caráter por vezes multidisciplinar dos artigos – o que pode gerar incertezas sobre a adequação do manuscrito ao escopo das revistas e a dificuldade de encontrar pareceristas –, o estranhamento em relação a pesquisas em ESCT que, eventualmente, situam-se um pouco distantes das temáticas consagradas nas ciências sociais e a existência de poucas revistas com tradição de publicações na área são algumas das hipóteses aventadas.

Importa ainda destacar que a SCT tem relevância para além de seu círculo de discussão mais especializado, conectando-se com áreas nas quais a produção de conhecimento é objeto central (Freitas, 2003), como estudos teóricos sobre religião, profissões, políticas públicas, questões ambientais, inovação e burocracia, por exemplo.

Por fim, sugere-se que a SCT é um espaço intelectual imprescindível para a atualização da imaginação sociológica brasileira ao questionar os limites de suas tradições teóricas e de seus campos empíricos. A SCT é também fundamental para qualificar o debate público no país, sobretudo em um contexto de crise sanitária, de ataque às instituições democráticas e à ciência. Elaborar interpretações sociológicas para novos e antigos fenômenos e construir democraticamente respostas a desafios contemporâneos, certamente passa por considerar as novas perspectivas que a SCT aporta à sociologia e o entrelaçamento dessas questões com ciência e tecnologia.

Agradecemos aos discentes bolsistas de iniciação científica Lásaro Thiesen e Vitória Duarte, que contribuíram para a preparação do manuscrito como assistentes de pesquisa. À professora Julia Givant agradecemos por organizar um evento no âmbito do Instituto de Pesquisa em Risco e Sustentabilidade (Iris), no qual logramos

apresentar e discutir uma versão preliminar deste artigo, e aos professores Fabrício Neves, Paulo Fonseca e Andreza Martins por atuarem como debatedores.

Referências

ABREU, Teo; FERNANDES, João P.; MARTINS, Isabel. Levantamento sobre a produção CTS no Brasil no período de 1980-2008 no campo de ensino de ciências. *Alexandria – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 6, n. 2, p. 3-32, 2013.

ACERO, Liliana. Internacionalização, ciência e saúde: a medicina regenerativa global e os mercados paralelos. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 20, n. 2, p. 433-440, 2015.

_____. Ciência, políticas públicas e inclusão social: debates sobre células-tronco no Brasil e no Reino Unido. *Dados*, v. 53, n. 4, p. 855-887, 2010.

ARAÚJO, Ronaldo F. Os grupos de pesquisa em ciência, tecnologia e sociedade no Brasil. *Rev. Br. de Ci., Tecn. e Soc.*, v. 1, n. 1, p. 81-97, 2009.

ARBIX, Glauco; CONSONI, Flávia. Inovar para transformar a universidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, p. 205-224, 2011.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. Governança na pesquisa científica: reflexões sobre a prática da pesquisa contemporânea e a experiência brasileira. *Sociologias*, v. 19, n. 46, p. 76-101, 2017.

_____. Políticas de ciência, tecnologia e inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 503-518, 2011.

BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs – Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

BARCELOS, Régis; MOCELIN, Daniel. Ciência e mercado. Impasses na institucionalização de práticas empreendedoras em uma universidade pública brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, 2016.

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine; REMY, Catherine. As investigações “leigas” e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. *Sociologias*, v. 13, n. 26, p. 84-127, 2011.

BEIGEL, Fernanda. Científicos periféricos, entre Ariel e Calibán: saberes institucionais e circuitos de consagração nas publicações dos pesquisadores do Conicet na

Argentina. *Dados*, v. 60, n. 3, p. 825-865, 2017.

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. *Horiz. Antropol.*, v. 17, n. 35, p. 227-256, 2011.

BOTELHO, Antonio; ALMEIDA, Mariza. Desconstruindo a política científica no Brasil: evolução da descentralização da política de apoio à pesquisa e inovação. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 1, p. 117-132, 2012.

CALVO-GONZALEZ, Elena. Construindo corpos nas consultas médicas: uma etnografia sobre hipertensão arterial em Salvador, Bahia. *Caderno CRH*, v. 24, n. 61, p. 81-96, 2011.

CAMARGO, Wagner X.; KESSLER, Cláudia S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horiz. Antropol.*, v. 23, n. 47, p. 191-225, 2017.

CAMPOS, Luiz Augusto. Qualis, para que te quero? *Novos Debates*, v. 6, n. 1-2, p. 1-10, 2020.

CARNEIRO, Maria José T.; SANDRONI, Laila T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 1, p. 39-59, 2018.

CARRETA, Jorge. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, v. 18, n. 3, p. 677-700, 2011.

CASTRO, Maria Helena de M. Universidades e inovação: configurações institucionais & terceira missão. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 555-574, 2011.

DA COSTA MARQUES, Ivan. What can STS do with and for Latin America? An anthropophagic response and some examples. In: KUHN, Michael; VESSURI, Hebe (Eds.). *Contributions to alternative concepts of knowledge*. Stuttgart, DE: Ibidem; Verlag 2016.

DAGNINO, Renato. A anomalia da política de ciência e tecnologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, p. 45-55, 2014.

DELGADO, Ignacio José G. Sistemas de atenção à saúde, Estado e inovação na indústria farmacêutica. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, supl. 2, 2016.

FARO, Livi; RUSSO, Jane A. Testosterona, desejo sexual e conflito de interesse: periódicos biomédicos como espaços privilegiados de expansão do mercado de medicamentos. *Horiz. Antropol.*, v. 47, p. 61-92, 2017.

FELT, Ulrike; FOUCHÉ, Ravyon; MILLER, Clark; SMITH-DOERR, Laurel (Orgs.). *Hand-*

-book of science and technology studies. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.

FELTRIN, Rebeca B.; COSTA, Janaina O. P. da; VELHO, Léa. Mulheres sem fronteiras? Uma análise da participação das mulheres no Programa Ciência sem Fronteiras da Unicamp: motivações, desafios e impactos na trajetória profissional. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016.

FETZ, Marcelo; DEFACCI, Fabrício Antônio; NASCIMENTO, Lerisson. Olhares sociológicos sobre a ciência no século vinte: mudanças e continuidades. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 284-317, 2011.

FLEURY, Lorena C.; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014.

FOLADORI, Guillermo; FIGUEROA, Santiago; ZÁVAGO-LAU, Edgar; INVERNIZI, Noelia. Características distintivas del desarrollo de las nanotecnologías en América Latina. *Sociologias*, v. 14, n. 30, p. 330-363, 2012.

FREITAS, Lucas B. de; LUZ, Nanci S. da. Gênero, ciência e tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017.

FREITAS, Renan S. de. *Sociologia do conhecimento, pragmatismo e pensamento evolutivo*. São Paulo: Editora UFSCar; Anpocs, 2003.

GRAU-MUÑOZ, Arantxa et al. Cruising y e-citas: un nuevo contexto para los encuentros sexuales entre hombres jóvenes que tienen sexo con hombres. *Cad. de Saúde Pública*, v. 31, n. 1, p. 2303-2312, 2015.

GUSMÃO, Luís de. Um sermão filosófico travestido de conhecimento social: a etnografia da ciência de Bruno Latour. *Sociologias*, v. 19, n. 46, p. 268-315, 2017.

IBÁÑEZ MARTIN, Rebeca; ORTEGA ARJONILLA, Esther; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Cuerpos y prácticas: una década de estudios CTG. *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017.

KELLER, Matthew R.; BLOCK, Fred; NEGOITA, Marian. Como se dá a inovação dentro do Estado Desenvolvimentista em Rede? Novos dados sobre acordos público-privados em um laboratório do Departamento de Energia dos Estados Unidos. *Sociologias*, v. 19, n. 46, p. 102-164, 2017.

KREIMER, Pablo; VESSURI, Hebe. Latin American science, technology and society: a historical and reflexive approach. *Tapuya – Latin American Science, Technology and Society*, v. 1, n. 1, p. 17-37, 2018.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura G. Gênero, sexualidade e experimentação de si em plataformas digitais on-line. *Civitas - Rev. Ciênc. Soc.*, v. 18, n. 1, 2018.

LIMA, Jordão. Saúde global e política externa brasileira: negociações referentes à inovação e propriedade intelectual. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 7, p. 2213-2221, 2017.

LIMA, Betina; COSTA Maria Conceição da. Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. *Cadernos Pagu*, n. 48, 2016.

LUNA, Naara. Aborto e células-tronco embrionárias na campanha da fraternidade: ciência e ética no ensino da Igreja. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 91-105, 2010.

MAIA, Carlos A. Agência material recíproca: uma ecologia para os estudos de ciência. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, v. 24, n. 2, p. 447-464, 2017.

MANICA, Daniela T. A desnaturalização da menstruação: hormônios contraceptivos e tecnociência. *Horiz. Antropol.*, v. 17, n. 35, p. 197-226, 2011.

MANICA, Daniela; NUCCI, Marina. Sob a pele: implantes subcutâneos, hormônios e gênero. *Horiz. Antropol.*, v. 23, n. 47, p. 93-129, 2017.

MATTEDI, Marcos. Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, p. 261-285, 2017.

MISKOLCI, Richard. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova*, n. 91, p. 269-295, 2014.

MOSER, Ana Claudia; THEIS, Ivo M. Investimentos em C&T e desigualdades socioespaciais no Brasil. *Tempo Social*, v. 26, n. 2, p. 187-207, 2014.

MOTTA, Renata. Risco e modernidade uma nova teoria social? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 86, p. 15-27, 2014.

NASCIMENTO, Dilene R. do; SILVA, Matheus A. D. da. “Não é meu intuito estabelecer polêmica”: a chegada da peste ao Brasil, análise de uma controvérsia, 1899. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, v. 20, p. 1271-1285, 2013.

NEVES, Clarissa E. B.; NEVES, Fabrício M. Pesquisa e inovação: novos desafios para a educação superior no Brasil e na Alemanha. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 481-502, 2011.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horiz. Antropol.*, v. 17, n. 35, p. 127-160, 2011.

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício M.; ALMEIDA, Jalcione. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. *Sociologias*, v. 13, n. 26, p. 22-42, 2011.

PIMENTEL, Ana; JANNOTTI, Cláudia; GAUDENZI, Paula; TEIXEIRA, Luiz Antonio. A breve vida do Norplant® no Brasil: controvérsias e reagregações entre ciência, sociedade e Estado. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, p. 43-52, 2017.

ROBLES, Alfonsina F. Regulações do corpo e da parentalidade durante o pré-natal em mulheres jovens de camadas populares. *Civitas*, v. 15, n. 2, p. 190-213, 2015.

RODRIGUES, Jeorgina G.; GUIMARÃES, Maria Cristina S. A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. *Cadernos Pagu*, n. 46, p. 197-222, 2016.

ROHDEN, Fabíola. Vida saudável *versus* vida aprimorada: tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento. *Horiz. Antropol.*, v. 23, n. 47, p. 29-60, 2017.

_____. “O homem é mesmo a sua testosterona”: promoção da andropausa e representações sobre sexualidade e envelhecimento no cenário brasileiro. *Horiz. Antropol.*, v. 17, n. 35, p. 161-196, 2011.

ROHDEN, Fabíola; MONTEIRO, Marko. Para além da ciência e do *anthropos*: deslocamentos da antropologia da ciência e da tecnologia no Brasil. *BIB – Rev. Br. Info. Biblio. Ci. So.*, n. 89, p. 1-33, 2020.

SILVA, Marcelle J. da; PAIVA, Antonio C. S.; COSTA, Irlena Maria M. da. A vagina pós-orgânica: intervenções e saberes sobre o corpo feminino acerca do “embelezamento íntimo”. *Horiz. Antropol.*, v. 23, n. 47, p. 259-281, 2017.

TEIXEIRA, Márcia de O.; MACHADO, Carlos José S.; FILIPECKI, Ana Tereza P. C.; KLEIN, Bianca A.; ESPELET, Helena. Redes cooperativas de pesquisa em saúde: descrição e análise do uso de um instrumento de coordenação em um instituto público de pesquisa em biomedicina. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 3, p. 1835-1847, 2011.

TIMMERMANS, Stefan; BERG, Marc. Standardization in action: achieving local universality through medical protocols. *Social Studies of Science*, v. 27, n. 2, p. 273-305, 2010.

VASEN, Federico. Is there a “post-competitive turn” in science and technology policy? *Sociologias*, v. 18, n. 41, p. 242-268, 2016.

VELHO, Léa. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. *Sociologias*, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011.



Da tutela à cidadania: construção social das imagens dos usuários da Política de Assistência Socialⁱ

Recebido: 11.06.21
Aprovado: 03.09.21

Priscilla Ribeiro dos Santos (<https://orcid.org/0000-0002-1040-651X>),
Programa de Pós-graduação em Sociologia,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱ.

Soraya Vargas Côrtes (<https://orcid.org/0000-0003-2502-2364>),
Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia,
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasilⁱⁱⁱ.

Gustavo Conde Margarites (<https://orcid.org/0000-0002-1205-970X>),
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Porto Alegre, RS, Brasil^{iv}.

Resumo: Este artigo examina as imagens socialmente construídas da população-alvo da assistência social no Brasil. Para tanto, empreendemos um estudo qualitativo, com base em análise documental, a fim de identificar os enquadramentos e as referências utilizadas nos documentos legais e administrativos para designar os grupos contemplados pelas ações de assistência social em diferentes períodos. Referenciados na literatura sobre *policy design* e construção social das populações-alvo, verificamos que distintas imagens da população-alvo estiveram associadas aos diferentes momentos históricos da política de assistência social e que o processo recente de reconfiguração, tendo como base a noção de cidadania, foi fomentado por uma *policy community* reformista. Quando integrantes da *community* ampliaram sua influência nos espaços decisórios, a ideia de usuários como cidadãos, cuja condição de necessidade deveria ser definida de forma abrangente e não restrita à renda, foi reforçada no arcabouço normativo que veio a estruturar o Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Palavras-chave: Políticas públicas. Construção social. Assistência social. *Policy image*. *Policy design*.

From tutelage to citizenship: social construction of users' images in social assistance policy

Abstract: This article examines the social construction of the social assistance target population in Brazil. We undertake a qualitative study based on document analysis in order to identify the frameworks used in legal and administrative documents to designate groups covered by social assistance services in different periods. The analysis is referenced in public policy analysis, specially the contributions on policy design and social construction of target populations. We conclude that different images of the target population were associated with different historical moments of social assistance policy and that the recent reconfiguration process, based on the notion of

*i. Os autores agradecem as contribuições dos pareceristas anônimos da revista *Sociedade e Estado*, bem como as sugestões de Silvana Aparecida Mariano, Letícia Maria Schabbach e Mani Tebet Marins à versão preliminar do artigo. Priscilla Ribeiro dos Santos agradece ainda à Capes por concessão de bolsa PNPd, a qual possibilitou a pesquisa.*

ii. Priscilla Ribeiro dos Santos é doutora em ciência política e pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. <pciasantos@gmail.com>.

iii. Soraya Vargas Côrtes é doutora em social policy and administration pela London School of Economics and Political Science, fellowship na Universidade Complutense de Madri, pesquisadora 1B do CNPq e professora titular do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e em Políticas Públicas da UFRGS. <cortes.soraya@gmail.com>.

iv. Gustavo Conde Margarites é doutor em sociologia e professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. gustavo.margarites@gmail.com.

citizenship, was fostered by a reformist policy community. When community members expanded their influence in decision-making arenas, the idea of users as citizens, whose condition of need should be broadly defined, was reinforced in the normative framework that came to structure the Unified Social Assistance System (Usas).

Keywords: Public policy. Social construction. Social assistance. Policy image. Policy design.

Introdução

Este artigo examina as imagens socialmente construídas da população-alvo da assistência social no Brasil e o papel desempenhado por *policy communities* nas disputas por suas representações nas três últimas décadas. A estruturação da área de assistência como sistema nacional organizado nas três esferas da Federação, destinado a garantir o direito à assistência aos necessitados, convive com o legado da filantropia, da ação caritativa de inspiração religiosa, que prevaleceu no país desde o período colonial. As normas legais e administrativas que estabelecem quem são e como devem ser tratados os cidadãos com direito à assistência definem a população-alvo das ações de assistência social. Ao considerar que a essa população corresponde uma imagem socialmente construída, persistente, mas não perene, ela é objeto de disputa política entre defensores de diferentes visões sobre a política social, sobre quais devem ser seus resultados e sobre quem é merecedor de proteção.

As decisões sobre políticas públicas em sociedades complexas, dotadas de organizações estatais grandes, segmentadas e sofisticadas não ocorrem em um lugar central claramente definido, e os atores sociais coletivos e individuais influentes são múltiplos: profissionais, servidores públicos localizados em postos de comando, ministros, secretários e, mais recentemente, *policy communities* (Dunleavy, 1981: 4). O conceito de *policy community* que utilizamos no artigo refere-se a um número relativamente estável de membros que dividem os mesmos valores e a visão sobre os resultados desejáveis de política setorial. As decisões são tomadas dentro dessas *communities* em processos fechados para outras *communities* e para o público em geral (Rhodes, 1986: 23).

As ideias defendidas por *policy communities* e por outros atores coletivos e individuais compõem um conjunto de crenças e valores que expressam determinada visão de mundo. A produção de políticas públicas engendra um processo argumentativo de disputa sobre critérios de classificação, interpretação e representação simbólica que orientam as ações de indivíduos e grupos (Stone, 2002). É por meio da criação de imagens públicas sobre questões que é possível mobilizar a atenção

do macrosistema político e da mídia e transformá-las em problemas que passam a integrar a agenda governamental (Baumgartner & Jones, 1991). *Policy images* sobre problemas, suas causas e propostas de solução envolvem ainda a construção de imagens sobre os beneficiários, ou, dito de outro modo, a construção social da população-alvo (Schneider & Ingram, 1993).

A teoria da construção social de populações-alvo e sua influência no desenho de políticas emergiu como quadro teórico consistente no final dos anos 1980, como forma de explicar como uma política é selecionada, implementada e avaliada (Tsubaki, 2019). Ao usar essa abordagem na análise de políticas públicas, Helen Ingram e equipe (2007) afirmaram que a construção social positiva ou negativa da população-alvo na formulação de políticas determina como o desenho da política não apenas distribui benefícios e ônus a essas populações, mas reflete e perpetua determinada construção. O modo como a política é construída “pode influenciar as instituições dos sistemas de conhecimento por meio da aplicação de preferências, da distribuição de conhecimento e da criação de capital político” (Tsubaki, 2019: 33). Tendo em vista os objetivos deste artigo, dentre os pressupostos-chave da teoria, destacamos três:

- i.* os benefícios e os encargos são alocados de acordo com o poder político e a construção social positiva ou negativa da população-alvo;
- ii.* o poder e a construção social das populações-alvo afetam a formulação de políticas; e
- iii.* as construções sociais podem mudar, e o desenho da política pode criar mudanças.

Diversos estudos destacam as disputas pela estruturação da assistência social no período posterior à Constituição de 1988 e o papel de uma comunidade de especialistas na defesa do paradigma de direitos (Mendosa, 2012; Côrtes, 2015; Gutierrez, 2018). Porém, ainda é necessário compreender como esse ator coletivo contribuiu para a conformação de um novo enquadramento da população-alvo da assistência social nas três últimas décadas. Dito isso, este artigo examina as imagens socialmente construídas da população-alvo da assistência social. Para tanto, empreendemos um estudo qualitativo com base na análise documental a fim de identificar os enquadramentos e as referências utilizadas nos documentos legais e administrativos para designar os grupos contemplados pelas ações de assistência social em diferentes períodos. Ao todo, selecionamos excertos dos textos constitucionais e dos principais normativos da área, abrangendo legislação, normas operacionais básicas e as duas Políticas Nacionais de Assistência Social (1998 e 2004).

Verificamos que distintas imagens de população-alvo estiveram associadas aos diferentes momentos históricos da política de assistência social e que o processo de reconfiguração da construção social dessa população, tendo como base a noção de cidadania, foi fomentado pela *policy community* reformista desde o início da década de 1990. Esse novo enquadramento dos grupos veio a substituir, ao menos em parte, a concepção até então predominante de pobres mais ou menos merecedores da caridade privada ou estatal por uma visão de cidadãos com direito à assistência, cuja condição de necessidade deveria ser definida de forma abrangente e não restrita aos seus rendimentos. Especialmente depois de 2004, quando da criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em documentos do governo federal, a imagem da população-alvo transitou de um público objeto de caridade para um público sujeito de direitos. A primeira imagem está associada ao legado da filantropia, cujas origens remontam às noções católicas coloniais que propunham o protagonismo das Misericórdias, e não do Estado, no cuidado aos necessitados nas colônias portuguesas e a salvação de quem é caridoso com o pobre merecedor. Já a segunda imagem está associada à noção de beneficiários como cidadãos, que têm direito à assistência em caso de necessidade; direito cuja efetivação é responsabilidade do Estado.

O artigo está estruturado em três seções, além desta Introdução e das Considerações finais. Inicialmente, discutimos os conceitos de *policy image* e de monopólio de política, desenvolvidos por Frank Baumgartner e Bryan Jones (1991), a fim de compreender o papel das ideias na análise sobre os momentos de estabilidade e mudança nas políticas públicas. De forma complementar, recorreremos às contribuições de Anne Schneider e Helen Ingram (1993) sobre *policy design* e construção social da população-alvo das políticas públicas. Na segunda seção, abordamos o histórico da política de assistência social no Brasil com o objetivo de verificar quais eram as imagens de população-alvo derivadas do ordenamento normativo e administrativo na área até a década de 1980. Na sequência, analisamos o novo enquadramento da população-alvo que veio a orientar a construção de um novo *policy design* na área de assistência social no período pós-Constituição de 1988.

A influência da construção social de populações-alvo para a formação de *policy images*

O modelo de equilíbrio pontuado emergiu em um contexto de crescente atenção destinada à dimensão simbólica como aspecto relevante para a construção de explicações sobre os processos de políticas públicas. A importância de crenças e valores foi incorporada no modelo analítico por meio do conceito de *policy image* – noção que abarca as percepções do público a respeito de uma determinada polí-

tica (Mondou et al., 2014). Essas imagens compartilhadas são recursos importantes para a construção e comunicação de significados que orientam e motivam os atores que operam dentro da arena política. É por intermédio das *policy images* que são formulados entendimentos acerca dos problemas a serem enfrentados e dos objetivos que devem ser perseguidos (Baumgartner & Jones, 1991; 2009).

As disputas por diferentes *policy images*, relacionadas ao mesmo referente objetivo, são importantes para a produção de ação coletiva nas arenas das políticas setoriais. A manipulação de discursos e símbolos associados à política são fundamentais para obtenção de colaboração de um conjunto de indivíduos, bem como para coordenação da ação desse agrupamento em prol de um mesmo objetivo. A conformação desses atores coletivos, por meio do compartilhamento de *policy images*, é impulsionada pela atuação de empreendedores de política, ou seja, indivíduos com habilidade de leitura de contexto, de trânsito entre um grande espectro de atores e com capacidade de assegurar a cooperação dos demais. A atração de indivíduos para essa empreitada colaborativa ocorre com a construção de uma representação simbólica acerca da política que os motive a atuar de maneira conjunta na busca de uma mesma meta (Capella, 2016).

O compartilhamento de *policy images* e a atuação de empreendedores de política são essenciais para a compreensão das possibilidades de permanência ou mudança em um setor de políticas públicas. Para o modelo do equilíbrio pontuado, subsistemas de políticas públicas se caracterizam por longos períodos de estabilidade interrompidos por momentos súbitos de mudanças intensas. Os intervalos de constância são sustentados por monopólios de política, contextos em que a combinação entre as estruturas institucionais e uma imagem positiva da política vigente desincentiva iniciativas que visem transformações. Em outras palavras, o monopólio da política é obtido quando uma *policy image* se consolida como a interpretação dominante no setor. Uma imagem positiva e duradoura é uma das chaves para a manutenção do *status quo* do subsistema (Baumgartner & Jones, 2009).

Os processos de mudança são engendrados com base na manipulação de *policy images*. Grupos que pretendam desafiar o monopólio de um subsistema devem se mobilizar de modo a construir uma imagem capaz de se contrapor à representação dominante naquela arena política. Essa atividade envolve não apenas a manipulação de símbolos e discursos, mas também a expansão do debate setorial para além dos espaços institucionais, onde, costumeiramente, ocorrem as disputas (*policy venues*) que tendem a oferecer *feedback* negativo a qualquer iniciativa de modificação. Nesse sentido, a imagem alternativa deve atrair a atenção de um público mais amplo do que aquele que acompanha a dinâmica do subsistema nos períodos

de rotina. Dessa forma, com o debate público sobre o tema, o processo decisório extrapola os limites do subsistema, possibilitando o acesso a um ambiente mais favorável às iniciativas transformadoras (Baumgartner & Jones, 1991; 2009). Tanto as *policy images* voltadas para a manutenção de monopólios como aquelas dedicadas à transformação contêm representações sobre elementos basilares de uma política. Por meio dessas imagens, são concebidos problemas a serem enfrentados, objetivos a serem atingidos e as ferramentas mais adequadas para esses fins. Subjacentes a essas definições, temos entendimentos mais amplos acerca do funcionamento da sociedade, do papel do Estado e a finalidade de suas intervenções. Em outras palavras, percepções sobre a justiça, a deseabilidade e a efetividade de determinada política embasam prescrições a respeito de seu desenho. Nesse âmbito, operam os debates para definição de populações-alvo.

A construção da imagem da população-alvo de uma política é um dos fundamentos para a formação de uma *policy image* e envolve dimensões simbólicas, que remetem a crenças, valores e representações a respeito dos grupos cujos comportamentos a intervenção estatal pretende modificar. Nesse processo, não apenas a sociedade atua na produção de sentidos e enquadramentos dos grupos como o próprio Estado afeta a construção de identidades e a produção de sujeitos (Schneider & Ingram, 1993). Uma proposta de política pública que atenda a um grupo social considerado merecedor pela opinião pública tende a ser mais bem aceita pela sociedade e, por consequência, amplia as possibilidades de sucesso na obtenção do monopólio de um subsistema. Por outro lado, proposições que favoreçam agrupamentos com imagem negativa generalizada terão dificuldade em obter apoios mais amplos. Portanto, uma *policy image*, para se tornar bem-sucedida, deve dialogar e interagir com as percepções valorativas do público a respeito de determinados segmentos da sociedade no momento de construir a imagem de sua população-alvo.

A interlocução entre o processo de formulação de políticas públicas e as imagens culturais valorativas sobre determinados grupos foi conceitualizado por Schneider e Ingram (1993) sob a denominação de construção social de populações-alvo. O principal pressuposto dessa corrente analítica é o de que formuladores de políticas públicas enquadram os sujeitos das políticas em termos positivos ou negativos, distribuindo benefícios ou encargos, a partir da interação com construções sociais mais amplas. A composição dessas imagens pela manipulação de significados sociais é crucial tanto para os grupos que têm o objetivo de manutenção de monopólio como para aqueles que pretendem desencadear processos de mudança no subsistema, uma vez que, associadas à dimensão do poder, as construções sociais impactam o processo de formulação de políticas públicas (Ingram et al., 2007).

O conceito de população-alvo é oriundo da análise de desenho de políticas públicas. Essa perspectiva compreende que, para atingir seus objetivos, as políticas públicas devem, de alguma maneira, modificar o comportamento de um determinado conjunto de atores. A alteração comportamental pode ser obtida com o uso de incentivos ou de coerções que levem os indivíduos a agirem de certo modo. Para alcançar esse efeito, é preciso que a política estabeleça critérios que estipulem os grupos que serão objeto direto da intervenção estatal (Pierce et al., 2014). No estabelecimento desses critérios operam significados sociais de ordem valorativa que ensejam a distinção entre grupos e conferem sentido à ação de focalização de um ou de outro. A definição de uma população-alvo ocorre por meio de um processo de construção social realizada a partir de estereótipos construídos e disseminados em diversos espaços sociais (Ingram et al., 2007).

O desenho da política tende a refletir essas construções ao definir como o comportamento de setores populacionais específicos pode ser modificado. Agrupamentos atrelados a construções sociais positivas – vistos como “merecedores”, “honestos”, “bem intencionados” – tendem a ser objeto de políticas que distribuem incentivos e benefícios. Já grupos que são percebidos de maneira negativa – considerados como “desonestos”, “aproveitadores”, “egoístas” – normalmente são o alvo dos encargos e fardos de uma política (Schneider & Ingram, 1993). As imagens associadas a um grupo afetam as probabilidades de um problema ser apresentado à agenda, uma vez que alguns problemas tendem a ser ignorados pelo fato de estarem associados a grupos com construções sociais negativas (Schneider & Ingram, 1993). Ademais, o desenho de política envia mensagens sobre a importância dada pelo governo aos problemas, sendo que a imagem escolhida pode reforçar ou não enquadramentos negativos ou positivos dos grupos para os quais as políticas se destinam (Ingram et al., 2007), isto é, como públicos merecedores ou indignos do amparo estatal.

O impacto da construção social na definição do *policy design* fica evidente quando se examina a variabilidade de instrumentos que podem ser adotados para uma mesma população-alvo. Por exemplo, o desenho de uma política voltada para a população em situação de rua dependerá do entendimento corrente acerca desse grupo. Caso a interpretação dominante seja de que essas pessoas se encontram nessa condição por responsabilidade própria e de que esse público representa um perigo para a ordem pública, é provável que as ferramentas da política apresentem um viés coercitivo, impondo agravos à essa população. No entanto, se a mesma condição for entendida como resultado de uma dinâmica social excludente que vitimizou essa população, a tendência é de que os instrumentos sejam mais benevolentes. Essa situação hipotética explicita a diferença entre a população-alvo e a sua imagem. Um mesmo grupo pode ter a sua imagem socialmente construída de

diversas maneiras. A definição de qual dessas imagens será a norteadora é fundamental, tendo em vista que esse aspecto, mais do que a mera definição de critérios para focalização, impactará no desenho da política. Por essa razão, a imagem da população-alvo é um elemento central nas disputas de *policy image* dentro de um subsistema.

A possibilidade de as políticas públicas impactarem as percepções sociais dominantes sobre os grupos por ela afetados também é incorporada ao modelo explicativo de Schneider e Ingram (1993). Para as autoras, o desenho de uma política pode contribuir para transformar a imagem corrente de sua população-alvo. Esse fenômeno pode ocorrer por diferentes caminhos. A variedade de ocorrências que pode impulsionar mudança nas imagens de populações-alvo varia desde acontecimentos internos ao subsistema até abalos externos que nele repercutem. Dentre as forças exteriores, estão as mudanças institucionais de grande porte, eventos dramáticos que alteram narrativas da mídia e a opinião pública sobre determinado grupo, aprendizagem advinda de outras experiências de políticas públicas e de outros setores. No interior do subsistema, não só os empreendedores de política (Mondou et al., 2014) mas também as *policy communities* são capazes de engendrar mudanças na política setorial. Isso ocorre quando tais atores formulam uma *policy image* alternativa com base em novas construções sociais de população-alvo.

Distintas imagens de população-alvo estiveram associadas aos diferentes momentos históricos da política de assistência social brasileira. Como veremos a seguir, a construção dessas imagens decorreu da manipulação de percepções e entendimentos a respeito de quais segmentos da população seriam merecedores de auxílio estatal. De maneira geral, reproduziu-se a concepção generalizada de que o suporte do Estado deveria ser destinado àqueles considerados incapazes de prover sua subsistência por meio do mercado de trabalho. O dever de amparar esses grupos estava ancorado na lógica da caridade com os mais necessitados, o que imprimiu um persistente caráter filantrópico à política de assistência social.

Ideias moralizantes e disciplinadoras de uma imagem em construção: a população-alvo da assistência social ao longo do século XX

No Brasil, desde o período colonial, as ações de assistência social contaram com reduzido investimento público. O protagonismo na busca de financiamento, organização e distribuição de serviços assistenciais, tais como cuidado dos doentes, dos desterrados, dos órfãos e de outros necessitados era assumido pelas Misericórdias e por obras sociais vinculadas à Igreja Católica (Franco, 2014; Lapa, 2008). Durante

o Império e, de forma mais acentuada, na Primeira República, os governos subnacionais tenderam a ter maior participação na oferta de serviços. Não raro, hospitais e asilos, criados em vários estados do país, internavam de forma compulsória pessoas com transtornos mentais, hanseníase e tuberculose (Côrtes, 1995). Se, por um lado, a República consagrara a separação entre Estado e Igreja Católica, por outro, a oferta de serviços e bens assistenciais aos necessitados permaneceu sendo realizada principalmente por entidades privadas, muitas das quais vinculadas à Igreja Católica.

Ao longo do século XX, os governos ampliaram gradativamente sua participação no financiamento dessas entidades mediante “subvenções” (Fonseca, 2012; Souza, 2007). A partir de 1930, o governo federal passou a estabelecer critérios para decidir quais entidades “destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social” poderiam receber recursos financeiros ou isenções fiscais (Brasil, 1938, art. 4º, alínea d). Nas constituições brasileiras anteriores à Constituição de 1988 não há menção ao direito à assistência social. A Carta de 1934 – de repercussão limitada, tendo em vista a instauração do Estado Novo em 1937 – estabeleceu que a “assistência aos pobres é assegurada pela União e pelos Estados” (Brasil, 1934, art. 125). Na Constituição de 1937, não há menção à assistência social a não ser quando relacionada àquela “prestada pelas associações, sindicatos ou institutos”, direcionada aos trabalhadores formais urbanos (Brasil, 1937, art. 61, alínea a).

O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938, iniciou a federalização do financiamento das entidades beneficentes de assistência social e a estruturação de um serviço social nacional que organizaria e regularia as obras sociais mantidas pelos governos e entidades privadas. Nesse momento, a imagem de necessitados merecedores, fundada em critérios morais e religiosos, típica do período colonial e do Império, foi substituída pela de desajustados sociais¹. Por meio do CNSS, seria possível “diminuir ou suprimir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundas de qualquer outra forma do desajustamento social” (Brasil, 1938, art. 1º).

A criação da Legião Brasileira da Assistência (LBA), em 1942, instituiu pela primeira vez um órgão nacional com o objetivo de “prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas” (Brasil, 1942, art. 1º). A área não se integrou propriamente na estrutura dos governos²; organizou-se como um apêndice, derivado da esfera doméstica do governante, no qual a mulher e mãe exercia sua vocação, vista como natural, para o cuidado e a caridade. Nesse apêndice, homens eram os responsáveis por “questões financeiras e administrativas” e ocupavam a maioria dos cargos de di-

1. Desde o final do século XIX, as ideias higienistas de inspiração eugenista procuravam articular ciência, raça e nação em um projeto de reforma e construção nacional. Consideravam que a doença e a pobreza eram devidas ao desajuste social, provocado por características inatas de determinados segmentos da população (Viégas et al., 2015).

2. Tanto o CNSS quanto a LBA surgiram fortemente associados à primeira dama Darcy Vargas, apresentada pelo governo Vargas e seus apoiadores como a “mãe dos pobres” (Silva, 2018: 28-29). Embora mulheres pertencentes às elites políticas e econômicas do país já se dedicassem à caridade, o protagonismo assumido por Darcy Vargas construiu um modelo que se tornou padrão na área de assistência social nas três esferas de governo da Federação.

reção das comissões central e estaduais da LBA, pelo menos até 1951, quando as primeiras-damas dos estados voltaram ao comando estadual (Silva, 2018: 52). Desde então, o *primeiro-damismo* na área de assistência social se disseminou nos estados e nos municípios, somente perdendo importância ao longo da década de 1990. A imagem da população-alvo da assistência na recém criada LBA, era similar à do CNSS, tanto que, dentre suas finalidades, constava em seu estatuto “favorecer o reajustamento das pessoas moral ou economicamente desajustadas” (LBA, 1942:6). Iniciava-se a vinculação, em certa medida persistente ainda hoje, entre previdência e assistência social. Isso porque um terço do financiamento da LBA era de responsabilidade do governo federal e os outros dois terços eram pagos pelos “segurados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões” e pelos seus empregadores (Brasil, 1942, art. 2º)³.

3. Em 1945, a cota dos segurados foi extinta, permanecendo a dos empregadores (Silva, 2018).

Paralelamente, foram criados junto ao governo federal dois órgãos assistenciais cuja população-alvo eram mães, crianças e adolescentes: o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde; e o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Brasil, 1940; 1941). O DNCr focava mães muito pobres e crianças pobres e abandonadas. Suas ações eram balizadas por concepções de saúde fundamentadas na eugenia, na puericultura e na higiene (Overné, 2018). Embora a imagem dessa população não fosse positiva, acreditava-se que a educação poderia corrigir desvios comportamentais provocados por propensões inatas. A imagem negativa de “menores delinquentes e desvalidos” (Souza, 2020: 84) estava presente nos documentos legais (Brasil, 1941, art. 2º) e se refletiu na vinculação institucional do SAM, nas medidas repressivas, por vezes violentas, promovidas pelo órgão e na baixa qualificação dos trabalhadores das instituições vinculadas, contratadas ou reguladas pelo órgão.

O foco nessa parcela da população (mulheres-mães, crianças e adolescentes) se manteve no período posterior, como na obrigatoriedade da oferta de “assistência à maternidade, à infância e à adolescência” e amparo a “famílias de prole numerosa”, presente na Constituição de 1946 (Brasil, 1946; Silva, 2018). No entanto, com a perda de influência das teorias eugenistas no contexto da derrota do Eixo, na Segunda Guerra Mundial, a noção de “desajustamento social” foi atenuada.

Nas décadas de 1950 e 1960, não houve alteração importante nessa imagem. Ao início dos anos 1950, a direção da LBA aproximou-se da Igreja Católica e do empresariado, relacionamento que persistiu nas décadas seguintes. No decorrer dos anos, além de campanhas de doação de alimentos e outros bens, a ênfase foi depositada em ações educacionais, particularmente na educação sanitária das mães.

A educação das mulheres visava qualificar as “mães” e promover os laços indissolúveis do matrimônio, vistos como ameaçados por novos comportamentos sociais (Silva, 2018). A imagem dessa população-alvo era composta de uma mescla entre a ideia de famílias necessitadas e de mulheres inadequadas ao papel de mãe e esposa, sujeitas a ações moralizantes e disciplinadoras.

Durante a ditadura civil-militar, determinações legais e administrativas promoveram uma crescente institucionalização de ações de assistência social no governo federal, ainda que de forma pouco articulada. A ênfase na assistência à criança e ao adolescente foi direcionada ao atendimento ao “menor”. Em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) com as atribuições e o patrimônio do SAM. A Funabem expandiu sua atuação e teve marcada orientação repressiva em relação às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade ou cometimento de infrações (Becher, 2011; Perez & Passone, 2010). Em 1969, a LBA foi transformada em fundação vinculada ao Ministério da previdência social e do Trabalho com a finalidade de prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência em famílias desprovidas de recursos (Brasil, 1969). A área de assistência social no governo expandia a sua importância; a população-alvo permanecia a mesma, mas as ações adquiriram um caráter mais repressivo.

A população-alvo da assistência, a partir do início da década de 1970, foi ampliada passando a incluir idosos pobres, pessoas inabilitadas para o trabalho rural e pessoas com deficiências. Isso ocorreu por meio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), instituído em 1971, e da Renda Mensal Vitalícia, criada em 1974, para “maiores de 70 anos de idade e para inválidos” (Brasil, 1974). Embora a previdência social financiasse esses programas, por meio do Funrural e do INPS, não era necessário comprovar contribuição.

O início de uma ação mais bem articulada do governo federal na área ocorreu com o desmembramento do Ministério do Trabalho e da previdência social, em 1974, com a criação dos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social, este, o primeiro a incorporar entre as suas funções principais a proteção social e a prestação de auxílios materiais e educacionais de cunho assistencial. A ênfase em políticas nacionais que visavam “resgate da dívida social”, a partir de 1974, tem sido considerada como tentativa de resposta à perda de apoio popular ao regime (Carvalho, 2011; Mioto & Nogueira, 2013). O crescimento da ação estatal ocorria paralelamente aos sinais de esgotamento do modelo filantrópico de promoção da assistência social, centrado na participação do empresariado e do Estado (Mestriner, 2001). Se, por um lado, a população-alvo passara a ser composta por pessoas com deficiência e idosos pobres, além de mulheres-mães, crianças e adolescentes,

por outro, persistia o entendimento da assistência como caridade. A concepção de que a assistência social é um dos direitos de cidadania seria introduzida no debate da área somente na década de 1980, durante o processo constituinte.

Entre a filantropia e o direito: a assistência social no contexto pós-redemocratização

Ao início da década de 1980, a concepção predominante de assistência social era, portanto, fundada na justificativa da ação caridosa oferecida aos necessitados cujo comportamento os habilitava à condição de mercedores de amparo. A incorporação de trabalhadores rurais, idosos e pessoas pobres com deficiência à população-alvo da área tensionava a imagem tradicional de beneficiário da caridade, uma vez que os benefícios financiados com recursos da previdência social tendem a ser tratados como direitos. Além disso, e não apenas no Brasil, há maior apoio público à proteção social voltada aos idosos, aos doentes e às pessoas com deficiência, enquanto o apoio aos benefícios para famílias pobres com crianças tende a ser menor (Van Oorschot & Roosma, 2015; Natalino, 2021). Com a expansão ocorrida nos anos 1970, iniciara-se um processo que favoreceu a construção social de uma imagem pública mais positiva da população-alvo assistida.

4. A proposta sofreu oposição da coalizão liberal e conservadora em aliança eventual com os representantes das entidades privadas religiosas ou laicas prestadoras de serviços de assistência. O bloco liberal conservador obteve algumas vitórias como a isenção de contribuição à seguridade às entidades beneficentes, a dispensa de observância pelas entidades privadas das mesmas obrigações constitucionais das instituições públicas, a delimitação do escopo da assistência social apenas “a quem dela necessitar” e a restrição a intervenção estatal na oferta de ações de assistência (Brasil, 1988).

As mudanças no foco das ações e na imagem da população-alvo ocorreram simultaneamente à construção de um campo autônomo em relação às demais políticas de seguridade social durante a década de 1980. Não por acaso, a burocracia previdenciária, preocupada em separar as áreas de previdência e assistência que estavam, em certa medida, superpostas, foi protagonista na construção de uma proposta que rompia o modelo filantrópico predominante até então (Margarites, 2020). Foi o Grupo de Trabalho para Reestruturação da previdência social (GT/MPAS), criado no Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que formulou e apresentou à Assembleia Nacional Constituinte (ANC), nas comissões e subcomissões em que seus integrantes participavam, a proposta de um sistema, apartado da previdência social, que garantisse o direito universal dos cidadãos aos benefícios e serviços assistenciais (Margarites, 2020)⁴.

Apesar de resistências, a Constituição incorporou as principais propostas do grupo que defendia a desvinculação da assistência social da previdência e o direito universal dos cidadãos ao amparo em caso de necessidade. Estabeleceu ainda que a área deveria ser organizada de acordo com os princípios da descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações (Brasil, 1988). Determinou que a assistência social integrasse a seguridade social, junto com as

áreas de saúde e de previdência social, garantindo o direito a uma renda de um salário-mínimo para idosos e pessoas pobres com deficiência, institucionalizando a renda mensal vitalícia, que fora criada em 1974, e ampliando o valor do benefício, vinculando-o ao salário mínimo. A legislação complementar viria a normatizar as diretrizes que viabilizariam a institucionalização da área, de acordo com as diretrizes constitucionais.

Com o veto presidencial à primeira proposta de lei orgânica, a articulação incipiente construída por acadêmicos do serviço social para a elaboração da primeira versão da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) se fortaleceu, ensejando uma vigorosa mobilização protagonizada pelos defensores da assistência social como direito de cidadania. Foi durante esse processo que se formou a *policy community* reformista que defendia ideias associadas à *policy image* da assistência social como dever do Estado e direito do cidadão em oposição ao grupo que congregava as entidades filantrópicas e os trabalhadores da LBA (Margarites, 2020). Vale lembrar que foi pouco expressiva a participação dos grupos sociais historicamente submetidos aos processos de vulnerabilidade e inserção precária no mercado de trabalho na conformação da assistência social como política pública (Yazbek, 2015; Santos, 2021). A *policy community* reformista congregava acadêmicos, organizações não governamentais que atuavam no assessoramento aos movimentos sociais, entidades de trabalhadores e profissionais da área e associações de usuários da assistência (Rachelis, 2011; Côrtes, 2015; Margarites, 2020). Esse grupo aliava-se, eventualmente, com representantes de entidades filantrópicas prestadoras de serviço⁵. Em um contexto no qual forças políticas liberal conservadoras tentavam retardar a regulamentação da área de assistência social a fim de favorecer os interesses associados à imagem da assistência social como filantropia, a aprovação do texto da Loas só foi possível devido às determinações constitucionais e à pressão política exercida por esse novo ator coletivo.

Após o *impeachment* de Fernando Collor, iniciou-se um contexto favorável para o aprofundamento das mudanças e o encaminhamento de um novo projeto de lei orgânica. As disputas entre diferentes imagens da assistência social e de população-alvo persistiram durante a sua formulação. A definição da população-alvo de acordo com a expressão “a todos que dela necessitarem”, presente na Constituição, era vaga, e dava a margem a ser interpretada de forma restritiva, orientando o atendimento para indivíduos em situação de extrema pobreza (Sposati, 2013). A tensão entre universalização e focalização deram o tom dos conflitos anteriores e posteriores à aprovação da Loas. De um lado estava a *community* reformista, que defendia o protagonismo do Estado na garantia do direito universal à assistência e a ampliação da população-alvo para além de uma definição de necessidade restrita

5. Diferentemente dos casos da saúde e da previdência, nos quais já havia *communities* que se mobilizaram a fim de agilizar a tramitação das respectivas leis orgânicas, na assistência social, a formação da *policy community* reformista transcorreu ao longo do processo de formulação da proposta de Loas.

6. Exemplo foi o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea), criado em 1993, no governo Itamar Franco, que consistia na distribuição emergencial de cestas de alimentos à população pobre atingida pela seca no semiárido. Durante o governo FHC, o Prodea ampliou seu público beneficiário para famílias “carentes” identificadas pelas prefeituras, comunidades indígenas e acampamentos de trabalhadores sem-terra (Lavinias et al., 2000).

7. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996, era o único coordenado pela Secretaria de Estado da Assistência Social. O Programa Comunidade Solidária, criado em 1995, era comandado pela Primeira Dama, Ruth Cardoso; o Bolsa-Alimentação, criado em 2001, era coordenado pelo Ministério da Saúde; o Bolsa Escola, criado em 1999, pelo Ministério da Educação; e o Programa Auxílio-Gás, criado em 2000, pelo Ministério das Minas e Energia. Esses programas apresentaram diversos problemas de implementação, tais como distintos critérios de elegibilidade, sobreposição de

à condição de pobreza; de outro, estavam os defensores do ajuste estrutural e de redução do gasto público, que tinham o apoio de entidades de assistência interessadas na redução do protagonismo do Estado na prestação e regulação de serviços.

Ainda que tenha sido aprovada cinco anos após a aprovação do texto constitucional, a Loas representou uma vitória ao grupo reformista ao ter estabelecido a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. A população-alvo foi definida nos objetivos da área que eram os de oferecer amparo e proteção à família, às mães, às crianças, com foco nas crianças e nos adolescentes pobres, a adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, e promover a habilitação para o trabalho e para a integração à vida comunitária (Brasil, 1993). No entanto, nos anos posteriores à aprovação da Loas, as políticas de assistência social foram marcadas por programas focalizados e emergenciais de combate à pobreza com baixa cobertura, restrições orçamentárias e dificuldades operacionais de implementação nos estados e municípios (Sátyro & Cunha, 2011). As ações para o enfrentamento da miséria e da insegurança alimentar priorizaram a distribuição de alimentos às famílias pobres com gestantes e crianças em risco nutricional⁶. A priorização da estabilização econômica em detrimento das políticas sociais contribuiu para a continuidade de ações fragmentadas e emergenciais, cujo comando estava disperso por diferentes órgãos da administração federal⁷. Ainda que uma visão ampla de população-alvo tenha prevalecido na Loas, a política de assistência social durante os governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) focalizou os extremamente pobres, as famílias e as crianças pobres. A aposentadoria dos trabalhadores rurais foi mantida, mas vinculada à previdência social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado aos idosos e às pessoas pobres com deficiência, somente viria a ser implementado em 1996.

Ideias em disputa:

policy image e construção da população-alvo nas Políticas Nacionais de Assistência Social de 1998 e 2004

Ao final dos 1990, foram lançados os fundamentos para a institucionalização de um sistema de assistência social, organizado de forma descentralizada na Federação brasileira. O processo de regulamentação, iniciado pela Loas, teve continuidade por meio de duas Normas Operacionais Básicas (NOB/1997 e NOB/ 1998). A NOB/1997 ratificou as diretrizes da Loas quanto à descentralização político-administrativa, ao comando único das ações em cada esfera de governo, à participação da população e à primazia da responsabilidade do Estado (Brasil, 1997). Criou as Comissões Tripartites que, posteriormente, vieram a ser denominadas Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT) e definiu a população-alvo da assistência social

como “segmentos carentes da população, notadamente famílias em situação de vulnerabilidade pela condição de pobreza, deficiência e idade” (Brasil, 1997: 17).

A Política Nacional de Assistência Social (Pnas), lançada em 1998, foi o resultado de intensas discussões e disputas que se estenderam por quatro anos (Sátyro & Cunha, 2011). Um dos impasses era decidir quais conceitos de pobreza e de população-alvo da assistência social seriam utilizados. A comunidade de política reformista defendia que se considerasse a pobreza como um fenômeno complexo, multifacetado e não restrito ao nível dos rendimentos. Assim, a solução para o problema da pobreza envolveria, além de melhoria de renda, redução de desigualdades no provimento de serviços públicos de escopo universal, como educação básica e saúde. A população-alvo, nesse sentido, ampliava-se. Essa visão não era predominante entre os dirigentes do governo, mais inclinados a promover políticas focalizadas e compensatórias, voltadas às populações classificadas nas faixas de extrema baixa renda (Ugá, 2004). A *policy image* de assistência social por eles defendida tinha como pilares:

- i. o entendimento de que caberia ao Estado minimizar os efeitos das desigualdades mediante ações paliativas em parceria com organizações da sociedade civil, privilegiando o amparo aos mais pobres; e
- ii. o enquadramento do público com base em categorias moralizantes, disciplinadoras e estigmatizantes da condição de pobreza, de modo a caracterizar os diferentes grupos pela condição de ausência, pela tutela e pela subalternização (Yazbek, 2015).

Ainda que a Pnas/1998 reafirmasse que a assistência social era um direito de cidadania a ser garantido pelo Estado, contraditoriamente defendia que Estado e sociedade “em suas diferentes formas organizativas” eram responsáveis pelo enfrentamento das questões sociais (Brasil, 1999: 218), reduzindo assim a responsabilidade estatal em garantir a assistência aos cidadãos. Também em 1998, foi aprovada a NOB/1998, que introduziu mudanças no desenho da política e explicitou a população-alvo da assistência. Foi introduzida a transferência automática de recursos via Fundos de Assistência Social, bem como estabelecidos os critérios de partilha e os mecanismos de gestão que viabilizaram a efetivação de descentralização e o financiamento das ações em escala nacional. Segundo a NOB/1998, os destinatários das ações de assistência social eram

[...] segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas, das oportunidades de acesso ao trabalho e a bens e serviços produzidos pela sociedade, das formas de sociabilidade familiar, comunitária e societária (Brasil, 1999: 11).

Os subgrupos prioritários eram os seguintes: pessoas em situação de vulnerabilidade associada ao ciclo da vida (crianças de zero a cinco anos e idosos acima de 60 anos), pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas submetidas a situações de abuso e de exploração comercial sexual infanto-juvenil e ao trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso de drogas, vítimas da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus-tratos (Brasil, 1999). A população-alvo correspondia, neste documento, àquela que os reformistas se esforçavam em construir. Porém, as políticas de ajuste estrutural, que foram centrais na agenda governamental nos dois mandatos de FHC, limitaram o alcance da implementação de ações compatíveis a essa visão abrangente sobre os beneficiários da política de assistência social. Vale lembrar que idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza que, desde a Constituição de 1988, teriam direito a um salário mínimo, somente passaram a receber o BPC em 1996.

A ambiguidade na definição de população-alvo revelava a disputa sobre a imagem pública dos beneficiários, se restrita aos extremamente pobres ou se ampliada em uma visão das necessidades sociais múltiplas. Outra ambiguidade era sobre o papel do Estado que oscilava entre coordenador, normatizador, provedor, principal financiador do sistema e corresponsável, junto ao setor privado e à sociedade civil, pela promoção e pelo financiamento de ações de assistência social. Essas ambiguidades, em grande parte viriam a ser resolvidas no período seguinte.

Durante o governo Lula, em 2004, foi criada a Secretaria Nacional de Assistência Social (Snas) junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ao qual coube a coordenação das ações de assistência social, bem como dos programas de transferência de renda e de segurança alimentar e nutricional. Os cargos de direção da secretaria foram ocupados por membros da *policy community* reformista, que promoveram mudanças institucionais de acordo com a *policy image* por eles defendida de modo a acelerar mudanças no arcabouço normativo rumo à construção de um sistema nacional na área (Côrtes, 2015). Foi um período de intensa produção de regulações, no qual o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) desempenhou papel fundamental. Tendo em vista sua centralidade como irradiador de normatização para o setor ao longo da federação, o conselho foi considerado pelos reformistas como o caminho mais curto e rápido para viabilizar mudanças por meio de suas resoluções (Côrtes, 2015).

Nesse contexto, foi formulada a Pnas/2004, que veio a dar origem ao Sistema Único de Assistência Social (Suas). Em 2005, a NOB/Suas regulamentou, em todo o território nacional, a implantação do sistema. Para tanto, criou os mecanismos que via-

bilizaram sua estruturação, padronizando serviços e benefícios socioassistenciais em dois níveis de proteção social: a básica e a especial. O estabelecimento de dois níveis de proteção racionalizou a oferta de bens e serviços, favorecendo que o Suas pudesse de fato oferecer assistência ao amplo rol de beneficiários que formava a população-alvo. A proteção social básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade associada ao ciclo da vida, aos arranjos familiares, às deficiências, à fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências) ou à falta de acesso a direitos e oportunidades (Brasil, 2004). A proteção social especial oferece atendimento às famílias e aos indivíduos cujos direitos tinham sido violados ou ameaçados por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Há, portanto, um conceito ampliado de necessidade social, em contraste com a concepção predominante nos governos de FHC, que propendia a relacionar necessidade ao nível de renda (Jaccoud, Bichir & Mesquita, 2017).

A *policy community* reformista, em cargos de direção na Snas, imprimiu na Pnas/2004 a ideia de “universalização do direito à proteção social” (Brasil, 2005: 93). A Pnas/2004 estabeleceu que a proteção social deveria “ser prestada a todos aqueles que vivem em situação de insegurança social, independentemente de seu pertencimento a um determinado público, mas pela sua condição de exposição ao risco” (Sátyro & Cunha, 2011: 22). Paralelamente, as ações voltadas à segurança de renda e à sobrevivência se expandiram, como demonstra a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2004. O alvo do Programa foram as famílias pobres em situação de vulnerabilidade social decorrente da ausência e insuficiência de renda.

A Pnas/2004 construiu uma imagem cidadã de população-alvo, tendo em vista que os usuários de bens e serviços têm direito à assistência, do mesmo modo que à saúde e à previdência social. Para isso, seria necessário romper

com ideias tutelares e de subalternidade, que identificam os cidadãos como carentes, necessitados, pobres, mendigos, discriminando-os e apartando-os do reconhecimento como sujeitos de direito (Brasil, 2005: 93).

A esses sujeitos deveria ser garantido o “acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social” (Brasil, 2005: 93). A oferta articulada de serviços e benefícios teria como objetivo desenvolver capacidades para gerar autonomia (Brasil, 2005: 16). Em contraste com o documento de 1998, a Pnas/2004 retomava os princípios estabelecidos na Constituição de 1988 e na Loas, particularmente a noção de

direitos sociais dos cidadãos como parâmetro para construir o detalhamento tanto da *policy image* da área quanto da população-alvo da assistência social.

Com base na comparação das Pnas de 1998 e 2004, observamos mudanças relacionadas ao desenho da política, à *policy image* e à construção social da população-alvo (Quadro 1). Na Pnas/1998, a *policy image* era construída em torno da concepção da política de assistência social como instrumento para suprir lacunas deixadas pelo mercado, pela sociedade e por outras políticas sociais, sendo que a população-alvo era definida pelo nível de renda, focalizando famílias e indivíduos de renda muito baixa. Ainda que a assistência social fosse concebida como dever do Estado, a responsabilidade pelo enfrentamento da vulnerabilidade social era compartilhada com o setor privado e a sociedade civil – concepção que remonta ao legado da caridade e da filantropia que, por décadas, caracterizou a área. Em contraposição, a Pnas/2004 retomou e detalhou as diretrizes para implementação de uma política baseada na imagem presente na Constituição Federal e na Loas, a qual concebe que o Estado é o responsável por garantir o direito dos cidadãos usuários.

Enquanto na Pnas/1998 os merecedores de assistência eram aqueles que se encontravam em situações circunstanciais ou conjunturais de vulnerabilidade, definida pela baixa renda, na Pnas/2004, os merecedores passaram a ser cidadãos que se encontram em condição de vulnerabilidade e risco social, cujo diagnóstico era multidimensional. Nesse sentido, a imagem de população-alvo é contrastante: na Pnas/1998 ela é referida como “destinatários”, na Pnas/2004, ela é composta por “usuários”, “cidadãos” e “grupos”. A Pnas/2004 enfatiza o enquadramento do usuário como sujeito de direitos, entendendo também que as situações de vulnerabilidade e risco podem estar associadas aos grupos com “identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual”; e às situações de violação de direitos (Brasil, 2004: 37).

Ainda que a atuação da *community reformista* tenha sido bem-sucedida na modificação do arcabouço normativo a fim de estruturar um sistema nacional na área e fortalecer a *policy image* da assistência social nos moldes preconizados pela Constituição de 1988 e pela Loas, o legado da tutela persistiu em discursos e práticas de agentes responsáveis pela oferta de bens e serviços assistenciais, que atribuem imputações negativas à condição de pobreza, realizando, por vezes, procedimentos seletivos e atendimentos baseados em critérios moralizantes (Marins, 2014). Como resultado, usuários considerados como “não merecedores” podem não ter acesso à assistência ou enfrentar situações de humilhação, constrangimento e atendimento marcado pelo abuso moral ou baixa qualidade (Marins, 2014; Jaccoud & Abreu, 2019). Por fim, persistem na sociedade brasileira *policy images* que se baseiam na noção de que a “caridade” a ser exercida por indivíduos, entidades ou pelo Estado

QUADRO 1
DEFINIÇÃO DE PÚBLICO NOS MARCOS REGULAMENTARES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL,
POLICY IMAGE E CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA POPULAÇÃO-ALVO

Normas legais e Planos Nacionais	Definição de população-alvo	Policy image	Construção da imagem da população-alvo
Constituição Federal de 1988	“A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (Brasil, 1988).	Serviços e benefícios de assistência social são um direito do cidadão e um dever do Estado que garantem condições de vida básica para a população, independente de contribuições previdenciárias.	Todo brasileiro que necessitar da assistência social é visto como merecedor. Essa condição decorre de sua condição cidadã.
Loas/1993	“A assistência social, <i>direito do cidadão e dever do Estado</i> , é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993).		
Pnas/1998	“Os destinatários da Política Nacional de Assistência Social pertencentes a formas fragilizadas de sociabilidade familiar, comunitária e societária são os segmentos excluídos, involuntariamente, das políticas sociais básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade, com prioridade para os indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais que se enquadrem em: <i>condições de vulnerabilidade próprias do ciclo da vida, condições de desvantagem pessoal resultantes de deficiência e situações circunstanciais e conjunturais</i> ” (Brasil, 1999: 9). “A quantificação dos destinatários da política de assistência social, de acordo com o ciclo de vida, com situações circunstanciais ou conjunturais de vulnerabilidade ou por condição de desvantagem pessoal é <i>sempre seguida de corte pelo rendimento familiar mensal – limitado o per capita de até meio salário mínimo</i> – para circunscrever-se ao conceito ou estado de pobreza definido no item que trata da Renda, Pobreza e Empregabilidade” (Brasil, 1999: 4).	A assistência social é vista como instrumento para suprir lacunas deixadas pelo mercado, pela sociedade e por outras políticas sociais. Oferecer assistência social é um dever do Estado, mas também do setor privado e da sociedade civil.	São merecedores de assistência social aqueles que se encontram em situações circunstanciais ou conjunturais de vulnerabilidade, indicada pela baixa renda familiar.
Pnas/2004	“Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em <i>situações de vulnerabilidade e riscos</i> , tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; <i>identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual</i> ; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (Brasil, 2004: 33).	Mesma imagem apresentada na Constituição Federal e na Loas. Detalhamento de conceitos de vulnerabilidade e risco em perspectiva multidimensional.	Os merecedores da política são cidadãos usuários que se encontram em condição de vulnerabilidade e risco social que podem se manifestar em suas mais diversas dimensões.

Fonte: Brasil (1988; 1993; 1999; 2004. Grifos nossos).

deve ser direcionada ao pobre merecedor. Visão que atribui frequentemente aos pobres a culpa por sua própria condição. As mudanças observadas na área de assistência social desde a Constituição de 1988 e, principalmente com a Pnas de 2004, têm estabelecido um ambiente de disputa sobre essas imagens ao considerar os usuários da assistência social como cidadãos que a ela têm direito.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos contribuir com a agenda de pesquisas sobre desenho de políticas públicas ao lançar luz sobre as construções sociais da população-alvo, destacando o papel desempenhado por comunidades de especialistas nas disputas pelas *policy images*. Entendendo que a produção de políticas públicas envolve dimensões simbólicas e que a seleção e o enquadramento dos beneficiários são processos inconclusos e objeto de permanente disputa política, uma vez que é com base nas imagens socialmente construídas que os *policy makers* distribuem benefícios e encargos para determinados grupos, argumentamos que as *policy communities* fazem parte dessas disputas e podem tanto reforçar a representação dominante na arena política como desafiar o monopólio de um setor pela mobilização em torno da construção de uma imagem concorrente.

Verificamos que distintas construções sociais da população-alvo estiveram associadas aos diferentes momentos históricos da política de assistência social no Brasil e que o processo de regulamentação, iniciado na década de 1990, envolveu disputas acerca das *policy images* por parte de atores tradicionais da assistência e de uma *policy community* reformista, que se formou em torno da defesa da assistência social como dever do Estado e direito do cidadão. O contexto macropolítico dos anos 1990 contribuiu para que os defensores do legado filantrópico sob nova roupagem em defesa do Estado mínimo exercessem o monopólio do setor de forma a perpetuar a concepção até então predominante que concebia os beneficiários como pobres mais ou menos merecedores da caridade privada ou estatal. Quando integrantes da *community* reformista ampliaram sua influência nos espaços decisórios, em 2004, essa *policy image* foi substituída pela concepção de usuários cidadãos, cuja condição de necessidade deveria ser definida de forma abrangente e não restrita ao nível de rendimentos.

Com reduzidos recursos de poder e frágeis laços associativos, os grupos sociais historicamente submetidos a processos de vulnerabilidade e inserção precária no mercado de trabalho tiveram uma participação limitada nesse processo, cabendo a atores provenientes dos campos profissional e acadêmico do serviço social, lideranças de entidades e dirigentes governamentais que integravam a *policy community* o protagonismo nas disputas pela reconfiguração do desenho da política de assistência social e das imagens da política e da população-alvo. Essa nova imagem foi reforçada no arcabouço normativo que veio a estruturar o Suas.

Entretanto, desde 2016 e, de forma mais acentuada, depois de 2019, houve um enfraquecimento desse arcabouço normativo e das novas imagens da política e da

população-alvo em virtude do retorno de antigas práticas que apelam à filantropia, ao primeiro-damismo e ao voluntariado. O governo federal tem se mostrado contrário às mudanças ocorridas nas últimas três décadas e tem promovido ações que desorganizam e enfraquecem o Suas, a exemplo da criação de sistema paralelo de concessão de benefício durante a pandemia de Covid-19. Estudos futuros poderão investigar os efeitos do contexto macropolítico no campo de ação estratégico da assistência social de forma a identificar as correlações de força entre os atores e as bases ideacionais dos grupos que estão no comando do Ministério da Cidadania e suas propostas para a área, as quais, à primeira vista, parecem ser fundadas na negação dos princípios constitucionais e da Loas.

Referências

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. *Agendas and instability in American politics*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2009.

_____. Agenda dynamics and policy subsystems. *The Journal of Politics*, v. 53, n. 4: 1044-1074, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2131866>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004*. Brasília: MDS, 2005.

_____. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 2004.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 207, de 16 de dezembro de 1998. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 16 Abr. 1999.

_____. *Norma Operacional Básica de Assistência Social*. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social, 1997.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 8 Dez. 1993.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei n. 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 12 Dez. 1974.

_____. Decreto-lei n. 593, de 27 de maio de 1969. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma fundação destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e a adolescência. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 28 Maio 1969.

_____. Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 4 Dez. 1964.

_____. Constituição. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1946.

_____. Decreto-lei n. 4.830, de 15 de outubro de 1942. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 17 Out. 1942.

_____. Decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, 11 Nov. 1941.

_____. Decreto-lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940. Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. *Diário Oficial da União*, seção 1, 23 Jan. 1940.

_____. Decreto-lei n. 525, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. Brasília: *Diário Oficial da União*, seção 1, 5 Jul. 1938.

_____. Constituição. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1937.

_____. Constituição. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1934.

BECHER, Franciele. Os “menores” e a Funabem: influências da ditadura civil-militar brasileira. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (Anpuh)*, p. 1-16, 2011.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: ideias, interesses e mudança. *Cadernos Ebape.BR*, v. 14, p. 486-505, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395117178>>. Acesso em: 10 Mar. 2021.

CARVALHO, Aloysio Castelo. Os militares na liberalização do regime autoritário brasileiro (1974-1985). *Militares e Política*, n. 9, p. 83-104, 2011.

CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. *Policy community* defensora de direitos e a transformação do Conselho Nacional de Assistência Social. *Sociologias*, Ano XVII, n. 38, p. 122-154, 2015.

_____. *User participation and reform of the Brazilian Health System: the case of Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Social Policy) – London School of Economics and Political Science, London, 1995.

FONSECA, Sérgio C. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. *Educação em Revista*, v. 28, n. 1, p. 79-108, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100005>>. Acesso em: 10 Mar. 2021.

DUNLEAVY, Patrick. Professions and policy change: notes towards a model of ideological corporatism. *Public Administration Bulletin*, v. 36, p. 3-16, 1981.

FRANCO, Renato J. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estud. Hist.*, v. 27, n. 53, p. 5-25, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000100001>>. Acesso em: 10 Abr. 2021.

GUTIERRES, Kellen Alves. Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a política pública de assistência social. *Lua Nova*, n. 105, p. 81-114, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-081114/105>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

JACCOUD, Luciana; ABREU, Maria Cristina. Entre o direito e a culpabilização das famílias: o que pensam os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas) sobre as ofertas e os beneficiários. In: PIRES, R. R. C. (Org). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*, p. 485-504. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

JACCOUD, Luciana et al. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, v. 1, p. 175-250. Brasília: Ipea, 2009.

JACCOUD, Luciana; BICHIR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS na proteção social brasileira: transformações recentes e perspectivas. *Novos estudos Cebrap*, v. 36, n. 2, p. 37-53, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>>. Acesso em: 12 Ago. 2020.

JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. From there to here: punctuated equilibrium to the general punctuation thesis to a theory of government information processing. *The Policy Studies Journal*, v. 40, n. 1, p. 1-19, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00431.x>>. Acesso em: 02 Mar. 2021.

INGRAM, Helen et al. Social construction and policy design. In: SABATIER, Paul A. (Org.). *Theories of the policy process*, p. 93-126. Cambridge, MA: Westview Press, 2007.

LAPA, José Roberto A. *Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

LAVINAS, Lena et al. Combinando o compensatório e o redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil. *Texto para discussão n. 748*, Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA). Estatutos da Legião Brasileira de Assistência (1946). Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_AVAP_VPU&pasta=AVAP%20vpu%20lba%201942.00.00&pagfis=4004>. Acesso em: 08 Fev 2021.

MARGARITES, Gustavo Conde. *A constituição da assistência social como um campo de política pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

MARINS, Mani T. Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do Bolsa Família. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 543- 62, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752014V4210>>. Acesso em: 10 Dez. 2020.

MENDOSA, Douglas. *Gênese da política de assistência social no governo Lula*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MILLER, Hugh T.; DEMIR, Tansu. Policy community. In: FISCHER, F.; MILLER, G. J.; SIDNEY, M. S. *Handbook of public policy analysis*, p. 137-147. New York: CRC Press, 2007.

MIOTO, Regina C. T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. Política social e serviço social: os desafios da intervenção profissional. *Katálysis*, v. 16, p. 61-71, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>>. Acesso em: 02 Fev. 2021.

MONDOU, Matthieu et al. Policy image resilience, multidimensionality, and policy image management: a study of U.S. biofuel policy. *Journal of Public Policy*, v. 34, n. 1, p. 155-180, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0143814X13000317>>. Acesso em: 25 Fev. 2021.

NATALINO, Marco A. C. *A redistribuição e seus descontentes: percepções sociais sobre pobreza, desigualdade e programas de transferência de renda*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2021.

OVERNÉ, Cláudio A. O Departamento Nacional da Criança em seu primeiro quinquênio de funcionamento, a assistência e a educação à infância (1940-1945). *Anais do Encontro de História da Anpuh*, p. 1-13. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018.

PEREZ, José Roberto R.; PASSONE, Eric F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cad. Pesqui.*, v. 40, n. 140, p. 649-673, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>>. Acesso em: 16 Abr. 2021.

PIERCE, Jonathan J. et al. Social construction and policy design: a review of past applications. *Policy Studies Journal*, n. 42, v. 1, p. 1-29, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/psj.12040>>. Acesso em: 25 Jan. 2021.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 2011.

RHODES, Roderick A. W. *The national world of local government*. Oxford, UK: Allen and Unwin, 1986.

SANTOS, Priscilla R. Entre ideias e interações: a participação dos usuários na política de assistência social. *Debates*, v. 15, n. 1, p. 120-142, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-5269.109943>>. Acesso em: 03 Maio 2021.

SÁTYRO, Natália; CUNHA, Eleonora. A entrada da política de assistência social na agenda decisória brasileira: o papel das leis e o papel do presidente. *Anais do Encontro Anual da Anpocs*, p. 1-27. Caxambu: Anpocs, 2011.

SCHNEIDER, Anne; INGRAM, Helen. Social construction of target population: implications for politics and policy. *The American Political Science Review*, v. 87, n. 2, p. 334-346, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2939044>>. Acesso em: 25 Jan. 2021.

SILVA, Bruno S. M. Tecnicificação e gênero no corpo laboral da Legião Brasileira de Assistência: assistência social e modernidade (1945-1964). *História Unisinos*, v. 22, n. 4, p. 604-619, 2018.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. A Institucionalização do Atendimento aos Menores – O SAM. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, v. 12, n. 24, p. 61-92, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14295/rbhcs.v12i24.11608>>. Acesso em: 12 Mar. 2021.

SOUZA, Simone E. *Os socorros públicos no Império do Brasil 1822 a 1834*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Os 20 anos de Loas: rupturas com o modelo assistencialista. In: CRUS, J. et al. (Orgs). *Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social*, p. 20-41. Brasília: MDS, 2013.

STONE, Deborah. *Policy paradox: the art of political decision making*. New York: Norton & Company, 2002.

TSUBAKI, Linda. *Social construction, policy design, and program efficacy in the U.S. Navy's family readiness group program*. Doctoral dissertation (Ph.D in Philosophy, Public Policy and Administration), Walden University, Minneapolis, MN, 2019.

UGÁ, Vivian D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Rev. Sociol. Polit.*, n. 23, p. 55-62, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200006>>. Acesso em: 02 Fev. 2021.

VAN OORSCHOT, Wim; ROOSMA, Femke. The social legitimacy of differently targeted benefits. Improve Antwerp: Herman Deleeck Centre for Social Policy, University of Antwerp. *Working Paper*, n. 15/11, 2015.

VIÉGAS, Lygia S. et al. Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n.9, p. 2683-2692, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.08732015>>. Acesso em: 08 Fev. 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2015.



Werner Sombart: um estrangeiro na tradição sociológica?ⁱ

Recebido: 02.06.21
Aprovado: 08.11.21

João Carlos Graça (<https://orcid.org/0000-0002-8791-6753>),
Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugalⁱⁱ.

Resumo: O nome de Werner Sombart possuía uma grande fama nos principais meios da sociologia à escala mundial há cerca de um século; mas tendeu depois a cair em uma penumbra de quase esquecimento, sendo habitualmente excluído do atual panteão sociológico. Isso ficou muito provavelmente a dever-se, entre outros fatores, à sua adesão tardia ao nazismo. Não obstante, foram celeberrimas, e são ainda hoje plenamente dignas de reflexão atenta as suas considerações sobre a relação do capitalismo com a guerra, o luxo e a ética religiosa, particularmente a judaica; a dualidade valorativa da mentalidade capitalista (com a antinomia burguês x empresário); a periodização do capitalismo e a sua trajetória futura; as singularidades da vida política norte-americana. Sombart deixou várias questões por resolver, mas que nos interpelam ainda hoje direta e vivamente. Apesar de se tratar de um autor meio olvidado na tradição sociológica, é, todavia, de mais do que um ponto de vista, plenamente nosso contemporâneo.

Palavras-chave: Guerra, luxo e capitalismo. Religião e capitalismo. Burguês e empresário. Futuro do capitalismo. Estados Unidos e socialismo.

i. Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a agência nacional portuguesa para o financiamento da ciência, investigação e tecnologia, no âmbito do Projeto UIDB/04521/2020.

ii. João Carlos Graça é professor auxiliar com agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Portugal. Investigador do Socius/CSG. <jogra1958@netcabo.pt>.

Werner Sombart: a stranger in sociological tradition?

Abstract: Enjoying a great fame in the main sociological milieus worldwide roughly a century ago, the name of Werner Sombart tended afterwards to fall into a penumbra of near-oblivion, being normally excluded from the current sociological pantheon. This was arguably due to, among other factors, his late support for Nazism. Nevertheless, his considerations on the relationship of capitalism with war, luxury and religious ethics, particularly the Jewish ethics, the value ambivalence of capitalist mentality (with the bourgeois x entrepreneur antinomy), the periodization and future trajectory of capitalism, the singularities of North-American political life, were all once very renowned, and are still more than worthy of a careful reflection. Sombart left several unresolved questions, which are still capable of addressing us directly and vividly today. Being a half-forgotten author of the sociological tradition, he is nevertheless, under more than one perspective, plentifully our contemporary.

Keywords: War, luxury and capitalism. Religion and capitalism. Bourgeois and entrepreneur. Future of capitalism. The USA and socialism.

Werner Sombart (1863-1941) gozou de uma enorme fama em princípios do século XX, mas a sua estrela acadêmica veio depois a afundar-se algures entre o esquecimento e a infâmia, para só em tempos mais recentes a sua memória ter sido parcialmente resgatada. Isso terá ficado a dever-se em parte ao seu apoio ao nazismo nos anos 1930, mas o problema está longe de poder ficar confinado a esse aspeto. Sombart, esclareça-se, esteve próximo do marxismo nos começos da sua carreira, tendo sido então lesado em virtude da notoriedade de suas inclinações socialistas; e também elogiado por Engels, por ter conseguido compreender Marx bem melhor do que a generalidade da elite académica alemã sua contemporânea (Plotnik, 1937: 33; Villas Bôas, 2001: 173; Nogueira, 2004: 1128-1130; Gioia & Nardis, 2015). Veio todavia a aderir depois aos entusiasmos da *Kriegsideologie* alemã de 1914-1918, que viu na guerra a defesa da *Kultur* e de um modo de vida “orgânico”, assente na “comunidade” e nos “ideais”, contra os traços “mecânicos” da *Civilization* (Losurdo, 1998). O desembocar subsequente no nazismo, embora incluindo outras componentes, deve ser considerado como traduzindo a acentuação desse outro grupo de inclinações. Na verdade, quer as razões para a aproximação de Sombart ao nazismo, quer o seu relativo apagamento posterior da memória oficial da sociologia constituem possíveis tópicos para investigações sociológicas mais detalhadas (Grundmann & Stehr, 2001). Trata-se aqui, porém, não de proceder a tais investigações, mas de sublinhar o relevo e a atualidade de um certo número de elementos do pensamento de Sombart, bem como a importância da recuperação de seu legado pelo que ele ainda pode contribuir quer para os debates presentes sobre o capitalismo, quer – mais amplamente – para a compreensão da ambivalência valorativa de nossa época.

Sombart na tradição sociológica e na do pensamento económico

Talcott Parsons (1902-1979) confere a Sombart uma posição de destaque em seus primeiros textos, colocando-o a par de Weber em um famosíssimo artigo de 1928 relativo à centralidade da categoria “capitalismo”. Entretanto, em *A estrutura da acção social*, de 1937, o lugar de Sombart é já muito sumido; e depois disso ele praticamente desaparece. Resumidamente, Parsons apresenta-o como representante do “historicismo alemão” da viragem de século, tendo como vícios teóricos o “empirismo” e o “idealismo”. Quanto ao “empirismo”, refere-se às suas reservas em face da economia marginalista, a cujos métodos dedutivos teria preferido à pesquisa historiográfica e indutiva. Alinhando pelos mesmos pontos de vista que reapparecem em Schumpeter (1964), Parsons condena essa atitude por alegada insuficiência teórica (*fallacy of misplaced concreteness*), à maneira dos juízos censórios a propósito dos institucionalistas norte-americanos. Quanto ao “idealismo”, duas teses são por Parsons fundidas: a de que Sombart teria exagerado na singularidade

de cada “indivíduo histórico” e a de que teria desprezado as dimensões materiais a favor da precedência analítica da “cultura”.

Deve dizer-se que nem a acusação de “empirismo” nem a de idealismo são sustentáveis (cf. Graça, 1995). As razões pelas quais Parsons opta por condenar Sombart nestas matérias, enquanto ao mesmo tempo decide recuperar Max Weber, relevam sobretudo das estratégias de promoção pessoais do próprio no ambiente universitário norte-americano em que veio a vingar, não de qualquer genuíno problema teórico. São pois mais um assunto de sociologia da vida académica do que de história das ideias em sentido estrito, analogamente ao ocorrido com o tratamento parsoniano dos autores “institucionalistas”, conforme destacado por Charles Camic (1992). Em todo caso, os mal-entendidos a que Parsons ficou associado marcaram de forma indelével a subsequente consagração institucional da sociologia, designadamente os pretensos fundamentos de sua separação da economia, pelo que as suas teses foram em parte validadas, embora apenas em um sentido performativo (Graça, 2008).

Quanto à história do pensamento económico, Sombart é usualmente mapeado naquilo que Joseph Schumpeter (1964) designou como geração “novíssima” da “escola histórica alemã”, junto com Max Weber e Edgar Jaffé. Tendo sido discípulo de Adolph Wagner e de Gustav Schmoller (este último sendo o seu orientador de doutoramento), a sua inclinação ia pois, quanto à célebre *Methodenstreit*, para a fação indutiva e historiográfica, em oposição ao grupo encabeçado por Carl Menger, dedutivista e assumindo a validade universal das categorias da *economics*. Todavia, segundo Schumpeter, apesar de suas insuficiências teóricas (o análogo do suposto “empirismo” no requisitório de Parsons), Sombart teria sido um autor de grande fôlego, visão de conjunto e capacidade de captar o sentido geral das realidades estudadas, em tudo isso superando o mestre.

De facto, Sombart moveu-se inicialmente na vizinhança de Schmoller, ligando-se assim também ao projeto da *Verein für Socialpolitik*, almejando um grupo de reformas oficialmente destinadas a reforçar os aspetos éticos da economia. Esta “economia ética” traduzia-se mormente no apoio de formas de atividade tradicionais, sobretudo a pequena agricultura independente e o grupo de disposições culturais correspondentes, Gustav Schmoller ligando diretamente este propósito reformista à sua atividade científica. Perto da viragem de século, porém, quer Sombart quer Weber demarcaram-se deste grupo de atitudes, passando a argumentar de maneira enfática por uma clara separação entre ciência e valores (Lenger, 1997: 156).

Do mesmo passo, reconhecendo o insuficiente suporte teórico da obra de Schmoller, Sombart considerou, quer a chamada “Escola austríaca”, quer o marxismo,

1. Em outra formulação deste grupo de problemas, Sombart terá procurado sobretudo uma terceira via entre as abordagens ditas “normativa” e “naturalista”, vindo a distinguir três modelos analíticos para a ciência económica: “normativo” (*richtende*), “ordenador” (*ordnende*) e “compreensivo” (*verstehende*), aceitando, evidentemente, combinações deles, mas explicitando a sua inclinação para o terceiro. Com isso tornou clara a sua pretensão de uma atitude oficialmente “livre de valores” (*wertfrei*), distanciando-se assim da acoplagem da ciência a um projeto de reforma social, mas pretendendo ao mesmo tempo ultrapassar o mero controlo de processos naturais, como na abordagem dita naturalista ou *ordnende* (Plotnik, 1937: 72; Peukert, 2012: 538).

2. Pelo menos em parte isto pode, em ambos os casos, ser entendido como relevando de uma atitude do conservadorismo: a aparente novidade é-o bastante menos do que habitualmente se pensa. Argumento da “inuidade”, portanto, no âmbito da tipologia da “retórica reacionária”

como possíveis fontes de teoria, mas acabou por orientar-se no sentido de Marx, sendo atraído sobretudo pela noção de economia enquanto sistema e pela ideia de uma compulsão material, objetiva, assim induzida na conduta dos agentes. Isso foi vastamente responsável pela sua utilização pioneira da categoria de “capitalismo” (Braudel, 1983: 237), que, em sua obra, se refere a uma variedade de aspetos: cultural, organizacional e técnico. No entanto, Sombart sempre tratou o legado de Marx de forma muito desenvolta, considerando o surgimento de um espírito capitalista mais importante do que o mero acumular de recursos materiais. Em outros termos, a gênese do capitalismo seria acima de tudo uma “psicogênese”. Uma abordagem “compreensiva” das realidades sociais, tomando em consideração os sentidos atribuídos pelos agentes às suas ações (e portanto uma componente psicológica), era assim considerada em parte uma correção, em parte um complemento às ideias de Marx: “Logo em 1896 Sombart tinha notado a falta de uma explicação psicológica em Marx, tendo-se proposto substituir a ultrapassada dialética por essas explicações psicológicas” (Lenger, 1997: 159). Em 1937, em um exame detalhado de sua obra, Mortin Plotnik basicamente confirma este retrato: “foi a adequação do método da *Verstehen* e a abordagem marxista (o pensamento em termos de sistema económico) que produziu uma obra como *Der Moderne Kapitalismus*” (Plotnik, 1937: 76)¹.

A ciência económica de Sombart, explicitamente considerada parte de sua sociologia (Plotnik, 1937: 65), é pois “compreensiva”, como o foi também a de Weber. Leva em conta o significado atribuído pelos agentes às suas práticas, logo à influência dos valores nas condutas sociais, mas visa ela própria uma forma de conhecimento científico livre de implicações valorativas. Também como Weber, Sombart recorre abundantemente à categoria de “capitalismo”, que utilizou de forma precursora, que em sua obra se refere a uma multiplicidade de aspetos e cuja periodização de longo prazo intenta no seu famoso *Der Moderne Kapitalismus* (ver infra). Tal como Weber, Sombart está convencido da importância de levar em consideração o passado da Europa para se compreender plenamente a dimensão e o significado daquilo que designou como “capitalismo moderno”, o correlato do “capitalismo racional” weberiano².

A estética aristocrática e o espírito do capitalismo

Há ainda diferenças significativas entre Weber e Sombart. Podemos captar o núcleo mesmo da abordagem deste, pensando em termos de uma longa indagação sobre “a ética e a estética aristocráticas e o espírito do capitalismo”. Isso relaciona-se crucialmente com o seu valorizar de dois aspetos frequentemente desconside-

rados: a guerra e o luxo. Se para Weber a origem do capitalismo moderno foi religiosa, já na análise de Sombart ela foi aristocrática: guerreira e cortesã. Certamente não por acaso, duas de suas mais importantes obras tiveram por título *Guerra e capitalismo* e *Luxo e capitalismo*. Entre estes três termos existem fundamentalmente concordâncias. Que o capitalismo é causador de guerras: eis algo de que Sombart (1943) nem por um momento duvida. Mais importante, porém, é, segundo ele, destacar a relação causal inversa: as guerras propiciam o capitalismo, seja lógica ou psicologicamente, voluntária ou involuntariamente:

- i. pelo aumento dos gastos públicos, formadores decisivos de procura efetiva suficiente;
- ii. através da educação e disciplina impostas pelos exércitos a largas massas de camponeses, fator crucial na formação de um proletariado industrial disciplinado e taylorizado;
- iii. por promoverem o espírito inventivo e inovador, o caminho da invenção à inovação técnica sendo encurtado simultaneamente na guerra e nos processos produtivos.

Quanto a esse assunto, destaca nos exércitos europeus desde o século XVI: a unidade de comando, com racionalização e simplificação de procedimentos; uma quantificação crescentemente rigorosa; o ímpeto genérico para o crescimento ilimitado, correspondente quer à tendência de longo prazo dos exércitos, quer à lógica intrínseca do capital. Do mesmo modo quanto à necessidade de um proletariado disciplinado: as atividades de guerra podem ser consideradas o perfeito exercício propedêutico para a indústria racional dos tempos modernos. Por outro lado, as forças armadas foram, segundo Sombart, o primeiro setor social em que a necessidade de rigorosa divisão e coordenação do trabalho se impôs de forma massiva. Foram depois imitadas pelas indústrias civis suas fornecedoras. Da mesma forma, o crescimento dos aparelhos militares criou um consumidor-tipo suficientemente padronizado e em número total consideravelmente elevado, crucial na formação de uma quantidade de “procura efetiva” suficiente para desencadear a utilização dos recursos produtivos³.

Quanto à ênfase no tema do luxo, pode dizer-se que *grosso modo* corresponde à narrativa da história europeia na idade moderna que vê nela a transformação das nobrezas de guerreiros em cortesãos. Este facto, ao qual Norbert Elias (1987; 1989) viria depois a referir o “processo civilizacional”, está diretamente associado à gênese do Estado moderno, traduzindo-se no aumento da importância e do peso social das realezas e dos grupos burgueses, bem como no declínio das nobrezas

a que procedeu Albert Hirschman (1991). Traduz também um *Zeitgeist* eminentemente eurocêntrico e colonial-imperial: na Europa, e só nela, podiam ter emergido as formas sociais destinadas a dominar o mundo (cf. Blaut, 2000).

3. Registe-se que, para Sombart, as virtudes guerreiras (disciplina, diligência, persistência, mas também cálculo exato, visão global, comando unificado e sentido de *timing*) são praticamente um decalque das virtudes económicas, ou vice-versa. Expressam uma mistura de componentes ditas “burguesas” e “empresariais”, conforme a sua tipificação das virtudes económicas, na qual o elemento “burguês” predomina na base da hierarquia e o “empresarial” no topo. A sua atitude face à guerra, sublinhando a importância da procura, constitui um verdadeiro “keynesianismo militar” *ante litteram*: é uma abordagem *demand side*, mas destacando os aspetos relativos não a um *welfare state*, mas a um *warfare state*. É também singularizável porque se trata aqui de salientar e elogiar a componente competitiva ou agonística do consumo, elemento

inseparável da desigualdade social, ao passo que o keynesianismo foi de pendor igualitário.

tradicionais, que assim perderam a sua existência independente, sendo reduzidas a “nobrezas de serviço”. Deste modo, o elemento expressando a hierarquia é transferido para o consumo de bens refinados. Isto corresponde genericamente à passagem de um “luxo subjetivo”, relativo à comunicação pessoal de cada nobre com os seus séquitos, àquilo que Sombart (1990) designa como “luxo objetivado”, onde as relações sociais ocorrem através da mediação de bens.

O tema do consumo e das necessidades é muito importante na argumentação sombartiana acerca do capitalismo e em sua periodização histórica. É crucial a inexistência aí de necessidades dadas de forma definitiva, por contraste com a mentalidade económica tradicional, que induz a proceder “pausadamente, sem pressas nem precipitações” (Sombart, 1982: 20), adquirindo apenas em função de necessidades limitadas. O capitalismo é assim associado à artificialidade, ao desassossego e à compulsão de mudança, mas isso ainda não chega para captar adequadamente a noção de luxo. São também cruciais os traços de sobreabundância, ostentação e concupiscência: provocatoriamente, Sombart refere-se aliás à luxúria como “filha legítima do amor ilegítimo” (apud Grazia 1996: 20), a qual teria por sua vez dado à luz o capitalismo. O protagonismo social das mulheres é assim destacado, mas deve sublinhar-se que não se trata de as dignificar pelo labor ou pelo instinto parental, como sucede com Thorstein Veblen (1978) e outros autores de orientação progressista e/ou socialista, mas da forma oposta. Em nítido contraste com aqueles, Sombart opta precisamente por destacar a importância das favoritas e da *cocottes*. Se foi o luxo, não o trabalho e a poupança, a estimular os progressos do capitalismo, por outro lado o “triunfo da mulher”, como Sombart (1990: 105) o designa, correspondente a este “feminismo de antigo tipo”, advém por via da cortesã e de suas rivais/imitadoras.

Este traço deve ser registado, dado ter sido o chamado *cultural turn* dos estudos sociológicos, valorando mais o consumo do que a produção, bem como a emergência dos “estudos femininos”, a trazer o nome de Sombart de novo à ribalta em tempos mais recentes. Vale a pena, nesse contexto, referir os nomes de Chandra Mukerji (1993), Victoria de Grazia (1996), Kenneth Pomeranz (2000), Glauca Villas Bôas (2001), John Armitage e Joanne Roberts (2016), importando sublinhar que vários desses autores consideraram a tese aparentemente misógina de Sombart como mais válida que a de Veblen. De qualquer forma, quer o pendor dos estudos seja “cultural” ou mais atinente à factualidade económica, o nome de Sombart reaparece uma e outra vez: sob a forma de ceticismo quanto ao tal estímulo do luxo à atividade capitalista, como acontece com Fernand Braudel (1981: 186) e Chandra Mukerji (1993: 439), ou pelo contrário destacando a importância da “objetivação do luxo” no desenvolvimento económico, como acontece com Pomeranz

(2000: 114ss), ou ainda reconhecendo que ele focou aspetos da trajetória das sociedades até hoje muito dificilmente tratáveis, como a sua trajetória de inevitável dissolução, destruição e morte. O falhanço de Sombart, se podemos pensar nesses termos, seria portanto também o nosso falhanço, tornando-se necessário continuar o seu trabalho “acerca do espírito do capitalismo, através do mapeamento dessa terra incógnita que é o contemporâneo espírito da luxúria” (Armitage & Roberts, 2016: 20).

Modernismo reacionário e culto do empresário

Com esta ênfase na importância da guerra e do luxo, Sombart assinala uma trajetória herética relativamente às correntes de teoria social que, na esteira de Adam Smith, privilegiaram as afinidades do negócio com as tendências pacificadoras e a famosa ética *working-saving-and-investing*. Deve registrar-se que “guerra” e “luxo” se unem, em seu esquema analítico, sob a forma de exaltação da hierarquia. Este traço merece ser destacado, dado que Sombart foi explicitamente associado ao chamado “modernismo reacionário” (Herf, 1984), categoria correspondente a um grupo de autores da Alemanha weimariana que, se por um lado assumiram a defesa da *Kultur* e da “comunidade popular” (*Volksgemeinschaft*) — ou seja, das tendências “orgânicas” contra a *Civilization* “mecânica” e materialista —, por outro lado representaram também uma forma de reconciliação do referido imaginário “comunitário” com as realidades da tecnologia moderna, à qual pretenderam “reencantar” (ou libertar do “desencantamento”).

A reconciliação de Sombart com a modernidade dá-se realmente através das referidas esperanças postas no reencantamento da tecnologia, tal como ele tem aliás a oportunidade de explicitar, esclarecendo que a sua não é pois uma posição de “pessimismo cultural” (Sombart: 145ss). Mas há um outro aspeto importante nesta história, merecedor de mais alguma atenção: trata-se do chamado elemento “empresarial” dos negócios e do que a ele vem associado. O “homem económico moderno”, ou *bourgeois*, comportaria duas componentes bem distinguíveis: a do cidadão, ou burguês propriamente dito (*Bürger*), e a do empresário (*Unternehmer*). A “mentalidade de burguês” corresponderia à “santa economicidade” (que tinha já na *masserizia* de Leon Battista Alberti, na Florença do século XV, basicamente os mesmos traços da *industry-and-frugality* de Benjamin Franklin), à moral dos negócios (previsibilidade, respeito pela palavra dada) e à mentalidade calculadora que tudo quantifica, assim abolindo as diferenças qualitativas. Ao “espírito de empresa”, por outro lado, pertenceria a vontade aquisitiva, bem como o espírito inventivo, conquistador e organizador. É assim que, entre as alegadas fontes do “espírito ca-

4. Trata-se, em um certo sentido, de uma verdadeira caracterologia, isto é, da identificação de tipos psicológicos. O temperamento de empresário é “agudo”, “perspicaz”, “engenhoso”, “pletórico de ideias e de alvítreos, dotado duma fantasia especial, a que Wundt chama combinatória”. Não liga com “o artesão, o prestamista, o esteta, o erudito, o viverdor, o moralista e similares” (Sombart, 1982: 209), antes com “conquistadores, organizadores e negociadores”. Outras marcas suas estão presentes também no jogador de xadrez e no médico genial: “A arte do diagnóstico capacita não só para curar doentes, mas também para ter êxitos nas especulações da Bolsa” (Sombart, 1982: 209). Quanto ao temperamento de burguês, corresponde à célebre antinomia de Bergson opondo o *homme ouvert* ao *homme clos* (Sombart, 1982: 210). Entre a luxúria e a avareza, tende obviamente para esta. É recetivo, não expansivo; e valorizando tudo não subjetivamente, mas objetivamente, nunca compreenderia Cícero quando o romano afirmava que “o que importa não é a utilidade de cada um, mas o que se é” (Sombart, 1982: 210).

pitalista”, aparecem a campanha militar, a propriedade feudal e o corso. De facto, aquele deve ser concebido enquanto resultante de “empresa” em tudo o que se refira a rapina, sentido de oportunidade, engenho, inspiração, capacidade organizativa e inovadora, inclinação para a desobediência a quaisquer regras, ilimitado desejo de conhecimento (característico de uma suposta “alma fáustica”), ou pura e simples “vontade de poder” (Sombart, 1931). Tal como menciona Franklin a propósito da “mentalidade de burguês”, também a este outro respeito refere Goethe e Nietzsche⁴.

Como se compreende, é à psicologia do empresário que se referem os traços do *bourgeois* que o aproximam das aristocracias tradicionais europeias: guerreiros e cortesãos. Ainda assim, alguns dos traços usualmente referidos às atividades económicas podem ser de arrumação mais problemática. Por exemplo, o comerciante (*Händler*), para muitos efeitos mapeável do lado do elemento “burguês”, pode todavia ser considerado uma componente do espírito “empresarial”, na medida em que seja capaz de induzir os outros agentes à cooperação voluntária, com apelo mais aos sentimentos do que ao argumento: autoridade (*Herrschaft*), em vez de simples poder (*Macht*), adentro do quadro analítico weberiano; e provavelmente mesmo autoridade “carismática”. É o que permite ao homem de negócios tanto cativar pela simpatia os seus colaboradores, a cuja atuação ele fornece unidade e projeto, como persuadir o comprador potencial, induzindo neste novas necessidades. A análise de Sombart aproxima-se assim da tradição da “Escola Austríaca”, particularmente Friedrich von Wieser (Ebner, 2006; Campagnolo & Vivel, 2011).

Catolicismo, protestantismo, judaísmo

Deve notar-se também que a definição proposta por Sombart ziguezagueia entre a simples caracterização psicológica, a busca de pretensos fundamentos “étnicos” ou “biológicos” dos tipos referidos e a identificação dos grupos sociais correspondentes e suas mentalidades. Quanto a “forças morais” e a “circunstâncias sociais” na génese do capitalismo moderno, e por contraste com o estudo de Weber (2001) sobre a ética protestante, destacando um acontecimento alegadamente excepcional, no caso de Sombart estamos perante a sugestão de um processo civilizacional cumulativo, enquanto crescente racionalização das condutas. Este processo uniria a filosofia estoica da Antiguidade a várias correntes de cristianismo e à *masserizia* da Florença renascentista, continuando em crescendo até à época de Sombart. Nos escritores da Antiguidade, sobretudo Xenofonte e Séneca, encontra tanto “a ideia de racionalização da conduta vital”, particularmente relacionada às conceções de lei natural dos estoicos, como a legitimação do enriquecimento, ou a noção de que

o tempo é escasso e deve ser devidamente aproveitado, ou ainda aquilo a que pura e simplesmente designa como “virtudes burguesas, especialmente a aplicação e a poupança” (Sombart, 1982: 234).

Já do catolicismo, sobretudo o tomismo, sublinha a “racionalização da vida” (Sombart, 1982: 246), vinculada à defesa da *liberalitas*, para os escolásticos a “virtude económica propriamente dita” (Sombart, 1982: 248), o justo meio que, em sua busca racionalizadora, deve sobretudo evitar o ócio. Bem assim, a riqueza seria para o tomismo tendencialmente boa, os escolásticos posteriores ao século XIII legitimando aliás o próprio enriquecimento individual. Até mesmo o conceito de capital (dinheiro fértil, que cresce) teria sido produzido pela escolástica dos séculos XIV-XV, chega Sombart a argumentar. A própria condenação da usura é interpretada como um incentivo ao investimento produtivo, e nesse sentido, um elemento propiciador do capitalismo (Sombart, 1982: 243-260). Vários destes argumentos são decerto discutíveis, mas deve sublinhar-se que Sombart veio depois a ser largamente invocado por Amintore Fanfani na obra onde este procurou demonstrar que o catolicismo não inibira os progressos da atividade económica, bem pelo contrário (Fanfani, 2003).

No protestantismo vê Sombart basicamente uma continuação da obra dos escolásticos, aprofundada em virtude da intensificação dos sentimentos religiosos. Para o comum dos crentes, a ética pós-luterana seria quase igual à que vinha de antes da Reforma, embora intensificada por exaltação religiosa: labor, ocupação com coisas úteis, temperança, poupança. Todavia, o reforço da contenção e das restrições teria acabado por resultar em uma importante perda da “sensibilidade artística” (Sombart, 1982: 269) que no catolicismo produzira a inclinação para a magnificência, o “desejo de fazer algo grandioso e esplêndido”. Assim, com tudo o que trouxe de restrições voluntárias ao consumo, o protestantismo atrasou o desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, se libertou a usura de restrições, que poderemos concluir daí em função do acima dito? Nem tampouco exaltou a ética puritana o enriquecimento ilimitado, mas apenas um outro, refreado pela noção de preço justo, de retribuição equilibrada dos esforços: quanto a isso, atitude coincidente com a do tomismo (Sombart, 1982: 271).

Em contrapartida, do judaísmo é esse um dos traços postos em destaque. A moral judaica mantém, para o povo eleito, os princípios do preço justo; mas, no respeitante às relações com os gentios, opta por princípios a que hoje nos habituamos na vida económicos, cada agente limitando-se a tentar proceder da forma que lhe for mais vantajosa. O argumento da desregulamentação moral diz igualmente respeito aos empréstimos, o judeu devendo emprestar sem juros a um dos seus, mas

5. Para além mesmo de sua ligação ou não ao judaísmo, a questão da importância maior ou menor da contabilidade de dupla entrada tem sido alvo de interessantes debates. Basil Yamey (2005), por exemplo, negando validade à posição de Sombart, e Braudel, referindo-se-lhe em tom de ceticismo (Braudel: 1983: 573-575), enquanto Bruce Carruthers & Wendy Espeland (1991) valorizam sobretudo o elemento retórico ou de racionalização associado à mesma: não tanto a promoção em sentido estrito da racionalidade das condutas, notemos, mas o efeito de persuasão e de apaziguamento de reservas morais, através do “equilibrar” formal dos processos. Ao fazer o levantamento das várias posições pró e anti, Eve Chiapello (2007) e John Ryan (2014) têm sobretudo palavras de elogio para a tese sombartiana.

6. A ênfase nesse aspeto é todavia circunstancial, mantendo Sombart uma conceção multicausal da gênese do capitalismo moderno. Para além disso, notemos que as alegadas fontes do espírito capitalista o são direta e logicamente: a ética judaica propicia as

podendo cobrá-los tratando-se de gentios. Quanto ao mais, os princípios da ética judaica não se afastam do padrão antes identificado como mentalidade burguesa. Sombart sugere que a própria conceção de uma divindade abstrata e sem mistérios, bem como a variedade de julgamento moral que lhe está associada, a ideia de um cuidadoso pesar dos méritos e das falhas do crente individual teriam estimulado uma mentalidade quantificadora ou “contabilística”, e individualista (Sombart, 2001: 143ss). Daí, precisamente, a associação explícita do judaísmo à invenção da contabilidade de dupla entrada (Sombart, 2001: 146-147), porventura a mais conhecida das teses sombartianas. Em boa verdade, o sistema de aferição dos créditos e das dívidas morais do crente permitiria mesmo distinguir a componente análoga ao investimento, ou “principal”, do sector correspondente ao lucro, podendo pois dizer-se que nesse sentido a moral judaica teria intuído e prefigurado o próprio conceito de capital (Sombart, 2001: 147)⁵. Entretanto, cada crente seria julgado por suas ações e por si mesmo, méritos e deméritos referindo-se a factos objetivos e sendo desconsideradas as diferenças qualitativas: por conseguinte, deparamo-nos aqui com uma “lei igual para todos”, em sentido religioso, muito antes da época moderna. Tudo no judaísmo parece, desta forma, suscitar a racionalidade; e em particular a racionalidade capitalista das condutas.

A importância da ética judaica na gênese da mentalidade capitalista, e em particular a do referido “duplo padrão”, só pode ser apreciada se tivermos em conta que os judeus viveram quase sempre disseminados entre outros povos. Sombart admite que a generalidade das minorias étnicas tende a desempenhar um papel económico relevante, dado a maior parte das vias de promoção social lhes estar frequentemente vedada. Por outro lado, é compreensível que aos estrangeiros a realidade social surja “desertificada”, “vazia”, “morta” – e pronta portanto para a quantificação e a manipulação. Esta afirmação é reputada válida também para várias outras minorias religiosas e étnicas (Sombart, 1982: 303-318). Todavia, o judaísmo, enquanto mentalidade do “povo do deserto” por excelência, e depois disso da grande cidade, a qual não é ela mesma senão o prolongamento do deserto (Sombart, 2001: 233), observou por isso uma afinidade perfeita com a ética capitalista na sua variante “burguesa”. Empreende mesmo a deteção de analogias entre a mentalidade dos puritanos do século XVII, na Grã-Bretanha, e a dos judeus em geral: o protestantismo só teria assim contribuído para o capitalismo na medida em que, por vezes, se assemelhou ao judaísmo (Sombart, 2001: 174-176)⁶.

Se equivalente existe do que o protestantismo é para Weber, esse é pois o judaísmo, considerado em sintonia perfeita com as atividades capitalistas no que respeita ao traço “burguês” destas. Ora, para Sombart, como para a generalidade dos autores do referido “modernismo reacionário”, o predomínio do quantitativo

e do impessoal vem a traduzir-se no “desencantamento do mundo”, na objetivação das relações sociais e na célebre “jaula de ferro”, vindo tudo isso frequentemente acoplado ao “judeu”. E apesar de Sombart basicamente se referir àquele do mesmo modo que Simmel (2004) se reporta ao “estrangeiro”, é compreensível que as preocupações relativas a judeofobia, ou mesmo ao antisemitismo, ocorram de forma pontual⁷.

Racismo e eurocentrismo

Deve talvez constituir um fator de reapreciação da obra de Sombart o facto de ele ter considerado a religião dos judeus muito importante para a génese do capitalismo moderno, ao passo que para Weber eles aparecem basicamente na condição de povo apátrida e produzindo pois um “capitalismo de párias”, o qual, ao lado do “capitalismo de piratas” e de outras variedades similares, é deixado decididamente do lado das correntes pré-modernas. A relevância destes na produção do “capitalismo racional” seria nula, ou pelo menos empalideceria em face da importância da ética protestante. Por conseguinte, sublinhemo-lo, para Weber a história da modernidade é gerada por uma variedade de religiosidade rigorosamente europeia norte-ocidental e apenas, ao passo que Sombart reconhece protagonismo e importância a muito mais aspetos, em uma paleta social, étnica e geográfica bem mais diversificada. A diferença principal, pode dizer-se, está assim na total irrelevância dos judeus para a emergência do moderno capitalismo racional, segundo Weber. De facto, na relação entre capitalismo, protestantismo e judaísmo podemos resumidamente dizer que Max Weber (2001), ao postular uma relação de “afinidade eletiva” entre capitalismo e protestantismo, procedeu à integração simbólica daquele na *Kultur* germânica, obtendo assim sua reconciliação com o imaginário da “comunidade popular” e com o “orgânico”.

Compreende-se pois que Weber relacione o protestantismo com o capitalismo nascente e o associe em simultâneo à ética do trabalho profissional, à “vocação” e a uma obra geral de “transfiguração de valores”. Atribui-lhe, em suma, um claro sentido heroico. Por contraste, para Sombart o judeu (tipicamente mercador ou financeiro) é predominantemente exterior aos processos produtivos propriamente ditos. Estando-lhe associado sobretudo um traço quantificador, fica limitado ao aspeto “burguês” e tende a ser mapeado do lado dos aspetos correlativos ao capitalismo tardio, com as mesmas características que Weber vê neste: desencantamento, “jaula de ferro” etc. Sombart também reconcilia o capitalismo com a *Kultur*, sim, mas da forma oposta, através da figura do “empresário”: inspirado, associado ao qualitativo e à transmutação dos valores (cf. Ebner, 2006; Loader, 2001; Reinert & Reinert, 2006).

práticas capitalistas porque abole a noção de preço justo e induz uma atitude quantitativista, a escolástica tardia passa a autorizar o enriquecimento individual etc. O tom geral da sua análise é simples e diretamente compreensível, nisso diversamente do que sucede com Weber, para quem o núcleo do problema estaria nas “consequências psicológicas” (e não “lógicas”) e os nexos causais seriam muito oblíquos, o capitalismo constituindo um resultado não desejado do protestantismo.

7. A idiosincrasia económica dos judeus tinha já sido destacada de modo enaltecendor na academia alemã, embora mais frequentemente isso ocorresse com intuítos maledicentes. Embora a posição de Sombart quanto a esse assunto tenha sofrido oscilações, as suas ideias devem ser avaliadas sobretudo pelo intrínseco mérito factual do destacar da especificidade judaica, não tanto por isso ter sido feito em registo de simpatia ou de antipatia. Quanto a esse aspeto o que fica da leitura do próprio é compatível sobretudo com a ideia de um povo judeu que, precisamente em virtude de

sua condição de isolamento (fosse este imposto por outros ou autoimposto), reforçada pela ética particular que segregou (supostamente um facto cultural, embora as hipóteses biológicas-raciais não fossem pelo próprio nem absolutamente descartadas nem taxativamente aceites), se tornou particularmente inclinado para o polo “burguês”, quantitativo, racional e utilitário, na habitual antinomia sociológica “comunidade-sociedade”: o polo “societário”, obviamente gerador de racionalidade, mas também de desencantamento. Nada mais resulta necessariamente da análise de Sombart. As suas teses sobre o judaísmo continuam todavia a suscitar acirradas polémicas, constituindo decerto uma das razões pelas quais ele não é considerado parte do cânone sociológico oficial. Quanto ao mapeamento de posições de vários autores a respeito do tema dos judeus e do judaísmo na obra de Sombart, cf. Reiner Grundmann & Nico Stehr (2001: 270-271). Também a este respeito, e para uma visão muito crítica da sua obra, cf. Michal Bodemann (2014).

8. Parece conveniente ganhar perspectiva na consideração deste

Enfim, quanto à deriva propriamente biológica, ou seja, estritamente antissemita e racista, deve mencionar-se pelo menos que, mesmo na última fase de sua evolução, tendo aderido formalmente ao nazismo, Sombart opinou publicamente que o “espírito judeu” era para si uma realidade sobretudo cultural, que já se teria aliás disseminado de maneira irreversível por todo o mundo, independentemente daquilo que viesse a ser o destino de uma minoria concreta, identificada como judaica, fosse qual fosse o critério usado para a definição desta: religioso ou biológico (Sombart, 1937: 176-179; Bodemann, 2014: 127-128). A questão central estaria em todo caso nos aspetos culturais, os traços biológicos sendo algo decerto a considerar, mas enquanto elemento secundário, conforme deixa patente também em uma tirada em *O socialismo alemão*, que nem por ser patética deixa de merecer consideração:

O espírito alemão em um negro está dentro dos limites das possibilidades, tal como o espírito negro em um alemão. A única coisa que pode ser provada é que homens com um espírito alemão são muito mais frequentes na gente alemã do que entre a gente negra, e vice-versa (Sombart, 1937: 175).

Não se pode evidentemente saber se Sombart, ao escrever estas linhas, tinha em mente os imigrantes de proveniência alemã no Brasil, usados como mão de obra alternativa pelos setores económicos aos quais a abolição da escravatura tinha deixado com problemas de escassez daquele recurso. Em todo o caso, ele é, quanto a este grupo de assuntos, frequentemente julgado numa forma hostil ou, na melhor das hipóteses, equívoca, como é o caso designadamente com Rammstedt (1988), Grundmann & Stehr (2001) e Bodemann (2014). É todavia completamente exonerado por Iannone (2015) e por Protti (2015)⁸.

O empresário e a dinâmica do capitalismo

As teses de Sombart relativas à dinâmica do capitalismo levaram-no à periodização desta em sua obra maior, *O capitalismo moderno*: protocapitalismo, caracterizado pelo domínio do artesanato e da produção económica autossuficiente (aproximadamente até ao Renascimento), capitalismo nascente (daí até ao final do século XVIII) e alto capitalismo (até ao começo do século XX). Ao perspetivar o futuro, conclui pelo tendencial reaparecimento, no âmbito de um emergente “capitalismo tardio”, de traços característicos de épocas anteriores. As estruturas económicas deveriam evoluir em um sentido neotradicionalista e de “reagrurização”, sob a ameaça cruzada da acumulação excessiva de capitais e da escassez de recursos naturais, por bloqueio ecológico. Passar-se-ia assim para uma economia neopa-

triarcal e corporativa, com crescimento da parte da população ativa empregue no sector agrícola e reforço da classe média rural, conjugado com uma intervenção pública garantidora dos princípios de propriedade privada, autoridade e hierarquia, mas tendo sempre como critério norteador a prevalência das considerações de índole política. Paralelamente seriam reforçadas as tendências autárquicas, em parte como consequência da fundamental natureza de “política de poder” das relações internacionais, onde a guerra é uma ameaça constante (cf. Sombart, 1946, v. II: 488ss; 2014, v. III, cap. 60; Chaloupek, 1995: 139). Vários desses traços sugerem evidentemente as economias dos regimes fascistas ou aparentados, característicos do período entreguerras: corporativismo, *Führerprinzip*, autarcia, culto do campesinato independente, inclinação de fundo neagrarista, todavia refreada pelas considerações belicistas em política internacional. É precisamente por isso que, sem embargo de suas diferenças de atitude para com a análise económica, se torna interessante sublinhar várias afinidades das ideias de Sombart com as de Joseph Schumpeter. Fica o registo das principais similitudes.

Temos, antes de mais, a importância da ideia do empresário enquanto inovador⁹. A inovação refere-se a todos os aspetos da vida económica: padrões de consumo, novas técnicas, novos produtos. O motor de tais mudanças reside, via procura, em última análise no desejo de reconhecimento social através do consumo, o qual comporta inevitavelmente uma dimensão de conflito: a famosa “heterogonia de objetivos”. Para além das referências comuns à obra de Wundt, do qual Schumpeter (1984: 172) recolhe a designação, deve notar-se também a provável inspiração no modelo de conduta correspondente à “sociedade de duelistas”, *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, ao qual Norbert Elias (1996: 51ss) reporta os traços mais distintivos da versão alemã do processo civilizacional. Trata-se de se assumir o imperativo de resposta a um desafio fixado por outrem, sob pena de se perder a respeitabilidade social. Impelida pelo jogo cego das interações sociais, a inovação é pois considerada o resultado de uma inspiração primordialmente não racional, antes pulsional, inspirada e fantasiosa.

O empresário é em tudo um fator de primordial importância, dadas as suas capacidades para unir, coordenar, persuadir, regenerar. De facto, ele constitui o perfeito análogo do dirigente carismático de Weber, evocando também inconfundivelmente o *Übermensch* nietzschiano, criador de valores novos e operando pois através de uma dionisíaca “destruição criadora”. Este outro traço, que Schumpeter associou depois ao empresário, é perfeitamente identificável já na obra de Sombart com os mesmos lineamentos, podendo mesmo dizer-se que, em boa medida, Schumpeter ocultou o quanto a sua tese ficou a dever à daquele (Ebner, 2006; Loader, 2001; Reinert & Reinert, 2006).

assunto, notando outrossim que essas teses são divulgadas em um contexto cultural (europeu e norte-americano) em que as ideias racistas gozam de um enorme curso, sendo de facto ideias generalizadamente aceites (Gould, 1996). Recordemos que o próprio projeto nazi buscava explicitamente inspiração quer na experiência colonial europeia (sobretudo britânica), quer na “democracia racial” que os Estados Unidos teriam conseguido produzir (Losurdo, 2011; Whitman, 2017). Por outro lado, é sintomático que também na década de 1930 um autor como Amintore Fanfani (2003: 157), a respeito do maior ou menor propiciar do capitalismo, e depois de referir a vantagem, advogada pelo próprio Max Weber (2001: xLIII), de considerar mais atentamente os pretensos fatores hereditários, discuta com seriedade e equanimidade as teses, sugerindo, por exemplo, que os povos “dolicocefalos” e/ou “braquicéfalos” seriam mais ou menos inclinados àquele, e em que fases do mesmo.

9. A emergência da figura do empresário na história das ideias económicas ocorre através da obra de Jean-Baptiste Say, que combina fatores produtivos diversos

(terra, trabalho e capital), fazendo crescer nessa ação unificadora um elemento distinto de valor (Say, 1972: 348-358). Podemos dizer que o empresário unificador é o correlato económico do “poder moderador”, contemporaneamente acrescentado por Benjamin Constant à clássica concepção tripartida da soberania. Say inovou assim em teoria económica, importando da filosofia política um elemento “decisionista”, ou “bonapartista”. E a tradição posterior sublinhou também que este fator de combinação introduz algo de “vital”, gerando capacidade de conviver com a novidade e o imprevisto. No caso de Sombart, como no de Schumpeter, e dado que o empresário agora é sobretudo um inovador, os traços de excecionalidade saem reforçados, embora expondo também um traço potencialmente agressivo e predatório, que na versão de Say permanece recalçado.

Se as considerações de Schumpeter acerca do carácter criativo e inovador do capitalismo são pois facilmente identificáveis, já na obra de Sombart, este último ter-se-á entretanto persuadido de que, estando o capitalismo ameaçado pelas tendências democratizadoras, a busca da distinção deveria abrandar, o consumo de massa sendo insuficiente, pelo que a economia tenderia para uma situação de insuficiência de procura efetiva (Sombart, 1946, v. II: 78-83, 87ss; 2014: v. III, cap. 60). Por conseguinte, em seu retrato do “capitalismo tardio” o anterior tropo da insatisfação permanente e do movimento perpétuo acaba por ceder o passo ao tema exatamente oposto: rotinização, objetivação, mediania etc. Mais amplamente, Sombart cogitou outrossim, em tom de aprovação (e já depois da chegada dos nazis ao poder), sobre uma eventual ultrapassagem da “Idade económica” (Sombart, 1937: 22-25) na história das sociedades, associada à presumível renovação espiritual das mesmas, a desaceleração do ritmo de crescimento podendo corresponder a vantagens de várias ordens, um pouco como nas mais recentes teorias sobre o “crescimento-zero” e/ou o “decréscimento” (Iannuzzi, 2019). Acima de tudo, porém, o crescimento económico dos países europeus estaria comprometido por razões de bloqueio ecológico (esgotamento de recursos naturais) e pelo fim do domínio do conjunto do mundo pela Europa, a emergência de rivais nas “periferias” ameaçando assim a posição dos países do “centro” de um sistema-mundo que Sombart, em uma atitude bem menos eurocêntrica do que o usual em sua época, considera inequivocamente estar fundada em dominação e em exploração/predação (Sert, 2018; Roşca, 2018).

Sublinhemos enfim o quanto é marcante, no diagnóstico sombartiano, a componente propriamente retórica. Tão ou mais relevante do que a enumeração dos supostos fatores da perda do dinamismo capitalista é decerto o *pathos* de incerteza e indeterminação na conclusão do seu argumento: o capitalismo tenderá a amolecer, “rendido de cansaço”, cedendo à pressão conjunta dos “prestamistas”, da “crescente burocratização das empresas” e da queda da natalidade, evolução da qual “nenhum entusiasmo nacional ou religioso” poderá desviá-lo. O que faz Sombart rematar, nas últimas linhas de *Der Bourgeois*: “Talvez o gigante, já cego, seja condenado então a puxar pela carroça democrática da cultura. Mas talvez seja também a hora do ocaso dos deuses. Chegado esse momento, o ouro voltará às águas do Reno. Quem sabe?” (Sombart, 1982: 368).

Os Estados Unidos e o socialismo

Na obra de Raymond Boudon (1979) podemos encontrar outra referência importante aos escritos de Sombart em literatura assumidamente sociológica. Segundo argumenta, poderia retirar-se de seu trabalho sobre os Estados Unidos:

i. um exemplo do método “generalizante” da sociologia, em oposição à perspectiva “individualizante” da história; e

ii. uma ilustração de “individualismo metodológico”, isto é, uma tentativa de explicar as configurações sociais com base na suposição da existência de escolhas racionais por cada indivíduo.

Em seu ensaio *Por que o socialismo não existe nos Estados Unidos?* a realidade social norte-americana teria sido considerada por Sombart de forma tal que, do ponto de vista de cada agente, seria geralmente mais racional prosseguir uma estratégia individual do que em grupos. A tendência seria pois a da aposta na mobilidade social vertical individual, mais do que no protesto político, assente na “ação coletiva” organizada dos grupos desfavorecidos. Ainda assim, Boudon reconhece que existe ação coletiva nos Estados Unidos, mas correspondendo mais a grupos étnicos do que a classes sociais. Tais factos traduzir-se-iam na quase inexistência de ideário socialista, no que o seu diagnóstico coincidiria com o de Sombart¹⁰. A discussão das pretensas especificidades da experiência norte-americana remonta evidentemente muito atrás – pelo menos a Tocqueville –, prolongando-se até aos célebres estudos de Hirschman (1970: 106-117) e de Lipset (1997). As questões da proliferação dos grupos e dos critérios presidindo à sua organização, a diversidade dos mesmos, a importância da ascensão económica individual, ou pelo menos da sua expectativa em face do esforço de promoção conjugado — eis inegavelmente fatores a considerar no estudo da sociedade norte-americana, sendo o trabalho de Sombart um marco indiscutível nesta tradição académica. Quanto a isso, a iniciativa de Raymond Boudon afigura-se merecedora de elogio.

A sua posição deve todavia ser contrastada com a de Robin Archer (2016), apoiado na comparação dos Estados Unidos com a Austrália. Segundo este, haveria todo um grupo de traços comuns às experiências sociopolíticas norte-americana e australiana. Não obstante, a verdade é que na Austrália veio a implantar-se um Partido Trabalhista reclamando-se dos ideais socialistas, tal como o seu análogo britânico, pelo que faria sentido regressar às questões do famoso estudo de Sombart. No seu balanço global, Archer rejeita por exemplo as ideias sombartianas relativas à pretensa especificidade das relações industriais nos Estados Unidos (a alegada generosidade superficial dos empregadores norte-americanos), mas admite, por contraste, a existência aí de um maior igualitarismo e de uma maior mobilidade social que na Europa¹¹. Todavia, acrescenta, o caso australiano é em quase tudo isso similar ao norte-americano, incluindo o igualitarismo e a existência de uma *frontier*, isto é, de terras disponíveis para lotear por colonos brancos.

10. Deve registrar-se que a adoção de perspectivas mais “individualizantes” ou mais “generalizantes” pode caracterizar, em graus variáveis, quer pesquisas historiográficas quer sociológicas. Essa separação disciplinar resulta mais da inércia de instituições académicas diversas do que de qualquer diferença processual essencial, lógica. Relativamente às alegadas tendências “individualistas” dos norte-americanos, Boudon parte na verdade de uma tese mais radical (a pertinência de considerar a lógica da ação humana como suscetível de ser reduzida a um modelo de inspiração económica, o do célebre “agente racional”), para sub-repticiamente vir a abandonar este terreno a favor de uma tese bem mais limitada: a da aplicabilidade do mencionado modelo ao caso dos Estados Unidos, mas tomando isso como manifestação de uma excecionalidade americana, o que é obviamente diverso da tese inicialmente proposta. Ainda assim, mesmo para os Estados Unidos, quer Sombart, quer Boudon reconhecem a importância de uma variedade específica de ação coletiva, embora assente mais em

afinidades étnicas e religiosas do que de natureza económica.

11. Ideia a confrontar com o diagnóstico apresentado por Walter Michaels (2008), para quem a noção dos Estados Unidos como “terra da oportunidade” seria há muito um mero mito sem suporte factual. Para o cidadão norte-americano nascido em Chicago, sobretudo se afro-americano, Berlim constituiria no princípio do século XXI, por comparação, uma verdadeira “terra da oportunidade”.

Por que então a significativa diferença das trajetórias? Das teses avançadas por Sombart, só a importância das máquinas políticas e os elevados níveis de lealdade partidária, com a transformação dos partidos em verdadeiras “igrejas políticas” lhe parecem aceitáveis. A explicação central, segundo Archer, residiria alhures, sendo necessário levar em conta:

i. o importante aspeto da diversidade cultural (étnica, religiosa etc.), induzida pelas sucessivas vagas de imigração e muito maior nos Estados Unidos, fazendo assim inibir a solidariedade laboral a favor de outras formas de ação coletiva;

ii. a repressão policial, que também teria sido muito mais acentuada no caso dos Estados Unidos, matando os possíveis germes de ideias socialistas na origem e assim “salgando o solo” norte-americano (talvez definitivamente) para o socialismo. Em vez de razões socioculturais de fundo, a explicação da trajetória dos Estados Unidos remeteria assim para aspetos mais epidérmicos, sugerindo a pertinência de uma “explicação da política pela política”.

Observações finais

Parece inegável que Sombart se manteve largamente como presença “estrangeira” (no sentido simmeliano) na tradição sociológica: em parte no interior desta, em parte no seu exterior. Todavia, pode dizer-se que permanece também em simultâneo alguém plenamente nosso contemporâneo, capaz de nos colocar questões e nos fazer considerar problemas espinhosos. Seja acerca das relações entre guerra, luxo e capitalismo, sobre as origens religiosas deste, ou acerca de Estados Unidos e socialismo, os seus textos continuam estimulantes e provocatórios. Isso é visível quer pelas várias concordâncias manifestadas, quer nos múltiplos propósitos declarados de os refutar: decerto a melhor homenagem que, a um século de distância, se pode fazer a um autor. Mais importante, assim, do que dar razão a Boudon ou a Archer, resulta o próprio facto, merecedor de sublinhado, de eles serem interpelados por Sombart, aliás de formas muito diferenciadas.

O mesmo é válido para a consciência de que a realidade designada como “capitalismo” tem dimensões muito profundas, incluindo a famosa inclinação “fáustica” para a ambição desmedida, a qual pode talvez ser controlada, mas decerto não completamente suprimida. Que esse reconhecimento implica escolhas, incluindo escolhas políticas, algumas delas talvez trágicas: eis algo que os escritos de Sombart nos permitem obter facilmente e com abundância. Em outros termos, na sua obra es-

pelha-se o reconhecimento amplo e pleno dessa realidade cultural importante que é, conforme sublinhado por Gláucia Villas Bôas (2001: 190, 193), o próprio conflito de valores, aliás por vezes um conflito insanável. Em suma, através da leitura de Sombart somos recordados acerca de nosso “politeísmo” cultural coletivo, como Max Weber (2005: 136), seguindo John Stuart Mill, certa vez o designou.

Autor multifacetado e mesmo algo sobreabundante, munido de um discurso predominantemente arborescente, muito mais do que linear, a riqueza e as tensões da obra de Sombart estão outrossim presentes na própria ambivalência constitutiva de sua categoria de capitalismo. Largamente apoiado nela, Fernand Braudel (1983: 573) chega a propor a fórmula segundo a qual “um elemento maior no desenvolvimento capitalista foi a tomada de risco e um gosto pela especulação”, mas acrescenta de imediato que a “teoria de jogos” seria, ainda assim, uma fórmula insuficiente para captar a referida realidade, tal a diversidade de formas em que os referidos “jogos” se podem desdobrar: o que acaba por constituir uma magnífica vénia a Sombart, relativa à enorme riqueza semântica de sua oposição burguês x empresário. Os conflitos de valores constitutivos da nossa época não se resumem decerto àquela oposição. Todavia, em que medida poderão ser considerados uma expressão das possibilidades abertas por seu desdobramento indefinido?

Referências

ARCHER, Robin. Labour politics in the new world: Werner Sombart and the United States. *Journal of Industrial Relations*, v. 49, n. 4, p. 459-482, 2016.

ARMITAGE, John; ROBERTS, Joanne. The spirit of luxury. *Cultural Politics*, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2016.

BLAUT, James M. *Eight eurocentric historians*. New York: Guilford Press, 2000.

BODEMANN, Y. Michal. Coldly admiring the jews: Werner Sombart and classical german sociology on nationalism and race. In: STOETZLER, Marcel (Ed.). *Antisemitism and the constitution of sociology*, p. 110-134. Lincoln, NE; London: University of Nebraska Press, 2014.

BOUDON, Raymond. *La logique du social*. Paris: Hachette, 1979.

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th-18th century*, v. II: “The wheels of commerce”. London: Book Club Associates, 1983.

_____. *Civilization and capitalism 15th-18th century*, v. I: "The structures of everyday life – the limits of the possible". London: William Collins Sons & Co. Ltd., 1981.

CAMIC, Charles. Reputation and predecessor selection: Parsons and the institutionalists. *American Sociological Review*, v. 57, n. 4, p. 421-445, 1992.

CAMPAGNOLO, Gilles; VIVEL, Christel. Power and entrepreneurship in German political economy: the cases of Werner Sombart and Friedrich Von Wieser. *WP Series, International Centre for Economic Research*, WP n. 11, 2011.

CARRUTHERS Bruce G.; ESPELAND, Wendy Nelson. Accounting for rationality: double-entry bookkeeping and the rhetoric of economic rationality. *The American Journal of Sociology*, v. 97, n. 1, p. 31-69, 1991.

CHALOUPEK, Günther. Long-term economic perspectives compared: Joseph Schumpeter and Werner Sombart. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 2, n. 1, p. 127-149, 1995.

CHIAPELLO, Eve. Accounting and the birth of the notion of capitalism. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 18, p. 263-296, 2007.

EBNER, Alexander. Schumpeterian entrepreneurship revisited: historical specificity and the phases of capitalist development. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 28, n. 3, p. 315-332, 2006.

ELIAS, Norbert. *The Germans*. Cambridge, UK: Polity Press, 1996.

_____. *O processo civilizacional*. Lisboa: D. Quixote, 1989.

_____. *A sociedade de corte*. Lisboa: Estampa, 1987.

FANFANI, Amintore. *Catholicism, protestantism, and capitalism*. Norfolk, VA: HIS Press, 2003 [1934].

GIOIA, Vitantonio; NARDIS, Fabio de. Sombart's der Bourgeois: economy and politics in the Spätkapitalismus. *DADA – Rivista di Antropologia Post-Globale*, v. 1, p. 95-116, 2015.

GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York; London: W. W. Norton & Company Inc, 1996.

GRAÇA, João Carlos. The economics-sociology divide: the cost of Parsons as an academic "social entrepreneur". *Journal of Classical Sociology*, v. 8, n. 4, p. 467-499, 2008.

_____. *Werner Sombart e o homem económico moderno*. Lisboa: Universidade de Lisboa, *Work Paper Socius*, 1995.

GRAZIA, Victoria de. Introduction & Changing consumption regimes. In: _____ (Ed.). *The sex of things: gender and consumption in historical perspective*, p. 1-24. Berkeley, CA: University of California Press, 1996.

GRUNDMANN, Reiner; STEHR, Nico. Why is Werner Sombart not part of the core of classical sociology? *Journal of Classical Sociology*, v. 1, n. 2, p. 257-287, 2001.

HERE, Jeffrey. *Reactionary modernism: technology, culture, and politics in Weimar and the Third Reich*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

HIRSCHMAN, Albert. *Deux siècles de rhétorique réactionnaire*. Paris: Fayard, 1991.

_____. *Exit, voice, and loyalty: responses to decline in firms, organizations, and States*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1970.

IANNONE, Roberta. Footsteps of man, traces of thought. Vom Menschen of Werner Sombart. *DADA – Rivista di Antropologia Post-Globale*, v. 1, p. 117-128, 2015.

IANNUZZI, Ilaria. “L’amore dell’economia per l’economia”. Il capitalismo maturo e la deumanizzazione in Werner Sombart. In: PENDENZA, Massimo et al. (Eds.). *Capitalismo e teoria sociologica*, p. 17-31. Milano, IT: Franco Angeli, 2019.

LENGER, Friedrich. Ethics and economics in the work of Werner Sombart. In: KOSLOWSKI, Peter (Ed.). *Methodology of the social sciences, ethics, and economics in the Newer Historical School – from Max Weber and Rickert to Sombart and Rothacker*, p. 147-163. Berlin; Heidelberg; New York: Springer, 1997.

LIPSET, Seymour Martin. *American exceptionalism: a double-edged sword*. New York; London: W. W. Norton & Company Inc., 1997.

LOADER, Collin. Puritans and jews: Weber, Sombart and the transvaluators of modern society. *Canadian Journal of Sociology*, v. 26, n. 4, p. 635-653, 2001.

LOSURDO, Domenico. *Liberalism: a counter-history*. London; New York: Verso, 2011.

_____. *Heidegger et l’idéologie de la guerre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

MICHAELS, Walter Benn. Against diversity. *New Left Review*, v. 52, p. 33-36, 2008.

MUKERJI, Chandra. Reading and writing with nature: a materialist approach to French formal gardens. In: BREWER, John; PORTER, Roy (Eds.). *Consumption and the world of goods*, p. 439-461. London: Routledge, 1993.

NOGUEIRA, António de Vasconcelos. Werner Sombart (1863-1941): apontamento biobibliográfico. *Análise Social*, v. 38, n. 169, p. 1125-1151, 2004.

PARSONS, Talcott. "Capitalism" in recent German literature: Sombart and Weber. In: CAMIC, Charles (Ed.). *The early essays*. Chicago; New York: The University of Chicago Press; The Free Press, 1991 [1928].

_____. *La estructura de la acción social*, 2 v. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1968 [1937].

PEUKERT, Helge. Werner Sombart. In: BACKHAUS, Jürgen Georg (Ed.). *Handbook of history of economic thought – insights on the fathers of modern economics*, p. 527-564 New York; London: Springer, 2012.

PLOTNIK, Mortin J. *Werner Sombart and his type of economics*. PhD Dissertation, New York, Faculty of Political Science, Columbia University, 1937.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence – China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

PROTTI, Mauro. Sombart and the jews. *DADA – Rivista di Antropologia Post-Globale*, v. 1, p. 183-196, 2015.

REINERT, Hugo; REINERT, Erik S. Creative destruction in economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter. In: BACKHAUS, J. G.; DRECHSLER, W. (Eds.). *Friedrich Nietzsche (1844–1900). The European heritage in economics and the social sciences*, v. 3. Boston, MA: Springer, 2006.

ROȘCA, Vlad I. Theoretical Considerations on the evolution of Sombart's center-periphery model. *Review of International Comparative Management*, v. 19, n. 1, p. 77-87, March 2018.

RYAN, John. Historical note: did double-entry bookkeeping contribute to economic development, specifically the introduction of capitalism? *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, v. 8, n. 3, p. 85-97, 2014.

SAY, Jean Baptiste. *Traité d'économie politique*. Paris: Calmann-Lévy, 1972 [1803].

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

_____. *História da análise econômica*, 3 v. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

SERT, Mesu. Werner Sombart and his analysis of “the future of capitalism”. In: WIRTH, Eszter; ŞİMŞEK, Orhan; APAYDIN, Şükrü (Eds.). *Economic and management issues in retrospect and prospect*, p. 9-21. London; Istanbul: Ijopac Publication Ltd., 2018.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: _____. *Fidelidade e gratidão e outros textos*, p. 133-141. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

SOMBART, Werner. “*Il capitalismo moderno*” a cura di Alessandro Cavalli. Milano, IT: Ledizioni, 2014 [1916].

_____. *The jews and modern capitalism*. Ontario, CA: Batoche Books, 2001 [1911].

_____. *Amor, luxo e capitalismo*. Lisboa: Bertrand, 1990 [1912].

_____. El burgués. *Introducción a la historia espiritual del hombre económico moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1982 [1913].

_____. *Why is there no socialism in the United States?* London: The Macmillan Press, 1976 [1906].

_____. *El apogeo del capitalismo*, 2 volumes. México: Fondo de Cultura Económica, 1946 [1916].

_____. *Guerra y capitalismo*. Madrid: Editora Galo Sáez, 1943 [1913].

_____. *A new social philosophy [Deutscher Sozialismus]*. London: Oxford University Press, 1937 [1934].

_____. *La industria*. Barcelona, ES; Buenos Aires, AR: Editorial Labor, 1931.

VEBLEN, Thorstein. *Théorie de la classe de loisir*. Paris: Gallimard, 1978.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Ascese e prazer: Weber vs Sombart. *Lua Nova*, 52, p. 173-196, 2001.

WEBER, Max. “A ciência como vocação. In: _____. *Três tipos de poder e outros escritos*, p. 117-144. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

_____. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Routledge, 2001.

WHITMAN, James. *Hitler’s American model: the United States and the making of nazi race law*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017.

YAMEY, Basil S. The historical significance of double-entry bookkeeping: some non-Sombartian claims. *Accounting Business and Financial History*, v. 15, n. 1, p. 77-88, 2005.



A “meada” do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasilⁱ

Recebido: 23.07.21
Aprovado: 03.02.22

Jean Carlos Hochsprung Miguel (orcid.org/0000-0001-5273-029X),
Universidade Federal de São Paulo, *Campus* Guarulhos, SP, Brasilⁱⁱ.

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir criticamente a respeito do fenômeno do negacionismo científico e da chamada “política de pós-verdade”, investigando as condições específicas de emergência, existência e ação do negacionismo climático no Brasil. Metodologicamente, capta-se o aparecimento do negacionismo climático a partir de problemas que o situaram como elemento de um “dispositivo” de natureza essencialmente estratégica. Em nossas análises, destacaremos o papel estratégico do negacionismo climático na visão de mundo liberal conservadora e sua ação de impedimento de processos de governamentalização ambiental no Brasil.

Palavras-chave: Negacionismo. Dispositivo. Mudanças climáticas. Pós-verdade. Bolsonarismo.

The “mesh” of climate denialism and the obstruction of environmental governmentalization in Brazil

Abstract: *This article aims to critically analyse the specific conditions of emergence, existence, and action of climate denialism in Brazil. Methodologically, the appearance of climate denialism is captured from problems that placed it as an element of a “dispositif” of an essentially strategic nature. In our analyses, we highlight the strategic role of climate denial in the conservative-liberal worldview and its action in impeding environmental governmentalization processes in Brazil.*

Keywords: *Denialism. Dispositif. Climate changes. Post-truth. Bolsonaroism.*

Introdução

Em janeiro de 2019, logo após Jair Messias Bolsonaro assumir o cargo de presidente da República no Brasil, jornais de grande circulação do país anunciavam que a posição do governo em relação às mudanças climáticas seria uma “incógnita”¹. Dúvida que durou pouco. Já nas primeiras semanas de governo, a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi extinta², ato primeiro de uma sequência de ataques às instituições ambientais, científicas e não governamentais do país. Um ano depois, uma matéria da revista *Piauí*, cujo título era “O negacionismo no poder”, tratava do tema da “desconfiança”

i. Este artigo foi produzido no contexto do projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Projeto 2016/24660-8.

ii. Jean Carlos Hochsprung Miguel é professor de sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), pesquisador colaborador do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Baixada Santista, SP, doutor em política científica e tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). <jean.dpct@gmail.com>.

1. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sol-firme-ou-temporal-a-vista-no-clima-novo-governo-e-incognita,70002660754>>. Acesso em: 12 Maio 2021.

2. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-vai-encerrar-area-de->

mudancas-climaticas.shtml>. Acesso em: 12 Maio 2021.

3. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>>. Acesso em: 12 Maio 2021.

4. Pesquisa de pós-doutorado, cuja questão mais geral foi como ocorre – ou não – a apropriação da informação climática por tomadores de decisão no Brasil.

crescente em relação à ciência e discutia o problema de “não admitir a verdade científica sobre a causa humana do aquecimento global”³. Seu diagnóstico a respeito do Brasil era: “é mais do que óbvio que a ascensão da extrema-direita tem relação direta com o negacionismo climático, alçado a política de Estado por Jair Bolsonaro”.

Não obstante, o caminho do negacionismo climático ao poder não é óbvio. Tampouco está claro o que é o negacionismo climático e qual a sua relação com um conjunto heterogêneo de elementos (discursos, instituições e práticas) que garante a extrema-direita e vai além do espectro político que a categoriza. Precisa-se, portanto, captar o acontecimento do negacionismo climático em sua relação com o exercício do poder em momentos em que certos tipos de problemáticas de governo emergem.

Este artigo tem como objetivo analisar as condições específicas de emergência, existência e ação do negacionismo climático no Brasil. Metodologicamente, busca-se captar o aparecimento do negacionismo climático a partir de problemas que o posicionaram como elemento de um “dispositivo” de natureza essencialmente estratégico (Foucault, 2002: 15). Em nossas análises, destacaremos o papel estratégico do negacionismo climático na visão de mundo liberal-conservadora e sua ação de impedimento de processos de governamentalização ambiental no Brasil.

As análises têm por base uma pesquisa realizada no período de janeiro de 2019 a junho de 2021, que mapeou os acontecimentos públicos do negacionismo climático no Brasil a partir de 2007⁴. Isso foi feito através:

- i.* de buscas em arquivos digitais de jornais e sites de notícias e sites de instituições do poder público brasileiro (Congresso Nacional e ministérios);
- ii.* da análise de 35 vídeos, com duração média de 1 hora cada, de conferências, debates, audiências, reuniões e entrevistas sobre o tema do aquecimento global, realizados no período de 2006 a 2020, disponíveis na plataforma YouTube;
- iii.* da análise de notas taquigráficas de três audiências públicas organizadas pelo Congresso Nacional;
- iv.* da análise de nove livros publicados por autores negacionistas;
- v.* da análise de dez sites e blogs dedicados à negação do aquecimento global;
- vi.* da análise de duas cartas abertas enviadas ao governo brasileiro por um grupo negacionista brasileiro nos anos de 2012 e 2019.

A abordagem metodológica utilizada para categorizar e analisar estes materiais foi a abordagem de “análise de conteúdo” (Bardin, 2015), mais especificamente os conteúdos relacionados ao negacionismo climático, à política florestal brasileira, ao agronegócio, ao liberalismo conservador cristão e ao bolsonarismo.

Os resultados desse estudo contribuem para a compreensão do fenômeno do negacionismo na atual conjuntura política brasileira, marcada pela ascensão do liberalismo conservador de extrema-direita. Eles trazem reflexões a respeito de como as manifestações anticientíficas possuem raízes mais profundas nos mundos sociais dos grupos liberais e conservadores interessados no impedimento da governamentalização ambiental no Brasil, e demonstram que o negacionismo climático diz respeito não só às políticas climáticas e ambientais, mas a um espectro mais amplo e distribuído de exercício do poder da direita conversadora na conjuntura política recente do país.

Negacionismo climático: um dispositivo

Michel Foucault (2002: 244) define dispositivo como uma rede que se pode estabelecer entre um conjunto heterogêneo de elementos, podendo englobar “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Esses fenômenos reticulares são fundamentalmente “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (Foucault, 2002: 246). Gilles Deleuze (1992: 159) interpreta o conceito como “uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente”. Essa “meada” não se limitaria a este ou àquele sujeito, ou a uma forma única de discurso. Trata-se de uma arquitetura de poder e saber complexa, formada por diferentes linhas de enunciação, força e subjetivação.

O movimento metodológico proposto no presente estudo é o de compreender o fenômeno do negacionismo climático como dispositivo, e não simplesmente como postura ou antidiscurso ambiental de figuras identificadas como aquelas que detêm o poder em dado momento – “a direita conservadora”, o “bolsonarismo”, “Donald Trump” – mas como acontecimento multilinear e descentralizado que transcende tais figuras que ocupam cargos de poder.

Discussões recentes a respeito do fenômeno do negacionismo científico estão, em sua maioria, relacionadas ao debate do fenômeno da “pós-verdade” (Kakutani, 2018; Kalpokas, 2018). O negacionismo científico seria o produto de circunstâncias

em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal. Não obstante, tal abordagem sugere alguma suposta condição anterior, na qual as controvérsias públicas eram discutidas e resolvidas preponderantemente com base em fatos científicos, ou em evidências que constituiriam alguma forma de “verdade”. Para Foucault (2002), a verdade é produto das relações de poder, sem que haja qualquer possibilidade de encontrar a verdade para além das circunstâncias históricas nas quais os jogos de poder acontecem.

Por sua vez, Sheila Jasanoff e Hilton Simmet (2017) destacam que a questão do negacionismo científico na pós-verdade pode incorrer no risco de se tornar uma reflexão de caráter “a-histórico”. Segundo os autores, essa abordagem ignora que os debates sobre fatos públicos sempre foram debates sobre significados sociais, enraizados em realidades subjetivamente contextualizadas e vivenciadas como abrangentes e completas, mesmo quando parciais e contingentes. Não atentar para isso pode tornar especulativo e impreciso falar de negacionismo climático em termos de “produção de fatos alternativos”, “*fake news*” e “política de pós-verdade”. Precisa-se, portanto, investigar o negacionismo com base nos acontecimentos, dirigindo um olhar para a história, com o objetivo de identificar diferentes momentos nos quais o negacionismo climático tenha desempenhado papéis possivelmente distintos.

Para tanto, a perspectiva teórica adotada no presente estudo é de caráter “genealógico”. No sentido dado por Foucault, a genealogia é

uma forma de história que [dá] conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (Foucault, 2002: 7).

A investigação genealógica é uma busca que visa “marcar a singularidade dos acontecimentos” e “apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de sua evolução, mas para encontrar as diferentes cenas em que eles desempenharam papéis distintos” (Foucault, 2002: 7). Ao seguir estes preceitos teórico-metodológicos, a investigação do negacionismo climático aqui apresentada tenta captá-lo como acontecimento relacionado a certos jogos de poder em determinado momento.

Estudos sobre o aparecimento do negacionismo climático na década de 1970, nos Estados Unidos, demonstram que este fenômeno transcende as disputas pela legitimidade do conhecimento científico (Hoggan, 2009; Oreskes & Comway, 2010; Lahsen, 2013). Tais análises dos acontecimentos identificaram que o negacionismo climático representava uma luta que reunia um conjunto de enunciados, práticas,

interesses e elementos de diferentes naturezas que se associaram contra a ciência do aquecimento global naquele período. Naomi Oreskes e Erik Conway (2010: 249), ao documentarem as estratégias adotadas pelos negacionistas climáticos norte-americanos contra o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), nos anos 1980 e 1990, enfatizam que a contestação do aquecimento global trazia, por um lado, um certo “fundamentalismo de livre-mercado”, por outro, promovia uma “caçada aos ambientalistas” caracterizados como “comunistas disfarçados”. Naquele contexto, a possibilidade de governamentalização climática por meio do controle das emissões relacionadas à queima de combustíveis fósseis representava um risco aos negócios de grandes corporações do petróleo, como a Exxon Mobile, e de conglomerados como a Koch Industries (Hoggan, 2009). Essas corporações financiaram *think tanks* liberais como o Marshall Institute, Heartland Institute e o Cato Institute para organizar uma frente de cientistas para produzir trabalhos que negavam a cientificidade da ciência das mudanças climáticas. Indica-se, nas aparições do negacionismo climático dos Estados Unidos, uma rede constituída por um conjunto heterogêneo de elementos estrategicamente articulados. Com a participação de parte da grande mídia, a rede negacionista provocou um atraso de décadas na política climática norte-americana.

No caso brasileiro, a questão do negacionismo climático tem merecido pouca atenção das ciências sociais, com raros trabalhos publicados a tratarem diretamente do tema (Danowski, 2012; Miguel, 2020). Apesar do termo “negacionismo” ser frequentemente utilizado nas críticas à postura de Jair Bolsonaro diante dos fatos científicos que contestam a política ambiental de seu governo, é ainda superficial a compreensão de tal fenômeno quando definido simplesmente como o ato de negar deliberadamente os fatos científicos. Precisa-se, portanto, avançar na compreensão de um conjunto de esforços diversos e conectados que constituem o negacionismo climático como dispositivo estratégico contra a governamentalização ambiental.

Negacionismo climático no Brasil: primeiras cenas

No ano de 1978, o jornalista, escritor e cientista José Reis (1907-2002), um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* no qual falava em “aquecimento global” pela primeira vez na mídia impressa brasileira (Reis, 1978). Contudo, foi a partir de 1994 que o termo “efeito estufa” passou a aparecer mais frequentemente na fala de políticos e a ocupar as páginas dos jornais brasileiros⁵, quatro anos antes de o Brasil assinar o protocolo de Kyoto⁶.

5. Busca realizada nos arquivos digitais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *Estadão* demonstraram um crescente número de artigos sobre o tema do “efeito estufa” a partir de 1994, alcançando em torno de seis mil registros em cada jornal até 2021.

6. O Protocolo de Kyoto, formalizado em 11 de dezembro de 1997, no Japão, representou um marco nos esforços internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas, estabelecendo um compromisso legal de redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa.

7. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) consiste no desenvolvimento de projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa. Os projetos no âmbito do MDL são implementados em países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, os quais podem vender as reduções de emissão de gases estufa, denominadas Reduções Certificadas de Emissão (RCE's) para os países desenvolvidos.

8. Programa Nacional do Álcool foi proposto em 1975 como política de incentivo à produção nacional de etanol para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis diante da crise do petróleo da década de 1970. O programa foi retomado no final da década de 1990 como medida paliativa das emissões de carbono e incentivo à economia brasileira que passou a exportar etanol. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,proalcool-volta-ao-centro-das-discussoes,20020831p36786>>. Acesso em: 14 Jun. 21.

9. Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/mudancas-climaticas>>.

Com a assinatura do Protocolo de Kyoto, em 1998, o governo brasileiro passou a incentivar três ações contra as mudanças climáticas: a implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)⁷, o retorno do programa Pró-álcool⁸ e o combate ao desmatamento da Amazônia (Viola, 2002). Entretanto, somente em 2007, por ocasião da publicação do quarto relatório do IPCC (AR4), foi elaborado o Plano Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC – Decreto n.º 6.263) e a promulgação, em 2009, da Lei 12.187, que estabelece a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC). Durante os governos Lula (2003-2010), as questões ambientais se tornaram parte importante da agenda de política externa; a ciência e a política climática tiveram então o seu maior desenvolvimento (Miguel, Mahony & Monteiro, 2019). Na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas em Copenhague (COP-15), o governo brasileiro adotou uma posição ousada ao estabelecer metas voluntárias de redução de carbono, comprometendo-se a reduzir as emissões de gases do efeito estufa entre 36,1% e 38,9% até o ano de 2020⁹.

No rescaldo desses acontecimentos, o negacionismo climático fez suas primeiras aparições públicas, tecendo as primeiras “linhas de sua meada” (Deleuze, 1992) como resposta conservadora à urgência das mudanças climáticas. As primeiras delas, em 2007. Não por acaso, ano em que as mudanças climáticas efetivamente se tornaram um tema de grande atenção internacional e nacional. Em 2007, foi publicado o IPCC/AR4 que declarou que o aquecimento da temperatura da Terra é inequívoco. No mesmo ano, o documentário “Uma verdade inconveniente”, de Al Gore, ganhou o Oscar de melhor documentário, alcançando públicos em todo o mundo, com o alerta para os impactos do aquecimento global. No Brasil, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) publicava o primeiro estudo brasileiro com cenários de impactos das mudanças climáticas para o país (Inpe, 2007). Apesar da grande divulgação desses resultados na mídia, alguns jornais brasileiros deram voz a uma minoria com opiniões contrárias.

Em maio de 2007, o escritor Olavo de Carvalho publicou no jornal *Diário do Comércio*, artigo intitulado “Ciência ou palhaçada?”, no qual criticava o filme de Al Gore. Em um dos primeiros registros do negacionismo climático na mídia nacional, Carvalho afirmava que tudo se tratava de uma “trapaça” e associava o aquecimento global a uma “militância esquerdista” infiltrada nos organismos internacionais.

A mobilização mundial para dar ares de verdade científica final à impossível teoria da origem humana do aquecimento global adquire dia a dia mais força, alimentada pela santa aliança da mídia chique, dos organismos internacionais, da militância esquerdista organizada e das grandes fortunas – os quatro pilares da estupidez contemporânea (Carvalho, 2007).

Destaca-se neste discurso uma linha central do dispositivo do negacionismo climático, a ideia de que o aquecimento global é uma conspiração comunista de dominação global velada nas políticas ambientais. Voltaremos a esse tema adiante.

Em novembro de 2007, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma matéria de opinião do físico e ex-reitor da UnB, o capitão de mar e guerra José Carlos de Almeida Azevedo, na qual ele declarava que as mudanças climáticas são uma “falácia” e sugeria que os cientistas que defendem as mudanças climáticas são oportunistas (Azevedo, 2007). Um mês depois, a *Folha de S. Paulo* publicou uma resposta do meteorologista do Inpe, Carlos Nobre (2007), na qual defendia o caráter científico dos trabalhos do IPCC e afirmava que o físico preferia “viver em feliz ignorância” em vez de encarar os fatos.

Em suas primeiras aparições na mídia brasileira, o negacionismo climático teve voz em um momento de grande atenção pública e curiosidade a respeito das mudanças climáticas. Em outras palavras, quando as mudanças climáticas se tornaram uma urgência, as primeiras linhas do negacionismo, como dispositivo, passaram a ser tecidas (Foucault, 2002). Essa aparição era o primeiro sinal de um esforço que, nos anos seguintes, passaria a ser estrategicamente coordenado em meio a uma luta política decisiva sobre as leis florestais brasileiras.

Negacionismo e desregulamentação da Lei Florestal

O Congresso Nacional brasileiro, no período de 2009 a 2012, foi palco de uma das maiores batalhas ambientais da história do país: a reformulação do Código Florestal. Esse conjunto de leis promulgado em 1934 tem como finalidade regular os usos da terra e estabelecer limites e regras para a exploração florestal no Brasil. No ano de 2009, o Congresso Nacional deu início a um processo de discussão do Projeto de Lei (PL) 1876/1999, que reunia as principais propostas de alteração da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), a maior interessada na reformulação do código, em decorrência dos milhares de propriedades rurais que estavam – estão – na irregularidade ambiental sob pesadas multas¹⁰.

Para a tramitação do PL, o Congresso designou uma Comissão Especial presidida pelo deputado federal Moacir Micheletto (PMDB/PR) e tendo como relator o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP). Essa comissão realizou diversas audiências públicas no período de outubro de 2009 a junho de 2010. O objetivo era colher posições de representantes de diferentes segmentos do poder público, das instituições de pesquisa, das ONGs ambientalistas, das organizações agropecuárias

Acesso em: 17 Jun. 21.

10. Para um detalhamento desse processo político e seus desdobramentos, consultar: <<https://observatorioflorestal.org.br/>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

para produzir o relatório da Comissão, o qual acabou dando substância à proposta ruralista de alteração do Código Florestal (Miguel, 2014).

Em novembro de 2009, na quarta audiência pública, o físico José Carlos de Almeida Azevedo foi chamado a participar da reunião, a convite do então deputado federal, líder da bancada ruralista, Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e tratou de uma questão bastante específica naquele debate: as mudanças climáticas estão relacionadas ao desmatamento e devem ser levadas em conta nos debates sobre o novo Código Florestal?

Naquela audiência, também participava Fábio Feldmann, ex-deputado federal e um dos fundadores da Fundação SOS Mata Atlântica. Feldmann explicara os impactos das mudanças climáticas na economia e os compromissos assumidos pelo governo brasileiro no combate ao desmatamento. Azevedo fez um contraponto, defendendo o argumento de que o aquecimento global não era um fato científico comprovado e que, portanto, nada tinha a ver com o desmatamento. Azevedo afirmou que é “impossível prever e muito menos alterar qualquer coisa em relação ao clima”; que em vez de aquecimento, estamos indo para um “novo período glacial” (Câmara dos Deputados, 2009a: 15); e que “o clima da Terra é governado pelo Sol”, portanto, “o carbono nada interfere nesses fenômenos de ordem astronômica”. E ainda afirmou que “a legislação sobre clima afetará o país”, e que “o que interessa ao Brasil é o que se faz aqui, não é o inglês e nem sei mais quem que irão nos dizer o que deve ser feito aqui” (Câmara dos Deputados, 2009a: 38). Seu argumento era de que a questão do aquecimento global seria na verdade uma questão geopolítica sem base científica.

Um mês antes de comparecer à audiência, Azevedo apresentara no XII Congresso Brasileiro de Geoquímica, realizado em Ouro Preto, MG, um trabalho a respeito da falta de fundamento científico das mudanças climáticas. Tal trabalho foi compartilhado com os deputados federais na ocasião da audiência da Câmara¹¹. Ao final do texto, sugere-se uma leitura ressaltada como “importante”: o relatório “Climate change reconsidered”¹² do chamado “Painel não governamental sobre mudanças climáticas”, financiado e produzido pelo *think tank* norte-americano Heartland Institute, sob a direção do famoso negacionista americano, Fred Singer¹³.

Os recursos estrategicamente costurados no discurso e atuação de Azevedo revelam uma fase adiantada de formação do dispositivo do negacionismo climático no Brasil. As linhas que se cruzam são de natureza liberal e nacionalista. As mudanças climáticas são um risco à economia, mas também à soberania. O recurso dos trabalhos negacionistas norte-americanos, já naquele momento, revela como tal

11. Esse documento pode ser encontrado no site da Câmara, junto às notas taquigráficas das audiências públicas da PL 1876/1999.

12. Disponível em: <<http://climatechan gereconsi dered. org/>>. Acesso em: 22 Jun. 21. Relatório que pode ser considerado como estruturante do discurso do negacionismo climático nos Estados Unidos, ao se contrapor ao relatório do IPCC. Trataremos adiante a respeito de seus principais argumentos contra o IPCC.

13. O mesmo apontado por Oreskes & Conway (2010) como financiado pela indústria do petróleo, no caso norte-americano.

dispositivo vai muito além de posturas individuais articulando-se na forma de rede. Não por coincidência, aquela audiência pública, uma das primeiras realizadas pelo Congresso, antecederia a realização da COP-15, em 7 de dezembro de 2009, conferência na qual o então presidente Lula apresentou metas ousadas para o Brasil, dentre elas, o compromisso de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020¹⁴. Havia uma grande pressão sobre o processo político de alteração do Código Florestal, sobretudo em sua proposta de anistiar desmatadores e flexibilizar a regulamentação de terras. O negacionismo climático desempenhara, naquele momento, um papel estratégico como dispositivo: tentar desvincular os compromissos climáticos dos compromissos florestais e construir um imaginário político de que as mudanças climáticas são uma ameaça à soberania, ao agronegócio e, consequentemente, ao crescimento econômico nacional (Miguel, 2020).

No dia 1º de dezembro, seis dias antes da realização da COP-15, uma nova audiência pública acontecera. Para aquela reunião, fora convidado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB)¹⁵ o professor e meteorologista Luiz Baldicero Molion, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)¹⁶. Molion iniciou sua fala indo direto ao ponto:

Não devemos evitar o desmatamento por conta do CO² emitido. Há uma propaganda errônea em torno disso. Primeiramente, o CO² não controla o clima global; podem colocar quanto CO² quiserem na atmosfera, que será benéfico. [...] Portanto, o que irão fazer na COP, na próxima semana, será uma perda de tempo e de dinheiro (Câmara dos Deputados, 2009b: 15).

O deputado Aldo Rebelo (PCdoB), ao final da exposição de Molion, acrescentou: “naturalmente, aqueles que organizam, preparam e financiam encontros como o da COP não o estão fazendo para perder tempo, Prof. Luiz Molion, mas por algum interesse, creio eu” (Câmara dos Deputados, 2009b: 30). Rebelo argumentou que o aquecimento global, assim como toda forma de pressão ambientalista internacional, estava inserida na “guerra comercial que enfrenta o Brasil com seus concorrentes no mundo”; e afirmou que “a luta em defesa do meio ambiente, [...] está mergulhada no espectro de uma disputa ideológica e comercial internacional”. Em seu diagnóstico, Rebelo acrescentou que “o poder público, das instituições de Estado é defender o valor da agricultura que melhora a qualidade de vida do povo” (Câmara dos Deputados, 2009b: 34). Na visão de Rebelo, as leis ambientais no Brasil geram pobreza porque tiram o sustento dos agricultores mais pobres, tiram seus direitos de trabalhar a terra livremente. Rebelo se referia a isso como “uma nova forma de colonialismo” que estaria subjugando os povos dos países menos desenvolvidos. Revela-se aqui um discurso que atualizava o dispositivo do negacionismo climático, reforçando a retórica antiambientalista dos ruralistas naquelas audiências. Acres-

14. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3098/greta-thunbergrmanda-seu-recado-para-os-paises-mais-pobres-morrerao-pobres>>. Acesso em: 20 Jun. 21.

15. Aldo Rebelo se tornou uma figura polêmica durante o processo de tramitação da alteração do Código por criminalizar as ONGs, acusando-as de estarem no Brasil representando interesses econômicos estrangeiros contra a economia nacional.

16. Como veremos adiante, atualmente, Molion é um dos mais conhecidos negacionistas do clima brasileiros.

17. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/?s=mudan%C3%A7as+clim%C3%A1ticas>>. Acesso em: 20 Jun. 21.

18. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/3098/greta-thunberg-manda-seu-recado-para-os-paises-mais-pobres-morrerao-pobres>>. Acesso em: 20 Jun. 21.

19. Disponível em: <<https://www.institutomillennium.org.br/o-agro-brasileiro-e-mais-sustentavel-do-que-aparenta/>>. Acesso em: 20 Jun. 21.

20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JVLtIGa7zE&t=212s>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

21. A relação com os *think tanks* norte-americanos foi tornada pública, por exemplo, na cerimônia de lançamento do Instituto Liberal Conservador na qual Eduardo Bolsonaro declarou que “nós queremos ser exatamente o que a Heritage Foundation e o Leadership Institute são nos Estados Unidos”. Participou da solenidade, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, cuja reunião com o grupo negacionista do clima Competitive Enterprise Institute (CEI), meses

centou-se uma linha narrativa de conspiração imperialista contra os agricultores mais pobres e sua liberdade de trabalhar a terra. Percebe-se que o negacionismo climático pode ser tecido com uma diversidade de narrativas, dentre elas, a da luta contra o imperialismo e o colonialismo, a qual o deputado do PCdoB utilizou. Isso indica que o negacionismo climático não é um fenômeno que se limita exclusivamente ao campo político-ideológico da direita.

Compreendemos, portanto, que o dispositivo do negacionismo climático no contexto da reformulação do Código Florestal constituiu-se como parte da estratégia ruralista de desregulamentação das leis florestais e de fragilização dos compromissos do governo brasileiro com acordos internacionais que reforçam a necessidade de políticas mais severas de controle do desmatamento. Segundo essa estratégia liberalizante, o Estado deve se abster de sua função de controle do desmatamento em propriedades privadas, fazendo com que não haja barreiras para a livre exploração econômica das áreas rurais florestadas.

Essa articulação – tornada possível na forma de dispositivo – entre liberalismo econômico, agronegócio e negacionismo científico se tornou mais intensa desde então. Instituições que defendem o fundamentalismo do livre mercado e do Estado mínimo têm apresentado publicamente sua posição negacionista e a favor das propostas de desregulamentação dos ruralistas. Por exemplo, grupos como o Instituto Liberal¹⁷, o Instituto Mises-Brasil¹⁸, o Instituto Millenium¹⁹, o Movimento Brasil Livre (MBL)²⁰ e, mais recentemente, o “Instituto Liberal Conservador”, fundado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, são organizações dedicadas a um processo de defesa de políticas liberais que têm incorporado nos temas ambientais o negacionismo climático. Alguns desses institutos foram fundados nos moldes dos *think tanks* norte-americanos e importaram, com as ideias liberais, o negacionismo climático²¹. Como veremos adiante, a atualização do dispositivo do negacionismo climático, que se expressa na relação entre liberalismo e agronegócio, adquire novos aspectos na ordem dos acontecimentos.

A liberdade de opinião e o falso balanço de informações

Um elemento crucial na história do negacionismo climático nos Estados Unidos – narrado por Oreskes e Comway (2010) – foi o de como a mídia de massa confundiu o valor liberal da liberdade de opinião ao propor um saudável “balanço de informações” sobre as mudanças climáticas. Os jornais norte-americanos, ao darem voz aos negacionistas, deram um *status* de controvérsia científica ao tema, quando esta já não existia no campo da ciência.

Assim como no caso norte-americano, os negacionistas climáticos no Brasil ganharam atenção da mídia em momentos decisivos para o tema das mudanças climáticas e do meio ambiente no país. No ano de 2012, o programa Jô Soares, exibido pela Rede Globo de televisão, produziu uma entrevista com Ricardo Felício, ex-militar e professor do Departamento de Geografia da USP. Felício argumentou, na entrevista, que “o aquecimento global é apenas uma hipótese” e que o “efeito estufa é a maior falácia da história”. Em seguida, declarou que “a Floresta Amazônica nada influencia no clima da Terra, e que se fosse completamente desmatada, a floresta se reconstituiria em 20 anos”²². No mesmo ano, Ricardo Felício fora entrevistado no programa “Todo Seu”, do cantor Ronnie Von, exibido na TV Gazeta²³. O contexto político era muito oportuno: às vésperas do final do prazo para o veto presidencial do novo Código Florestal e da realização da Rio+20.

Enquanto isso, Luiz Molion publicava na coluna “Opinião” da *Folha de S. Paulo* o texto “Mudanças climáticas e governança global”²⁴, no qual divulgava o conteúdo de uma carta enviada em maio daquele ano à presidente Dilma Rousseff. A carta intitulada “Mudanças climáticas: hora de se recobrar o bom senso”, assinada por 18 professores de universidades brasileiras, declarava que o aquecimento global é um “alarmismo contraproducente” e recomendava que na Rio+20 ocorresse uma “reorientação” do governo em relação ao tema²⁵. Em junho de 2012, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, exibiu matéria divulgando a posição de negacionistas climáticos e fala da carta enviada à presidente Dilma²⁶, dando a entender que havia ainda dúvidas a respeito da cientificidade do aquecimento global.

O que se constata, com essas divulgações, é que o dispositivo do negacionismo climático, ao alcançar os veículos de comunicação de massa no Brasil, teve seus enunciados elevados a um nível de controvérsia que lhe permitiu disputar publicamente a narrativa das mudanças climáticas com a comunidade científica. Portanto, ocorreu no Brasil o mesmo erro cometido pelos jornais norte-americanos, isto é, uma interpretação errada a respeito da noção de “balanço de informações” que dá voz aos dois lados no debate público, o que faz sentido nas notícias de cunho político, mas não reflete a maneira como a ciência trabalha (Oreskes & Comway, 2010: 214). Essa distorção do princípio liberal de liberdade de opinião é uma outra linha estratégica do negacionismo climático que garantiu aos negacionistas o *status* de *outsiders* que estariam contando “um outro lado da história” no debate público.

Com a popularização da Internet, o dispositivo do negacionismo climático teve seu desdobramento no site YouTube, em blogs e nas redes sociais²⁷, redes cuja arquitetura se revelou adequada ao seu *modus operandi*. Com a ascensão do bolsonarismo, materiais audiovisuais negacionistas das mudanças climáticas tiveram um

antes da COP-25, foi amplamente divulgada na mídia. Consultar: <<https://www.youtube.com/watch?v=F1GJnn-WWjU>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

22. A entrevista pode ser assistida em: <<https://www.youtube.com/watch?v=k39yUzJBjNE&list=PLRr7NmWDhkB8hmiT67S-VvS-3d1-MYZ7p&index=7&t=8s>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

23. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1gCaiCpH00c&t=124s>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

24. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/57751-mudancas-climaticas-e-governanca-global.shtml>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

25. A carta foi publicada no jornal *Correio Brasileiro*. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/revista/2012/11/25/interna_revista_correio,335053/veja-a-carta-assinada-por-18-cientistas-brasileiros-e-enviada-a-presidente.shtml>. Acesso em: 16 Jun. 21.

26. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-PWqhEOhsXA&list=PLRr7NmWDhkB8hmiT67S-VvS-3d1->

MYZ7p&index=9>
Acesso em: 15 Jun.
2021.

27. Disponível em:
<<https://agfdag.wordpress.com/>>.
Acesso em: 15 Jun.
21.

28. Vídeo com mais
de 2 milhões de
acessos. Disponível
em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FK4W8EvEQGE>>. Acesso
em: 15 Jun. 21.

29. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=8AK9I-j-1iQ>>. Acesso em: 15
Jun. 21.

30. Disponível
em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-JVLtiGa7zE&t=212s>>. Acesso em: 15 Jun.
21.

31. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=Fsz1i7Vpou0>>.
Acesso em: 15 Jun.
21.

32. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=5Qzc2KthKt4&list=PLRr7NmWDhkB8hmiT67S-VvS-3d1-MYZ7p&index=12&t=1537s>>. Acesso
em: 15 Jun. 21.

33. Disponível em:
<<https://tercalivre.com.br/presidente-bolsonaro-admite-narrativa-sobre-o-clima-para-exportar-hipocrisia-de-adversarios-analista-lorenzon/>>.
Acesso em: 15 Jun.
21.

número crescente de visualizações em programas de YouTube de apoiadores da campanha de Jair Bolsonaro como, por exemplo, o Programa de Rádio e YouTube “Pânico na Band”²⁸; o programa “Imprensa Livre” da Gazeta do Povo²⁹; o canal do Movimento Brasil Livre (MBL)³⁰; o canal do youtuber Nando Moura³¹; o programa da jornalista Leda Nagle³²; o canal Terça Livre³³ e programas destinados ao agronegócio, como o “Espaço Aprosoja”³⁴, “Sucesso no Campo”³⁵, dentre outros.

Além de programas de televisão e da Internet, desde 2010 palestras de negacionistas climáticos têm sido financiadas por grupos do agronegócio. Em março de 2010, os negacionistas climáticos Bjork Lomborg, dinamarquês, e Patrick Michaels, pesquisador sênior em estudos ambientais do *think tank* norte-americano Cato Institute, foram palestrantes convidados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que, naquele ano, realizou o evento Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED 2010) que teve como objetivo “dar andamento às discussões levantadas na COP-15”³⁶. Indica-se que as relações de grupos do agronegócio com o negacionismo climático foram fortalecidas como dispositivo estrategicamente orientado em momentos políticos importantes.

Entre os brasileiros, Luiz Molion é o mais solicitado para divulgar as ideais do negacionismo climático nas redes de produtores rurais. Segundo matéria da *Folha de S. Paulo*, em 2018, Molion chegou a dar 50 palestras em diversos estados brasileiros contratado por empresas vinculadas ao agronegócio – como a Syngenta, a Casa do Adubo, tratores John Deere –, além de associações de produtores, prefeituras e governos estaduais³⁷. Há, portanto, uma articulação institucional do dispositivo do negacionismo climático que revela sua natureza não só discursiva, mas articulada em uma “rede de elementos heterogêneos” (Foucault, 2002).

O negacionismo climático no Brasil repercutiu de maneira eficiente com a cumplicidade de parte da mídia e em articulação com grupos do agronegócio e instituições liberais. Sua relação com o agronegócio revela que a estratégia de disseminar essas ideias é parte do esforço permanente de liberar as propriedades rurais da regulamentação ambiental. As ideias liberais midiaticamente amplificadas, revelam-se linhas fundamentais desse dispositivo.

Conservadorismo cristão, globalismo e neopaganismo

Um importante produto do dispositivo do negacionismo climático é a formação de um imaginário que permite amalgamar suas diferentes linhas discursivas em uma visão coerente de mundo. Nesta seção, exploraremos a maneira como esse ima-

ginário é constituído nas publicações de autores negacionistas e apresentaremos suas principais linhas argumentativas que costuram uma diversidade de elementos, dentre eles, aspectos morais, políticos e religiosos.

A partir do ano de 2008, as ideias negacionistas foram compiladas e divulgadas no Brasil em livros publicados por pequenas editoras, algumas delas católicas e vinculadas ao agronegócio³⁸. Alguns livros são traduções de autores estrangeiros, por exemplo: *A fraude do efeito estufa*, de Kurt G. Bluchel (2008); *Aquecimento global?*, de Shigenori Maruyama (2009); *Aquecimento global: alarme falso*, de Ralph B. Alexander (2012); *Planeta Azul em algemas verdes*, de Václav Klaus (2010); *O império ecológico*, de Pascal Bernardin (2015). Outras são publicações de autores brasileiros, por exemplo: *A fraude do aquecimento global*, de Geraldo Luís Lino (2009); *Aquecimento global: ciência ou religião?*, de Gustavo M. Baptista (2009); *Psicose ambientalista*, de Dom Bertrand de Orleans e Bragança (2012); *CO₂, aquecimento global e mudanças climáticas: estão nos enganando?*, de Richard Jakubaszko e colaboradores (2015).

Nossa análise de conteúdo dessas publicações concluiu que os trabalhos de autores brasileiros pouco acrescentam aos argumentos de seus predecessores estrangeiros. Não obstante, há uma adaptação do discurso para questões econômicas e políticas relacionadas ao agronegócio. De maneira geral, a narrativa principal que anima o dispositivo negacionista é construída em duas partes:

- i. as críticas ao IPCC; e
- ii. o diagnóstico de formação de uma nova ordem global comunista que coordena uma atividade sistemática de fraude científica com o objetivo de destruir a civilização ocidental cristã.

Algumas publicações avançam mais na primeira parte, outras na segunda. Entretanto, as duas linhas argumentativas frequentemente se entrelaçam para explicar o motivo maior da “farsa do aquecimento global”, a saber, destruir o modo de vida da civilização ocidental.

Os argumentos contra o IPCC têm como fonte os trabalhos dos *think tanks* liberais norte-americanos, especialmente, do relatório do Painel Não-Governamental Sobre Mudanças Climáticas. Assim como seus predecessores, há uma iniciativa dos negacionistas brasileiros de se comunicarem com um público mais amplo do que o acadêmico. Para tanto, suas publicações não se orientam pelas formalidades de linguagem, métodos e referências exigidas por trabalhos científicos.

34. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HDV0b8BVkyo>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

35. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_DTlrMxlctU>. Acesso em: 15 Jun. 21.

36. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f84XVP_9MAg&list=PLRr7NmWDhkB8hmiT67S-VvS-3d1-MY27p&index=3&t=2263s>. Acesso em: 15 Jun. 21.

37. Disponível em: <<https://arte.folha.uol.com.br/ciencia/2018/crisedo-clima/cerrado/agronegocio-banca-palestras-de-cetico-sobremudanca-climatica-para-ruralistas-nomatopiba/>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

38. Por exemplo, a DBO Editores Associados (dirigida ao ramo agrícola), Capex Dei (de grupos católicos); Livraria Petrus (do Instituto Mariano Plínio Correa); a Vide Editorial (grupos católicos).

De maneira geral, os argumentos apresentados contra o IPCC podem ser resumidos, conforme proposto por Jakubaszko e equipe (2015: 43), nas “15 verdades que abalam o ambientalismo”.

- i.* O IPCC não é um organismo científico, mas político;
- ii.* O IPCC alimenta uma constante confusão entre ciência e política;
- iii.* O IPCC está no centro de uma coalizão de poderosos interesses particulares;
- iv.* O IPCC recusa todo debate científico racional com cientistas opostos às suas teses;
- v.* O IPCC denigre (sic) os argumentos apresentados em sentido contrário e põe obstáculos à liberdade de expressão, tratando os cientistas que não compartilham suas posições como dissidentes do tempo da URSS;
- vi.* O CO² não aumentou em função das emissões de combustíveis fósseis, desde 1750;
- vii.* A elevação da temperatura média global no último meio século não foi atípica em relação aos últimos 1.300 anos;
- viii.* O CO² proveniente de combustíveis fósseis não contribuiu significativamente para o aumento da temperatura desde metade do século XX;
- ix.* A teoria do “aquecimento global causado pelo homem” se baseia em modelos ou simulações fundadas em hipóteses e aproximações;
- x.* As observações da realidade fornecem dados naturais (atividade do Sol, vulcões, correntes oceânicas, nuvens etc.) que pesam na evolução do clima, mas os modelos do IPCC não as levam apropriadamente em consideração;
- xi.* As teorias do IPCC não recolhem o consenso científico;
- xii.* A imprensa não apresenta a problemática do aquecimento global com o recuo crítico e a imparcialidade requeridos pela deontologia jornalística;
- xiii.* As contribuições dos governos ao IPCC geralmente aumentam o viés criticado acima;

xiv. A popularidade das teorias do IPCC resulta de uma difusão midiática unilateral e do apoio de certos partidos e líderes de opinião;

xv. Os encarregados de tomar decisões econômicas e financeiras tiveram que adaptar suas políticas às imposições da luta contra o aquecimento global, com prejuízo de sua produtividade e competitividade.

Sugere-se, portanto, uma campanha orquestrada que torna o IPCC uma plataforma político-econômica que usa a fraude científica para a implantação do que os autores chamam de uma “nova ordem global”. Segundo os autores, a formação dessa nova ordem global se expressa na forma de uma “guerra comercial” entre países industrializados e países menos desenvolvidos, conforme vimos anteriormente no caso do Código Florestal. Mas também, apresenta artifícios que atingem o que eles consideram um nível mais profundo da “civilização ocidental”, a saber, sua espiritualidade cristã e sua vocação capitalista.

A visão compartilhada pelos negacionistas a respeito da formação da nova ordem mundial pode ser sintetizada pela formulação proposta por Dom Bertrand de Orleans e Bragança³⁹ em seu livro *Psicose ambientalista* (2012). O ambientalismo, no Brasil, segundo Bragança (2012: 8), é um “Cavalo de Troia” do comunismo. Por um lado, o ambientalismo ameaça o livre uso da propriedade privada por meio de regulamentações ambientais e acordos internacionais. Por outro, estaria propondo “uma nova religião, que pretende justificar e implantar uma sociedade humana igualitária e neotribal, lastreada num misto de pseudociência com filosofias arcaicas e pagãs” (Bragança, 2012: 31). A inspiração cristã dessa crítica expressa-se nas frequentes reafirmações de Bragança e outros autores de um trecho do livro bíblico do *Gênesis* (1:28), no qual consta o famoso mandamento que diz “Enchei a terra e sujeitai-a, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja sobre a terra”. Ao não seguir este mandamento, o ambientalismo retiraria do homem a prerrogativa dada por Deus de fazer uso da natureza e de submetê-la à sua vontade. Nessa visão conservacionista, o neopaganismo ambientalista constrói esses sujeitos psicóticos avessos à verdade do mandamento cristão. Segundo os negacionistas, com o aquecimento global o ambientalismo teria encontrado um projeto de subversão comunista perfeito que corrompe ao mesmo tempo o direito de livre uso da propriedade privada e a natureza cristã do homem. Segundo Pascal Bernardin⁴⁰:

Conseguir fazer com que a sociedade admita a realidade do problema do efeito estufa seria modificar radicalmente o potencial da situação: as únicas soluções almejáveis demandariam uma socialização completa de todas as atividades. Tendo sido as premissas

39. Membro da família real portuguesa, trinetado do imperador Dom Pedro II e um dos líderes do movimento monarquista brasileiro na atualidade.

40. Jornalista, engenheiro e professor francês. Também autor do livro *Maquiavel pedagogo*, no qual sustenta que as reformas educacionais servem para a formação de uma educação globalista a serviço da esquerda.

definidas, o silogismo revolucionário segue seu próprio funcionamento sozinho, de forma inexorável. E aqui, ainda, tratar-se-ia de uma revolução não aversiva, pois que cada indivíduo, consciente da ameaça que pesa sobre a Terra, tendo recebido desde a mais tenra idade os valores ecológicos que constituirão cidadãos “globalitários”, trará em seu coração o ímpeto de lutar contra o inimigo comum, o aquecimento global (Bernardin, 2015: 303).

O ambientalismo, portanto, apresenta dimensões espirituais e de formação de sujeitos. Indica-se, desta forma, uma linha de (des)subjetivação presente no dispositivo do negacionismo climático. O sujeito ambientalista, segundo Bernardin (2015), estaria sendo orientado para uma adoração da Terra, considerada um ser vivo denominado “Gaia”, o que reflete uma cosmologia pagã e revolucionária contrária à doutrina cristã. É nesse sentido que o dispositivo do negacionismo climático se projeta como forma de combater um tipo de subjetivação compreendida por Bernardin e demais autores como sendo de natureza pagã e, em contrapartida, reforça uma linha de subjetivação que teria como traço fundamental a separação do homem da natureza, marcando assim seu caráter divino e sua semelhança com Deus, tornando-o senhor da natureza.

Ao sustentar o imaginário de uma nova ordem global, o dispositivo do negacionismo climático permite amalgamar uma diversidade ampla de temas (morais, religiosos, ambientais, econômicos etc.). A respeito desse imaginário, é ilustrativa a tese de Olavo de Carvalho (2016) – que comunga das ideias de Bernardin⁴¹ – a respeito da “conspiração globalista da esquerda” que visa, segundo ele, submeter os povos a um único governo mundial através da ONU e demais órgãos internacionais. Para Carvalho (2002), as universidades brasileiras têm sido dominadas por décadas pelo “pensamento da esquerda” e pela grande mídia que propaga o que ele chama de “marxismo cultural”, a saber, um projeto da “esquerda globalista” dedicado ao empreendimento de destruir a cultura ocidental capitalista e cristã. Segundo Carvalho (2012), o aquecimento global seria apenas um pretexto para atingir tal objetivo.

Também são ilustrativas as atividades e os trabalhos do geólogo Geraldo Luís Lino. Autor do livro *Aquecimento global: ciência ou religião?*, Lino também é um dos fundadores do Movimento Solidariedade Ibero-Americana (MSI), organizado para combater o

[...] projeto oligárquico que tem sido investido para forçar uma “mudança de paradigma cultural”, contra a matriz cultural cristã da Civilização Ocidental, colocada em marcha na década de 1960 por interesses hegemônicos internacionais. A ideologia de gênero,

41. Em vídeo, Olavo de Carvalho recomenda aos seus espectadores o livro de Bernardin (2015) como a principal referência para o tema do aquecimento global. Consultar Carvalho (2012).

a indução de divisões étnicas ou raciais nas sociedades e a idolatria da natureza, contraposta à promoção do pleno desenvolvimento da humanidade, que têm proporcionado uma degradação das famílias e dos direitos inalienáveis da pessoa humana⁴².

O MSI tem trabalhado junto ao bolsonarismo desde 2018 para atingir esses objetivos, assim como outras instituições conservadoras. Por exemplo, o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO)⁴³, uma espécie de *think tank* do conservadorismo católico brasileiro, tem dado suporte à tese da nova ordem global da esquerda e ao negacionismo climático por meio da publicação de livros como o *Psicose ambientalista*, de Dom Bertrand e a promoção de palestras de negacionistas como as de Luiz Molion⁴⁴ e do professor da USP, Ricardo Felício⁴⁵.

O dispositivo do negacionismo climático, ao incorporar valores conservadores católico-cristãos, confronta a posição dominante na Igreja Católica declarada pelo papa Francisco no “Sínodo da Amazônia” e sustentada no Brasil pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Segundo Renan Santos (2020), para a ala católica conservadora, essas posições da igreja representam um processo de corrupção da instituição que estaria sendo infiltrada pela esquerda ambientalista desde o surgimento de movimentos como a “teologia da libertação”.

Indica-se, portanto, que o dispositivo do negacionismo climático produz um imaginário que atualiza uma visão de mundo liberal e conservadora frente às urgências ambientais. O negacionismo climático surge como uma “meada”, um nexos de várias narrativas, instituições e elementos que se relacionam compondo um todo que não pode ser desagregado sem prejuízo de tal concepção de mundo.

Bolsonarismo e negacionismo climático

O dispositivo do negacionismo climático não apareceu no Brasil com o bolsonarismo, mas encontrou nesse movimento político⁴⁶ novas condições de crescimento e exercício do poder. Ao refletirmos a respeito da trajetória dos acontecimentos que envolveram o negacionismo climático até agora, podemos questionar se há algo novo na cosmovisão bolsonarista em relação à visão de mundo apresentada até então. Olavo de Carvalho, Dom Bertrand de Orleans e Bragança, Geraldo Luís Lino, Ricardo Felício e demais negacionistas – apoiadores de Bolsonaro –, já pregavam o combate ao “projeto oligárquico da esquerda” e denunciavam a “corrupção da civilização cristã com a ideologia de gênero, a indução de divisões étnicas ou raciais e a idolatria pagã da natureza”. O negacionismo climático é parte constitutiva dessa

42. Disponível em: <<https://msiainforma.org/quem-somos/>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

43. Disponível em: <<https://ipco.org.br/>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

44. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zjXoX9kmwmk>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

45. Felício é um dos negacionistas climáticos mais conhecidos atualmente. Falaremos a seu respeito mais adiante. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qYud8SIU34&list=PLRr7NmW Dhk88hmiT67S-VvS-3d1-MYZ7p&index=9&t=5s>>. Acesso em: 15 Jun. 21.

46. Entende-se aqui que o bolsonarismo é um movimento político liberal conservador que atualiza tradições da direita ideológica, do movimento cristão conservador, das tradições integralistas, do nacionalismo verde-oliva e do liberalismo radical que pretende limitar a intervenção do Estado (Solano, 2018).

47. Sugere-se o termo “estratégias de impedimento” ao se considerar que processos de governamentalização ambiental não podem ser completamente desconstituídos, já que se trata de uma lógica de resistências, mas sim obstruídos.

48. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/07/29/psicose-antiambientalista-de-bolsonaro.ghml>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

49. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/08/02/entidades-lamentam-exoneracao-de-diretor-do-inpe-veja-a-repercussao.ghml>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

50. Galvão relatou que, após o debate com Ricardo Salles, na Globo News, em agosto de 2019, conversou com o ministro nos bastidores e se desapontou ao ouvir do ministro que “ele não acreditava na ciência brasileira porque a ciência brasileira estava toda aparelhada pela esquerda contra os americanos” (Miguel, 2020).

51. Disponível em: <<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/31/leia-o-telegrama-confidencial-do-itamaraty->

“meada”, desse dispositivo que atravessa a história e se atualiza no bolsonarismo. Contudo, indica-se que o bolsonarismo representa o nó mais bem atado das diferentes linhas que constituem esse dispositivo. Dispositivo em que o negacionismo climático se tornou o modo de relação do bolsonarismo com os processos de governamentalização ambiental, isto é, como estratégia de impedimento⁴⁷.

No encontro do G-20 em 2019, Jair Bolsonaro, em conversa com a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente francês Emmanuel Macron, afirmou que há uma “psicose ambientalista” contra o Brasil⁴⁸. Em clara referência ao livro negacionista homônimo de Dom Bertrand, Bolsonaro deslegitimava os dados sobre o elevado desmatamento da Amazônia apurados pelo Inpe. Bolsonaro afirmou que o diretor do instituto à época, Ricardo Galvão, estaria “agindo a serviço de uma ONG”⁴⁹, entenda-se, a serviço da “esquerda ambientalista”⁵⁰.

As escolhas de Bolsonaro para os ministérios das Relações Exteriores e do Meio Ambiente refletiram essa visão. O ex-ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, indicado ao cargo por Olavo de Carvalho, sustentou publicamente durante seu mandato a tese do “globalismo” de esquerda e se referiu às mudanças climáticas como uma conspiração global que denominou “climatismo”.

O “climatismo” juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO² na atmosfera. [...] Esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China (Araújo, 2018).

Em julho de 2019, o Itamaraty enviou um diplomata para participar de uma conferência com negacionistas do clima realizada pelo *think tank* Heartland Institute, em Washington. Após a reunião, circulou no Itamaraty um telegrama que reportava os principais pontos abordados na reunião. Em um trecho do telegrama, resume-se o que seria o real motivo dos alertas do aquecimento global:

[...] eles estão colocando em risco nosso modo de vida. O debate não é sobre mudança do clima, nem sobre dióxido de carbono. Não é sobre clima, nem ciência. É sobre socialismo contra capitalismo [...]⁵¹.

No ano de 2018, Bolsonaro tinha o nome de Ricardo Felício (o negacionista do programa Jô Soares) na lista de possíveis ministros do Meio Ambiente⁵², mas aca-

bou optando por Ricardo Salles⁵³. Salles posicionou-se publicamente a respeito das mudanças climáticas afirmando que o tema permanece “um assunto acadêmico controverso” e que há “muito alarmismo sobre o assunto”⁵⁴. Salles adotou como primeiras ações administrativas fechar a Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas e, em decisão conjunta com o Itamaraty, desistiu de sediar no Brasil a COP-25, em dezembro de 2019. Em setembro daquele ano, Salles se reuniu nos Estados Unidos com o grupo negacionista do clima do Competitive Enterprise Institute⁵⁵. Na COP-25, a comissão brasileira compareceu em pequeno número, acanhada e sem proposta clara (Miguel, 2020).

Logo no início de 2019, uma carta aberta assinada por Ricardo Felício, Luiz Molion e outros 20 professores de universidades brasileiras fora endereçada a Ricardo Salles, através de uma publicação do site *Notícias agrícolas*⁵⁶. Na carta, os negacionistas reivindicaram uma “agenda climática baseada em evidências e nos interesses reais da sociedade”, reiterando os argumentos já conhecidos a respeito do aquecimento atmosférico antropogênico. Tais argumentos ressoaram mais uma vez no Congresso Nacional.

Os senadores Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e Marcio Bittar (MDB-AC) apresentaram um projeto de lei (PL 2362/2019) que propôs acabar com a reserva legal, área do imóvel rural que, segundo o Código Florestal, não pode ser desmatada. Bittar e Bolsonaro se reuniram com Ricardo Salles para tratar do assunto em abril de 2019. Naquela reunião, concordaram que a reserva legal impede a expansão do agronegócio, sobretudo, nos estados da Amazônia Legal⁵⁷. Como parte de sua política para pôr fim à reserva legal, Marcio Bittar organizou uma audiência pública no Senado para a qual convidou Ricardo Felício e Luiz Molion para discutir, uma vez mais, com os líderes ruralistas, o tema da “farsa do aquecimento global”. Na ocasião, Bittar declarou que as questões do aquecimento global “ainda são hipóteses que não se confirmaram” e estariam incentivando a “entrega do patrimônio nacional” aos estrangeiros⁵⁸.

Naquele mesmo ano, o senador Zequinha Marinho (PSC-PA) tornou-se o presidente da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, responsável por discutir o destino dos fundos que financiam ações de mudanças climáticas no país, dentre outros assuntos relacionados ao clima. Em entrevista concedida à TV Senado, em agosto de 2019⁵⁹, Marinho afirmou que “a política ambiental brasileira é feita do ponto de vista das ONGs sob influência da esquerda”. O senador destacou ainda que na questão das mudanças climáticas “tem muita coisa que é folclórica, que o mundo vai acabar, que as calotas de gelo vão derreter [mas] se você for pegar, ao longo da história, não há muita diferença daquilo que já foi”.

sobre-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 16 Jun. 21.

52. Importante dizer que Ricardo Felício foi candidato a deputado estadual, em 2018, pelo então partido de Jair Bolsonaro, o PSL.

53. Disponível em: <<https://painei.blogfolha.uol.com.br/2018/12/06/bolsonaro-cogita-professor-que-nega-aquecimento-global-para-meio-ambiente/>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

54. Entrevista concedida à repórter Andreia Sadi em 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/globonews/em-foco-com-andreia-sadi/video/andreia-sadi-entrevista-o-ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles-7562626.ghtml>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

55. Um dos temas mais tratados pelo grupo trata dos riscos que as políticas climáticas trazem à economia norte-americana. Disponível em: <<https://cei.org/issues/energy-and-environment/climate/page/2/>>. Acesso em: 22 Jun. 21.

56. Um dos mais atuantes do agronegócio. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/meio->

ambiente/231554-cientistas-liderados-por-lcmolion-confrontam-ambientalistas-que-defendem-o-aquecimento-climatico.html#.YMpHBvKSmUm>. Acesso em: 16 Jun. 21.

57. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/04/23/projeto-acaba-com-a-reserva-florestal-obrigatoria-em-propriedades-rurais>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

58. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MP3Rp6iQq6A&list=PLRr7NmWDhkB8hmiT67S-VvS-3d1-MYZ7p&index=2&t=7582s>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

59. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EtSEO GHwvGk>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

59. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EtSEO GHwvGk>>. Acesso em: 16 Jun. 21.

60. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/05/03/governo-descumpre-prazo-e-trava-86percent-do-orcamento-para-enfrentar-a-mudanca-climatica.gh.html>>. Acesso em: 22 Jun. 21.

61. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>.

Percebe-se, portanto, que a orientação estratégica do dispositivo do negacionismo climático no governo Bolsonaro se mantém na investida contra as leis florestais, produzindo efeitos administrativos importantes. Em termos orçamentários, dois exemplos são: a paralisação do Fundo Clima, em 2019, destinado a projetos voltados às ações de mudanças climáticas⁶⁰ e, em 2020, o Observatório do Clima concluiu que o Ministério do Meio Ambiente não havia gastado nem 1% do dinheiro destinado a programas de preservação naquele ano⁶¹. Exemplos que nos mostram como o negacionismo climático não é apenas uma forma de discurso ou de desinformação, mas uma estratégia histórica complexa de impedimento da governamentalização ambiental.

Conclusões

Neste artigo, analisou-se como o negacionismo climático está relacionado a um conjunto heterogêneo de discursos, instituições e práticas que atravessam acontecimentos marcados por disputas ambientais decisivas no Brasil, como a disputa pela regulamentação do desmatamento e pelos compromissos firmados em acordos climáticos internacionais. Essas lutas colocam em conflito diferentes visões de mundo e suas concepções da verdade. No caso aqui estudado, destacou-se a visão de mundo liberal conservadora e suas estratégias de impedimento da governamentalização ambiental no Brasil.

Com base no que foi exposto, argumentamos que o negacionismo climático vai além da “política de pós-verdade”, pois se refere a um conjunto mais heterogêneo de formação de sujeitos políticos por meio da ativação de um dispositivo estratégico liberal conservador. A percepção de que a governamentalização ambiental representa a profanação do livre mercado, do direito à propriedade privada, da espiritualidade e subjetividade cristã e da civilização ocidental são significados sociais enraizados em realidades subjetivamente vivenciadas. Portanto, o negacionismo climático não pode ser compreendido somente como “desinformação” ou “ignorância”. Por um lado, trata-se de ação planejada e estrategicamente aplicada por determinados grupos políticos. Por outro, representa uma visão de mundo daqueles que não compartilham da mesma realidade dos sujeitos políticos que defendem causas ambientais.

Torna-se desafiador, portanto, pensar no modo como o negacionismo pode ser desmobilizado em suas perigosas vertentes que, além das mudanças climáticas, alcançam atualmente problemas como a pandemia de Covid-19, os acontecimentos políticos da ditadura e a legitimidade da luta por direitos humanos no Brasil. A contribuição do presente estudo é indicar uma forma de ir além na compreensão dos “fios que formam essas meadas”, que são politicamente poderosos e, talvez, lançar luz no caminho das possíveis ações políticas que possam desatá-los.

Referências

ARAÚJO, Ernesto. *Sequestrar e perverter*, 2018. Disponível em: <<https://www.metapoliticabrasil.com/post/sequestrar-e-perverter>>. Acesso em: 06 Jan. 2020.

AZEVEDO, José Carlos de. O aquecimento da Terra. *O Estado de S. Paulo*, 07 Nov. 2007.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2015.

BERNARDIN, Pascal. *O império ecológico ou a subversão da ecologia pelo globalismo*. Campinas, SP: Vide Editorial. 2015.

BRAGANÇA, Bertrand de Orleans. *Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã*. São Paulo: Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 1876/99 – Código Florestal Brasileiro. Audiência Pública, 12 de novembro de 2009a.

_____. PL 1876/99 – Código Florestal Brasileiro. Audiência Pública, 1º de dezembro de 2009b.

CARVALHO, Olavo de. *ONU, Nova Ordem Mundial e a escravidão mundial*, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e2bBHef6u60>>. Acesso em: 06 Jan. 2019.

_____. *Aquecimento global para Olavo de Carvalho*. 2012 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t8FgrKnk2AA>>. Acesso em: 24 Abr. 2019.

_____. Ciência ou palhaçada? *Jornal Diário do Comércio*, 21 Maio 2007.

_____. *Do marxismo cultural*. 2002. Disponível em: <<http://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>>. Acesso em: 06 Jan. 2019.

DANOWSKI, Debora. O hiper-realismo das mudanças climáticas e as várias faces do negacionismo. *Sopro (Panfleto Político-Cultural)*, p. 2-11, 2012.

DELEUZE, Gilles. What is a dispositif? In: ARMSTRONG. T. J. (Ed.). *Michel Foucault philosopher*, p. 159-168. Hemel Hempstead, UK: Harvester Wheatsheaf, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *The birth of biopolitics*. New York: Palgrave Macmillan, 2008a.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

com/jornal-nacional/noticia/2020/09/16/ministerio-do-meio-ambiente-nao-gastou-nem-1percent-da-verba-para-preservacao-diz-levantamento. ghtml>. Acesso em: 18 Jun. 21.

_____. *Microfísica do poder*, 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

HOGGAN, James. *Climate cover-up. The crusade to deny global warming*. Vancouver, CA: Greystone Books, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *Atlas de cenários futuros para o Brasil* (versão 1.0). Cachoeira Paulista, SP: Inpe, 2007.

JASANOFF, Sheila.; SIMMET, Hilton. No funeral bells: Public reason in a “post-truth” age. *Social Studies of Science*, v. 47, n. 5, p.751-770, 2017.

JAKUBAZKO, Richard; MOLION, C. B. Luiz; OLIVEIRA, C. P. José. *CO₂ aquecimento e mudanças climáticas: estão nos enganando?* São Paulo: DBO Editores Associados, 2015.

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KALPOKAS, Ignas. *A political theory of post-truth*. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

LAHSEN, Myanna. Anatomy of dissent: a cultural analysis of climate skepticism. *American Behavioral Scientist*, v. 57, p. 732-753, 2013.

MIGUEL, Jean. Negacionismo climático no Brasil. *Coletiva*, Dossiê 27, Crise climática, 2020.

_____. Ciência, política e a reformulação do Código Florestal. *Política & Sociedade*, v. 13, p. 137-152, 2014.

MIGUEL, Jean.; MAHONY, Martin.; MONTEIRO, Marko. Infrastructural geopolitics of climate knowledge: the Brazilian Earth System Model and the North-South knowledge divide. *Sociologias*, v. 21, p. 44-75, 2019.

NOBRE, Carlos. Sobre um físico e a feliz ignorância. *Folha de S. Paulo*, 13 Dez. 2007.

ORESQUES, Naomi.; CONWAY, Erik. *Merchants of doubt*. New York: Bloomsberry Press, 2010.

REIS, José. Volta ao carvão pode alterar o clima. *Folha de S. Paulo*, 1978. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2020/09/aquecimento-global-apareceu-na-folha-pela-primeira-vez-em-1978.shtml>>. Acesso em: 09 Jun. 2021.

SANTOS, Renan. Entre o “cuidado da casa comum” e a “psicose ambientalista”: disputas em torno da ecoteologia católica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 20, p. 78-101, 2020.

SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudanças climáticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.



O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileirasⁱ

Recebido: 26.01.22
Aprovado: 08.02.22

Raoni Rajão (<https://orcid.org/0000-0002-1133-4837>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasilⁱⁱ.

Antonio Donato Nobre (<https://orcid.org/0000-0001-6840-6398>),
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), São José dos Campos, SP, Brasilⁱⁱⁱ.

Evandro L. T. P. Cunha (<https://orcid.org/0000-0002-5302-2946>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^{iv}.

Tiago Ribeiro Duarte (<https://orcid.org/0000-0002-1625-6866>),
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil^v.

Camilla Marcolino (<https://orcid.org/0000-0002-6973-4083>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^{vi}.

Britaldo Soares Filho (<https://orcid.org/>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil^{vii}.

Gerd Sparovekd (<https://orcid.org/0000-0001-8301-8529>),
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil^{viii}.

Ricardo R. Rodrigues (<https://orcid.org/0000-0003-4818-0736>),
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil^{ix}.

Carlos Valera (<https://orcid.org/0000-0001-5096-0550>),
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil^x.

Mercedes Bustamante (<https://orcid.org/0000-0003-1008-452X>),
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil^{xi}.

Carlos Nobre (<https://orcid.org/0000-0002-5808-8784>),
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), São José dos Campos, SP, Brasil^{xii}.

Letícia Santos de Lima (<https://orcid.org/0000-0002-0268-2055>),
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil;
Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha^{xiii}.

i. Versão traduzida do artigo “The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies”, publicado no periódico *Biological Conservation*, v. 266, em fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.109447>>. Tradução de Evandro L. T. P. Cunha e Letícia Santos de Lima.

ii. Raoni Rajão é professor associado da UFMG.

iii. Antonio Donato Nobre é professor no Programa de Doutorado em Ciência do Sistema Terrestre do Inpe.

iv. Evandro L. T. P. Cunha é professor da UFMG.

v. Tiago Ribeiro Duarte é professor adjunto do Departamento de Sociologia da UnB.

vi. Camilla Marcolino é pesquisadora do Centro de Inteligência Territorial (CIT).

vii. Britaldo Soares Filho é pesquisador associado ao Centro de Sensoriamento Remoto UFMG.

viii. Gerd Sparovekd é professor titular da USP.

ix. Ricardo R. Rodrigues é professor titular do Departamento de Ciências Biológicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da USP.

x. Carlos Valera é promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas (MPMG) e Colíder do Grupo Política de Uso do Solo (Polus).

xi. Mercedes Bustamante é professora titular, Departamento de Ecologia da UnB.

xii. Carlos Nobre é pesquisador-colaborador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

xiii. Letícia Santos de Lima é professora do Departamento de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos da UFMG.

Resumo: Falsas controvérsias têm influenciado a elaboração de políticas sobre questões ambientais e de saúde há décadas, resultando em grandes retrocessos na implementação dessas políticas em todo o mundo. Utilizando um estudo de caso, neste artigo são examinadas falsas controvérsias produzidas por um pequeno grupo de pesquisadores brasileiros que têm afetado seriamente a conservação ambiental, particularmente em questões relacionadas ao desmatamento e às mudanças climáticas. Com base na literatura, foi desenvolvida uma tipologia das estratégias empregadas em falsas controvérsias, que incluem a fabricação de incertezas, o uso indevido de credenciais científicas e a desconsideração da literatura científica. Posteriormente, foi examinada a influência desse grupo de negacionistas no Congresso Nacional. Analisam-se, então, as falsas controvérsias promovidas por esses negacionistas e argumenta-se que, para entendê-las adequadamente, é necessário considerar uma estratégia até agora negligenciada na literatura: a criação de “pseudofatos”, ou seja, afirmações em desacordo com a literatura científica já estabelecida, mas que são mascaradas para parecerem fatos científicos. Ao contrário de outros contextos, nos quais os negacionistas têm procurado principalmente lançar dúvidas sobre questões já consensuais, argumentando que ainda existem incertezas consideráveis em torno delas, no Brasil foram produzidos e publicados pseudofatos sobre o desmatamento fora do âmbito da literatura revisada por pares. Concluímos o estudo com recomendações sobre como se opor às falsas controvérsias científicas que ameaçam a conservação ambiental em geral.

Palavras-chave: Falsas controvérsias na ciência. Políticas ambientais no Brasil. Políticas públicas ambientais. Negação. Contrários. Código Florestal Brasileiro.

The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies

Abstract: Fake controversies have influenced policy making on health and environmental issues for decades, resulting in major implementation setbacks worldwide. As a case study, in this paper we examine fake controversies produced by a small group of active Brazilian researchers that have seriously impacted environmental conservation, particularly in issues related to deforestation and climate change. Based on the literature, we develop a typology of strategies deployed in fake controversies, which include manufacturing uncertainty, misusing scientific credentials, and disregarding scientific literature. Afterwards, we examine the influence of this group of contrarians at the National Congress. We then analyze the fake controversies promoted by these contrarians and argue that, to properly understand them, we need to consider a strategy so far overlooked in the literature: the manufacture of “pseudo-facts”, namely, affirmations at odds with the established literature but that strives to appear as scientific facts. Unlike other contexts, in which contrarians have mainly sought to cast doubt on consensual issues by arguing that there are still considerable uncertainties surrounding them, in Brazil pseudo-facts on deforestation have been produced and published outside the peer-reviewed literature. We conclude the study with recommendations on how to oppose fake scientific controversies that threaten environmental conservation in general.

Keywords: False controversies in science. Environmental policy-making in Brazil. Environmental public policy. Denialism. Contrarians. Brazilian Forest Code.

Introdução

As falsas controvérsias científicas consistem em dissensos fabricados propositalmente que procuram influenciar a opinião pública e os formuladores de políticas, a fim de evitar que políticas regulatórias sejam postas em prática (Ceccarelli, 2013). Em alguns casos, elas são criadas por cientistas credenciados, o que dá àqueles que estão fora da comunidade científica a impressão de que existem discordâncias legítimas na ciência, mesmo nos casos em que já se estabeleceu um consenso na literatura científica. Os cientistas que promovem falsas controvérsias são frequentemente chamados, intercambiavelmente, de céticos, negacionistas ou, no termo em inglês, *contrarians*. No entanto, esses termos têm conotações diferentes. O ceticismo, ou seja, uma atitude questionadora ou de dúvida em relação ao conhecimento, tem sido historicamente tanto um motor dos avanços científicos como uma salvaguarda contra falsas afirmações. Portanto, pode ser inadequado considerar os cientistas que propositalmente suscitam falsas controvérsias como “céticos”. Rotulá-los como “negacionistas”, no entanto, pode ser muito amplo, pois o termo se aplica também a outras questões não científicas, como a negação do Holocausto ou a incapacidade de dependentes alcoólicos de admitirem a própria condição (O’Neill & Boykoff, 2010). O termo *contrarian*, ademais, tem um significado menos ambíguo e tem sido usado para se referir àqueles que desafiam forte e sistematicamente a ciência dominante, alegando a existência de um falso consenso, muitas vezes com o apoio direto de setores com interesses econômicos em atrasar a ação política (O’Neill & Boykoff, 2010). Por essa razão, na versão original deste artigo (Rajão et al. 2022) optou-se por utilizar o termo *contrarian* para se referir ao estudo de caso apresentado aqui; entretanto, dada a inerente dificuldade de uma tradução literal para o português, decidiu-se por utilizar, nesta versão, o termo “negacionista” para referir-se aos criadores de falsas controvérsias.

Nas últimas duas décadas, foram publicados importantes trabalhos sobre o papel dos negacionistas na incitação de falsas controvérsias, mostrando seus impactos deletérios na saúde pública (Michaels, 2008; Michaels & Monforton, 2005; Weinel, 2007) e na conservação do meio ambiente (McCright & Dunlap, 2000; Jacques, Dunlap & Freeman, 2008; Dunlap & McCright, 2015; Lahsen, 2008; Oreskes & Conway, 2010). O caso mais conhecido é o dos negacionistas climáticos nos Estados Unidos, que afetaram seriamente a opinião pública e a formulação de políticas nesse país. Os Estados Unidos são um dos principais emissores mundiais de gases do efeito estufa para a atmosfera e, particularmente durante os governos republicanos, têm sido relutantes em implementar políticas de redução de emissões. Como resultado, os esforços globais para mitigar a mudança climática têm sido fortemente impactados. McCright e Dunlap (2000) forneceram uma explicação detalhada da

influência de falsas controvérsias impulsionadas por negacionistas alinhados com o movimento conservador na elaboração de políticas nos Estados Unidos. Segundo eles, nos anos que levaram à recusa do Congresso dos Estados Unidos em ratificar o Protocolo de Kyoto, um número considerável de declarações de negacionistas climáticos ocorreu nas audiências do Congresso dos Estados Unidos. Durante o mesmo período, os negacionistas do clima receberam tantas citações em artigos sobre mudanças climáticas publicados em jornais de grande circulação nos Estados Unidos quanto os principais cientistas da área. Isso resultou em uma percepção crescente, particularmente entre os congressistas republicanos, de que ainda havia controvérsias sobre a realidade da mudança climática. Alguns anos depois, o presidente republicano George W. Bush rejeitou o Protocolo de Kyoto, argumentando que ainda havia incertezas em torno da questão e que ele prejudicaria a economia dos Estados Unidos (Lahsen, 2008), enquanto Donald Trump decidiu abandonar o Acordo de Paris com base em “crenças pessoais, mentiras (fatos alternativos, em sua opinião) e teorias conspiratórias” (Pryck & Gemenne, 2017: 8, tradução nossa).

Neste artigo, são examinadas as falsas controvérsias que surgiram no Brasil nas últimas décadas e que também prejudicaram a conservação ambiental, particularmente nas questões de mudança climática e desmatamento (Diele-Viegas, Hipólito & Ferrante, 2021). Uma redução sem precedentes do desmatamento, em mais de 80%, ocorreu no país entre 2004 e 2012. No entanto, ao final desse período, se iniciou o enfraquecimento das políticas ambientais do Brasil, o que vem aumentando a taxa de destruição da Amazônia (Artaxo, 2019; Kehoe et al., 2019). Esse processo começou com a aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma versão revisada do Código Florestal Brasileiro – o conjunto de leis que regulam a conservação da natureza em terras privadas – em 2012 (Soares Filho & Rajão, 2018). Mais tarde, o governo de Michel Temer (MDB, 2016-2018) tentou reduzir o tamanho e/ou o nível de proteção das áreas protegidas na Amazônia, enviando um forte sinal político de incentivo ao desmatamento (Rochedo et al., 2018). Esse período desregulador, alimentado por uma forte polarização política, resultou em um aumento de 72% nas taxas anuais de desmatamento de 2012 a 2018 (Kehoe et al., 2019). Para piorar a situação, em outubro de 2018, Jair Bolsonaro (na época filiado ao PSL) foi eleito presidente com a promessa de “acabar com a ‘indústria’ das multas ambientais”, dando a entender que o desmatamento ilegal ficaria impune. Para cumprir a promessa de campanha, Ricardo Salles, o primeiro-ministro do Meio Ambiente da nova administração, extinguiu o secretariado de mudanças climáticas do ministério e reduziu substancialmente a aplicação da lei (Rajão et al., 2020). Como consequência, entre agosto de 2018 e julho de 2019, a Amazônia perdeu um milhão de hectares de florestas primárias, a maior quantidade até então registrada em mais de uma década, seguido por uma quantidade ainda maior (1,1 milhão de hectares) entre

agosto de 2019 e julho de 2020 (Inpe, 2021). Essas ações radicais representam uma grande ameaça não só ao próprio meio ambiente brasileiro, mas também aos esforços globais contra a mudança climática, levando o mundo ainda mais próximo da superação dos 2°C de aquecimento (Rochedo et al., 2018; Soares Filho et al., 2014).

O que é menos conhecido, no caso do Brasil, é que o ataque às políticas ambientais foi fomentado por um esforço sistemático e velado de um pequeno grupo de negacionistas para desinformar os tomadores de decisão e a sociedade. A fim de ilustrar essa questão no Brasil, este estudo fornece um olhar atento sobre o discurso e as ações de parte da equipe de pesquisa da Embrapa Territorial (doravante ET), um braço da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), empresa pública de pesquisa e desenvolvimento agrícola. Esse grupo específico exerce influência política significativa e produz conteúdos sistematicamente utilizados pela bancada ruralista e pelo governo Bolsonaro para afastar as preocupações com o desmatamento no Brasil. Este artigo argumenta, particularmente, que esse grupo tem produzido “falsas controvérsias” que contribuem para o desmantelamento das políticas de conservação ambiental no Brasil na última década. O coordenador desse grupo de pesquisa, Dr. Evaristo de Miranda, fez parte da equipe de transição do governo Bolsonaro e propôs reduzir drasticamente as ações de aplicação da lei, entre outras reformas que apontam para o enfraquecimento das políticas de redução do desmatamento anteriormente bem-sucedidas, como noticiado pela mídia brasileira (Walendorff, 2018; Esteves, 2021). Diferentes reportagens, artigos de jornais, apresentações e vídeos produzidos pela ET argumentam que a conservação das vastas extensões de vegetação nativa do Brasil dificulta o desenvolvimento agrícola do país, sugerindo que as áreas protegidas devem ser revisadas e que a pressão internacional sobre o rápido desmatamento da Amazônia é inapropriada. As reivindicações da ET estão sendo amplamente divulgadas pelo *lobby* latifundiário e pelo atual governo em diferentes instâncias, como reuniões internacionais de alto nível do Ministério das Relações Exteriores ou discursos presidenciais na ONU. Como consequência, Miranda e seu grupo já foram expostos por jornalistas e pesquisadores (BBC, 2019a; Esteves, 2021). Por exemplo, Vacchiano e equipe (2018: 119), baseando-se em uma análise crítica das afirmações de Miranda, concluíram que ele e seu grupo frequentemente “produzem o que poderia ser chamado de ‘estatísticas criativas’: esses dados são enviesados por uma narrativa ideológica que distorce a realidade ambiental brasileira” (tradução nossa). A ET não é o único grupo que desinforma o público sobre as questões ambientais. Outros grupos têm sido ativos em negar a mudança climática (muitas vezes em aliança com grupos de extrema-direita nos Estados Unidos), descartando os efeitos negativos de pesticidas para a saúde humana, bem como atuando em outras questões de saúde, como na pandemia de Covid-19 (Miguel, 2020; Franco & Pelaez, 2016; Galhardi et al.,

2020). No entanto, no contexto ambiental brasileiro, a ET tem sido o grupo mais influente há muito tempo e, como tal, é um caso claro que representa um problema mais amplo.

Neste artigo, são analisadas a presença e a influência desse grupo de pesquisadores e de seu coordenador nos poderes Executivo e Legislativo do Brasil. Investiga-se até que ponto as falsas controvérsias científicas promovidas por eles são capazes de atingir os mais altos níveis do governo brasileiro, possivelmente influenciando as políticas públicas para a agricultura e o meio ambiente. Também são analisadas como as afirmações realizadas por esses negacionistas influenciaram posturas importantes dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e das Relações Exteriores, bem como do presidente Bolsonaro. Com base em uma revisão da literatura relevante e no estudo de caso da ET, aplica-se uma tipologia de práticas e estratégias para promover falsas controvérsias científicas, que é empregada para identificar aquelas que foram utilizadas para influenciar a elaboração de políticas ambientais no Brasil.

O artigo está organizado da seguinte forma: a próxima seção fornece uma visão geral dos estudos anteriores sobre falsas controvérsias científicas; a terceira seção descreve a influência do Dr. Miranda e de sua equipe da ET nos debates de política ambiental no governo brasileiro; a quarta seção discute as estratégias identificadas no estudo de caso para incitar falsas controvérsias científicas no Brasil, traçando alguns paralelos com casos similares em outros países. O artigo conclui com a apresentação de algumas observações sobre os desafios relacionados às falsas controvérsias científicas e de mecanismos de combate ao desmantelamento das políticas ambientais no Brasil e no mundo.

Falsas controvérsias científicas: definição e táticas

Há um número cada vez maior de trabalhos que procuram identificar critérios para diferenciar controvérsias científicas genuínas de falsas controvérsias disseminadas por negacionistas para influenciar os processos de elaboração de políticas. Embora discordâncias entre pesquisadores sejam parte da ciência, há casos em que as controvérsias são deliberadamente elaboradas para gerar uma percepção pública e política de que não há consenso sobre determinadas questões científicas ou de que há visões alternativas sobre o tema, de modo a atrasar ou a impedir a implementação de políticas específicas (Michaels, 2008; Ceccarelli, 2011; Weinel, 2019). Essas falsas controvérsias tendem a surgir em campos científicos que têm uma forte influência na formulação de políticas, ou seja, em campos da ciência regulatória

(Jasanoff, 1990), particularmente nas ciências ambientais, climáticas e de saúde pública. Diversos estudos têm se debruçado, por exemplo, na ação das indústrias de tabaco para negar que o fumo ou o fumo passivo não é saudável, nas alegações de que a azidotimidina (AZT) é uma substância altamente tóxica, e nos esforços para lançar dúvidas sobre a seriedade de pesquisas ou mesmo para questionar a existência de fenômenos como a chuva ácida, a diminuição da camada de ozônio e a mudança climática, entre outros (Oreskes & Conway, 2010; Michaels, 2008; Michaels & Monforton, 2005; Weinel, 2007; Lahsen, 2008). Esses estudos trouxeram à tona algumas das regras que sustentam a atividade científica e que são fortemente violadas em contextos de falsas controvérsias. Três táticas se destacam como sendo amplamente empregadas por negacionistas: a produção de incertezas, o uso indevido de credenciais científicas e o desprezo à literatura científica.

Fabricação de incertezas: a fabricação de incertezas consiste em, deliberadamente, lançar dúvidas sobre consensos científicos com o objetivo de atrasar, impedir ou distorcer a implementação de políticas públicas. Estudos históricos mostram que, em alguns casos, setores industriais realizaram campanhas para questionar consensos científicos que poderiam ter efeitos econômicos prejudiciais em seus negócios (Michaels, 2008; Oreskes & Conway, 2010). Como Michaels (2008: 9) assinalou, ao examinar a fabricação de incertezas pela indústria do tabaco, “a indústria entendeu que o público não é capaz de distinguir a ciência boa da ruim. [A tática foi, por conseguinte,] criar dúvida, incerteza e confusão” (tradução nossa). Campanhas públicas foram então realizadas para desacreditar as evidências científicas legítimas, rotulá-las como “ciência de lixo” (*junk science*) e exigir mais pesquisas para provar que o tabaco era realmente prejudicial à saúde humana. Histórias semelhantes podem ser encontradas em falsas controvérsias produzidas sobre questões ambientais (Oreskes & Conway, 2010).

Uso indevido de credenciais científicas: o uso indevido de credenciais científicas ocorre quando negacionistas fazem uso da autoridade epistêmica adquirida por meio de diplomas acadêmicos ou do trabalho em instituições de pesquisa de prestígio para promover controvérsias em campos nos quais não são especialistas. Ao longo do século XX, a ciência tem se tornado cada vez mais especializada, de modo que o domínio do conhecimento técnico para contribuir de forma significativa em um campo exige tempo e esforço (Collins & Evans, 2007; Collins, 2011; Duarte, 2017). Como resultado, as contribuições dos cientistas ao conhecimento tendem a ser direcionadas a especialidades muito restritas. Fornecer assessoria política fora dessas especialidades restritas pode, portanto, ser considerado um uso indevido de credenciais científicas, uma vez que a autoridade científica é empregada para falar sobre questões que o cientista não domina. Uma medida para saber se um cien-

tista está usando (indevidamente) suas credenciais em uma controvérsia pública é verificar se ele ou ela conduziu pesquisas originais e publicou artigos na literatura revisada por pares (cientistas da mesma área de conhecimento) sobre o tópico em questão. Um exemplo emblemático de falsas controvérsias promovidas por meio do uso indevido de credenciais científicas é o de um grupo de importantes físicos norte-americanos aposentados que produziram informações errôneas sobre questões como fumo, chuva ácida, diminuição da camada de ozônio e mudanças climáticas (Oreskes & Conway, 2010). Esses cientistas adquiriram prestígio trabalhando em projetos da Guerra Fria e tinham pontos de vista a favor do livre mercado e contra as regulamentações muito firmes. Eles se opuseram a todas as agendas ambientais e de saúde nas políticas públicas (Oreskes & Conway, 2010; Lahsen, 2008). Embora não tivessem experiência em questões ambientais ou de saúde pública, nem pesquisa original ou publicações revisadas por pares sobre esses temas, seus argumentos eram frequentemente levados a sério pela mídia e pelos políticos devido a suas credenciais científicas em outros campos do conhecimento.

Desprezo à literatura científica: sempre que houver uma controvérsia científica genuína, deve-se esperar encontrar um número significativo de artigos publicados em revistas acadêmicas revisadas por pares que abordem a questão controversa, com publicações que defendem um lado ou outro do argumento. Uma vez que as controvérsias sejam resolvidas, no entanto, os periódicos mais respeitados tornam-se menos receptivos a artigos que ainda defendam argumentos superados por evidências acumuladas – ou seja, os editores, os pareceristas e os revisores normalmente não consideram artigos que busquem manter vivas controvérsias já amplamente consideradas resolvidas (Collins & Evans, 2017: 87-88). Os cientistas, então, voltam suas atenções para melhorar a teoria aceita em vez de gastar mais tempo tentando refutar novos argumentos e procurando reavivar a controvérsia. Uma tática-chave empregada por “fabuladores de falsas controvérsias” para influenciar o debate público e impedir a implementação de políticas públicas consiste em abordar atores fora do meio acadêmico em vez de se envolver com colegas cientistas que fazem parte do conjunto central de uma controvérsia (Collins, 1992). Como Weinel (2019) salientou, não é raro que aqueles que tenham “perdido” uma controvérsia, ou aqueles que as fabriquem a partir do zero, se dirijam a públicos fora do âmbito da ciência, em uma tentativa de gerar entre os formuladores de políticas e o público a impressão de que a controvérsia ainda está ativa. Eles podem fazer isso por meio de publicações ou aparições na mídia (por exemplo, em editoriais de jornais, cartas, entrevistas etc.) ou na Internet (por exemplo, em sites, blogs e redes sociais), por meio da publicação de panfletos ou, ainda, por meio da publicação de artigos supostamente acadêmicos em revistas científicas de pouca relevância ou predatórias (isto é, revistas que aparentam ser revistas científicas convencionais ou espe-

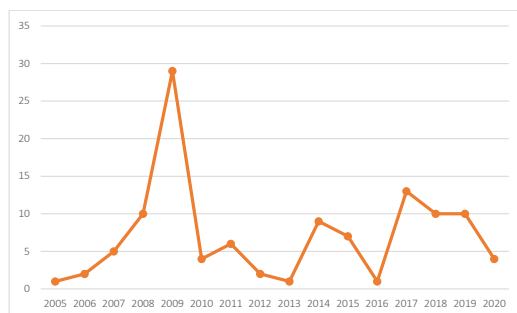
cializadas, mas que publicam material que não passaria por uma revisão científica entre pares se submetido a uma análise séria). Uma estratégia similar para promover falsas controvérsias é publicar livros através de editoras comerciais ou de *think tanks* que não submetem os textos a um processo de revisão por pares qualificado. Exemplos disso podem ser encontrados em falsas controvérsias relacionadas à mudança climática. Oreskes (2004) realizou uma pesquisa sobre a literatura revisada por pares no tema das mudanças climáticas e não encontrou um único artigo que argumentasse contra a tese da mudança climática antropogênica, o que indica que a literatura científica revisada por pares já estava fechada para os negacionistas da mudança climática. No entanto, nos Estados Unidos, esses negacionistas ainda encontram formas de divulgar suas ideias publicando livros e outros materiais por meio de *think tanks* do livre mercado (McCright & Dunlap, 2000; Jacques, Dunlap & Freeman, 2008; Dunlap & McCright, 2015). Essas publicações podem ser complexas para leigos e formuladores de políticas, pois, às vezes, utilizam jargões técnicos e têm um estilo semelhante ao da ciência convencional (Collins, 2014; Collins, Bartlett & Reye-Galindo, 2017). No entanto, elas não apresentam as características-chave das publicações acadêmicas, pois nem se dirigem à comunidade científica por meio de um processo de revisão por pares nem se envolvem em um diálogo sistemático com a literatura científica, citando artigos revisados por pares.

Acesso ao poder por parte dos negacionistas

O Congresso Nacional brasileiro é bicameral, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Cada casa administra seu próprio *website* (respectivamente <<https://www12.senado.leg.br>> e <<https://www.camara.leg.br>>), onde documentos legislativos são disponibilizados publicamente. Neste estudo de caso, para avaliar a influência de Miranda e seu grupo nos debates sobre política ambiental, foram utilizados os mecanismos de busca disponíveis em cada um desses sites para consultar por “evaristo eduardo de miranda” (seu nome completo) e “evaristo de miranda” (seu nome de publicação). Considerando que ele não é um político, o número de resultados é notável: em junho de 2021, seu nome apareceu em 135 resultados em ambos os sites. Após análise cuidadosa para excluir duplicatas e erros, esse número caiu para 119 documentos distribuídos entre a Câmara dos Deputados (64 registros) e o Senado Federal (55 registros).

Na Figura 1, observa-se o número de menções por ano ao Dr. Miranda, considerando apenas o período de 2005 a 2020 (113 registros). O maior número de aparições foi em 2009 (29 menções), ano em que as discussões em torno do enfraquecimento do Código Florestal no Brasil ganharam força. Observa-se, também, um aumento recen-

FIGURA 1
NÚMERO DE MENÇÕES AO NOME DO
DR. MIRANDA POR ANO, DE 2005 A 2020,
NOS WEBSITES DO CONGRESSO NACIONAL



te em 2017 (13 menções) e 2018 (10 menções), anos marcados por fortes ataques às políticas ambientais por parte dos principais aliados do presidente Temer, particularmente questionando o tamanho e a legitimidade de áreas protegidas e terras indígenas (Rochedo et al., 2018).

Em seguida, foi avaliado o conteúdo dos documentos obtidos a partir da consulta on-line. Entre 1997 e 2020, foram encontradas nove ocorrências

de sua participação direta em eventos do Congresso. Analisou-se o conteúdo dos 119 documentos legislativos referentes a debates e comunicações no Congresso que foram transcritos oficialmente e disponibilizados publicamente. A análise visou investigar onde e em que contextos o nome do pesquisador aparece, quem o menciona, bem como a posição tomada pelo interlocutor que menciona seu nome e seu trabalho. Procurou-se entender quem são os que apoiam (ou recebem apoio de) seu trabalho no Congresso, e por que e como o fazem. Além disso, procuraram-se evidências de parcerias ou redes entre aqueles que o apoiam ou discordam de seu trabalho.

Ao avaliar esses conteúdos, foram codificados apenas os trechos de texto que mencionaram o nome do Dr. Evaristo de Miranda, classificando-os nas seguintes categorias: (1) *acordo*: declarações que expressam aprovação, aceitação ou elogio; (2) *desacordo*: declarações que expressam recusa, rejeição, disputa, objeção, crítica; (3) *indagação*: declarações que levantam dúvidas, perguntas ou pontos críticos, que interrogam ou buscam verificação; (4) *solicitação*: expressões de solicitação de informações/estudos adicionais, convites para apresentações e reuniões; (5) *neutro*: notícias, registros oficiais de presença no Congresso, declarações oficiais, declarações sem conteúdo normativo/de suporte/de rejeição. Foram, também, codificados os trechos em função de seu principal tópico de conteúdo.

Após examinar esses excertos, concluiu-se que as notícias do Congresso deveriam ser removidas da análise, pois são apenas reproduções de eventos anteriores pelo pessoal responsável pela imprensa/comunicação oficial. Após a exclusão desses artigos de notícias (19 da Câmara dos Deputados, 22 do Senado), a lista de documentos foi reduzida para 78. Nesses documentos, todas as seções nas quais o Dr. Miranda é mencionado foram analisadas, e as entradas curtas nas quais o inter-

locutor estava apenas o convidando para sentar-se e para iniciar ou terminar um discurso foram descartadas. Excertos que eram cópias de discursos previamente registrados também foram removidos. No total, foram analisados 136 excertos desses documentos, 107 dos quais eram sobre falas de membros do Congresso e os 29 restantes de uma variedade de representantes de organizações, incluindo agências governamentais, organizações não governamentais, consultores etc.

Foram contabilizados 84 declarações em acordo, 17 em desacordo, quatro de indagação, 22 de solicitação e nove neutras. A maioria das declarações em acordo veio da bancada ruralista, um grupo legislativo que representa principalmente os interesses dos grandes proprietários rurais que poderiam se beneficiar do enfraquecimento do Código Florestal. Em termos de tópicos do discurso, descobriu-se que, dos 136 trechos de texto, a maioria estava relacionada às discussões em torno do “Código Florestal” (n = 77; 56,6%); debates gerais sobre “agricultura” foram realizados em 38 ocorrências (27,9%); “áreas protegidas” foi o tópico principal em sete ocorrências (5,1%); “Amazônia” foi o tema discutido em cinco excertos (3,7%); e o restante estava relacionado a uma variedade de outros tópicos.

Evidências da influência da ET e do Dr. Miranda no Poder Executivo podem ser encontradas em diferentes governos. Ao longo de sua carreira, Miranda tem fomentado laços estreitos diretamente com presidentes eleitos, frequentemente atuando como assessor em assuntos agrícolas e ambientais, tanto em governos de direita como de esquerda. Ele recebeu reconhecimentos da Ordem do Mérito Militar em vários momentos: 1998 (sob o governo de Fernando Henrique Cardoso), 2012 (sob o governo de Dilma Rousseff) e 2019 (sob o governo de Bolsonaro), (Exército Brasileiro) 2021. O Dr. Miranda também foi convidado pelo presidente de direita Jair Bolsonaro (na época filiado ao PSL) para liderar a equipe de transição em assuntos ambientais e definir as diretrizes políticas para o Ministério do Meio Ambiente (Esteves, 2021). As alegações feitas pelo Dr. Miranda podem ser encontradas em discursos importantes do presidente Bolsonaro, incluindo a declaração realizada na abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2019. Nessa ocasião, Bolsonaro seguiu as ideias do Dr. Miranda em afirmações como “Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente”. Ele também fez argumentações similares àquelas disseminadas pelo Dr. Miranda: “[...] o Brasil usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos; 61% do nosso território é preservado!” (Nações Unidas, 2019). Um mês antes, quando informações sobre grandes incêndios florestais na Amazônia se espalharam pela mídia internacional, um telegrama do Secretário de Assuntos Internacionais do Brasil foi enviado a todos os diplomatas no exterior com diretrizes sobre os argumentos que eles deveriam utilizar para

desbaratar as críticas relativas às políticas ambientais. A linha de argumentos também seguiu as ideias do Dr. Miranda (BBC, 2019b). Novamente em agosto de 2021, o artigo de opinião de Miranda afirmando que não houve incêndios florestais em julho na Amazônia (apenas queimadas agrícolas controladas) foi distribuído pela Embaixada do Brasil em Washington, contradizendo o consenso científico sobre o uso generalizado do fogo no desmatamento e os próprios sistemas oficiais de monitoramento do Brasil (Inpe, 2021; Lima et al., 2012; Aguiar et al., 2020).

Promoção de falsas controvérsias científicas

Com a fixação de proximidade entre o Dr. Miranda e seu grupo da ET e os principais tomadores de decisão nos poderes Legislativo e Executivo, é importante agora examinar com mais detalhes como o seu *modus operandi* afeta as políticas específicas de conservação ambiental. Foi identificada a adoção de duas das estratégias já descritas na literatura, a saber, o uso indevido de credenciais científicas e a desconsideração da literatura científica. Além disso, foi possível constatar que o Dr. Miranda esteve empenhado não apenas em fabricar incertezas em relação à ciência consensual, mas também em produzir pseudofatos, ou seja, afirmações com a aparência de fatos científicos, mas que estão em desacordo com o consenso estabelecido.

Fabricação de incertezas e a produção de pseudofatos

Como mencionado anteriormente, uma das principais táticas adotadas pelos negacionistas do clima e outros grupos que tentam promover falsas controvérsias científicas é fabricar incertezas. De uma maneira ligeiramente diferente, o que se observou neste estudo de caso foi a influência no debate público, principalmente por meio da promoção de versões alternativas dos fatos e números, apesar da esmagadora evidência na direção oposta. Essa tática foi particularmente visível durante a discussão que levou à aprovação da versão revisada do Código Florestal Brasileiro, em 2012, enfraquecendo a proteção ambiental de diferentes maneiras. O Código Florestal (CF), aprovado originalmente em 1965, estabeleceu que toda propriedade privada deveria conservar entre 20 e 80% de sua vegetação nativa como reserva legal, bem como manter uma faixa de proteção de entre 30 e 500m de matas ciliares como Áreas de Preservação Permanente (APPs). Historicamente, a aplicação rigorosa do CF era muitas vezes imperfeita e ineficaz, resultando em um desmatamento desenfreado na Amazônia e em outros biomas importantes. Entretanto, desde 2004, o governo federal começou a implementar políticas coordenadas para combater crimes ambientais, ajudado por um sistema de monitoramento de cober-

tura de terra muito eficaz desenvolvido no Inpe (Rochedo et al., 2018). Para se opor ao fortalecimento na aplicação da lei, a bancada ruralista no Congresso aumentou a pressão para relaxar o CF. Contudo, para ser bem-sucedida, a bancada ruralista precisaria mobilizar um grande número de votos de diferentes partidos políticos com base no argumento de que a legislação atual, se totalmente implementada, prejudicaria a produção agrícola do Brasil, reduzindo substancialmente sua área. No entanto, a literatura publicada sobre o potencial da agricultura brasileira nos anos 1990 e início dos anos 2000 apontava na direção oposta, enfatizando as possibilidades de aumento da produtividade por meio da intensificação da pecuária, da agricultura de plantio direto e da grande extensão de pastagens de baixa produtividade que poderiam ser intensificadas ou convertidas em cultivos. Além disso, juntamente com a drástica redução das taxas de desmatamento na Amazônia, houve um aumento da produção agrícola em 78% entre 2006 e 2010, mostrando muito claramente que as restrições ambientais não estavam dificultando o agronegócio brasileiro (Macedo et al., 2012).

A desinformação apresentada por Miranda e colaboradores desempenhou um papel central no enfraquecimento do CF, criando uma falsa controvérsia a respeito dos potenciais limites para o crescimento da agricultura brasileira sob a legislação de então. Em audiências públicas realizadas no Congresso, Miranda foi convidado por membros da bancada ruralista a apresentar um estudo que, segundo ele, teria demonstrado que a plena aplicação do Código Florestal não só impediria o crescimento futuro, mas também tornaria ilegal uma parte substancial da produção da época. Para apoiar essa afirmação, Miranda e colaboradores (2008a) calcularam a área total em propriedades privadas, considerando toda a extensão do país e excluindo as áreas protegidas (ou seja, terras indígenas e unidades de conservação). Em seguida, aplicaram as regras do CF relacionadas às Áreas de Preservação Permanentes (APPs, incluindo as zonas ripárias e aquelas associadas ao relevo) e às reservas legais (RLs). Com base nisso, Miranda e equipe alegaram que a implementação integral do CF original restringiria o uso agrícola a apenas 29% da área territorial do país, considerando um cenário com uma interpretação mais flexível da legislação (Miranda et al., 2008a). No cenário com uma interpretação mais rigorosa do CF, no qual as matas ciliares deveriam ser contabilizadas separadamente das reservas legais, a área disponível para agricultura nos biomas Amazônia e Pantanal seria negativa, implicando que toda a agricultura e pecuária precisaria ser removida. Como consequência, Miranda sugere que a aplicação do Código Florestal original era uma ameaça à agricultura brasileira (Miranda et al., 2008b, Miranda, 2010).

A apresentação desse estudo nas audiências do Congresso Nacional provocou uma forte reação da comunidade científica no Brasil. A Sociedade Brasileira para o Pro-

gresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) publicaram uma carta aberta reforçando a necessidade de conduzir uma discussão baseada na ciência para a revisão do Código Florestal (ABC, 2010). Posteriormente, as instituições científicas também publicaram uma revisão conjunta que mostrou a existência de um consenso sobre a importância de manter as regras do CF (SBPC e ABC, 2012). Posteriormente, outros estudos revisados por pares também calcularam a área total disponível para produção agrícola e encontraram números muito diferentes dos apresentados por Miranda et al. (2008a; 2008b). Em contraste com os estudos de “valores negativos” no Pantanal e na Amazônia, Miranda e equipe (2008b), Soares Filho e colaboradores (2014) e Sparovek e equipe (2011) identificam nesses dois biomas 96 e 120 milhões de hectares de terras disponíveis para a produção agrícola, respectivamente.

Miranda e colaboradores não publicaram suas descobertas e métodos em um periódico revisado por pares e as únicas diretrizes sobre seu estudo podem ser encontradas em uma página atualmente indisponível hospedada no site da ET (Miranda et al., 2008b), em um capítulo de livro impresso (Miranda, 2010) e em uma breve discussão em um artigo publicado na *Agroanalysis*, revista de gestão não indexada e não revisada por pares (Miranda et al., 2008a). No entanto, uma comparação entre os resultados de Miranda e equipe e a literatura publicada e revisada por pares sugere que a principal fonte de discrepância está na forma como eles modelaram as APPs em torno de córregos e rios. Em seu site, Miranda e colaboradores reconhecem que o CF exige a proteção de faixas de amortecimento que variam de 30 a 500m, a depender da largura do rio (Miranda et al., 2008b). A extensão de proteção máxima de 500m só poderia ser aplicada em rios com largura superior a 600m, que não representam mais que 0,21% da extensão da rede fluvial brasileira, enquanto as outras faixas prescritas de 30m, 50m, 100m e 200m representam, respectivamente, 86%, 10%, 3% e 0,44% da rede fluvial (Nobre et al., comunicação pessoal). No entanto, a única maneira de reproduzir os números de Miranda e colaboradores (2008a) foi impor uma faixa de proteção de 500 metros em todos os rios, utilizando o conjunto de dados da rede fluvial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), independentemente de sua largura. Como resultado, os números são muito diferentes daqueles apresentados em artigos revisados por pares que também utilizaram os dados do IBGE. Por exemplo, Soares Filho e equipe (2014) mostram que, levando em conta as APPs (ripárias e associadas ao relevo) e as RLs, o CF original protegia uma área de cerca de 240 milhões de hectares. Outro estudo de 2018 indica uma área legalmente protegida de aproximadamente 191 milhões de hectares (Freitas et al., 2018). Segundo as contas de Miranda, essa área seria de cerca de 402 milhões de hectares, um valor entre 67% e 110% superior aos números verificados, validados e publicados em periódicos científicos.

Ao confirmar essas descobertas e indo um passo além, Nobre e equipe (comunicação pessoal) verificaram a alegação do círculo do Dr. Miranda de que não poderia haver uma análise correta das APPs ripárias porque faltariam bons mapas da hidrografia brasileira. De fato, a rede fluvial do IBGE é uma base de dados que tende a ignorar a maioria dos riachos de pequena ordem e não é adequada para estimar a largura dos riachos. No entanto, Miranda e colaboradores fizeram uma análise tendenciosa usando dados do IBGE, omitindo informações importantes sobre suas suposições e seus métodos. Ao aplicar o estado da arte em métodos geoespaciais, Nobre e colaboradores produziram uma hidrografia digital de alta resolução para grandes áreas do Brasil, usando métodos bem estabelecidos para extração de redes fluviais (O'Callaghan & Mark, 1984; Tarboton, 1997), empregando os mesmos dados do modelo de elevação digital (SRTM) que Miranda descartou para computar a hidrografia, mas usou para computar áreas de proteção no topo de colinas. No mesmo estudo, Nobre e equipe emularam o método inferido de Miranda (2008b) para calcular as APPs, confirmando que Miranda e colaboradores obteriam seus resultados atribuindo uma faixa de proteção de 500m ao redor de todos os rios da hidrografia do IBGE, indistintamente de suas larguras. Ao comparar as faixas de proteção reais ao redor da hidrografia digital, seguindo as múltiplas faixas estabelecidas pelas regras do CF de 1965, Nobre e colaboradores descobriram que os números de Miranda e colaboradores superestimaram as APPs ripárias em 309%.

Infelizmente, esses números questionáveis foram fundamentais para promover os interesses da bancada ruralista e decisivos para afrouxar a lei, já que forneceram o argumento técnico conveniente necessário para justificar as mudanças, oferecendo e justificando uma anistia de 58% do desmatamento ilegal ocorrido antes de 2008 e permitindo o congelamento da exigência de restauração das áreas remanescentes (Soares Filho et al., 2014). Apesar de uma mobilização sem precedentes da sociedade brasileira, em 2012 o Congresso Nacional aprovou grandes mudanças no CF. O texto do Deputado Paulo Piau (MDB/MG) foi aprovado na Câmara dos Deputados com uma vantagem de 90 votos (no total de 461), enquanto no Senado a diferença foi ainda mais expressiva, com 59 votos a favor e apenas sete contra, unindo os partidos de direita e esquerda. A anistia aprovada ao desmatamento ilegal anterior sinalizou que benefício semelhante poderia ser dado mais à frente. Como consequência, a aprovação do novo CF marcou uma inversão da tendência decrescente do desmatamento. Ao sinalizar que o desmatamento ilegal anterior pode ser perdoado no futuro, a taxa de desmatamento na Amazônia, em sua maioria feito ilegalmente, mais do que dobrou entre 2012 e 2019. Dessa forma, está se tornando cada vez mais improvável que o Brasil possa cumprir sua contribuição determinada nacionalmente para o Acordo de Paris (Rochedo et al., 2018).

Mais recentemente, como as taxas de desmatamento na Amazônia subiram substancialmente sob o governo Bolsonaro, o governo brasileiro passou a ser analisado por seus parceiros comerciais. Além disso, a bancada ruralista tem se esforçado para aprovar projetos de lei que facilitem a apropriação de terras e reduzam as áreas protegidas em favor de grandes projetos de infraestrutura. Mais uma vez, o Dr. Miranda se opôs ao consenso científico sobre o assunto, afirmando em um vídeo popular no YouTube que o Brasil é o país que mais preserva suas florestas e que suas práticas agrícolas são as mais sustentáveis do mundo. O vídeo também sugeriu, como antes, que áreas protegidas desnecessárias estão bloqueando a expansão da produção agrícola (Miranda et al., 2018; Trigueiro, 2019). É desnecessário dizer que está bem estabelecido na literatura científica que a expansão das plantações e do gado são um dos principais motores do desmatamento. Além disso, embora o Brasil ainda tenha um alto percentual de cobertura florestal, isso se deu como consequência do isolamento da região amazônica até os anos 1970, não graças a práticas agrícolas conservacionistas (Dean, 1997; Fearnside, 2005; Margulis, 2004; Vacchiano et al., 2018). No entanto, as reivindicações de Miranda continuam sendo altamente influentes nos círculos políticos e são frequentemente citadas em discursos oficiais pelo presidente, por ministros e outros líderes do setor agrícola. Seus impactos também podem ser vistos no fato de que desde que Bolsonaro tomou posse, nenhuma nova área protegida foi criada no Brasil, apesar das muitas lacunas de conservação da biodiversidade em diferentes biomas (Oliveira et al., 2017). Ao mesmo tempo, o governo de Rondônia, no sudoeste da Amazônia, aliado próximo de Bolsonaro, reduziu agressivamente suas áreas protegidas em mais de 300 mil hectares (Menegassi, 2021), enquanto a Câmara dos Deputados aprovou uma nova legislação que retira a obrigação de licenças ambientais para grandes projetos de infraestrutura, como a pavimentação de estradas e a construção de linhas de energia que cruzam as áreas protegidas. A proposta ainda precisa ser aprovada no Senado (Câmara dos Deputados, 2021; Instituto Socioambiental, 2021).

Uso indevido de credenciais científicas

Uma das principais estratégias empregadas nos debates sobre uso da terra e conservação pelos congressistas da bancada ruralista para promover falsas controvérsias é enfatizar as eminentes credenciais científicas dos pesquisadores que apoiam sua agenda em comparação com outras vozes da comunidade científica brasileira. A bancada ruralista, ao realizar *lobby* para o enfraquecimento das políticas ambientais, tem frequentemente enquadrado o debate como uma luta entre “ideologia” e “ciência”. Para este fim, é crucial descartar as reivindicações pró-ambientais como se fossem manchadas pela ideologia e pelo dinheiro de organizações internacionais,

muitas vezes retratadas como manifestação de interesses internacionais contra os interesses nacionais. Esta declaração do senador Ivo Cassol (PP/RO) é um exemplo:

Por isso, muitas vezes eu bato doído nesses ambientalistas de araque, esses ambientalistas movidos a euro, esses ambientalistas movidos a dólar, ou esses ambientalistas movidos a real às custas de dinheiro público que vai para essas ONGs de fachada, só para sustentar esses ambientalistas [...]” (Senado Federal, 2018: 925).

Ao mesmo tempo, o trabalho de Miranda e colaboradores é apresentado como um exemplo de realização científica rigorosa e mundialmente reconhecida. Com esse objetivo, os membros da bancada ruralista também muitas vezes reforçam artificialmente o currículo científico de Miranda para sustentar a validade de suas alegações, como nesta declaração de Paulo Feijó (PR/RJ) durante a concessão de um prêmio pela Câmara dos Deputados:

O extenso currículo do Dr. Evaristo, repleto de contribuições para o desenvolvimento sustentável da agricultura no Brasil [... com-prova] o acerto da escolha dos nossos homenageados (Câmara dos Deputados, 2014a).

Dado esse histórico, Miranda é apresentado por alguns membros do Congresso Nacional, a exemplo do deputado Lael Varella (DEM/MG), como um “agrônomo e ecólogo de fama mundial” (Câmara dos Deputados, 2013).

No entanto, uma análise do currículo do Dr. Miranda em termos de publicações de alto impacto contradiz essa avaliação. Os cientistas brasileiros devem manter um currículo atualizado em um repositório público (a Plataforma Lattes), mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Plataforma Lattes permite a inclusão de uma grande variedade de produções intelectuais, desde artigos em jornais e revistas até artigos científicos. Em 1º de fevereiro de 2021, o Dr. Evaristo de Miranda tinha em seu Currículo Lattes 83 artigos na seção “Artigos completos publicados em periódicos”. Uma análise minuciosa revelou que 66 documentos listados nessa seção eram, na verdade, ensaios publicados em revistas de notícias focadas em política ou setores econômicos específicos, como agrogêncio e indústria, ou eram capítulos de livros. Para as revistas que ainda estão em circulação, a equipe editorial foi contatada por telefone e/ou e-mail para verificar o processo de revisão. Todos aqueles que puderam ser contatados responderam que o editor escolhe o que publicar ou não, o que significa que não há processo de revisão pelos pares. Três itens adicionais da lista, embora publicados em revistas científicas nacionais, eram apenas reproduções de capítulos de livros ou ensaios de opinião. Portanto, apenas 17 documentos foram realmente publicados em revistas científicas.

cas e exigiram revisão pelos pares. Dentre esses, apenas oito foram publicados em revistas indexadas na *Web of Science* e dois foram publicados em revistas nacionais indexadas pela *SciELO*, uma base de artigos brasileira. Foram contadas as citações no *Google Scholar* e, entre esses 17 artigos, 14 receberam citações. Ao considerar apenas os dez artigos indexados por bases conhecidas, cujo fator de impacto do periódico pode ser verificado, o Dr. Evaristo de Miranda produziu, em média, apenas um artigo científico a cada 3,8 anos desde 1982 (considerando sua atualização no Lattes até 1º de fevereiro de 2021). Ele é o primeiro autor em apenas três desses dez artigos, todos publicados antes de 1994 e apenas um publicado em um periódico com fator de impacto considerável (Miranda & Mattos, 1992). Além disso, Miranda tem sistematicamente distorcido seu papel nos artigos publicados em colaboração com outros autores. Em seu Currículo Lattes (em 1º de fevereiro de 2021), ele apareceu erroneamente como o autor principal de oito artigos científicos. Entre eles estão as duas publicações mais citadas ali (Mayaux et al., 2006; Eva et al., 2004). Mas, mais importante, nenhum dos dez artigos científicos indexados e revisados por pares listados no currículo de Miranda forneceu os detalhes metodológicos do trabalho relacionado ao Código Florestal e outras controvérsias, o que permanece apenas em relatórios internos, vídeos do YouTube ou capítulos de livros não revisados por pares.

A filiação institucional também é frequentemente utilizada como prova de autoridade científica. Em nosso estudo de caso, a ET é um dos 46 centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), um prestigioso instituto de pesquisa aplicada criado em 1973 sob a tutela do Ministério da Agricultura. Dada a importância da Embrapa como um todo na criação de novas técnicas para aumentar a produção, especialmente das culturas de soja e milho, a empresa pública é justamente elogiada por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura brasileira. É com base nesse histórico que o deputado Moreira Mendes (PSD/RO), ao conceder um prêmio público a Miranda, afirmou:

O primeiro dos homenageados foi o Prof. Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, brilhante técnico da Embrapa, que prestou e presta relevantes serviços a este País – destaco a ajuda que ele nos deu aqui, na Câmara dos Deputados, na orientação e na discussão daquilo que se transformou em lei: o novo Código Florestal brasileiro. Natural de São Paulo, capital, estudou na França, foi e é professor e é uma das pessoas mais ilustres da nossa Embrapa, uma entidade que nos orgulha a todos (Câmara dos Deputados, 2014b).

Em outro trecho, o deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), outrora líder da bancada ruralista, se opõe a uma crítica feita pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), organização científica não governamental:

Levantando esses dados, eu não posso, e já fiz a pergunta ao Dr. André [André Lima, do Ipam], entender e admitir que alguém de um Ipam – eu não sei quem é o Ipam, de onde vem, quem são os associados, quem compõe esse time, WWF, não sei o quê –, que um grupo tenha se levantado contestando dados da Embrapa [...]. Ante levantamentos técnicos – o Dr. Evaristo está aqui, é um homem qualificado, preparado –, alguém vem aqui e contesta, descaradamente, um órgão como a Embrapa, ao qual o Brasil deve tanto, o mundo deve tanto, a agricultura deve tanto, o combate à fome no mundo deve tanto (Câmara dos Deputados, 2008).

Em muitos casos, a ET tem sido uma voz isolada, pois muitos pesquisadores da Embrapa têm tentado distanciar-se das falsas controvérsias científicas associadas aos pesquisadores desse centro. Por exemplo, em 2019, os senadores Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e Marcio Bittar (MDB/AC) propuseram mudar o CF aprovado em 2012, eliminando as reservas legais (a exigência de conservar uma parte entre 20 e 80% da vegetação nativa dentro das propriedades privadas) e permitindo o desmatamento legal de 162 milhões de hectares adicionais de vegetação nativa. Assim como em 2012, estudos de Miranda e colaboradores não revisados pelos pares, falando em nome da Embrapa, foram novamente usados para justificar o enfraquecimento do CF. Em reação, pesquisadores de outros 31 centros da Embrapa rejeitaram fortemente a legislação proposta, reafirmando o consenso científico em torno da importância da reserva legal para manter os serviços ambientais necessários para a produção agrícola (Salomão, 2019). Isso mostra que, embora as reivindicações da autoridade científica de Miranda e colaboradores, bem como de seus aliados do agronegócio, não resistam a um escrutínio mais detalhado, continua sendo uma estratégia importante para estabelecer falsas controvérsias científicas na arena pública.

Desconsideração da literatura científica

As credenciais dos pesquisadores são avaliadas por artigos revisados por pares e pelo engajamento aberto no debate científico com a comunidade acadêmica. O processo de revisão por pares tem sido o pilar fundamental do rigor e da credibilidade científica desde o final do século XIX (Spier, 2002). Entretanto, os criadores de controvérsias científicas falsas ignoram sistematicamente a literatura existente revisada por pares a fim de alimentar seus próprios argumentos. Uma batalha legal envolvendo a proibição da queima da cana-de-açúcar em São Paulo ilustra bem essa questão. Como a produção de cana-de-açúcar de baixa tecnologia depende da queima da palha, esse problema tem chamado a atenção de pesquisadores norte-americanos e brasileiros. Estudos sobre o tema demonstram claramente os danos ambientais da queima e também os danos à saúde, mormente em crianças de até

cinco anos (Kirchhoff et al., 1991; Urquiaga et al., 1991; Boeniger et al., 1991; Newman, 1986; Rothschild & Mulvey, 1982; Alessi & Navarro, 1997; Delgado, 1985). Dentre esses estudos, se destacam os de Kirchhoff e equipe (1991) e de Urquiaga e colaboradores (1991), liderados por pesquisadores do Inpe e da Embrapa, respectivamente. Com base nessas evidências científicas já presentes no início dos anos 1990, o Ministério Público de São Paulo (MPSP) ajuizou uma ação civil pública estabelecendo um cronograma para os produtores de cana-de-açúcar substituírem a queima por mecanização de culturas para garantir ar limpo e saudável para a população. Entretanto, a ação do MPSP foi bloqueada pelos produtores de cana-de-açúcar com base em dois estudos realizados por Miranda e sua equipe. Esses estudos continham muitas informações falsas, começando com a alegação de “ausência de informações mais circunstanciadas” (Miranda et al., 1997: 2), que ignora os estudos acima mencionados, incluindo as próprias publicações da Embrapa. Ao mesmo tempo, ao contrário dos resultados dos outros estudos, Miranda e colaboradores afirmam que o impacto ambiental da produção de cana queimada é “positivo” (Miranda et al., 1997: 13). Um segundo estudo conduzido por Miranda conclui que “o nível de risco de ocorrência de crises de doenças respiratórias, são [sic] idênticos em Atibaia e Ribeirão Preto”, apesar de Atibaia ser uma estância climática enquanto a cana-de-açúcar predomina na região de Ribeirão Preto (Miranda et al., 1994: 6). Com base nesses “estudos”, a Usina Açucareira Paredão S.A. obteve em juízo o indeferimento do embargo à queima da palha da cana-de-açúcar solicitado pelo Ministério Público de São Paulo. Na decisão, o juiz cita explicitamente o relatório de Miranda e colaboradores (1994) e afirma que “a fuligem que cai tem somente efeitos de incômodo e de estética” e que “o programa atual deve ser mantido, eis que a quantificação do dano não tem ainda qualquer tipo de comprovação científica para deterioração da saúde daqueles que desenvolvem atividade canavieira” (TJSP, 1999: 2-3). A queima de cana-de-açúcar acabou sendo proibida em São Paulo, em 2016 (*Jornal Nacional*, 2016), mas o acima exposto sugere que, ignorando a literatura científica, Miranda conseguiu influenciar uma decisão que atrasou por muitos anos uma política de conservação com claros benefícios ambientais e sociais.

A falta de rigor científico dos estudos em apoio ao enfraquecimento da legislação ambiental no caso brasileiro já foi evidenciada em diferentes ocasiões em público. Durante os debates sobre o Código Florestal Brasileiro, o Dr. Gilberto Câmara, por exemplo, então diretor do Inpe, solicitou que os membros Congresso ouvissem os principais cientistas que publicam seus resultados de forma transparente:

Mas é importante que na reforma da legislação ambiental se ouça a comunidade científica. Ouvimos falar muito de um cientista, que, por sinal, não publica os seus dados. O que o Bráulio disse? Não é possível, na realidade, fazer um julgamento sobre o traba-

lho do Evaristo porque, ao contrário do que fazem o Inpe e o IBGE, os dados do Evaristo não estão publicados. Não consigo tirar o dado. Hoje, qualquer um pode reclamar que o Inpe errou. Não consigo sequer julgar o trabalho que a Embrapa Monitoramento por Satélite fez, porque o dado sequer está disponível na Internet. Está apenas o relatório. Então, não dá para julgar um relatório. Não vou me posicionar aqui contra ou a favor do Evaristo. Acho que vou pela pluralidade, para evitar que falemos que hoje quem pensa em meio ambiente no Brasil é ONG. São os cientistas de várias áreas que vão ter muito a dizer. O Evaristo é um deles. Mas existem muitos que eventualmente discordam ou concordam. Esse é um detalhe que não interessa aqui, mas acho que caberá à Comissão ouvi-los e pensar nas consequências que os estudos estão mostrando (Câmara dos Deputados, 2009).

Ao seguir o mesmo argumento, na mesma audiência, Dr. Braulio Ferreira de Souza Dias, então representante do Ministério do Meio Ambiente e posteriormente Secretário Executivo da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, expressou suas preocupações em relação à reprodutibilidade da pesquisa realizada pelo Dr. Miranda:

Quero deixar bem claro, como já esclareci e o ministro também, que não fiz crítica à Embrapa nem a pesquisadores da Embrapa; fiz crítica aos dados apresentados em um estudo. Esse é o nosso direito. Entendemos que vários resultados apresentados ali são inconsistentes. Estamos chamando a atenção dos senhores para esse fato: é importante que esta Câmara dos Deputados tome decisões com base em dados científicos consolidados. Esse estudo do Dr. Evaristo de Miranda não foi publicado em revista científica, com avaliação dos pares, não foi validado, os dados originais não estão disponíveis na Internet para quem quiser repetir o estudo e validá-los. Estamos manifestando a nossa preocupação e alertando a Câmara dos Deputados sobre importantes divergências nesses dados e aconselhamos os senhores que consultem outros especialistas para firmar um juízo sobre esses dados divulgados na pesquisa do Sr. Evaristo de Miranda (Câmara dos Deputados, 2009).

Uma análise sistemática das aparições de Miranda no Congresso Nacional demonstra que a maioria delas são em painéis ao lado de políticos que apoiam a bancada ruralista. A falta de envolvimento com os colegas acadêmicos é, no entanto, substituída por uma forte presença nas mídias sociais. Pelo menos um de seus vídeos (disponível em <<https://youtu.be/oDixTvtEsx8>>, acessado em 19 de fevereiro de 2021), apresentando dados controversos, alcançou um grande público, tendo recebido mais de 340 mil visualizações até de fevereiro de 2021. Nesse vídeo, Miranda afirma que “um quarto do país [é] preservado pelos produtores”. Há também fortes evidências de que um vídeo semelhante de Miranda tem circulado amplamente no

WhatsApp como forma de demonstrar que as críticas que o Brasil vem enfrentando internacionalmente são injustificadas. Isso ilustra como tal desinformação pode se espalhar entre a população em geral e influenciar o debate público mais amplo.

Como se opor às falsas controvérsias científicas

Neste artigo, é apresentado um estudo de caso sobre um grupo de negacionistas liderado por uma figura pública influente no Brasil. Em um período publicado há cerca de três décadas, o Dr. Miranda e seu grupo se opuseram sistematicamente ao consenso científico a fim de contribuir para movimentos políticos que visavam atrasar a ação ou dismantelar as principais políticas de conservação, resultando no adiamento da proibição do uso do fogo em plantações de cana-de-açúcar, na concessão de anistia ao desmatamento ilegal por meio da mudança do Código Florestal Brasileiro, a diminuição de áreas protegidas e a defesa do fim da proibição do uso do fogo mesmo durante a estação seca (Quadro 1). Entretanto, a situação apresentada aqui não é isolada. A tipologia de estratégias descritas acima pode também se aplicar a uma ampla gama de atores no Brasil e no exterior que produzem ativamente falsas controvérsias e promovem o dismantelamento das políticas ambientais. Mas tão importante quanto diagnosticar a questão, é refletir sobre como lidar com os negacionistas e sua influência no debate público. O risco que os negacionistas que promovem falsas controvérsias no Brasil e em outros países representam para o meio ambiente global exige repensar como a comunidade científica, a sociedade civil e a mídia devem lidar com esses pesquisadores e seus trabalhos (Muradian e Pascual, 2020).

Os processos de revisão por pares e a possibilidade de contestar artigos publicados por meio de refutações se mostraram mecanismos confiáveis para produzir conhecimento. Entretanto, a comunidade científica não está bem preparada para lidar com falsas controvérsias científicas e difusão de pseudofatos. Ao considerá-los indignos de atenção, a comunidade científica tem permitido que as falsas alegações científicas permaneçam incontestadas. Como tal, a academia também é culpada pelas falsas controvérsias científicas e por sua antiga e crescente capacidade de influenciar a política. Embora seja bastante extenuante verificar todas as alegações que são tornadas públicas por tais “cientistas”, deveria ser aberto mais espaço nos periódicos científicos (ou seja, seções especiais de comentários ou artigos de refutação, como este) para identificar e discutir as falsas controvérsias científicas de forma rigorosa. Além disso, artigos como este, em que a produção de ciência tendenciosa e seu impacto na formulação de políticas é identificada e rigorosamente analisada, deveriam ser incentivados.

QUADRO 1

FALSAS CONTROVÉRSIAS PROMOVIDAS PELO GRUPO DA Embrapa Territorial NO BRASIL, IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO E PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS QUE SE OPÕEM A ESSAS REIVINDICAÇÕES

Declarações dos negacionistas	Implicações para as políticas de conservação	Objeção baseada na ciência
<p>A implementação integral do Código Florestal (de 1965) tornaria a agricultura inviável na maior parte do território brasileiro porque “[...] se as áreas de APPs não podem ser incluídas no cômputo da reserva legal, haveria números negativos nos biomas Amazônia e Pantanal” (Miranda, 2010: 388).</p> <p>“Vive-se muita arbitrariedade. Lavra-se multas com base em imagens de satélite, sobrevoando de helicópteros, sem ouvir o produtor, sem colocar o pé na propriedade para saber se o que foi multado estava autorizado” (palavras de Miranda em entrevista, Walendorff, 2018).</p>	<p>A aprovação do Código Florestal, revisado em 2012, levou à anistia de 58% de todo o desmatamento ilegal anterior a 2008, promovendo em seguida um crescimento gradual das taxas de desmatamento (Soares Filho et al., 2014).</p> <p>O governo Bolsonaro – o qual, ao assumir o poder, convidou o Dr. Miranda para orientar sua política ambiental – reduziu drasticamente o número de multas ambientais relativas ao desmatamento ilegal (Vale et al. 2021).</p>	<p>O Código Florestal é crucial para a manutenção de serviços ecossistêmicos fundamentais para a produção agrícola. O desmatamento na Amazônia afeta os padrões de precipitação e reduz o retorno financeiro da agricultura no Brasil (Spera et al., 2020; Leite Filho et al., 2021). A área total com restrições de uso da terra não afeta significativamente a produção agrícola (Skorupa, 2003; Aquino & Oliveira, 2006; Soares Filho et al. 2014; Sparovek et al., 2011; ABC, 2010).</p> <p>Entre 2005 e 2007, multas e embargos ajudaram a reduzir dramaticamente o desmatamento na Amazônia (Neptstad et al., 2014). A aplicação da lei tem sido feita na Amazônia com o suporte de sofisticada tecnologia de monitoramento (tal como o DETER), mas com o papel central da fiscalização em campo que tem se mostrado um instrumento de conservação contra o desmatamento em grande escala com ótima relação custo-benefício (Börner et al., 2014; 2015; Sousa, 2016; Assunção e Rocha, 2019; Saraiva et al., 2020).</p>
<p>“Se essas demandas [indigenistas, quilombolas e de reforma agrária] forem quantificadas e devidamente cartografadas, é provável que a soma ultrapasse as dimensões do território nacional, sem considerar a ocupação já existente” (Miranda et al. 2008a: 30).</p> <p>“Os problemas de ordenamento territorial e de uso legal das terras no Brasil são o resultado de um processo através do qual, nos últimos anos, um número significativo de áreas foi destinado à proteção ambiental e ao uso exclusivo de algumas populações, enquanto uma série de medidas legais restringiu a possibilidade de remoção da vegetação natural, exigindo sua recomposição e o fim das atividades agrícolas nessas áreas” (Miranda, 2010: 380).</p>	<p>A criação de novas áreas de conservação e a demarcação de terras indígenas tem reduzido drasticamente desde 2010, e parou em 2018. Além disso, o estado de Rondônia (alinhado com o presidente Bolsonaro) reduziu suas áreas protegidas e o governo apresentou diferentes propostas ao Congresso Nacional para viabilizar grandes projetos de infraestrutura e mineração dentro de áreas protegidas. Durante sua campanha à Presidência, Bolsonaro disse publicamente que ele não iria demarcar nem um centímetro de terra para populações indígenas (Raposo, 2021). Terras indígenas têm sido expostas a crescentes ataques nos últimos anos, muitos deles com o uso de violência (Conceição et al. 2021; Raposo, 2021).</p>	<p>A densidade de populações indígenas é maior dentro das TIs do que nas áreas do entorno e o tamanho da população é normalmente proporcional ao tamanho do território, indicando que as TIs são efetivamente usadas por essas populações tradicionais (Begotti & Peres, 2020).</p> <p>Territórios Indígenas suficientemente grandes são fundamentais para garantir seu uso sustentável (Begotti e Peres, 2020). TIs são uma das barreiras mais importantes contra o desmatamento na Amazônia (Nepstad et al. 2006). Garantir o direito de propriedade coletiva aos povos indígenas ajuda a reduzir de forma significativa o desmatamento dentro de seus territórios (Baragwanath & Bayi, 2020). Terras Indígenas tituladas reduzem tanto o desmatamento quanto as emissões de carbono (Blackman & Veit, 2018).</p>
<p>A queima dos cultivos de cana-de-açúcar é positiva em termos de impacto ambiental e sua fumaça não tem impacto sobre a saúde humana (Miranda et al., 1994; 1997).</p>	<p>O pedido do Ministério Público para parar a queima da cana-de-açúcar foi recusado por um juiz com base no estudo de Miranda, atrasando em duas décadas a proibição desse tipo de prática no estado de São Paulo.</p>	<p>A fumaça da queima da cana-de-açúcar tem sérias consequências para a saúde humana, aumentando a hospitalização de crianças e de idosos. A queima também reduz a fertilidade do solo e provoca erosão (Kirchhoff et al., 1991; Boeniger et al., 1991; Newman, 1986; Rothschild & Mulvey, 1982; Alessi & Navarro, 1997; Delgado, 1985; Urquiaga et al., 1991).</p>

Declarações dos negacionistas	Implicações para as políticas de conservação	Objecção baseada na ciência
A maioria dos focos de incêndio detectados na América do Sul, em julho de 2021, foram de queimas controladas da agricultura e não de incêndios florestais vinculados ao desmatamento. Evaristo de Miranda se opôs à aplicação da lei por meio de fiscalização e sanções para punir as queimas ilegais na agricultura e os incêndios florestais (Miranda, 2021).	Promoveu-se o desmantelamento das políticas contra o desmatamento e em prol do controle do fogo, dando também legitimidade ao uso do fogo mesmo durante a época da seca, altamente inflamável. Seu discurso influiu teorias da conspiração que retratam as ciências ambientais como parte de uma “guerra narrativa” com o objetivo de impedir o desenvolvimento econômico do Brasil.	Em agosto de 2019, 51% dos alertas de fogo coincidiram com as áreas desmatadas de 2017 a 2019 (Aguiar et al., 2020). Em julho de 2021, apenas 39% dos <i>hotspots</i> de fogo ocorreram em áreas agrícolas consolidadas (isto é, desmatadas antes de 2017), enquanto 48% e 6% dos <i>hotspots</i> de fogo ocorreram em áreas com desmatamento recente (isto é, desmatadas após 2017) e com cobertura de florestas em 2020, respectivamente (Inpe, 2021; Aguiar et al., 2020).

As falsas controvérsias também deveriam levar a uma reflexão sobre como a ciência é ensinada e comunicada a um público mais amplo e diversificado. A crescente onipresença das teorias da conspiração e do anti-intelectualismo nos populismos de direita e de esquerda leva os cidadãos a receberem a autoridade epistêmica com desconfiança e a questionarem fatos estabelecidos (Ylä-Anttila, 2018; Eberl, Huber & Greussing, 2021). Nesse contexto, é importante instruir e comunicar não apenas o conteúdo das teorias científicas, mas também a forma como a ciência é produzida e o caráter provisório de todo conhecimento científico em evolução e as incertezas associadas a eles (Shapin, 1992; Collins & Pinch, 1998; Lynch et al., 2015). Ao aumentar a conscientização sobre as práticas científicas, o público em geral pode ser capaz de apreciar melhor a diferença entre as afirmações infundadas que circulam nas mídias sociais e os esforços reais de pesquisa rigorosa. Mais importante ainda, ao compreender a quantidade de trabalho por trás da pesquisa adequada, a sociedade estará propensa a apreciar que a ciência é, acima de tudo, um empreendimento coletivo, de modo que as melhores teorias e dados emergem do diálogo e da crítica dentro da comunidade científica. A compreensão pública da ciência poderia potencialmente impedir que se tomem como certas as falsas controvérsias científicas apresentadas por grupos de interesse em detrimento do bem social, do desenvolvimento sustentável e da conservação ambiental. Além de promover uma melhor compreensão da ciência pela sociedade, é crucial que os formuladores de políticas evitem “escolhas a dedo” e a adoção de pseudofatos politicamente úteis, mas com falhas científicas. Para isso, é fundamental assegurar uma maior participação, em debates públicos, dos cientistas, selecionados com base em seu histórico de pesquisa e respeito entre os pares, em vez de laços pessoais e políticos.

Referências

AGUIAR, Ana Paula Dutra; RAJÃO, Raoni; ALMEIDA, Claudio; BEZERRA, Francisco Giney. Re: Who is burning and deforesting the Brazilian Amazon. *Science*, 369 (6504), p. 634-635, 2020. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.abd5942>>.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, Supl. II, 1997.

AQUINO, Fabiana de Gois; OLIVEIRA, Maria Cristina de. Reserva legal no bioma cerrado: uso e preservação. *Embrapa Cerrados-Documentos*, n. 158, 2006.

ARTAXO, Paulo. Working together for Amazonia. *Science* 363 (6425), 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.aaw6986>>.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA (ABC). *Carta da SBPC e ABC sobre as mudanças no Código Florestal*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência, 2010. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2010/10/27/carta-da-sbpc-e-abc-sobre-as-mudancas-no-codigo-florestal/>>.

ASSUNÇÃO, Juliano; ROCHA, Romero. Getting greener by going black: the effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. *Environment and Development Economics*, v. 24, n. 2, p. 115-137, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S1355770X18000499>>.

BARAGWANATH, Kathryn; BAYI, Ella. Collective property rights reduce deforestation in the Brazilian Amazon. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 117, n. 34, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1917874117>>.

BBC NEWS. Cientistas questionam “guru ambiental de Bolsonaro” que coloca Brasil como líder em preservação, 2019a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49081586>>.

_____. Itamaraty usa dados da era Lula para defender Brasil de críticas sobre desmatamento, 2019b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49415496>>.

BEGOTTI, Rodrigo A.; PERES, Carlos A. Rapidly escalating threats to the biodiversity and ethnocultural capital of Brazilian Indigenous Lands. *Land Use Policy*, v. 96, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104694>>.

BLACKMAN, Allen; VEIT, Peter. Titled Amazon indigenous communities cut forest carbon emissions. *Ecological Economics*, v. 153, p. 56-67, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.06.016>>.

BOENIGER, Mark F.; FERNBACH, Joseph; HARTLE, Richard; HAWKINS, Marilyn; SINKS, Thomas; MANNINO, David; BOYD, James E.; GRIMES, Gary; WATKINS, Kathleen L.; DILL, Patricia; ANDERSON, Bruce. Exposure assessment of smoke and biogenic silica fibers during sugar cane harvesting in Hawaii. *Applied Occupational and Environmental Hygiene*, v. 6, n. 1, p. 59-66, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/1047322X.1991.10387828>>.

BÖRNER, Jan; KIS-KATOS, Krisztina; HARGRAVE, Jorge; KÖNIG, Konstantin. Post-Crackdown effectiveness of field-based forest law enforcement in the Brazilian Amazon. *PLoS ONE*, v. 10, n. 4, Abr. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0121544>>.

BÖRNER, Jan; WUNDER, Sven; WERTZ-KANOUNNIKOFF, Sheila; HYMAN, Glenn; NASCIMENTO, Nathalia. Forest law enforcement in the Brazilian Amazon: costs and income effects. *Global Environmental Change*, n. 29, p. 294-305, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.021>>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova novas regras para o licenciamento ambiental. May 5, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/758863-camara-aprova-novas-regras-para-o-licenciamento-ambiental/>>.

_____. Audiência Pública n. 1.329/2014. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, 2014a. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1329/14&hrInicio=09:57&dtReuniao=10/12/2014&dtHorarioQuarto=09:57&dtHoraQuarto=09:57&Data=10/12/2014>>.

_____. Sessão 287, 10 Dez. 2014b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=287.4.54.O&nuQuarto=13&nuOrador=1&nuInsercao=77&dtHorarioQuarto=01:38&sgFaseSessao=OD&Data=10/12/2014>>.

_____. Pronunciamento do deputado Lael Varella, 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=062.3.54.O&nuQuarto=2&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=02:02&sgFaseSessao=PE&Data=10/04/2013>>.

_____. Audiência Pública n. 0909/09. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0909/09&hrInicio=02:42&dtReuniao=23/06/2009&dtHorarioQuarto=02:42&dtHoraQuarto=02:42&Data=23/06/2009>>.

_____. Reunião conjunta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Sessão 1.550/08, 18 Nov. 2008. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/Internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1550/08&hrInicio=02:39&dtReuniao=18/11/2008&dtHorarioQuarto=02:39&dtHoraQuarto=02:39&Data=18/11/2008>>.

CECCARELLI, Leah. Controversy over manufactured scientific controversy: a rejoinder to fuller. *Rhetoric & Public Affairs*, v. 16, n. 4, p. 761-766, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.14321/rhetpublaffa.16.4.0761>>.

_____. Manufactured scientific controversy: science, rhetoric, and public debate. *Rhetoric & Public Affairs*, v. 14, n. 2, p. 195-228, 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41940538>>.

COLLINS, Harry. Rejecting knowledge claims inside and outside science. *Social Studies of Science*, v. 44, n. 5, p. 722-735, 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43284247>>.

_____. Language and practice. *Social Studies of Science*, v. 41, n. 2, p. 271-300, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0306312711399665>>.

_____. *Changing order*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1992.

COLLINS, Harry; EVANS, Robert. *Why democracies need science*. Cambridge, MA: Polity Press, 2017.

_____. *Rethinking expertise*. Chicago, MA: University of Chicago Press, 2007.

COLLINS, Harry; BARTLETT, Andrew; REYES-GALINDO, Luis. Demarcating fringe science for policy. *Perspectives on Science*, v. 25, n. 4, p. 411-438, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/POSC_a_00248>.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. *The golem: what everyone should know about science*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1998.

CONCEIÇÃO, Katyanne; CHAVES, Michel; PICOLI, Michelle. SÁNCHEZ, Alber; SOARES, Anderson; MATAVELI, Guilherme; SILVA, Daniel; COSTA, Joelma; CAMARA, Gilberto. Government policies endanger the indigenous peoples of the Brazilian Amazon. *Land Use Policy*, n. 108, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105663>>.

DEAN, Warren. *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. Los Angeles, CA: University of California Press, 1997.

DELGADO, Afrânio A. Efeitos da queima dos canaviais. *Stab Açúcar, Alcool e Subproduto*, v. 3, n. 6, p. 42-45, 1985.

DIELE-VIEGAS, Luisa Maria; HIPÓLITO, Juliana; FERRANTE, Lucas. Scientific denialism threatens Brazil. *Science*, 374 (6570), p. 948-949, 2021. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.abm9933>>.

DUARTE, Tiago Ribeiro. Mutual linguistic socialisation in interdisciplinary collaboration. In: REYES-GALINDO, Luis; DUARTE, Tiago Ribeiro (Eds.). *Intercultural communication and science and technology studies*, p. 55-78. Cham, CH: Palgrave Macmillan, Cham, 2017.

DUNLAP, Riley; MCCRIGHT, Aaron. Challenging climate change: the denial counter-movement. In: DUNLAP, Riley; BRULLE, Robert (Eds.). *Climate change and society: sociological perspectives*, p. 300-332. New York: Oxford University Press, 2015.

EBERL, Jakob-Moritz; HUBER, Robert; GREUSSING, Esther. From populism to the “plandemic”: why populists believe in Covid-19 conspiracies. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, v. 31, p. 272-284, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/17457289.2021.1924730>>.

ESTEVEZ, Bernardo. O fabulador oculto: a trajetória e os métodos de Evaristo de Miranda, o ideólogo da política ambiental de Bolsonaro. *Revista Piauí*, n. 174, 2021. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fabulador-oculto/>>.

EVA, Hugh; BELWARD, Alan; MIRANDA, Evaristo; DI BELLA, Carlos; GOND, Valery; HUBER, Otto; JONES, Simon; SGRENZAROLI, Matteo; FRITZ, Steffen. A land cover map of South America. *Global Change Biology*, v. 10, n. 5, p. 731-744, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1529-8817.2003.00774.x>>.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Secretaria-Geral do Exército – Almanques. Ordem do Mérito Militar, 2021. Disponível em: <<http://www.sgex.eb.mil.br/almanques/Almanques/>>.

FEARNSIDE, Philip M. Deforestation in Brazilian Amazonia: history, rates, and consequences. *Conservation Biology*, v. 19, n. 3, p. 680-688, 2005. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3591054>>.

FRANCO, Carolina Rocha; PELAEZ, Victor. A (des)construção da agenda política de controle dos agrotóxicos no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 215-232, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC143673V1932016>>.

FREITAS, Flávio. ENGLUND, Oskar; SPAROVEK, Gerd; BERNDDES, Göran; GUIDOTTI, Vinicius; PINTO, Luis F.; MÖRTBERG, Ulla. Who owns the Brazilian carbon? *Global Change Biology*, v. 24, n. 5, p.2129-2142, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/gcb.14011>>.

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FAGUNDES, Maria Clara Marques. Fact or fake? An analysis of disinformation regarding the Covid-19 pandemic in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.28922020>>.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). *TerraBrasilis. Focos de queimada (Queimadas x Desmatamentos x CAR)*. São José dos Campos, SP: Inpe, 2021. Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/fires/biomes/aggregated/>>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Em Rondônia deputados aprovam nova redução de áreas protegidas*. São Paulo: ISA, 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/em-rondonia-deputados-aprovam-nova-reducao-de-areas-protegidas>>.

JACQUES, Peter. DUNLAP, Riley; FREEMAN, Mark. The organisation of denial: Conservative think tanks and environmental scepticism. *Environmental Politics*, v. 17, n. 3, p. 349-385, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09644010802055576>>.

JASANOFF, Sheila. *The fifth branch: science advisers as policymakers*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

JORNAL NACIONAL. Justiça proíbe queimadas na colheita da cana-de-açúcar no interior de SP. *G1*. June 27, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/justica-proibe-queimadas-na-colheita-da-cana-de-acucar-no-interior-de-sp.html>>.

KEHOE, Laura; REIS, Tiago; VIRAH-SAWMY, Malika; BALMFORD, Andrew; KUEMMERLE, Tobias & 604 signatories. Make EU trade with Brazil sustainable. *Science*, 364 (6438), 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.aaw8276>>.

KIRCHHOFF, V. W. J. H.; MARINHO, E. V. A.; DIAS, P. L. S.; PEREIRA, E. B.; CALHEIROS, R.; ANDRÉ, R.; VOLPE, C. Enhancements of CO and O₃ from burnings in sugar cane fields. *Journal of Atmospheric Chemistry*, v. 12, n. 1, p. 87-102, 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/BF00053935>>.

LAHSEN, Myanna. Experiences of modernity in the greenhouse: A cultural analysis of a physicist “trio” supporting the backlash against global warming. *Global Environmental Change*, v. 18, p. 204-219, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2007.10.001>>.

LEITE FILHO, Argemiro Teixeira; SOARES FILHO, Britaldo Silveira; DAVIS, Juliana Leroy; ABRAHÃO, Gabriel Medeiros; BÖRNER, Jan. Deforestation reduces rainfall and agricultural revenues in the Brazilian Amazon. *Nature Communications*, v. 12, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41467-021-22840-7>>.

LIMA, André; SILVA, Thiago Sanna; FREITAS, Ramon Morais de; ADAMI, Marcos; FORMAGGIO, Antônio Roberto; SHIMABUKURO, Yosio Edemir. Land use and land cover changes determine the spatial relationship between fire and deforestation in the Brazilian Amazon. *Applied Geography*, v. 34, p. 239-246, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2011.10.013>>.

LYNCH, A. J. J.; THACKWAY, R.; SPECHT, A.; BEGGS, P. J.; BRISBANE, S.; BURNS, E. L.; BYRNE, M. et al. Transdisciplinary synthesis for ecosystem science, policy and management: the Australian experience. *Science of the Total Environment*, n. 534, p. 173-184, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2015.04.100>>.

MACEDO, Marcia; DEFRIES, Ruth; MORTON, Douglas; STICKLER, Claudia; Galford, Gillian; SHIMABUKURO, Yosio. Decoupling of deforestation and soy production in the southern Amazon during the late 2000s. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, n. 4, p. 1341-1346, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1111374109>>.

MARGULIS, Sergio. Causes of deforestation of the Brazilian Amazon, *World Bank Working Papers*, v. 22, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10986/15060>>.

MAYAUX, Philippe; EVA, Hugh; GALLEGO, Javier; STRAHLER, Alan H.; HEROLD, Martin; AGRAWAL, Shefali; NAUMOV, Sergey; MIRANDA, Evaristo; DI BELLA, Carlos M.; ORDOYNE, Callan; KOPIN, Yuri, ROY, P. S. Validation of the global land cover 2000 map. *IEEE Transaction on Geoscience and Remote Sensing*, v. 44, n. 7, p. 1728-1739, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1109/TGRS.2006.864370>>.

MCCRIGHT, Aaron A., DUNLAP, Riley E. Challenging global warming as a social problem: an analysis of the conservative movement's counter-claims. *Social Problems*, v. 47, n. 4, p. 499-522, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/3097132>>.

MENEGASSI, Duda. Organizações pressionam contra decisão de reduzir UCs em Rondônia. *O Eco notícias*. 06 Maio 2021. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/en/noticia/211341>>.

MICHAELS, David. *Doubt is their product: how industry's assault on science threatens your health*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2008.

MICHAELS, David; MONFORTON, Celeste. Manufacturing uncertainty: contested science and the protection of the public's health and environment. *American Journal of Public Health*, v. 95, n. 1, p. 39-48, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.2105/ajph.2004.043059>>.

MIGUEL, Jean. Negacionismo climático no Brasil. *Revista de Divulgação Científica Coletiva*, v. 27, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.coletiva.org/dossie-emergencia-climatica-n27-artigo-negacionismo-climatico-no-brasil>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Julho com queimadas e sem incêndios. *Revista Oeste*, Ago. 2021. Disponível em: <<https://revistaoste.com/revista/edicao-73/julho-com-queimadas-e-sem-incendios/>>.

_____. Alcance territorial da legislação ambiental e indigenista: implicações para agricultura. In: FERREIRA, José Mário et al. (Eds.). *Indicadores de sustentabilidade em sistemas de produção agrícola*. Belo Horizonte: Epamig, 2010. Disponível em: <<https://evaristodemiranda.com.br/wp-content/uploads/2020/08/LivroINDICADORES-alcance.territorial-.pdf>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; CARVALHO, Carlos Alberto; Oshiro, Osvaldo Tadatomu; FERREIRA, Rogério Resende; SOUZA, Daniela Tatiane. Agricultura lidera a preservação ambiental. *Plant Project 10*, 2018. Disponível em: <<http://plantproject.com.br/novo/2018/07/artigo-embrapa-agricultura-lidera-a-preservacao-ambiental/>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; CARVALHO, Carlos Alberto; OSHIRO, Osvaldo Tadatomu; MARTINHO, Paulo Roberto Rodrigues; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral. Number, maps and facts: agriculture leads environmental preservation. *Big DSS Agro*, Montevideo, September 27-29, 2017. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/165931/1/Miranda-et-al-Proceedings-bigDSSagro2017.pdf>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; OSHIRO, Osvaldo Tadatomo; VICTORIA, Daniel de Castro; TORRESAN, Fabio Enrique; CARVALHO, Carlos Alberto. O Alcance da legislação ambiental no Brasil. *AgroAnalysis*, v. 28, n. 12, p. 26-31, 2008a. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/31579>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; CARVALHO, Carlos Alberto; TORRESAN, Fabio Enrique; Victoria, Daniel de Castro; HOTT, Marcos Cicarini; OSHIRO, Osvaldo Tadatomo. Alcance territorial da legislação ambiental e indigenista. *Embrapa Monitoramento por Satélite*, Campinas, SP, Embrapa, 2008b. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20090502101555/http://www.alcance.cnpn.embrapa.br/index.htm>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; DORADO, Alejandro Jorge; ASSUNÇÃO, João Vicente de. *Doenças respiratórias crônicas em quatro municípios paulistas*. Campinas, SP: Ecoforça, Pesquisa e Desenvolvimento, 1994. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/16857/doencas-respiratorias-cronicas-em-quatro-municipios-paulista>>.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MATTOS, Cristina. Brazilian rain forest colonization and biodiversity. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 40, n. 1-4, p. 275-296, 1992.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MIRANDA, José Roberto; BATISTELLA, Mateus; MATTOS, Cristina de Oliveira; MANGABEIRA, João Alfredo de C. Considerações sobre o impacto ambiental das queimadas da palha da cana-de-açúcar. *Embrapa Monitoramento por Satélite*, Campinas, SP, Embrapa, p. 3-14, 1997. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/17177/consideracoes-sobre-o-impacto-ambiental-das-queimadas-da-palha-de-cana-de-acucar>>.

MURADIAN, Roldan; PACUAL, Unai. Ecological economics in the age of fear. *Ecological Economics*, v. 169, Mar. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.106498>>.

NEPSTAD, Daniel; SCHWARTZMAN, Stephan; SANTILLI, Márcio et al. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conservation Biology*, v. 20, n. 1, p. 65-73, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x>>.

NEPSTAD, Daniel et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science* 344 (1118), 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.1248525>>.

NEWMAN, Richards Hedley. Fine biogenic silica fibres in sugar cane: a possible hazard. *The Annals of Occupational Hygiene*, v. 30, n. 3, p. 365-370, 1986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/annhyg/30.3.365>>.

NOBRE, A. D., et al., in preparation. Riparian protection areas in the Brazilian forest code: how pseudo-science helped defeat the law behind the historical drop in deforestation.

O'CALLAGHAN, John F.; MARK, David M. The extraction of drainage networks from digital elevation data. *Comput. Vision, Graph. Image Process*, v. 28, p. 323-344, 1984. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0734-189X\(84\)80011-0](https://doi.org/10.1016/S0734-189X(84)80011-0)>.

OLIVEIRA, Ubirajara; SOARES FILHO, Britaldo Silveira; PAGLIA, Adriano Pereira; BRESCOVIT, Antonio D.; CARVALHO, Claudio J. B. de; SILVA, Daniel Paiva; REZENDE, Daniella T.; LEITE, Felipe Sá Fortes; BATISTA, João Aguiar Nogueira; BARBOSA, João Paulo Peixoto Pena; STEHMANN, João Renato; ASCHER, John S.; VASCONCELOS, Marcelo Ferreira de; DE MARCO, Paulo; LÖWENBERG-NETO, Peter; FERRO, Viviane Gianluppi; SANTOS, Adalberto J. Biodiversity conservation gaps in the Brazilian protected areas. *Scientific Reports*, v. 7, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41598-017-08707-2>>.

O'NEILL, Saffron J.; BOYKOFF, Max. Climate denier, skeptic, or contrarian? *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 107, n. 33, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1073/pnas.1010507107>>.

ORESQUES, Naomi. The scientific consensus on climate change. *Science* 306 (1686), 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.1103618>>.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. *Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. New York: Bloomsbury, 2010.

PRYCK, Kari; GEMENNE, François. The denier-in-chief: climate change, science and the election of Donald J. Trump. *Law and Critique*, v. 28, n. 27, p. 119-126, 2017.

RAJÃO, Raoni; NOBRE, Antonio Donato; CUNHA, Evandro; DUARTE, Tiago Ribeiro; MARCOLINO, Camilla; SOARES FILHO, Britaldo; SPAROVEKD, Gerd; RODRIGUES, Ricardo R.; VALERA, Carlos; BUSTAMANTE, Mercedes; NOBRE, Carlos; LIMA, Letícia Santos. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological Conservation*, v. 266, Fev. 2022.

RAJÃO, Raoni; SOARES FILHO, Britaldo; NUNES, Felipe; BÖRNER, Jan; Machado, Lillian; Assis, Débora; OLIVEIRA, Amanda; PINTO, Luis; RIBEIRO, RAUSH, Lisa; GIBBS, Holly; FIGUEIRA, Danilo. The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*, 369 (6501), p. 246-248, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.aba6646>>.

RAPOSO, Pedro. Necropolitics, State of exception, and violence against indigenous people in the Amazon Region during the Bolsonaro administration. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020003>>.

ROCHEDO, Pedro R. R.; SOARES FILHO, Britaldo; SCHAEFFER, Roberto; VIOLA, Eduardo; SZKLO, Alexandre; LUCENA, André F. P.; KOBERLE, Alexandre; DAVIS, Juliana Leroy; RAJÃO, Raoni; RATHMANN, Regis. The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. *Nature Climate Change*, v. 8, p. 695-698, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41558-018-0213-y>>.

ROTHSCHILD, Henry; MULVEY, James J. An increased risk for lung cancer mortality associated with sugarcane farming. *Journal of the National Cancer Institute*, v. 68, n. 5, p. 755-760, 1982. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6951086/>>.

SALOMÃO, Raphael. Pesquisadores da Embrapa defendem manutenção da Reserva Legal no Brasil. *Revista Globo Rural*, Maio 2019. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Colunas/fazenda-sustentavel/noticia/2019/05/pesquisadores-da-embrapa-defendem-manutencao-da-reserva-legal-no-brasil.html>>.

SARAIVA, Márcio Balduino; FERREIRA, Marcelo Dias Paes; CUNHA, Dênis Antônio da; DANIEL, Lindomar Pegorini; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; PIRES, Gabrielle Ferreira. Forest regeneration in the Brazilian Amazon: Public policies and economic conditions. *Journal of Cleaner Production*, v. 269, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.122424>>.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC); ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS (ABC). *The Brazilian forest code and science: contributions to the dialogue*. Forest Code Working Group. São Paulo: SBPC, 2012. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/site/publicacoes/outras-publicacoes/Codigo-Florestal_ingles.pdf>.

SENADO FEDERAL, 2018. Ata da 10ª reunião (extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. *Diário do Senado Federal – Sup. B*, p. 911, 02 Jun. 2018. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaPaginasDiario?codDiario=21429&seqPaginaInicial=911&seqPaginaFinal=920>>.

SHAPIN, Steven. Why the public ought to understand science-in-the-making. *Public Understanding of Science*, v. 1, n. 1, p. 27-30, 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.1088/0963-6625/1/1/006>>.

SKORUPA, Ladislau Araújo. Áreas de preservação permanente e desenvolvimento sustentável. *Embrapa Meio Ambiente*, Jaguariúna, SP, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Skorupa_areasID-GFiPs3p4lp.pdf>.

SOARES FILHO, Britaldo; RAJÃO, Raoni; MACEDO, Marcia; CARNEIRO, Arnaldo; COSTA, William; COE, Michael; RODRIGUES, Hermann; ALENCAR, Ane. Cracking Brazil's forest code. *Science* 344 (6182), p. 363-364, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.1246663>>.

SOARES FILHO, Britaldo; RAJÃO, Raoni. Traditional conservation strategies still the best option. *Nature Sustainability*, v. 1, p. 608-610, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41893-018-0179-9>>.

SOUSA, Paulo Queiroz. Decreasing deforestation in the Southern Brazilian Amazon – the role of administrative sanctions in Mato Grosso State. *Forests*, v. 7, n. 66, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/f7030066>>.

SPAROVEK, Gerd; BARRETTO, Alberto; KLUG, Israel; PAPP, Leonardo; LINO, Jane. A revisão do Código Florestal brasileiro. *Novos estudos Cebrap*, n. 89, p. 111-135, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100007>>.

SPERA, Stephanie A.; WINTER, Jonathan M.; PARTRIDGE, Trevor F. Brazilian maize yields negatively affected by climate after land clearing. *Nature Sustainability*, v. 3, p. 845-852, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41893-020-0560-3>>.

SPIER, Ray. The history of the peer-review process. *Trends in Biotechnology*, v. 20, n. 8, p. 357-358, 2002. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0167-7799\(02\)01985-6](https://doi.org/10.1016/S0167-7799(02)01985-6)>.

TARBOTON, David G. A new method for the determination of flow directions and contributing areas in grid digital elevation models. *Water Resources Research*, v. 33, n. 2, p. 309-319, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1029/96WR03137>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). Acórdão. Embargos Infringentes nº. 29.769-5/0-01. Comarca de Marília, SP, 1999.

TRIGUEIRO, André. Vídeo sugerindo que Brasil já tem áreas protegidas demais viraliza nas redes e gera polêmica na comunidade científica. *G1*. 17 Jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/noticia/2019/01/17/video-sugerindo-que-brasil-ja-tem-areas-protegidas-demais-viraliza-nas-redes-e-gera-polemica-na-comunidade-cientifica.ghtml>>.

UNITED NATIONS (ONU). *ONU News*: Veja na íntegra o discurso do presidente do Brasil nas Nações Unidas. 24 Sep. 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/09/1688242>>.

URQUIAGA, Segundo; BODDEY, Robert Michael; OLIVEIRA, Octávio Costa; LIMA, Eduardo; GUIMARÃES, Dante H. *A importância de não queimar a palha na cultura de cana-de-açúcar*. Brasília: Embrapa; CNPDS, 1991. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/623354/a-importancia-de-nao-queimar-a-palha-na-cultura-de-cana-de-acucar>>.

VACCHIANO, Marcelo C.; SANTOS, Jeater W.; ANGEOLETTO, Fabio; SILVA, Normandes M. Do data support claims that Brazil leads the world in environmental preservation? *Environmental Conservation*, v. 46, n. 2, p. 118-120, 2018.

VALE, Mariana M.; BERENQUER, Erika; MENEZES, Marcio Argollo de; VIVEIROS DE CASTRO, Ernesto; SIQUEIRAH, Ludmila Pugliese de; PORTELA, Rita de Cássia Q. The Covid-19 pandemic as an opportunity to weaken environmental protection in Brazil. *Biol. Conserv.* n. 255, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.biocon.2021.108994>>.

WALENDORFF, Raphael. Meio Ambiente: fim da “indústria de multas” está entre propostas de Evaristo de Miranda (Interview). *Canal Rural*, 04 Dez. 2018. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/meio-ambiente-evaristo-industria-multas/>>.

WEINEL, Martin. Recognizing counterfeit scientific controversies in science policy contexts: a criteria-based approach. In: CAUDILL, David; CONLEY, Shannon; GORMAN, Michael; WEINEL, Martin (Eds.). *The third wave in science and technology studies: future research directions on expertise and experience*. Cham, CH: Palgrave Macmillan, 2019.

_____. Primary source knowledge and technical decision-making: Mbeki and the AZT debate. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 38, n. 4, p. 748-760, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.shpsa.2007.09.010>>.

Ylä-Anttila, Tuukka. Populist knowledge: “Post-truth” repertoires of contesting epistemic authorities. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, v. 5, n. 4, p. 356-388, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/23254823.2017.1414620>>.



Resenhas

Interpretações múltiplas para um fenômeno complexo: explorando as multifacetadas da origem do bolsonarismo

Recebido: 11.07.21
Aprovado: 26.07.21

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). *Brasil em transe: nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

Sergio Schargel (<https://orcid.org/0000-0001-5392-693X>),
Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasilⁱ.

i. Sergio Schargel é doutorando na Uerj e na UFF.
<sergioschargel_maia@hotmail.com>.

Muita tinta tem sido despendida para explicar e entender o bolsonarismo. E com razão. Por ser um fenômeno múltiplo, que agrega grupos tão heterogêneos – virtualmente todas as classes, todos os setores sociais e grupos identitários declararam voto em Bolsonaro no segundo turno de 2018. De acordo com dados do *Datafolha*, dos 60% da comunidade judaica aos 70% da evangélica, dos 30% dos LGBT+ às 50% das mulheres, dos 55% entre os que recebem de dois a cinco salários-mínimos aos 60% dos que recebem mais de 10, é preciso mobilizar esforços em diferentes frentes e áreas interdisciplinares para compreender alguns de seus fragmentos. *Brasil em transe*, organizado por Rosana Pinheiro-Machado e Adriano de Freixo, apresenta, com sobriedade, algumas interpretações possíveis.

É sempre mais complexo resenhar uma coletânea de ensaios do que um livro de apenas um autor, dada a pluralidade no pensamento e a parcimônia teórica que textos curtos impõem. Mas, apesar de seu pequeno tamanho, *Brasil em transe* oferece visões interessantes sobre fragmentos do bolsonarismo distribuídos em seus oito ensaios, incluindo a Introdução, que funciona como ensaio à parte.

O ensaio de abertura, “Dias de um futuro (quase) esquecido”, escrito pelos organizadores, fornece não apenas uma apresentação do que será discutido nos ensaios subsequentes, mas também, ele próprio, uma recapitulação dos eventos que levaram à ascensão do bolsonarismo. A história é conhecida e tem sua gênese nas Jornadas de Julho. Não que as jornadas tenham sido o princípio do bolsonarismo

em si – foram muito mais do que isso, seria incorrer ao reducionismo tratá-las como uma massa única e não um cenário plural e heterogêneo –, mas escancarou a insatisfação e o sentimento antipolítico da população que, em parte, seria absorvido posteriormente. Como lembram os autores (p. 10), as jornadas podem ser tomadas como um momento de ruptura por serem as primeiras desde a segunda metade da década de 1970 que não apenas não tiveram o PT como protagonista, mas, tanto mais, o tomaram amplamente como antagonista; e por evidenciarem o ressurgimento de um discurso de extrema-direita que havia caído em semi-irrelevância – a despeito de algumas figuras pontuais, como Enéas – desde a redemocratização. Nesse sentido, Freixo e Pinheiro-Machado acertam ao mostrar a importância das jornadas na história recente do país, como consequência do “esgotamento de um modelo político que começou a se estruturar durante o processo de transição democrática e atingiu o seu auge nos anos Lula” (p. 11); e o seu significado à extrema-direita, mas sem incorrer à retórica de reduzir o bolsonarismo às jornadas. Isso porque, como os autores lembram, o bolsonarismo é um “fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro” (p. 19), e o presidente não é uma causa, mas um sintoma da fragilização democrática.

O ensaio que efetivamente abre o livro, “A cosmovisão da ‘nova direita’ brasileira”, de Debora Messenberg, conforme o próprio nome indica, procura mapear as raízes ideológicas e as interpretações de mundo dessa direita que ascendeu após 2013, através de alguns de seus principais influenciadores digitais. Naturalmente interpretando a direita como um campo polissêmico, sem fronteiras e contornos evidentes – bebendo diretamente da interpretação do clássico de Norberto Bobbio, *Direita e esquerda* –, Messenberg, por meio de diversos métodos, mas, principalmente, pautando-se na coleta de dados em redes sociais, identifica os principais formadores de opinião desse campo político, bem como suas principais ideias. Nesse escopo, Messenberg identifica três grandes campos discursivos que unem esse amplo espectro retórico heterogêneo, que engloba desde Jair Bolsonaro até movimentos que romperam com o presidente, como o MBL: o antipetismo, o conservadorismo e os princípios liberais (p. 36-37). Ainda que seja notável que alguns desses atores encarnem parte desses campos com mais intensidade que outros, a própria autora ressalta que o antipetismo é, em última análise, o elo de ligação entre todos eles (p. 37).

Na sequência, em “Golpe de Estado”, Alvaro Bianchi volta a uma discussão em voga desde 2016: o conceito de golpe de Estado. Uma discussão claramente pautada por um ponto fulcral: afinal, a queda de Dilma se deu por um golpe ou um *impeachment* legal? Uma discussão que, mesmo se por vezes destaque os procedimentos legais do caso, o aborda de forma rasa ao não trabalhar o conceito de golpe

em si e, na prática, se torna um mecanismo discursivo de disputa política. Bianchi afasta essa superficialidade ao adentrar em curta, porém eficiente, genealogia do conceito de golpe de Estado, do século XVII aos dias de hoje (p. 51). Interessante apontar – como bem lembra o autor – que os golpes se reinventam conforme os séculos. Dessa forma, é natural que golpes do século XXI possuam configurações e lógicas distintas dos golpes do século XX. Em outras palavras, se no século anterior eram comuns imagens marcantes de tanques depondo presidentes, neste – ainda que o modo antigo continue sendo usado, como Myanmar recentemente evidencia –, com particular destaque à América Latina, vem se disseminando uma espécie de golpe travestido de *impeachment*, uma manobra judicial que o banaliza, o transforma em voto de desconfiança e ignora a teórica impossibilidade de destituir um líder por questões apenas políticas no presidencialismo – ao mesmo tempo em que, ironicamente, blinda outro que comete crimes de responsabilidade em escala diária. Nesse novo formato, diferentemente do anterior, apesar da ruptura não há uma mudança institucional ou a transição para um autoritarismo declarado (p. 58-59).

No ensaio seguinte, Ana Flauzina trata da violência do Estado brasileiro em relação à sua população negra, intensificada após o processo de *impeachment*. Um tema retomado por Tulio Custódio algumas páginas depois, analisando não apenas a violência, mas os limites da democracia em si. Esther Solano Gallego, no ensaio seguinte, abre praticamente retomando de onde Flauzina parou, lembrando da política estatal de extermínio de populações marginalizadas (p. 83). Gallego, contudo, volta sua análise às redes sociais, em perspectiva alinhada à de Messenberg, buscando apreender a construção de uma retórica do antagonismo, da criação de inimigos imaginários: comunistas, maconheiros, petistas, esquerdistas, feministas, entre infinitas possibilidades (p. 88). Uma vez mais em consonância com Messenberg, Gallego identifica três grandes campos semânticos que agregam a retórica antagonista desses grupos: belicismo policial, combate à corrupção e conservadores/liberais. Ainda que o ensaio se limite a um espaço temporal de 2014 a 2017, mais voltado, portanto, à movimentação na época do *impeachment*, grande parte dos atores identificados continuam ativos na base bolsonarista, especialmente os que estão no centro do diagrama (p. 89).

Luis Felipe Miguel traz evidente, já no título de seu ensaio, sua proposta: “Há solução sem revolução?” Miguel debate o processo de erosão da democracia brasileira, até pouco tempo classificada como “democracia consolidada”, e o fracasso das instituições em proteger o Executivo de um voto de desconfiança travestido de *impeachment* (p. 99). O autor não esconde sua perspectiva pessimista: considerando as oligarquias e a estrutura autoritária secular do Estado brasileiro, crê que apenas

uma revolução – e, aqui, é importante ressaltar que não fala da imagem clássica de revolução, mas de um processo de radicalização da democracia e combate à desigualdade – é capaz de alterar a alternância desse pêndulo, para utilizar a imagem criada por Leonardo Avritzer (2019) entre democracias limitadas e autoritarismos. Ademais, também lembra que a Constituição possui um mecanismo legal que, em última instância, legitima a ação direta dos militares. O artigo 142 concede poderes às Forças Armadas que, a depender da interpretação, pode servir para legitimar uma intervenção direta, como em 1964. Robert Dahl (2005: 64) lembra que, ainda na década de 1970,

[...] nos lugares onde as forças militares são relativamente grandes, centralizadas e hierárquicas [...] a poliarquia é certamente impossível a menos que os militares sejam suficientemente despolitizados para permitir um governo civil (Dahl, 2005: 64).

Por fim, Tatiana Vargas Maia e Fabrício Pontin apresentam o último ensaio: “Cidadania, semicidadania e democracia no Brasil contemporâneo”. Nele, os autores se dobram sobre as limitações da democracia brasileira em relação à semicidadania que impõe a alguns de sua população, em especial sobre um recorte de raça e gênero. Maia e Pontin resgatam uma breve genealogia do conceito de cidadania, apontando sua relação intrínseca com o nascimento da política contemporânea e da própria democracia em si. Assim, definem o ser cidadão como o ato de “ser titular de um poder público não limitado e participar de modo estável do poder de decisão coletiva” (p. 146). Nesse cotejo, desenvolvem a noção de semicidadania, a partir de ideias de Nancy Fraser em que o cidadão, nas concepções contemporâneas, é reduzido a consumidor (p. 147).

Os ensaios discutidos se interseccionam ao apontar a origem de alguns dos principais caminhos e vertentes do bolsonarismo; ademais, divididos sobre as mais diversas frentes, ressaltam a importância de tomar o bolsonarismo como ele de fato é: um movimento amplo e heterogêneo. Todavia, ainda que o livro tenha sido lançado em 2019, faz falta algumas análises mais voltadas para o primeiro ano de governo, ou para as eleições do ano anterior. Por mais que seja impossível entender o bolsonarismo sem entender o contexto que levou à sua ascensão, considerando-o como um sintoma da degradação democrática, não como causa, seria pertinente que a obra tivesse um ou mais ensaios atualizados para o contexto de e após 2018. A despeito do “bolsonarismo” no título, o livro trata mais do cenário nos anos anteriores à sua eleição, do que do bolsonarismo em si.

Referências

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, Editora USP, 2005.

DATAFOLHA. Eleições 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>>. Acesso em: 05 Maio 2021.



Os desafios contemporâneos para a democratização em países em desenvolvimento: a classe média autoritária

Recebido: 10.08.21
Aprovado: 23.08.21

ROSENFELD, Bryn. *The autocratic middle class: how state dependency reduces the demand for democracy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2021.

Laura Pimentel Barbosa (<https://orcid.org/0000-0003-0310-0384>),
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasilⁱ.

i. Laura Pimentel Barbosa é doutoranda em ciência política pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). <laura.pimentelbarbosa@usp.br>.

Para as principais teorias sobre democratização (modernizante e redistributiva), a classe média cumpre um papel central. Por um lado, é considerada um ator modernizante e liberal; por outro, é vista como a força que facilita a mobilização de outras classes em favor da democracia. No entanto, nas últimas décadas, temos observado países onde a ascensão da classe média não tem se traduzido em democratização, transformando-se num fenômeno que impõe novos desafios para analistas da democracia. O trabalho mais recente da cientista política Bryn Rosenfeld, *The autocratic middle class: how state dependency reduces the demand for democracy* (2021, ainda sem tradução para o português), é um dos primeiros dedicados a buscar entender por que a nova classe média de países autocráticos em desenvolvimento não parece ser um ator democratizante.

Rosenfeld é professora de ciência política na Universidade de Cornell, o livro é o resultado de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Princeton (2015), e estudos recentes ajudaram a complementar a análise. O livro faz parte da coleção “Princeton studies in political behavior”, dedicada a trabalhos focados nas tendências contemporâneas em comportamento político. Nosso objetivo é apresentar seu trabalho aos leitores brasileiros e estimular o debate sobre desenvolvimento e democratização no pós-Guerra Fria a partir das questões, dos conceitos e mecanismos indicados e observados pela autora. Apesar de seu estudo ser baseado em países pós-soviéticos, os fenômenos observados podem servir para nos fazer refletir sobre problemas semelhantes em países em desenvolvimento em outras regiões, como a própria América Latina.

O primeiro capítulo é a introdução ao trabalho. A questão central gira em torno de como a estrutura econômica e social de países autoritários afeta a formação da classe média, portanto, concerne às possibilidades de democratização. O argumento (hipótese) é o seguinte: quando o *status*, as expectativas e os planos de vida da classe média estão atrelados ao Estado, a tendência é de que a classe média não se torne liberalizante, pelo contrário, transforma-se em força política conservadora e antidemocrática. Nesse sentido, haveria uma grande diferença no comportamento político de uma classe média formada no setor privado e outra que depende do Estado para manter o seu *status*. Os países pós-soviéticos autocráticos são exemplos de lugares onde a classe média tem se consolidado em dependência do Estado, assim, faz sentido estudar esses países como casos representativos. Em termos metodológicos, a autora busca identificar os mecanismos que fazem com que, por meio da dependência estatal, a classe média se torne antidemocrática.

O segundo capítulo é destinado a aprofundar o argumento, apresentar os principais conceitos, bem como os mecanismos hipotéticos a serem testados nos estudos de caso. Dentre os principais conceitos utilizados pela autora, destacam-se sua definição de classe média e o emprego estatal. “Classe média” é definida com base em escolaridade, capital humano e *status*, e não em termos normativos, materialistas (como “proprietários dos meios de produção”), ou com base na renda (o que dificultaria muito a análise comparada, uma vez que a média e mediana da renda são muito diferentes entre os países analisados). Classe trabalhadora e não classe média são usados de forma intercambiável para se referir aos grupos que estão no trabalho informal ou cuja atividade é manual e pouco qualificada. Por sua vez, “emprego estatal” se refere ao funcionalismo público, empregos em empresas estatais, e profissionais pagos com recursos do estado, como médicos e professores. Os principais mecanismos a serem testados são: *i.* incentivos materiais; *ii.* falta de alternativas no setor privado; *iii.* inclinação profissional; *iv.* satisfação; *v.* socialização. A hipótese rival é a da seleção, ou seja, que o emprego estatal atrai indivíduos que aprovam o regime previamente.

O capítulo 3 é dedicado a tratar dos mecanismos que podem confundir a análise. Uma tendência das pesquisas sobre comportamento político é trabalhar a classe média como um grupo unitário, dificultando a observação das relações entre classe média e Estado. Para demonstrar as diferenças nas preferências políticas de diferentes grupos que formam a classe média nesses países, a autora se utilizou dos *surveys Life in Transition* desenvolvidos pelo Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento (Berd), entre 1989 e 2006, em países pós-comunistas democráticos e não democráticos. Esses *surveys* abordam questões sobre preferências políticas, escolaridade, carreira, satisfação material, percepção da desigualdade, en-

tre outros temas. Os resultados são consistentes com o argumento da autora: em países não democráticos, as preferências políticas a favor da democracia são muito menores entre a classe média empregada pelo Estado do que a sua contraparte empregada no setor privado. Esse resultado se mantém mesmo controlando por tipo de carreira, período de socialização e escolarização, e aspectos étnicos, culturais e religiosos (p. 80-87).

Os capítulos seguintes são estudos de caso que ajudam a testar os mecanismos hipotéticos indicados no capítulo 2. O capítulo 4 é dedicado a entender os padrões de participação política da classe média dependente. O caso estudado se refere às manifestações ocorridas na Rússia, entre 2011 e 2012, após as eleições parlamentares. A autora busca estimar a prevalência de participação em protestos políticos para determinados grupos, permitindo comparar os níveis de participação entre diferentes tipos de classe média. A autora observa que a mobilização se reduz muito entre os grupos dependentes do Estado, especialmente na classe média. Numa análise mais refinada, percebe-se que mesmo quando indivíduos da classe média dependente participam desses protestos, eles não o fazem em defesa da democracia (p. 116). Nesse caso, dois mecanismos estão em cena, o primeiro é “negativo”, e se refere ao medo de perder o emprego no Estado ao participar dessas demonstrações; o segundo é “positivo” e se refere às vantagens que esses grupos usufruem no regime existentes. Esses resultados também ajudam a explicar por que vale a pena para um regime autocrático conceder benefícios à classe média, apesar de eles serem mais caros, do que aqueles concedidos à população em geral, muito embora a utilidade marginal de benefícios menores para a classe trabalhadora seja muito maior e mais barata. Isso tem a ver com a relevância das classes médias para o sucesso das mobilizações populares. Quando parte da classe média foi cooptada por incentivos diversos, mesmo esses acima descritos, a força e recorrência dessas demonstrações por esse grupo é reduzida. Essas observações podem ajudar a avançar os estudos sobre patronagem em outros países.

No capítulo 5, a autora explora o mecanismo hipotético rival: a seleção, ou seja, a ideia de que o emprego no serviço estatal seleciona pessoas que já aprovam o regime. A partir de um *survey* desenvolvido em colaboração com pesquisadores na Escola de Economia de Moscou, a autora coletou dados sobre os planos, as visões políticas, os valores e a personalidade de cerca de 1.400 estudantes de universidades russas de elite. Os resultados demonstram que tanto aqueles que intencionam empregos no setor privado quanto público preferem o autoritarismo (61% e 60%, respectivamente), indicando que o mecanismo de seleção pode não estar presente. Por outro lado, a proximidade com o setor público, seja por amigos ou família, tem uma influência maior na possibilidade de desejar o serviço estatal.

Além disso, aqueles que relataram perda de renda familiar com a transição política também demonstraram preferência pelo serviço estatal. É notável que itens como salários e benefícios em si não sejam os mais importantes nas decisões profissionais desses jovens que preferem o serviço estatal. Isso sugere que as pessoas escolhem o serviço estatal por diversas razões, que vão desde a insegurança até a influência familiar, mas não necessariamente pelos ganhos formais (salários). Nesse sentido, as diferentes preferências entre a classe média do setor privado em comparação com a classe média do setor público parecem ser o resultado dos incentivos materiais e da socialização, reforçando o argumento principal do trabalho.

O capítulo 6 é focado justamente nos mecanismos de reforço das atitudes e preferências políticas. A autora parte de outro caso representativo, a Ucrânia. Nesse capítulo, Rosenfeld se utiliza das pesquisas de opinião pública que consistem em três ondas que seguem as mesmas pessoas por um certo período. Os dados foram coletados entre 2003 e 2007. Ao se concentrar nos novos membros do mercado de trabalho, a autora consegue testar os mecanismos de reforço, como incentivos e socialização (p. 174).

Os resultados ajudam a confirmar o argumento de que a inserção no setor estatal tem efeito causal nas preferências políticas da classe média. Mais interessante é observar como essa diferenciação ocorre rapidamente – um padrão que seria inconsistente com o mecanismo de socialização e mais associado ao mecanismo dos ganhos (incentivos) materiais e do *status*; ou seja, uma vez empregados, esses indivíduos temem muito a perda de sua posição e de seus rendimentos (formais e informais). Como reforço a esse mecanismo, nesses países o mercado de trabalho privado é pouco desenvolvido e marcado pela informalidade, oferecendo poucas oportunidades de saída para profissionais mais escolarizados e reforçando a dependência.

No último capítulo empírico, o mais qualitativo do trabalho, a autora explora o discurso político e as estratégias de desenvolvimento econômico e de criação de uma classe média dependente. Aqui, o caso estudado é o Cazaquistão. Embora nesse país a classe média continue sendo minoria (cerca de 20% da população), houve sucesso no projeto do regime em criar, por meio do serviço estatal, uma classe média coesa e dependente. Para esses grupos, a mudança de regime implicaria em possíveis perdas de benefícios formais e informais, assim como perda de *status* e insegurança. Tudo isso, por sua vez, reforça um sentimento antidemocrático e conservador, conforme as pesquisas de opinião apresentadas no livro demonstram. Os mecanismos observados pela autora para a criação da classe média dependente são o engajamento do Estado na economia e os incentivos materiais. Novamente, o

mecanismo de seleção não parece ter tido efeito causal significativo. O capítulo 8 é uma compilação dos resultados apresentados no livro.

O trabalho de Rosenfeld nos apresenta inovações metodológicas para os estudos sobre democratização e questões normativas importantes. Em termos metodológicos, a hipótese avançada no livro é testada a partir da investigação dos mecanismos numa perspectiva micro pelos quais o Estado autoritário consegue promover o desenvolvimento econômico e constituir uma classe média avessa aos princípios liberais; trata-se de uma abordagem que abre caminhos para outros estudos sobre democratização e consolidação democrática, estimulando analistas a buscarem entender as consequências políticas para a democracia de uma classe média dependente, e não apenas em países pós-comunistas. Expandir essa abordagem para outras regiões onde a democracia não se consolida apesar de o desenvolvimento ser importante, nos ajudaria a descobrir outros mecanismos pelos quais o Estado autoritário ou quase-autoritário influencia a opinião pública em seu favor. Além disso, a autora avança nos estudos sobre patronagem e clientelismo no século XXI, uma vez que os incentivos para distribuir benefícios são diferentes daqueles abordados em estudos clássicos, sobre sociedades rurais e pouco desenvolvidas em termos econômicos, o que exige uma releitura desses processos à luz da nova conjuntura econômica e internacional.

Rosenfeld nos oferece uma abordagem cuidadosa e inovadora que certamente contribuirá muito para os estudos sobre democratização, além de fornecer uma explicação para uma importante questão contemporânea: por que, em países autocráticos, o desenvolvimento e a ascensão da classe média não promoveram a democratização? No limite, essa questão se insere no desafio da consolidação dos regimes democráticos em qualquer que seja a região: se, por um lado, a democratização exige do Estado instituições capazes de corresponder às expectativas e demandas da sociedade, por outro, é necessário haver apoio aos valores liberais que sustentam os aspectos normativos da democracia: pluralismo, liberdade individual, liberdade de associação e de expressão, bem como proteção aos direitos das minorias.



Variações à direita: Steven Bannon, Alexander Dugin e Olavo De Carvalhoⁱ

Recebido: 26.09.21
Aprovado: 07.10.21

TEITELBAUM, Benjamim. *War for eternity: inside Bannon's far right circle of global power brokers*. New York: Harper Collins, 2020.

Gabriel Guimarães (<https://orcid.org/0000-0002-5630-6557>),
Centro de Estudos Internacionais (ESPP), Lisboa, Portugalⁱⁱ.

O livro *War for eternity: inside Bannon's far right circle of global power brokers*, de Benjamim Teitelbaum, trata de um tema que no Novo Século parece ganhar cada vez mais importância. Aquele acerca das organizações voltadas para a metapolítica e como podem impactar na política representativa convencional. Ou seja, como organizações pequenas e, a princípio, obscuras, podem ter real influência em partidos e atores políticos de grande envergadura no cenário representativo, isto é, como organizações voltadas para uma esfera totalmente não convencional, conseguem, eventualmente, influenciar governos eleitos em democracias de massa.

Para isto, Teitelbaum analisa a rede de relações em torno a três formadores de opinião que passaram a ter considerável influência sobre diversos atores políticos e mesmo governos de seus países. São eles, Steven Bannon, dos Estados Unidos, Alexander Dugin, da Rússia, e Olavo de Carvalho, do Brasil¹. O autor traça a trajetória intelectual dos três, discutindo suas influências intelectuais e teóricas, suas experiências em organizações de vários tipos, com destaque para os círculos esotéricos. Segundo Teitelbaum, Bannon, Dugin e Carvalho estariam conectados por um enquadramento de mundo mais ou menos comum, no caso, a escola de pensamento conhecida como *tradicionalista*

Esta linha teórica e ideológica teria como principais nomes o francês René Guénon e o italiano Julius Evola, dentre vários outros autores igualmente relevantes. Em geral, suas ideias são desenvolvidas ao largo da produção acadêmica e universitária; o *tradicionalismo* enxerga a modernidade e o sistema de valores que a sustenta como apenas um interregno histórico de duração relativamente curta, fadada ao colapso.

i. Esta resenha é parte do projeto de pesquisa "A Nova Direita radical euroamericana em Portugal: uma perspectiva comparada". PTDC/CPO-CPO/28748/2017.

ii. Gabriel Guimarães é doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Investigador Integrado do CEI-Iscte, Centro de Estudos Internacionais (ESPP), Lisboa, Portugal. <gfrgs@iscte-iul.pt>.

1. Quando se fala em democracia de massa, se quer dizer apenas regimes multipartidários dotados de eleições periódicas. Não se discute aqui o teor e a profundidade da poliarquia nos países em questão.

Seus operadores creditam que a ideia de igualdade desenvolvida pelos ideais da Revolução Francesa, a partir de 1789, não se sustenta, em função do caos proveniente do nivelamento igualitário. No arrebalde deste colapso, o *ethos* marcial e espiritual que caracterizara as sociedades pré-modernas volta novamente à tona, trazendo consigo hierarquias militares e religiosas como as que se encontravam no centro da organização da vida na pré-modernidade.

Bannon, Dugim, e Carvalho tiveram, em algum momento, sempre segundo Teitelbaum, contatos com o *tradicionalismo*, seja através da leitura de seus autores, seja através do contato com círculos tradicionalistas, fundamentais para a sua formação ideológica. O norte-americano teria tido seus primeiros contatos com o tradicionalismo ainda jovem, quando servia na Marinha norte-americana. Na cidade de Hong Kong, em uma velha livraria, Bannon iniciou-se na escola tradicionalista. Dugim, por sua vez, estabeleceu seus primeiros contatos também jovem, ainda no período da antiga União Soviética, com grupos de jovens que se opunham ao regime soviético, combinando noites de bebedeira, a apreciação de estilos musicais proscritos pelo regime, e ideias tradicionalistas. Já Olavo de Carvalho teve seus contatos iniciais com o tradicionalismo com a Tariqa de Fritschof Schuon, um culto esotérico islâmico, em Indiana, nos Estados Unidos.

Teitelbaum discorre sobre a bem sucedida carreira de Bannon no setor financeiro, mas sempre envolto nas teorias e ideologias tradicionalistas. Algo que chama atenção é como Bannon teria adaptado essas ideias ao contexto moderno dos Estados Unidos, enxergando nas populações rurais e na classe trabalhadora, majoritariamente de origem escocesa e irlandesa, nichos sociais ainda embebidos pela tradição. O homem da *Deep America*, com sua suposta autonomia frente às multiculturais metrópoles norte-americanas, sua familiaridade no uso de armas de fogo, sua desconfiança ou mesmo hostilidade frente às chamadas ideologias de gênero o tornariam a expressão norte-americana de um tipo social dotado de valores tradicionais.

Dugim, organizou, nos anos 1990, pequenos partidos políticos, como o Partido Neo-Bolchevique, em 1992, e o Partido Eurasia, em 2001, de inspiração tradicionalista. Apesar de serem partidos de pouca expressão eleitoral, Dugim foi alçado a cargos políticos de importância, como conselheiro de membros da Duma. Suas ideias também teriam ressonância entre os militares, com quem ele, alegadamente, mantém laços estreitos. Tornou-se notório ao propor o que chama de *Quarta teoria política*, uma geopolítica de um mundo dividido em blocos culturais distintos com um livro de mesmo nome.

Olavo de Carvalho, depois de escrever para diversos jornais brasileiros, estabeleceu-se na Virginia, Estados Unidos, onde fundou o *Curso Online de Filosofia*, e o site

Mídia sem Máscara – TrueOutspeak. Através do YouTube, ele pôde difundir suas ideias passando ao largo da grande mídia, que ele considera corrupta e sintonizada ao socialismo e ao globalismo. A luta contra o globalismo, especificamente, é um ponto em comum que Carvalho tem com Bannon e Duguim, e por esta dentre outras razões, Teitelbaum considera que os três fazem parte da mesma rede de formadores de opinião, dotados de ideias semelhantes, com a mesma base teórica e ideológica.

Esse enquadramento de mundo comum estaria relacionado, basicamente, à denúncia do que chamam de globalismo – estruturas de poder transnacionais que, gradativamente, tomam o espaço dos governos nacionais em diversos campos das políticas públicas, com particular ênfase na educação. Essas agências globais, para Bannon, Duguim e Carvalho, seriam geridas por um tipo de ideologia conhecida, genericamente, por “marxismo cultural”, caracterizada pelo avanço na demanda de direitos para minorias raciais e sexuais, pelo ambientalismo e pela chamada alter-globalização. A consolidação desses valores seria articulada à ideia tradicionalista de Kali Yuga, isto é, o colapso civilizacional que ocorre, de tempos em tempos, dentro de uma perspectiva cíclica da história. Do Kali Yuga, uma nova era dourada nasce, rearticulando os principais elementos das sociedades tradicionais pré-modernas.

Ao longo da descrição e análise de Teitelbaum, nota-se uma rede internacional de autores, bloggers, youtubers e formadores de opinião que, em maior ou menor medida, se articula com Bannon, Duguim e Carvalho. Ao elegerem o *tradicionalismo* como núcleo ideológico de base, outros formadores de opinião se caracterizariam pelo culto de valores de diversas civilizações pré-modernas que se estendem da Índia, passando pela Pérsia até a Europa pagã. Seria o eixo de formação das civilizações indo-arianas, explicitamente valorizadas por Evola, e posteriormente, Duguim. O ex-professor de filosofia Jason Jorjani, norte-americano de origem iraniana, que defendia a guinada do Irã de uma identidade islâmica para outra Persa-ariana, era um deles. O tradicionalista John Morgan, que oscilava entre um espiritualismo hinduísta e ideias nacionalistas brancas, assim como o autodeclarado nacionalista branco Richard Spencer, coordenador do National Policy Institute, integravam a rede de formadores de opinião que pairava dentro do eixo Bannon-Duguim. Apoiavam Trump e sustentavam a proposta de sociedades etnicamente homogêneas fundamentando-se em autores do tradicionalismo. Destaca-se ainda Daniel Friberg, ativista sueco do movimento identitário europeu, um dos fundadores da editora Arktos, voltada para a edição de livros de autores tradicionalistas assim como da direita europeia, que surge a partir de Alain de Benoist e da *Nouvelle Droite*.

O principal ponto do livro se dá na convergência de duas dimensões analíticas, uma sendo a articulação de redes de intelectuais voltadas para a *metapolítica*, pas-

sando ao largo da política convencional, mas, de certa forma, mantendo contato com ela. Isso faria com que intelectuais que atuam fora do universo *mainstream* acadêmico tivessem acesso direto a líderes de governo, tornando-se, ao fim e ao cabo, importantes influenciadores na política de seus países. A outra dimensão está no plano ideológico, onde as doutrinas tradicionalistas antimodernas foram utilizadas para justificar projetos nacionalistas, por sua vez, modernos. O tradicionalismo guénoniano-evoliano, é colocado pelo autor como epicentro da visão de mundo do círculo da *far-right* em torno a Bannon, e da qual fariam parte Duguim e Carvalho.

Algo interessante é como ele clarifica as relações entre pequenos grupos articulados fora da política convencional, de forma a mostrar os possíveis impactos da metapolítica, e de organizações de timbre esotérico nas instituições políticas formais e em governos constituídos. Também é importante no que se refere a expor como modelos teóricos, a princípio desacreditados, a exemplo das doutrinas tradicionalistas, podem se ressignificar e rearticular-se dentro das estruturas do Estado moderno, impactando diretamente nas agendas de governo. Neste sentido, Teitelbaum dá uma importante contribuição para a sociologia política.

Entretanto, ao analisar apenas as redes internacionais do tradicionalismo, baseando-se principalmente em suas conversas e entrevistas com aqueles que orbitam em torno a Bannon, perde-se um pouco da carga teórica e ideológica desses formadores de opinião. Ao analisarmos minuciosamente os escritos de Olavo de Carvalho, assim como sua atuação na rede virtual YouTube, é possível perceber que, ainda que ele teça alguns elogios a Guénon e Evola, como mostra Teitelbaum, seu principal eixo teórico se debruça mais em um cristianismo ultraconservador, de traços não esotéricos. Do ponto de vista eminentemente político, está mais próximo da *American Christian Right*, da qual alguns os nomes mais proeminentes são Francis Schaeffer, Jerry Falwell, Phyllis Shaffin e Pat Robertson (Wilcox, Rozell & Gunn, 1996), podendo-se recuar na história até o padre Charles Coughlin (Ketchaver, 2009). Já Duguim está na tradição que remonta a Herder, e quando associado às teorias da tradição, em contextos de Estado moderno, traduz-se em etnonacionalismos forjados em grandes blocos culturais, com valores intransmissíveis a indivíduos que não lhes pertençam. Seria a comunidade cultural fechada, a *Gemeinschaft*, em oposição à sociedade aberta oriunda dos ideais iluministas, a *offene Gesellschaft*. Politicamente, ele estaria mais próximo do Movimento Identitário Europeu, e da *far right* da Europa dos dias atuais, de forma geral (Laruelle, 2006; Zúquete, 2018).

Olavo de Carvalho não defende blocos culturais herméticos, mas sim a tradição Judaico-Cristã em uma perspectiva transversal a toda forma de culturalismo. Embora fora da visão iluminista de mundo, também não está atrelada a particularismos cul-

turais e étnicos, como existe no pensamento de Duguim. Essas diferenças tornam-se claras no debate entre o brasileiro e o russo que foi publicado como livro em 2012. Enquanto Dugin afirma que os particularismos do Ocidente estão embutidos nas origens paleoantropológicas do homem europeu, da expansão dos povos indo-arianos rumo à Europa, Carvalho vê o Ocidente na matriz teológica judaico-cristã, não importa em que núcleo geográfico e social se localize (Dugin & Carvalho, 2012). O ideólogo brasileiro afirma no debate não ter partido político, mas estar com os cristãos conservadores, católicos e protestantes, de todo o mundo.

Pode-se dizer que a proposta olavista está mais em consonância com aquela da *Christian Right* americana que aparece quando do surgimento do movimento *Moral Majority*, comandado pelo pastor Jerry Falwell, e alcança seu auge nos anos 1980 e 1990. O enquadramento dessa direita conservadora está na oposição ao ensino da teoria da evolução e da ciência em geral nas escolas, oposição da agenda LGBT, do aborto, dos contraceptivos, e a tudo que diz respeito ao que classificam como um comunismo sem Deus (Conger, 2019; Lugg, 2001). A defesa de Carvalho da tradição se dá em termos exclusivamente judaico-cristãos, e não em termos etnoculturais, como ocorre com a ideologia de Duguim, com a *Nouvelle Droite* francesa (Bar-On, 2011), a direita identitária europeia e a etnobiologia darwinistada *Alt-right* americana (Zúquete, 2018). E também se diferencia do *tradicionalismo* guénoniano-evolucionário que Teitelbaum coloca como eixo teórico de toda a rede de Steve Bannon, pois o tradicionalismo pensa aquilo que é perene em toda tradição, independentemente de ser cristã.

Um dos maiores esforços da *Christian Right* foi imiscuir a cosmologia cristã e a cultura ocidental, reduzindo a segunda à primeira, e focando no pensamento dos pais fundadores dos Estados Unidos, considerados como mais cristãos do que propriamente liberais. Olavo de Carvalho faz isso, em boa medida, com o pensamento ocidental. Suas críticas a Darwin e a Kant, seu ataque contundente a Maquiavel em seu livro *Maquiavel ou a confusão demoníaca*, dentre outras coisas, mostram a tentativa de amalgamar tudo que se opõe à Igreja como parte do que chama de húbri revolucionária. Sua crítica feita no YouTube ao Carnaval, afirmando que se trata de uma festa de deuses pagãos, ilustram o seu anticulturalismo e antiparticularismo em prol de uma visão cristã politicamente ativada de mundo. Neste sentido, há uma lacuna na obra de Benjamim Teitelbaum, que centra muito nas entrevistas feitas com formadores de opinião e intelectuais independentes, passando, em boa medida, ao largo dos seus escritos – ainda que ele mencione o debate entre Carvalho e Duguim – e de seus núcleos teóricos mais particulares.

Referências

BAR-ON, Tamir. Transnationalism and the French Nouvelle Droite. *Patterns of Prejudice*, v. 45, n. 3, p. 199-223, 2011.

CONGER, Kimbrtlu H. The christian right in US politics. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 2019.

DUGIN, Alexander; CARVALHO, Olavo de. *Os Estados Unidos e a nova ordem mundial: um debate entre Alexander Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas, SP: Vide Editorial, 2012.

KETCHAVER, Karen. Father Charles E. Coughlin: the radio Priest of the 1930's. *Theological Librarianship*, v. 2, n. 2, 2009.

LARUELLE, Marlene. Aleksandr Dugin: A Russian version of the European radical right? *Occasional Papers*, n. 294, 2006.

LUGG, Charles. The Christian Right: a cultivated collection of interest groups. *Educational Policy*, v. 15, n. 1, p. 41-57, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177%2F0895904801015001003>>.

WILCOX, Clide; ROZELL, Mark J.; GUNN, Roland. Religious coalitions in the New Christian Right. *Social Science Quarterly*, v. 77, n. 3, p. 543-558, 1996.

ZÚQUETE, José Pedro. *The Identitarians: the movement against Globalism and Islam in Europe*. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2018.



Resumos
de teses e dissertações

Estado para quem?

A linguagem fiscal e o financiamento da educação pública no Brasil

Elton Bernardo Bandeira de Melo

Orientador: Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 19.03.2021

Este trabalho aborda a relação entre demandas sociais e restrições fiscais nas práticas de planejamento e orçamento federais no Brasil. Mais especificamente, analisamos como é possível converter demandas pela expansão dos investimentos públicos em educação em ameaça à economia nacional, algo contrário ao interesse público. Com base principalmente na análise documental das práticas no interior do Estado compreendidas entre 2011 e 2020, três perspectivas analíticas complementares foram aplicadas. A primeira toma a analítica da governamentalidade de Michel Foucault como referência principal. Aqui, a análise das racionalidades que marcam o planejamento e o orçamento federal no país remonta à década de 1930. Nessa parte do trabalho, destacam-se as categorias do pensamento social brasileiro vinculadas às representações do Estado, bem como as influências do neoliberalismo e do racismo do Estado nas práticas orçamentárias nacionais. A segunda parte baseia-se principalmente na obra de Pierre Bourdieu sobre o Estado e a gênese do campo burocrático. Aqui, enfocamos a dimensão simbólica e construtiva dos atos de Estado. A terceira e última parte é inspirada no trabalho de Erving Goffman sobre as representações de si nos estabelecimentos sociais para uma compreensão da luta dentro do Estado por recompensas simbólicas e materiais. Usamos algumas categorias de Jacques Rancière para integrar as abordagens acima descritas em uma compreensão de como as práticas do Estado configuram a partilha do sensível e constituem uma estética das questões públicas. As práticas de planejamento e orçamento fazem com que o gasto social e, em particular, o investimento em educação apareçam no espaço público como risco à segurança econômica do país. Elas produzem uma ideia de público na qual os gastos com educação estão sujeitos a classificações e regras fiscais. A perspectiva fiscalista, prevalecente no grupo dos agentes públicos mais bem posicionados na arena estatal, é convertida em universal. A austeridade fiscal, apoiada nas práticas

oficiais de orçamento e finanças, impede o atendimento de demandas por mais despesas sociais, exigindo o sacrifício de parcela da população – justamente a parcela mais vulnerável, que, ao mesmo tempo, é privada de direitos fundamentais e de participar do mundo social em que vive.

Palavras-chave: Estado. Práticas estatais. Planejamento. Orçamento. Burocracia. Austeridade fiscal. Financiamento da educação. Governamentalidade, representação, neoliberalismo, racismo, estética das questões públicas, partilha do sensível.

Cachorreiros e cães da polícia e dos bombeiros: um estudo em representações sociais a partir das relações humano-cão

Edi Alves de Oliveira Neto

Orientador: Profa. Dra. Maria Stela Grossi Porto

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 17.03.2021

Este trabalho tem como objeto de estudo a relação entre humanos e cães no contexto do trabalho de policiais e bombeiros militares do Distrito Federal. O objetivo geral é avançar na compreensão dessas instituições, de seus agentes e da relação entre eles e a sociedade, a partir da análise sociológica da relação humano-cão. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram observação e entrevistas semiestruturadas. A análise e a interpretação dos dados foram amparadas metodologicamente pela teoria das representações sociais. Pelo discurso dos atores, denominados cachorreiros, localizo os núcleos de sentido que compõem suas representações sobre sua identidade, sobre seu trabalho e, principalmente, sobre sua relação com os cães.

A análise dos dados revelou que a relação cachorro-cão coloca os cães em posições que extrapolam sua representação como ferramenta do trabalho policial; revelou, ainda, que essa relação é permeada por ambiguidades que expressam seu contexto social. O cão policial transita entre diferentes dicotomias – como objeto-sujeito, ferramenta-trabalhador, agente ativo- agente passivo, animal de trabalho-pet, dentre outras – produzindo e reproduzindo ambiguidades que estruturam a realidade social compartilhada por eles e seus condutores humanos, revelando-se um achado significativo para o avanço das relações polícia-sociedade.

Além deste, apontaria como achados importantes:

- i.* a constatação de que o cão tende a se destacar como ator social pleno, servindo como lubrificante social na relação entre polícia, bombeiros e sociedade, integrando a identidade profissional individual e coletiva dos cachorreiros;

ii. a atuação do cão como mediador social das relações entre atores e entre instituições, permitindo a construção de redes de relações entre cachorreiros;

iii. o fato de o trabalho desenvolvido pelos policiais cachorreiros caminhar para a redução da violência resultante do uso da força, na contramão do que é verificado no restante da atividade policial.

Palavras-chave: Policiamento com cães. Cães policiais. Relação humano-animal. Relação polícia-sociedade. Sociologia das relações interespecie.

As engrenagens de um sistema político: estudo etnográfico sobre o exercício do poder político local

Werles Xavier de Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 17.06.2021

Este estudo tem por objetivo fazer uma investigação sobre o exercício do poder político local em Iraí de Minas (MG). Para tanto, a partir de uma visão de dentro, como nativo, buscou-se compreender, mediante a análise de seus elementos constitutivos, qual a lógica social dominante que garante a existência e a reprodução de um determinado sistema político municipal. Em outros termos, mediante o manejo dos instrumentos da pesquisa etnográfica, como a observação direta e participante e o uso das entrevistas em profundidade com os nativos, além da consulta aos arquivos e documentos públicos do município, intenta-se compreender a dinâmica interna que rege a vida política no pequeno município, não enquanto poder que se projeta para fora, mas endogenamente, no município em si, poder que se faz presente de diferentes maneiras no cotidiano das pessoas. A pesquisa aborda temas como o estudo dos vereadores e o funcionamento da Câmara Municipal, os prefeitos e os atos de gestão, as campanhas eleitorais, o relacionamento entre os agentes políticos e a população em geral etc. Os resultados do estudo evidenciam a existência, na vida política de um pequeno município brasileiro, daqueles padrões sociais duráveis, irredutíveis à vida de um indivíduo, que constituem, de acordo com Durkheim, o objeto de análise de toda investigação sociológica empiricamente orientada. Nesse sentido, procura-se realizar uma etnografia sociológica, ou seja, uma etnografia sempre atenta às uniformidades da vida social. Não obstante as limitações deste trabalho, considera-se que muitos dos resultados desta tese são extensíveis a outros municípios brasileiros; entretanto, qualquer tentativa de generalização demandará a realização de novas pesquisas empíricas.

Palavras-chave: Pesquisa etnográfica. Sistema político. Dinâmica interna. Padrões sociais.

Da experiência à sala de aula: a perspectiva sociológica na prática discursiva de estudantes do ensino médio no Distrito Federal

Nilza Maria Soares dos Anjos

Orientador: Profa. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 26.02.2021

Esta pesquisa de mestrado discute a relevância do ensino de sociologia na formação instrucional de estudantes da educação básica brasileira. O objetivo deste estudo é identificar condutas e práticas sociais de alunos e alunas do ensino médio de escolas públicas no Distrito Federal, em consonância com suas percepções e perspectivas sociológicas acerca do social decorrentes de suas experiências de vida e de suas experiências escolares com as ciências sociais. A pesquisa de natureza qualitativa é centrada na descrição e análise do posicionamento do alunato do ensino médio em relação a determinados problemas públicos que são alvo de reflexões sociológicas nas aulas de sociologia na escola, tais como alguns marcadores de desigualdades na sociedade brasileira, a saber, questões de gênero, raça e classe. A utilidade intelectual da disciplina de sociologia para esses estudantes apareceu em situações pragmáticas de interação social em sala de aula e em outros espaços fora do contexto escolar nos quais são interpelados a provarem seus conhecimentos escolares veiculados em suas interpretações e críticas do social, a partir das quais também se revelam suas visões de mundo. O arranjo metodológico articulou abordagem fenomenológica com princípios da filosofia pragmatista de base americana e com a sociologia pragmática francesa, o que se apresentou apropriado na investigação de temáticas orientadas no sentido de identificar componentes praxiológicos em situação, tais como normas, valores e reflexividade. O lócus de observação das interações sociais foi a sala de aula e o laboratório de atividades com estudantes do ensino médio para fins de explorarmos como os sujeitos pesquisados interpretam, vivem, sentem e percebem a partir de suas experiências sociais e escolares diferentes dimensões do mundo social. Os resultados da investigação apontaram para saberes discentes sociológicos resultantes da articulação

entre experiências dentro e fora da escola, permitindo a expressividade de uma perspectiva sociológica operada a partir da desnaturalização e estranhamento de funcionamentos do social. Foi possível evidenciar em operações críticas dos alunos/alunas da disciplina de sociologia na escola registros da percepção de problemas sociais enquanto problemas públicos como fundamentos da elaboração de uma perspectiva sociológica por atores não peritos, ou seja, não cientistas sociais acadêmicos.

Palavras-chave: Ensino de sociologia. Escolas públicas do DF. Experiência escolar. Percepção e práticas sociais.

Do problema público à reparação: mobilização em torno do reassentamento de moradores de um bairro contaminado pelo ferro gusa na Amazônia maranhense

Ana Kely de Lima Nobre

Orientador: Profa. Dra. Sayonara de Amorim Gonçalves Leal

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 25.02.2021

Este trabalho faz uma discussão sobre dispositivos de mobilização acionados no quadro da experiência pública de moradores de um bairro no interior do Maranhão, afetados pela poluição causada por atividades de mineração na região. Interessamo-nos pelas noções de justo e injusto evocadas por cidadãos em situação social marcada por precariedades e que lutam por um reassentamento em uma localidade livre da contaminação por ferro gusa. Neste sentido, evocamos a noção de “ambientalização dos conflitos sociais” para refletirmos sobre o contexto de formulação de um problema público que se apoia no duplo registro moral de uma injustiça tanto ambiental quanto social. A problematização parte dos impactos causados pela poluição que atinge de forma variável diferentes grupos sociais e faz emergir ações coletivas que utilizam a questão ambiental como repertório de interesses e reivindicações para legitimar suas demandas sociais. Chamamos atenção ao “trabalho das emoções” operado pelos moradores como ponto de passagem para a gestão racional da indignação e proposição de ações efetivas. Interrogamo-nos sobre as situações em que as capacidades de expressão e deliberação dos atores sociais vitimizados pela contaminação são favorecidas ou intimidadas impactando os rumos das negociações entre moradores, mineradora e poder público. Debruçamo-nos sobre dados levantados a partir de pesquisa qualitativa, envolvendo entrevistas semi-estruturadas com moradores do bairro de Piquiá de Baixo, na cidade de Açailândia - MA e representantes de entidades não-governamentais implicados na organização da mobilização social em torno do reassentamento desta população, além da observação participante de reuniões onde atores concernidos na formulação do problema público debatem encaminhamentos para sua solução. Traçamos como objetivo deste trabalho discutir como as críticas e justificativas dos

atores sociais devem ser compreendidas a partir de processos e dispositivos que emergem das interfaces entre dados situacionais e estruturais que se pronunciam em momentos críticos. Consideramos que os resultados obtidos com a pesquisa nos permitem inferir que a capacidade crítica dos atores em ação é demonstrada em momentos de transição de uma causa individual para uma causa coletiva, sobretudo, quando estes operam a partir de uma gramática de reconhecimento que permite simbolizar o desrespeito experienciado e mobilizar representantes da opinião pública e operadores da ação pública em torno do direito à justaposição entre moradia e saúde.

Palavras-chave: Impactos da mineração. Mobilização. Reassentamento.

De animais a máquinas: humanos tecnicamente melhores nos imaginários de futuro da convergência tecnológica

Cesar Augusto Aspiazu da Silva

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 17.04.2020

O tema desta investigação é discutir os imaginários sociais de ciência e tecnologia que emergem a partir da área da neuroengenharia, em sua relação com a convergência tecnológica de quatro disciplinas: nanotecnologia, biotecnologia, tecnologias da informação e tecnologias cognitivas – neurociências (CT NBIC). Estas áreas desenvolvem-se e são articuladas por meio de discursos que ressaltam o aprimoramento das capacidades físicas e cognitivas dos seres humanos, com o intuito de construir uma sociedade melhor por meio do progresso científico e tecnológico, nos limites das agendas de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Os objetivos nesse cenário, são discutir as implicações éticas, econômicas, políticas e sociais deste modelo de sistema sociotécnico. Referimo-nos tanto às aplicações tecnológicas, quanto às consequências das mesmas na formação dos imaginários sociais, que tipo de relações se estabelecem e como são criadas dentro desse contexto.

Concluimos na busca por refletir criticamente sobre as propostas de aprimoramento humano mediado pela tecnologia, que surgem enquanto parte da agenda da convergência tecnológica NBIC. No entanto, as propostas de melhoramento humano vão muito além de uma agenda de investigação. Há todo um quadro de referências filosóficas e políticas que defendem o aprimoramento da espécie, vertentes estas que se aliam a movimentos transumanistas e pós-humanistas, posições que são ao mesmo tempo éticas, políticas e econômicas. A partir de nossa análise, entendemos que ciência, tecnologia e política estão articuladas, em coprodução, em relação às expectativas de futuros que são esperados ou desejados. Ainda assim,

acreditamos que há um espaço de diálogo possível, a partir do qual buscamos abrir propostas para o debate público sobre questões de ciência e tecnologia relacionadas ao aprimoramento da espécie humana.

Palavras-chave: Convergência tecnológica. Aprimoramento humano. Interação humano-máquina. Interface cérebro-máquina. Neuroengenharia. Imaginários socio-técnicos.

Normas

Escopo e política

A *Revista Sociedade e Estado* publica trabalhos, sempre originais, grande parte inéditos e de importância em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente para estas áreas do conhecimento. *Sociedade e Estado* aceita submissões em português, espanhol, francês, inglês e outro idioma a critério da Equipe Editorial, que poderão ser publicados em sua língua original. As seguintes categorias de trabalho podem ser publicadas como artigos avulsos, em seções específicas ou dossiês temáticos (para estes há regras específicas):

1. Estudos teóricos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Revisões críticas da bibliografia relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais, ênfase em sociologia.
4. Relatos de pesquisa: investigações baseadas em dados empíricos, utilizando metodologia científica.
5. Estudos de natureza metodológica: investigações acerca de procedimentos de pesquisa e análise de dados.
6. Resenhas.
7. Traduções (apenas em algumas plataformas da Revista).
8. Notícias e homenagens (apenas em algumas plataformas da *Revista*).

Será atribuído a cada artigo publicado um identificador DOI (Digital Object Identifier).

I. Apreciação pela equipe editorial

1. A *Sociedade e Estado* publica artigos de doutor/a(es/as) e/ou doutorando/a(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.
2. As submissões são realizadas apenas pelo site da *Sociedade e Estado*.

3. Os trabalhos enviados serão apreciados pela Equipe Editorial da *Revista* que fará a primeira triagem. Aqueles aceitos seguirão para a avaliação de, pelo menos, dois especialistas no tema que não possuam conflitos de interesse com o artigo. Estes emitirão pareceres sem conhecimento de sua autoria (avaliação duplo-cego) e permanecerão anônimos ao/à(s) autor/à(es/as).

4. É facultada ao/à(s) autor/a(es/s) a submissão em conformidade com a *Ciência Aberta*, exceto para artigos que comporão dossiês. Para tanto, deve/m preencher o formulário específico no site da *Revista* no ato do envio do manuscrito, bem como realizar/em seu depósito no servidor Open Preprint System (OPS) logo após à aceitação do artigo pela Equipe Editorial. Nesse caso, a modalidade da avaliação será por pares aberta.

5. Não são aceitos artigos que evidenciem plágio ou mais de 20% de autoplágio, sendo esses devidamente referenciados ao trabalho original. A *Revista* utiliza métodos de detecção de plágio por meio de softwares e pesquisa. Questões de natureza ética e boas práticas acadêmicas devem ser observadas pelos/as autores/as, como explicitar as fontes de financiamento e a aprovação por comitês de ética das pesquisas geradoras dos artigos, quando for o caso. Declaração a este respeito é solicitada a autor/a(es/as) no ato da submissão.

6. As informações, descrições, análises e demais conteúdos dos artigos são de responsabilidade dos/as autores/as.

7. Os/As autores/as serão notificados/as da aprovação ou recusa final de seus artigos. Autores/as que participaram da *Revista* deverão observar o prazo de 1 ano e 6 meses entre a data da publicação do artigo e a nova submissão.

8. Eventuais sugestões ou indicações de modificação de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias serão notificadas ao/à autor/a, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês. Caso tais modificações não sejam realizadas a contento, o artigo não estará aprovado.

9. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido submetidos à *Revista*.

10. Os trabalhos devem ser apresentados dentro do padrão culto do idioma nacional ou estrangeiro, podendo ser solicitado ao/à autor/a sua revisão por parte de profissional especializado/a.

II. Forma de apresentação dos originais

1. O artigo completo (com resumo, referências e, quando houver, gráficos e tabelas) deverá ser digitado em Word (fonte TIMES NEW ROMAN, corpo 12), contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente;
2. Na primeira página do original, deverão ser indicados o título do artigo (e subtítulo, se houver).
3. No caso de submissão apenas pelo site da *Revista* (não pelo sistema preprint), todas as informações e citações que podem identificar a autoria do manuscrito devem ser retiradas sem prejuízo ao conteúdo ou, nos respectivos lugares, deve ser indicada a palavra “autor/a” (a exemplo de referências bibliográficas), uma vez que a avaliação será duplo-cego. Medidas para evitar conflitos de interesse e preservar a satisfatória condução dos procedimentos editoriais devem ser informadas pelo/a(s) autor/a(s) à Equipe Editorial no ato da submissão.
4. Os artigos deverão vir acompanhados de um resumo em português de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também deverão trazer cinco palavras-chave em português e inglês (*keywords*), bem como o título em inglês. Artigos em outros idiomas devem incluir esses mesmos elementos em português, inglês e na língua escolhida.
5. As resenhas deverão vir com, no máximo, oito páginas em espaçamento duplo. São aceitas à submissão resenhas de obras nacionais publicadas nos últimos dois anos e de obras estrangeiras nos últimos cinco anos. As resenhas serão apresentadas com título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.
6. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas. As menções a autores/as no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor/a, data, página).
7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a quatro linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando com quatro linhas ou mais. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, seguidas normas da ABNT.

8. As figuras e desenhos deverão ser confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos deverão ser numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Eles deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais da ABNT. Exemplos:

□ Em caso de livro:

BHAMBRA, Gurinder. *Connected sociologies*. London: Bloombury, 2014.

□ Em caso de artigo:

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 15, n. 43, p. 25-34, Jun. 2000.

□ Em caso de coletânea:

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

□ Em caso de teses:

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

A responsabilidade da matéria publicada pela *Revista* é exclusiva do/a autor/a, não expressando opinião da Equipe Editorial, do Comitê Editorial ou do Conselho Editorial da *Revista*.

III. Envio de manuscritos

Os artigos deverão ser submetidos por meio do link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/about/submissions>>. A *Revista* não requer taxas de submissão de artigos e de avaliação, bem como não há taxas de acesso aos artigos publicados.

IV. Regras para propostas de dossiês à *Sociedade e Estado*

1. *Sociedade e Estado* intercalará dossiês com números de fluxos contínuos.
2. O dossiê terá entre cinco e sete artigos, seguindo as especificações gerais de publicação da *Sociedade e Estado* aos/às autores/as.
3. As propostas de dossiê serão recebidas por livre demanda pela Equipe Editorial, que avaliará sua pertinência à *Revista*.
4. Cada proposta deve conter sucinta discussão teórica do tema do dossiê, currículo do(a/s) proponente(s), resumo e *abstract* de cada artigo, bem como breve currículo de seus/suas autores/as. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê deve(m) ser doutor(a/s) e possuírem reconhecida atuação acadêmica na área das ciências sociais, com ênfase em sociologia.
5. Dentre o conjunto de artigos, pelo menos dois deles devem ser em língua inglesa e duas/dois autoras/es com vinculação a instituições estrangeiras. O(A/s) responsável(is) pelo dossiê poderá/ão assinar apenas um artigo, preferencialmente em coautoria. A apresentação do dossiê ficará a cargo dele(a/s), devendo ser breve (de 8 a 10 páginas com referências), ater-se à importância do dossiê e dos artigos que o compõem. Essa apresentação não está incluída no número de artigos do dossiê.
6. Se aceita a proposta, o prazo de envio dos artigos completos será definido pela *Sociedade e Estado*, que, ao recebê-los do(a/s) responsável(is) via secretaria da *Revista*, encaminhará para avaliação por pares duplo-cego. Possíveis pareceristas para os artigos poderão ser sugeridos/as à Equipe Editorial, mediante compromisso de sigilo sobre a autoria dos artigos por parte dos responsáveis pelo dossiê.
7. Revisões especializadas dos artigos em língua inglesa ou em outras línguas estrangeiras poderão ser solicitadas ao/à(s) responsável(is) pelo dossiê.

